Ricardo Sequeira Bechelli

**METAMORFOSES NA
INTERPRETAÇÃO DO BRASIL**

Tensões no paradigma racial

(Sílvio Romero, Nina Rodrigues,
Euclides da Cunha e Oliveira Vianna).

Tese de doutorado em História Social apresentada
à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo, sob a
orientação da Prof. Dr. Marcos Silva

2009

Ricardo Sequeira Bechelli

**METAMORFOSES NA
INTERPRETAÇÃO DO BRASIL.**

Tensões no paradigma racial

(Sílvio Romero, Nina Rodrigues,

Euclides da Cunha e Oliveira Vianna).

BANCA

Sumário

RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	5
AGRADECIMENTOS.....	7
INTRODUÇÃO.....	10
I – O BRASIL POLÍTICO, CULTURAL E SOCIAL.....	19
1 – A vida política brasileira.....	19
2– Revoltas e rebeliões: a frustração com o novo regime.....	29
3– A vida intelectual brasileira.....	36
4– As ideologias dominantes: Nacionalismo e o racismo científico.	44
5 – Idéias racistas no Brasil.....	55
II – POVO E NACIONALIDADE: SÍLVIO ROMERO.....	60
1 – A raça e a miscigenação na formação da identidade nacional	61
2 – Aspectos da cultura brasileira : o folclore e a poesia popular.....	81
3 – Uma história do Brasil pela literatura.....	97
4 – Raça e cultura.....	135
III - RAÇA, MEDICINA, DIREITO E ANTROPOLOGIA: NINA RODRIGUES.....	144
1 – Epidemias coletivas: Canudos e Antônio Conselheiro.....	147
2 – Os mestiços e a sua formação.....	162
3 – A criminalidade e as raças humanas.....	167
4 – Os africanos no Brasil: O negro na sociedade brasileira.....	189
5 – Raça ma non troppo.....	215
IV -RAÇA, CIVILIZAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL: EUCLIDES DA CUNHA.....	220
1 – Raça e a religiosidade em questão.....	224

2 – Civilização X barbárie.....	253
3 – A necessidade de justiça social.....	270
4 – Um balanço: arte longa em vida breve.....	290
V - RAÇA, ARISTOCRACIA RURAL E ESTADO AUTORITÁRIO: OLIVEIRA VIANNA.....	297
1 – Estudos sobre a raça e a base nacional.....	300
2 – O Brasil real e o idealizado: a formação da aristocracia rural.....	334
3 – O Estado centralizador e a democracia corporativa.....	361
4 – Debates e polêmicas: um legado.....	373
ALGUMAS CONCLUSÕES.....	381
ICONOGRAFIA.....	389
Sílvio Romero.....	389
Nina Rodrigues.....	391
Euclides da Cunha.....	394
Oliveira Vianna.....	397
Canudos – a civilização e a barbárie.....	399
BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	407
Fontes da época.....	407
Obras teóricas.....	408
Outros textos analíticos.....	409
VIAGENS REALIZADAS	420

RESUMO

O objetivo desta tese é compreender as tensões e metamorfoses existentes na análise social realizada por por alguns dos principais autores brasileiros da virada do século XIX para o XX, procurando demonstrar que, indo além das ideologias racistas presentes em suas obras, eles tentavam compreender e explicar a sociedade e a cultura brasileiras, abrindo, assim, novos caminhos e horizontes para outros estudos.

Neste sentido, serão analisadas as obras de Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, tomando a perspectiva analítica de comparar como estes autores, clássicos e fundamentais para a compreensão do Brasil, conseguiram superar o racismo que aparecia inerente em suas obras, mostrando uma abordagem crítica em relação à sociedade brasileira e abordando aspectos culturais e sociais do Brasil, até então inéditos.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to understand the existing tensions and metamorphoses in the social analysis carried through by for some of the main Brazilian authors of the turn of century XIX for the XX, looking for to demonstrate that, going beyond the racist ideologies gifts in its workmanships, them they tried to understand and to explain the Brazilian society and the culture, opening, thus, to new ways and perspectives for other studies.

In this direction the workmanships of Sílvio will be analyzed Romero, Nina Rodrigues, Euclides of Cunha and Oliveira Vianna, taking the analytical perspective to compare as these authors, basic classics and for the understanding of Brazil, had obtained to surpass the racism that appeared inherent in its workmanships, showing a critical boarding

in relation to the Brazilian society and approaching cultural and social aspects of Brazil, until then unknown.

PALAVRAS CHAVE: RACISMO, NACIONALISMO, CULTURA BRASILEIRA, SERTANEJO, NEGRO, MESTIÇO, BRANQUEAMENTO, SÍLVIO ROMERO, NINA RODRIGUES, EUCLIDES DA CUNHA, OLIVEIRA VIANNA

AGRADECIMENTOS

Para a elaboração desta tese, recebi a ajuda, direta ou indireta, de diversas pessoas, que me auxiliaram com idéias, sugestões, informações, apoio ou simplesmente dedicando o seu tempo para ouvir as minhas histórias sobre os assuntos relacionadas a este estudo.

Gostaria de fazer um agradecimento especial, em primeiro lugar, ao meu orientador Marcos Silva, que se mostrou não apenas amigo e próximo nas horas difíceis deste trabalho, mas também orientado, auxiliando e me apoiando nesta tarefa, bem como na minha vida acadêmica mais amplamente. Sem a sua ajuda, jamais chegaria até este ponto na minha vida. Sempre serei muito grato a ele.

Também gostaria de agradecer aos professores Antônio Sérgio Guimarães, tanto pelas aulas de pós-graduação, quanto pelas dicas e sugestões apresentadas quando do exame de qualificação; e a Airton José Cavernaghi, cujas sugestões me foram muito úteis e serviram de guia para perceber falhas e pontos a serem corrigidos neste estudo.

Em especial, gostaria de agradecer às pessoas vinculadas a viagens que eu realizei para fins deste estudo. Assim, tenho um agradecimento especial a Luiz Antônio Barreto, do Instituto Tobias de Barreto, em Aracaju, que me forneceu um material muito importante sobre Sílvio Romero e Euclides da Cunha, além das nossas conversas quando da minha viagem a Aracaju em 2005. Nesta viagem, tive o prazer de conhecer e conversar muito com o Ronaldo Conde Aguiar, da UNB, o que me foi muito importantes para refletir sobre Sílvio Romero (além das nossas conversas sobre Manoel Bomfim) e a cultura popular nordestina – grande contribuição para o meu estudo.

Um abraço especial também às pessoas de Aracaju, como os professores José Vieira e o Bittencourt da Universidade Tiradentes. Mas de todos de Aracaju, é importante mencionar com destaque ainda maior José Maria de Oliveira Silva, já amigo de muitos anos, que sempre me auxiliou e apoiou nas pesquisas. Como amigo e intelectual, José Maria esteve sempre ajudando o desenvolvimento do meu trabalho em particular sobre Sílvio Romero e Euclides da Cunha. José Maria, um grande abraço por tudo.

De Salvador, gostaria de agradecer a Lamartine Lima e a Maria do Socorro, do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, que me forneceram um material precioso sobre Nina, quando de minha estada em Salvador em 2007. Lamartine Lima, em especial, que eu

não conheci pessoalmente, mas com quem tive o prazer de trocar correspondências, sempre foi uma pessoa muito zelosa e amiga nas conversas e nas informações sobre o assunto.

Da Bahia, ainda preciso agradecer a várias pessoas, em especial da viagem que eu realizei pelo sertão. Assim, vai um abraço muito especial a Sandorval Vieira de Macedo e a Lane, que apresentaram Canudos, mostrando a vida do sertanejo. Canudos foi uma experiência fascinante e isto devo muito a vocês. Da cidade de Euclides da Cunha, um abraço para o professor Adriano, do curso de Letras da UNEB, que me mostrou a cidade e a realidade da vida na região do sertão. De Monte Santo, uma das cidades mais bonitas do sertão, também mando agradecimentos para a Rita e a Genilda, que me auxiliaram quando da minha ida para lá.

Da viagem que eu realizei para a Casa de Cultura Oliveira Vianna, em Niterói, gostaria de agradecer ao pessoal que me atendeu prontamente por lá. Assim sendo, vale um abraço especial para a Patricia e todo o pessoal da casa, que me ajudaram muito na pesquisa que eu realizei em 2008. Também agradeço muito a hospitalidade da família do Nier, a Deizeny, a Deisedy e o Deiny Monteiro Leite, que me receberam com muito carinho e atenção quando da estada em seu apartamento em Niterói, facilitando em muito a minha pesquisa.

Também agradeço ao pessoal da Casa de Cultura Euclides da Cunha, de São José do Rio Pardo, pela atenção e pelo envio de material iconográfico que foi fundamental para meu trabalho.

Aos amigos distantes fisicamente, mas sempre disponíveis para me ajudar e apoiar neste trabalho, vai um abraço especial para John e Kay Sharp, para as irmãs Cornejo – Mirita, Carmen e Silvia; Natasha Robalino, Marly Restivo, Christina Caimi da Silva, Michael da Silva, Karina Hanns, Judith Benz, Michael Trendel e Lizelle van de Merwe. Aliás aqui vai um abraço também para os pais da Lizelle, Charl e Sannete que me receberam em sua casa na África do Sul. Esta experiência, embora não diretamente relacionada à tese, foi de grande importância para a compreensão da questão racial em uma sociedade onde o debate sobre a identidade ainda está, literalmente, à flor da pele.

Da mesma forma, gostaria de agradecer aos amigos mais próximos que tanto me auxiliaram neste trabalho, como o Marcos Voelzke, Vinicius César Dreger de Araujo, Ivana Freire de Carvalho e a Andréa Regina Ambrósio Nakamura; aos meus amigos da família

Antunes: Edlene, Ana Julia, ao Lucas – que desta vez não perguntava sobre o que eu estava mexendo em meu computador e sim o que eu estava estudando e escrevendo, a Elaine e o Mauricio e as suas filhas Leticia e Manuela. Aos colegas da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, que tendo convivido comigo por muitos anos, puderam me auxiliar na elaboração deste estudo: Décio Fábio Barbieri (in memoriam), Marise Malzone Gomes, Inês Ratamero, Beth Martin, Raquel Anderman, Roberta Marinho R. Rosinholi, (entre outros amigos do RH), Milton Malerba, Daniel Abrantes Arnaut, Edson Fogo, Ismael Côrrea Coimbra, Jair Ribeiro de Souza, Sônia Cristina dos Santos Moliterno, Hermison Taylor da Silva, José Augusto Monteiro, Israel Salgado, Francisco de Assis Pereira (que me ajudou bastante, em especial na minha viagem à Niterói – sempre lhe serei muito grato), Ari de Oliveira Rocha, Oséas Gomes Pereira, Carlos Roberto Campbell, Sandra Regina M. de Barros Martins, Luis Rogério G. De Oliveira, Maria Elisabete Chiarella, Tânia de Vasconcelos Teruel, Michele Valeri e Rosa Maria Anacleto.

Também envio um agradecimento a minha família: a minha avó, Maria do Carmo Sequeira; o meus tios Julio e Leila, Olivia e Renato, Pedro (in memoriam) e Ione, Vera e Celso; e os meus primos, que sempre ficavam curiosos em saber o que este primo estava escrevendo ou estudando desta vez: o Carlos Eduardo e sua esposa Cyntia, a Camila, a Lais, a Marcela e o seu marido Alessandro, a Renata, a Cynthia, o seu marido Rafael e a pequena Gaby; a Patricia, a Natália e um grande e especial abraço no Guilherme, que sempre me apoiou e se orgulhou de ter um “primo intelectual”.

As minhas primas do Rio de Janeiro, a Olivia, a Isabel, a Maria e a Marcia Silva, que também me apoiaram tanto na realização deste estudo – um forte abraço e um obrigado por tudo.

Por último, um agradecimento especial aos meus pais e ao meu irmão, que tanto me estimularam no desenvolvimento desta pesquisa ao longo dos anos. O meu pai, Emidio Basilio Bechelli, que tanto me ajudou no que pode; o meu irmão, Robson Sequeira Bechelli, que manteve o meu computador funcionando e com o “antivirus sempre atualizado”; e a minha mãe, Maria Teresa Sequeira Bechelli, que sempre dedicou o seu tempo e carinho (quando não paciência e atenção), o que foi de fundamental importância para a execução deste trabalho. Assim, esta tese é dedicada, acima de tudo, a eles.

INTRODUÇÃO

“Os homens que nasceram num mesmo ambiente social, em datas próximas, sofrem necessariamente, em particular em seu período de formação, influências análogas. A experiência prova que seu comportamento apresenta, em relação aos grupos sensivelmente mais velhos ou mais jovens, traços distintivos geralmente bastante nítidos. Isso até em suas discordâncias, que podem ser das mais agudas. Apaixonar-se por um mesmo debate, mesmo em sentidos opostos, ainda é assemelhar-se. Essa comunidade de marca, oriunda de uma comunidade da época, faz uma geração.”

(Marc Bloch. *Apologia da História*, p. 151)

O objetivo desta tese é compreender as tensões e metamorfoses existentes na análise social realizada por alguns dos principais autores brasileiros da virada do século XIX para o XX, procurando demonstrar que, indo além das ideologias racistas presentes em suas obras, eles tentavam entender e explicar a sociedade e a cultura do país, abrindo, assim, novos caminhos e horizontes para outros estudos.

Minha hipótese é de que, como resultado da tensão entre o paradigma racial dado como “verdade científica” naquele tempo e o estudo da realidade brasileira, acabaram produzindo um choque que moldaria tanto a forma como estes intelectuais compreendiam tais teorias, quanto suas análises sociais, buscando explicações e saídas para a realidade brasileira na História e na sociedade nacionais.

Neste estudo, existem algumas premissas básicas.

A primeira é a de que a questão racial está diretamente vinculada à questão da identidade nacional. A definição desta identidade - quando o país vivia mudanças internas como a abolição da escravidão e a proclamação da República, e externas, com o auge do imperialismo europeu - era de crucial importância para os intelectuais brasileiros. A definição da identidade brasileira implicava, principalmente, na questão racial: era a raça, o biológico, que definiria a sociedade e o país. Portanto, para eles, a “raça” brasileira era o

fator fundamental na formação do Brasil enquanto país.

A segunda premissa é de que esses intelectuais, apesar de acreditarem nas teorias raciais, não as adotavam de uma mesma forma. Havia muitas discussões sobre qual seria a raça brasileira; uns valorizavam o mestiço; outros não; e alguns o faziam até certo ponto. Cada um trabalhava com uma perspectiva diferente sobre a definição de raça. Todos eles tomavam como certeza a superioridade do branco europeu frente aos demais seres humanos, e que as diferenças raciais existiam e eram fundamentais para a formação da identidade brasileira.

E como terceira premissa é importante dizer que a maioria das discussões sobre a raça operava dentro de um plano ideológico. Discutia-se sobre raças, sobre os atributos de cada raça, porém é válido dizer que essas discussões sempre se reportavam dentro de um sentido mais ideológico do que necessariamente científico. Isso gerava debates, principalmente porque a maioria das informações sobre a natureza das raças era proveniente de estudos estrangeiros, que, em geral, tinham incompatibilidades com as análises realizadas sobre a sociedade brasileira, gerando tensões e contradições.

Dentro desse contexto, vale citar quatro autores e obras que não só representavam o pensamento desse período, mas que também puderam produzir obras fundamentais, quando não fundadoras, do pensamento social brasileiro: Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna. Muito mais do que apenas representantes de uma “geração” de intelectuais que tinham como verdade a questão racial, também produziram obras que conseguiam superá-las, em razão das tensões existentes entre as teorias e a realidade discutida. Essas tensões, é verdade, não surgiam muitas vezes de forma intencional, mas eram o resultado de suas dúvidas e dificuldades ao interpretar as teorias racistas à luz da realidade social do país.

Como resultado dessas tensões, o pensamento racial foi perdendo sua força e seu sentido dentro do trabalho intelectual brasileiro. Apesar de já existirem autores que criticavam essas teorias, tais como Manoel Bomfim¹, o pensamento racial só perderia o seu foco mesmo ao longo do tempo, atingindo o grande marco que foi a obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, publicada em 1933, obra que era um fruto direto da análise empreendida por esses intelectuais, em particular Sílvio Romero, como será visto ao

1 Manoel Bomfim foi o primeiro autor a criticar abertamente as teorias raciais, com a obra *A América Latina – males de origem*, publicada originalmente em 1905.

longo deste estudo.

Desta forma, podemos perceber uma evolução no conceito racial. De fato, o pensamento racial começava, em razão das suas contradições, a sofrer uma metamorfose, uma mudança de foco de análise, passando a ser interpretado como uma questão cultural e social, como é evidenciado nas obras de Freyre – que deu origem à polêmica idéia de “democracia racial” - e em Artur Ramos, com a idéia de cultura, que predominaria a partir dos anos 30.

Portanto, a escolha daqueles autores não se deu por acaso. Todos eles foram de certa forma precursores e o impacto dos seus estudos se reflete até os dias atuais. Tornaram-se clássicos, lidos e debatidos, focos de interesse dos mais diversos tipos. A leitura e o estudo em conjunto de suas obras propicia a visão de um quadro mais amplo, onde se torna possível verificar a dimensão em que as teorias raciais ganharam vulto no Brasil e também como os intelectuais, ao analisarem a sociedade, acabaram explicitando tensões.

Este estudo começa com uma análise do pensamento de Sílvio Romero, o grande pioneiro dos estudos sobre a cultura popular brasileira, que analisou contos, cantos, o folclore brasileiro; indo mais além, ele debateu e escreveu sobre literatura, história e política. Não se limitando a questionar as instituições brasileiras, Romero propunha soluções que traduzissem o sentimento, a “alma”, o caráter do povo brasileiro. Romero queria conhecer a natureza do povo brasileiro, sua força motriz, que ele via na mestiçagem, o que abriu um espaço para a idéia de *branqueamento*, que, em seu caso, tinha particularidades bastante interessantes.

A busca de Romero levou o autor a cometer equívocos, análises injustas e até sem sentido; porém foi através dessas análises que ele construiu uma obra importante para o conhecimento e a apreciação do que é de fato o Brasil.

Professor de Medicina na Bahia, Nina Rodrigues foi um intelectual admirável, não só por seus trabalhos enquanto médico e professor de Medicina Legal, mas também enquanto estudioso de um dos temas mais caros aos brasileiros: o povo negro e africano. Vivendo em Salvador, uma cidade majoritariamente de população afro-descendente, Nina Rodrigues passou a escrever e a estudar esse povo, procurando compreender seus costumes e a partir daí interpretá-los, em busca de explicações para o comportamento desse grupo social.

Os estudos de Nina Rodrigues possuíam uma inquietação, uma tensão, um certo mal estar do autor em algumas passagens, justamente pela necessidade de se adaptar as teorias criminais e raciais de seu tempo na análise social. Se os seus estudos abordaram e levaram ao conhecimento da cultura e vida do povo negro – que era, enquanto grupo social esquecido e abandonado -, também é verdade que eles também eram marcados fortemente pela perspectiva da inferioridade biológica do mesmo povo.

Surgiram assim tensões na análise de Nina - provocadas pelo choque entre a crença na inferioridade biológica do povo e os estudos aos quais ele se dedicava. Nina se fascinou pela cultura africana, sendo que por muitas vezes ele “se esquecia” do racismo científico, deixando clara uma tensão que não foi solucionada, em razão da sua morte prematura aos 43 anos, em 1906.

O caso de Euclides da Cunha é bastante exemplar e singular. De todos os autores estudados, somente Euclides teve postumamente um alcance universal, sendo traduzido para dezenas de idiomas, se tornando, portanto, um dos poucos intelectuais brasileiros reverenciados em todo o mundo.

Euclides também acabou se vinculando a sua obra-prima, *Os Sertões*, de uma forma tão intrínseca que a leitura da mesma está vinculada a ele não apenas como intelectual, mas também enquanto pessoa, uma vez que nessa obra existiam muitos traços da sua vida pessoal, em um interessante paralelismo, aliás, muito bem explorado (embora em texto inacabado) por Roberto Ventura.²

É verdade que Euclides produziu outros textos importantes, mas como coletâneas de artigos e ensaios, de grande peso acadêmico, em particular a obra “*À Margem da História*”, que foi publicada um mês após sua morte. Nessa obra, existe um material muito significativo, em particular sobre sua experiência na Amazônia, que ajuda refletir sobre a evolução do pensamento do autor.

Em *Os Sertões*, Euclides trabalhou a Guerra de Canudos, na qual um grupo religioso enfrentou tropas federais e foi completamente destruído. A história da destruição do arraial de Canudos provocou vários debates dentro da intelectualidade brasileira, sendo também analisada por Nina Rodrigues e Sílvio Romero.

Mas é sem dúvida somente com a obra de Euclides, publicada em 1902, que a

²Ventura, Roberto. *Euclides da Cunha – um esboço biográfico*, Companhia das Letras, 2004. A obra foi deixada inacabada em razão da morte prematura de Ventura, em um acidente automobilístico em 2002.

questão ganhou um novo sentido e uma nova forma. Euclides, procurando aplicar os conhecimentos científicos de seu tempo, separou a obra em três partes, sendo a primeira dedicada à terra (descrição física da geografia da região e do Brasil), a segunda dedicada ao homem (descrição das teorias raciais aplicadas ao brasileiro) e a terceira à luta, onde descreveu os combates em si, mostrando a força do sertanejo na sua luta contra os militares. Nesse ponto, Euclides procurou relacionar a análise destas três partes em uma forma única, ao mostrar a força do sertanejo, relacionando o meio ambiente árduo em que vivia com sua origem racial mestiça.

Assim, apesar de defender a idéia de que “*O sertanejo é antes de tudo um forte*”, Euclides condenava o mesmo sertanejo por pertencer a uma raça ou uma sub-raça mestiça, inferior à branca, o que provocava uma tensão em sua obra que conduzia à perplexidade. Essa tensão se vinculava principalmente ao conflito que existia entre as teorias raciais, que justificavam a inferioridade do mestiço sertanejo e a sua força na luta. A qualificação da luta, vista por Euclides como sendo um crime, é o resultado dessa tensão: via a guerra como sendo um massacre, uma loucura, onde a propensa barbárie do sertanejo se torna civilização e a civilização, representada pelo exército (ou a República) se torna a barbárie.

Já Oliveira Vianna é um caso peculiar em relação aos outros três autores. Vianna produziu suas obras em um período posterior aos outros escritores aqui mencionados. Sílvio Romero morreu em 1914, Nina Rodrigues em 1906 e Euclides da Cunha em 1909, enquanto que a primeira obra de Oliveira Vianna – e que seria fundamental em sua carreira, *Populações Meridionais do Brasil* - só foi publicada em 1920.

A escolha de Oliveira Vianna é de fundamental importância para este estudo, uma vez que escrevia em um período posterior aos demais autores, utilizava ainda idéias, em particular sobre o racismo científico, que se encontravam superadas. É nesse sentido que Francisco Iglesias diz: “*Se sua obra tem início em 1920, seus traços mais marcantes não o filiam a uma linha moderna.*”³

Por essa razão, muitos autores condenam Oliveira Vianna, acusando-o de ser um retardatário, de buscar em teorias superadas, sem bases científicas, as explicações para a realidade nacional. Esses comentaristas têm razão em certo sentido, mas por outro lado não traduzem toda a dimensão da obra de Vianna, em particular pelo fato de ele estar vinculado

3Iglesias, Francisco. *Os historiadores do Brasil*, Editora Nova Fronteira, RJ, 2000, pag 189

ao projeto político para-fascista e autoritário, que se legitimaria no Brasil em 1937, com a criação do Estado Novo, com o qual não só Vianna pactuava, mas ao qual estava vinculado diretamente, trabalhando como consultor do Ministério do Trabalho, sendo direta ou indiretamente responsável pela criação de diversas leis trabalhistas, inclusive a própria CLT (Consolidação das Leis Trabalho).

Além disso, a obra de Vianna abre tensões sobre o comportamento brasileiro do período ao querer encontrar a origem do povo brasileiro, buscando neste caso a população rural. Se sua história mostra a evolução e a história brasileira do ponto de vista do campo, por outro lado, suas crenças no racismo e no poder do senhor rural parecem da mesma forma um conflito, no qual incide uma evidente tensão que não se revolve apenas pela legitimação do poder rural, mas também através do racismo e do preconceito como garantia de poder.

Em Vianna, o racismo aparece de duas formas: através da crença pessoal do autor nesta ideologia e na forma como este racismo surgia e era utilizado na sociedade. Ao potencializar este racismo, Vianna abria, mesmo sem ter esta intenção, a crítica a este pensamento, que se tornaria evidente nos anos 30, com as obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda⁴, parcialmente antecipadas pela Literatura dos modernistas.

A respeito da obra de Oliveira Vianna, neste estudo, é importante ressaltar que será feito um corte em sua produção correspondente à publicação de *Raça e Assimilação*, em 1932. Este corte se refere à produção de Vianna que se estendeu até os anos 50 (inclusive com a publicação póstuma de suas obras), o que expandiria demais o período a ser analisado, comprometendo a compreensão do período abordado, referente ao final do século XIX e início do XX. Além disso, é importante frisar que nos anos 30 várias obras surgiram para contestar o pensamento racial e a visão de mundo ao qual Vianna estava vinculado, tais como as de Freyre, Buarque de Holanda e Caio Prado Jr⁵.

Por exemplo, vemos a Argentina adotando uma imigração européia em massa com o objetivo de “branquear” sua população; no Peru, esse debate existia de uma forma bastante

4 Sérgio Buarque publicou em 1936, uma das obras mais importantes do pensamento brasileiro, *Raízes do Brasil*, que introduziu uma nova visão sobre a identidade brasileira, contestando muitas idéias anteriormente defendidas por Vianna.

5 Caio Prado publicou em 1941, a obra *A formação do Brasil contemporâneo*, que foi o primeiro estudo marxista sobre a História Brasileira.

acirrada, principalmente pela alegada dificuldade de se incorporar o índio no contexto da sociedade peruana, além do fato de existirem autores como Francisco Garcia Calderón, que defendia o racismo de forma explícita⁶, e outros, como Gonzalez Prada, que, através de um discurso anti-racista, procuravam mostrar que as causas dos problemas sociais eram originadas pela ação da elite peruana⁷; nos EEUU, através de leis segregacionistas, que procuravam isolar não apenas os negros, mas a imigração de elementos considerados “danosos” para a sociedade americana, como por exemplo a imigração de europeus do sul da Europa⁸; e na própria Europa, que defendia e estimulava o racismo, uma vez que este atendia a seus interesses imperialistas sobre o mundo (em particular, na África e na Ásia)⁹, mas que também sofria internamente do mesmo mal, como se observa no caso Dreyfuss, onde ficou evidenciado o anti-semitismo francês¹⁰.

O racismo abriu grandes discussões sobre o direito ou não à cidadania para os povos. Em uma época quando se debatiam os conceitos de liberdade, de acesso à cidadania, à igualdade de direitos e deveres, o racismo representava um instrumento ideal para a manutenção do poder pela elite dominante, uma vez que era usado para associar as desigualdades sociais à biologia, e não ao contexto sócio-econômico.

No Brasil, isto se ajustava perfeitamente a uma época na qual duas instituições estavam sendo combatidas: a escravidão e a Monarquia. Com a abolição em 1888 e a proclamação da República em 1889, rompiam-se os pontos que legitimavam – de forma legal – a segregação social.

É importante ressaltar, assim, que a abolição da escravatura não surgiu como um ato humanitário ou uma tentativa de combate ao racismo; derivou de uma necessidade de se modernizar o país, o que resultava, portanto, na manutenção da mentalidade racista da sociedade.

Pensava-se em modernizar o país, mudando suas instituições e sua ordem política, através da importação de idéias, instituições, e até mesmo de uma nova população (branca e

6 Calderón, Francisco Garcia. *As democracias Latinas de América*, Biblioteca Ayacucho, Venezuela, 1979

7Bechelli, Ricardo Sequeira. *A guerra do Pacífico (1879/1883) e o pensamento anti-racista de Manuel Gonzalez Prada*. In *Projeto História nº 31 – Américas*, PUC/SP, São Paulo, 2005

8Black, Edwin. *A guerra contra os fracos – a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior* – Editora A Girafa, SP, 2003

9 Wesseling, R.L. *Dividir para dominar*, Editora UFRJ, 1998

10Sobre este caso em específico, vale a pena citar Arendt, Hannah. *As origens do totalitarismo* (SP. Companhia das Letras, SP, 2000.) e Zola, Emilie *Eu acuso!*(São Paulo: Hebra, 2007)

européia), mas não se pensava na necessidade de mudar a ordem social a favor dos grupos dominados nacionais.

Escritores como Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna representaram uma época importante da história brasileira. Se por um lado acreditavam nas idéias racistas – o que demonstra vínculo com outros autores de seu tempo –, também mostraram certa sensibilidade em analisar criticamente a sociedade brasileira. A tensão que existia nas obras destes autores contrastava, da mesma forma, com a visão que a elite tinha do Brasil, aquele país construído para atender a seus interesses.

Todavia, é preciso pensar nesses autores como produto de uma tensão entre raça e cultura; entre a teoria e a realidade. Gilberto Freyre lembrou esta questão com bastante destaque, dizendo que “*com efeito, os maiores apologistas do “arianismo” entre nós têm sido mestiços ou indivíduos “impuros” em sua composição étnica*”¹¹. Todos eles eram mestiços, seja com negros ou índios. Viviam numa tensão do que eram e o que desejavam para si e para a sociedade.

Foi como resultado desta tensão – que existia no pensamento destes autores - que existiram as condições para o surgimento de idéias e estudos sobre o povo brasileiro.

É necessário pensar neles, também, como pioneiros. Em um país que não possuía instituições acadêmicas de grande vulto, tais como as universidades, a pesquisa destes autores adquire o sentido do autodidata, que tinha que aprender praticamente sozinho. Nenhum deles era formado em estudos sociais ou relativos a humanidades (embora os cursos de Direito e os seminários católicos desempenhassem tal função naquele Brasil¹²), mas mesmo assim procuraram compreender a sociedade a seu modo: Sílvio Romero e Oliveira Vianna eram formados em Direito; Nina Rodrigues era médico; e Euclides da Cunha era engenheiro.

Assim, para melhor compreendermos o assunto abordado, esta tese será dividida em 5 capítulos.

O primeiro é dedicado a estabelecer o contexto histórico no qual esses autores trabalhavam, procurando explorar a problemática e as discussões que surgiram na época, principalmente relacionadas à desagregação do sistema monárquico e escravocrata, bem,

¹¹Freyre, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Editora Record, 12ª edição, RJ, 2000, p. 685

¹² Silva, Marcos. “Câmara Cascudo, a cultura popular e a universidade”, in: *Câmara Cascudo, Dona Nazaré de Souza & Cia*. Natal/São Paulo: EDUFRN/Terceira Margem, 2007, pp 57/65.

como aos debates acerca da República. Também será explorada aqui uma discussão sobre as teorias raciais, procurando contextualizá-las e esclarecer pontos importantes sobre sua natureza em relação ao tempo.

Os capítulos dois, três, quatro e cinco, se referem especificamente ao estudo dos autores citados: Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna.

Ao final, uma conclusão e a bibliografia geral.

Pretende-se com esta divisão expor o contexto histórico no qual viveram estes autores, bem como realizar uma análise desses autores, demonstrando que, apesar de estarem vinculados a esse pensamento, eles conseguiam superá-lo ou, principalmente e muitas vezes não intencionalmente, abrir espaços para a contestação das ideologias de sua época.

I – O BRASIL POLÍTICO, CULTURAL E SOCIAL.

“O ano de 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros.”

Emília Viotti da Costa

(Da Monarquia à República, p 490)

1 – A vida política brasileira

Na segunda metade do século XIX, o Brasil começou a apresentar novas mudanças em seu quadro político-social. O crescimento econômico, o desenvolvimento das cidades, o aumento de circulação, tanto de idéias quanto de produtos, começavam a evidenciar mudanças na mentalidade do país e na forma como ele se enxergava.

Monarquista e escravocrata, o Brasil era um Estado bastante conservador, que pouco mudava ou proporcionava mudanças mais substantivas. A independência foi feita da forma mais conservadora possível, sem alteração nas conjecturas econômicas, com mudanças muito pequenas na elite dominante. O país continuou a ser um produtor agrícola, tendo como base o latifúndio e a mão-de-obra escrava, tão forte quanto antes, embora com prazo de validade anunciado.

Politicamente, a Independência representou um claro continuísmo. A independência do Brasil aconteceu em razão das tentativas das cortes de Lisboa em reduzir o Brasil à condição de colônia, o que iria em sentido contrário ao da elite fluminense, que havia enriquecido ainda mais com a abertura dos portos. Esta elite, apoiando o príncipe regente D. Pedro, é que deu suporte à independência do país.

A independência pouco representou no que tange à mudança da mentalidade das elites e de outros setores da sociedade. Em 1850, o Brasil apresentava poucas mudanças, à parte os períodos de rebeliões que marcaram a regência (1831-1840), quando o Brasil quase se tornou uma República e teve o seu território dividido (como na guerra dos Farrapos). O “golpe da maioria”, em 1840, no qual D. Pedro II foi transformado em imperador aos 14

anos, foi uma tentativa da elite brasileira de “pacificar” o país e manter a ordem conservadora. Como diz Lilia Schwarcz:

*“Com o golpe da maioria o imperador encarnava seu Império, e garantia-se a unidade e a continuidade. Desenlace do período da reação conservadora (1836-1840), marcado pelo retraimento dos liberais e das medidas de descentralização, o golpe da maioria selou a sorte da monarquia no Brasil”.*¹³

O golpe da maioria representou para o país a continuidade da ordem conservadora. “Pacificaram-se” as revoltas, o país se tornou estável politicamente. Já economicamente, o país, em 1850, ainda tinha o sistema produtivo baseado no campo e na escravidão.

Em 1850, embora não com o objetivo de findar com a escravidão, surge a primeira lei que de fato atacava a instituição de forma direta – a lei Eusébio de Queiroz. Como descreveu Francisco Iglesias, essa lei surgiu como resultado das pressões que os ingleses faziam na costa brasileira, procurando destruir os carregamentos de negros que eram trazidos para o país:

*“a lei é fundamental não só na política como na economia, pois vai exigir para o pequeno capital disponível outro encaminhamento.”*¹⁴

O encaminhamento foi a destinação da riqueza para outros setores, tais como os portos e as estradas de ferro, e também para a melhoria da infra-estrutura urbana (em particular o Rio de Janeiro, que começava a crescer). Este investimento em setores da infra-estrutura seria o grande responsável pelo crescimento da economia brasileira na década de 1850. Dentre os expoentes deste período, deve-se registrar a posição do Barão de Mauá, grande investidor e empresário do II Império, atuando em setores como ferrovias, indústrias e bancos.

Politicamente, o poder central era exercido pelo Imperador, que detinha o privilégio de intervir diretamente nos demais poderes. Existiam somente dois partidos, o conservador e o liberal, que na realidade pouco diferiam entre si e se alternavam no poder. Cabia ao Imperador o direito de dissolver o governo, de acordo com os seus interesses ou vontade própria.

¹³Schwarcz, Lilia. *As barbas do imperador*, Companhia das Letras, SP, 1999, pag 71

¹⁴Iglesias, Francisco. *A trajetória política do Brasil*, Companhia das letras, SP, 1995, p. 177

O quadro característico do II Império era o conservadorismo político. Como salienta Manoel Bomfim,

*“o segundo Império deu a prova definitiva do mal que no Brasil se incluiu com a herança direta do Estado português. Longo, bem explícito na longa paz em que transcorreu, ele é, também, uma demonstração da nação anulada, contida, e viciada nos seus dirigentes.”*¹⁵

A estabilidade política do Império só começou a ser colocada em xeque com o resultado da guerra do Paraguai, em 1864. O conflito, que durou até 1870, trouxe sinais profundos de mudanças para o país. Um dos principais sinais da mudança foi o do exército brasileiro, que organizado para o conflito, começou a atuar com o força política de destaque.

Com o conflito, o país se viu unido em torno da causa, mas ao término deste, começaram as discussões sobre outras questões tais como as abolição da escravidão e a proclamação da República.

Como bem lembra Francisco Iglesias, a guerra do Paraguai tornou mais vivo o problema do abolicionismo, uma vez que muitos escravos lutaram na mesma, com a promessa de alforria. Assim sendo, terminado o conflito, aprofundaram-se os debates em torno da abolição da escravidão, ganhando, porém, uma maior ressonância nacional, diferentemente do que havia acontecido com o processo de Independência:

*“A luta abolicionista foi a primeira de cunho popular e de massa, a sacudir uma sociedade amorfa, pouco empenhada.”*¹⁶

Como resultado deste empenho, em 1871, foi promulgada a primeira lei com o objetivo de extinguir a escravidão: a lei do Ventre Livre. Em virtude desta lei, todos os filhos de escravos nascidos depois de sua promulgação eram considerados livres, com a devida orientação de que, até completarem a idade de 21 anos, deveriam ficar sob a tutela do senhor de seus pais. Esta lei tomava o final da escravidão inevitável, uma vez que, ausente a entrada de escravos e sem poder usar a reprodução interna como forma de aumentar a quantidade desse grupo, cedo ou tarde, a instituição chegaria ao fim.

Porém, o movimento abolicionista continuou ganhando vulto e forças, particularmente nos anos da década de 1880, quando jornais, grêmios e amplos setores da

¹⁵Bomfim, Manoel. *O Brasil Nação*, Editora Topbooks, RJ, p. 227

¹⁶Iglesias, Francisco. *op.cit.* p. 178

sociedade estavam envolvidos no combate à escravidão. Esse envolvimento, inédito na história brasileira, não se resumia apenas ao discurso: promoviam-se rebeliões e protestos e estimulavam-se as fugas e a fundação de quilombos. A escravidão sofria pressões de todos os lados.

De acordo com Emilia Viotti da Costa, em 1880, já havia se tornado óbvio que a abolição aconteceria, cedo ou tarde:

*“Os fazendeiros reagiram diversamente, nas distintas áreas, mas, por volta de 1880, a maioria deles estava convencida de que a escravidão era uma causa perdida.”*¹⁷

Na realidade, a escravidão tinha se tornado um problema, tanto para a classe dominante, quanto para a classe média, que estava surgindo e se tornando importante, em razão do crescimento das cidades. O Brasil, assim como o resto do mundo, passava por um processo de modernização com o surgimento de novas idéias, nas quais a escravidão se tornava algo obsoleto, atrasado, que mantinha o país como retardatário dentro das mudanças que aconteciam.

Um dos ícones do movimento abolicionista, Joaquim Nabuco, em *O abolicionismo* (1883), ressalta que a escravidão provocou sérios danos na sociedade brasileira, além da condição degradada do negro, resultado da sua situação como escravo. Para Nabuco, a emancipação dos escravos seria uma espécie de renovação, de reinício de um novo país:

*“Compare-se com o Brasil atual da escravidão o ideal de pátria que nós, abolicionistas, sustentamos: um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regime, a imigração européia traga, sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásio vivaz energético e sadio, que possamos absorver sem perigo, em vez dessa onde chinesa, com que a grande propriedade aspira a viciar e corromper ainda mais a nossa raça; um país que de alguma forma trabalha originalmente para a obra da humanidade e para o adiantamento da América do Sul.”*¹⁸

É evidente que, para Nabuco, a escravidão era um mal, que mantinha o país atrasado e representava uma exploração social, além de também proporcionar uma visão negativa

¹⁷Costa, Emilia Viotti da., *Da Monarquia à República – momentos decisivos* – SP, Ed. Unesp, 7ª edição, 1998, p. 363

¹⁸Nabuco, Joaquim. *O abolicionismo*, op.cit, p. 238

aos brasileiros de seu próprio país. Ele desejava o progresso social em conjunto com a abolição, uma vez que imaginava uma grande reforma social, proporcionando assim a possibilidade de fazer o negro ascender social e economicamente.

É importante lembrar que Nabuco era um monarquista convicto, por isso o título dado a ele por Antônio Cândido de “radical provisório”. Assim, imaginava a escravidão como o elo que retardava o crescimento e o desenvolvimento do país. Mas tinha uma visão de povo

*“como correspondendo à totalidade da população, branca ou negra, livre ou escrava, rica ou pobre com o direito de se manifestar e de fazer as leis adequadas aos seus interesses, que são interesses gerais”*¹⁹.

Nabuco, apesar do seu discurso abolicionista, mostrava um vínculo com as teorias racistas de seu tempo, seja no caso dos chineses, uma vez que não aceitava a imigração asiática para o Brasil, assim como vincular o progresso à necessidade de libertação dos escravos, mas não a superação do racismo e do preconceito.

Da mesma forma, e pensando nos abolicionistas brasileiros, Emilia Viotti da Costa chega à seguinte conclusão:

*“Promovida principalmente por brancos, ou por negros cooptados pela elite branca, a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte.”*²⁰

Francisco Iglesias diz que a abolição foi uma obra de rebeldia do negro e do empenho da sociedade, mais do que os dirigentes.²¹

A abolição da escravatura surgiu não como um ato humanitário, foi o produto de uma parcela da sociedade, que via na prática um atraso ao desenvolvimento do país. O projeto modernizador, que envolvia a derrubada da Monarquia, também não tolerava a escravidão.

O Brasil pareceu retardatário neste processo, uma vez que foi o último país da América a fazer a abolição; as elites brasileiras não demonstraram quaisquer preocupações com o povo negro depois da abolição: para substituí-lo, foram trazidas famílias de imigrantes da Europa.

19Cândido, Antônio. *Vários escritores*, Livraria Duas cidades, 3º edição, 1995, pp. 275-276

20Costa, Emilia Viotti da. *op.cit.*, p. 364

21Iglesias, Francisco. *op.cit.*, p. 179

A escravidão não foi extinta em razão das críticas ao racismo ou à mentalidade racista e preconceituosa; muito pelo contrário, o racismo ganhou mais fôlego e espaço com o final da escravidão. O racismo surgiu como uma resposta ao direito à igualdade de direitos entre os negros e brancos. Numa sociedade onde todas as pessoas são iguais perante a lei, o racismo emergiu como uma forma de negar essa igualdade.

Lilia Schwarcz avalia assim o processo da Abolição, mostrando as suas singularidades:

*“Em primeiro lugar, a crença enraizada de que o futuro levaria a uma nação branca. Em segundo, alívio decorrente de uma libertação que se fez sem lutas nem conflitos e sobretudo evitou distinções legais baseadas na raça.”*²²

Foi exatamente o fim da escravidão que evidenciou de forma mais clara a mentalidade racista da sociedade brasileira. Neste sentido, Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha apoiaram o final da escravidão como sendo uma necessidade primordial para o progresso do país. Oliveira Vianna vai se mostrar contrário à Abolição em seus escritos (Vianna tinha somente 5 anos quando da Abolição da escravatura), dizendo que esta fora responsável pela desagregação da estrutura rural brasileira, e, portanto, responsável pela desorganização social existente na sociedade rural.²³

Como ilustra Carone, no jornal *O Estado de São Paulo*, de 26/08/1902, apareceu um artigo do Partido Socialista Brasileiro, mostrando esta vinculação entre trabalho escravo e a opressão capitalista. Citando o texto:

*“Onde a crise agrícola e industrial está evidenciando, cada vez mais, os problemas sociais, que até agora não apareciam por causa da existência do trabalho servil ou escravo, que foi substituído pelo trabalho assalariado.”*²⁴

Vinculada ao processo de modernizar o país, debatia-se, além do final da escravidão, a mudança do regime político, com a proclamação da República. A monarquia, assim como a escravidão, apareciam como instituições arcaicas, atrasadas, que representavam um passado colonial. Não será à toa, por exemplo, que a propaganda republicana vai se aproximando de um sentimento anti-lusitano, uma vez que esta se vinculava ao sistema

22 Schwarcz, Lilia. “Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade”. In. *História da vida privada IV*, São Paulo, Companhia das Letras, 3ª edição, 2005

23 A interpretação de Vianna sobre a sociedade rural será explorada no 5º capítulo deste estudo.

24 Carone, Edgar, *A primeira República*, op.cit, p. 230

colonial e à origem da família imperial brasileira, que era derivada da monarquia portuguesa. E Portugal ainda era uma monarquia, naquele momento (a República lusa foi proclamada em 1910).

De acordo com Francisco Iglesias, o Brasil tinha uma tradição republicana, sendo que a implantação do regime monárquico tinha acontecido como resultado de um acidente na história européia, sendo que a República tinha raízes no país.²⁵

Durante o período regencial, é importante assinalar que o país quase se tornou uma República, graças principalmente ao clima de instabilidade. Chegou-se a debater a República nas insurreições que surgiam neste período, tais como a Farroupilha e a Sabinada, mas o projeto não vingou, graças ao golpe da Maioridade, em 1840, que fortaleceu a Monarquia no país.

O movimento republicano surgiu de fato com a crise gerada em 1868, quando D. Pedro II dissolveu o gabinete liberal que estava no poder para nomear um gabinete conservador. Sérgio Buarque de Holanda ressalta que foi este evento que marcou o ponto de partida da deterioração do regime monárquico.²⁶

O descontentamento gerado pela nomeação do gabinete estimulou parte dos liberais a aderirem ao movimento republicano. Este começou a ganhar cada vez mais força, culminando no manifesto republicano de Itu, em 1870, quando se assinalou a necessidade da implantação da República. O fortalecimento do movimento mostrava, inclusive, o crescimento econômico dos produtores de Café do interior de São Paulo, que tinham por objetivo implantar um sistema político onde poderiam consolidar e exercer seu poder.

Diz Sérgio Buarque de Holanda sobre o manifesto:

*“Fundamentalmente, o documento de 1870 é, mesmo no campo da política, anti-revolucionário e contemporizador”. (...) “ao apresentarem, como alternativa para uma situação que combatem, a Reforma ou a Revolução, os liberais haviam optado pela reforma”*²⁷.

Os liberais defendiam a implantação da República como uma reforma no sistema, mas não uma reformulação do mesmo, garantindo assim seus interesses.

25 Iglesias, Francisco. *Trajectoria política do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 179

26 Holanda, Sérgio Buarque de. “Do Império à República”, in *História geral da civilização brasileira*, Rio de Janeiro, Tomo II, 5º vol. Difel, 1997 p. 7

27 Idem, p. 254

A par com o descontentamento dos liberais, é importante mencionar o descontentamento gerado entre os militares, que se viam prestigiados e muito mais organizados depois da guerra do Paraguai. O grupo começou a ganhar força, agindo como força política dentro do sistema.

O centro do movimento estava na Escola Militar, onde as idéias republicanas e positivistas ganharam força e prestígio, graças a figuras influentes como Benjamim Constant. Não foi à toa que Euclides da Cunha, que nesta época era aluno da Escola Militar, se tornou um republicano convicto.

O clima de descontentamento da Escola Militar com o regime monárquico era cada vez maior. Neste sentido, vale a pena mencionar um episódio ocorrido com Euclides da Cunha, que culminou com a sua expulsão da Escola Militar. Euclides, durante uma revista junto ao ministro da Guerra,

*“saiu de forma, tomou o sabre e tentou quebrá-lo, sobre a perna. Não o conseguindo, atirou a arma aos pés do ministro.”*²⁸

O regime monárquico se tornava cada vez mais frágil, e perdia sua força em outros setores tais como a Igreja e com os fazendeiros de café da região do Vale do Paraíba, que se sentiam lesados com a Abolição da escravidão, uma vez que não haviam ganho uma indenização por parte do governo.

A idéia da proclamação da República, porém, não tinha despertado o mesmo entusiasmo popular que a Abolição, uma vez que para esta causa estavam vinculados tanto monarquistas quanto republicanos. A República foi proclamada sem o envolvimento da população, através de uma conspiração dos militares que se acercaram da figura do Marechal Deodoro da Fonseca, que acabou aderindo ao movimento quando este já estava organizado. A proclamação da República se pareceu mais com uma parada militar do que uma revolução para mudança de regime, deixando a população sem qualquer envolvimento no processo. A expressão de Aristides Lobo, retomada por José Murilo de Carvalho, pela qual o povo assistiu ao golpe “bestializado”²⁹ é bastante instigante, já que além da falta de um apoio popular, o povo foi surpreendido com a tomada do poder pelos militares.

Citando a carta de Aristides Lobo, que trata este assunto, ele diz que:

“Por ora, a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato

²⁸Ventura, Roberto. *Euclides da Cunha – um esboço biográfico*, Companhia das Letras, 2003 p. 68

²⁹Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados*, São Paulo, Companhia das letras, 1997

deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula.

O povo assistiu aquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada.”³⁰

O governo de Deodoro foi marcado pela promulgação de uma nova Constituição, a de 1891, bastante influenciada pelos positivistas, mas também por sua inflexibilidade política, tornando o mandato bastante instável, a ponto de levá-lo a fechar o Congresso.

A proclamação da República foi descrita por Manoel Bomfim de uma forma bastante irônica:

“Era, isto, o bastante para tirar ao ato, da proclamação da República, o caráter de levante militar? Pensemos que a tropa foi puxada e o movimento teve por chefe um soldado que nunca se dissera republicano, um dos mais moços, numa irmandade de generais, todos ostensivamente monarquistas; e que esse mesmo era tido como admirador e amigo do monarca. Mais do que tudo, a forma mesmo do ato lhe tirou a qualidade de movimento de opinião.”³¹

As crises políticas levaram Deodoro a renunciar à presidência da República e quem assumiu o seu lugar foi Floriano Peixoto, cujo governo foi marcado por lutas, tais como a revolta da Armada, em 1893, e a Revolução Federalista, no sul do país. Floriano Peixoto era conhecido como o “Marechal de ferro” por sua postura dura e por ser bastante fechado, a ponto de Euclides da Cunha (que o conheceu pessoalmente) defini-lo como a “esfinge”³².

Vitorioso nestas batalhas, Floriano entregou o poder para Prudente de Moraes, em 1894, que foi o primeiro presidente civil do Brasil. Era, como ressalta Iglesias, o retorno das oligarquias ao poder. O país foi controlado pelas oligarquias paulista e mineira, numa sucessão de presidentes nomeados por estas oligarquias, até 1930.

Mas fica uma questão importante: teria a República sido um empreendimento que trazia as expectativas almejadas por alguns, com as mudanças sociais, culturais e outras mais? Em parte, a República trouxe alguns avanços: a Constituição de 1891, que criava o direito de voto para os homens maiores de 18 anos e alfabetizados, o casamento civil e a separação entre a Igreja e o Estado, o que atendia aos interesses dos grupos que haviam dado seu apoio para o estabelecimento da República.

30 Trecho de carta de Aristides Lobo, citado em Carone, Edgar, *A primeira República*, op.cit, p. 377

31Bomfim, Manoel. *O Brasil Nação*, op. cit. p. 422

32Cunha, Euclides da. *Contrastes e confrontos*, Editora Cultrix, São Paulo, 1975, p. 120

Oliveira Vianna faria posteriormente severas críticas a esta Constituição, procurando caracterizá-la como “idealista” e sem traduzir as necessidades do país ou de possuir meios de aplicar ou garantir aquilo que prometia³³.

A República representava uma grande frustração. Se num primeiro momento ela surge através do autoritarismo, depois se mostra controlada pelas oligarquias. O povo, de novo, foi colocado para fora do processo político.

Como bem mostra José Murilo de Carvalho, a frustração causada pela proclamação da República acabou levando a um sentimento de desilusão e apatia, que gerou revoltas contra o sistema, tais como a Revolta da Vacina, em 1904.

*“O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação.”*³⁴

Muito antes de Carvalho, outros autores evidenciaram este sentimento de frustração, como Sílvio Romero, em *O Brasil na Primeira década do século XX*, que deixa clara esta frustração com a República e a situação do povo brasileiro:

*“Como quer que seja, a República é agora e por enquanto a ultima ilusão do povo brasileiro”*³⁵.

Alguns contemporâneos de Romero também externavam o mesmo sentimento, tais como Euclides da Cunha e Manoel Bomfim. Euclides se mostrou bastante crítico sobre a forma como a República fora imposta a povo brasileiro expondo esta frustração em várias passagens de suas obras, como será explorado mais adiante no quarto capítulo.

Já Manoel Bomfim expressou este sentimento em várias de suas obras históricas, tais como *A América latina - males de origem*, *O Brasil na América e o Brasil Nação*. A crítica de Bomfim era bastante aguda, principalmente em relação à forma como o Estado brasileiro fora estabelecido, e em particular a República, vista por ele como não representativa do povo brasileiro. Como ele diz:

“Gerada de uma propaganda vazia a arcaica em idéias, nula como preparo de governo, a República, de 15 de novembro de encontrou-se, pelo próprio nascimento, travada de três tropeços que logo a distorceram: a iniciativa militar, a ideologia

³³Vianna, Oliveira, *O idealismo na constituição*, Companhia Editora Nacional, 1930

³⁴Carvalho, José Murilo de. *Op cit*, p. 160

³⁵Romero, Sílvio. *O Brasil na Primeira década do século XX*, Editora Limitada, Lisboa, 1912, p. 23

positivista, trazida pelos mais representativos dos mesmos limites, e o liberalismo demagógico do bacharelismo jurista e verbocinante”³⁶

A República representava um governo que não traduzia os sentimentos e os anseios da população, principalmente os das cidades, que estavam crescendo cada vez mais e formando uma classe média que exigia maior participação política. A República havia sido proclamada e existia em função da garantia do *status quo* dos grandes produtores de café e de outros setores do empresariado, que, em razão do seu poderio econômico, exerciam e procuravam impor seu poder político, mantendo a população totalmente à margem do acesso a este poder. Isto fica evidente nas eleições, onde somente uma pequena minoria da população estava apta a votar; nas próprias fraudes eleitorais, que manipulavam as eleições para garantir a vitória do candidato indicado pela elite; e mais ainda pelo descaso com a população brasileira.

Um exemplo desse descaso foram as reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro, para fazer desta cidade uma espécie de “Paris tropical”. A população carioca mais pobre foi expulsa da área onde foi construída a grande Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco, no centro do Rio), sendo deslocada para a área dos morros da cidade, iniciando um processo de favelização.

Assim sendo, muito das obras dos autores aqui estudados eram frutos da frustração gerada por esta “República que não era”, o que ficava evidente pela visão pessimista que ficava registrada em suas obras.

2– Revoltas e rebeliões: a frustração com o novo regime

A República tal como fora implantada no Brasil quase nada representou de mudanças substanciais na ordem política. Um sinal dos problemas e das frustrações com a República foram as revoltas e rebeliões.

A primeira delas foi a Revolta da Armada, que se caracterizou pela disputa pelo poder entre o Exército e a Marinha, na qual esta ameaçou bombardear o Rio de Janeiro. Segundo Francisco Iglesias, o conflito foi resolvido quando Floriano Peixoto conseguiu

36 Bomfim, Manoel. *O Brasil Nação*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, p. 428

comprar uma nova esquadra e pode fazer frente aos revoltos, terminando a luta em 1894³⁷

De uma amplitude maior e com implicações mais profundas na república recém-fundada, foi a Revolta Federalista no Rio Grande do Sul. A revolta estourou principalmente em decorrência da disputa pelo poder entre os federalistas e os republicanos pelo poder no Estado. A revolta se tornou uma verdadeira guerra civil e os revoltosos (federalistas) foram massacrados deliberadamente pelas tropas do governo:

*“a luta adquire então características de ferocidade, com os legalistas não poupando o adversário, com fuzilamentos e morte sem conta”*³⁸

Um outro sinal de descontentamento do início da República foi sem dúvida a revolta da Vacina, em 1904, que se caracterizou como sendo uma revolta popular diante da vacinação obrigatória contra a varíola, em um momento crítico, quando a cidade do Rio de Janeiro passava por uma reforma urbana, orquestrada pelo prefeito Pereira Passos, que tinha por objetivo fazer do Rio de Janeiro a “Paris tropical”, mesmo que com isto tivesse que expulsar milhares de pessoas pobres da região central da cidade.

A vacinação obrigatória fazia parte do mesmo programa que estava fazendo as obras de modernização na cidade. O governo queria mudar a imagem do Rio de Janeiro, de uma cidade conhecida pela fama de ser “o cemitério de estrangeiros”, por causa da sua insalubridade, e ao mesmo tempo construir, através das reformas urbanas, uma nova cidade, que, para deleite da elite, deveria se parecer com Paris³⁹. Neste contexto, era evidente que as reformas urbanas *não* iriam englobar nem ajudar as populações mais pobres do Rio de Janeiro, as assim chamadas “classes perigosas”.

Como lembra José Murilo de Carvalho,

*“a explicação mais óbvia é, naturalmente, que o motivo da revolta foi a obrigatoriedade da vacina. Há evidência da grande irritação popular com a atuação do governo na área de saúde pública, de modo especial no que se refere à vistoria e desinfecção das casas.”*⁴⁰

Mas o que ficava evidente era o sentimento de que a República – ou o governo – era o inimigo, nos quais a população pobre.

³⁷ Iglesias, Francisco. *Op cit*, p. 203

³⁸ Idem, p. 203

³⁹Needel, Jeffrey. *Belle époque tropical*, Companhia das Letras, SP, 1994

⁴⁰Carvalho, José Murilo de, *Op.cit*, 130

Este sentimento se traduzia no pensamento de muito dos intelectuais da época, através de um mal-estar com o regime. Isto era evidente nas obras de Sílvio Romero e Euclides da Cunha. Em Oliveira Vianna, tal sentimento aparece, embora muito mais tarde, já na década de 20, porém com um sentido bem diferente, já próximo do pensamento autoritário.

Anterior à Revolta da Vacina, surgiu, em finais do século XIX, uma revolta que, por suas dimensões, gerou grandes discussões e polêmicas, em seu tempo e ainda nos dias de hoje: a Guerra de Canudos.

Esta guerra acabou se tornando um símbolo maior do que se poderia mesmo imaginar, graças, em grande parte, a Euclides da Cunha, com a obra *Os Sertões*, onde narrou o conflito e que produziu um impacto talvez jamais visto antes na literatura brasileira.

A Revolta de Canudos também é um dos pontos mais debatidos da história do início da República brasileira.

Canudos era uma arraial que se formou no sertão da Bahia, em torno da figura de Antônio Vicente Mendes Maciel – que seria depois conhecido como Antônio Conselheiro. Ele teve uma vida difícil, marcada pela pobreza, por desemprego e também por problemas familiares, inclusive traição e prostituição da esposa.

Depois da perda de seus bens para o pagamento de dívidas, ele saiu do seu estado natal, o Ceará, e começou a pregar no interior dos sertões da Bahia e de Sergipe, dizendo ter recebido uma mensagem divina de que deveria pregar nos sertões. Se a princípio ele teve o apoio de vários padres locais, com o tempo, sua influência junto às camadas mais pobres da população acabou gerando a pressão da Igreja contra o pregador, provocando assim a solicitação de sua prisão. Antônio Conselheiro foi enviado para a prisão em Salvador e depois encaminhado para o Ceará, e lá, em sua cidade natal, Quixeramobim, foi solto, uma vez que não havia nada que justificasse sua prisão.

Em seguida, Antônio Conselheiro migrou de volta para o sertão baiano, onde continuou a pregar, a arrecadar fundos para a reforma de Igrejas e arrebanhar mais fiéis para sua causa. Isso provocou um incômodo na Igreja Católica da Bahia (a instituição romana vivia um momento histórico de centralização doutrinária e disciplinar), a ponto do

arcebispo D. Luiz ter pressionado os padres locais contra o uso da fé por Conselheiro⁴¹.

Duglas Teixeira Monteiro, fazendo uma análise sobre o clima religioso nordestino, ilustra que nesta época, com a centralização do controle da fé, buscava-se evitar a dispersão e o enfraquecimento, sendo que *“as autoridades religiosas, entretanto, viam com reservas seu comportamento autônomo.”*⁴²

Isto iria ao contrário da própria formação religiosa do Nordeste brasileiro, marcada principalmente pela formação de beatos, mais ligados ao elemento popular, tais como o padre Cícero e o Conselheiro⁴³. De fato ele diz que:

*“Mais do que isto, não deram curso a um estilo totalmente novo de piedade e pratica religiosas. Antes, acentuaram, de modo dramático (ou trágico, no caso de Conselheiro), uma orientação que, não somente era consentânea com relação ao clima religioso do sertão e da época, como tinha precedentes bem estabelecidos no Nordeste.”*⁴⁴

Villa relata que as ordens do arcebispo acabaram não surtindo o efeito esperado pois *“a desobediência às ordens do arcebispo eram causadas não pela identificação dos padres com a pregação do Conselheiro, mas pela aceitação do fato consumado: o direcionamento religioso efetivo era dado pelo peregrino, era a ele que as multidões ouviam e seguiam”*⁴⁵

A peregrinação de Conselheiro pelo sertão foi abordada por Sílvio Romero, em *Contos Populares do Brasil*, ainda na década de 1870. Este tema será melhor retratado no próximo capítulo.

Em 1893, Antônio Conselheiro, retirado no interior do sertão, fundou no local de uma antiga fazenda um povoado, que foi chamado de *Canudos*. Como descreve Lincoln de Abreu Penna:

“A comunidade de Canudos levava uma vida simples. Construíram casas, plantavam, criavam e sobretudo, rezavam. Tornou-se, assim, uma comunidade auto-suficiente que com o passar do tempo, chegara a reunir cerca de vinte mil

41 Villa, Marco Antônio. *Canudos – o povo da terra*. Editora Ática, 2ª edição, SP, 1997

42 Monteiro, Duglas Teixeira. (1977), "Um Confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado", in S. B. de Holanda (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 2. Rio de Janeiro/São Paulo, DIFEL., p. 45

43 É importante salientar que ao contrário de Conselheiro, Cícero era de fato padre.

44 Idem, p. 46

45 Villa, Marco Antônio, p., 26

habitantes.”⁴⁶

Canudos cresceu cada vez mais, e embora a vida ali tenha sido pobre, era de fato superior à da maioria da população miserável dos sertões. Isto atraía a atenção e incomodava, tanto à Igreja Católica, como foi visto no caso do arcebispo, quanto aos fazendeiros da região, que viam seu poder sendo questionado e enfraquecido.

Havia ainda outros fatores em jogo: acusavam Conselheiro de ser anti-republicano e de defender a volta da monarquia e assim tentar inviabilizar a nova república que tinha se estabelecido. Criou-se uma lenda de que Canudos representava um perigo à existência da república, algo em que Euclides da Cunha acreditava no começo e que Nina Rodrigues também imaginava.

O que incomodava mesmo era o fato de Canudos existir e ter se tornando viável no sertão baiano. Além de não representar perigo à ordem republicana, Canudos e principalmente Antônio Conselheiro, do ponto de vista religioso, evidenciavam uma tradição relativamente comum na região: profetas e beatos que, através de um programa messiânico, tentavam e conseguiam arrebatar o povo da região. Canudos, portanto, incomodava por ser um atentado, por representar um desequilíbrio no *status quo* da região. Como diz Villa:

*“(...) Antônio Conselheiro dava um sentido à vida dos sertanejos, demonstrando no dia-a-dia os limites do poder autocrático do Estado, da Igreja e dos latifundiários, e, mais ainda, a possibilidade da superação dessa ordem social.”*⁴⁷

O estopim da guerra surgiu quando Antônio Conselheiro encomendou a compra de madeira na cidade de Juazeiro, na Bahia, para ser utilizada na construção da nova Igreja no arraial. Como a madeira não foi entregue, Conselheiro decidiu ir pessoalmente buscar o material, o que gerou um medo na população local, que imaginava (ou fora instigada a imaginar) que Conselheiro estivesse indo para saquear a cidade.

Muito do medo que existia fora criado pela Igreja Católica local, que temia pela perda de mais fiéis para Conselheiro. Era através do medo que a Igreja procurava manter a população sob seu controle e ao mesmo tempo, evitava a perda de mais fiéis para Conselheiro.

⁴⁶Penna, Lincoln de Abreu. *A República brasileira*, Editora Nova Fronteira, RJ, 2000, p. 76

⁴⁷Villa, Marco Antônio. *Op. Cit.*, p. 29

Diante do problema que havia surgido, o juiz de Juazeiro solicitou um reforço policial contra o arraial. Foi enviada uma primeira expedição contra Canudos, prontamente derrotada. Com o fracasso dessa expedição, encaminhou-se uma nova expedição, desta vez com mais tropas, também derrotada.

Criou-se um clima apreensivo, uma vez que o fracasso das duas primeiras expedições começava a ameaçar o prestígio do exército.

Foi enviada uma terceira expedição, comandada pelo coronel Moreira César (oficial experiente em batalhas, que havia lutado na revolta federalista no sul do país), muito mais bem estruturada que as duas primeiras, utilizando armamento moderno, com mais soldados. Mais uma vez, foi um fracasso total – com o abandono de equipamentos e armas, a morte não apenas de inúmeros soldados, mas também do próprio Moreira César, que inclusive teve seu cadáver abandonado no sertão, provavelmente incinerado pelos sertanejos.

O impacto dessa derrota abalou em cheio o prestígio da república e de seu primeiro presidente civil, Prudente de Moraes. A Guerra de Canudos, que era inicialmente uma questão local, ganhou uma dimensão nacional, demonstrando a fraqueza e o fracasso da nova ordem republicana em se impor no país. A imagem da República, enquanto instituição, estava em jogo.

A Guerra de Canudos ainda teve um dado bastante peculiar: foi a primeira guerra ou evento significativo dessa natureza transmitida quase que em tempo real, graças principalmente ao envio de correspondentes de guerra, como Euclides da Cunha, ao campo de batalha e à utilização de telegramas para o envio das notícias aos jornais do restante do país. É importante salientar que a guerra do Paraguai já merecera uma cobertura jornalística, inclusive fotográfica.

E o que ajudava a aprofundar esse clima de insatisfação com a república era o fato de que o conflito fora noticiado e relatado diariamente através dos jornais, mantendo a população sempre informada sobre os acontecimentos.

A Guerra de Canudos também mobilizou a elite intelectual do país, que procurava tentar entender o que acontecia e qual a natureza do conflito, de Euclides da Cunha a Afonso Arinos (que era monarquista), Machado de Assis e Sílvio Romero, entre outros. A dificuldade de compreensão sobre o assunto era tanta que como diz Roberto Ventura,

“Machado observou, em sua coluna na Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro,

*que Canudos apresentava uma feição de mistério, já que pouco se sabia sobre a doutrina de seu líder, capaz de mobilizar milhares de seguidores.”*⁴⁸

Assim fora criada a quarta expedição, desta vez comandada por um general, Artur Oscar, com mais de 5 mil homens, com o objetivo de destruir completamente o arraial. Essa expedição, porém, começou a sofrer dos mesmos problemas das anteriores, principalmente na falta de uma logística adequada para a manutenção das tropas. Ela ameaçou fracassar, e para evitar a humilhação total, o próprio ministro da guerra, o marechal Bittencourt, se dirigiu para a região e se estabeleceu em Monte Santo, a fim de planejar e coordenar a ação.

Essa ação foi fundamental para o final da guerra. Além do estabelecimento de linhas de suprimentos adequadas para as tropas, Canudos vivia uma grande carestia de suprimentos e uma crise humanitária, como resultado da fome, da sede e da falta quase que total das condições de salubridade, como resultado do cerco que sofria.

A guerra terminou em 5 de outubro de 1897. Canudos foi completamente arrasado, com um grau de destruição total, sua população foi praticamente exterminada. Alguns poucos sobreviventes, na maioria mulheres, foram trazidas como prisioneiras para o Rio de Janeiro ou vendidas para zonas de prostituição em Salvador. A República que se anunciava como centro da moral e da civilização gerou a morte, a destruição e a barbárie.

Walnice Nogueira Galvão assinala que a degola realizada pelo exército era uma prática comum utilizada pelo exército. O assassinato da população, portanto acabou reproduzindo mais uma situação que era, de fato, rotineira nas ações do exército. Como ela diz:

*“De fato, a existência de tais práticas nem era desconhecida nem causava escândalo; convém notar que este só surgiu posteriormente, depois que o perigo comum fora eliminado; ainda assim, só foi escândalo para a consciência letrada do país.”*⁴⁹

Antônio Conselheiro morreu dez dias antes da destruição de Canudos e seu cadáver foi desenterrado pelos vencedores, sua cabeça cortada e enviada para análise da Faculdade de Medicina da Bahia, a cargo de Nina Rodrigues, que produziu um relatório sobre o conflito de Canudos e a avaliação de Conselheiro.

⁴⁸Ventura, Roberto. *O Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república*, Viagem incompleta, Editora Senac, SP, 1999, p. 332

⁴⁹ Galvão, Walnice Nogueira. *No calor da hora*, São Paulo, Crítica, 1977, p. 98

Euclides da Cunha acompanhou essa 4ª expedição, na condição de correspondente de guerra do jornal *O Estado de São Paulo*. Baseado nas anotações que fez ao longo do conflito, Euclides escreveu o livro mais importante sobre o conflito, *Os sertões*.

A destruição de Canudos se deveu, como lembra Roberto Ventura, *“menos ao anti-republicanismo do Conselheiro do que a fatores políticos, como os conflitos entre facções partidárias na Bahia, a atuação da Igreja contra o catolicismo pouco ortodoxo dos beatos e as pressões dos proprietários de terras contra Canudos, cuja expansão trazia escassez de mão-de-obra e rompia o equilíbrio político na região.”*⁵⁰

Com a destruição do arraial, impunha-se de forma cruel e violenta a ordem política na região, dominada pelos fazendeiros e pela Igreja Católica, que mantinham a população na miséria e sob o seu controle.

A Guerra de Canudos teve toda a sorte de repercussões: o de estabelecer a ordem da República, servindo assim como um símbolo ao fortalecimento desta; mostrar ao povo das cidades um outro Brasil desconhecido, rude e atrasado; impor a todos os intelectuais brasileiros – de Sílvio Romero à Oliveira Vianna, só para mencionar os principais teóricos do racismo - uma reflexão a respeito do país que existia e que se queria constituir, sobre o povo pobre do sertão e de questionar os valores em que se acreditava sobre a sociedade.

Como assinala Galvão, *“a consciência intelectual, por convicção em alguns casos, por omissão em outros, vai causar na consciência letrada do país um complexo de Caim de que até hoje ela não se libertou, no que diz respeito à Guerra de Canudos.”*⁵¹

3– A vida intelectual brasileira

Do ponto de vista intelectual, o Brasil, no século XIX, era bastante limitado. Somente depois da independência, em 1827, diante da necessidade de se criar uma *intelligentsia* nacional, que conhecesse e administrasse a realidade do país, é que foram criadas a escola de Direito de São Paulo, no largo São Francisco (atualmente parte da Universidade de São Paulo), e a escola do Direito do Recife, precedidas pelo curso de

⁵⁰Ventura, Roberto. *Euclides da Cunha.- em esboço biográfico*, Op.cit, p. 182

⁵¹ Idem, p. 98

Medicina, em Salvador, quando da vinda da família real portuguesa para a colônia.

Na segunda metade do século XIX, este quadro praticamente não havia sido alterado. O Brasil ainda era um país onde a maioria da população estava marginalizada ao acesso à educação básica, e apenas começavam a se estruturar as instituições de ensino superior e de pesquisa – tais como as faculdades de Direito e o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) –, com o objetivo de formar quadros intelectuais e administrativos.

O IHGB foi criado em 1838, com o objetivo de criar a idéia de uma “nação brasileira”, construindo uma história e uma geografia que legitimassem a fundação do Império brasileiro. O Instituto era financiado pelo próprio Imperador, num misto de mecenato e instrumentalização.

O papel de debater as mudanças no pensamento brasileiro coube às faculdades de Direito.

Na década de 1870, logo após a guerra do Paraguai, houve um intenso momento de discussão da ordem nacional. O Brasil era um país que estava passando por um processo de concentração da população nas cidades (mas ainda com a maioria vivendo no campo), com um surto de desenvolvimento e riquezas trazidas pelo café e outros produtos de exportação, desenvolveram-se novas concepções de nação, o que levava à discussão de temas como Abolição da escravidão e República.

Dentro deste quadro, vale a pena destacar o papel exercido pela Faculdade de Direito do Recife, ou como acabou sendo conhecida pela sua influência, o grupo “A escola do Recife”. Esse grupo, adotando a filosofia alemã, e o pensamento de autores de diferentes nacionalidades européias, como Spencer, Gobineau e Darwin, produziu um novo modo de pensar sobre a sociedade brasileira, dando uma interpretação que contrastava em muito com a visão estabelecida pela monarquia e pelo movimento literário romântico (apesar de manter, de certa forma, o espírito romântico nas interpretações da realidade nacional).

Surgiu uma teoria nacionalista, “científica”, evolucionista e baseada em idéias racistas sobre a formação da sociedade brasileira, bem como de sua história e das perspectivas para seu futuro.

Nesse processo, vale a pena mencionar a importância de Tobias Barreto. Este autor iniciou uma renovação do pensamento brasileiro, principalmente ao adotar uma postura “cientificista”, em sua tentativa de compreensão da realidade brasileira, como nos explica

Lilia Schwarcz:

*“A recepção dessas teorias científicas deterministas significava a entrada de uma discurso secular e temporal que, no contexto brasileiro, transformava-se em instrumento de combate a uma série de instituições assentadas”.*⁵²

Uma característica desse grupo se baseava na idéia de que toda a realidade pode e deve ser comprovada cientificamente, negando assim as crenças religiosas, a metafísica e tudo o mais que não pudesse ser provado naquela direção.

Barreto e, em particular, seu aluno e sucessor Sílvio Romero começaram a questionar a posição em que se encontrava o Brasil – monárquico, escravista, atrasado –, pensando numa nova nação, próspera, livre e que responderia por si mesma. Isto era condizente com o pensamento da época em todo o mundo, ou seja, na idéia de progresso e desenvolvimento que havia sido construída pelo imperialismo mundial.

Esse acabou sendo um dos objetivos de Romero na sua tentativa de construir uma nova forma de entender o Brasil, seja através do estudo do folclore e da poesia popular (conhecendo as “raízes” do povo brasileiro), seja através da literatura, e vinculando esses estudos às teorias racistas que se discutiam em seu tempo.

Sob um outro aspecto, é importante dizer que o surgimento da Escola do Recife estava em sintonia com o seu tempo, em termos internacionais. Como lembra Eric Hobsbawm, era comum surgirem em vários países “emergentes”, grupos, em geral vinculados a instituições acadêmicas, com a finalidade de discutir a questão nacional, mas sem de fato possuírem um respaldo ou apoio popular. A identidade desse grupo

*“consistia basicamente de um extrato social intermediário entre as massas e a burguesia ou a aristocracia existentes (se tanto), especialmente os literatos: professores, camadas inferiores do clero, alguns pequenos comerciantes e artesãos urbanos, e aquela espécie de homens que tinham conseguido subir ao ponto máximo possível para os filhos de um campesinato subordinado numa sociedade hierárquica. Eventualmente os estudantes - de algumas faculdades, seminários, colégios com orientação nacional – forneciam a estes grupos um ativo corpo de militantes.”*⁵³

A escola do Recife evidenciava o processo de integração e inserção do Brasil e dos

⁵²Schwarcz, Lilia, *O espetáculo das raças*, op.cit., p. 150

⁵³Hobsbawm, Eric. *A era do capital*, Editora Paz e Terra, RJ, p. 109

intelectuais brasileiros dentro da esfera mundial, bem como o movimento e a necessidade de setores da sociedade brasileira de procurar modernizar o país.

Brito Broca faz uma análise pertinente, ressaltando um ponto crítico sério que era a percepção das questões raciais, que haviam ganho um novo plano, embora fossem marcadas pela situação vivida pelo negro, recém-saído do cativeiro. Assim ele diz que:

*“O movimento científico da Escola do Recife, sob a influência germânica, em lugar de proclamar a legitimidade da nossa formação étnica, carregara ainda mais no preconceito, levando-nos a ver na mestiçagem um fator de decadência da nacionalidade.”*⁵⁴

Esta situação estava, porém, bastante vinculada ao imaginário criado pelas teorias raciais em todo o mundo, o que mostrava o vínculo destes intelectuais com os demais dos outros países.

Já Roberto Ventura assinala que o progresso e a modernização foram questões centrais da “Escola do Recife”, propondo trabalhar na afirmação de uma literatura nacional:

*“A existência de uma literatura nacional, com obras e autores originais, se ligava à afirmação da autonomia e de soberania da recém-fundada nação brasileira.”*⁵⁵

As escolas de Direito desempenhavam o papel de universidades, verdadeiras “universidades antecipadas”, como definiu Marcos Silva: promover debates, estudos e discussões sobre a ordem brasileira e a situação mundial, inclusive num plano de multiplicidade disciplinar⁵⁶.

O quadro que mais chamava a atenção era o da limitação acadêmica. Existiam, no século XIX, somente duas faculdades de Direito (a de São Paulo e a do Recife), Medicina no Rio de Janeiro e em Salvador e Engenharia no Rio de Janeiro, mais a Escola de Minas de Ouro Preto. O acesso às escolas superiores no Brasil era extremamente limitado.

Além da Escola do Recife, uma outra instituição de ensino superior que exercia

54 Brota, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900, Rio de Janeiro*, José Olympio Editora, 4ª edição, 2004, p. 157

55 Ventura, Roberto. *“História e crítica em Silvio Romero”*. In Romero, Silvio. *Compêndio de História da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Imago, 2001, p. 10

56 Silva, Marcos. “Câmara Cascudo, a cultura brasileira e a universidade”. Edição citada.

influência no pensamento do Brasil era a Faculdade de Medicina da Bahia. Localizada em Salvador, perto do pelourinho, no Terreiro de Jesus, esta foi a primeira faculdade fundada no país, em 1808. Nesta instituição, debatiam-se idéias importantes, vinculando o conhecimento médico ao direito e à sociologia, produzindo uma combinação que teria um grande impacto não somente sobre a Escola do Recife, mas também na divulgação do pensamento brasileiro, principalmente com a formação da Medicina Legal, que era um campo novo no país.

O papel desempenhado por Nina Rodrigues foi fundamental para a formação deste centro de conhecimento, uma vez que ele trabalhou com bastante afinco na estrutura da Medicina Legal⁵⁷ e também na aplicação das teorias raciais e criminalistas européias (principalmente a italiana, a de Lombroso), como base teórica de trabalho.

O movimento da Bahia, embora não tenha tido o impacto do de Recife, teve uma influência grande, em especial na formação do pensamento racial brasileiro. Ele procurava ironizar a escola do Recife, criticando Tobias Barreto e na idéia de “livre-arbítrio”. De fato, eram duas linhas de pensamento, que apesar das diferenças, acabavam interagindo e se aproximando, em particular no que diz respeito à questão racial.

Apesar destes centros de ensino, podemos perceber, portanto, que a educação escolar era precária, a maioria da população não tinha quaisquer meios de ter acesso a escola, quanto mais a um curso superior. O analfabetismo era gritante. A constituição de 1891, por exemplo, facultava o direito ao voto somente aos homens com mais de 18 anos e alfabetizados, o que reduzia drasticamente a quantidade de pessoas aptas a votar (menos de 5% da população).

A falta de uma estrutura maior ficava evidente na circulação de livros e jornais, limitados sempre a uma parcela muito pequena da sociedade. Os poucos intelectuais brasileiros viviam de empregos públicos pela falta de um público leitor em uma quantidade suficiente que pudesse mantê-los com a renda de seu trabalho específico. O âmbito de discussões e de troca de idéias era quase sempre restrito somente à elite. Autores como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues (que foram todos contemporâneos) escreviam entre si e se citavam o tempo todo: Sílvio Romero fez um discurso famoso

⁵⁷ Vale lembrar que vários institutos médico-legais no Brasil foram fundados pelos seus “discípulos”, tais como Afrânio Peixoto (no Rio de Janeiro) e Oscar Freire, em São Paulo. O Instituto Médico Legal de Salvador, é chamado de “Instituto Médico-legal Nina Rodrigues”

quando da entrada de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras; algumas observações em *Os sertões* provavelmente são fruto de estudo das obras de Romero; Nina Rodrigues foi muito influenciado por Romero, deixando isto claro em sua obra; e ao final de *Os sertões*, como bem lembra Roberto Ventura,

“Euclides ironizou (...) Nina Rodrigues como o representante da ciência encarregada de dar a “última palavra” sobre Canudos pelo exame do crânio de Antônio Conselheiro”.⁵⁸

Num ambiente cultural erudito relativamente restrito, as discussões acadêmicas surgiam a todo o momento. Na maioria das vezes, essas discussões acabavam entrando para o rol das polêmicas, onde se evidenciava uma busca de ofender o outro, na tentativa de provocá-lo, para criar discussões que, na maioria dos casos, partia para o lado pessoal, colocando a própria discussão acadêmica em segundo plano.

De acordo com Ventura, em seu livro *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*⁵⁹, Sílvio Romero fazia debates e polêmicas contra todos os intelectuais de seu tempo, como Manoel Bomfim (que não quis polemizar com ele), Machado de Assis, José Veríssimo, Teófilo Braga, entre outros. As polêmicas faziam parte da vidas desses intelectuais, acostumados a frequentar os mesmos lugares e constituíam assim, uma espécie de “clube” e círculo de amigos e influências.

Em decorrência deste mundo intelectual restrito, Machado Neto lembra que todos intelectuais eram, portanto, autodidatas – a inexistência das Universidades favorecia que os intelectuais investissem em áreas nas quais não tinham quaisquer formação ou conhecimento acadêmico – o que é o caso dos quatro autores estudados aqui: Sílvio Romero e Oliveira Vianna eram formados em Direito, ao par que Nina era médico e Euclides, engenheiro. Porém, Machado Neto faz aqui uma ressalva importante:

*“A presença do autodidatismo, embora marcante no sentido de que os nossos escritores e pensadores não tinham, no comum, formação escolar específica no âmbito do saber que versava, em suas obras, ao pé da letra e no sentido mais rigoroso não constituía um contingente representativo.”*⁶⁰

⁵⁸Ventura, Roberto, *Um Brasil mestiço*. Op.cit p. 351

⁵⁹Idem. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*, Companhia das Letras, 1990.

⁶⁰ Machado Neto, I. *Estrutura social da República das Letras*, São Paulo, São Paulo, Editorial Grijaldo, 1973, p. 104

De fato, a polêmica se tornou parte do pensamento neste período, transformando-se em mais questões pessoais do que do debate intelectual propriamente dito. Como ressalta Ventura:

*“Polêmicas surgidas de questões secundárias se desviavam para debates de erudição e defesas da honra, em que o desafiante buscava provar sua “superioridade” sobre o oponente.”*⁶¹

E complementando ele diz que:

*“Discutia-se tanto a origem das raças e o conhecimento de línguas estrangeiras, quanto a doutrina eclesiásticas, minúcias gramaticais e até gênero do substantivo arquitrave. Das ameaças e zingamento, os adversários chegavam a processo de difamação nos tribunais e mesmo ao suicídio, recurso extremo na defesa da honra ultrajada”*⁶²

Machado Neto ilustra bem o quadro que se formou à partir deste “clube” de intelectuais, marcados principalmente pela formação da assim chamada *boêmia literária*, marcada pelas discussões intelectuais e literárias – quando não das polêmicas, conforme mencionado anteriormente. Assim diz o autor:

*“com as mudanças sociais e a relativa modernização do país suscitadas pela abolição e pela República a boêmia tradicional se foi metamorfoseando na boêmia dourada dos dandys. Em torno de 1900, já é essa a doutrina, não mais os cafês e restaurantes, mas os salões onde a literatura se tinha assimilado ao mundanismo da metrópole cosmopolita e civilizada em que o Rio timbrava por transformar-se.”*⁶³

Brito Broca também ilustrou a importância destes salões literários. Ele lembra que nos tempos do Império, eram quase inexistentes, mas com a República ganharam um novo alento e espaço. Assim ele diz que depois da instabilidade político-social que surgiu com a República, estes salões literários ganharam vida e um espaço cada vez maior:

“Mas no começo do século, a crescente valorização das letras e a espécie de aliança que elas então fizeram com o mundanismo, contribuíram para que

61 Ventura, Roberto. *Estilo tropical*. Op cit. p. 79

62 Idem, p. 79

63 Neto, Machado. *Op. cit.* p. 94

*surgissem alguns salões de caráter acentuadamente literário.”*⁶⁴

Broca ainda ressalta a importância destes salões literários vinculados a um outro intelectual, formando assim grupos literários. Neste lugares os assuntos prediletos eram a literatura e a ciência, ou como os “homens de ciência” entendiam sobre estes assuntos, como ironiza Lilia Schwarcz⁶⁵. Debatiam os temas mais gerais, tais como a situação política, a falta de um maior estudo sobre os problemas do país, a carência da educação popular, entre outros.

Portanto, a literatura era um dos temas mais importantes em discussão, como também salienta Nicolau Sevcenko, em *A literatura como missão*, onde estudou a questão de sua importância no engajamento dos intelectuais brasileiros⁶⁶. Sevcenko ilustra o caráter fundamental que a literatura adquiriu na transição do século XIX para o XX, traduzindo as mudanças sociais e políticas brasileiras -

*“mudanças que foram registradas pela literatura, mas sobretudo mudanças que se transformaram em literatura. Os fenômenos históricos se reproduziram no campo das letras, insinuando modos originais de observar, sentir, compreender, nomear e exprimir.”*⁶⁷

E complementando, ele diz que a criação literária era

*“encampada por homens de ação, com predisposição para a liderança e gerência político-social: engenheiros, militares, médicos, políticos, diplomatas, publicistas.”*⁶⁸

A questão do estudo da literatura é de especial importância, como vemos em José Veríssimo, Euclides da Cunha (*O sertões* pode ser interpretado tanto como uma obra “científica” como literária) e Sílvio Romero, que defendia a literatura como forma de análise histórica e social, de acordo com Alberto Luiz Schneider.⁶⁹

Uma crítica que vários escritores deste tempo (entre os quais, Manoel Bomfim, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna) faziam era à falta de uma dedicação desses intelectuais à compreensão das coisas brasileiras, à necessidade de

⁶⁴ Broca, Brito. Op cit, p. 60

⁶⁵ Schwarcz, Lilia, *op.cit.* p. 23

⁶⁶ Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão*, Companhia das letras, SP, 2004

⁶⁷ Idem, p. 286

⁶⁸ Idem, p. 287

⁶⁹ Schneider, Alberto Luiz, *Sílvio Romero – hermenêutica do Brasil*, Editora Annablume, 2005, p. 24

estudar o país e principalmente à forma como os intelectuais faziam para assimilar as idéias que vinham do estrangeiro, adotando-as sem fazer críticas nem uma análise da realidade brasileira. Esse tema gerou polêmicas em seu tempo, que, de certa forma, ainda se estendem para os dias atuais.

A crítica que Romero fazia a esse respeito era bastante contraditória, uma vez que era comum entre os intelectuais de seu tempo - inclusive ele próprio, representante da Escola do Recife - fazer estudos brasileiros com base em teorias estrangeiras. Mas isto era uma dimensão também da carência intelectual em que vivia o país, onde a falta de um maior meio cultural e acadêmico provocava a necessidade de se buscar no exterior modelos teóricos a serem aqui implementados.

4- As ideologias dominantes: Nacionalismo e o racismo científico.

Na mesma época em que se desenvolviam as idéias da Escola do Recife e se contestava a organização político-social do Brasil, começaram a se expandir em todo o mundo - e também no Brasil - o nacionalismo e o racismo. De uma forma ou outra, vários escritores, tais como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, absorveram essas idéias e as transportaram para as suas obras. Mesmo outros, como Manoel Bomfim, tinham um contra-discurso anti-racista justamente porque o racismo havia se tornado uma moeda corrente na discussão ideológica brasileira.

O nacionalismo e o racismo eram ideologias de fundamental importância no mundo intelectual, servindo tanto como elemento para dar base ou gerar críticas às análises sociais e de interpretação da história brasileira.

A ideologia nacionalista está associada ao aumento da urbanização e da industrialização. Era um movimento construído e desenvolvido nas cidades, direcionado a uma nova população, que saía dos campos e buscava uma vida melhor. Nas cidades, muitos dos valores que estas pessoas tinham em suas terras de origem se perdiam, em particular o religioso, uma vez que a nova realidade apresentava um mundo maior, mais cosmopolita e não tão fechado em si mesmo, como o das pequenas comunidades.

É nesse ponto que a população recém-urbanizada começou a se identificar com

outros valores, dentre os quais o mais importante era a idéia de “nação”, onde todos pertenceriam não mais a suas comunidades pequenas, mas sim a uma maior, que englobava toda aquela população.

Eric Hobsbawm menciona que o termo “nação” é considerado vernáculo para as línguas latinas, sendo tomado de empréstimos em outras línguas, e simbolizava principalmente a idéia de nascer ou de um lugar de nascimento (nascer, nação, *natio*):

“ De fato, se do ponto de vista revolucionário “a Nação” tem algo em comum, não era, em qualquer sentido, a etnicidade, a língua, ou o mais, mesmo que estas também pudessem ser indicação de vínculo coletivo”⁷⁰.

Como descreve Monteserrat Guibernau⁷¹, o nacionalismo é uma ideologia que antecedia a idéia de um “Estado Nacional”, mas foi com a unificação alemã e a similar italiana que o tema ganhou maior notoriedade e importância.

Benedict Anderson elaborou a idéia de que a concepção do termo “nação” foi estruturada tendo como base três formas: imaginada, limitada e soberana. Uma nação é imaginada porque seus membros jamais poderão conhecer ou entrar em contato com todos, e a partir desse sentimento, tem-se a perspectiva de que todos compunham a mesma comunidade. Já a visão de que essa “nação” é limitada se dá justamente em conjunto com a primeira: se imagina a existência de uma nação, imagina-se essa “nação” dentro de um espaço geográfico que determinaria o seu limite, o ponto onde essa nação terminava para dar o espaço ao surgimento de uma outra. E por último, existia a idéia de que a nação, dentro de seu território é soberana, podendo exercer os seus valores, portanto seria livre. A “nação” dentro do seu território poderia se desenvolver da forma que melhor a representasse. É neste sentido que Anderson diz que

“o penhor e o símbolo dessa liberdade é o Estado soberano”⁷².

No século XIX, começou a se desenvolver a idéia de que o Estado nacional ou o Estado-Nação era a instituição representante da nação. Hobsbawm ressalta que a idéia da construção do Estado-Nação era artifício político que reclamava o direito de construir este Estado baseado na sua idéia de “nação”. Ele exemplifica com o caso da Itália, onde há um extremo da divergência entre o Estado Nação e o nacionalismo, uma vez que quando da

⁷⁰Hobsbawm, Eric. *Nações e nacionalismo*, Editora Paz e Terra, RJ, 1991, p. 32

⁷¹Guibernau, Montserrat. *Nacionalismos – O Estado nacional e o nacionalismo no século XX*, Jorge Zahar Editor, 1997.

⁷²Anderson, Benedict, *Nação e consciência nacional*, Editora Ática, SP, 1989 p. 16

unificação, somente 2,5% da população falava o italiano. Era a idéia de criar o país e depois criar o “povo” deste país⁷³.

Tanto a idéia de “povo” quanto a de “nação” são produtos de uma elite intelectual. Essa elite ou grupo dominante, agindo por seus interesses, construiu o seu imaginário de “povo”, para criar a sustentabilidade a seu projeto de “Nação”. O “povo” ou aquilo que o caracteriza é uma invenção de uma elite, que agindo deste modo, poderia definir o conceito dentro de seu projeto de nação.

Da mesma maneira, dentro da sua “nação”, o “povo” se sentiria protegido, vivendo, sem desigualdades ou exploração.

É importante salientar que o “povo”, sendo construção de uma elite, é algo que gera uma outra dinâmica – este povo seria o produto da elite ou ele daria os fundamentos à sua nação? Isto é, a nação seria o produto de uma construção ideológica da elite sobre o povo, que deveria se adequar àquela realidade.

Nos dizeres Michael Hardt e Antônio Negri, a idéia de “povo” possui um componente ideológico bastante importante, já que os elementos que o caracterizam são atribuídos a ele, dando-lhe uma identidade e não necessariamente representavam este povo. Por exemplo, existem concepções de povo tais como “povo brasileiro”, onde se atribuem elementos característicos, que não representam necessariamente os valores dessa população, mas que servem para os interesses da elite.

Nisso, ele difere da idéia de multidão, que é algo disforme, uma massa sem sentido ou identidade, um amontoado de pessoas. Já o povo

*“tende à identidade e homogeneidade internamente, ao mesmo tempo que estabelece suas diferenças em, relação ao que dele está fora e excluído. Enquanto a multidão é uma relação constituinte inconclusiva, o povo é uma síntese constituída e preparada para a soberania”*⁷⁴

Enfatizando esta questão, os autores dizem que

*“Toda nação precisa fazer da multidão um povo.”*⁷⁵

Assim, a criação e a identidade de um povo são uma obra ideológica que busca criar identidade para essa multidão, tornando-a coesa e controlada, mesmo que de forma

⁷³Hobsbawm, Eric. *A era do capital*, p. 108.

⁷⁴Hardt, Michael & Negri, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001, p. 120

⁷⁵Idem, p. 120

artificial.

Associou-se a este conceito de “povo”, no século XIX, a idéia de que as nações deveriam representar um grupo racialmente definido:

*“a construção de uma diferença racial absoluta é o terreno essencial para a concepção de uma identidade nacional homogênea”.*⁷⁶

Esta é uma preocupação central tanto de Romero, como de Nina Rodrigues, Euclides e Oliveira Vianna. Todos eles procuravam saber ou tentar identificar o que de fato seria o “povo” brasileiro. Seria o mestiço, como diz Sílvio, ou o negro de Nina Rodrigues ou mesmo o sertanejo de Euclides. Em Vianna, isto é um pouco mais complicado, mas ele também estabelece o povo como sendo mestiço, embora analise isto de forma a depreciá-lo.

É importante salientar a conjunção destes fatores: a nação imaginada, frente a nação real, a idéia de povo e a identidade nacional. Estes é que serão as orientações destes intelectuais. Mais importante do que as teorias raciais (que serão explicadas em seguida) eram estas as orientações que determinavam as direções as quais ele engajaram o seu pensamento, transcendendo, assim, estas mesmas teorias.

A maneira mais comum de se identificar os grupos humanos, no período considerado, era exatamente através das teorias raciais. Estas surgem, assim, como uma forma de interpretação da realidade, como um instrumento para compreender a realidade da população.

Atualmente, sabemos que o ser humano teve uma origem comum e que as diferenças físicas entre os grupos humanos, tais como cor de pele, cor dos cabelos, dos olhos, formato do crânio ou da face, não se traduzem em padrões de comportamento. São, antes de mais nada, características físicas causadas pela adaptação do ser humano ao meio ambiente. Luigi Luca Cavalli-Sforza, procura mostrar como e porque a espécie humana desenvolveu as diferenças físicas e como estes agrupamentos foram se desenvolvendo, se diversificando e posteriormente se dividindo em línguas.⁷⁷

No século XIX, o conhecimento que se tinha sobre a biologia e a origem das variações de aparências entre os seres humanos era muito limitado.

⁷⁶Idem, p. 121

⁷⁷Cavalli-Sforza, Luigi Luca. *Genes, povos e línguas*, Companhia das Letras, SP, 2003.

Nesse livro, o autor mostra como se processaram, através do tempo, as diferenças físicas entre os seres humanos, ilustrando em conjunto a evolução dos povos e das línguas, mostrando como a evolução dos povos não estava relacionada com a biologia e sim com aspectos culturais e da relação com o meio.

O racismo científico, como ideologia, começou a ser debatido na França do século XVIII e tinha como premissa o estudo dos povos selvagens e não-selvagens. É nessa época que Rousseau afirmou, em seu famoso “*Discurso sobre a desigualdade das raças humanas*”, que não existem diferenças entre os seres humanos, a não ser aquelas derivadas da natureza (tais como a idade, o tamanho dos indivíduos, etc), e as de ordem moral, inclusive defendendo a idéia do “bom selvagem”, onde defende que todo homem é bom por natureza, sendo corrompido pela sociedade⁷⁸. Em contraste com esta igualdade é que se alimentou a idéia de desigualdade racial. Na realidade esta se fundamentava na crença, por parte da nobreza francesa, de que esta pertencia a uma casta superior à da população.

Não será à toa, portanto que a partir de um dos membros dessa nobreza, o conde Artur de Gobineau (amigo pessoal de Pedro II, com quem trocou correspondência), as teorias racistas ganharam uma maior consistência, como se percebe em seu livro, de 1853, *Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas*, que acabou tendo uma grande influência nas teorias raciais.

Segundo Ventura, em Gobineau uma inversão de papéis em relação a Rousseau e a idéia do *homem natural*. Como ele diz:

“Enquanto Rousseau atribuía a disparidade entre as sociedades a causas históricas, resultantes do estabelecimento do contrato social e do direito de propriedade, Gobineau naturalizou as diferenças, que fundou em fatores étnicos e traços inatos”.⁷⁹

Gobineau construiu uma teoria neste livro na qual a chave para a compreensão da História estava na biologia. O que levava as civilizações ao apogeu ou à decadência era o grau de preservação da aristocracia frente às misturas raciais com as “raças inferiores”. Gobineau tomava como exemplo a França, onde, segundo ele, foi essa mistura que conduziu à decadência da monarquia e procurava criticar a idéia de igualdade entre os membros da população.

Ele construiu uma teoria na qual a mistura racial fazia com que os descendentes das “raças superiores”, ao coabitarem com a população, gerassem, automaticamente, indivíduos inferiores, o que levaria à decadência da humanidade. Esse pensamento teria muita influência mais tarde nas idéias dos racistas brasileiros e, em particular, em Oliveira Vianna, do livro *Populações meridionais do Brasil*.

⁷⁸Rousseau, Jean Jacques. *Os pensadores*, Editora Abril, SP.

⁷⁹ Ventura, Roberto, *Op.cit*, p. 56

O pensamento de Gobineau pretendia garantir à aristocracia francesa (pós-revolução de 1789) privilégios supostamente oriundos de sua superioridade biológica, uma vez que pertenceriam a uma raça dita superior.

Como diz Hannah Arendt,

*“graças à raça, podia ser formada uma “elite” com direito às antigas prerrogativas das famílias feudais, e isso apenas pela afirmação de que se sentiam como nobres; e bastava aceitar a ideologia racial para provar o fato de ser “bem nascido” e de ter “sangue azul” em suas veias: a origem superior recebida pelo nascimento implicava direitos superiores”.*⁸⁰

Na segunda metade do século XIX, as idéias racistas de Gobineau ganharam um novo aliado involuntário que era a teoria evolucionista do cientista inglês Charles Darwin, sobre a origem das espécies vegetais e animais⁸¹. Nesse livro, Darwin trata do resultado de uma pesquisa em todo o mundo sobre o processo de evolução das espécies, mostrando como estas se adaptavam ao meio e que, ao se adaptarem, poderiam se desenvolver, dentro da idéia da vitória do “mais forte”. A obra-prima de Darwin, *“A origem das espécies”*, de 1859, se baseava nessa premissa.

Sabe-se que Darwin nunca pensou em aplicar essas idéias na interpretação da sociedade. Darwin não havia elaborado o seu estudo com o objetivo de classificar a diversidade das populações humanas. Como diz Sforza,

*“Darwin reconhece isso e denunciou as tentativas de classificar as raças.”*⁸²

Apesar de Darwin não ter apoiado a teoria de que existissem raças humanas superiores ou inferiores, muitos teóricos e intelectuais começaram a fazer interpretações da sociedade tendo como base suas análises. Não é à toa que o escritor anti-racista Manoel Bomfim critica esta correlação, chamando estas teorias de *“uma visão errônea nas teorias de Darwin.”*⁸³

O pensador Juan Comas assinala que um dos objetivos da utilização das teorias de

⁸⁰Arendt, Hannah. *As origens do totalitarismo*, Companhia das Letras, SP, 1993, p. 204

⁸¹Darwin, Charles. *A origem das espécies*. Larousse-escala 2009. A obra de Darwin modificou a forma do homem pensar a natureza e a si mesmo, uma vez que mostrava o ser humano como sendo parte da mesma e de um processo evolutivo, no qual ao longo do tempo as espécies foram se adaptando ao meio ambiente e sofrendo, assim mutações genéticas. As teorias de Darwin acabaram sendo utilizadas de forma errônea, seja no campo da sociologia, antropologia e no da economia.

⁸²Cavalli-Sforza, Luigi Luca, *op cit*, p. 62

⁸³Bomfim, Manoel. *A América Latina – males de origem*, Topbooks, 1993, p. 249

Darwin era que ela servia de justificativa usada pelos europeus para a sua política de expansão imperialista às custas dos assim qualificados “povos inferiores”. Os europeus utilizavam estas teorias para dominar os outros povos:

*“na política internacional o racismo serve de desculpa à agressão, pois o agressor não mais se sente preso a qualquer consideração que ligue os estrangeiros pertencentes as “raças inferiores” e classificadas pouco ou nada acima dos animais irracionais”.*⁸⁴

Fazendo uma correlação entre o pensamento racista imperialista europeu e a forma como ele manipulou as idéias de Darwin, Comas diz que:

“Acolheram com satisfação as teses biológicas de Darwin e depois, por sua simplificação, distorção e adaptação, a transformaram no chamado Darwinismo social”, em que se baseavam o seu direito de privilégios sociais e econômicos.”⁸⁵

Uma forma que o racismo – chamado de “científico”, já que buscava sua legitimação através do uso da “ciência” ou de uma verdade “científica” - adquire no interior das sociedades é o da segregação social, associada à segregação racial. O racismo, ao criar “raças” ou ao definir os seres humanos de acordo com pretensas características, segregava elementos da sociedade para definir, a partir daí, que o direito à igualdade só poderia ser desfrutado por pessoas de um mesmo grupo racial. O racismo justificava a segregação, mas criava uma “igualdade” privilegiada para os elementos que compunham uma determinada raça.

Hannah Arendt disse que o racismo científico era uma negação da construção de uma nacionalidade, pois propunha que a nacionalidade estava vinculada a um elemento, a uma “raça” definida como sendo superior em detrimento das demais. A “solidariedade”, que era o sentimento considerado por Arendt de fundamental importância para a criação da idéia de “nação” ou a de Anderson com as comunidades imaginadas- onde todos os membros são como “irmãos” - se esvaziava, sendo reduzida somente ao interior de cada grupo racial, negando, assim a igualdade social e até mesmo jurídica⁸⁶. De certa forma o conceito de *branqueamento*, que será explorado em seguida, versava com a idéia de criação

⁸⁴Comas, Juan. *Os mitos raciais I*. Ed Perspectiva, SP, 1970 p. 16

⁸⁵Idem, p. 16

⁸⁶Arendt, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Ver o capítulo “O pensamento racial antes do racismo”

de uma comunidade imaginária futura, na qual o país estaria unificado em razão da população branca.

Talvez o caso mais exemplar desta definição seja a análise da obra de Nina Rodrigues *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, onde ele chega a propor a necessidade de termos leis direcionadas e adequadas para as raças, em particular as “raças inferiores” – não-brancas -, em razão de que estas não teriam a capacidade mental de compreender as leis criadas por membros de raças “superiores”, ou seja, a branca.

Outro elemento surgido com as teorias racistas foi a teoria de “arianismo”, na qual se vinculava a idéia de que a “raça nórdica” ou “ariana” era superior às demais. Gobineau já havia reivindicado esta teoria, mas ela só ganhou muita força e apoio após a guerra Franco-Prussiana, em 1871, uma vez que, com a vitória da Prússia (que com a guerra fazia surgir a Alemanha), se enfatizava a vitória dos “teutões” ou “germânicos” sobre os latinos, mostrando a inferioridade destes, assim como dos eslavos, frente à “raça ariana”.

Leon Poliakov⁸⁷ menciona que começou-se a estudar na França, na Inglaterra e na Alemanha, entre outros países, a idéia de que os triunfos de suas civilizações se deviam exclusivamente às respectivas “raças”, defendendo-se o princípio de que a “raça ariana” era a superior, e que essa superioridade foi responsável pelo sucesso e pelo progresso da humanidade.

Juan Comas afirma que o uso das teorias sobre o “arianismo” é uma confusão de idéias, que faz com se pense e utilize o termo raça como um sinônimo de língua e nação, que pode levar a erro, já que, para o autor, o termo “raça” tem um significado exclusivamente biológico.

Outros representantes do racismo científico que exerceram uma grande influência, principalmente entre os intelectuais brasileiros, foram Lapouge e Gustave Le Bon. Lapouge trabalhava com a idéia de separar o conceito de “raça” do de etnia, por acreditar que se as diferenças morfológicas entre os homens (altura, tamanho e formato da cabeça, etc) são características da raça, o termo “etnia” se aplicaria às diferenças sociais.

Gustave Le Bon, um dos autores mais saudados pelos teóricos do racismo no Brasil - em particular, Sílvio Romero e Oliveira Vianna, segundo Lilia Schwarcz⁸⁸ -, sustentava que existiam as mais diversas raças humanas e que essas raças é que determinavam o

⁸⁷Poliakov, Leon. *O mito ariano*. Ed. Perspectiva, SP, 1971

⁸⁸Schwarcz, Lilia. *Op cit.*, pag 63

comportamento do indivíduo. Assim, Le Bon limitava o comportamento, o livre arbítrio e o pensamento de um indivíduo ao de sua raça, vinculando sob essa ótica os comportamentos dos seres humanos a suas características raciais. Como existiam variadas raças humanas, umas superiores, outras inferiores, qualquer projeto de sociedade deveria se preocupar com esse fato: uma sociedade composta por raças inferiores é fadada ao fracasso, se comparada às sociedades compostas por raças superiores.

A partir dessa questão, abria-se uma outra problemática do pensamento racial: a prática da eugenia como forma de elevar a “qualidade” das raças futuras de uma sociedade pois melhorando sua raça, poderíamos melhorar o comportamento dos indivíduos e o país como um todo. A eugenia tinha implicações na política social, já que, para se melhorar uma raça, seria necessário estimular certas uniões inter-raciais, impedir outras e isolar grupos e indivíduos.

A implantação da eugenia trabalharia com o ser humano, com as pessoas, de forma a impor ou direcionar a uma determinada relação ou cruzamento. Tendo por base este programa, os indivíduos seriam obrigados a terem ligações com membros de um grupo determinado, para que sua prole futura possuísse “uma qualidade” superior.

Nesta época, não se conhecia ou se conhecia muito pouco de genética, de forma que, para se definir as raças, era usada somente a superfície do corpo (como a cor de pele, o formato do crânio ou dos narizes, etc), que, como lembra Sforza, são traços oriundos da diversidade do clima e da adaptação do homem a esse meio ambiente⁸⁹.

Eric Hobsbawm ironiza, dizendo que o conceito de Eugenia seria a adoção de um programa, para aplicação nas pessoas, das idéias de cruzamento, comuns na agricultura e na pecuária:

*“O nome data de 1893. Era, essencialmente, um movimento político, em sua esmagadora maioria composta de membros da classe média e burguesia, que pressionavam os governos para que implantassem programas de ações positivas ou negativas visando a melhorar a condição genética da espécie humana”.*⁹⁰

Hobsbawm salienta a existência de dois tipos de eugenistas: o dos extremistas e dos menos radicais. O primeiro se referia aos eugenistas que acreditavam que a melhoria da

⁸⁹Cavalli-Sforza, Luigi Luca. *op cit*, p. 29

⁹⁰Hobsbawm, Eric. *A era dos Impérios, paz e Terra*, pp. 351-352

genética humana seria alcançada apenas através da concentração e de incentivos às raças consideradas superiores (as quais, Hobsbawm lembra, eram aquelas identificadas com a burguesia, como a nórdica) e com a eliminação das raças indesejáveis (as consideradas inferiores). Já os eugenistas menos radicais, segundo o autor, defendiam, e pelo menos davam margem às reformas sociais, educacionais e às mudanças ambientais em geral.⁹¹ Assim, poderiam aprimorar as raças inferiores através de um sistema de melhora das suas condições sociais.

A questão da Eugenia, na América Latina, se tornou algo bastante sério e foi aplicada, de uma forma ou outra, em vários países, principalmente através de uma política de imigração em massa de europeus que, ao se misturarem com os povos locais, dariam vida a novas gerações cada vez mais “brancas”.

Sobre a aplicabilidade dessas teorias, Sforza nos diz que

*“para obter com efeito uma ‘pureza’ parcial (ou seja, uma homogeneidade genética que nunca ocorre espontaneamente em populações de animais superiores), precisaríamos de, no mínimo, vinte gerações de endogamia”*⁹².

Uma população gerada com essa pureza racial seria ainda vítima de uma série de doenças de ordem genética.

Mas os defensores da Eugenia não possuíam essa visão. A aplicação dessa política de “branqueamento” da população era contestada por muitos defensores das teorias raciais na Europa e nos EEUU, uma vez que consideravam o mestiço um ser inferior ao branco. No entanto, no Brasil, a teoria sobre o mestiço foi bastante discutida porque para muitos o mestiço era visto como uma forma de superação do atraso, já que era interpretado como inferior ao branco, mas superior a seu genitor de raça “inferior” (isto é, a negra ou a índia). A mistura racial poderia criar novas gerações cada vez mais brancas, e com o tempo eliminar a influência das raças ditas inferiores.

Este tema foi central no pensamento dos intelectuais brasileiros da virada do século XIX para o século XX. Sílvio Romero, por exemplo, foi um dos maiores expoentes desta idéia, ao mesmo tempo em que ela produzia uma tensão muito grande em Nina Rodrigues (que debate a situação do mestiço e sua pretensa instabilidade), um grande paradoxo em

⁹¹Idem, p. 352

⁹²Cavalli-Sforza, Luigi Luca. *op.cit*, p. 29. O autor diz que no caso da endogamia, seriam acasalamentos repetidos entre irmãos/irmãs e entre pais e filhos.

Euclides da Cunha e uma preocupação em Oliveira Vianna.

A prática da Eugenia, como um dia foi pensada para ser implantada no Brasil, sempre foi um assunto polêmico, não pelo fato de se tratar de seres humanos sendo divididos e interpretados como animais, mas sim pelas dificuldades resultantes das contradições na interpretação do conceito, das teorias raciais, a sua aplicabilidade ao conceito de Nação e a possibilidade de se projetar um novo país.

O racismo científico era portanto como um pensamento vinculado às necessidades das elites de seu tempo. Hobsbawm nos diz que

*“a biologia era essencial para uma ideologia burguesa teoricamente igualitária, pois deslocava a culpa das evidentes desigualdades humanas da sociedade para a natureza”*⁹³

Dante Moreira Leite afirma que o racismo legitimava o domínio branco sobre o mundo e ao se basear na teoria evolucionista de Darwin, podia dizer que haviam evoluído para um estágio superior das demais civilizações e, portanto, seus defensores, possuíam o direito de eliminar o que classificavam como sendo as raças inferiores⁹⁴.

O racismo científico foi uma forma de justificar a realidade e não de explicá-la. O racismo justificava a forma de opressão em que vivia a população brasileira, pois sendo esta composta por elementos “inferiores”, era fácil deduzir a razão do seu problema.

O racismo científico, ao relacionar as desigualdades humanas com a natureza e ao justificá-las, tendia a negar o direito de estender a cidadania plena a todos os habitantes da população. Culpados por sua raça, os negros, mestiços e índios eram todos excluídos de um processo de modernização do país, assim, se incentivava a exclusão social, mantendo o poder e a autoridade exercidos pelas elites e os privilégios daí decorrentes.

Toda a formulação de idéias e discussões sobre a natureza de raças humanas operava dentro de um nível ideológico. Acreditava-se em raças humanas e principalmente em que suas diferenças se reproduziam em comportamentos sociais. A idéia de “raça” era um artifício ideológico e não científico.

⁹³Hobsbawm, Eric. *op.cit*, p. 351

⁹⁴Leite, Dante Moreira. *op.cit*, p. 33

5 – *Idéias racistas no Brasil*

Existiu um debate sobre a questão da forma com que o racismo científico foi pensado e introduzido no Brasil. Teriam os intelectuais brasileiros apenas seguido o que se discutia nos países europeus? Teriam estes intelectuais aceitado tal questão de forma a reproduzirem o que se discutia no exterior ou haveria algo mais? Existiriam fatores internos no Brasil que estimularam essa forma de se analisar o país?

Uma primeira discussão pode ser analisada a partir de Nelson Werneck Sodré, em *A ideologia do colonialismo*, onde o autor defende a idéia de que as teorias racistas foram admitidas em razão da pobreza do meio intelectual brasileiro e por serem essas idéias predominantes em seu tempo. Assim, para aquele autor, os intelectuais reproduziam a ciência da sua época:

*“Aqueles que, internamente, permitiram a vigência da ideologia do colonialismo, veiculando as suas teses e contribuindo para manter os seus preconceitos e absurdidades, começaram por aceitar a postulação externa, supondo-a universal. Aceitavam-na, inclusive, porque isso distinguia, isto é, assinalava uma qualificação intelectual”*⁹⁵.

Ele porém faz exceção somente a Oliveira Vianna, considerando-o um caso à parte, porque ele adotava as teorias racistas de uma forma deliberada, quando essas teorias já haviam sido contestadas.⁹⁶

Sodré via neste processo de assimilação um processo de adoção de idéias na forma de absorção, de transplantação de uma mentalidade, de uma cultura para outra. Tal processo estava vinculado também a uma lógica onde os intelectuais brasileiros, vivendo num país atrasado, sem tradição científica ou mesmo intelectual, e totalmente dependentes do exterior, necessitavam importar ou copiar modelos de lá. Dessa forma, seriam agentes passivos de reprodução das idéias vindas do exterior na sociedade brasileira.

Outra discussão entre os intelectuais surgiu com o texto de Roberto Schwarcz *As idéias fora do lugar*, no qual o autor defendia a idéia de que as teorias racistas eram copiadas pelos intelectuais brasileiros de forma a aparecerem deslocadas em relação a seu

⁹⁵Sodré, Nelson Werneck. *A Ideologia do colonialismo*, Petrópolis, Vozes, 3º edição, 1984, p. 14 .

⁹⁶ Sodré abordou Vianna em seus textos, em especial em *a Ideologia do colonialismo* e também, anteriormente, em *orientação do pensamento brasileiro* (Rio de Janeiro, Vecchi, 1942)

uso ou sentido frente à realidade brasileira.

Renato Ortiz é bastante crítico em relação a essa problemática de “reprodução” ou “cópia da idéias”. Para ele, os intelectuais brasileiros não adotavam as teorias raciais como uma simples imitação dos estrangeiros; mais do que isto, a absorção dessas teorias deveria ser explicada pela realidade brasileira. Ele menciona o fato de Manoel Bomfim ser contemporâneo de um Nina Rodrigues, mas ambos terem percepções antagônicas sobre a questão racial, posto que Bomfim é abertamente anti-racista, refutando como “falsa ciência” todas as teorias raciais aceitas pelos outros intelectuais brasileiros.

Renato Ortiz menciona ainda que as teorias racistas já estavam sendo questionadas na Europa quando se tornaram hegemônicas no Brasil. Todavia, autores como Manoel Bomfim, puderam trabalhar com idéias diferentes daqueles intelectuais que absorviam as concepções de um Gobineau, por exemplo.

Ortiz lembra um fato importante, que é a questão da *escolha*. Os intelectuais não assimilavam as idéias por mera “cópia” ou imitação; eles as assimilavam porque tinham o interesse em assimilar. É nesse contexto que Ortiz faz um paralelo com a situação política daquele momento. A escolha estava vinculada a uma necessidade de se construir uma identidade nacional:

*“Nesse sentido, as teorias ‘importadas’ têm uma função legitimadora e cognoscível da realidade. Por um lado elas justificam as condições reais de uma República que se implantado como nova forma de organização político-econômico, por outro possibilitam o conhecimento nacional projetando para o futuro a construção de um Estado brasileiro.”*⁹⁷

Ele comenta que a perspectiva de o branqueamento ser algo projetado para o futuro está em perfeita adequação com a idéia da nação brasileira ser vista em formação, como uma meta, um projeto, um objetivo a ser atingido em futuro incerto.

Nelson Werneck Sodré, porém, faz uma grande ressalva a esta discussão. Para ele existiram autores que de fato forma influenciados pelo meio da época, enquanto outros o fizeram por uma escolha deliberada.

Como ele diz:

“É preciso, por tudo isso, ser tolerante para com Azevedo Coutinho, compreender a

⁹⁷Ortiz, Renato, *Cultura Brasileira e identidade nacional*, São Paulo, Editora Brasilense, 5ª edição, 1985, p. 31

*circunstância em que trabalhou Sílvio Romero, e aquela em que Euclides da Cunha alternou intuições com incompreensões, como é razoável situar a obra indianista de José de Alencar dentro das características de uma época escravocrata. Para com Oliveira Vianna, não é preciso tolerância alguma- o seu tempo lhe permitia situar e compreender melhor os problemas, - ele realizou uma opção deliberada.”*⁹⁸

Emilia Viotti da Costa é ainda mais contundente. Para ela, os intelectuais brasileiros não estavam absorvendo ou respondendo às teorias e idéias do exterior; eles as escolhiam em função das que melhor se adequavam à realidade brasileira contemporânea. Nessa perspectiva, os intelectuais brasileiros não eram passivos receptadores destas teorias, vítimas de uma mentalidade colonial. Seria

*“mais correto dizer que eles viam aquelas idéias através de sua realidade. A elite branca brasileira já tinha em sua própria sociedade os elementos necessários para forjar sua ideologia racial”*⁹⁹.

Agindo dessa forma, os intelectuais brasileiros estavam interpretando tais teorias com o claro objetivo de adequá-las à realidade brasileira, produzindo teorias e idéias apropriadas aos interesses da elite dominante brasileira, da qual eles faziam parte:

*“Assim, embora afirmando que a superioridade dos brancos sobre os negros, eles tinham meios para aceitar negros em seus grupos. E tinham a esperança de eliminar o ‘estigma’ negro no futuro, através da miscigenação”*¹⁰⁰.

Mas existe um outro ponto a ser debatido: se os intelectuais apenas copiavam os modelos estrangeiros ou se escolhiam os modelos a serem adaptados à realidade e aos interesses da elite do país, por que esses intelectuais produziram obras que, apesar de serem questionáveis em muitos aspectos pelos padrões teóricos atuais, ainda despertam interesse e têm uma importância histórica?

Edward Said afirmou que

“uma das tarefas do intelectual reside no esforço em derrubar os estereótipos e as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a

⁹⁸ Sodré, Nelson Werneck. *op.cit.*, p. 14

⁹⁹Costa, Emilia Viotti. *op.cit.* p. 373

¹⁰⁰Idem, p. 374

*comunicação”.*¹⁰¹

Esta talvez seja a importância dos autores aqui estudados: Sílvio Romero tinha um verdadeiro interesse pelo folclore e pela cultura popular, o que contrariava as perspectivas de uma sociedade que desprezava a população pobre brasileira; Nina Rodrigues, estudando o negro, procurou analisá-lo não como um ser passivo, mas sim como um agente ativo na história brasileira, assim como Euclides da Cunha, que tinha interesse em compreender o povo sertanejo e Oliveira Vianna no seu estudo sobre a sociedade rural brasileira e as bases materiais das relações de poder. Apesar de presos à ideologia racial, esses autores mostravam um real interesse em compreender o povo brasileiro. E por que compreender este povo? Para que estudar o povo brasileiro? Devemos pensar no momento histórico, com o final da abolição e a República.

O seu objetivo maior estava vinculado à criação do ideal de nação, ou seja uma “comunidade imaginada” brasileira. Assim, foram eles buscar como material de análise setores antes desconhecidos ou desprezados pelos outros intelectuais: isto se deu com a cultura popular, com o negro, o sertanejo e o mundo rural. Eles fazem parte da essência do que conhecemos como Brasil. O Brasil real estava longe das grandes cidades ou em setores desprezados das mesmas (como o caso do negro).

O pioneirismo e a busca de entender a realidade nacional, à parte suas teorias racistas, bem como muitas de suas conclusões é que produziam uma tensão que mantém o interesse ainda nos dias de hoje na leitura das suas obras.

De acordo com Roberto Ventura:

*“Os letrados se mostravam divididos entre a valorização dos aspectos originais do povo brasileiro e a meta de se construir uma sociedade branca de molde europeu. Adotavam teorias sobre a inferioridade das raças não-brancas e das culturas não européias, ao mesmo tempo que buscavam as raízes da identidade brasileira em manifestação compósitas e mestiças.”*¹⁰²

É por isso que as teorias racistas sofriam de muitas contradições e tensões quando aplicadas à realidade brasileira. Todos eles, de certa forma, têm dificuldade em trabalhar exatamente com este ponto: o de adequar as teorias, enfrentar as contradições dominantes

¹⁰¹Said, Edward. *Representações do intelectual*. Companhia das Letras, SP, 2005, p. 10

¹⁰²Ventura, Roberto. “Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da Monarquia à República”. in. *Viagem incompleta*, Editora Senac 2000, p. 331

do meio e achar uma resposta, uma solução para o problema brasileiro.

Como resultado desta tensão é que se pode abrir um espaço para a compreensão da realidade brasileira e o surgimento de uma nova percepção das características de seu povo.

Todos os autores deste período – sejam eles racistas ou, como Manoel Bomfim, anti-racistas – trabalharam com essa problemática. Para todos, havia a necessidade de encontrar as causas do fracasso brasileiro em se modernizar.

Roberto Ventura entende que

*“a questão étnica se tornou central no momento de implantação do regime republicano e do trabalho assalariado. O racismo científico foi adotado, de forma quase unânime, partir de 1880, enviesando as idéias liberais, ao refrear suas tendências democráticas e de argumentos para estruturas sociais e políticas autoritárias.”*¹⁰³

É dessa preocupação que as obras de autores como Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna se ocupavam, mostrando uma tensão constante entre tais teorias e a realidade por eles estudada. Nessas obras, podemos verificar a preocupação em tentar encontrar os fundamentos da nação e do povo brasileiro, aquilo que daria um sentido ao país.

Por esta razão, baseados nas teorias racistas como uma forma de análise, eles foram estudar o “povo” brasileiro, percebendo que havia mais nesse “povo” do que as teorias racistas podiam prever. Ao analisar a experiência histórica frente às teorias, puderam expressar as tensões no pensamento racista e iniciaram, assim, o caminho para outros estudos sobre a sociedade brasileira.

¹⁰³Ventura, Roberto. *Op cit*, p. 354

II – POVO E NACIONALIDADE: SÍLVIO ROMERO

“A minha tese, pois, é que a vitória definitiva na luta pela vida e pela civilização, entre nós, pertencerá no futuro, ao branco; mas que este, para esta mesma vitória, atento às agruras do clima, tem necessidade de aproveitar-se do que útil as outras duas raças lhe podem fornecer, máxima a preta, com quem tem mais cruzado”
(Sílvio Romero, *História da literatura brasileira*, p 748)

Nascido como Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos, em 21 de abril de 1851, na cidade de Lagarto, em Sergipe, o escritor viveu em seu Estado até os 12 anos, quando foi estudar no Rio de Janeiro. A vida em Sergipe foi muito importante para sua formação, posto que lá, vivendo em um Engenho, ele pode estar mais em contato com o povo e a cultura popular – o que seria fundamental em toda sua obra.

Depois, no Rio de Janeiro ele estudou no Ateneo Fluminense e em 1868, migrou para o Recife, para estudar Direito. Em Recife, sua vida ganhou um novo sentido, uma vez que na Faculdade de Direito do Recife, Romero estudou com Tobias Barreto, que teria uma importância capital em seu pensamento. Foi ali que Romero tomou contato com as teorias positivistas, darwinistas, e nacionalistas que estavam sendo debatidas. Mais tarde, ele teria o seu nome associado a esta Escola de Direito e na geração à qual se formou – a geração de 1870.

Sílvio Romero escreveu sobre diversos temas e em diferentes gêneros, tais como a poesia, a literatura, o folclore; além disso, mostrou um grande interesse pela História e pela etnologia do povo brasileiro. Deixou assim, dezenas de livros, dentro os quais se destaca *História da Literatura Brasileira*, publicada originalmente em 1884.

Esta obra, depois reeditada várias vezes (a partir da 3ª edição, sob a direção de seu filho, Nelson Romero, que fez muitas alterações no texto), se tornou uma expressão do

pensamento geral de Sílvio Romero, mostrando sua preocupação com a ciência, a história, a etnologia e a cultura popular.

Um outro ponto marcante da sua obra foi a polêmica. Romero polemizava com todas as pessoas e intelectuais de seu tempo. Machado de Assis, Teófilo Braga, Manoel Bomfim: todos eles foram alvos polêmicos de Sílvio Romero, de forma muito injusta várias vezes, somente por discordar das idéias de Romero ou até por se mostrarem superiores a ele.¹⁰⁴

Talvez isto sintetize o pensamento de Romero: o de discordar e de lutar sempre contra a pobreza intelectual do meio brasileiro, contra a sociedade, contra o pensamento predominante de seu tempo. Isto fica evidente em suas obras finais, tais como *O Brasil na primeira década do século XX*, onde o autor mostra toda a insatisfação com a República recém-fundada, e em *Minhas contradições*, publicada no ano de sua morte, 1914.

A obra de Sílvio Romero, mais do que tudo, simbolizava uma contestação ao Brasil “arcaico” do período monárquico e abria caminho para uma modernização do pensamento brasileiro, mesmo que, com suas crenças nas doutrinas raciais, isto produzisse uma tensão, uma contradição dentro de seu pensamento, que levaria inevitavelmente a uma contestação das mesmas teorias, o que não acabou acontecendo nas obras de Sílvio Romero, mas sim em autores que vieram depois e se utilizaram de suas idéias, tais como Gilberto Freire.

1 – A raça e a miscigenação na formação da identidade nacional .

Sílvio Romero foi um dos mais importantes e conhecidos representantes do pensamento racial brasileiro. De acordo com Francisco Iglesias, ele era um “*racista com uma visão tacanha da trajetória nativa*”¹⁰⁵.

Romero era um pensador racista, mas com uma visão mais profunda da realidade. O racismo aparecia em suas idéias de Romero muito mais como um instrumento de análise. Era a forma, a ideologia na qual ele se apoiou para interpretar a realidade brasileira.

Sílvio Romero era um admirador da obra de Gobineau e defendia a desigualdade

¹⁰⁴Neste sentido, valem a pena citar as obras de Roberto Ventura, *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. Companhia das Letras, SP, 1990, como uma referência as polêmicas criadas por Sílvio Romero frente aos demais autores; *Estrutura social da República das Letras*, de A .J. Machado Neto e *A vida literária do Brasil – 1900*, de Brito Broca

¹⁰⁵Iglesias, Francisco. *Os historiadores do Brasil*. Nova Fronteira, RJ, 2000, p. 144

entre as raças humanas. Mas, como demonstra Alberto Luiz Schneider, ele jamais pensou em construir sua teoria racial no sentido de privilegiar ou de garantir a superioridade racial das elites. Romero sempre esteve mais interessado em entender as desigualdades de forma a traduzir o que via como as qualidades inerentes das raças. De acordo com Schneider:

*“De fato, se pensarmos no conjunto de idéias da sua teoria do Brasil, pode-se perceber que Romero não chegou a um racismo de natureza política, na medida em que não partilhou de uma visão aristocrática, em que superioridade dos brancos lhes garantisse privilégios e legitimasse o status quo”*¹⁰⁶.

Essa afirmação exemplifica bem o pensamento de Romero, uma vez que ele queria entender o “povo” brasileiro, sua história, a cultura e seu folclore. Esta visão do pensamento racista é bastante diferente daquela que veremos, por exemplo, em Oliveira Vianna. Enquanto Romero enfatizava a questão evolucionista e a cultura popular, Vianna construía uma visão aristocratizante da história brasileira, privilegiando a elite rural em detrimento do restante da população.¹⁰⁷

Para Romero, o conceito de raça faz parte da estrutura central de seu pensamento, da sua forma de ver e entender a sociedade brasileira. Ele interpretava a raça como um passo importante para a compreensão do ser humano, de suas qualidades e defeitos. Compreender a noção de raça era poder compreender as razões que moviam as sociedades.

Nessa perspectiva, era essencial entender a evolução do povo brasileiro através da sua formação racial. O Brasil era visto por ele como um povo produzido pela mistura de três raças, a branca, a negra e a índia. Isoladamente, nenhuma dessas três raças podia simbolizar o que era o Brasil, mas juntas, através da miscigenação, poderiam gerar algo novo, um novo povo, o povo brasileiro. Era a mestiçagem a chave para a compreensão do que era realmente o Brasil.

Esta foi uma idéia que Romero defendeu em todos os seus estudos – seja sobre poesia, etnologia, história e literatura. Romero defendeu a formação do brasileiro, seja do ponto de vista étnico ou do ponto de vista cultural, como um resultado direto da mestiçagem que, possuindo os elementos oriundos dessas três raças, acabaria se tornando o “verdadeiro” povo brasileiro.

¹⁰⁶Schneider, Alberto Luiz. *Sílvio Romero – hermenêutica do Brasil*. Annablume, SP, 2005, p. 76

¹⁰⁷Este pensamento fica mais evidente na obra de Vianna, as populações meridionais do Brasil, onde este autor chega a defender o preconceito racial como forma de manter as elites “livres” do sangue das “raças inferiores”.

“A história do Brasil, como deve hoje ser compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetida pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o Romantismo, a história dos Tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros em o Novo Mundo”¹⁰⁸

E ele conclui este raciocínio dizendo que:

“É antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira”¹⁰⁹.

Assim, o povo brasileiro é resultado direto dessa mestiçagem. Mais do que tudo, a mestiçagem aparece aqui como parte de um processo, como uma massa em formação para atingir um objetivo maior. O povo brasileiro, a nação brasileira, por assim dizer, são vistos como *algo em formação, que ainda não existe ou está acabado*. É um produto que está se formando. Dentro desse processo, ele elege o português que, sendo representante de uma raça superior, poderia assim conduzir e dar as diretrizes para o país.

“Para tanto é antes de tudo mister mostra as relações e nossa vida intelectual com a história política, social e econômica da nação; será preciso deixar ver como o descobridor, o colonizador, o implantador da nova ordem de cousas, o português, em suma foi-se transformando ao contato do índio e do negro, da natureza americana, e como ajudado por tudo isso e pelo concurso das idéias estrangeiras, se foi aparelhando o brasileiro, tal qual ele é desde já e ainda mais característico se tornar no futuro”¹¹⁰.

Esta passagem é de fundamental importância no pensamento de Sílvio Romero. Para ele, a história assim como a sociedade brasileira foram se estruturando através de um processo de formação híbrida, na qual a raça - ou melhor, as três raças formadoras - se transformavam para se estruturar, para se metamorfosear no brasileiro. Desse modo, o brasileiro – seja como um indivíduo, seja como fruto de uma sociedade - se formou através de uma evolução biológica. Não é a toa que Romero faz uma relação direta entre história e

¹⁰⁸Romero, Sílvio. *op.cit*, p. 57

¹⁰⁹Idem, p. 57

¹¹⁰Idem, p. 59

biologia:

“Não resta a menor dúvida de que a história deve ser encarada como um problema da biologia, mas a biologia aí se transforma em psicologia e esta em sociologia”¹¹¹.

Se para Romero a biologia estava relacionada com a história, a evolução biológica de um povo – como o brasileiro – está relacionada com a nossa história. No pensamento de Romero, principalmente em *História da Literatura Brasileira*, foi a evolução racial, através da mistura racial, que produziu a história nacional.

Romero faz comentários sobre as três raças que formaram o Brasil, sendo a principal contribuição fornecida pela raça branca – os portugueses -, que contribuíram com a língua, o sangue e as idéias. Já o negro é visto como o principal contribuinte para o sucesso do branco, não apenas por ter trabalhado como escravo (portanto como mão-de-obra) mas também por ter fornecido, através da sua mistura racial, as condições necessárias para o fortalecimento do povo brasileiro, na mestiçagem. Da mesma forma, ao mencionar o índio, ele ressalta sua importância, porém minimiza sua participação, ao mostrá-lo como inferior ao negro e não estando apto à civilização.

É importante lembrar que Romero via as três raças formadoras como a matriz do futuro povo brasileiro, através da mestiçagem, implicando aqui uma vitória do branco que seria auxiliado por elementos das outras raças. Este é, porém, um de seus pontos mais contraditórios: se por um lado ele defende a miscigenação como uma forma da evolução na formação do brasileiro, por outro, ele tinha a convicção de que, com o tempo, a mistura racial geraria uma população cada vez mais branca, até eliminar totalmente o sangue negro e o índio. Era o processo que ficaria conhecido depois como o *branqueamento*.

Sobre a mistura racial, Romero diz que

“ou se considera a humanidade um gênero dividido em diversas espécies, ou uma espécie dividida em diferentes variedades, é sempre certo que estas coabitam entre si e produzem uma descendência fecunda, ainda que não tão válida como das raças-mães”¹¹².

Romero considera a raça branca também um produto de miscigenação. Este fato é importante porque ele vê no povo português elementos de diversas culturas. Assim, ele abre

¹¹¹Idem, p. 215

¹¹²Idem, p. 120

uma discussão que permeia toda a sua obra: a dificuldade em separar a raça, no sentido biológico, da palavra, da idéia de cultura, criando uma espécie de “raça cultural”, onde a raça expressava não apenas a biologia, mas também a cultura.

É nesse sentido que ele faz uma crítica bastante severa à idéia da latinidade, como um conceito étnico ou racial, em particular do português, que ele via como composto por uma base racial bastante diversificada (íberos, suevos, árabes, escravos negros, entre outros) o que caracterizava, segundo Romero, o português como não *sendo* “latino” do ponto de vista racial e sim somente do ponto de vista cultural. Assim, o “latino”, poderia ser qualificado como uma “raça cultural”, e não biológica.

É importante a separação do conceito que ele faz entre “raça” ou “etnia” com a cultura de um povo, o que ele ressalta no caso do povo português, porém é bastante evidente em outros momentos que ele não aplica esse conceito quando discute, por exemplo, a imigração de alemães para o sul do Brasil, onde ele não debate a complexidade da formação da Alemanha (que havia se unificado há pouco tempo).

Essa dualidade no pensamento de Romero pode ser explicada pela metodologia utilizada por ele – bastante apaixonada –, como também pela falta de um maior conhecimento da história e da cultura européia.

Este é um ponto bem lembrado por Dante Moreira Leite e por Nelson Werneck Sodré: a pobreza do meio erudito brasileiro e sua influência na obra de Romero. Enquanto o primeiro salienta que

*“é impossível deixar de lamentar que a pobreza do ambiente e a falta de formação não tivessem permitido o desenvolvimento de sua inegável capacidade para a teoria e a generalização”*¹¹³,

o segundo vê Romero como um intelectual batalhador, marcado essencialmente pela falta de um meio mais fecundo para o desenvolvimento das suas idéias¹¹⁴.

Voltando à questão da definição da mestiçagem, Romero dizia:

“Quando falo no mestiço, não quero me referir somente ao mestiço fisiológico – o mulato-, refiro-me a todos os filhos da colônia, todos os crioulos, que o eram num sentido lato, porquanto, ainda que nascessem de raças puras, o

¹¹³Leite, Dante Moreira. *op.cit*, p. 180

¹¹⁴Sodré, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo*, *op.cit*, p. 71

eram no sentido moral.”¹¹⁵

Para Romero, o mestiço moral era na realidade uma forma de mestiçagem cultural, resultante da existência de “raças” diferentes no mesmo meio. Ele é bem enfático neste ponto: a alma brasileira é mestiça, mesmo que o corpo não o seja.

Sobre a mestiçagem moral:

*“Por outro lado, os filhos dos escravos, os dos pretos e índios perdiam também o uso de sua língua nativa e falavam a língua da casa-grande, a língua do senhor; eram cristianizados e aprendiam uma tantas coisas, que só os brancos sabiam... Eis aí o que eu chamo de mestiçagem moral.”*¹¹⁶

Para Romero, o que se processa é um povo que se “ajusta” com o contato racial, na formação do tipo brasileiro. Esse ajuste, essa formação não são apenas raciais, mas também são o sentido e o sentimento do povo brasileiro no âmbito cultural.

Uma palavra chave para descrever o pensamento de Sílvio Romero sobre esta questão é: adaptação. Ele imagina o ser humano branco, se estabelecendo no território brasileiro e enfrentando uma série de desafios, particularmente o do clima, que lhe é estranho e ameaçador, por ser oriundo de um lugar mais frio e “tranquilo”. Para este ser humano branco se adaptar ao novo ambiente que lhe é agressivo (calor, ventos, etc), ele teve que buscar o “auxílio” de raças adaptadas para conviverem com ele, neste caso o negro e o índio.

Este é um tema que reaparece depois em *Casa Grande & Senzala*, onde Gilberto Freire mostrou o elemento branco absorvendo muito da cultura do negro e do índio. Um exemplo disso, é a seguinte passagem de Freire:

*“Não só para fins amorosos, como em torno ao recém-nascido, reuniram-se, no Brasil, as dias correntes místicas: a portuguesa, de um lado; a africana ou a ameríndia, do outro. Aquela representada pelo pai ou pelo pai e mãe brancos; esta, pela mãe índia ou negra, pela ama-de-leite, pela mãe de criação, pela mãe-preta, pela escrava africana.”*¹¹⁷

Nesse sentido, podemos ver a necessidade premente em Romero: de encontrar na mestiçagem (seja ela racial ou cultural) uma forma de viabilizar uma civilização nos

¹¹⁵Romero, Sílvio. *op.cit*, p. 182

¹¹⁶Idem, p. 183

¹¹⁷Freire, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*, op cit, p. 326

trópicos. Como ele mesmo diz:

*“a mestiçagem é talvez uma necessidade na luta contra o clima e é certamente a imensa maioria entre nós.”*¹¹⁸

Para Claudia Neiva de Matos, a teoria da mestiçagem tinha uma importância capital em Sílvio Romero:

*“A teoria da mestiçagem é um triunfo esperto e polivalente. Em vias de se constituir na prática e na teoria, o mestiço ainda é figura imprecisa, tanto na sua encarnação empírica, quanto no lugar e avaliação a que faz jus no discurso científico.”*¹¹⁹

É o mestiço, portanto, o brasileiro, aquilo que de original foi produzido pelo Brasil. Romero é bastante crítico, porém, à idéia de preconceitos contra os negros e índios, o que era altamente contraditório, em particular vindo de um autor cujo tema era a questão racial, mas faz sentido no seguinte ponto: ele acreditava que as desigualdades entre as raças podiam ser mensuradas de acordo com as diferenças raciais existentes entre elas, desde que cientificamente provadas. O preconceito embutia em si um sentimento malicioso e amoral, que impedia o conhecimento real que representava a natureza das raças.

Partindo dessa premissa, Sílvio Romero indicava abertamente, em várias obras, a falta de estudos sobre o negro. Romero era bastante resolutivo nessa questão: o negro não apenas fazia parte do Brasil mas era, sem sombra de dúvida, um dos elementos mais importantes do país, atrás somente do homem branco.

Baseado nessa concepção e aliado ao fato do negro ter tido importância na história brasileira é que Romero percebia que a ausência de estudos sobre o negro era mais do que uma lacuna a ser preenchida; era buscar dar o devido crédito ao povo negro por seu trabalho e sua luta na formação do Brasil, para então compreender sua importância para o país que se queria construir.

*“Dos negros é que ninguém se quis jamais ocupar, cometendo-se, assim, a mais censurável ingratidão de toda a nossa história.”*¹²⁰

E desta forma, Romero se questiona:

¹¹⁸Romero, Sílvio. *op.cit*, p. 280

¹¹⁹Matos, Claudia Neiva de. *A poesia popular na República das Letras: Sílvio Romero folclorista*. RJ, Editora UFRJ, 1994, p. 108

¹²⁰Romero, Sílvio, *Compêndio da história da literatura brasileira*, Editora Imago, RJ, 2001 p. 51

“qual a carta etnográfica D'África ao tempo do descobrimento do Brasil? Qual a classificação de suas raças, de seus povos? Qual o Estado da cultura em que se achavam? De que tribos que vieram para cá e em número? Que lhe devemos? Ninguém sabe!”¹²¹

Ele abria assim a questão da necessidade de se explorar a história da África e de relacioná-la com a história do Brasil, favorecendo, assim, a compreensão da conexão existente entre a cultura brasileira e a africana. Romero percebia a necessidade de se conhecer a história da África, a que ele via abandonada, para a compreensão da própria realidade brasileira.

Quem ficou com este encargo, preocupado com a questão do negro e inspirado em Sílvio Romero, foi Nina Rodrigues.

O mesmo problema é mencionado por Romero em outras obras, tais como *História da Literatura Brasileira*. Nela, o ensaísta sergipano coloca a questão da ausência dos negros na literatura, e a falta de uma documentação sobre a história do negro. Defende a idéia de que a falta de uma maior documentação sobre o passado do negro no país (algo que Nina Rodrigues também menciona) não traduz ausência do negro na história e na cultura brasileira; o fato de não existirem estudos sobre o negro reflete mais a precariedade dos estudos.

É neste sentido que

“a pobre raça escravizada não teve nunca o direito de entrar na história; seu trabalho intelectual foi anônimo, bem como o seu trabalho físico.”¹²²

E complementando, diz que

“é de justiça conquistar um lugar para o africano em nossa história: não é o domínio exclusivo do africanismo que peço; exijo apenas mais eqüidade na distribuição dos papéis em nossa luta de quatro séculos”¹²³.

Sílvio Romero entende que sem estudar o negro, não se pode estudar a sociedade e a cultura brasileira. Mais do que tudo, Romero compreendia que sem o estudo do negro, não seria possível entender a influência do mestiço e a influência deste negro no mestiço – a quem Sílvio qualificava como sendo o “povo” brasileiro. Dessa maneira, não seria possível

¹²¹Idem, p. 51

¹²²Romero, Sílvio. *História da literatura brasileira*, op.cit, p. 129

¹²³Idem, p. 129

entender aquilo que o brasileiro era e o que poderia ser se ignorassem o papel do negro neste processo.

Dentre as “três raças formadoras”, Romero qualifica o negro como sendo aquele que mais influenciou o branco (“raça” esta considerada a principal na formação da população brasileira) – não apenas no nível étnico-racial, mas também cultural.

“a raça africana tem tido no Brasil uma influência enorme, somente inferior à raça européia; seu influxo penetrou em nossa vida íntima e por ele moldou-se em grande parte nossa psicologia popular”¹²⁴.

É evidente a preocupação de Sílvio Romero em dizer que o negro era superior ao índio:

“o índio, em geral, foi um ente que se viu desequilibrado e feneceu; o negro um auxiliar do branco que prosperou”¹²⁵.

Por trás desta observação, Romero procurava ilustrar um outro fator: a sua crítica ao Romantismo brasileiro, que tinha como uma de suas bases principais a idealização do indígena. A crítica que faz ao papel do indígena pode ser traduzida como uma crítica ao Romantismo. Por outro lado, a preocupação com o negro também era vinculada ao abolicionismo, que abria a necessidade de estudar e conhecer melhor o negro brasileiro, em vias de se tornara livre.

Sílvio Romero escreveu uma de suas obras principais, *História da literatura brasileira*, justamente no período em que se encerrava a escravidão no país. Isto era um ponto que chamava a atenção, não apenas dele, mas da maioria dos intelectuais do seu tempo. O negro estava se tornando livre, um membro como os demais da sociedade. E como parte da sociedade, deveria ser compreendido e estudado.

A emancipação dos escravos foi um objeto de crítica de Romero, não pelo fato da emancipação ter surgido (algo que Oliveira Vianna, de certo modo, critica), mas pelo movimento ter sido tomado pela elite branca como seu (muitos abolicionistas eram brancos, e foi a princesa Isabel que sancionou a lei) e não como sendo o produto do próprio negro por sua liberdade.

“Singular destino da raça negra no Brasil! Alimentou o branco, deu-lhe dinheiro durante quatro séculos e agora por último dá fama aos gananciosos

¹²⁴Idem, p. 134

¹²⁵Idem, p. 134

de nomeada fácil, dá glória aos espertos que não se pejam de declamar! Singular destino em verdade!”¹²⁶.

“E seja logo o meu primeiro asserto: a raça negra foi liberta, porque merecia sê-lo; e quem a libertou foi principalmente o povo brasileiro., Não foi S. Alteza a regente, como dizem os monarquistas; não foi o Sr. João Alfredo, como dizem os pretendentes; não foi o Sr. Joaquim Nabuco, como dizem os liberais, não foi o Sr. José do Patrocínio, como dizem os democratas; não foi o Sr. Dantas, como dizem os despeitados... Não, nada disto, a cousa vem um pouco de mais longe.

O feito que se acaba de realizar tem valor aos meus olhos justamente por ser uma obra na qual colaborou toda a nação. É uma injustiça esquecer os serviços especialmente dos que se não podem mais defender. O emancipacionismo brasileiro tem já os cabelos brancos vai por trezentos anos de idade.”¹²⁷

Em seguida, Romero faz uma descrição dos principais eventos relacionados à emancipação dos escravos, procurando enfatizar que foi durante o século XIX que essa luta ganhou mais força. Seu objetivo é demonstrar que a luta pela abolição é longa, vem desde o início da colonização. Portanto, a glória da abolição não pertence e nem pode pertencer a um grupo, ou à monarquia; ela pertence ao povo brasileiro, que lutou durante séculos por esta conquista.

Romero descreve as três formas de fazer a libertação dos escravos: através da abolição com um prazo; a da abolição imediata; a que ele chamou de “autônômica e popular”. O autor refuta as duas primeiras, dizendo que elas poderiam trazer a desorganização social e retirar a força produtora do país, levando a problemas sociais e econômicos de grande impacto. Sua posição “autônômica e popular” se baseia na idéia de que os governos, as pessoas, os fazendeiros, enfim, todos os membros da sociedade, emancipariam seus escravos porque eles se tornaram cada vez mais “problemáticos” em relação ao trabalho livre; além das questões morais envolvendo a escravidão.

Para Sílvio Romero, a questão é bem clara: a escravidão deve ser erradicada por vias normais; isto é, como fruto de uma evolução da sociedade. Não acredita na

¹²⁶Idem, p. 41

¹²⁷Idem, p. 41

necessidade de fazê-lo por decreto, uma vez que a emancipação deveria ser fruto de uma necessidade nacional. Portanto, não seria necessária a emancipação através de um prazo ou mesmo imediata, porque ela não traduziria o sentimento da sociedade.

Ele diz que a sua opção era a mais válida:

“E a maior prova é que, se os recém-chegados do gabinete atual demorassem mais três ou quatro meses a apresentação de seus projetos, não encontrariam mais a quem libertar! A abolição progressiva, espontânea, popular, teria chegado ao último representante da escravidão, o meu sistema teria vencido em toda a parte”.¹²⁸

É por esta razão que Sílvio Romero levanta a necessidade de se estudar o negro brasileiro. Mais do que tudo, o negro era parte da sociedade – o que o tornava, portanto, um “objeto de ciência”.

Romero deixa bem claro, em suas várias obras, que a participação do negro na história brasileira e na formação do Brasil foi de fundamental importância, mas de uma forma secundária em relação ao branco. Para ele, o branco é o agente principal da cultura brasileira; o negro tem um papel de auxiliar no sucesso do branco. A forma como o negro é analisado por Romero lhe reduz a participação, embora, como ele mesmo diz, fosse de grande importância para o país.

Um claro exemplo desta perspectiva é a forma como o escritor interpreta a escravidão. Se por um lado a vê de forma negativa, por outro considera de forma positiva por ter gerado influências no comportamento do povo brasileiro:

*“a escravidão, apesar de todos os seus vícios, operou como fator social, modificando nossos hábitos e costumes”*¹²⁹.

Romero valoriza o papel do trabalho do escravo, que teria agido assim como um “agente civilizador”. Ele afirma que

*“o cruzamento modificou as relações do senhor e do escravo, trouxe mais doçura aos costumes e produziu o mestiço, que constitui a massa de nossa população, e em certo grau a beleza de nossa raça”*¹³⁰.

Ao enfatizar o papel do negro e do mestiço, Romero faz aqui uma defesa do modelo

¹²⁸Idem, p. 45

¹²⁹Idem, p. 135

¹³⁰Idem, p. 135

da escravidão implantado no Brasil (algo que Gilberto Freyre faria mais tarde), procurando mostrar que ela foi mais “leve” do que em outros locais (tais como os EEUU) e que ajudou a formar a população, a cultura e os traços do “caráter brasileiro”.

Assim, Romero expõe que o negro, através da mestiçagem, contribuiu positivamente para a população brasileira. Continuando neste raciocínio, observou que

*“ainda hoje o mais lindos tipos de nossas mulheres são essas moças ágeis, fortes, vívidas, e tez de um doce amorenado, de olhos negros, cabelos bastos e pretos, sadias jovens, em cujas veias circulam, por certo já bem diluídas, muitas gotas de sangue africano.”*¹³¹

Concluindo, ele diz que

*“o negro influenciou toda a nossa vida íntima e muitos de nossos costumes nos foram por ele transmitidos”*¹³².

E indo mais além, Romero declara que

*“não foi provavelmente isto um grande bem; mas é um fato irrecusável. Muitos de nossos bailados, danças e músicas populares, uma literatura inteira de canções ardentes, têm esta origem”*¹³³.

Essa conclusão é de certa forma contraditória, já que ao longo do texto ele declarava o valor do negro para a formação brasileira e aqui ele defende que este produziu uma influência negativa para a mesma formação.

Do mesmo modo, vale salientar a idéia que Sílvio Romero faz do mestiço em relação ao negro: não vê no negro ou mesmo no índio um agente “produtor” de cultura; esse papel é definido pelo mestiço. Portanto, o papel do negro só é válido quando ele se mistura com o branco gerando o mestiço; o negro como agente “isolado” não é levado tanto em conta, uma vez que ele, junto com o índio, compõem aquilo que Romero define como sendo “raça inferior”.

Ao criticar a ausência de estudos sobre o negro brasileiro, Romero faz uma leitura sobre o negro, sobre sua vida na África e sua vida no Brasil. A preocupação de Romero é compreender como os negros viviam na África, para poder compreender mais sua influência na cultura e na história brasileira.

¹³¹Idem, p. 135

¹³²Idem, p. 135

¹³³Idem, p. 135

Na *História da Literatura Brasileira*¹³⁴, Sílvio Romero, baseando-se no livro de A. de Préville (*Les sociétés africaines - Leur origine; leur évolution; leur avenir*), faz uma descrição tanto do ponto de vista geográfico quanto antropológico da África. Seu objetivo é identificar, a partir desse estudo, similaridades entre o negro africano e o negro brasileiro, seja em seu comportamento, seja em seu modo de vida.

Romero diz que

*“grande porção das gentes negras vive circunscrito nestes limites, entregue à caça e a coleta, com todos os inconvenientes próprios destes meios de viver, e, onde é possível, a um rudimentar cultivo de solo.”*¹³⁵

Em seguida ele complementa:

“o maior número dos africanos vindos para o Brasil foi da zona subequatorial”.

E conclui:

*“mas, acompanhando Préville, veja o leitor o caráter social do preto zona por zona e vá, desde já, reparando nos pontos de semelhança existentes entre esse caráter e o de vários grupos das populações brasileiras”*¹³⁶.

De qualquer modo, a descrição que faz, baseia-se sempre nos aspectos geográficos e antropológicos relacionados aos estudos da escola de Le Play (francesa). A ênfase de Romero é mostrar que as populações negras não conseguiram se desenvolver na África a ponto de formarem uma civilização complexa. Em sua descrição, o pensador brasileiro enfatiza que o negro vivia em sociedades tribais atrasadas, nunca conseguindo ascender a além desse modo de vida; até os reinos africanos eram resultado da influência dos árabes que migraram do norte da África para a região equatorial.

Romero, ao mencionar Le Play, chega a afirmar que a grande singularidade dos negros foi a de nunca terem conseguido, em qualquer parte da terra, formar uma organização patriarcal de família, indicando, assim uma inviabilidade deste grupo em formar uma civilização. De acordo com ele:

“Para a escola de Le Play, é a exceção única conhecida: todas as raças arianas, semitas, uralo-altaicas, mongólicas, todas, até as americanas das

134Idem, 3ª edição de *História da literatura brasileira*, p. 214. As próximas citações se referem a 3ª edição da obra, organizada por Nelson Romero, filho de Sílvio Romero.

135Idem, p. 214

136Idem, p. 214

*Montanhas Rochosas, México e Peru, passaram por um organizador período patriarcal; as gentes pretas nunca...*¹³⁷.

Essa afirmação de Romero se enquadra, embora de maneira tensa e peculiar, no pensamento racista de sua época: a de que o negro não tem condição de se civilizar, ou melhor, de criar uma civilização. No caso do Brasil, para Romero, esse papel foi designado ao branco; ao negro foi delegado o papel de ajudar o branco para atingir essa meta.

Noutra passagem de *História da literatura brasileira*¹³⁸, Sílvio retoma a questão da África e dos negros brasileiros, só que desta vez procurando enfocar o papel do negro na formação e na história brasileira. Dessa forma, relata como o negro – escravo – foi trazido ao Brasil e a quantidade de negros introduzidos no país. O mais interessante é a comparação que Romero faz com a entrada de portugueses no país, procurando demonstrar que a quantidade de escravos sempre foi superior à da população branca. Romero fez essa comparação com o objetivo de demonstrar que o negro teve um papel fundamental na colonização e no povoamento do Brasil. Como ele diz,

*“sobram motivos pelos quais é lícito afirmar ter sido, desde os inícios da colonização, o africano o elemento principal do povoamento e da riqueza do país”*¹³⁹.

Sobre os negros trazidos ao Brasil pela força da escravidão, Romero descreve vários povos, tais como os Bantos, os Ambaquistas, Bananos, entre outros. Para ele, nem todos os negros estavam no mesmo estágio cultural, mas seu desenvolvimento se vinculava ao contato com os árabes, egípcios e berberes, desde vários séculos atrás.

Nesse esquema, Romero despreza abertamente o valor do índio. No confronto que faz entre este e o negro, é visível a preocupação do ensaísta sergipano em mostrar que o negro era mais apto para a civilização do que o indígena. Demonstra isso fazendo um esquema bastante forçado, com o objetivo de caracterizar o índio como não apto para a civilização. Um bom exemplo é a afirmação de que em contato com os europeus, os negros não se deixavam exterminar ou subjugar de todo (ao contrário do índio) ou, ainda que

*“os transportados para a América nem definharam, nem desapareceram; ao contrário, civilizaram-se, crescendo ao lado dos brancos”*¹⁴⁰.

¹³⁷Idem, p. 246

¹³⁸Este texto também aparece na obra *Compêndio da História da literatura brasileira*.

¹³⁹Idem, p. 298

¹⁴⁰Idem, p. 301

Sílvio criticava abertamente os estudos sobre o índio durante a monarquia. O que o incomodava era o fato de que ele via o índio como um representante menor da formação brasileira e como um símbolo do atraso relacionado com o Império, que o havia estigmatizado favoralmente e transformado numa espécie de “símbolo nacional”.

Romero desqualifica o índio, criando uma representação de forma bastante depreciativa: esse grupo não tem um sentimento profundo e apaixonado pela pátria, não possuía heróis, fugia da civilização, pouco teria modificado o gênio e o caráter dos conquistadores. Romero os compara com os índios dos México e do Peru, que possuíam uma civilização mais evoluída e que deixaram vestígios.

Neste contexto, ele diz :

“a raça selvagem está morta; nós não temos nada mais a temer ou a esperar dela. O colono europeu não teve que dar grandes batalhas a um inimigo tenaz; teve que presenciar o desfile triste e compungidor da multidão; selvaticamente boa e simpática dos adoradores de Tupã”¹⁴¹.

Um outro ponto debatido por Romero era de que o índio não teria registrado a sua própria história. O índio, segundo Romero

“não nos pode dar, por exemplo, o romance histórico ou o romance de costumes propriamente tais. Não conhecemos sua vida íntima.”¹⁴²

Sílvio Romero, assim como com o negro, também criticava a forma como o índio era tratado do ponto de vista de sua interpretação pela ciência. Ele relata que:

“o índio não é ainda plenamente entre nós um objeto de ciência; é antes, e acima de tudo, um assunto de poesia”¹⁴³

Ficava evidente a preocupação de Romero em provar ou em justificar a compreensão do índio na cultura brasileira. Porém, para o autor, era mais relevante o estudo do negro e não do índio, uma vez que pouco se fazia àquele respeito:

“E se questão é de amor para com as raças que constituíram o nosso povo, porque motivo não se estuda o negro como se estuda o índio? Porque motivo em nosso museu não há uma seção africana? Porque não se investigam as línguas dos negros, sua poesia, seus contos anônimos, seus usos e costumes,

141Romero, Sílvio. *História da literatura brasileira*, Imago, RJ, 2001, p. 745. Deste ponto em diante, todas as citações referentes a *História da Literatura Brasileira*, se referem a esta edição.

142Idem, p. 746

143Idem, p. 982

suas danças e festas, suas idéias religiosas, etc? ”¹⁴⁴

Quem atenderia a essa demanda levantada por Romero seria Nina Rodrigues, que depois faria o primeiro estudo sobre o negro brasileiro.

Sílvio Romero, porém, demonstrava um verdadeiro interesse sobre o povo negro e a maneira como este povo se estabeleceu e se desenvolveu no Brasil e como acabou influenciando, com sua cultura e raça, a formação do povo brasileiro.

Ao negar o mesmo valor ao índio, Romero tinha o objetivo de deixar para trás aquilo que considerava como sinônimo de atraso (o índio como símbolo usado pela Monarquia) e analisar o negro, algo que era completamente inédito. Esse mérito de Romero deve ser salientado porque ao explorar tal questão, ele abriu a perspectiva de ver e encontrar um novo país, um “pedaço do Brasil” que havia sido esquecido.

Isso não impedia que Sílvio Romero fosse bastante contraditório em relação ao negro. Se por um lado defendia ao seu valor enquanto agente na construção da cultura e do povo brasileiro, por outro considerava-o inferior ao branco, mostrando que por si só não era apto para a civilização.

A preocupação de Romero nesta afirmação se vinculava a sua idéia de que a partir do momento em que o negro se “diluía”, através da miscigenação com a população branca, e produzia gerações mestiças, ele agiria como um elemento de civilização, ao viabilizar a adaptação necessária para o branco no Brasil.

Romero acreditava que a solução para os problemas étnicos brasileiros passava pela mestiçagem, pela Eugenia, porque produziria novas gerações brancas superiores, tornando o Brasil um país viável para a colonização.

Em várias passagens de sua vasta obra, seja em seus estudos sobre a literatura ou a poesia popular, Romero é bem enfático ao dizer que o branco é o tipo superior e o criador de cultura.

Em sua visão, o homem branco representaria o sentido do Brasil, isto é, o branco representado pelo português era o representante do Brasil. Romero considerava que o branco trouxe a civilização para o país; o papel do negro e do índio era relacionado somente como de auxiliares do branco nessa empreitada.

Ele qualifica o branco como o tipo superior, tendo abaixo dele o mestiço, que seria

¹⁴⁴Idem, p. 982

um tipo superior às outras duas raças: a negra e a índia. Esta preocupação de Romero se encaixava justamente com a de que o mestiço nada mais era do que um intermediário para a formação de um novo tipo físico branco, formando um original brasileiro. Um exemplo desta idéia é a seguinte afirmação:

*“O mestiço é a condição desta vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilita-lo aos rigores do clima. É uma forma de transição necessária e útil que caminha para aproximar-se do tipo superior”*¹⁴⁵.

Noutra passagem, Romero afirma que

*“pela seleção natural, todavia depois de apoderado do auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância, até mostra-se puro e belo como no velho mundo”*¹⁴⁶.

E concluindo esta idéia, Romero lembra que

*“a raça primitiva e selvagem está condenada a um irremediável desaparecimento. Dos dois povos invasores, o negro resistirá ainda por muito tempo. Ir-se à modificando no mestiço, e ajudando, destarte, a formação do futuro branco brasileiro, que acabará por triunfar de todo.”*¹⁴⁷

Sílvio Romero defendia que o sangue novo fosse um passo importante para a formação do futuro brasileiro, já que este, por ter parte de sangue negro, estaria mais apto para viver nos trópicos. Ele não visualizava um futuro para o povo negro nem para o índio, que deveriam desaparecer gradativamente em prol do surgimento e do fortalecimento de uma “nova raça branca”.

Também na questão dos mestiços, Romero é bastante contraditório. Se por um lado destaca o surgimento de mestiços que trouxeram uma grande contribuição ao país, por outro, o mestiço podia ser visto tanto como uma fonte de explicações para o atraso brasileiro quanto como uma solução, porque ele representava um caminho, servindo para isso como um *intermediário* no processo de *branqueamento* da população.

Sílvio via a civilização brasileira como branca, com poucos traços oriundos dos negros e dos índios,

“Não quero dizer que constituiremos uma nação de mulatos; pois que a forma

¹⁴⁵Romero, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular*, op cit. p. 231

¹⁴⁶Idem, p. 232

¹⁴⁷Idem, p. 232

branca vai prevalecendo e prevalecerá; quero dizer apenas que o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro”¹⁴⁸.

Este futuro seria então o do tipo branco. Romero, a todo momento, assinala a importância e a força do mestiço para a formação do “genuíno” brasileiro, etapa para a formação do verdadeiro brasileiro, representado pelo branco. Mas este grupo é composto de brancos adaptados ao clima brasileiro, isto é, contendo elementos das demais raças, que o fortaleceriam para se adaptar nessa região, afirmando noutra passagem de *História da Literatura Brasileira*:

“Esta grande fusão ainda não está completa, e é por isso que ainda não temos um espírito, um caráter inteiramente original”¹⁴⁹

Esta passagem é de fundamental importância para compreendermos o pensamento de Romero: somente quando a fusão racial tiver terminado, quando o mestiço se tornar, com o passar do tempo e das gerações, branco é que teremos no Brasil “uma raça brasileira”, dando ao país o seu verdadeiro caráter.

Para o autor, esse processo seria derivado de uma seleção natural, onde o tipo branco tomaria uma preponderância em relação ao restante da população negra, mestiça e índia, impondo assim sua “força” sobre as demais:

“dois fatos contribuirão principalmente para tal resultado: de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a crescente imigração européia. Esta, porém deverá ser bem dirigida, deverá ser bem espalhada, para ser desequilibrado o país, e não desaparecer o primitivo português, que nos criou.”¹⁵⁰

Nesse fragmento, Romero alerta para um fato que sempre o incomodou: a imigração européia centralizada nos quatro estados do sul (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Segundo ele, a imigração, concentrada apenas nessa região do país, poderia levar a uma desigualdade regional que comprometer a integridade do Brasil:

“No fim de seis ou oito gerações, digo mal, no fim de quatro ou cinco, a serem

¹⁴⁸Romero, Sílvio, *História da Literatura Brasileira*, op.cit., p. 119

¹⁴⁹Idem, p. 748

¹⁵⁰Idem, p. 749

*realizados os sonhos de certos pretendentes vistosos e levianos, todo o sul do Brasil estará, além de todas as causas naturais, com uma enorme população estrangeira, totalmente diversa da do resto do país, e a sua separação, a sua independência será inevitável”.*¹⁵¹

Romero demonstrava, aqui, seu temor pela criação de uma desigualdade extremada das regiões brasileiras, que poderiam levar a uma desagregação futura do país. A avaliação desse processo é bastante negativa, demonstrando um grande pessimismo sobre o futuro da “raça” portuguesa e de seu legado no Brasil. Mais ainda: ele mostra temer os efeitos da imigração na população brasileira e os contrastes que esta situação poderia causar:

*“No sul será submergida pela onda estrangeira, no norte definhará, morrerá de marasmo, desfigurada e abatida sob o afluxo superabundante do sangue das raças inferiores; pois não se deve esquecer que os negros, índios e mestiços dessa região reunidos excedem de muito os brancos puros ou quase puros”*¹⁵²

Romero depois, mostra o temor de que esta região, enfraquecida, fosse engolida por levadas de imigrantes oriundos dos EEUU e da Europa.

Diante deste quadro, o escrito não vê o futuro do Brasil de uma forma otimista em relação ao legado português:

*“num caso e noutro, o Brasil futuro será de uma outra raça que não a nossa, e o papel do povo português nesta terra terá sido simplesmente o do primeiro desbravador do terreno. Terá sido o de uma população provisória que veio limpar o caminho para outros”.*¹⁵³

Essa situação, resultante de uma imigração mal direcionada, poderia levar à descaracterização do Brasil e de sua cultura original. Poderia levar à perda dos valores, da cultura, do folclore, da literatura, enfim de tudo aquilo que caracterizava e dava identidade ao Brasil. Romero via na imigração a forma de resgatar a vitalidade e a força da população brasileira, fazendo com que esta, ao receber “sangue estrangeiro” de raças superiores à dela, pudesse superar as fraquezas originadas pela colonização portuguesa, cheia de defeitos e esgotada, além da influência gerada pelas raças inferiores. É nesse sentido que ele defende a imigração de europeus feita de uma forma “racional”:

¹⁵¹Idem, p. 419

¹⁵²Idem, p. 419

¹⁵³Idem, p. 419

*“Seria possível encaminha-la metodicamente para todas as zonas do país, espalha-la, difundi-la habilitá-la a produzir novas populações que sejam absorvidas, incorporadas às nossas populações nacionais e assimiladas por elas. Nada de hipertrofias por um lado e esgotamentos por outro.”*¹⁵⁴

Uma de suas maiores preocupações estava justamente na formação de colônias de imigrantes, que, isoladas ou fechadas, impedissem sua absorção ou assimilação pela população brasileira. Dentre todas, a que mais chamou a atenção do autor foi a questão das colônias alemãs estabelecidas no sul. Romero temia que essas colônias, com o passar do tempo e demonstrando sua superioridade biológica, pudessem vir a impor sua força, exigir sua independência e se separar do resto do Brasil. Ademais, temia por sua influência, associadas ao imperialismo alemão. Mais além, como lembra Alberto Luiz Schneider,

*“a crítica à imigração alemã no sul se ajusta a interpretação que Sílvia Romero fazia da sociedade brasileira, revelando sua concepção romântica de nação e o papel central atribuído à mestiçagem.”*¹⁵⁵

No livro *O aleanismo no Brasil*, Romero explora esta questão com bastante vigor, assim como nos artigos (depois livro) que escreveu para contestar o escritor Manoel Bomfim¹⁵⁶, onde o acusa de ser incapaz de enxergar que o verdadeiro perigo do Brasil está na concentração da colonização alemã no sul do país.

Sílvia não desejava a imigração européia com o objetivo de substituir a cultura e o povo brasileiro. Ele imaginava a imigração como uma forma de agregar “sangue novo”, isto é, novos parâmetros biológicos, elevando a “qualidade racial” do povo brasileiro. Essa idéia é bastante simplista, mas demonstra sua preocupação com a valorização da cultura popular brasileira, que queria ver consolidada e diversificada e não destruída e substituída por novos valores estrangeiros:

“Se o progresso futuro tiver que ser feito à custa da diversidade, da variedade, da diferenciação, do pitoresco, da originalidade, das criações humanas, o diabo eleve o progresso e traga os antigos dias do indigenismo, do nativismo, do particularismo das crenças e efusões. Que coisa miseravelmente banal não seria o mundo se ele fosse feito segundo as idéias e os gostos de nossos

¹⁵⁴Idem, p. 420

¹⁵⁵Schneider, Alberto Luiz. *Sílvia Romero- hermeneuta do Brasil*, Annablume, SP, 2005, p. 181

¹⁵⁶Este livro foi escrito como uma resposta crítica ao livro de Bomfim e por isso teve um nome bastante peculiar: *A América latina: livro resposta de igual título do livro do Dr. M.Bomfim*.

cosmopolitas mirins!”¹⁵⁷

Sílvio Romero acreditava na diversificação da cultura e que esta era originária do povo, do sentimento popular. Percebe-se que existia em sua perspectiva um sentimento de que para o país se desenvolver, deveria melhorar a população (pelo menos do ponto de vista biológico), pois é desse povo que surgiriam os sentimentos nacionais, culturais e artísticos. É nesse sentido que via e queria entender como funcionava e como se estruturava a cultura popular e a literatura brasileira, temas que eram vistos como partes da expressão cultural do país.

Romero jamais viu a mestiçagem como algo negativo. Para ele, a mestiçagem teve um papel fundamental na formação do Brasil enquanto povo, enquanto formação de uma identidade nacional. Era a mestiçagem que ajudava a caracterizar o país e dar-lhe identidade.

Neste sentido a observação de Roberto Ventura, de que o mestiço era o “*agente transformador da cultura por excelência*”¹⁵⁸ ganha uma maior substância. Para Romero era o papel do mestiço, trabalhando como um novo elemento que favorecia o surgimento da cultura brasileira e do povo brasileiro.

2 – Aspectos da cultura brasileira : o folclore e a poesia popular.

Para Sílvio Romero, o brasileiro – povo em formação – apresentava as características físicas e culturais das raças que lhe haviam dado origem. Mais do que tudo, ele via na formação mestiça desse povo a expressão da cultura nacional.

Por esta razão, estudar e conhecer o folclore, a poesia popular, os cantos e contos, era poder conhecer o próprio povo brasileiro, as origens dessa cultura (se branca, negra ou índia) e a partir daí conhecer o que de fato era o Brasil e as manifestações culturais do povo e poder delinear seu futuro.

Os primeiros estudos de Romero sobre a poesia popular datam da década de 1870, tendo atingido o seu topo em 1888, com a publicação da obra *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*.

Essa obra foi considerada por muitos autores como uma das primeiras e mais

¹⁵⁷Romero, Sílvio. *A história da literatura brasileira*, op.cit, p. 426

¹⁵⁸Ventura, Roberto. In *Estilo tropical*, op cit, p. 48

importantes sobre a cultura popular brasileira, uma vez que trilhava um caminho pioneiro nos estudos sobre o folclore e a cultura do povo – e não a das elites. Romero queria compreender como o povo brasileiro podia se desenvolver e como se manifestava culturalmente.

Câmara Cascudo assinala a importância da obra de Romero no terreno do folclore e da cultura popular e a forma como fez com grande pioneirismo, numa época em que o folclore era apenas visto como uma curiosidade, e não um objeto de estudo.

Cascudo lembra que para Romero, o folclore era mais do que uma atividade, era “*o chão da terra, multiplicador de energia*”¹⁵⁹. Na avaliação do erudito potiguar, Romero via no folclore a fonte das crenças populares, a própria força da nação. Esse autor lembra que para Sílvio, estudar a poesia popular era de grande interesse para a ciência, uma vez que ajudava a afirmar a base étnica da população, principalmente compreendendo o papel do mestiço e do negro, inclusive indicando o estudo do negro como indispensável no estudo da cultura popular.

Já Antônio Cândido ressalta que a importância da obra *Estudos sobre a poesia popular* se dá pelo fato de Romero ter explorado um tema novo, que não havia sido objeto de estudo até então. Como lembra Cândido, Romero,

*“colheu uma quantidade respeitável de contos, cantos, lendas, etc, dando ao Brasil um dos primeiros exemplos sistematizados de ampla colheita de material sociológico”*¹⁶⁰

O autor também lembra que a obra de Romero sobre a cultura popular deve ser valorizada, inclusive, pelo fato do autor estar

*“desamparado das técnicas de pesquisa, que só mais tarde se aperfeiçoaram, e do conhecimento teórico da música”*¹⁶¹,

o que levava Romero a cometer enganos ou deformações na coleta e na análise de suas informações.

Outro autor que discute a importância da obra é Manuel Diegues Júnior, que, valorizando a preocupação de Romero com o estudo da cultura nacional, acredita que ele

“entendeu o que havia de processo transculturativo – o que ainda não se

¹⁵⁹Cascudo, Câmara. In. Romero, Sílvio. *Cantos populares do Brasil*, op.cit. p. 17

¹⁶⁰Cândido, Antônio. *O método crítico de Sílvio Romero*, op cit, p. 60

¹⁶¹Idem, p. 60

falava na época, pois até mesmo a palavra transculturação não era conhecida – na criação da poesia popular brasileira”¹⁶².

O papel de Romero e os seus estudos sobre a poesia popular também são bastante elogiados por Florestan Fernandes. Para este sociólogo,

“do ponto de vista exclusivo do folclore, o seu trabalho é a primeira contribuição séria aos estudos dos contatos culturais no Brasil e suas conseqüências.”¹⁶³

Cláudia Neiva de Matos também salienta que:

“Mas apesar de suas lacunas e deficiências, a pesquisa de nossa literatura oral empreendida por Sílvio tem enorme importância pioneira e exemplar: pelo menos nesse domínio, não seria justo recursar-lhes as prioridades que ele tanto aprecia.”¹⁶⁴

Romero expôs em sua obra uma preocupação de que a poesia e a cultura popular são fatos importantes para se conhecer o sentido de nacionalidade brasileira, compreender através da cultura popular as bases da “nação” e do “povo” brasileiros. É nesse sentido que ele fez todo um trabalho importante e impressionante, ao coletar e procurar analisar cantos, contos e festas populares por todo o país. Fica evidente como Sílvio tinha o desejo, o objetivo de conhecer essencialmente o que representava de fato o país.

Ele evidencia que já se acreditou menos na poesia popular brasileira, do que em seu tempo, aproveitando, para fazer uma crítica ao Romantismo, que considera algo ultrapassado a ser deixado de lado:

“Nós possuímos uma poesia popular especificamente brasileira, que, se não se presta a bordadeiras de sublimidades dos românticos, tem contudo enorme interesse para a ciência.”¹⁶⁵

Nesta afirmação, percebia a necessidade de se fazer um estudo científico sobre a poesia popular. Continuando esta linha de análise, ele afirma que

“A primeira vista parece que o povo do Brasil é dos mais adequados agora para o estudo da poesia e das crenças populares, por conter nada menos de três distintos ramos de procedências. O caboclo, o negro e o branco... que belo

¹⁶²Romero, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular*, op. cit. p. 18

¹⁶³Fernandes, Florestan. *O folclore em questão*. Livraria Martins Fontes Editora, SP, 2º ed, 1993.

¹⁶⁴Matos, Claudia Neiva de. *Op cit.*, p. 38

¹⁶⁵Romero, Sílvio, *op.cit*, p. 32

ensejo oferecem para apreciar-se o cruzamento das idéias a par do cruzamento das raças!”¹⁶⁶

Romero retoma a sua teoria das três raças formadoras – a branca representada pelo português, que teria fornecido a língua, civilização, religião e as leis; a negra, representada pelo africano; e a índia nativa do país - e o resultante disso é o genuíno nacional que é o mestiço. Por outro lado, o escrito sergipano assinala que outros povos, tais como os holandeses no nordeste e os italianos e os alemães no sul, também produziram efeitos e geraram um impacto na cultura popular brasileira.

A necessidade de Romero estudar as três raças formadoras se justifica exatamente neste ponto: o de estabelecer quais eram as suas influências para a formação do povo brasileiro e assim poder identificar as origens da cultura popular e sua viabilidade – em resultado da influência dessas culturas.

Sobre o negro, Romero critica o seu esquecimento, a falta de um estudo mais sério sobre este grupo:

*“O negro não é só uma máquina econômica, ele é antes de tudo e mau grado sua ignorância, um objeto de ciência”.*¹⁶⁷

Era fundamental estudar o negro brasileiro para a compreensão da poesia popular, uma vez que via no elemento negro – e mesclado no branco, produzindo o mestiço - a formação da cultura brasileira.

Sobre o índio, enfatiza que pouco ele pode produzir no que tange à cultura, pois ao ser “civilizado” e catequizado pelos jesuítas, acabou perdendo as suas crenças e parte de sua cultura original.

O mesmo se daria com o português, ao mostrar que este país tinha uma cultura bastante atrasada e influenciada pela Inquisição.

Diante disso observa que

*“Destes elementos disparatos, incongruentes e meio esquecidos, é que se formaram as crenças, os hábitos e a poesia do nosso povo.”*¹⁶⁸

Na crítica ao Romantismo, Romero não lhe nega relevante à ciência; porém salienta muitas de suas deficiências. a idéia da “inerrância popular”, que previa que o povo não

¹⁶⁶Idem, p. 33

¹⁶⁷Idem, p. 35

¹⁶⁸Idem, p. 37

seria capaz de errar.

*“quem não vê aí um eco das falazes teorias da Revolução e da Restauração sobre a soberania popular?”. (...) “a inerrância do povo e a sua soberania são alguma coisa de análogo ao direito divino dos reis e à infalibilidade do papa.”*¹⁶⁹

Romero critica o uso da poesia popular, qualificando-a como sendo “uma poesia da natureza”:

*“fazia-se mais retórica do que psicologia, mais divagações estéticas do que análises etnológicas. Estamos fartos de apologias poéticas e de cismares românticos; mais gravidade de pensamento e menos ziguezagues de linguagem”.*¹⁷⁰

Partindo desse princípio, Romero fez uma crítica ao desconhecimento das tradições populares “da história não-escrita” que se perdeu ao longo do tempo. Questiona sobre quais seriam os primeiros contos portugueses a chegarem ao Brasil e qual seria a influência indígena e negra sobre estas tradições.

“O português lutava, vencia e escravizava; o índio defendia-se, era vencido, fugia ou ficava cativo; o africano trabalhava, trabalhava... Todos queriam cantar, porque todos tinham saudades, o português de seus lares d'além-mar, o índio de suas selvas, que ia perdendo, e o negro de suas palhoças, que nunca mais havia de ver.

Cada um devia cantar as canções de seu país.

*De todas elas amalgamadas e fundidas em um só molde – a língua portuguesa, a língua dos vencidos, é que se formaram nos séculos seguintes as nossas canções populares.”*¹⁷¹

Ele afirma que foi o europeu o fator determinante por sua cultura e por ter deixado mais tradições. Somente com o tempo, nos séculos XVIII e XIX, o processo de cruzamento entre os brancos e as demais raças se tornou mais forte, produzindo assim o corpo de tradições do povo brasileiro, ainda está em um processo de integração.

“A obra de transformações das raças entre nós ainda está muito longe de ser

¹⁶⁹Idem, p. 37

¹⁷⁰Idem, p. 38

¹⁷¹Idem, p. 39

*completa e de ter dado todos os seus resultados. Ainda existem os três povos distintos em face um dos outros; ainda existem brancos, índios e negros puros. Só nos séculos que se hão de seguir a assimilação se completará”.*¹⁷²

Sílvio Romero diz que, “à luz de idéias científicas”, pode-se dividir a população brasileira em quatro seções naturais: os habitantes das praias e das margens dos grandes rios, os habitantes das matas, os dos sertões e os das cidades. Para o autor, o último grupo tem um caráter especial e por esta razão deve ser estudado à parte.¹⁷³ Assim, ele se dedica com mais interesse ao estudo dos três primeiros grupos.

Romero considera estes grupos como um povo mesclado, com mais variedades “do que gatos que habitam nossos telhados”.

*“De pouca vivacidade intelectual, tanto que suas indústrias são em estado rudimentar, é um povo sem objetivo político, sem consciência social e histórica, falho de ciência e de elevados incentivos e, ao mesmo tempo, sem muitos mitos e heróis.”*¹⁷⁴

Sílvio complementa dizendo que se povo não é culto, ele ainda permanece num período evolutivo “teológico”, em sua fase monopolista, com resíduos do fetichismo e do politeísmo, aplicando aqui a lei dos três estados formulada por Augusto Comte¹⁷⁵

Na sua descrição dos hábitos, Sílvio Romero elenca uma série de características, sem no entanto mencionar fontes ou mesmo através de um estudo de campo. A sua descrição é basicamente marcada por experiências pessoais ou por casos isolados, sem uma análise do conjunto. Por exemplo,

*“lembro-me de um velho que, não podendo mais dançar e tocar, me dizia melancolicamente: eu fui aquele que possui sete violas....Isto é característico”.*¹⁷⁶

Descreve os habitantes das matas como dedicados à lavoura e como *matutos*; o sertanejo, via de regra, um vaqueiro, um tipo brutal, um cavaleiro exímio.

Romero também caracteriza os habitantes destas três zonas sempre como

¹⁷²Idem, p. 39

¹⁷³ Na época em que Sílvio Romero viveu, a grande maioria da população brasileira ainda morava no campo.

¹⁷⁴Idem, p. 40

¹⁷⁵Comte, Augusto. *Os pensadores*. São Paulo. Editora Nova Cultural, 5ª edição, 1991

¹⁷⁶Idem p. 40

supersticiosos e tentados ao fanatismo e à religião de forma cega. Menciona casos de fanatismo religioso no interior dos estados, sendo o caso mais expressivo e interessante o de Antônio Conselheiro, no interior de Sergipe, como o próprio autor assim o descreve:

“O último fenômeno da espécie que tenho que apresentar teve um teatro ainda mais vasto. Um indivíduo criminoso do Ceará saiu a fazer penitência a seu modo e imaginar prédicas públicas pela mesma forma por que os nossos enfastados, sedentos de nomeada inauguram conferências... No seu percurso veio ter aos sertões da Bahia e fundou uma igreja em Rainha dos Anjos. Chamava-se Antônio e o povo o denominava Conselheiro. Passou por Sergipe, onde fez adeptos. Pedia esmolas e só aceitava o que supunha necessário para a sua subsistência, no que divergia de nosso mendigos vulgares.”¹⁷⁷

Romero conheceu Antônio Conselheiro nessa fase da vida de ambos, isto é, muitos anos antes do conflito de Canudos, quando Conselheiro viajava pelo sertão nordestino, fazendo suas preces e atraindo uma legião de seguidores. Assim, Sílvio pode concluir em seus estudos que o fanatismo religioso do povo sertanejo era totalmente vinculado a credences populares, como maus olhados e superstições. Esta observação é particularmente curiosa em Romero e exerceria uma grande influência na visão construída por Nina Rodrigues sobre o sertanejo.

Já no que concerne às festas populares, Romero divide as festas nas cidades e na região rural. No caso das cidades, são compostas de uma população mais ou menos culta (elite) e de camadas populares, a quem Romero chama de *capadócios* ou *cafajestes*, que, na definição do autor,

“é gente madraça que, possuindo todos os defeitos dos habitantes do campo, não lhes comparte as virtudes”¹⁷⁸

Da mesma forma, ele divide as festas populares em dois tipos: a das Igrejas (portanto religiosas) e as populares. Das festas religiosas, menciona as de Nazaré do Pará, a das Neves na Paraíba, do Monte e Saúde em Pernambuco, do Bomfim na Bahia e da Penha no Rio de Janeiro. Já das festas populares, cita o Natal, Ano Bom, Reis, entre outras.

Para o autor sergipano, é nessas festas onde se pode melhor apreciar a poesia popular, porque são a expressão do sentimento, da vida e do pensar da população. Cita

¹⁷⁷Idem, p. 42

¹⁷⁸Idem, p. 45

como exemplo as festas da cidade de Lagarto, em Sergipe, onde nasceu. Ele descreve detalhadamente as atividades da festa, procurando mostrar a diversidade da vida e da cultura popular, mencionando a utilização de “brinquedos”, tais como o bumba-meu-boi, os marujos, mouros, etc. Também mostra a influência africana atuando em conjunto com a influência portuguesa.

Dentro deste quadro, ele evoca o povo “baiano”, que seria usado como um exemplo das leis de *seleção natural*, uma vez que sendo mestiço, era o retrato da cultura brasileira por definição.

Declara que “*o povo deve de preferência ser observado na sua laboriosa luta pela vida*”¹⁷⁹. Nesta afirmação, Romero procura entender e fazer entender que para estudar a cultura popular, deve-se conhecê-la em sua essência, no seu dia-a-dia, em seu trabalho. Isto, por exemplo, acaba entrando em contradição com a teoria racial, pois nestas as raças apresentam um limitador ao indivíduo.

Romero descreve outras canções e costumes populares, tais como adivinhações, ditados, charradas, entre outras coisas, acrescentando:

*“ainda assim, a despeito de todos os males e defeitos, existe entre nós uma mole imensa de poesias populares.”*¹⁸⁰

Ele reconhecia a existência de uma cultura popular, desconhecida e negligenciada pela elite, e fazia questão que fosse lembrada.

O ensaísta também fez críticas neste seu estudo à obra de Celso de Magalhães, procurando contestar as suas afirmações sobre a questão da cultura negra e índia. Elogia partes dessa obra, em particular suas crenças no racismo científico; mas neste mesmo ponto, ilustra suas diferenças, em especial na crença de Celso de Magalhães sobre a inferioridade do negro e do índio e em sua incapacidade para a civilização.

Partindo desta observação, Romero fez uma crítica muito forte, dizendo que Celso se excedeu no estudo das raças na literatura.

*“Ele negou, como se viu quase completamente, a influência índia em nossas tradições. Trabalhos posteriores ao seu tiraram a limpo este ponto. O índio influiu e deixou vestígios em nossa língua, costumes, lendas e tradições.”*¹⁸¹

¹⁷⁹Idem, p. 50

¹⁸⁰Idem, p. 52

¹⁸¹ Idem, p. 59

Romero também critica ferozmente a postura adotada por Celso de Magalhães no que tange à questão do negro:

*“ainda aqui ele é um pouco incompleto. Não indica o que devemos aos africanos, limitando-se a apontar os seus defeitos, como fizera para com o índio”*¹⁸².

Na avaliação que fazia da obra de Celso, ficava claro para Romero que o negro era visto como avesso à idéia de civilização, um bárbaro e com o autor abordado criticando o cruzamento com o branco, afirmando que isso era um mal.

Romero afirma que

“estas palavras podem ser verdadeiras no sentido geral, o barbarismo dos negros; encerram porém uma grave lacuna. Não basta dizer que o africano era atrasado ou estúpido, e que ele influiu desagradavelmente na formação do nosso povo. É mister mostrar o que lhe devemos, é preciso indicar qual a parte que lhe cabe na compreensão total do nosso caráter nacional”.¹⁸³

Segundo Romero, Celso de Magalhães acerta ao enfatizar a inferioridade do negro, mas não a demonstra e nem mesmo explora qual a influência desta na cultura brasileira. Na realidade, Romero enfatiza que o desconhecimento do negro e do índio, foram provocados, no primeiro caso, pela escravidão e, no do índio, por ter sido tratado como um animal de carga pelos portugueses e revitalizado sob a ótica do Romantismo, que criou um mito em torno do índio – e não uma real compreensão sobre o mesmo.

Na concepção de Romero o papel dado aos negros e aos índios é uma forma de complementar e auxiliar a civilização branca estabelecida no Brasil. Para entender a influência deixada por aqueles grupos na cultura popular, é necessário saber quais são seus hábitos, a sua cultura, enfim, tudo o que lhes diz respeito e que, de certa forma, foi agregado pela civilização mestiça que teria sido implantada no Brasil:

“Apenas pode-se-ia dizer que não basta só isto hoje; é mister, antes e acima de tudo, mostrar o que cada um dos deteriorados elementos do povo brasileiro, a despeito de seu abatimento, pode produzir. Ora, o negro mau grado a sua desgraça, é por si, e por meio do mestiço, um dos autores de nossos romances,

¹⁸²Idem, p. 59

¹⁸³Idem, p. 59

xácaras, canções, contos, que Celso desconheceu”¹⁸⁴.

Neste sentido, Romero também critica José de Alencar, posto que este autor tinha um entusiasmo pelo índio, vinculado ao Romantismo:

“Hoje sabemos quanto isso encerra de falso ou de fantástico. O índio por si só não é o brasileiro”¹⁸⁵.

Ele também faz uma crítica semelhante a Couto de Magalhães, que havia estudado o índio brasileiro. Se, por um lado, elogia a obra deste autor por trabalhar com a questão índia (poesia e contos populares), por outro, critica-o ferozmente por não tratar da questão em relação aos negros e mestiços:

“As suas observações a respeito de nossa poesia popular reduzem-se a ligeiras indicações sobre o caráter desta e a alguns considerandos sobre as modificações da língua portuguesa no Brasil. Nada diz de nossas origens portuguesas e africanas; supõe que quase tudo nos veio do caboclo”¹⁸⁶.

A crítica que Romero faz é sobre o fato de os escritores e intelectuais trabalharem somente com o branco, o índio ou o negro, mas não com todos eles de forma harmoniosa e conjunta, e em especial no caso do mestiço.

Ao se dedicar a estudar a origem da poesia, das canções, dos costumes e linguagens do povo brasileiro, Romero queria entender qual era o papel exato de cada raça, com que cada uma contribuía e em seguida qual era o papel do mestiço neste processo.

Assim, em seu estudo sobre a poesia popular, Romero define a existência de agentes criadores e transformadores da cultura, compostos pelas três raças distintas e o elemento mestiço; já o agente transformador era composto somente pelo mestiço – que seria por definição resultado de uma transformação. Desta forma, seriam os mestiços a parte essencial na formação do povo brasileiro – o que resultaria num povo “legitimamente” brasileiro:

“Na poesia popular, portanto, depois do português, é o mestiço o principal fator. Aos selvagens e africanos, que não eram autores diretos, coube aí mesmo, porém, uma ação mais ou menos eficaz.”¹⁸⁷

Ele explica que

184Idem, p. 85

185Idem, p. 104

186Idem, p. 142

187Idem, p. 197

*“era psicologia do mestiço, a quem iam transmitindo suas tendências intelectuais com todas as suas crenças, anexins, abusões, lendas e fantasias, é que se nota o seu influxo. A ação psicológica dos sangues negro e tupi no genuíno brasileiro explica-lhe a força da imaginação e o ardor do sentimento. Não há aqui, pois, em rigor, vencidos ou vencedores, o mestiço congraçou as raças e a vitória é assim de todas três.”*¹⁸⁸

Romero cita poemas, tais como *A moqueca*, *O ladrão do padrezinho*, *Quero bem a mulatinha*, *Chula a mulatinha*, *Os cocós de cordão*, onde podia se perceber a influência africana, também nos romances de vaqueiros há a influência indígena. Já no caso dos contos e das lendas, Romero diz que

*“ai é direta a ação das três raças e a influência do mestiço ainda muito insignificante, a não ser como agente transformador. Temos contos de origem portuguesa (ariana), tupi (pretendida turana), africana (raças inferiores) e mestiça (formação recente)”*¹⁸⁹

Sílvio Romero salienta que a influência destas três raças para o Brasil foi além das canções e das histórias populares. Ele, em particular, valorizava o português por ser o responsável pela configuração da “civilização” no Brasil, pelas leis, idéias e instituições. Já os negros teriam penetrado na vida íntima do povo, moldando assim a “psicologia popular”. Aqui fica evidente a influência deixada por Romero na obra de Gilberto Freyre, principalmente na idéia de mestiçagem cultural, o que é evidente em *Casa Grande & Senzala*. E o índio teve uma grande influência na Medicina, na alimentação, nos usos e costumes.

É importante salientar que a influência do indígena na vida cotidiana da colônia foi muito forte, moldando a vida da colônia em vários aspectos, como na alimentação, com o uso extensivo da mandioca. Como salienta Leila Mezan Algranti, a distância com a Europa produzia uma dificuldade no envio de suprimentos, fossem eles alimentares, de vestuário, remédios ou mesmo de necessidades do dia-a-dia. Como ela diz:

“O abastecimento precário, portanto, foi companheiro dos colonos durante vários séculos. Dessa forma era imperativo aprender com os gentios da terra a se proteger do clima e dos animais, a preparar os alimentares disponíveis, a fabricar utensílios e a

¹⁸⁸Idem, p. 197

¹⁸⁹Idem, p. 203

explorar as matas.”¹⁹⁰

Na sua conclusão de *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*, Romero fez uma avaliação a respeito do papel das raças na evolução dos povos, mencionando a necessidade de se estabelecer a relação entre raça e cultura.

Retomando aqui a necessidade de se estabelecer um caráter nacional, através da formação de uma única raça ao país, um caráter “étnico”, Romero conclui seu livro de forma pessimista, ilustrando a fraqueza das três raças formadoras, a falta de coesão destas raças e também do mestiço brasileiro, produzindo uma base muito fraca da população.

Esta temática seria posteriormente abordada por Paulo Prado, em *Retrato do Brasil*, onde este autor construiu uma visão pessimista do Brasil, procurando retratar as três raças formadoras como tristes, o que teria gerado um país triste, fraco e sem perspectivas.¹⁹¹

Apesar disto, é importante ressaltar que ele valorizava o papel do português, por ser a base cultural brasileira, a necessidade de valorizar o índio, através de um processo “civilizatório” e a libertação dos escravos, já que este havia contribuído para o sucesso dos brancos.

Sobre esta última questão, vale lembrar que o livro foi escrito antes de 1888, no final da escravidão.

Dentro de seus estudos sobre a cultura popular, Sílvio Romero pesquisou e fez uma grande coletânea sobre cantos e contos populares, publicou livros como *Cantos populares do Brasil* e *Contos populares do Brasil*.

Em *Cantos populares do Brasil*, Romero fez uma coletânea inédita de cantos e modinhas, “*inaugurando uma nova bibliografia da cultura brasileira*”, no dizer de Luiz Antônio Barreto¹⁹².

Na Introdução de *Cantos Populares*, Romero já começa esboçando as suas preocupações gerais sobre esse universo e sua ligação com a origem étnica brasileira.

Primeiramente, ele questiona onde estão as lendas, as canções populares, os contos, que não registra na história escrita, e sim na tradição flutuante e indecisa da origem étnica brasileira.

¹⁹⁰Algranti, Leila Mezan. “Famílias e vida doméstica”. *História da vida privada no Brasil I – A América portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005, p. 120

¹⁹¹Prado, Paulo. *Retrato do Brasil*, Companhia das Letras, 9ª edição, São Paulo, 2001

¹⁹²Barreto, Luiz Antônio. “Fortuna crítica”, in *História da Literatura Brasileira*, op.cit., p. 404

Ele abriu uma série de questões: quais são os contos de origem portuguesa? Ou de origem negra e indígena? Para Romero, o que motivou o surgimento das canções foi o sentimento de saudade que estes povos tinham, seja o português da sua casa na Europa, o índio da terra que havia perdido e o negro trazido como escravo, da sua África natal. De toda maneira, as canções populares teriam como fundamento a saudade advinda das três raças formadoras.

Ele não assinala que a origem das canções e do saudosismo seja biológica, têm uma explicação “sociológica”, já que identifica a saudade como o resultado da separação, da tristeza da perda, da amargura do exílio e da dificuldade em conviver na nova terra.

Segundo Romero, somente com o passar dos séculos e com a miscigenação é que se viria cristalizar uma nova forma de canções tipicamente brasileiras, tendo como base a cultura do branco, representado pelo português:

*“Cada um devia cantar as canções de seu país. De todas elas amalgamadas e fundidas em um só molde – a língua portuguesa, a língua do vencedor, é que se formaram nos séculos seguintes os nossos cantos populares”.*¹⁹³

É importante ressaltar que Romero não nega a existência das canções advindas do povo negro e do índio, mas ele lembra que estas canções acabaram se fundindo na cultura mestiça, a qual tinha o português como elemento predominante.

Mário de Andrade também explora esta questão, ao mostrar que, por sermos uma nacionalidade ainda em formação recente, a música popular nacional seria de uma natureza bastante especial. Embora contestando a idéia de que o Brasil possuía canções populares (em razão de não termos melodias tradicionalmente populares), não se podia negar que o país possuía músicas populares:

*“Assim, não teremos o que cientificamente se chamará de “canção popular”. Mas seria absurdo concluir por isso que não possuímos música popular!”*¹⁹⁴

Romero considerava a população rural como sendo de pouca vivacidade intelectual, sem objetivo político, sem mitos, heróis, nem consciência histórica ou social e falha na ciência. Este fenômeno não lhe parecia estranho porque que também acontecia com as populações rurais da Europa.

Sílvio Romero descreve os hábitos desta população, mostrando como eles gostam

¹⁹³Romero, Sílvio. *Cantos populares do Brasil*, op.cit.p. 42

¹⁹⁴Andrade, Mário. *Ensaio sobre a música brasileira*. Livraria Martins Editora, SP, 1962, p. 165

de cantar e beber, “*amigos da pinga e da vida*”, são trabalhadores rurais em terras pertencentes a “verdadeiros senhores feudais”:

*“Os homens dos sertões são criadores. O sertanejo, que não o grande proprietário é, por via de regra, vaqueiro. Este é um tipo brutal, vestido de couro dos pés à cabeça, monteador feroz; sempre cavaleiro exímio”.*¹⁹⁵

Romero observa que a natureza do sertanejo é dada para a crença em pseudo-religiões, acreditando em fanatismo e misticismo e superstições. Dentro deste contexto, ele menciona o caso de Antônio Conselheiro, que Romero havia conhecido no sertão, quando de seus estudos sobre a cultura popular.

É desta forma que o autor conta as credences populares, as simpatias e os feitiços:

“No Ceará ainda se usa, em alguns pontos do centro, anjinhos como se chama. Consiste em dar tiros de pistolas e rouqueiras, e cantar rezas e coisas na ocasião de livrar para o cemitério o anjinho.

*Existe também em algumas províncias a devoção intitulada a lamentação das almas. Em certa noite do ano saem os penitentes, de matracas em punho, a cantar em tolo lúgubre composições adequadas. Vão parando de porta em porta sobretudo nas casas de certas velhas a quem querem aterrar.”*¹⁹⁶

Sílvio ressalta que quem predomina na difusão das crenças populares é o elemento feminino. As festas populares são outra forma utilizada por ele para compreender a poesia popular.

Um outro aspecto importante desta obra se refere à coletânea dos cantos populares. Sílvio fez um grande trabalho de coleta, em especial no Nordeste e no Rio de Janeiro, na tentativa de preservar a cultura popular.

É óbvio que a coletânea de cantos populares se remete à opinião própria do autor; porém ao tentar manter e preservar este traço importante da cultura brasileira, por parte dela, Romero estava combatendo a perda da nacionalidade, da cultura brasileira, da natureza, por assim dizer, do povo brasileiro.

Procedimento análogo se dá em *Contos populares do Brasil*, que foi publicado na mesma época. Na introdução do livro, Romero repete várias passagens nas quais ele já havia trabalhado anteriormente, tais como a questão do mestiço, do negro e do índio, e a

¹⁹⁵ Romero, Sílvio, *op.cit.* p. 44

¹⁹⁶Idem, p. 50

forma como interagiam com o branco, dando assim condições para o surgimento de uma cultura popular genuinamente brasileira. Valorizava principalmente o papel do branco e do mestiço, alertando para o fato de que estes foram influenciados por negros e índios.

*“a ação fisiológica dos sangues negro e indígena no genuíno brasileiro explica-lhe a força da imaginação e o ardor do sentimento”*¹⁹⁷.

Romero cita vários contos de origem indígena que foram utilizados pela população e compilados por Couto de Magalhães, no livro *O selvagem*, enfocando seu papel na cultura tupi.

Sílvio apreciava os contos de origem indígena que foram preservados, onde se enfatizam elementos da natureza, tais como o *jabuti e a onça, amiga folhagem, o cágado e a fruta*, entre outros, o que sinaliza, para o autor, a preocupação de vincular o índio com a idéia de selvagem e de primitivo.

Já no que tange ao negro, Romero diz que

*“não são tão fantasiosos, como os portugueses, que se prendem ao vasto ciclo de mitos arianos, os mais belos da Humanidade; mas tem uma certa ingenuidade digna de ser apreciada”*¹⁹⁸.

O autor critica, porém, o crédito de vários contos indígenas como sendo portugueses, por existirem em Portugal contos análogos aos dos índios brasileiros. Neste sentido, ele procura mostrar que a influência dos povos poderia ter mão dupla, ou seja, que não era somente o português que influenciava o índio, este também exercia uma influência sobre o português.

*“Também alguns contos do ciclo da jabuti e da raposa têm semelhantes nas tradições arianas e ninguém lhes contestará a origem selvagem. Sabe-se que as criações míticas seguem também uma ordem e obedecem a certas leis. O seu paralelismo explica-se pelas leis fundamentais do espírito humano, as mesmas por toda a parte.”*¹⁹⁹

Sílvio Romero demonstrava uma preocupação de tentar equivaler o índio ao branco, ou ainda melhor, de mostrar que culturalmente, os dois acabavam se misturando, o que por si só valoriza, e muito, o papel do indígena, que se mostrava capaz de exercer influência na

197 Romero, Sílvio. *Contos populares do Brasil*, op.cit. p. 16

198Idem, p. 17

199Idem, p. 18

cultura européia. Neste sentido, o ensaísta procura uma explicação para justificar a existência de contos baseados em mitos “cósmicos” de onde se daria a similaridade existente entre lendas entre vários povos, de origem completamente diferente. Cita uma lenda (maori) da Nova Zelândia sobre a separação do dia da noite que tem uma analogia com a do indígena brasileiro.

“O mito neozelandês é mais épico e formoso; em ambos, porém procura-se explicar a distinção de dois fenômenos capitais; em ambos fala-se de esposos que estavam ou vieram a ficar separados; e trata-se de uma revolta ou desobediência”²⁰⁰.

Ao enfocar porém a contribuição dos contos indígenas para as populações cristãs do país, ele salienta que assim como os contos africanos, nem todos foram incorporados na vida da população, e o mesmo se dá com os contos de origem portuguesa.

Uma preocupação de Romero é de enfocar a necessidade de mostrar como o mito das três raças pode influenciar e servir de base para a formação da cultura popular brasileira. Ele repete a questão racial, mostrando, inclusive sua idéia de que o indígena deverá desaparecer e o negro ser absorvido pelo branco, através da mestiçagem.

Sílvio Romero, ao expor a cultura popular, termina com um pessimismo em relação a seu presente e com uma esperança no futuro, posto que com a miscigenação, a população negra e índia iriam desaparecer completamente. Dentro de seu pensamento de construção de um novo país branco, ele imaginava este Brasil mais coeso racial e culturalmente, mesmo que para isso fosse necessário eliminar a sua população “inferior”, através da miscigenação.

O que chama mais a atenção nos estudos de Romero sobre o folclore é o fato dele realmente se interessar pela cultura popular – sejam os contos ou os cantos populares. Romero quer entendê-los em sua magnitude, de uma forma “científica”, no sentido de compreender a cultura, os hábitos e a vida do povo brasileiro.

Afinal, esse escritor tinha um claro objetivo em mente: conhecer o Brasil – um país desconhecido, uma cultura popular que dava fundamento a sua idéia de nação brasileira. Em suma, era compreender os hábitos culturais do povo brasileiro, hábitos estes que nos dariam os fundamentos da nação e portanto a identidade ao país.

²⁰⁰Idem, p. 19

Karin Volobuef menciona um ponto bastante curioso sobre a visão que Romero possuía dos centros urbanos: a cultura não estaria ali, mas sim no sertão, onde estaria depositado um material cultural ainda mais valioso do que nas cidades, representando a “alma nacional”. Portanto seu objetivo seria o de conhecer a identidade da nação e do brasileiro.

Como ela diz:

*“(...) por isso, trata-se de uma tradição ancorada no fator geográfico: para Sílvia Romero, a província merecia destaque contra os centros urbanos. O sertão seria depositário de um material cultural mais valioso do que as cidades, que, pelo seu caráter mais cosmopolita e indiferenciado, não trazem em seu bojo a natureza mais primitiva e genuína da alma nacional.”*²⁰¹

Da mesma forma, isto se enquadrava em sua concepção de raça, no mestiço e na idéia de branqueamento da população. Romero imaginava o branqueamento não como uma eliminação da cultura brasileira; mas sim como seu fortalecimento, uma vez que para ele o imigrante branco iria agregar um “sangue novo” no povo brasileiro.

Dentro deste quadro, os estudos sobre folclore, poesia, cantos e contos populares são um dos principais pilares do seu pensamento e representam uma das primeiras aberturas para a valorização, o conhecimento e a divulgação da cultura popular e do povo brasileiro, que aparece não mais como um elemento passivo, mas sim como um agente ativo na formação da cultura e da história.

3 – Uma história do Brasil pela literatura.

Talvez ainda mais importante na compreensão da trajetória do povo brasileiro feita por Romero esteja seu estudo clássico *A história da Literatura Brasileira*.

A forma como Romero vê a história e a literatura brasileira é a de uma evolução, dos portugueses chegando no Brasil até ao final do século XIX quando aquela literatura, como um retrato da sociedade nacional, já começaria a ganhar um novo significado e uma maior coesão. Mais ainda, isto refletiria ainda a própria evolução histórica do povo brasileiro, que, no entender de Romero, com a miscigenação, já estaria apto a mostrar os

201 Volobuef, Karin. “Prefácio”. in. *Contos populares do Brasil*, São Paulo, Landy Editora, 2º edição, p. 14

seus valores, as suas idéias e criações. Era através da miscigenação – seja ela biológica ou cultural - que se processava a evolução histórica do Brasil, que ganhava cada vez mais força à medida que o país se formava, que ganhava a sua identidade através da mestiçagem entre as três raças.

Mais do que apenas retratar a evolução histórica, Romero aqui decidiu fazer um quadro evolutivo onde a literatura se mostra como uma força de expressão, com o objetivo claro de ilustrar o quanto o povo brasileiro já tinha ganho em relação a sua identidade, em razão da miscigenação. A literatura servia de parâmetro para Sílvio ilustrar o quanto o povo brasileiro já estava formado ou o seu estágio de formação.

Neste sentido, o ensaísta via a literatura como sendo algo essencial na história do país, pois representava todo o pensamento, toda a forma de manifestação cultural escrita, sejam estes estudos literários, folclóricos ou científicos:

“para mim a expressão literatura tem a amplitude que lhe dão os críticos e historiadores alemães. Compreende todas as manifestações da inteligência de um povo: política, economia, arte, criações populares, ciências... e não, como era de costume supor-se no Brasil, somente as intituladas belas-letras, que afinal cifravam-se quase exclusivamente na poesia”!...²⁰².

Nessa perspectiva, a literatura compunha toda a produção, todo o conhecimento nacional, toda a forma de expressão e de difusão cultural. Analisando estas expressões e situando-se na época estudada, pode-se compreender qual era o ponto da evolução da cultura brasileira naquele momento.

Sua visão da história brasileira é evolucionista. Sílvio Romero constrói uma evolução da história e da literatura brasileira, desde a descoberta do país até ao final do século XIX, caracterizando assim uma evolução, ou melhor, como diz Schneider, uma “teoria do Brasil”:

*“O que impressiona o leitor contemporâneo da História da literatura brasileira é o caráter permanentemente militante do texto. Esta perspectiva faz da obra um tratado sociológico sobre o país, dotado de um sentido eminentemente político, de um modo bem consciente”.*²⁰³

Um ponto importante lembrado por Schneider é que Romero defendia nesta obra

²⁰²Romero, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. op.cit, p. 61

²⁰³Schneider. Alberto Luiz. *Sílvio Romero – hermenêutica do Brasil*. Annablume, SP, 2005, p. 71

uma intervenção dos intelectuais e do Estado na sociedade, para mudar o panorama brasileiro.

Antônio Cândido, em seu clássico estudo sobre o escritor sergipano, fizera uma observação semelhante:

*“como nos trabalhos anteriores, discute amplamente o problema dos fatores da nacionalidade, tarefas já quase pronta na Introdução à história da literatura brasileira. Aqui, porém eles aparecem mais refinados; mais polidos pela evolução intelectual e libertos da rigidez com que se apresentam.”*²⁰⁴

Cândido lembra também que esta obra resume grande parte do conhecimento e o estilo de Romero; é a obra-prima do autor, onde ele pode condensar melhor as suas idéias e observações sobre a nossa trajetória não apenas literária, mas também econômica, política e social.

Uma chave para a compreensão da obra está no prólogo escrito para a primeira edição, onde autor faz um painel crítico não apenas da literatura, mas da sociedade de seu tempo. A literatura entra aqui como fomentadora, como um recurso para dar a base necessária para a análise de seu tempo. Romero critica o “ódio” que lhe teria sido desferido por demonstrar o seu amor à pátria e ao seu senso crítico que o impelia a fazer mudanças, tanto em Pernambuco (Recife) quanto no Rio de Janeiro.

Em seguida, o ensaísta descreve a situação política brasileira, que, a seu ver, já fornece os motivos para ter confiança no futuro do país. Sílvio sintetiza a sua impressão sobre o Brasil baseando-se em si mesmo: se no passado ele foi primeiramente otimista em relação ao futuro do país, depois se tornou um pessimista e se diz agora, como autor desta obra, “imparcial:

*“O livro que se vai ler é a expressão natural e apropriada desta última fase, que parece ser a da maturidade de todo espírito que sinceramente quiser prestar serviços a este país.”*²⁰⁵

O autor diz que esta crítica imparcial foi se delineando na medida em que aprofundava seus estudos sobre a etnografia, a história, o folclore e a literatura. Pretendia fazer um estudo imparcial, nem otimista e nem pessimista sobre o Brasil.

Sílvio Romero relata que a situação social de seu período é grave (ele publicou a

²⁰⁴Cândido, Antônio. *O método crítico de Sílvio Romero*, op.cit , p. 71

²⁰⁵Romero, Sílvio. op.cit, p. 34

primeira edição em 1888, quando da emancipação dos escravos), elencando uma série de problemas na sociedade brasileira, sejam eles de origem política (como o federalismo e a República), econômica (fim da escravidão, distribuição de terras e reorganização do trabalho) ou social (colonização estrangeira, grande naturalização):

*“Rapidamente, sem dúvida. O Brasil é um país ainda em vias de formação, nunca é demais esclarecer o seu futuro”.*²⁰⁶

Sobre o modelo político, Romero é enfático ao dizer que não defende a centralização, o federalismo e “as manias igualitárias do modelo francês”, já que isto seria contrário à natureza do povo brasileiro.

Ele também mostra-se preocupado acerca da imigração e da influência estrangeira no país, que poderia distorcer o caráter nacional do povo brasileiro. Por esta razão, sobre a colonização estrangeira, a ênfase: é necessário priorizar os elementos nacionais para depois fazer a imigração estrangeira não em apenas alguns estados mas em todo o país, a fim de garantir que esta população se misturasse com os nacionais.

Mas de forma bastante contraditória, ele acaba defendendo o uso do sistema educacional alemão, que, baseado no Idealismo, estimularia as “Faculdades elevadas e inventivas”.

Na primeira parte do livro, o autor define os pontos fundamentais em sua obra, chamando o primeiro capítulo “*Os fatores da literatura brasileira*”, quando arrola os principais elementos que teriam determinado a condução desse universo.

Sílvio assinala como primeiro fator a pobreza dos estudos sobre a literatura brasileira por serem limitados quanto à análise geral da história e da cultura do país. As análises sobre a literatura brasileira lhe pareciam limitadas, pois não se enquadravam na visão que ele tinha da dinâmica da formação histórica que havia motivado a evolução do país:

*“A história do Brasil, como deve ser compreendida, isto é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o Romantismo, a história dos Tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros em o Novo Mundo”*²⁰⁷.

²⁰⁶Idem, p. 41

²⁰⁷Idem, p. 57

Para Romero, a história brasileira era o resultado não da história de uma das raças importadas para o Brasil, mas da conjunção, da formação de algo novo oriundo destas raças. É por isto que afirma que a história brasileira era a

“história da formação sextiária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias”.²⁰⁸

Romero via na história brasileira a evolução resultante de uma miscigenação que teria surgido no decurso dos séculos. Esta mistura racial, que foi moldando o Brasil, é que explica o caráter brasileiro. Ele define o que é a “chave” para a compreensão da história brasileira:

“Para tanto é antes de tudo mister mostrar as relações de nossa vida intelectual com a história política, social e econômica da nação; será preciso deixar ver como o descobridor, o colonizador, o implantador da nova ordem de cousas, o português em suma, foi-se transtornando ao contato do índio, do negro, da natureza americana, e como ajudado por tudo isso e pelo concurso das idéias estrangeiras, se foi aparelhando o brasileiro, tal qual ele é desde já e ainda mais característico se tornará no futuro” ²⁰⁹.

Baseado nestas idéias, Sílvio Romero defendeu também a necessidade de estudar todos os assuntos que possam contribuir ou que tenham contribuído para sedimentar a diferenciação nacional. Este é um dos outros pontos-chave na sua interpretação histórica, procura valorizar autores que tenham contribuído significativamente na formação do caráter nacional brasileiro, diferenciando-o do português. Para o autor, os escritores nacionais devem ser valorizados na medida em que traduzem, no espírito de sua obra, o sentimento nacional e brasileiro.

Ao aditar este critério, ele faz uma seleção dos autores que irá estudar, tendo assim como enfoque os que viveram e os nascidos no Brasil:

“Pretendo escrever um trabalho Naturalista sobre a história da literatura brasileira. Muito do critério popular e étnico para explicar o nosso caráter nacional, não esquecerei o critério positivo e evolucionista da nova filosofia social, quando tratar de notar as relações do Brasil com a humanidade em

208Idem, p. 57

209Idem, p. 59

*geral.”*²¹⁰

Romero define outros critérios para estabelecer suas teorias sobre a História do Brasil, todas elas vinculadas ao evolucionismo, buscando encontrar as respostas para a compreensão da sociedade brasileira ao longo do tempo.

Definindo que a literatura no Brasil e também em toda a América tem sido um processo de adaptação das idéias européias a esta realidade, entende que no princípio imperava a imitação mas que com o tempo passou-se a ver a prática da seleção literária e científica, o que demonstrava o fortalecimento das nações neste continente.

É importante, nesse estudioso, verificar o estabelecimento de um pensamento onde se fundem história, literatura, nacionalidade e biologia, e como isto se torna adequado à evolução da sociedade:

*“A poderosa lei a concorrência vital do meio da seleção natural, a saber, da adaptação e da hereditariedade, é aplicável, às literaturas, e à crítica incumbe comprová-la pela análise dos fatos.”*²¹¹

Sílvio estabelece a importância destes dois fatores – a hereditariedade e a adaptação, na formação da história e da literatura brasileira. O fator hereditário seria composto pelos elementos raciais, portanto estáticos, dados pela biologia. Já a adaptação ao meio consistiria nos elementos móveis, dinâmicos, de acordo com as necessidades do povo.

Romero critica várias teorias sobre a História brasileira. Para ele, Martius é incompleto, puramente descritivo e sem nexos; Buckle também por dividir as civilizações entre modernas e primitivas e acreditar que onde a natureza se impunha ao homem, como no caso do Brasil, era impossível desenvolver o país. Portanto, é evidente para o ensaísta sergipano que a geografia, o meio por assim dizer, não deveria ser interpretado como sendo um limitador, um ponto a impedir o desenvolvimento do país. Isto se reforça em sua opção pelas teorias raciais, onde estabelecia que o branco havia se adaptado ao meio graças à influência do negro e do índio. Assim, ele explorava o conceito além da raça, enfatizando a capacidade sócio-cultural de mudança.

Da mesma forma, Sílvio Romero faz críticas a Teófilo Braga, afirmando que este autor reproduzia, em sua análise sobre o Brasil, uma dicotomia existente na Europa, onde existia uma divisão entre os povos “braquicéfalos” e os “dolicocéfalos”, e buscava

²¹⁰Idem, p. 60

²¹¹Idem, p. 63

semelhanças entre as culturas asiáticas e as indígenas da América.

Digna de nota é a observação feita sobre a obra de Oliveira Martins. Segundo Romero, este autor enxergava a história nacional como a luta entre os “*jesuítas e os índios de um lado e os colonos portugueses e negros de outro*”, construindo assim uma história de conflitos, que não representava o caráter evolutivo brasileiro, solucionado pela miscigenação e não pelo conflito.

A miscigenação engendrava uma resolução pacífica ao problema racial brasileiro, onde a mistura racial se processou de uma forma “natural”, o que se torna parecido com a visão construída por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*.

Romero também condenava as teorias positivistas da história brasileira, visto que elas teorias reproduzir as disputas entre o mundo latino e o mundo germânico da Europa no Brasil.

O que fica evidente nestas críticas é que o escritor condenava quaisquer formas de interpretação histórica que não reproduzissem o evolucionismo, a história como movimento em direção à formação de um povo brasileiro, com um sentido e uma vida própria. Romero defende o estudo de meio físico, das condições biológicas e econômicas dos povos formadores do país e os seus cruzamentos e as qualidades que surgem a partir desta mistura, tendo como base estudos de Spencer, a pesar de considerá-lo lacunoso.²¹²

Em conjunto com esta análise, Sílvio Romero aborda a questão racial brasileira. Para ele, a raça é um item fundamental. Somente quando as três raças estiverem fundidas e se tornarem identificadas no mestiço é que o Brasil estará pronto, em torno de um mesmo sentimento, resultado da mesma formação étnica.

Definindo a sua teoria sobre a história do Brasil como sendo uma evolução resultante da ação das três raças, é a evolução biológica do povo brasileiro, através da mestiçagem, que explica a própria história. A literatura seria a expressão desta evolução, registrando, ao longo do tempo, o sentimento e o grau de transformação da sociedade.

Romero já defendia a idéia de que o Brasil estava caminhando para a formação de um grupo racial único, que assim eliminaria as raças inferiores, em prol de um futuro onde este povo atingiria um grau mais elevado:

“Não é um grupo étnico definitivo; porque é um resultado pouco determinado

²¹²Idem, p. 72

de três raças diversas, que ainda acampam em parte separadas ao lado uma da outra.

Não é uma formação histórica, uma raça sociológica repetindo a palavra de Laffitte, porque ainda não temos uma feição característica e original. Temos porém os elementos indispensáveis para tomar uma face étnica e uma maior coesão histórica”²¹³

(...)

“O povo brasileiro como hoje se nos apresenta, se não constitui uma só raça compacta e distinta, tem elementos para acentuar-se com força e tomar um ascendente original nos tempos futuros. Talvez tenhamos ainda de representar na América um grande destino cultural histórico”²¹⁴.

Sílvia imagina o futuro do Brasil se configurando na medida em que a mestiçagem, auxiliada pela imigração européia, possa ajudar a constituir uma raça única branca que assim poderia ser original (isto é, como resultado da miscigenação) e ao mesmo tempo brasileira e agregando os valores do país.

Romero criticava as instituições políticas e sociais na história brasileira. Estabelece uma relação importante entre riqueza e pobreza no desenvolvimento da cultura, enfocando aqui a pobreza cultural do meio brasileiro, onde os colonos, preocupados em adquirir os seus recursos básicos para a subsistência, não tinham nem tempo e nem meios de fazê-lo.

Sílvia Romero faz uma crítica contundente à elite brasileira e à forma como esta elite se estabeleceu e dominou o país, impedindo que a população se desenvolvesse, antecipando aqui outro escritor de seu tempo (e com o qual teve uma grande polêmica), Manoel Bomfim. É importante lembrar que a publicação do livro de Romero – *História da Literatura Brasileira* se deu em 1888 e o livro de Bomfim, *A América Latina – males de origem*, em 1905. O livro com o qual Romero polemizou com Bomfim, que tinha o título peculiar de *a América Latina - livro resposta do livro de igual título do dr. Manoel Bomfim*, foi publicado em 1906. O estudo de José Maria de Oliveira Silva, ilustra esta polêmica de uma forma bastante aprofundada procurando mostrar a divergência entre os dois autores e o grau de polêmica utilizado por Romero.²¹⁵

²¹³Idem, p. 100

²¹⁴Idem, p. 101

²¹⁵Silva José Maria de Oliveira. *Da educação à revolução – radicalismo republicano em Manoel Bomfim*, São Paulo, USP, dissertação de mestrado, 1990

É importante salientar a forma crítica como Romero relaciona a produção literária aos momentos da história econômica: o açúcar, o ouro, o café, procurando afirmar que este desenvolvimento não está associado a um crescimento geral da economia, sendo na realidade períodos de crescimento, para depois se aproximar da crise econômica, oriunda da perda de mercados de exportação.

Sílvio mostra uma grande preocupação no que tange à formação do país vinculado a uma estrutura econômica que não propiciava o crescimento contínuo, e sim marcado por ciclos de produtos que ganharam notoriedade no exterior. Assim, vivia-se um ciclo econômico, onde a princípio havia o crescimento da economia em razão de um novo produto, mas quando da queda deste, o país se via em uma nova crise econômica, somente superada por um novo produto.

Romero faz uma crítica à divisão de terras no país, em particular à formação do latifúndio, que seria derivado das capitanias da época colonial e que exercem um papel semelhante ao do senhor feudal:

*“O agregado não pode reunir pecúlio, é submisso como um servo da gleba, uma grande quota de seus produtos é para os fazendeiros e senhores de engenho. É mui de ver a arrogância destes em suas relações com os proletários. Assim, pois, não temos a pequena lavoura organizada. A grande, rotineira e pervertida, é uma extorsão cruel feita aos proletários rurais”.*²¹⁶

Da mesma forma que crítica o campo, o pensador faz uma crítica da vida nas cidades. Diz que o comércio está nas mãos dos estrangeiros, que a indústria é pequena e insignificante. Dentro deste contexto, o nível educacional é extremamente baixo:

*“no meio de tudo isto, quem entre nós escreve e quem entre nós lê? Não são, decerto, os lavradores, os negociantes, os criadores, os industriais, os políticos, nem os administradores. Somente as classes acadêmicas e alguns empregados públicos saídos dessas classes. É a regra geral”*²¹⁷.

O autor qualifica de forma irônica os intelectuais de terem “*a moléstia das letras*”, de sofrerem de uma completa indiferença pelo seu trabalho, as imitações sem critério de autores europeus. Sobre esta questão, diz que o Império foi uma continuidade do governo colonial, fazendo inclusive uma comparação entre a colonização dos EEUU e a Inglaterra e

²¹⁶Idem, p. 140

²¹⁷Idem, p. 141

entre Brasil e Portugal ao dizer que

*“os norte-americanos continuem a trilhar as sendas da inteligência inglesa é coisa que deve ser aplaudida; porque a Inglaterra sobe pensar; que o Brasil continue a copiar Portugal é uma triste herança da história, que todo bom patriota deve modificar e corrigir”*²¹⁸.

Romero afirma então que a colonização portuguesa tinha como propósito a submissão da população. O sistema fazia isto com o objetivo de controlar a população:

*“Num e noutro sistema o índio era considerado uma fera, que devia ser caçada; o negro numa máquina, que se devia estupidificar para produzir; o peão português, o colono, um ente de sangue bastardo, distante do sangue azul, escravo dos fidalgos e de El_Rei Nosso senhor!... Nestas condições, as populações que se iam formando no país traziam a marca da origem: a submissão.”*²¹⁹

Sílvio Romero descreve a vida colonial como um sistema criado para manter uma estrutura arcaica e segregacionista, onde florescia a Inquisição, os privilégios, exclusões sociais, da divisão social entre senhores e escravos. Critica também a educação dos jesuítas que desenvolvia a memória em prejuízo do raciocínio:

*“Desde o princípio, toda a população dividiu-se em duas grandes classes – senhores e escravos. Aqueles eram os portugueses, ou seus descendentes; os outros – os negros e os índios! Os mestiços destas duas classes. Quando livres, eram tratados com rigor; porque se tinha em larga escala o preconceito de cor... As décadas foram passando; e o tempo foi robustecendo esta obra da injustiça e da extorsão”*²²⁰.

Da mesma maneira, o escritor vê a Independência não como uma ruptura, mas sim como um continuísmo, uma vez que não provocou quebra das relações coloniais. Ele entende a Monarquia e a República como continuações deste processo. Salienta a necessidade de uma revolução:

“De alguns tempos a esta parte, começou-se a ver entre a evolução normal das sociedades e os movimentos revolucionários uma antinomia que de fato não

218Idem, p. 141

219Idem, p. 142

220Idem, p. 142

existe; a revolução é um dos processos indispensáveis à marcha das nações. Se nós a tivéssemos feito, não estaríamos hoje quase nas mesmas condições do regime colonial, anterior a 1822”.²²¹

E Fazendo uma análise bastante interessante, onde fugia por completo das teorias raciais, ele diz que:

*“ A grande pobreza das classes populares, a falta de instrução e todos os abusos de uma organização civil e social defeituosa, devem ser contados entre os empecilhos ao desenvolvimento de nossa literatura ”*²²².

Esta passagem é de grande importância para a compreensão do pensamento de Sílvio Romero e para ilustrar as tensões que existiam em seu entendimento de raça e cultura. Ele relaciona o meio cultural, a pobreza da população e a desorganização social como sendo os responsáveis pela produção literária do país, desvinculando aqui a questão racial da questão social. Em complemento a esta observação, ele critica a falta de academias, a dificuldade na obtenção de cultura, os preços dos livros e a falta de atrativos para a vida intelectual. Pouco se produz de novo, bem como pouco se trabalha no sentido de mudar a ordem social. A palavra mais usada por Romero nestes casos é *submissão*.

Afirma que somos um povo flagelado pelas extorsões e assim o Brasil não é um país culto, livre e original.

O escritor pedia que fosse feita uma reação a esta situação; que fossem travadas lutas para a regeneração social, econômica e social.

*“Já é tempo de olharmos para trás, lançar as vistas sobre o caminho percorrido há quatrocentos anos e conhecermos que pouco, bem pouco, temos feito como nação culta ”*²²³.

(...)

“As relações econômicas e sociais da colônia e do império ainda se acham de pé; é tempo de destruí-las e abrir uma nova fase à vida e ao pensamento nacional.

Dando incremento às classes produtoras, preparando um maior número de cidadãos aptos à vida dos tempos modernos, iremos formando o nosso povo,

²²¹Idem, pp. 142 e 143

²²²Idem, p. 143

²²³Idem, p. 144

que será então capaz de resistir às classes parasitas que têm em suas mãos os nossos destinos....”²²⁴.

Aqui, fica patente sua crítica à elite brasileira, que mantinha a população marginalizada dos benefícios do progresso econômico e, ao mesmo tempo, atrasada, sem perspectivas de futuro. Ele usa o termo “parasitas” para ilustrar as elites econômicas do país, mostrando que ela vivia da exploração da população brasileira. Sílvio Romero escrevia estas linhas quando do final da escravidão, construindo um quadro crítico onde a questão da exploração podia ser interpretada ao máximo, como no caso da relação senhor X escravo.

Esta menção do uso do termo “parasita” é bastante intrigante porque em 1905, em *América Latina – males de origem*, Manoel Bomfim utilizaria este termo para construir uma teoria chamada de “parasitismo social”, onde as elites representariam um papel de parasitas na exploração da população brasileira. Sílvio Romero abriu uma polêmica com Bomfim (que se recusou a replicar) em torno da obra e neste momento criticou a utilização do termo “parasita”²²⁵.

Contudo, nesta situação de exploração, ficava evidente uma contradição no pensamento do autor que imaginava uma relação de evolução entre raça e sociedade; neste último caso, ele abriu a perspectiva para uma análise de maior cunho social. Apesar disso, ele retomaria as teorias racistas para explicar a sociedade brasileira.

Esta questão em Sílvio Romero é ambígua: ele tem uma perspectiva onde a raça é o definidor da cultura, da sociedade, da literatura. Porém, em diversos momentos, ele procurava se “esquecer” dessas teorias, fazendo uma análise onde predominam os valores sociais e a conjuntura econômica, fazendo com que se produzisse uma tensão constante entre o que ele acreditava como sendo resposta da raça e o que ele acreditava como sendo resultante da ação da sociedade e da economia. Foi com esta perspectiva em mente que ele construiu a sua história brasileira através da literatura.

No estudo da formação da literatura brasileira, Sílvio Romero começa a partir do início da colonização do país, definindo que o primeiro período a ser estudado se referia ao intervalo entre 1500 (descoberta do país) e 1750 (com o surgimento do movimento

²²⁴Idem, p. 144

²²⁵Bechelli, Ricardo Sequeira. *Nacionalismos anti-racistas: Manoel Bomfim e Manuel Gonzalez Prada (Brasil e Peru na passagem para o século XX)*. São Paulo, LTC, 2009

separatista em Minas Gerais) e se caracterizou pela formação da nação brasileira.

Para Romero, o Brasil teria entrado na história em um momento onde a história europeia estava bastante adiantada – não teria passado pelo mesmo processo evolutivo europeu, começando a ter história “quase” no meio do caminho.

Ele relata o papel e a importância do português neste processo de colonização. Neste sentido, menciona os índios (descritos como “selvagens”) e o negro africano, considerado de uma raça ainda inferior à do indígena.

Atendo-se a esta perspectiva sobre as três raças, Romero diz que

*“nestas condições , é evidente que os homens mais fortes, porque mais cultos, tinham de abrir caminho por meio de nossas selvas e indicar as normas de viagem. Se uma nova ordem se tinha de fundar nestas regiões, ao português havia de caber a preponderância.”*²²⁶

(...)

*“O português era sem dúvida o mais forte; mas, posto em contato com tupis e africanos, debaixo de um clima, num meio diverso do seu, ele diluiu-se, por assim dizer; tomou outras feições, transformou-se, concretizando-se, num produto novo, o povo brasileiro, que, se se diversifica do negro e do índio, também é bem diverso dele europeu. É essa grande obra de evolução étnica e sociológica que se vai ver passar de modo rápido, diante dos olhos no curso da história de nossas letras.”*²²⁷

Sílvio comenta que no primeiro século de colonização, não se produziu uma literatura neste termo, posto que o país ainda não estava formado; ainda não haviam sido criadas, de acordo com as idéias dele, as condições para o nascimento do espírito nacional brasileiro, isto é, o surgimento do mestiço brasileiro. No primeiro século, o Brasil ainda não estava definido e nem tinha definido sua população.

Neste sentido, menciona a importância de alguns autores como o padre Fernão Cardim e em especial o padre José de Anchieta, valorizando-o em seu trabalho de catequizar os índios, pois durante mais de 50 anos serviu de instrutor da população e também deixou autos, poesias e mistérios. Lembra ainda o fato de Anchieta ser um mestiço entre o português e um dos habitantes das Canárias, o que lhe teria deixado mais apto a

²²⁶Romero, Sílvio, *op.cit.*, p. 155

²²⁷Idem, p. 156

simpatizar “*com as gentes selvagens*”. Sobre seu caráter, Romero enfatiza o papel na poesia tanto portuguesa quanto tupi, o que o torna um entre poucos que se dedicavam a isto. Mas ele ainda não representava o país, pois não era nascido aqui.

Em seguida, Romero critica a influência dos jesuítas que se foi positiva pela conversão dos índios e no estabelecimento dos europeus, foi negativa naquilo que tange à formação intelectual e à idéia de uma nova nacionalidade. Dessa forma, o ensaísta credita aos jesuítas a pobreza na intuição artística, na criatividade e no desenvolvimento do país.

“só depois de esvaecido o sonho jesuítico da formação entre nós de uma nação teocrática, e, principalmente, só depois de um maior desenvolvimento econômico, é que as letras tornaram mais forte incremento.” ²²⁸

Sílvio Romero salienta que os cronistas do século XVI se preocupavam basicamente com dois pontos: a descrição da natureza e do indígena (selvagem). Assim, procura condenar o *nativismo* do Romantismo brasileiro, ao afirmar que ele já tinha sendo desenvolvido por quatrocentos anos. O autor volta desse modo a condenar o indigenismo, ao afirmar – ou reafirmar – a tese de que o brasileiro é fruto do português imigrado que se fundiu com o tupi e o negro para conseguir se estabelecer:

“A civilização brasileira não é produto indígena, original, espontâneo deste solo, é certo; mas é a civilização européia modificada, transfigurada na América” ²²⁹.

O século XVII foi estudado por Romero como um momento crítico da História brasileira, uma vez que se travaram lutas contra os holandeses e franceses, os paulistas alargaram o conhecimento e a colonização do território e ao final do século, o país já se encontrava plenamente constituído.

Um dos casos mais importantes, que já evidenciava esta formação do povo brasileiro, foi a luta contra o holandês que havia ocupado boa parte do Nordeste brasileiro.

Romero condena, todavia, a afirmação de que a expulsão dos holandeses tenha contribuído para o despertar da consciência nacional; no seu entender, esta consciência já estava em desenvolvimento. A expulsão dos holandeses de Pernambuco apenas serviu para mostrar que a população brasileira já tinha uma certa consciência de independência, mas não teria gerado o seu despertar.

²²⁸Idem, p. 190

²²⁹Idem, p. 174

Da mesma forma, ele afirma que

“na luta contra os estrangeiros acrisola-se o sentimento nacional. Em todos estes fatos as três raças aparecem quase no mesmo pé de igualdade” ²³⁰.

No que tange à literatura, Romero começa a enxergar na manifestação cultural, a formatação de um novo país. Não será à toa então que ele elogia Gregório de Matos, qualificando-o como sendo, de certa forma, o fundador da literatura brasileira por possuir as principais qualidades que o caracterizariam como brasileiro, em particular pelo fato de ter nascido no Brasil (Bahia), sendo portanto um “fruto da terra”.

O escritor enfatiza que Gregório foi o fundador do nosso lado humorístico e lírico e de nossa intuição étnica.

*“O seu brasileiro não era o caboclo, nem o negro, nem o português; era já o filho do país, capaz de ridicularizar as pretensões separatistas das três raças.”*²³¹

Ele argumenta que Anchieta não pode ser compreendido como fundador da literatura brasileira, porque não era um mestiço brasileiro, tal como Gregório: na teoria de Romero, só poderiam ser qualificados como autores brasileiros os mestiços nascidos no país. José de Anchieta, por ser português, e apesar de escrever sobre o Brasil, era visto pelo autor como um precursor, mas jamais como sendo o fundador da literatura brasileira.

Antônio Cândido segue esta mesma linha de análise, procurando ilustrar a formação da literatura brasileira como tendo origem no século XVIII, precisamente em 1750, ano tomado como referência ao surgimento de uma verdadeira literatura brasileira, descrevendo o período anterior, como se sendo de manifestações literárias e não propriamente de uma literatura nacional.

Falando sobre esta temática, ele diz que

“o leitor perceberá que eu coloquei deliberadamente no ângulo dos nossos primeiros românticos e dos críticos estrangeiros, que antes, localizaram na fase arcádica o início da nossa verdadeira literatura, graças à manifestação de temas notadamente o indianismo, que dominarão a produção oitocentista. Esses críticos conceberam a literatura no Brasil como expressão da realidade

²³⁰Idem, p. 175

²³¹Idem, p. 193

local, e ao mesmo tempo, elemento positivo na construção nacional.”²³²

A primeira metade do século XVIII é vista com bastante descrédito por Romero, uma vez que é pouco representativa, seja no Brasil ou em Portugal, com uma produção literária insignificante. No entanto, salienta a importância da literatura gerada pela escola mineira na segunda metade do século XVIII. Considera que este período é, para a história brasileira,

*“o ponto culminante; é a fase de preparação do pensamento autônomo e da emancipação política.”*²³³

É nesta fase que teríamos atingido a maturidade para a emancipação política. Isto se dá não apenas no sentido moral, mas também no biológico. É o momento em que a evolução histórica - e biológica – poderia produzir este sentimento nacional. Seria como se a “raça brasileira” estivesse em formação e já exibia os seus primeiros sinais:

*“Por outros termos: postos em contato três povos no Brasil, as tendências perturbadoras e anárquicas de cada um estiolaram-se por falta de exercício, condição esta imposta pela força; criaram-se, depois, necessidades novas, que acharam um órgão natural no mestiço; representante do trabalho lento da transformação étnica, consciente, ele próprio, de ser o dono e o senhor de uma pátria nova, que lhe cumpre defender”*²³⁴.

Diante disso, no final do século XVIII é que o país, já bastante miscigenado, podia expressar seus valores nacionais. Mais ainda, Romero define que neste período, o nacionalismo brasileiro adquire sua definição e sua maturidade. Isto se evidencia pela literatura crítica da época: em relação ao passado brasileiro e aos sentimentos com as coisas da terra; além disso, surgiu a indisposição contra o domínio português.

Sílvio Romero, porém, é contrário a que os poetas se envolvam com a crítica e o nacionalismo. Para ele, estes devem apenas ter o talento e deixar a poesia transcorrer livremente, sem se preocupar em explorar fatos ou sentimentos nacionais. Na concepção de Romero, estes sentimentos devem surgir de uma forma “natural”, como um produto da natureza, um sentimento da sociedade. É neste sentido que critica Gonçalves Dias, até

232Cândido, Antônio. *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1981, p. 19

233Romero, Sílvio, *Op.cit*, p. 215

234Idem, p. 216

mesmo como parte de seu anti-romantismo e chega a dizer que

“o que desejo é que o nacionalismo esteja no fundo da alma do que na escolha do assunto”.²³⁵

O desejo de Romero é que a literatura traduza, em seus valores, o *caráter nacional* do povo brasileiro, que ele diz saber que existe, mas que não sabe como possa ser definido:

“O que eu desejo é que o nacionalismo passe do anelo vago para o fato subjetivo, que ele apareça espontâneo. O poeta pode mostrar-se brasileiro tanto no manejo de um assunto geral, universal, quanto no trato de assuntos nacionais”.²³⁶

Para o historiador da literatura, as conquistas do povo brasileiro e sua luta devem traduzir os sentimentos deste povo, que evoluindo em sua formação racial e cultural, começaria a se desenvolver e a se expressar por vontade própria, e não mais derivada de uma das raças fundadoras:

“Nosso progresso, foi, pois, conquistado quase sempre a esforços nossos, amassado com as nossas lágrimas e com o nosso sangue. O Brasil desenvolveu-se por si. Invaso o interior pelos paulistas, descobertas as minas de ouro, rechaçados os estrangeiros da costa, fundadas as vilas dos sertões, o progresso surgiu: a nação estava feita. Alguns brasileiros tinham viajado à Europa; muitos tinham estudado em Coimbra. De volta à pátria, espalhavam aí as luzes. A idéia de independência foi amadurecendo e em 1789 a Inconfidência bruxuleou no céu de Minas”.²³⁷

A perspectiva adotada por ele é a de que a Revolução foi um segmento natural, um resultado de um processo evolutivo:

*“Numa revolução justifica-se pela pureza de seus fins, e, neste sentido, a Inconfidência e todas as mais merecem as nossas simpatias. A revolução mineira foi um desejo, um anelo de poetas, abençoados sonhadores que tiveram ânsias de criar para si uma pátria livre, que tiveram a coragem de sofrer e morrer por ela. Quanto distavam eles dos poetas bajuladores que degradavam nas Arcádias portuguesas a dignidade humana!”*²³⁸.

²³⁵Idem, p. 217

²³⁶Idem, p. 217

²³⁷Idem, p. 226

²³⁸Idem, p. 221

Para Sílvio, o final do século XVIII é altamente importante por dois fatores: A Revolução Francesa e a agitação literária e científica no Romantismo alemão. Isto se evidenciaria, entre nós, na Inconfidência e na literatura, em *Caramuru* e no *Uraguai*.

Do ponto de vista político, o articulista é enfático ao afirmar que como não possuímos uma Antiguidade nem uma Idade Média, o “selvagem rude” simbolizaria a primeira e Diogo Caramuru, a segunda, marcando a morte do jesuíta e do índio como uma forma de se ilustrar uma marcha de civilização, para uma nova consciência nacional. É como se a consciência de nação estivesse aflorando.

É neste sentido que Sílvio Romero vê a evolução da literatura brasileira, de produzir um sentimento brasileiro. Ele nega que a literatura brasileira fosse uma cópia da portuguesa. Existe um anúncio de separação existente entre os dois países. Se

*“A história literária é uma das manifestações da história social, as letras não são um luxo, senão uma necessidade orgânica da vida das nações”*²³⁹,

o Brasil e Portugal já apontavam, neste momento, para uma ruptura institucional.

Menciona que a literatura mineira, a poesia, ilustrava este sentimento, identificando, para isso José Basílio da Gama (*Uraguai*) como uma amostra. Da mesma forma, ele elogia o livro *Caramuru* por reproduzir a vida nacional e Claudio Manuel da Costa por tratar do assunto brasileiro e de coisas brasileiras, apesar de não gostar de seus poemas.

Em seu estudo sobre a poesia satírica mineira, ele retoma a idéia de que nesta também já se evidencia a necessidade da Independência do Brasil:

*“A Independência afirmava-se nos espíritos, e, a medida que crescia, a desconfiança do governo da metrópole tornava-se suscetível”*²⁴⁰

Já em seu comentário sobre a poesia lírica mineira, ele demonstra uma postura que ilustra a tendência a criticar a ação do meio cultural em relação à população, relacionando a situação de descaso com a educação do Brasil com a pobreza da mentalidade intelectual. Neste ponto, o ensaísta percebe que o problema da educação brasileira se explica pela pobreza do meio cultural e não pela origem racial da população.

Romero critica a censura existente dos portugueses às ficções da poesia clássica brasileira, já que o Brasil teria entrado para a história no período do Renascimento. A visão de Sílvio é baseada numa perspectiva evolucionista, desde a Antiguidade até os dias atuais.

²³⁹Idem, p. 233

²⁴⁰Idem, p. 237

O autor separa a literatura em duas partes distintas: uma seria marcada pela imitação afetada e estranha ao povo; já a segunda seria

*“nacional, alimentada pela tradição popular, pelo conhecimento da pátria e de sua história, vívida, séria; é a dos espíritos que em si resumem a elas qualidades de seu povo, de sua raça”*²⁴¹.

Para ele, o lirismo já representava nossa evolução e maturidade enquanto nação. Assim, lembra das guerras contra os holandeses e franceses e da luta para a conquista do território:

*“O Brasil já não era um imenso perímetro de costas descobertas e colonizadas pelos portugueses; era também o enorme corpo, onde se acham os altos tabuleiros, as origens dos grandes rios, os terrenos auríferos, os ubérrimos sertões que deviam ser o celeiro do país. A obra da descoberta e conquista da zona desses sertões já não correu mais por conta do emboaba; foi obra de seu descendente mestiço, do filho da terra, do brasileiro, do caipira”*²⁴².

Para Romero, o surgimento do lirismo era um sinal importante do sentimento nacional; o lirismo surgia no momento em que o povo brasileiro –o mestiço – já se mostrava formado.

Um dado importante nesse pensador é a compreensão que ele tinha do papel do mestiço no processo da Inconfidência mineira, uma vez que, representado pelos escritores mineiros líricos, podia assim explicar os valores brasileiros.

É desta forma que Sílvio elogia e enfatiza a participação de Cláudio Manoel da Costa, Peixoto, Gonzaga e Alvarenga. Estes quatro autores, para ele, foram de fundamental importância pois, apesar de viverem em um meio bastante restrito (sem acesso à imprensa, privados de leitura de obras importantes, sem público adequado), conceberam a independência política e literária do país.

Sobre a questão racial e o efeito da mestiçagem, vale destacar a análise que Romero faz sobre Domingos Caldas Barbosa (que era um improvisador de modinhas). Segundo ele, Barbosa era um mestiço de primeira mão, filho de pai português e mãe africana. É importante, em particular, a crítica feita por Romero sobre a avaliação de Varnhagen na qual a cor de Barbosa (mestiço escuro) teria contribuído para seu caráter submisso. Além de

²⁴¹Idem, p. 256

²⁴²Idem, p. 256

negar isto, Romero acentua a faceta de Barbosa ser amorável, alegre, divertido e expansivo. Ele nega que o fato dele ter um mecenas que o apoiasse fosse um sinal de submissão pois isto era comum a todos os intelectuais daquela época.

Concluindo sobre a poesia lírica da escola mineira, Romero enfatiza que neste período se formou o sentimento da necessidade de autonomia do país. Era o ponto em que as aspirações nacionais do país convergiam para a chegada da independência política:

*“A inconfidência foi para nós, foi em nosso horizonte de nação, que se deve arrojar aos nobres comentimentos, o fatal propício da grande jornada atrás de todas as lutas que nobilitam, de tosas as tentativas que atentam.”*²⁴³

Da mesma forma, vale a pena destacar a abordagem de Frei Caneca, visto como a encarnação do espírito revolucionário do começo do século XIX: *“era um homem simples, inteligente, decidido e maníaco pela liberdade brasileira”*²⁴⁴ Romero valorizava o papel de Caneca, que lutava pela independência e pelo Brasil, procurando mostrar que a sua revolta tinha um parâmetro mais vinculado ao sentimento de Brasil do que D. Pedro, visto pelo escritor sergipano como traiçoeiro e despótico. Aliás, a independência do Brasil, em seu desfecho, era vista com desdém por ele porque o sentimento emancipatório já estava bastante desenvolvido:

*“De ordinário se afigura a certa classe de historiadores que a emancipação do Brasil foi um negócio de intriga palaciana arranjada por Pedro I. O povo, a constituição orgânica da nação, nada disso aparece para esclarecer o drama, e aquela figura, que foi num sentido o perturbador do movimento nacional, surge como o autor de uma obra secular. Não; o país estava constituído, estava disciplinado, forte, desenvolvido para se emancipar.”*²⁴⁵

Porém, Sílvio Romero elogia muito o papel desempenhado por José Bonifácio de Andrada e Silva, mostrando o seu conhecimento científico e político, valorizando sua participação na independência do Brasil:

*“A independência foi a elaboração do trabalho e do vigor de muitas gerações; foi uma obra popular; teve porém seus corifeus, e Andrada foi o melhor deles”*²⁴⁶.

243Idem, p. 295

244Idem, p. 305

245Idem, p. 345

246Idem, p. 357

Romero vê nele uma pessoa adiantada em relação ao seu tempo, defendendo idéias para reorganizar o país, aproveitar o indígena e emancipar os escravos. Além disso, ele teve muitas atuações na política nacional do 1º Império e no regime regencial.

Segundo Sílvio, José Bonifácio disse que se Newton nascesse entre os índios seria como eles, porém se um índio fosse criado por Newton seria como este. Em suma: Bonifácio não acreditava na raça e sim no valor intelectual do índio, algo inconcebível para Romero.

Em contrapartida, Sílvio Romero minimiza o papel desempenhado por D. Pedro na independência ao dizer que

*“Pedro de Alcântara foi levado, depois de imensas hesitações, pela força dos acontecimentos; não teve a iniciativa; fez-nos apenas o favor de não resistir. Antes o tivesse tentado; porque os fatos teriam tomado outro rumo e nossa emancipação teria sido mais limpa.”*²⁴⁷

Um fato capital, nesse processo, foi a residência da corte no Rio de Janeiro, pois lá, estabelecida por 13 anos, criou uma série de instituições (escolas, academias, entre outras) que acabaram dando sustentação ao projeto de Independência do Brasil. Romero explorou este tema antes de outros importantes autores, como Oliveira Lima e Caio Prado Jr.

Para Sílvio, o fato que agiu como estopim da independência

*“foi a ação retrógrada, impertinente e impolítica das cortes portuguesas de 1820. O país teria sido reduzido às antigas condições, se não fora a resistência dos patriotas brasileiros de 1822”.*²⁴⁸

Romero explica a independência como uma obra do povo brasileiro, de um sentimento popular. A ação do Imperador ou da corte foi a de seguir este sentimento e esta necessidade da população a fim de controlá-la.

Dentro de sua análise sobre a literatura brasileira, fica evidente a preocupação de descrever o papel desempenhado pelos historiadores porque sem eles não pode existir o sentimento de nacionalidade:

“Sem ideal e sem tradições impossível é formar-se um povo; sem poesia e sem história não pode haver literatura; poetas e historiadores são os credores

²⁴⁷Idem, p. 357

²⁴⁸Idem, p. 357

ativos e oficianes da alma de uma nacionalidade.”²⁴⁹

Ele ressalta que os primeiros estudos da história brasileira são baseados nos relatos de cronistas a respeito da descrição da história literária, enfatizando que

*“pelo lado dos fatos e das notícias históricas, como repositórias dos acontecimentos são valor inestimável, é certo, e por aí são credores de alto apreço”.*²⁵⁰

Ele elogia a obra de Pedro Taques, que teria a preocupação de escrever a história do povo e não mais uma história descritiva:

*“que era antes de ela a história nacional? A enumeração de reis da metrópole e dos governadores da colônia, a biografia dos missionários, a crônica das ordens monásticas.”*²⁵¹

Um outro historiador lembrado por Romero foi José Feliciano Fernandes Pinheiro, que escreveu sobre a província de São Pedro, mais tarde Rio Grande do Sul. A partir da leitura deste autor, Romero faz uma crítica à colonização do país, que teria sido irregular e muito dirigida. Sílvio Romero critica a colonização portuguesa, salientando a sua fraqueza enquanto “raça”. A colonização teria sido muito mal feita e poderia comprometer a integridade nacional. Romero volta aqui a defender a necessidade de se fazer uma imigração em massa e direcionada para todo o país, e não somente para uma área específica:

*“É o velho Brasil, o Brasil português e histórico. De duas, porém, uma: ou continuará a ficar sem a inoculação do elemento estrangeiro, e, neste caso, definhará mais e mais; acabando finalmente pelo predomínio de uma população igual à da república de S. Domingos, ou será o teatro de vastas imigrações européias, e, nesta hipótese, ainda definhará, como no primeiro, o elemento português”.*²⁵²

Reclama ele, também, que a colonização centrada em somente uma área do país poderá levar a sua desintegração, ao transformar uma parte em um local próspero e em desenvolvimento e outras paradas no tempo e sofrendo de marasmo.

Luiz Felipe de Alencastro, em contraste com esta posição de Sílvio Romero,

²⁴⁹Idem, p. 378

²⁵⁰Idem, p. 378

²⁵¹Idem, p. 386

²⁵²Idem, p. 419

afirmou mais recentemente que os imigrantes se assimilavam à vida no país, mantendo intacta a cultura brasileira:

“Forjadas na Colônia, as práticas e concepções de vida privada, de sociabilidade, de comunidade de costumes e de crenças modelavam os que eram brasileiros e impunham-se àqueles que, desembarcados nos portos do novo Império, viriam a ser brasileiros”.²⁵³

É importante salientar aqui uma tensão no pensamento de Romero e que de certa forma equivale à posição de Alencastro: se por um lado ele via na necessidade da imigração uma forma de superação ao atraso, ele tem a preocupação em preservar a cultura brasileira. Portanto, o *branqueamento* deve se restringir ao aspecto biológico do termo, não ao aspecto cultural.

O século XIX é visto por Romero, do ponto de vista da ciência, como uma renovação das ciências da natureza e do homem, uma vez que introduziu dois novos fatores: o método indutivo (que era usado só na matemática) e a aplicação da noção de evolução. Sílvio mostra que o século XIX não as criou; foram desenvolvidas e aprimoradas neste século. Em todo o caso, ficavam evidentes algumas observações: a necessidade da revisão da forma como se trabalhava e se expressavam as análises sociais (sem entrar, por exemplo, na questão da biologia), separando estas da física e das ciências da natureza.

Romero diz que se deve utilizar nas ciências sociais os mesmo métodos que são aplicados nas ciências naturais *“porque em boa lógica não existem outros”*²⁵⁴, mas que não se deveriam confundir as duas ciências.

O ensaísta é bastante influenciado pela análise e pelo método das ciências naturais e na aplicação destes métodos nas ciências humanas; a partir daí, tenta explicar a realidade brasileira. Ele segue sempre com a premissa de que a biologia “é a chave da história”, mas como deixa claro muitas vezes em seu pensamento, apesar disso, os fatores sociais são também vistos com muita importância.

Um outro tema caro a Romero é a denúncia sobre a pobreza intelectual do povo brasileiro.

“a ciência jurídica não pode ser uma instituição da inteligência anormal e

253Alencastro, Luiz Felipe. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In. *História da vida privada*. Vol 2. Companhia das Letras., 1999, pp. 292 e 293

254Romero, Sílvio, op.cit, p. 446

extravagante, sem relações com o movimento geral e harmônico de todas as manifestações mentais.”²⁵⁵

A crítica de Romero, portanto, se dá pela ausência de uma ciência jurídica “natural do país”, que represente os interesses e o sentimento da população. Sílvio não ressaltava aqui o fato das escolas de Direito, seja a de São Paulo ou a do Recife, terem sido fundadas somente em 1828, o que pouco estimulava os estudos jurídicos no Brasil.

Romero via os intelectuais brasileiros com descaso, uma vez que estes não se mostravam interessados ou dedicados ao trabalho intelectual:

“No Brasil o homem de letras tem mérito não pelo que faz, mas por aquilo que problemáticamente poderia ter feito. É assim que do literato boêmio, que nada faz, nada produz e nada vale, se diz: “é um grande talento, um verdadeiro gênio, é pena ser tão vadio”.”²⁵⁶

Assim, ele critica o fato de ninguém ler, nos seus dias, trabalhos importantes como os de José da Silva Lisboa ou os de José Bonifácio, simplesmente por falta de interesse intelectual em estudos sociais (é importante refletir aqui sobre a sua crítica à falta de estudos sobre a cultura popular e o negro brasileiro e a vida nacional). Romero chega a dizer neste sentido que *“bem como na ordem social tivermos a escravidão, na esfera da literatura temos sido um povo de servos.”*²⁵⁷

Se o Brasil tinha evoluído na literatura para o período clássico, que Romero identifica com o movimento da Independência, ele demonstra um descaso pelo Romantismo, apesar do papel que este movimento, através da literatura, assumia como a base ideológica do II Reinado.

Primeiramente ele diz que *“a literatura se rege pela lei da evolução”*, em seguida comenta que o Romantismo foi criado como uma reação à filosofia do século XIX, de forma que esta corrente era para ele um retrocesso, uma forma de luta contra a evolução:

*“O Romantismo, se não foi uma volta aos cristianismo puro, foi certamente uma reação contra a renascença, um retorno às cenas e à vida da Idade Média.”*²⁵⁸

Romero continua criticando o Romantismo, dizendo que ele é o sentimentalismo na

²⁵⁵Idem, p. 449

²⁵⁶Idem, p. 467

²⁵⁷Idem, p. 571

²⁵⁸Idem, p. 604

literatura, a melancolia de Rousseau. Ele só elogia o Romantismo quando este se aproxima da realidade. Para ele, a escola clássica tinha mais fundamentos por ser baseada em idéias, assuntos e linguagens consagradas.

Sílvio também critica a filosofia e neste contexto elogia as obras de Montesquieu e Voltaire e desvaloriza violentamente Rousseau, dizendo que ele exerceu

*“duas influências perniciosíssimas: a política, do contrato social, abstrato ideológico, absoluta, cujos maus efeitos a Revolução Francesa patenteou; nada mais contrário à intuição política do século XIX; a literária, da Nova Heloísa e do Emílio, anti-humana, doentia, anticultural, cujos desatinos cobriram de descrédito uma parte dos seus adeptos”*²⁵⁹.

É importante perceber a forma como Romero define algumas pessoas. Os Andradas são vistos como brancos puros, que teriam sido mestiçados apenas moralmente, representando o que ele chama de “burguesia limpa”, herdeira de antigos negociantes portugueses, repletos de qualidades, oriundos esta população branca, que teria fornecido

*“em grande parte, o que mais distinto possuímos nas letras, na política, no clero, na magistratura, da administração, na armada, nos postos superiores do exército, em todas as mais fortes manifestações da vida política, sem suma.”*²⁶⁰

Se ele defendia o mestiço como o “genuíno nacional”, o “verdadeiro” brasileiro, como ele podia qualificar o branco tomando esta linha de análise? Tal reflexão mostra uma outra contradição no pensamento do autor, principalmente em suas conclusões sobre a questão racial.

Vale destacar ainda os elogios que Sílvio Romero faz a Evaristo da Veiga, que vê como o doutrinador da Revolução de 1831, das reformas constitucionais de 1834 e por sua atuação na Regência, alertando inclusive para suas qualidades morais.

Em seu estudo sobre os lingüistas, Romero menciona a obra de Antônio de Moraes Silva, que publicou o “Dicionário da Língua Portuguesa”, considerou por Sílvio “atrasado”. Mais importante que a análise feita sobre este autor são as observações feitas sobre a língua portuguesa no Brasil:

“A língua tem-se modificado entre nós, não tanto como fora de esperar do conflito de três raças diversas num meio novo, diante das necessidades novas e

²⁵⁹Idem, p. 609

²⁶⁰Idem, p. 475

da afluência estrangeira. Mas a coisa há de vir: as tendências dilatareis e alteradas de linguagem hão de desenvolver-se e influir energicamente.

Tivemos então o nosso dialeto próprio, falado por um povo numeroso e culto”²⁶¹

Nesta passagem, Romero chama a atenção para a formação de uma língua “brasileira”, que no caso seria derivada deste conflito. O povo brasileiro ainda não está formado, mas está no caminho de vir a sê-lo e portanto a língua, assim como este povo, está se alterando para a formação deste novo povo brasileiro.

No que tange à poesia clássica, Romero a qualifica como de grande importância para o desenvolvimento do país porque esta época se relaciona com o pensamento:

*“Pelo que nos diz mais de perto, a época dos clássicos teve sociologicamente a função de preparar-nos a Independência, trouxe-nos até certo ponto nas letras a consciência de nós mesmos, e este é o seu lado útil e agressivo. Foi em grandíssima parte um tempo de imitação servil, de cópia de modelos estranhos, de esterilidade, e é esta a sua face maléfica e ingrata.”*²⁶²

E sobre a evolução da literatura no século XIX:

*“A literatura rege-se pela lei de desenvolvimento à maneira das formações biológicas. Ainda como as criações biológicas, ela tem a sua luta pela existência, onde as idéias mais fracas são devoradas pelas mais fortes. As idéias têm todas um elemento hereditário e tradicional e um elemento novo de adaptação a novas necessidades e ai novos meios”*²⁶³.

Assim, o Romantismo surgia como uma necessidade de cada nação, para atender a uma visão nacionalista, engendrando suas qualidades. Romero relaciona ainda a idéia de que as letras, a literatura é um produto da civilização e não da natureza.

Romero lembra que o Romantismo brasileiro teve seu grande esplendor no Segundo Império, com o crescimento e o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. O escritor elogiou a beleza da cidade para depois destratá-la, dizendo ser ela a menos nacional do país, posto que lá se desenvolveu a idéia do “amor do dinheiro sem trabalho” e do favoritismo político.

261Idem, p. 480

262Idem, p. 499

263Idem, p. 609

Parte desta crítica de Romero foi dirigida à elite carioca e aos intelectuais brasileiros seus contemporâneos, que não estudavam o Brasil e a cultura brasileira. Tanto como o Império, esta elite intelectualizada não entendia e nem representava o país. Podemos ver, então, a preocupação de Romero em encontrar o “sentimento” e o “caráter nacional” do brasileiro.

Ele critica Domingos José Gonçalves de Magalhães por tentar fazer uma epopéia brasileira, apesar de elogiar este autor por seu espírito trabalhador e por traduzir, em sua poesia, a filosofia.

Na crítica que Romero faz ao Romantismo, existe uma outra crítica implícita, que se refere àquilo que autor chama de “fabricação do caráter nacional”. Nessa perspectiva, é de fundamental importância pensarmos que o caráter, a força, o sentimento, a vida, tudo aquilo que traduz as necessidades da população deve surgir de uma forma natural, sem ser forçada ou mesmo construída artificialmente:

*“A evolução das emoções é muito mais lenta do que a das idéias, é por isso que um caráter nacional, que é uma espécie de expoente da alma de um povo, é um produto do tempo, um produto da história.”*²⁶⁴

Romero via a necessidade de deixar o sentimento nacional surgir naturalmente. Como evolucionista, ele identificava na literatura, assim como na cultura popular, a força, a expressão, o caráter do povo brasileiro. É neste ponto que Sílvio contrariava muitas das idéias da elite, que viam o povo com descaso; ele enxergava justamente neste povo a próxima essência daquilo que se dizia ser o Brasil.

Vindo isso de autor com traços racistas, é algo bastante inusitado mas seu racismo era muito contraditório, por acreditar no caráter brasileiro: via o povo como cansado, sem força, desmotivado e a imigração européia como uma forma de atenuar e corrigir esta deficiência.

Era uma tensão constante em Sílvio Romero: qualificava a cultura brasileira mas dizia que o povo estava desmotivado; por outro lado, enfatizava a necessidade da imigração européia mas não queria que esta imigração pudesse destruir a obra já construída pelos portugueses, com a “ajuda” do negro e do índio.

Um outro aspecto que ele criticava no Romantismo, e vinculando-o a estes pontos

²⁶⁴Idem, p. 644

explorados, era a criação de heróis nacionais. Romero é enfaticamente contra a existência ou a criação de heróis românticos, entre eles um que ganhava força, Tiradentes:

*“Contribuiu para reduzir as proporções assustadoras que vai tomando entre nós o mito de Tiradentes. Não contesto aos brasileiros o direito de fantasiar heróis e encher de semideuses o céu da história, se lhes apraz criar uma mitologia política, criem-se como lhes bem guardar”.*²⁶⁵

Nesta crítica, deve-se ter em mente o fato que a imagem de Tiradentes desapareceu, ao longo do século XIX, do imaginário da história oficial pois sua figura não se adequava à interpretação construída pelo Império brasileiro do movimento da Independência. Tiradentes começou a ser resgatado com o movimento republicano, que buscava construir heróis que simbolizassem o ideal da República no Brasil, “heróis republicanos”. Neste contexto, a crítica que Romero fez transcende à crítica sobre o próprio Romantismo e se aplicava à imagem fantasiosa de fatos históricos e a um nacionalismo artificial.

Aproveitando uma crítica que fez sobre a obra de Barão de Paranapiacaba, Romero reacende a sua crítica à comparação feita da Europa com o Brasil, que levava à *europelatria*, à imitação do que acontecia no Velho Mundo, tanto do ponto de vista literário quanto psicológico. Esta crítica reside exatamente no ponto que ele encara como sendo o mais importante: os intelectuais brasileiros necessitem ver e analisar o povo brasileiro, pesquisando dificuldades e a cultura deste povo, sem se basearem na imitação ou na cópia de modelos do exterior. Porém o próprio Romero era vítima desta mesma crítica, uma vez que ele também se utilizava de modelos estrangeiros. Isto era um tema que realmente o incomodava, a ponto de ver os intelectuais quase que submissos às idéias estrangeiras, negando assim a cultura brasileira.

Por outro lado, o ensaísta retoma aqui a questão da imigração européia. A solução para a evidente contradição em criticar os intelectuais que queriam copiar idéias vindas da Europa e estimular a imigração branca se resolve em sua teoria de que uma imigração bem dividida e equilibrada em todo o território nacional poderia aprimorar os brasileiros com uma gama genética superior – portanto, utilizando-se da Eugenia –, mas ao mesmo tempo preservando a cultura e a identidade tipicamente brasileira. Neste sentido, Romero credita valor ao pensamento do Barão de Paranapiacaba de que uma imigração bem distribuída

²⁶⁵Idem, p. 676

pelo país poderia agregar um elemento novo e superior, sem comprometer a essência do povo brasileiro.

Mencionando o barão, ele faz uma comparação com o processo de imigração nos EEUU e na Argentina. Diz que os EEUU possuem um clima quase uniforme, uma “população energética” que era apta a absorver os estrangeiros (Romero cita os alemães como uma referência à imigração para o sul do Brasil) e que transformou todos em americanos, à parte do fato de serem de outra origem e falantes da língua inglesa. Contudo, refletiu:

*“É singularíssimo este fato: apesar dos muitos milhões de imigrantes entrados na república, não haver um só distrito, por pequeno que seja, donde a língua inglesa tenha desaparecido e o americano seja considerado estrangeiro. É o que não acontece no Brasil”.*²⁶⁶

Com a Argentina, aconteceria algo semelhante:

*“A colonização espalha-se e é facilmente assimilada. E, quando acontecer que o não seja, os argentinos saberão pôr-lhes óbices, como praticaram os americanos com os chins”.*²⁶⁷

Romero sempre vê a questão da assimilação e da Eugenia como necessidades biológicas para o progresso do povo brasileiro mas ele nunca relaciona esta imigração à necessidade de mão-de-obra, de formação de uma nova classe média ou até mesmo como fortalecimento do país pela ocupação do território nacional. O autor sempre mantém sua perspectiva vinculada à necessidade de formação de um novo país, sem relacionar a imigração à questão econômica. O fato de existir a imigração ilustraria, portanto, a oportunidade do país dar “um salto à frente”, no que tange à evolução racial e social.

Sílvio Romero abre uma exceção a alguns românticos, que ele qualifica como parte da “segunda fase do Romantismo”, iniciada por Gonçalves Dias, gerando uma mudança na mentalidade brasileira. O que mudava na obra de Gonçalves Dias (e também em José de Alencar) era o fato de estes autores terem trabalhado o Romantismo sob uma perspectiva nova, dando cores e um sentido brasileiro, fugindo dos moldes portugueses.

Valorizava este movimento por ser nativo, que buscava um valor nacional – no caso o índio – como base para a literatura. Romero via o surgimento de uma crítica à literatura

²⁶⁶Idem, p. 737

²⁶⁷Idem, p. 737

de origem portuguesa, procurando encontrar os elementos fundamentais para a formação de um consciência brasileira (e portanto mestiça). Ele afirmava que não era um indianista e que criticava os exageros deste movimento. E não queria ser retratado como um indianista, uma vez que ele mesmo era um feroz crítico desta escola de pensamento e como um dos expoentes da “Escola do Recife”, não podia se sentir à vontade defendendo uma causa que, por definição, era um dos maiores pontos de crítica apontados por esta escola.

A solução encontrada por Romero foi dizer que tanto Gonçalves Dias quanto José de Alencar eram os maiores ícones do movimento, que depois que começou a ser utilizado por outros escritores, teria se tornado exagerado, perdendo assim o seu sentido e a originalidade.

Para ele, o movimento romântico de Gonçalves Dias e José de Alencar traduzia um ponto importante, que era *“uma palavra de guerra para unir-nos e fazer-nos trabalhar por nós mesmos na letras”*²⁶⁸.

Sílvio Romero admirava o movimento por este, ao buscar interpretar a vida brasileira e não mais a européia, trazer em seu interior um passo importante: era uma libertação da literatura nacional. É neste sentido que elogia a obra de Gonçalves Dias. Lembra que ele faleceu cedo mas deixou uma obra importante, que jamais fora contestado. Define Gonçalves Dias como um mestiço e portanto representante do povo brasileiro:

*“Gonçalves Dias era filho de português e mameluco, quero dizer, descendia das três raças que constituíam a população nacional e representava-lhes as principais tendências.”*²⁶⁹

(...)

*“Ainda mais é isto indispensável, tratando-se um poeta como Gonçalves Dias, um genuíno brasileiro, um mestiço físico e moral, que será ainda por muitos séculos uma das autênticas manifestações de alma deste povo.”*²⁷⁰

O articulista critica a leitura que fizeram de Gonçalves Dias, qualificando-o como um autor “indigenista”:

“um talento como o de Gonçalves Dias não podia ficar na poesia pura e exclusivamente indiana, e de fato não ficou”.²⁷¹

268Idem, p. 739

269Idem, p. 742

270Idem, p. 745

271Idem, p. 745

O mesmo se aplicava à obra de José de Alencar.

Para o autor, a poesia de origem indígena era uma poesia biforme, nem brasileira nem indígena. A poesia indigenista não representava o que de fato era a poesia, a cultura brasileira (uma vez que esta não seria indigenista, e sim mestiça), nem mesmo a própria cultura indígena, que não apareceria como ela era, mas sim de forma idealizada e modificada.

Romero também desqualifica o índio dizendo que já estava morto, não tendo mais nada a temer ou esperar dele. Portanto. O indigenismo era, desse ponto de vista, uma cultura morta, sem vida, que representava algo sem sentido. Para o futuro do Brasil, estava reservada a formação de uma raça mestiça que se tornaria, com a imigração, cada vez mais branca, formando uma “raça brasileira” branca, o que daria ao Brasil a força necessária para impor o seu caráter.

Esta preocupação em manter o caráter nacional fica evidente na interpretação daquilo que Romero chama de “Terceira fase do Romantismo”, caracterizada pela busca no estrangeiro de novos achados literários. Isto, segundo Romero, comprometeu o ideário de espírito nacional, que havia sido desenvolvido com Gonçalves Dias e José de Alencar:

*“Os outros nossos escritores caminhavam por diversos lados, e, se por acaso cultivaram de passagem o gênero, foi isso como um limitado preito prestado a tão ilustres chefes”.*²⁷²

Romero não aceitava a influência estrangeira na literatura, na poesia e em todos os aspectos da cultura brasileira, que poderia corromper a cultura brasileira original. Para ele, a cultura brasileira tinha que representar o sentimento, a natureza, a expressão do povo brasileiro, e não a mera reprodução de idéias surgidas no exterior:

*“Para o universalismo literário, de nosso Romantismo, especialmente na fase historiada agora, parece exercida na mocidade do tempo, que se preparava no Rio de Janeiro para os cursos superiores, por um punhado de estrangeiros ilustradíssimos, especialmente ingleses e alemães, que eram então a glória do magistério secundário no Brasil.”*²⁷³

Mas ele também era influenciado por idéias de autores estrangeiros. Para Romero, era fundamental preservar a integridade da cultura brasileira, à parte do fato de que ele,

272Idem, p. 771

273Idem, p. 775

enquanto “cientista”, poderia ter acesso à mesma cultura. Foi neste sentido que o escritor elogiou parte da corrente estrangeira, como a leitura das obras de Spencer, Zola, Comte, entre outros, dizendo que era papel dos intelectuais brasileiros estarem em contato com as idéias européias de seu tempo, sem no entanto abandonar ou negligenciar os assuntos vinculados ao *caráter puramente brasileiro*. Assim, o estudo dos autores estrangeiros não deveria representar a perda dos estudos nacionais:

*“Inúmeros os poetas e literatos que não sabem duas palavras da história do país; raríssimos aqueles que se acham em estado de formular um juízo mais ou menos regular sobre o passado e o presente nacional”.*²⁷⁴

Além disso, critica a falta de disposição em procurar estudar, conhecer, esclarecer sobre aquilo que é nosso, que faz parte do Brasil. Sem este estudo feito por brasileiros, não existiria uma forma de proteger de ataques e interpretações feitas sobre o Brasil no estrangeiro.

Este sentimento nacionalista de Romero não era um acaso. Como a produção intelectual erudita brasileira era muito pequena e de baixa qualidade, ele via que os estudos mais importantes sobre o Brasil eram feitos no exterior, buscando a linguagem e as interpretações do exterior, impondo os valores do exterior na realidade brasileira.

Isto pode ser interpretado também com uma auto-crítica, uma vez que Sílvio buscava em autores estrangeiros modelos teóricos para fazer a sua interpretação da realidade brasileira. O autor demonstra, também, uma preocupação social bastante apurada: sem os brasileiros escreverem a sua própria história, sem desenvolverem a sua própria cultura, teriam que ler as mesmas com a interpretação vinda do estrangeiro.

“E, apesar de contarmos aqueles poucos escritores que se vão ocupando dos estudos nacionais, é ainda hoje uma verdade afirmar que somos um povo que se desconhece.

*A história brasileira está em geral quase toda por escrever e sem ela nos perdermos sempre em divagações, não teremos um espírito próprio, nem a consciência de nós mesmos.”*²⁷⁵

O que Romero via aqui não era só a análise do período em que estudava; ele expressava uma visão crítica da sua própria realidade, denunciava o descaso com as coisas

²⁷⁴Idem, p. 812

²⁷⁵Idem, p. 812

nacionais, a falta de estudos sobre a história brasileira, sobre a cultura brasileira.

Em seus estudos sobre a poesia popular, Sílvio, a todo o momento, criticava a falta de reflexões sobre vários aspectos da cultura e história brasileira: faltava aos intelectuais brasileiros o real interesse pelo Brasil.

Romero criticava bastante o Romantismo por este não possuir um senso crítico sobre a realidade, algo que seria vinculado a um período posterior da literatura (que o estudioso sergipano fazia parte). Parte desta crítica se vinculava ao fato de que, para ele, o Romantismo havia exagerado, em razão da filosofia francesa do século XVIII, as bondades e as grandezas do *Estado da natureza* corrompido pela civilização, deixando implícita à sua crítica a Rousseau e ao mito do “bom selvagem”:

*“A natureza era aqui levada à categoria de uma potência benfazeja e divina, que tinha inspirado as maiores criações da humanidade.”*²⁷⁶

Na análise que fez da obra de Bernardo Joaquim da Silva Guimarães, o escritor o elogiou por sua origem sertaneja e por traduzir esta experiência sem exageros, desejando assim, o progresso e a civilização. Aproveitando esta análise, Romero enfatizava as duas crenças que, para ele, moviam a evolução da humanidade: a natureza e a cultura.

“Os grandes estudos de história, etnografia e antropologia mostraram o homem em estado de natureza mergulhado na miséria e na ignorância e mostraram que a Mãe-natura não produziu nunca arte, ou direito, ou religião, ou poesia, ou filosofia; mostraram finalmente que tudo isto é o resultado da evolução lenta da civilização humana.

*A intuição do cultural substituiu o conceito errôneo do natural”*²⁷⁷.

Sílvio Romero, em seus pontos mais polêmicos, chegava a fazer uma crítica muito dura sobre a obra do neto do “patriarca da Independência”, José Bonifácio de Andrada e Silva, que possuía o mesmo nome do avô. Esta crítica estava associada a um dos pontos mais caros ao ensaísta, que era a questão da soberania popular e a eleição direta, temas que ele abominava.

Sílvio criticava a Revolução Francesa, que teria espalhado aos povos “filiados na raça e na civilização latinas” as idéias de soberania e inerrância popular. Sobre esta última questão ele era bem claro: era algo análogo ao direito divino dos reis e à infabilidade dos

²⁷⁶Idem, p. 805

²⁷⁷Idem, p. 805

papas.

*“O conceito do povo como soberano, isto é, como podendo ele só ditar as leis do Estado e à sociedade, é um conceito metafísico e vão. A direção das idéias não parte do povo como massa inerte”.*²⁷⁸

Romero concebia o poder da decisão política somente para uma classe intelectual, que poderia implantar métodos científicos na criação das leis da sociedade, o que evidenciava a ligação do autor com o positivismo. Por outro lado, ele é bem claro ao dizer que *“o povo deve intervir nos seus destinos; para isto basta o seu direito à liberdade e ao progresso”*.²⁷⁹ É neste ponto que o articulista comete uma grande contradição: se era contra o voto popular, no conceito de povo soberano, como ele poderia dizer que as qualidades e os sentimentos de uma nação devam emanar diretamente do povo?

Assim, Romero esboçava uma concepção autoritária de sociedade, onde creditava o processo histórico somente a uma parcela – a elite da sociedade. Porém, em sua crítica à idéia da eleição direta, salienta que as idéias de soberania popular e eleições diretas deveriam estar ligadas a uma mudança na ordem social:

“Opino, e comigo todos os homens desprendidos das peias partidárias, que ela só por si e sem ser secundada por uma série complexa de reformas, que tragam uma total mudança em nossa decrépita educação nacional, para nada vale, de nada presta”.²⁸⁰

Nesta passagem, o autor não atribuiu a causa dos males à questão racial, e sim à falta de educação da população. Para ele, a chave para a soberania popular e a cidadania plena seria a educação. Este tema, porém, é bastante polêmico na obra de Romero, uma vez que noutros textos, ele criticava esta idéia forma bastante contundente (tal como no ataque à obra de Manoel Bomfim), alegando a inferioridade racial da população.

O trecho mostra uma tensão constante no pensamento de Romero: ao mesmo tempo em que via o povo sendo composto de uma raça inferior e incapaz de se superar sozinho, ele defendia a educação como forma de superação da “inferioridade”. Acreditava em uma superação do atraso pela via imigratória – com a introdução de imigrantes europeus – e também na correção através da educação. Sílvio jamais conseguiu se libertar por completo

²⁷⁸Idem, p. 832

²⁷⁹Idem, p. 832

²⁸⁰Idem, p. 834

das ideologias raciais; porém em várias passagens ele entrava em contradição consigo mesmo, mostrando suas dificuldades em superar essas teorias.

Romero nunca percebeu que a análise social que ele fazia podia ser vista como um choque entre as idéias vindas do estrangeiro, as teorias racistas, utilizadas por ele como um forma de análise da sociedade. Ele interpretava as teorias racistas como uma ciência e não como um conjunto de preconceitos – apesar de, em inúmeras vezes, em especial nas polêmicas contra Machado de Assis e Manoel Bomfim, ter utilizado expressões preconceituosas.

Apesar destas passagens, ele já percebia, ao estudar os escritores brasileiros, que se via um descaso dado pelos escritores do Rio de Janeiro e do sul do país aos escritores do norte e nordeste. Via o processo de discriminação contra o povo do norte/nordeste feito pelo povo do sul e sudeste. E odiava esta interpretação e separação do Brasil:

*“Não trabalho para fragmentos do Brasil, meu labor é para o grande todo, a grande pátria. Nada de separatismos insensatos.”*²⁸¹

Buscou no homem nordestino, no sertanejo, um traço esquecido da cultura brasileira. Da mesma forma que em seus estudos sobre a raça negra e o folclore, demonstrou ter bastante interesse e preocupação sobre o negro e o sertanejo. Em sua concepção, Brasil não se conhecia e não se preocupava em se conhecer.

Aproveitando a análise sobre a obra de Francisco Leite Bittencourt Sampaio, Romero retomou a relação que havia desenvolvido entre literatura e raça. E lembrou que para alguns, a feição do povo era a do português; para outros, o caboclo e, em casos raros, o negro. Por outro lado, surgiram autores, como este aqui estudado que foi buscar

*“no povo atual, como ele se acha constituído no mestiço físico e moral, em suas tradições e costumes, a nova fisionomia peculiar de nação”*²⁸².

Em seguida, reforçou a idéia de que o estudo da etnografia é fundamental e que ele é um grande aliado na história, na política e na crítica e nas produções literárias.

Romero valorizou a cultura da província do Maranhão porque neste Estado a cultura popular ainda se apresentava mais “pura”, sem possuir as imitações estrangeiras que existiam na literatura produzida no Rio de Janeiro, elogiando assim a obra de Gentil Homem de Almeida Braga, natural daquela província. É interessante comparar esta visão da

²⁸¹Idem, p. 803

²⁸²Idem, p. 902

cultura maranhense com a bem mais recente de Luiz Felipe de Alencastro, que viu o Maranhão do século XIX como uma região desarticulada do restante do Império devido a pobreza e instabilidade social.²⁸³

Em outro ponto, como na análise da obra de Joaquim Maria Sobrinho, Sílvio faz uma crítica sobre a forma como se analisava a poesia sertaneja, onde condena a busca da poesia na rudeza, na ignorância e na barbárie desta vida. Para o autor, a poesia sertaneja devia ser estudada, apesar de sua aparente simplicidade, em seus temas mais gerais e interessantes e não para ilustrar o lado “bruto” do sertanejo. A crítica de Romero evidencia a forma como ele via o sertanejo – bárbaro, atrasado, representativo de um Brasil arcaico que deveria ser erradicado e que não representava a “civilização”. Apesar disso, ele necessitava ser estudado e compreendido. Dois outros escritores, contemporâneos de Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, estudariam, respectivamente, o sertanejo e o negro, tendo como base muitas das observações e estudos do pensador sergipano.

Já na crítica da obra de Juvenal Galeno, Sílvio Romero aborda o autor de forma bastante positiva e elogiosa, em particular por seu conhecimento da cultura popular.

*“O conhecimento prático dos costumes populares, o amor às classes proletárias, o liberalismo, o devotamento ao progresso, a simpatia profunda por tudo quanto é nacional são qualidades iniludíveis neste simpático autor nortista”.*²⁸⁴

A última fase do Romantismo é caracterizada por Romero como a de dissolução do movimento, vinculando-a à mudança na mentalidade brasileira – na qual destaca a Escola do Recife e obras de autores estrangeiros como Victor Hugo, que exerceram uma grande influência sobre esta escola. Sílvio fala em três fases da Escola do Recife: a de 1862 até 1870, caracterizado pela influência do Romantismo; de 1870 até 1878 ou 1879, caracterizado pela crítica do movimento; e a terceira, posterior a esta data, quando a crítica e os estudos jurídicos e sociais tomam a dianteira da poesia.

Menciona que a primeira fase, marcada pelo impacto da leitura da obra de Victor Hugo, teve como chefe Tobias Barreto de Menezes. Segundo Romero, foi este autor que abriu as portas para a nova mudança. Menciona que vivia-se neste período uma onda

²⁸³Alencastro, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In *A história da vida privada no Brasil*. Volume 2, Companhia das Letras, SP, 1999, p. 17

²⁸⁴Idem, p. 969

patriótica, resultante do final da guerra do Paraguai. Um ponto importante mencionado por ele é que esta corrente foi combater o movimento indianista brasileiro e também o falso idealismo e salienta a importância do Naturalismo.

No que tange à ciência e à crítica, Sílvio menciona o evento da Questão Religiosa e a crítica sobre a religião católica que teria favorecido o crescimento do sentido crítico noutras áreas do conhecimento. Romero atribui uma especial importância a Abreu Lima como um dos fomentadores desta crítica.

O escritor procurou também mostrar a importância da obra de Tobias Barreto que buscou como base teórica ao sentido crítico e filosófico a filosofia e a literatura alemã. Assim, defendia ele a busca na filosofia alemã da força para inovar nos estudos brasileiros.

*“O germanismo de Tobias Barreto firmava-se quanto a ciência na intuição monística do mundo e da humanidade, pressupondo o conhecimento de Conte e de Darwin; e na literatura promovia implicitamente a aplicação do princípio da seleção natural entre as nações. Fazendo-nos jogar à margem as migalhas da civilização francesa e mergulhar na grande corrente da cultura alemã”*²⁸⁵.

Uma razão importante para esta dedicação a Tobias Barreto era que este autor foi o professor de Sílvio Romero e via nele o seu sucessor. A influência de Tobias foi marcante para a formação de Sílvio Romero, que jamais se esqueceu disto, mencionando, ilustrando e valorizando as obras do seu mestre.

A função da escola do Recife, segundo Romero, seria a de renovar o pensamento intelectual brasileiro. Na realidade, Sílvio via o movimento como uma nova fase do pensamento brasileiro, uma evolução em relação ao passado literário, uma libertação. Assim, ele comenta que a “fase condoreira” da poesia da escola do Recife era nacionalista e não podia durar, pois tratava de assuntos de sua época (tais como a guerra do Paraguai e a emancipação dos escravos), elogiando aqui o papel desempenhado pelo Tobias e por Castro Alves.

Já sobre o papel desempenhado por Tobias, Romero declarou:

“Entretanto, a boa ordem do método manda-me que resuma o papel desse homem como poeta na literatura brasileira. E eis aqui este resumo: ação de Tobias Barreto na poesia nacional foi reagir contra o nosso decadente lirismo

²⁸⁵Idem, pp. 1028 e 1029

lamartiniano e choramingas, que em 1862-63 tinha chegado ao extremo da banalidade”²⁸⁶

Sílvio Romero também elogia o talento de Tobias Barreto como orador, enfatizando a sua voz, o seu discurso e a força da sua fala:

“Mas debaixo daquele poeta estava um cientista; a lógica reclamava os seus direitos e apareciam os raciocínios, os argumentos; ouviam-se então interessantes trechos doutrinários. Porém aquele cientista era também um mundano, um pilhérico, um satirizador; surgia o humour e as gargalhadas rebentavam espontâneas.”²⁸⁷

O ensaísta enfatizou que o tom lírico de Tobias mudou a partir de 1870, quando ele abandonou a poesia e deu lugar ao crítico e à influência germânica, adotando variados temas no seu discurso, tais como patriotismo, o progresso, a arte, a educação da mulher, o estado político e social do Brasil, entre outras coisas.

Assim, mais do que tudo, foi a Escola do Recife que teria quebrado o espírito romântico e criado uma nova concepção da realidade, baseada na ciência, e não em uma crença artificial ou não “real”. A escola do Recife surgia assim, para Romero, como uma reação à mentalidade atrasada brasileira, ao propor discussões sobre raça, etnia, sociedade, cultura, literatura, folclore, história e políticas brasileiras.

Sílvio Romero não escreveu um capítulo específico com uma conclusão para seu livro, mas sua discussão aqui é bastante clara: a sociedade brasileira estava evoluindo e no estágio atual no qual se encontrava, já poderia lutar contra tudo aquilo que representava o atraso: a monarquia, a escravidão e o Romantismo. A Escola do Recife mostrava um Brasil pronto para a ciência, para responder, ou melhor, começar responder por si só.

Seu livro *História da Literatura Brasileira* é, portanto, um projeto, uma orientação, um estudo para compreender o Brasil através de uma abordagem evolutiva onde o país crescia e se estabelecia não somente pela cultura, mas pela raça. Porém, neste percurso, Romero percebia que a cultura brasileira ganhava vulto, importância e que possuía uma consistência que dava identidade ao país.

O Brasil, na concepção de Romero, elaborado através do mito das três raças e na formação do mestiço, produziria, assim, um novo patamar, um novo povo brasileiro, que,

²⁸⁶Idem, p. 1118

²⁸⁷Idem, p. 1121

com a ajuda da imigração européia, seria cada vez mais branco, indo ao encontro da idéia de civilização.

Desta forma, mais do que sobre literatura, Sílvio escreve a propósito da História. Além de compreender a literatura em seu tempo, Romero se apresenta aqui como um crítico da sociedade brasileira, temendo várias vezes por seu futuro.

Romero é bastante temeroso pela “fraqueza histórica” do brasileiro, da sua cultura e civilização, vendo o futuro brasileiro com bastante ceticismo, uma vez que a questão racial não parecia estar resolvida. O Brasil só se resolveria no que tange à raça em um futuro distante, quando a fusão da população nativa com a vinda da Europa puder transformar o Brasil de país mestiço em um país racialmente definido em torno do branco.

Talvez mais emblemática a este respeito seja sua obra *O Brasil na primeira década do século XX*, onde ele expõe as preocupações sobre o futuro do povo brasileiro.

Para Benjamim Abdala Junior, *A História da Literatura Brasileira* ia além do seu significado histórico (por ter sido escrita na época da transição do regime monárquico para o republicano), e o comentarista salienta a importância do debate que Sílvio Romero abria sobre o mestiço e a hibridez cultural e racial do povo brasileiro²⁸⁸.

O quadro apresentado por Romero é ilustrativo sobre o aspecto de que a literatura, seja ela popular ou da elite, expõe a natureza do povo brasileiro e sua singularidade. Ele mostra que todas as raças participaram, seja isoladamente, entre si ou através do mestiço, no processo de formação e criação do país. O negro, o índio, o branco e o mestiço são, para Romero, agentes criadores e não passivos na história e na literatura brasileira.

4 – Raça e cultura.

Um ponto bastante evidente no estudo da obra de Sílvio Romero é que ele via a sociedade brasileira em formação, em desenvolvimento, seja em seus estudos sobre a poesia e o folclore popular, seja em sua análise sobre a literatura brasileira, o Brasil como um país que ainda não havia se formado por completo, que não havia estabelecido plenamente suas bases.

A questão racial é de fundamental importância nessa obra. Romero via a sociedade

²⁸⁸Abdala Junior, Benjamim. “História da Literatura Brasileira”. In *Introdução ao Brasil um banquete no trópico*— vol 2, Org. Mota, Lourenço Dantas. Editora Senac, São Paulo, 2000 , p. 216

brasileira como fruto da sua raça, como um povo que se estabelecia pela evolução racial, pelo aprimoramento racial. A evolução do povo brasileiro, na concepção de Romero, era um fruto da fusão das três raças que davam origem ao mestiço e é bastante emblemática.

Para o autor, a sociedade, seja ela qual for, é a manifestação da sua evolução cultural e racial. Portanto, estudar, a cultura de um povo era também estudar sua origem biológica, analisar aquilo que o transformou, que o fez se tornar alguém singular e importante. Romero via o povo brasileiro - como mestiço, mas incompleto, necessitando da imigração européia para fortalecer-se. Esta é uma de suas maiores contradições: fala que o Brasil já estava formado, que o país já havia produzido um elemento próprio e nacional – o mestiço –, mas por outro lado necessitava fazer a importação de brancos, que se miscigenando no país poderiam branquear a população, levando-a, assim, a atingir o mesmo patamar dos países europeus.

Romero imaginava de fato o Brasil como uma nação em formação. O país ainda estava se formando, em parte graças à miscigenação. Era esta que dava a identidade e a unidade ao Brasil. O branco brasileiro, por assim dizer, sempre seria um miscigenado, e seria esta a condição para sua sobrevivência. A miscigenação, para Romero, era um fator não só de sangue, mas principalmente de idéias.

O mito das três raças formadoras e do mestiço brasileiro como representantes delas não surgiu com Romero e nem foi destruído com a morte dele, reaparecendo de outra forma em obras como *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freire e em *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro.

Em Freyre isto ficava evidenciado pela sua abordagem, salientando o papel desempenhado pela miscigenação na formação brasileira. É como ele diz:

“Uma circunstância significativa resta-nos destacar na formação brasileira: a de não se ter processado no puro sentido da europeização. Em vez de dura e seca, rangendo do esforço de adaptar-se a condições inteiramente estranhas. A cultura européia se pôs em contato com o indígena, amaciada pelo óleo da mediação africana.” ²⁸⁹

Em *O povo brasileiro*, Darcy Ribeiro apesar de não citar diretamente Romero, montou um quadro histórico-antropológico do Brasil que nos remete diretamente às idéias de Romero, em particular na ênfase da formação mestiça do povo brasileiro.

289 Freyre, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Op cit, p. 52

Como ele diz:

*“Nós, brasileiros, nesse quadro, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si, afundada na ninguentade. Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros. Um povo, até hoje, em ser, em dura busca de seu destino. Olhando-os, ouvindo-os, é fácil perceber que são, de fato, uma nova romanidade, uma romanidade tardia, mas melhor, porque lavada em sangue índio e sangue negro.”*²⁹⁰

É importante lembrar aqui a preocupação de Sílvio em estudar o povo brasileiro. Como salientam depois vários autores, tais como Câmara Cascudo, Francisco Iglesias, Schneider, Antônio Cândido, entre outros: Romero tinha interesse em conhecer a cultura do povo brasileiro, a vida do homem do interior, da cultura esquecida, da história não escrita deste povo.²⁹¹

Assim se inserem obras como *Cantos e Contos populares do Brasil* e os *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. São livros onde o autor expunha e explorava a cultura popular, valorizando o que era brasileiro, o que de fato representava o Brasil, agindo aqui como um pioneiro nesta análise.

Romero, não via o negro com descaso, numa posição muito diferente, por exemplo, da que Oliveira Vianna exibiria posteriormente. Muito pelo contrário, valorizava-o como um elemento importante na formação brasileira, seja enquanto raça ou enquanto cultura. Esta avaliação do negro teria uma influência muito forte e importante na obra de Nina Rodrigues, como será analisado no próximo capítulo.

É verdade que mostrava desprezo pelo indígena, mas assim o fazia por dois motivos: porque o indígena já havia perdido muito do seu espaço no cenário nacional, cada vez mais marcado pela presença do negro e do mestiço; porque o indígena representava o Romantismo brasileiro, algo que Romero desprezava, por representar o passado.

Dentro deste contexto, em sua visão, via o Brasil como uma construção do branco

²⁹⁰Ribeiro, Darcy. *O povo Brasileiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, 2ª edição, p. 453

²⁹¹Câmara Cascudo abordou o tema no prefácio de *Contos Populares do Brasil*; Francisco Iglesias em *Historiadores do Brasil*, Schneider em *Sílvio Romero – o hermeneuta do Brasil* e Antônio Cândido em *O método crítico de Sílvio Romero*.

européu, que necessitou do negro e do índio para se fortalecer. Era a vitória do branco sobre um meio tropical hostil que lhe havia sido um desafio, que foi vencido pela ajuda dos negros e índios. Apesar disso, ele enfatiza, “a vitória será do branco”.

Porém, ele valorizava o papel do mestiço, ao dizer que ele era o “tipo nacional”, a construção do brasileiro, aquilo que nos tornava singulares em relação à humanidade. A idéia de que o brasileiro é um mestiço, não só no sangue, mas também nas idéias, atrelando a isto o fato de que mesmo “branca” a população continuaria sendo, de certa forma, mestiça, é algo realmente intrigante e de fato desafiador, sendo depois retomado e ampliado por Gilberto Freyre e Camara Cascudo.

Até porque, o branco que Romero define não é branco no sentido europeu. Para ele, o branco não conseguiria se ajustar nos trópicos. Para isto, era necessário o negro e o índio, que poderiam, assim, dar as condições, através da miscigenação, para que este branco pudesse se viver aqui (este tema depois seria explorado com mais intensidade por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*)

Como assinala Benjamim Abdala Junior,

*“Sílvia Romero tem na mestiçagem o ideal da identidade nacional brasileira”*²⁹²
(...) *“Essa idéia de unidade política, espiritual e étnica do país, não poderia correr um risco que considerava introjetado em nosso povo: o caráter ibero-latino”*²⁹³.

Romero negava esta idéia de “latinidade” na qual existiria um sentimento “latino-americano”; suas falas se dirigem à formação de um tipo nacional brasileiro, não latino-americano. Era portanto uma reação à imagem construída do Brasil e da “América Latina” no exterior, de que todos os povos do Rio Grande para baixo pertenceriam à mesma população, com as mesmas perspectivas, rostos, cultura, etc. Sílvia nunca aceitou estas afirmações, procurando interpretar o Brasil como um país singular, onde o povo teria travado uma batalha única para a formação da sua nacionalidade.

Como pensarmos as contradições de Sílvia Romero? Ele era racista, mas valorizava as “raças inferiores”, e em particular o mestiço; acreditava na necessidade de se valorizar a população através da Eugenia, ao trazer brancos para miscigenarem com a população. Se valorizava o mestiço como sendo a síntese do brasileiro por definição, de que maneira

²⁹²Abdala Junior, Benjamim. op.cit, p. 207

²⁹³Idem, p. 207

poderia ele aceitar a destruição do mesmo, através da introdução de imigrantes europeus brancos na população brasileira, a fim de melhorar a condição “genética” do povo brasileiro? Ou o mestiço se fortaleceria com esta nova carga genética, tornado-se mais branco?

É válido ressaltar que Romero vivia num mundo cultural à parte e limitado, onde as impossibilidades do meio, a falta de um espírito universitário (que era limitado à existência de Faculdades de Direito), a ausência de estudos sobre variados aspectos sociais, em muito atrapalhavam. Tanto Dante Moreira Leite quanto Nelson Werneck Sodré assinalaram esta questão com bastante propriedade, ao dizerem que o meio cultural era muito restrito.

Nelson Werneck Sodré assinala que, os questionamentos de Romero, principalmente sobre a questão racial, eram derivativos da ciência naquele momento histórico:

*“Não era lição dos fatos. Era a lição das aparências, ungidas da ideologia do colonialismo, que nos diminuía e humilhava sob tais aparências, Sílvio Romero viu muita coisa. Ficou cego para outras em parte por deficiência de formação, em parte por deficiência dos conhecimentos da época. É que poderia ser distinguido, com benefício para todos, por um anotador seguro. A figura do grande crítico, a que todos devemos tanto, sairia maior desse trabalho na verdade indispensável.”*²⁹⁴

Já Dante Moreira Leite ressalta:

*“Diante de seu esforço intelectual, frequentemente ingênuo e mal aplicado, é impossível deixar de lamentar que a pobreza do ambiente e a falta de formação não tivessem permitido o desenvolvimento de sua inegável capacidade para a teoria e a generalização.”*²⁹⁵

Um ponto marcante e bastante lembrado por vários comentaristas é a capacidade de generalização de Sílvio Romero. Dante Moreira Leite assinala que se deve levar em consideração a pobreza do ambiente e a falta de formação no *“desenvolvimento de sua inegável capacidade para a teoria e a generalização”*²⁹⁶.

Já Francisco Iglesias diz que

“Em suma, obra múltipla e variada, é altamente meritória, pelo conjunto, pelas

²⁹⁴ Sodré, Nelson Werneck, op.cit, p. 81

²⁹⁵ Leite, Dante Moreira, op cit, p. 180

²⁹⁶ Idem, p. 180

inovações, pela amplitude. Sílvio foi o primeiro a ter uma visão da ciência social como totalidade, um precursor da interdisciplinariedade. Sob este aspecto, em país de inteligências medianas, foi de fato extraordinário.”²⁹⁷

João Cruz Costa também valoriza o papel desempenhado por Sílvio Romero:

“É Sílvio Romero o precursor do esforço de interpretação do Brasil, que se vem processando desde os primeiros trabalhos do grande escritor, a partir de 1871. Quando estudamos a nossa história da segunda metade do século XX, a figura de Sílvio Romero aí aparece dominando os mais variados assuntos, abrindo caminhos ensaiando novas idéias, mas sempre atento aos problemas brasileiros que lhe mereceram o mais desvelado caminho.”²⁹⁸

Sílvio Romero tinha um alto grau de generalização, podia e queria ver e entender a sociedade brasileira, embora ainda estivesse preso às teorias raciais. Ele nunca deixou de acreditar nestas teorias, o que o levava sempre a defender a idéia do comportamento vinculado à raça e da necessidade da Eugenia como forma de elevar o nível racial da população brasileira.

Isto era como que uma “prisão”, da qual Sílvio Romero nunca conseguiu se libertar e que acabou gerando mais discussões sobre suas contradições. Sílvio era um entusiasta nos estudos da cultura popular e os vinculava à “raça” mestiça. É válido assinalar a falta de uma perspectiva ou de um material teórico que lhe desse outra visão e talvez lhe proporcionasse uma abertura no pensamento. Isto mostra o quanto havia de tensão, de choque, de contradição no pensamento brasileiro e que acabou gerando outras conseqüências para a história do país.

Romero era visto e se sentia como se fosse o centro da intelectualidade brasileira em seu tempo, em particular na passagem do século XIX para o XX. Esta posição produziu um espírito bastante polêmico e controverso, gerando conflitos com vários intelectuais, sendo que muitas vezes ele fazia avaliações erradas sobre a obra de diferentes pessoas, em particular a de Machado de Assis. Não era incomum, nestes casos, que Romero partisse, inclusive, para as ofensas pessoais.²⁹⁹

²⁹⁷Iglesias, Francisco. *Os historiadores do Brasil*. Nova Fronteira, RJ, 2000, p. 145

²⁹⁸Costa, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª edição, 1967, p. 298

²⁹⁹Roberto Ventura explora esta questão, mostrando como Romero queria sempre se prevalecer nas discussões sobre os demais intelectuais do seu período. Vide *Estilo tropical: história cultural e polêmicas*

Machado Neto também explora esta questão, mostrando que
*“o êxito da polêmica como instituição da “República das Letras” marcaria, porém, de tal maneira os escritores da época, que a linguagem com que se referem à vida intelectual é sempre uma linguagem de guerra e combate.”*³⁰⁰

Antônio Cândido salienta que embora Romero estivesse vinculado as teorias raciais, isto não implicava que ele estivesse preso a elas suficientemente para não abordar as questões sociais, existindo a parte teórica da obra de Romero (onde ele estudava o meio e a raça) e a parte analítica (onde ele estudava a literatura).

Como assinala Cândido,
*“Zeverissimações ineptas da crítica (1909) e Minhas Contradições (1914) são respostas pessoais, grosseiras e não raro em calão, a José Veríssimo e Laudelino Freire. O próprio estudo sobre Machado de Assis (1897) pode ser considerado livro de polêmica, com o paralelo extemporâneo e a mal colocada glorificação de Tobias Barreto”.*³⁰¹

Além destas polêmicas, talvez uma mais interessante para a compreensão da tensão entre racismo e cultura no pensamento de Sílvio Romero se refere à que ele fez contra Manoel Bomfim. Bomfim era um escritor jovem, e sergipano assim como Romero; porém construiu em sua obra mais famosa, *América Latina – males de origem* (1905), uma análise que criticava abertamente as teorias racistas então aceitas por Romero, afirmando em contrapartida que a principal causa do atraso latino-americano era a situação de espoliação na qual viviam os latino-americanos.

Quando da publicação do livro, Romero se irritou profundamente com Bomfim, a ponto de escrever 25 artigos contestando a validade das suas afirmações. O viés anti-racista de Bomfim irritou tanto Romero, que, em seguida, ele publicou os artigos em forma de livro, chamado propositalmente de *A América Latina – livro resposta do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*. Neste livro, Sílvio mostrou todas as suas teses racistas, procurando encontrar formas de contestar o outro autor, sendo bastante injusto e até mesmo abusando das suas conclusões sobre o Brasil, tais como retomando o perigo em se estabelecer colônias alemãs no sul do Brasil, na defesa de autores racistas,

literárias no Brasil., Companhia das Letras, SP, 1990

300Machado Neto, A. L. *Estrutura social da República das Letras*, Editorial Grijaldo, SP, 1973, p. 150

301Cândido, Antônio, op.cit, p. 79

particularmente Le Bon e Gobineau, e na crítica sobre a validade da educação popular, entre outras coisas³⁰²

O pensamento de Sílvio Romero era, portanto, bastante contraditório. É inegável que ele vivia numa tensão constante entre raça e cultura, ora misturando os valores por ele atribuídos à cultura, ora os valores atribuídos à biologia. Esta tensão, visível ao longo de seus estudos, era em parte o resultado de uma falta de material teórico mais apurado, como nos diz Nelson Werneck Sodré. Para este autor, Romero um escritor “desarmado”, sem possuir meios teóricos mais consistentes para fazer a análise social:

*“Discutiu-os, entretanto como não podia deixar de ser, com a ciência de seu tempo, com os elementos de informação que estavam ao seu alcance. E também – e ainda aqui de forma coerente – com os prejuízos, os preconceitos, os erros mesmo que então que tinham vigência”.*³⁰³

Antônio Cândido definia estas contradições de Romero com a idéia de “turbilhão”, na qual o autor, por ser conflitante e contraditório, procurava provocar a sociedade e potencializar as mudanças necessárias, definindo o seu pensamento como sendo de um *movimento de idéias*. Como ele diz:

*“Mas a atitude correta é não ir na provocação do seu temperamento polêmico, não querer, por exemplo, reduzi-lo às suas contradições nem proclamar da sua perfeita unidade. E sim procurar entender o seu ritmo de turbilhão.”*³⁰⁴

E concluindo ele diz que:

*“De modo que o que se tira de Sílvio Romero com uma das mãos, é preciso dar de volta com a outra.”*³⁰⁵

Romero foi pioneiro em vários campos de estudo sobre o Brasil: cultura popular, poesia, folclore, etnografia, literatura e história. Foi como lembra Maria Thétis Nunes, um dos pioneiros da ideologia nacional³⁰⁶. Abriu espaços novos em seus estudos sobre o Brasil, e se estes careciam de um maior apuramento metodológico, aprofundamento nas pesquisas,

302Romero, Sílvio. *A América Latina – livro resposta do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*, Editora Porto, 1906.

303Sodré, Nelson Werneck. op,cit..p. 71

304Cândido, Antônio. *A educação pela noite e outros ensaios*. Editora Ática, São Paulo, 1989, p. 102

305Idem, p. 121

306Nunes, Maria Thétis. *Sílvio Romero e Manoel Bomfim: Pioneiros de uma Ideologia Nacional*. UFS, Aracaju, 1976.

visão mais profunda da sociedade e maior senso crítico, isto se deve também ao meio social onde vivia, marcado pela extrema limitação intelectual.

O pioneirismo de seus estudos deu origem a outras pesquisas, seja na questão do negro que foi abordada por Nina Rodrigues, em seus estudos sobre a cultura popular, que ganhariam um maior espaço com as obras de Câmara Cascudo e depois na sociologia brasileira, em sua visão do sertanejo, recriada por Euclides da Cunha, na questão da mestiçagem, que seria muito importante para Oliveira Vianna e Gilberto Freyre.

Sua obra - polêmica, contraditória, recheada de tensões e contradições no ritmo de “turbilhão” como definiu Cândido - abriu um espaço novo de discussão para o conhecimento e estudo do Brasil e das coisas brasileiras, procurando valorizar a singularidade do país frente ao resto do mundo.

III - RAÇA, MEDICINA, DIREITO E ANTROPOLOGIA: NINA RODRIGUES.

“A raça negra, que havia argamassado com o seu suor os alicerces econômicos da nossa civilização e independência, não só dominava então, pelo número a brancos e índios, como já preparava, pela dissolução no mestiçamento, o predomínio que lhe havia de caber um dia na direção do futuro novo. Nenhum título mais valioso pode ela produzir ao direito de ser devidamente conhecida”.

(Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, p 15)

Raimundo Nina Rodrigues nasceu no dia 4 de dezembro de 1862, em Vargem Grande, no estado do Maranhão, filho de um coronel produtor de algodão. Oriundo de família abastada, Nina Rodrigues teve condições de se concentrar nos estudos, tendo ido estudar, em 1882, na Faculdade de Medicina da Bahia. Depois, transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, retornando para a Bahia em 1886 mas seguindo novamente para o Rio de Janeiro em 1887, a fim de concluir aquela graduação.

Mais tarde, em 1889, ganhou um concurso para o cargo de Adjunto na Cadeira de Clínica Médica na Faculdade de Medicina da Bahia. Foi neste posto que construiu sua carreira, como médico e pesquisador.

Nina Rodrigues começou a desenvolver, na Faculdade de Medicina, as atividades de Medicina Legal na Bahia, procurando fazer um vínculo entre a Medicina, o Direito e as raças humanas, publicando em várias revistas artigos relacionados tanto à Medicina quanto a seus estudos sobre o povo brasileiro, tais como *Os mestiços brasileiros*, que foi publicado em 1890, na revista *Gazeta no Brasil Médico*, e posteriormente, no final de mesma década,

sobre o conflito de Canudos, tais com o título *A loucura epidêmica de Canudos*.

Continuando os seus estudos de Antropologia, Medicina e Direito, e vinculando estes ao conceito de Medicina Legal, Nina Rodrigues publicou livros como *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* e *O alienado no Direito Civil brasileiro*, onde expunha suas observações sobre o racismo, aplicando-as ao conhecimento histórico, antropológico e do Direito.

Ele também escreveu muitos artigos a respeito da influência das raças na sociedade brasileira. Neste sentido, vale a pena mencionar “*O animismo fetichista dos negros baianos*”, publicado em 1896 na *Revista Brasileira*. Publicou outros artigos, principalmente referentes ao estudo dos negros baianos, que se tornaram parte fundamental em seus estudos sobre a sociedade brasileira.

Nina Rodrigues teve, portanto, uma vida bastante dinâmica em seus estudos sobre Antropologia, Medicina e Direito, sendo considerado o fundador da Medicina Legal no Brasil, atrelando-os às teorias raciais de seu tempo, sendo, inclusive, um dos autores mais entusiastas na aplicação destas teorias na análise social.

Por outro lado, Nina Rodrigues foi um dos fundadores da Antropologia brasileira no que tange a seus estudos sobre o negro. A preocupação em conhecer o negro, sua cultura, sua língua e seus costumes e a forma como trabalhou esta questão, procurando respeitar e entender este povo, apesar de ainda acreditar que o negro fosse de uma raça inferior, produziu um acervo que serviria de base para os estudos futuros sobre o negro na sociedade brasileira.

É de opinião de Lamartine Lima que as opiniões de Nina acabaram sendo marcadas pela defesa da população menos favorecida. Como ele diz:

*“As pulsões psicológicas de Nina, desde a infância dentro da família, fizeram sempre com que dedicasse especial atenção aos desfavorecidos – os escravizados, os indígenas, os desnutridos, os leprosos, os apenados, e por fim, os loucos...”*³⁰⁷

Lamartine ainda mostra como Nina era dedicado aos estudos de Medicina Legal, não apenas no campo teórico, mas também no prático. Aliás, um dos pontos mais importantes assinalados sobre Nina se referia ao fato deste se dedicar a pesquisa empírica, produzindo assim vários estudos científicos, seja no Brasil quanto no exterior.

³⁰⁷Lima, Lamartine. “O centenário do falecimento de Nina Rodrigues e a atualidade da Escola da Bahia”. In *Revista Prova material*, Salvador, ano 3 – especial, dezembro de 2006

No que tange a questão racial, é interessante a menção sobre a amizade que Nina tinha com um negro e aluno seu, Juliano Moreira, pobre, mas que recebeu ajuda de Nina, tornando-se, mais tarde uma pessoa bastante respeitada, inclusive se tornando diretor do Hospício Nacional de Alienados e perceptor de vários outros pesquisadores.

Este é um ponto fundamental na compreensão da obra de Nina Rodrigues – a sua contradição entre as teorias raciais – que acreditava e defendia – para com a sua admiração sincera em relação aos negros baianos.

Assim Lamartine faz a seguinte observação:

*“Todavia, como todos os cientistas de seu tempo, Nina Rodrigues recebia forçosamente a influência das teorias dominantes sobre o desnivelamento físico e intelectual das raças humanas e suas tendências criminosas de origens atávicas, que vinham como explicação para o menor desenvolvimento civilizacional dos povos dominados.”*³⁰⁸

Assim apesar deste adendo, é interessante mencionar o trabalho e a preocupação de Nina Rodrigues com os estudos sobre o negro brasileiro, procurando identificar a sua origem, a sua cultura, religião, fazendo sob este aspecto, um trabalho antropológico inédito até então.

Esta observação de Lamartine é bastante pertinente ao nosso estudo sobre Nina Rodrigues, uma vez que ele, em seus estudos sobre o negro mostrava uma verdadeira admiração por este, procurando compreender a sua cultura, religião, história, brigando em defesa do negro contra a polícia, tornando-se amigo de pessoas ligadas ao candomblé, tais como babalorixás e sacerdotes e ajudando pessoas pobres (quando não indigentes) no Hospital Santa Isabel.

A contradição entre a realidade e as teorias raciais produziriam uma tensão inquietante em Nina Rodrigues, que caminhava para um resolução final onde ele pudesse se libertar destas teorias.

Esta resolução, de fato, jamais chegou a acontecer. Sua morte, em 1906, foi bastante prematura (morreu aos 44 anos, em uma viagem que estava realizando em Paris). Muitos de seus ex-alunos e amigos começaram a formar uma escola de seguidores que se auto-intitularam de “Escola Nina Rodrigues”, procurando preservar sua obra, tais como Artur

³⁰⁸Lima, Lamartine. *Op cit*, p. 10

Ramos, Afrânio Peixoto, Estácio de Lima, entre outros, ou como bem explica Mariza Correa, se apropriar de parte da mesma, no sentido de se utilizar ou de preservar a imagem de Rodrigues.³⁰⁹

De fato como diz Correa, um dado fundamental foi o de que ao longo dos anos 30 a obra de Nina Rodrigues acabou sendo resgatada através de uma necessidade de interpretação frente à realidade nacional que se vinculava a interpretação do estado como um agente tutor da sociedade (tema este bastante presente na obra de Oliveira Vianna).

Assim, em outras palavras, o resgate da obra de Nina Rodrigues, aos quais os seus discípulos se diziam vinculados, se articulava não tanto nas próprias idéias ou ações de Nina, mas como estas poderiam ser adaptadas e funcionassem naquele contexto social.

Como ela diz:

*“Discípulos que se o chamam como “guia” espiritual de suas iniciativas políticas mais gerais, vão demolindo sua obra no particular, ponto por ponto, negando a validade de suas interpretações ao longo de sua própria produção intelectual.”*³¹⁰

Apesar desta situação, o fato é que foi através desta escola que a obra de Nina Rodrigues se manteve preservada, principalmente pela publicação e reedição de seus trabalhos, muitos deles inéditos, como *As coletividades anormais* e a principal obra de Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*, que o autor deixou concluída, mas apenas parcialmente impressa em 1906, e só foi realmente publicada em 1932, por Homero Pires, um dos discípulos da Escola Nina Rodrigues. Fora esta escola de seguidores a responsável pelo reaparecimento da obra de Nina Rodrigues.

1 – Epidemias coletivas: Canudos e Antônio Conselheiro.

Nina Rodrigues imaginava, tendo como base as teorias raciais de seu tempo, principalmente a Escola antropológica italiana de Direito (Cesare Lombroso, Enrico Ferri), a existência de epidemias coletivas relacionadas ao comportamento humano, que provocavam grandes conflitos.

A associação aqui da biologia com a análise social se tornava cada vez mais

³⁰⁹Correa, Mariza. *As ilusões da liberdade*, EDUSF, 1998

³¹⁰Idem, p. 14

importante na obra do autor. A biologia e a sua reprodução no comportamento humano era o principal foco de trabalho de Nina Rodrigues.

É com esta idéia em mente que ele partiu para analisar um dos temas principais relacionados a medicina (no caso a Psiquiatria) associada a grupos étnicos ou raciais, ou seja, o estudo da loucura coletiva, que seria uma reprodução de um comportamento de origem racial.

Primeiramente, ele procurou entender o que se conhecia ou tratava por loucura coletiva. Fez assim uma definição de multidão para poder compreender como se estruturava a loucura coletiva.

Neste sentido,

*“a multidão é sobretudo, uma associação psicológica. É na aquisição de uma individualidade física própria, diferente da constituição mental de cada uma das partes componentes, que reside a característica de multidão. Nela desaparecem as diferenças, as desigualdades, as individualidades, para a formação de uma unidade psicológica onde domina o caráter inconstante e impulsivo dos primitivos.”*³¹¹

Assim sendo, uma multidão agrega sentimentos e perspectivas em comum, o que facilitaria, portanto, a compreensão da multidão como um todo único, gerado por um sentimento comum e único, que transcende a personalidade, ou melhor, a identidade daquele grupo.

Em seguida, Rodrigues faz uma observação sobre a multidão, enfatizando a idéia de que esta pode desenvolver uma psicose ou uma loucura coletiva. Ele comenta que existem formas de se estabelecer epidemias e doenças coletivas e que estas podem se enraizar e se estabelecer em várias sociedades. A idéia geral de Rodrigues é a de que os negros e os mestiços, compondo um grupo ou “multidão” inferior, seria facilmente conduzido, através da sugestão a um grau de histeria coletiva.

Um primeiro exemplo é um tema polêmico, que foi a epidemia de *Choreiforme* em São Luiz do Maranhão, em 1877 (epidemia que provoca problemas musculares). Em princípio, Nina creditava na epidemia uma vinculação a algo maior que a questão da doença em si, uma vez que percebia que a reação à doença se relacionava de um

³¹¹Idem, p. 87

comportamento mais generalizado. Ele se preocupava mais em saber porque as pessoas tiveram um comportamento tão exasperado em se tratando de um problema que não via como tão sério.

De fato, Nina Rodrigues não procurou aqui definir as causas “étnicas” ou “raciais” para a revolta; a sua preocupação estava em identificar as razões político-culturais envolvidas na situação. Neste sentido, ele identificava como sendo possíveis causas do problema, alguns fenômenos sociais como a situação política em que vivia o país. Como ele diz:

*“quer se interpretem os fatos no sentido de uma condenação e surda revolta de longa data preparada contra os erros e defeitos das instituições anteriores, quer no sentido de um indiferentismo e descrença necessariamente mórbidos, porque partiam de um povo ainda no berço, do ponto de vista médico em que me coloco tem eles um valor sensivelmente igual”.*³¹²

Neste sentido, Nina explora um ponto fundamental da mentalidade brasileira de então: a questão do final da escravidão. Para ele, esta instituição representou uma corrupção de valores sociais, produzindo problemas relacionados ao comportamento da sociedade. Assim a própria “loucura coletiva”, poderia ser causada, também como consequência desta instituição. Como ele diz:

*“Ainda mais, ninguém poderá apartar da explicação de todos os acontecimentos da época, a perniciosa influência do escravismo que, depois de ter concorrido para corromper os costumes e entibiar os ânimos, devia trazer com a vitória do abolicionismo as suas desastradas consequências econômicas”*³¹³.

Neste ponto, Nina Rodrigues procurou estender o problema de situações reais que enfrentava o país, relacionando tais temores da população com outros oriundos das discussões políticas que pairavam.

É importante salientar que a psicologia no Brasil ainda não existia. Os primeiros estudos de psicologia, inclusive o primeiro laboratório de psicologia data de 1906, com a iniciativa de Manoel Bomfim (que além de historiador, educador, médico também era psicólogo) em criar o laboratório de psicologia no Rio de Janeiro, influência direta do

³¹²Rodrigues, Nina. *As coletividades anormais*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 44

³¹³Idem, p. 44

curso que fez na França em 1903, com Alfred Binet. Porém haviam estudos de psicologia sendo realizados, tendo como maior foco o imaginário higiênico, no qual procurava-se relacionar o comportamento com posturas esperadas ou determinadas, em especial a da mulher:

*“Temas relacionadas a parto, aborto, puberdade, casamento, puerpério, sexo, sífilis, gravidez, continham em sua maioria os preceitos higiênicos como pano de fundo, as posturas comportamentos e sentimentos esperados para uma mulher cristã brasileira do fim do século.”*³¹⁴

Voltando a Nina Rodrigues, é importante dizer também que ele procurou compreender a vida religiosa do povo brasileiro, marcada pelo sincretismo. Rodrigues, aqui, já esboçava um contexto bastante complexo, que lhe daria depois subsídios para a compreensão do negro brasileiro: a idéia da miscigenação atrelada ao desenvolvimento das sociedades.

Para Nina, a questão era de que as raças humanas, como resultado da sua evolução social, representavam um grau de evolução biológica:

*“Povo que conta como fatores componentes raças em grau diversos de civilização por que se achavam ao tempo de fusão em períodos muito desiguais da evolução sociológica. Daí resultou que no Brasil o monoteísmo europeu teve de entrar em conflito com o fetichismo africano e a astrolatria do aborígene”.*³¹⁵

E continuando, é interessante a percepção que Nina tinha da obra de Sílvio Romero sobre o povo negro. Nesta percepção, percebia-se a aproximação entre Nina Rodrigues (ou seja a escola da Bahia), com a Escola do Recife (onde Sílvio foi um dos maiores representantes):

“Por isso diz com razão o Dr. Sylvio Romero que ainda na psicologia estamos longe de uniformidade. Para mostrar como entre nós a irreligião acotovela-se a cada passo com o fanatismo fetichista, não precisa mais do que recordar as práticas supersticiosas que mesmo nesta cidade levam com intensidade nas classes inferiores e a influência mais ou menos direta nos costumes do nosso

314 Rocha, Nadia M.D. Lepokson, Bianca B., Brandão, Maria M., “A psicologia no tempo de Nina Rodrigues”, in *A Gazeta Médica da Bahia*, op.cit, p. 45

315 Rodrigues, Nina, *As coletividades anormais*, op cit, p. 45

povo, de usanças africanas, ainda mal dissimuladas na diferença do meio”³¹⁶.

Nina Rodrigues já esboçava as linhas gerais, que depois lhe serviriam de base teórica para análise. A miscigenação biológica representava para ele não o mestiçamento cultural, tão valorizado por Romero, mas sim a formação de um elemento instável, carregado de distúrbios de toda ordem, responsável pela desagregação daquela sociedade.

O autor salienta que existiram três fatores responsáveis pela epidemia de loucura coletiva. O primeiro seria o clima abrasador, que *“prodigalisa às populações do norte, a indolência e a anemia”*; em segundo lugar, a repercussão das revoluções político-sociais, geradas pela descrença e pela decadência; como um terceiro fator, as condições sanitárias das duas cidades onde a epidemia atingiu as maiores proporções:

“O contágio por imitação de um sintoma nervoso estranho, que as proporções crescentes da epidemia ainda tornaram mais insólito, operando num meio que circunstâncias múltiplas, meteorológicas, étnicas, político-sociais e patológicas, tinham grandemente preparado, tais foram em suma as causas da epidemia choreiforme que percorreu nestes últimos quinze anos o norte do Brasil e nele reina ainda hoje sob forma de uma epidemia muito benigna” ³¹⁷.

O médico relaciona como causa da epidemia não apenas fatores biológicos (tais como a raça), mas o clima e as questões sociais. Fatores sócio-econômicos, auxiliados pelo meio e pela raça, poderiam levar a distúrbios sociais porque o mestiço seria um desequilibrado por natureza e assim reagiria de forma violenta em razão da sua instabilidade.

O caso mais complexo analisado por Nina Rodrigues, de maiores proporções, foi a já mencionada anteriormente, Guerra de Canudos. A repercussão dessa guerra influenciou todos os intelectuais de sua geração, tendo uma importância grande na obra e pensamento de Nina Rodrigues e, de forma crucial, em Euclides da Cunha.

O conflito chamou a atenção de todo o Brasil e este também era o caso de Nina Rodrigues. Ele estudou a questão de Canudos tendo como premissa básica que Antônio Conselheiro era mentalmente um louco e que esta loucura levou à guerra e destruição de Canudos. Assim sendo, a questão de Canudos poderia ser resumida como mais um exemplo de loucura coletiva.

³¹⁶Idem, p. 45

³¹⁷Idem, p. 49

Nina Rodrigues via os sertanejos como bárbaros, recebendo as influências negativas das raças que lhe haviam dado origem – a negra e a índia. E como mestiços, possuíam um desequilíbrio mental, que os fazia serem atraídos pela violência.

Partindo desse ponto, ele afirmava que na fase sociológica que atravessam as populações nômades e guerreiras dos sertões, bem como na crise social e religiosa que enfrentavam é que se deviam encontrar as causas e razões da situação de Canudos. Rodrigues relaciona a fé desta população a um estágio evolutivo onde a preocupação com a salvação da alma alimentava toda sorte de privações e sacrifícios.

Depois, o autor faz um diagnóstico sobre Antônio Conselheiro. Segundo este diagnóstico, fica evidente que Antônio Conselheiro teve problemas sérios com a esposa e a sogra, o que teria alimentado sua neurose e inquietação. Em seguida, a loucura passou para a fase do delírio, com o personagem assumindo o nome de Conselheiro (o seu nome original era Antônio Maciel) e penetrando nos sertões da Bahia em 1876,

*“inicia a sua carreira de missionário e propagandista da fé era o ativo apenas de onde a loucura religiosa o havia de elevar ao Bom Jesus Conselheiro da fase megalomaniaca da sua psicose.”*³¹⁸

O médico e escritor, indo mais além, mostra como a psicose de Conselheiro foi evoluindo para uma situação de luta contra o luxo, a maçonaria, e procurou normalizar a situação da população ao estimulá-la a sair das suas ocupações habituais para uma vida errante e de comunismo em que os mais abastados cediam seus recursos em favor dos menos protegidos da fortuna. Relata que Antônio Conselheiro foi enviado preso ao Ceará, pela suspeita de ter cometido um crime. É neste período que ele teria desenvolvido uma personalidade de alienado, procurando se aproximar de Cristo. Mesmo depois de solto, ele expandiu ainda mais sua “loucura”, encarnando um enviado de Deus.

Nina Rodrigues relacionava a proclamação da República à terceira fase dessa psicose, uma vez que com esta mudava-se o regime político e a separação entre o Estado e a Igreja. Segundo o estudioso, Conselheiro se declarou monarquista e via o governo republicano como um adversário a combater.

O autor afirmava que o poder e a influência de Antônio Conselheiro cresceu ainda mais, derivados da repulsa à ordem republicana, da separação entre a Igreja e o Estado e da

³¹⁸Idem, p. 55

fama derramada pelo sertão de que ele era realizador de milagres, enfatizando que Antônio Conselheiro vivia numa espécie de delírio, causado por sua crença em ser o enviado de Deus.

Nina Rodrigues escreveu sobre a guerra no momento em que ainda estava sendo travada. Ele via a questão de Canudos como uma amostra da loucura vinculada a uma população instável – como resultante da mistura racial. A guerra teria sido um resultado deste conflito. O escritor fez um comentário no qual Antônio Conselheiro teria se organizado de forma a resistir a incursões militares, fazendo a luta ganhar maiores proporções:

*“Hoje o exército brasileiro em peso bate-se há já três meses em Canudos, os hospitais regurgitam de feridos, é elevado o número de oficiais mortos e não se sabe ao certo quando terminará a luta”.*³¹⁹

As expedições militares fracassaram em destruir Canudos em razão da determinação, do sertanejo tendo esta relacionada com a loucura de Antônio Conselheiro:

*“Alguma coisa mais do que a simples loucura de um homem era necessária para este resultado e essa alguma coisa é a psicologia da época e do meio em que loucura de Antônio Conselheiro achou combustível para atear o incêndio de uma verdadeira epidemia vesânica”*³²⁰.

O autor procurava mostrar a questão de Canudos não apenas como um fruto da loucura de Antônio Conselheiro, mas também como o resultado de uma situação social que já era explosiva.

Nina Rodrigues afirmava a existência de três elementos básicos que regeriam as leis sobre a manifestação da loucura: o elemento ativo que acredita no delírio e o impõe a multidão, que se torna o elemento passivo do contágio; a convivência prolongada dos espíritos (o passivo e o ativo); e em terceiro e último lugar o delírio tem que ter um caráter de verossimilhança que lhe garanta a credibilidade.

Como elemento passivo, Nina Rodrigues dizia que o jagunço é que deu plausibilidade à loucura de Antônio Conselheiro. O autor chega a afirmar que o delírio

“tornando-o capaz de fazer vibrar a nota étnica dos instintos guerreiros, atávicos, mal extintos ou apenas sofreados no meio social híbrido dos nossos

³¹⁹Idem, p. 62

³²⁰Idem, p. 63

sertões, de que o louco como os contagiados são fiéis e legitimadas criações. Ali se achavam de fato, admiravelmente realizadas, todas as condições para uma constituição epidêmica de loucura”³²¹.

O jagunço era um elemento que, para Rodrigues, representava a síntese da degradação, do distúrbio, do desequilíbrio originado pela fusão entre raças desiguais, que poderiam levar a existência de um elemento inviável para a civilização:

“O jagunço é um produto tão mestiço no físico que reproduz os caracteres antropológicos combinados das raças de que provém, quanto híbrido nas suas manifestações sociais que representam a fusão quase inviável de civilizações muito desiguais.”³²²

Nina Rodrigues faz uma distinção entre o elemento mestiço do litoral e o jagunço. Este representa o mestiço do sertão, que teria acomodado

“as qualidades viris dos seus ascendentes selvagens, índios ou negros, às condições sociais da vida livre e da civilização rudimentar dos centros que habita”³²³.

Já sobre o mestiço do litoral, relata que ele se encontra degradado pelo consumo de aguardente, pelo fato de estar vivendo num mundo mais exigente que o seu, uma vez que estava nas cidades, onde a vida exige maior força intelectual que física, o que o levava a se degenerar mais rapidamente, potencializando os defeitos de caráter originados por sua origem racial. Esta análise teria uma grande influência no pensamento de Euclides da Cunha, principalmente em sua caracterização do mestiço do litoral e do sertão, que será retratado no próximo capítulo.

Para Nina Rodrigues, o mestiço do litoral era um ser errante, que poderia se contrapor e inviabilizar o estabelecimento de uma civilização, ou melhor, a viabilidade dele para a formação de um novo país. Nina Rodrigues se distancia, neste ponto, de Sílvio Romero, que via a miscigenação, tanto moral quanto racial, como uma forma de progresso, de crescimento e desenvolvimento.

Rodrigues tem a opinião de que o jagunço revela o caráter nômade do índio selvagem, da vida errante e de sua resistência à fome, à seca, aos sofrimentos físicos e

³²¹Idem, p. 64

³²²Idem, p. 64

³²³Idem, p. 65

intempéries, o seu pendor pelas aventuras e pela guerra, entre outras coisas, questões retomadas depois na descrição de Euclides da Cunha, na qual dizia que o jagunço “*era antes de tudo um forte*”³²⁴.

Um dado importante, que mostra uma avaliação mais aberta da questão do jagunço e que também registra um dos pontos de tensão na interpretação sobre o racismo feita por Nina Rodrigues, é a descrição do meio sócio-econômico e cultural daquele sujeito social, mostrando como o seu comportamento também era influenciado por estes fatores:

*“Seria desconhecer o nosso próprio país – acreditar que nessas vastas regiões seja mais do que nominal a existência da civilização européia. O que ali impera é um compromisso entre as tendências para uma organização feudal por parte da burguesia abastada e a luta das represálias de tribos bárbaras ou selvagens por parte da massa popular.”*³²⁵

Da mesma forma, ele critica as instituições que poderiam garantir a liberdade e a justiça frente à lei, ou é mal compreendido ou não é respeitado no sertão:

*“o que predomina soberana é a vontade, são os sentimentos ou os interesses pessoais dos chefes, régulos ou mandões, diante dos quais as maiores garantias da liberdade individual, todas as formas regulares de processo, ou se transformam em recurso de perseguição contra inocentes, se desafetos, ou se anulam em benefício de criminosos quando amigos”*³²⁶.

Em outras palavras: não existe justiça e lei para o mestiço no sertão. A violência e a arbitragem dos senhores de terras é que levaram o sertanejo, o jagunço a ter este perfil de comportamento. O meio social era, portanto a maior fonte de influências na formação cultural e social do jagunço, sendo que aqui, a questão racial foi colocada em um segundo plano.

Da mesma maneira, Nina mostra como se deu o processo de tomada de poder na região e o estabelecimento uma classe dominante:

“Antigamente eram estes senhores feudais os grandes estancieiros, os criadores abastados, os proprietários de engenho; atualmente são principalmente os chefes políticos locais, os amigos do governo, os fabricantes

324Cunha, Euclides da. *Os sertões – a campanha de Canudos.*, op cit, p. 207

325Rodrigues, Nina. *Op cit*, p. 66

326Idem, p. 67

de eleitores fantásticos.”³²⁷

Houve uma evolução no poder exercido no sertão, mas não uma mudança estrutural no sistema. Este foi o papel exercido pelo jagunço, o de servir para a manutenção deste poder.

Nina mostrava aqui uma visão que influenciou muito o pensamento de Oliveira Vianna. Este autor possuía uma visão na qual o elemento mestiço representava um ser inferior, que não teria outra função na história a não ser o de servir às classes dominantes. Rodrigues salientava o papel guerreiro do mestiço, que seria instintivo e inato.

“Foi sempre nessas lutas, políticas ou pessoais, que se revelaram todas as qualidades atávicas do mestiço. Dedicado até a morte, matando ou deixando-se matar sem mesmo saber porque, foi sempre inexcedível o valor com que se batiam, consumada a tática, a habilidade de guerrilheiros que punham em prática, relembrando as lutas heróicas do aborígene contra o invasor europeu. Essas qualidades que tão grande realce dão hoje às guerras que se pelejam em Canudos, não são, pois, peculiares às tropas de Antônio Conselheiro; são característicos do jagunço”³²⁸.

O conflito de Canudos é definido como sendo mais um caso entre outros que já apareceram na região (ele menciona exemplos em Bahia, Maranhão, Goiás, Pernambuco, Minas Gerais entre outros). Nina via Canudos como um evento relacionado à formação da região, produto daquele meio, não como um fator isolado. Para ele, o comportamento, a visão do mundo e a percepção da realidade eram oriundos tanto da raça quanto do ambiente sócio-cultural.

Este fato é bastante relevante porque acreditava-se na época que o sertanejo era monarquista - vivia-se no período posterior à proclamação da República – e que a luta de Canudos podia estar vinculada a uma luta contra o surgimento da República que trazia a separação entre o Estado e a Igreja. O autor definia o sertanejo como incapaz de compreender uma forma de governo como a República, defendendo assim a ordem monárquica:

“A população sertaneja é e será monarquista por muito tempo, porque no estágio inferior da evolução social em que se acha, falece-lhe a precisa

³²⁷Idem, p. 67

³²⁸Idem, p. 68

capacidade mental para compreender e aceitar a substituição do representante concreto do poder pela abstração que ele encarna, - pela lei.”³²⁹

Nina diz que o sertanejo carece de um chefe, de um rei, de alguém que lhes diga o que fazer. No estágio em que se encontrava o sertanejo, ele não teria condições de compreender uma sociedade e uma política mais complexas, onde deveria exercer o papel de cidadão:

“serão monarquistas como são fetichistas, menos por ignorância, do que por um desenvolvimento intelectual, ético e religioso, insuficiente ou incompleto.”³³⁰

Indo mais além, Nina afirma que é impossível exigir destas populações uma compreensão maior da realidade política nacional. Como resultado disto, o sertanejo só consegue compreender coisas bem simples e práticas, comuns em uma ordem monárquica e centralizadora.

Da mesma maneira, que havia estudado a questão política, Nina procurava demonstrar que na prática religiosa, a população sertaneja é atrasada, fetichista e incapaz de compreender um ensinamento religioso superior em razão da sua incapacidade mental. Neste sentido, o autor salienta a incapacidade do mestiço para compreender tal ensinamento, mostrando possuir assim, *“concepções religiosas inferiores que requer a sua real capacidade efetiva.”*:

“Para esta população as abstrações religiosas são fortes demais. A necessidade de uma divindade tangível e material se impõe com força suficiente para destruir todo o prestígio de uma crença cuja história ela aprendeu de cor, mas que, transcendente demais, não lhes pode criar a emoção do sentimento religioso”³³¹.

E descrevendo um quadro – que remetendo a Sílvio Romero no que concerne a mestiçagem do brasileiro – “tanto no sangue quanto nas idéias”, ele diz que:

“Alimento a suposição de ter demonstrado com fatos que a população brasileira é puramente fetichista ainda mesmo na afirmação das suas crenças católicas”³³².

329Idem, p. 69

330Idem, p. 70

331Idem, p. 73

332Idem, p. 74

Abrindo margem à interpretação da religiosidade dos brasileiros, naquilo que muitos outros estudiosos iriam chamar de “sincretismo religioso”, no qual o povo brasileiro tendia a fundir elementos das duas religiões (a de origem africana e a de origem européia, no caso a cristã) para formar uma nova, Nina Rodrigues acabava explorando a dificuldade de assimilação da religião Católica, em seu sentido estrito, pela população sertaneja. Ele via a religião Católica tradicional como sendo abstrata, de um nível superior à capacidade de assimilação do sertanejo. Esta população sertaneja necessitava de algo mais prático, mais *real*, tangível e visível, que ela pudesse sentir e tocar para poder aceitar. Era algo com que os sertanejos pudesse se identificar, não apenas como religião, mas associado a sua vida e a sua experiência.

É desta forma que Nina Rodrigues explica a facilidade com que Antônio Conselheiro teria suplantado o clero católico, através da credence e do fetichismo e de poder assim se identificar com ele, de uma forma tangível, próxima e prática. Ele era portanto algo “real” e não “imaginário” e abstrato:

*“A divinização de Antônio Conselheiro devia, pois, da plena satisfação às necessidades do seu sentimento religioso. Era a satisfação do seu fetichismo instintivo dentro da educação religiosa cristã que essa população recebe desde o berço, embora sem poder assimila-la suficientemente”.*³³³

E para completar o seu raciocínio, Nina Rodrigues fez uma ligação com o que via como sendo o resultado da mentalidade sertaneja e que acabou dando sustentação ao conflito de Canudos.

“Mas foi o instinto belicoso, herdado por essa população do indígena americano, que, para dar satisfação pelas armas às suas aspirações monarquistas, se apoderou do conteúdo do delírio de perseguição de Conselheiro que, nas suas concepções vesânicas tinha acabado identificando a República com a maçonaria.

*E foi este o segredo da bravura e da dedicação fanatizada dos jagunços que, de fato, se batiam pelo seu rei e pela sua fé.”*³³⁴

Assim, o autor salienta que a maioria dos seguidores de Antônio Conselheiro só poderia ser de fanáticos, porque seguiam o seu líder quase que à risca:

³³³Idem, p. 74

³³⁴Idem, p. 77

*“É natural, por conseguinte, que nossa população rural, composta em grande maioria de raças inferiores onde são normais estas crenças, tenha aderido e se associado à propaganda político-religiosa do alienado”*³³⁵.

A seguinte observação de Nina Rodrigues, na qual ele afirmava que os sertanejos seguiam Conselheiro quase como fanáticos é bem ilustrativa:

*“Sem nenhuma dúvida, porém, haveria exagero em pretender que somente convencidos compunham esta turba. Esses apaixonados que, para seguirem o fanático abandonavam os seus lares e seus trabalhos, vendiam todos seus bens para remeter o produto a Conselheiro, submetendo-se em seguida a uma vida penosa e miserável (...)”*³³⁶.

E concluindo, ele diz que:

*“esses eram bem verdadeiros alienados”*³³⁷.

Nina Rodrigues menciona também que deve-se admitir a existência do contágio, gerado através da ação sugestiva de Antônio Conselheiro sobre a população, que vivia sob uma alienação mental derivada de sua degeneração e do fato de serem desequilibrados, mentalmente falando.

O tema de Canudos ainda não estava totalmente esgotado para Nina Rodrigues. Depois do término do conflito, ele teve acesso ao crânio de Conselheiro, podendo assim fazer um exame baseado em suas idéias sobre raça e loucura.

Em seus estudos sobre Antônio Conselheiro, Rodrigues procurou primeiramente identificar que foi a sua loucura a responsável pelo conflito de Canudos. A análise do crânio de Conselheiro, enviado para ele depois do final do conflito, foi uma peça chave para uma tensão que ficava evidente em seus estudos, denunciando uma dificuldade de associar a teoria com a realidade empírica estudada.

No laboratório de Medicina Legal da Bahia, o crânio foi analisado tanto por Rodrigues, quanto pelo médico Sá de Oliveira. Assim, Nina chega a esta conclusão:

*“O crânio de Antônio Conselheiro não apresentava nenhuma anomalia que denunciasse traços de degenerescência: é um crânio de mestiço onde se associam caracteres antropológicos de raças diferentes.”*³³⁸

335Idem, p. 128

336Idem, pp. 128 e 129

337Idem, p. 129

338Idem, p. 131

E não encontrando qualquer relação a qual ele pudesse concluir de uma forma contrária, baseada nas teorias raciais, ele diz que:

“É pois um crânio normal.

Esta conclusão, que está de acordo com as informações recolhidas sobre a história do alienado, confirma o diagnóstico de delírio crônico de evolução sistemática.

Antônio Conselheiro era realmente muito suspeito de ser degenerado, na sua qualidade de mestiço, por causa disso, e na impossibilidade de examiná-lo diretamente, procuramos com cuidado refazer sua história”³³⁹.

Este é um ponto importante: ao não encontrar quaisquer vestígios que pudessem comprometer o crânio de Antônio (e relacionar a sua biologia à loucura), o autor recorre à história como forma de análise. Assim, ele procurou refazer a história de Antônio Conselheiro, mostrando que a sua loucura era derivada de sua trajetória pessoal e não da sua biologia. Como ele chega a dizer sobre a população de Canudos e do sertão:

“Mas como temos verificado, essas lutas são a conseqüência do estado social da população inculta do interior do país, não sendo necessário, para explicá-las, recorrer a uma interpretação vesânica. É destas qualidades hereditárias que provêem, sem dúvida, as tendências, o temperamento belicoso que a loucura pôs em relevo em Antônio Conselheiro”³⁴⁰.

Nina Rodrigues não chegou a uma conclusão satisfatória sobre a natureza de Antônio Conselheiro. Aqui, ele esboçou a tensão predominante em sua obra entre raça e cultura, História e Biologia. A conclusão que ele obteve era diferente do seu prognóstico, levando, portanto, a uma sensação de frustração, de paradoxo, entre a análise da realidade e teoria que havia sido apresentada.

Em um outro exemplo sobre a loucura e procurando relacioná-la com as raças, o autor cita o caso de Pedra Bonita em Pernambuco, ocorrido em 1836, onde fora realizado um ritual de sacrifício – um suicídio coletivo, que havia sido interrompido pelo ataque de uma autoridade local. Neste caso, Nina Rodrigues procurou fazer uma relação deste sacrifício com a origem da população, que seria composta de mestiços de índios e negros. Ele procurava mostrar que o índio e o negro pertenciam a nível muito inferior de

³³⁹Idem, p. 133

³⁴⁰Idem, p. 134

religiosidade, que os tornava muito artificiais, fetichistas, sem terem a capacidade – neste caso, biológica – de adquirirem valores considerados pelo autor como superiores:

*“É também a tendência sanguínea, são os instintos cruéis de mais selvagem ausência de piedade que possuem normalmente, ainda hoje, quando entregues a si mesmas, as raças inferiores ou seus descendentes diretos que constituem as populações misturadas”*³⁴¹.

Em seu estudo sobre a loucura das multidões, Nina lembra os casos de Canudos e Pedra Bonita. Nestes conflitos, ele entende que havia condições favoráveis ao contágio dos delírios e de forma importante, procura mostrar que a existência de indivíduos predispostos ao contágio era resultado não da Biologia, mas sim das condições sociais:

*“Acreditou-se a princípio que só a predisposição hereditária fosse favorável ao contágio da loucura coletiva. Mais tarde foi-se obrigado a ampliar, de muito, os limites primitivamente fixados, incluindo-se na predisposição as causas de esgotamento orgânico, a miséria as doenças, as intoxicações, os vícios debilitantes, os excessos de toda sorte enfim.”*³⁴²

A conclusão a que Rodrigues chegou a respeito dos eventos ocorridos em Canudos e Pedra Bonita podem, portanto, estar relacionadas não apenas a raça, mas também às condições sócio-econômicas:

*“todos os indivíduos entrincheirados pela fome e mesmo pela miséria, viveram a princípio durante um tempo prolongado, mantidos sistematicamente em um estado de exaltação religiosa, e transformados depois em defensores alucinados da fé, para chegarem, a uma luta à mão armada: eram predispostos”*³⁴³.

Apesar de também realçar que esta predisposição tenha uma origem racial, o que se evidencia é que Nina Rodrigues, ao explicar o caso, também explora fatores econômicos e sociais como responsáveis por esta loucura.

Esta contradição, que ficava evidente, mostra o quando a obra de Rodrigues possuía uma tensão, onde, apesar de continuar a trabalhar com o racial, o autor esboça um contexto mais próximo de uma interpretação cultural e social para o fenômeno.

341Idem, pp. 140 e 141

342Idem, p. 147

343Idem, p. 148

Este paradoxo é evidente em várias passagens do autor. É perceptível que ele percebia que as teorias raciais representavam uma grande limitação na análise e portanto, seria necessário explorar outros pontos e situações, tais como a cultura e a situação social.

2 – Os mestiços e a sua formação

Nina Rodrigues também fez um esboço sobre a origem étnica do povo brasileiro, com uma crítica sobre as três raças formadoras do povo brasileiro, se assemelhando aqui aos estudos feitos por Sílvio Romero. Depois de um rápido apanhado sobre a origem destas três raças, critica o mestiço, que para ele não possui um tipo definido, variando assim pela proporção das raças que entraram em sua composição (e do cruzamento que ainda está em processo):

*“só podemos falar de um povo brasileiro do ponto de vista político. Do ponto de vista sociológico e antropológico, muito tempo se passará antes de podermos considerar unificada a população do Brasil”*³⁴⁴

Rodrigues faz uma crítica às raças inferiores e ao mestiço, visto por ele como um sinônimo de degeneração social.

Neste sentido explora a vida de Lucas, mostrando que ele era negro e filho de escravos, tornando-se um bandido bastante ativo na sua região. Na análise que fez de seu crânio, com o objetivo de encontrar os caracteres que buscassem justificar-lhe o comportamento, Rodrigues nada achou de anormal, evidenciando que ele possuía um crânio superior, o que levou o autor a um paradoxo: como poderia justificar a inferioridade de Lucas se ele apresentava caracteres superiores e era um mestiço?

Segundo os dados que possuía, ele era negro, mas como explicar os caracteres divergentes?

*“só poderia ser, neste caso, negro crioulo, ou pelo menos mulato carregado com uma dose mínima de sangue branco”*³⁴⁵.

Nina Rodrigues apresentava uma dúvida a respeito do crânio de Lucas, já que este só incluía uma insignificante anomalia. Diante disso, ele indaga:

³⁴⁴Idem, p. 153

³⁴⁵Idem, p. 158

*“Será que os estudos sobre os criminosos se achem em falha aqui? Não o creio. Na minha opinião, é preciso somente completar, em Lucas, o estudo físico do criminoso com seu estudo psicológico.”*³⁴⁶

As primeiras conclusões que toma do crânio de Lucas já revelam alguns pontos de vista. Primeiramente, o autor lembra que o crânio apresentava uma desarmonia de caracteres que

*“no final das contas no faz imediatamente conceber a idéia de uma mestiçagem que é todavia muito problemática e sem provas.”*³⁴⁷

Nessa avaliação, tal crânio apresentava características que o distinguiam dos membros “das raças superiores”, o que fazia com que ele não tivesse uma avaliação negativa, que lhe impusesse necessariamente a ser um criminoso nato:

*“Mas Lucas era realmente um negro superior: tinha qualidades de chefe; na África talvez tivesse sido um monarca.”*³⁴⁸

Nina Rodrigues menciona que assim mesmo, sem possuir uma instrução, ele se tornou o chefe do seu bando; apresentava generosidade e lealdade para com seus superiores ou líderes (porém teria assassinado os que o traíram). Fica bastante evidente aqui que o autor tinha uma visão do mestiço como uma pessoa violenta ou com uma tendência à violência.

Para Nina Rodrigues, o africano era inferior e vivia de forma inferiorizada na sociedade. A afirmação de que na África ele talvez fosse um monarca, a par de que aqui ele era um bandido, ilustra bem a forma como o autor separava as raças entre civilizadas e não civilizadas, entre o branco e o negro e mais ainda, entre dois opostos, que ao olhar entre si, ajudavam a construir a identidade de um do outro, algo que Edward Said explora bem em *Orientalismo*, quando mostra que a identidade ocidental foi sendo construída como um reflexo da sociedade oriental (neste caso, a árabe).³⁴⁹

Partindo deste princípio, assim como na análise de Antônio Conselheiro, Nina Rodrigues chega a um impasse, uma vez que não consegue identificar na análise do crânio de Lucas quaisquer sinais de degeneração ou de caracteres criminais, deslocando-se, desse modo para a idéia de se fazer uma análise psicológica do mesmo. Na realidade, da mesma

³⁴⁶Idem, p. 158

³⁴⁷Idem, p. 159

³⁴⁸Idem, p. 160

³⁴⁹Said, Edward. *Orientalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996

forma como no caso de Antônio Conselheiro, Nina Rodrigues era obrigado a explicitar uma conclusão que perturbava e contrariava as teorias raciais que ele procurava aplicar. Fica evidente que para o autor, a raça e as características físicas a elas atribuídas por si só não explicam toda a realidade. Existiriam, portanto, elementos mais importantes a serem considerados, tais como a psicologia e o ambiente sócio-cultural.

Sobre a questão do mestiço, Nina Rodrigues dedicou um artigo exclusivo para o estudo deste tema, *Os mestiços brasileiros*. A primeira crítica do autor não se referia ao mestiço em si, mas, assim como em Sílvio Romero, à falta de estudos sobre o mestiço brasileiro. Segundo ele, existem alguns obstáculos bastante presentes na definição de uma raça “mestiça” no Brasil, o que assim teria contribuído para a ausência de estudos a respeito:

“O mestiçamento da população brasileira está ainda em vida de formação e se encaminhamos para lá, não se pode falar ainda de uma raça mestiça única capaz de figurar como individualidade antropológica ao lado das três raças puras primitivas”.³⁵⁰

Neste contexto, se torna difícil fazer uma divisão do mestiço enquanto “raça”:

*“Na fase em que se acha a constituição da nossa população, si já é licito falar-se de uma individualização mestiça como produto histórico, não é permitido aceitar ainda a existência de um grupo etnológico único passível de uniformidade na manifestação de um caráter antropológico do valor das aptidões mórbidas.”*³⁵¹

Nina Rodrigues faz uma crítica à tese do Dr. Jansen sobre a divisão dos mestiços e das raças “puras”, uma vez que este autor não havia estabelecido a divisão entre os negros e os mestiços de negros com brancos, agregando todos como negros. Da mesma forma, critica a divisão nas estatísticas médicas entre brancos, pardos e pretos pois esta divisão não englobava a discriminação das raças.

Em seguida, Nina Rodrigues faz uma avaliação sobre a classificação feita pela Dra. Paula Rodrigues a respeito de casos de glaucoma e as raças dos indivíduos enfermos. Apesar de criticar tal divisão, Nina chega à conclusão de que os negros são as maiores vítimas do glaucoma. Da mesma maneira, relaciona a lepra (baseado em um outro estudo)

³⁵⁰Rodrigues, Nina, *op.cit*, pp.196-197

³⁵¹Idem, p. 199

aos índios e aos mestiços índio-brancos. Uma preocupação que fica evidente no discurso de Nina Rodrigues é a de que devem ser relacionados quais são os elementos patológicos oriundos das três raças formadoras.

Mas ele critica a divisão feita sobre a raça “mestiça brasileira”.

*“tomando de fato para tipos dos diferentes grupos ou classes os mestiços de primeiro sangue de duas raças puras, é possível criar, como o auxílio dos caracteres morfológicos, um certo número de divisões por que se possam distribuir, com uma aproximação suficiente todos os mestiços brasileiros. Cada classe compreenderá assim além dos mestiços de primeiro sangue, todos os mestiços que dela aproximarem mais do que qualquer outra a soma dos caracteres antropológicos.”*³⁵²

Baseando-se nestas idéias, Rodrigues divide a população brasileira em 6 grupos: o branco, o negro, o mulato, o mameluco, o caboclo, o cafuzo e o pardo. O branco é visto como representante dos descendentes de europeus que se mantiveram “puros” e os mestiços que ao longo do tempo puderam voltar a uma das raças puras.

Esta questão é um dos pontos abertos no pensamento de Nina Rodrigues, uma vez que ele se questiona no que diz respeito aos critérios que seriam necessários para que o mestiço, com a miscigenação da raça branca, voltasse para a raça superior – ou seja, o branqueamento da população como solução a inferioridade racial.

Da mesma forma que Romero, Nina se preocupava com o branqueamento da população e queria saber quais as formas de se proceder para atingir este ponto, aliadas à persistência de fatores oriundos das raças superiores no novo elemento. Já o elemento negro é representado pelos descendentes diretos (e não misturados) dos africanos importados, bem como o de mestiços que voltaram à raça negra e diferenciando-se do mulato, que seria o mais representativo do mestiço brasileiro.

Ele divide o mestiço em três sub-categorias, a primeira composta pelos mulatos de puro sangue (ou seja, fruto de uma união entre um negro e um branco), os que voltaram ao branco (fruto de uma união entre mulato e branco) e os mulatos que voltaram ao negro (fruto da união entre mulato e negro). Rodrigues afirma que destes três grupos, o primeiro é visto como minoritário, casos de exceção aos cruzamentos entre membros do grupo.

³⁵²Idem, p. 205

Sobre os caboclos ou mamelucos, Nina Rodrigues é bastante categórico ao afirmar que este grupo (originário da mistura do branco com o índio) tende a desaparecer em função de vários fatores, tais como a carência do índio e as dificuldades no cruzamento para a formação deste grupo (de ordem moral e social).

Já os pardos compreendem os mestiços que, de acordo com as suas características físicas, não podem ser associados aos grupos anteriores. Sobre este grupo, Nina diz:

*“É possível que se tenha suposto ser este o tipo futuro da nossa população. Não o cremos nós, entretanto. Tal resultado exigia que as três raças mães tivessem tomado uma parte na constituição da nossa população mestiça, o que não é verdade, e que toda desenvolvessem no cruzamento igual capacidade eugenásica o que pelo menos não é provável.”*³⁵³

Na conclusão, Rodrigues afirma, baseado nesta gama de origens e cruzamentos, a existência de uma identidade de uma população mestiça no Brasil. Aqui, ele difere de Sílvio Romero. Enquanto Romero insistia na cultura mestiça, no brasileiro como mestiço cultural e racial, para Nina, não existia esta unidade. O Brasil seria um país onde, em razão da enorme mestiçagem, esta não possui uma identidade própria. Neste sentido, a avaliação de Nina Rodrigues é bem mais abrangente que a de Sílvio Romero, ao procurar ver o mestiço não como um elemento único (visão que fica bem evidente em Romero), mas que tinha uma gama de valores.

Nina Rodrigues salienta a importância da distribuição das raças mestiças no norte e no nordeste, uma vez que, com a imigração européia centrada no sul do país, acentuava-se por conseguinte as diferenças regionais. Para isso, dividia os tipos de mestiços do país: na Bahia, é o mestiço do negro com o branco, no Amazonas e no Ceará, é o branco com o índio; e no Maranhão, é um cruzamento entre estas três raças.

Um ponto importante é que Rodrigues desejava catalogar os mestiços para aprimorar os estudos patológicos sobre as raças no Brasil, de certa forma como Sílvio Romero havia feito, citando aqui esse autor. A sua visão e perspectiva sobre o mestiço estavam relacionada mais do que à Antropologia ou a Sociologia (áreas sobre as quais não havia estudos no país), à Medicina e ao Direito.

De fato, Gilberto Freyre faz uma observação bastante contundente sobre esta

³⁵³Idem, pp. 210-211

questão, procurando explorar esta contradição no autor. Assim ele diz que:

*“Do próprio Nina talvez o crítico mais exigente tenha de dizer que, sem ser um enfático, resvalou mais de uma vez para a ênfase. Pelo menos num ponto: ao afirmar que a inferioridade biológica do negro e do mestiço desorientando com suas afirmativas o Euclides d'Os Sertões, inclinado, ao que parece, a uma diagnóstico mais sociológico ou ecológico do que étnico ou biológico da patologia da miscigenação brasileira.”*³⁵⁴

A preocupação de Nina Rodrigues era evidente: como caracterizar a cidadania para esta população mestiça? Para o autor, estas pessoas não estão e nunca estarão aptas a conviverem em uma sociedade moderna, não porque elas não pudessem ser educadas para tal, mas sim porque a sua biologia não lhes permitiria que se desenvolvessem para compreenderem a essência desta sociedade.

Por trás de toda esta discussão, está a questão da cidadania e a formação de um novo país, ocidentalizado, europeu, próspero, ao qual estes elementos não se adequavam. Faltou a Nina Rodrigues superar plenamente as teorias racistas e interpretar que estes problemas eram oriundos de uma conjuntura sócio-cultural, o que em muitas passagens de sua obra ficava esboçado. O dilema sobre o racismo e a sociedade, que aparece nestes textos, evidencia a pressão em que o autor estruturava seu pensamento.

3 – A criminalidade e as raças humanas.

O vínculo entre a criminalidade, raça e responsabilidade penal é uma continuação e um aprofundamento de vários temas abordados anteriormente por Nina Rodrigues, principalmente no que tange ao comportamento por ele registrado das raças humanas no Brasil.

Como exemplo, vale mencionar o caso já explorado do criminoso Lucas de Feira, que teria cometido uma série de crimes, entre eles assalto e assassinato. O autor procurou relacionar a origem biológica de Lucas (que seria um mestiço) com a sua tendência a cometer o assassinato.

Em *As raças humanas e a criminalidade penal no Brasil*, o médico e escritor deixa

³⁵⁴Freyre, Gilberto. *O perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro, Livraria Jose Olympio, 1944, p.

clara sua necessidade de provar que as chamadas “raças inferiores” e os mestiços destas com a raça branca são seres humanos mentalmente inferiores, incapazes mesmo de compreender as leis criadas pela sociedade branca e civilizada. O intuito de Rodrigues é mostrar como estas raças são biologicamente inferiores à branca (considerada a superior, evidentemente), o que as impede de ter uma compreensão da sociedade e assim necessitam ser compreendidas de acordo com os limites oferecidos por sua biologia.

Um ponto importante, dentro da linha de interpretação adotada por Nina Rodrigues, é o da diferença de comportamento dos indivíduos estar associada a suas origens raciais. Se a raça negra teve uma evolução social considerada “inferior” à do branco, isto estava diretamente ligado a seu desenvolvimento biológico “inferior”. Seu “atraso” social era um reflexo do seu “atraso” biológico:

“Não só, portanto, a evolução mental pressupõe nas diversas fases de desenvolvimento de uma raça, uma capacidade cultural muito diferente, embora de perfectibilidade crescente, mas ainda firma a impossibilidade de suprimir a intervenção do tempo nas suas adaptações e a impossibilidade portanto, de impor-se, de momento, a um povo, uma civilização incompatível com o grau do seu desenvolvimento intelectual”³⁵⁵.

Foi a partir destas idéias que Nina Rodrigues construiu sua teoria sobre a inviabilidade de que o negro, o índio e até mesmo o mestiço (e neste caso entrava em discordância com Sílvio Romero) se integrassem plenamente à civilização “branca” que se pretendia estabelecer no Brasil. Por terem um desenvolvimento social considerado por Nina Rodrigues como “bárbaro”, possuíam paralelamente uma evolução intelectual que se adequava a sua biologia, o que os tornava inevitavelmente desajustados para viverem em uma sociedade “civilizada”, branca e ocidental.

Ele chega a dizer que

“A causa foi, pois, positiva e material – a necessidade de tempo e a incapacidade orgânica dos aborígenes para a adaptação social que se exigia deles”³⁵⁶.

Esta passagem, assim como

“O estudo das raças inferiores tem fornecido à ciências exemplo bem

³⁵⁵Rodrigues, Nina. *As raças humanas e a criminalidade penal no Brasil*, op.cit, p. 31

³⁵⁶ Idem, p. 34

observados dessa incapacidade orgânica, cerebral”³⁵⁷,

mostram exatamente o pensamento do autor, de que os membros das tais “raças inferiores” eram incapazes de se superarem e atingirem um mesmo nível de comportamento que seria equivalente aos das “raças superiores”.

No sentido de fundamentar estas teorias, Nina Rodrigues menciona Couto de Magalhães (muito citado por Sílvio Romero), que escreveu em *O selvagem* ser possível educar o indígena, algo a que Nina rebate afirmando que outros estudos, como o Dr. Letourneau com os polinésios, teriam provado que estes, mesmo educados à maneira européia, regrediam para o estado do seu instinto selvagem.

É com esta mesma idéia em mente que ele cita como exemplo o caso de um aluno indígena (botucudo) que teria abandonado um doutorado em Medicina para regressar às selvas. A conclusão de Nina Rodrigues é:

*conhece-se bem no Brasil, quanto é forte a influência ancestral nos indígenas e a facilidade com que os já reputados civilizados voltam à vida de selvagem*³⁵⁸.

A chave para isto era a compreensão do desenvolvimento mental e psicológico das raças inferiores. Percebe-se em Nina Rodrigues algo diferente de Sílvio Romero: enquanto o escritor sergipano pensava nas características das raças vindo à tona na cultura, no folclore ou na literatura, em Nina Rodrigues, isto se estabelecia na conjuntura mental e psicológica. Rodrigues era um médico, interessado na evolução da espécie humana e nas diferenças entre as raças e como estas se manifestavam de acordo com a sua biologia.

Indo mais além, Nina imaginava as idéias do bem e do mal, do injusto, do justo ou do dever sendo algo que as raças foram aprimorando ao longo do tempo, sendo estes valores transmitidos de forma hereditária, o que levaria a um aperfeiçoamento psíquico daquela raça. Nina Rodrigues faz relação entre História e Biologia (evolução da raça) e a Biologia traria para as gerações futuras o resultado deste aprimoramento.

É desta forma que ele faz a correlação entre os “homens primitivos” e a criminalidade:

“Não tem outro fundamento senão o antagonismo entre a criminalidade atual e a dos homens primitivos, dos selvagens, a origem atávica do criminoso, sustentada nos primeiros trabalhos de Lombroso, e ainda hoje defendida em

³⁵⁷Idem, p. 35

³⁵⁸Idem, p. 36

toda a sua pureza, entre outros, pelo distinto alienista francês, Sr. Morandon de Montyel”³⁵⁹.

Nina menciona a pesquisa de outro autor, Garofalo, no qual existiria um critério fundamental da criminalidade, vinculado aos sentimentos de piedade e probidade, que seriam inerentes aos povos que atingiram certo grau de desenvolvimento. Segundo a leitura que fazia deste autor, seria a partir do desenvolvimento e aprimoramento destes instintos que se poderia considerar os atos criminosos.

Como forma de exemplificar esta teoria, Rodrigues fez um painel mostrando a evolução da família para o clã, a tribo, a cidade, a pátria e a humanidade, ilustrando que se um povo se enquadra na categoria “tribo” ele não possui a mesma percepção sobre um ato como homicídio do que os encaixados na categoria “pátria”, por exemplo.

Apesar de reconhecer que esta teoria possui contradições com a moral evolucionista não encerrando assim toda a verdade, por outro lado *“é justo reconhecer que com ela deve estar boa parte do seu mecanismo filogenético*”³⁶⁰

Partindo deste princípio, estabelecia que na doutrina evolucionista,
“a formação de uma idéia abstrata de justiça, tal como a possuímos hoje, se operou lentamente no cérebro humano por força do aperfeiçoamento social extremamente moroso e demorado, da humanidade.”³⁶¹

Nina Rodrigues propunha dentro do seu senso de justiça a idéia de que esta deva representar um sentimento inato e corresponder

“a existência de uma ordem superior, sem a menor ligação aos interesses materiais e egoísticos da vida terrena” ³⁶².

Foi neste sentido que ele definiu o seu conceito de justiça:

“Por conseguinte, para que se possa exigir de um povo que todos os seus representantes tenham o mesmo modo de sentir em relação ao crime, que formem todos da ação delituosa e punível o mesmo conceito, para que a pena, aferida pela imputabilidade, não se torne um absurdo, um contrasenso, indispensável se faz que esse povo tenha chegado ao grau de homogeneidade que Tarde, inspirando-se nas suas teorias sobre a imitação, descreveu

359Idem, p. 42

360Idem, p. 44

361Idem, p. 45

362Idem, p. 46

magistralmente como o elemento social da identidade em que, em sua teoria, faz ele consistir o critério de responsabilidade penal.”³⁶³

Para ele, existiam problemas na legislação criminal brasileira, posto que esta estabelecia leis que deveriam ser aplicadas a toda a sociedade, o que seria impossível, uma vez que o Brasil era composto de inúmeras raças, qualquer qualificação a este respeito iria contradizer e desrespeitar as diferenças raciais. As leis só poderiam, de acordo com o autor, ser iguais para todas as pessoas quando aplicadas a uma agremiação ou grupo homogêneo que, possuindo as mesmas idéias, poderia assim ter o mesmo senso de realidade e criminalidade.

Por outro lado, Nina debatia a questão do livre arbítrio, onde as pessoas poderiam ter comportamentos espontâneos e agir de acordo com a sua vontade. Definia assim a sua posição de que os comportamentos da raça eram como uma “prisão”, na qual os indivíduos estavam relacionados e limitados a sua origem racial.

A legislação penal brasileira era vista pelo autor de uma forma bastante limitada, uma vez que representava uma realidade aceita na Europa, onde a “metafísica espiritualista”, que definia a igualdade perante a lei, era a mais adotada. De certa forma, Oliveira Vianna retomaria esta idéia em sua obras, destacando-se *O Idealismo na Constituição*, no qual explorava um idealismo copiado do estrangeiro na legislação brasileira. Este tema com abordagem de Vianna sobre o idealismo, que será exposto no quinto capítulo deste estudo.

Este era o cerne da sua questão: existe um livre arbítrio entre as pessoas? Até que ponto este livre arbítrio estaria vinculado às raças e poderia assim ser aceito?

Nina Rodrigues faz, a partir destas indagações, um estudo entre vários autores e linhas de análise sobre a questão do livre arbítrio. Indo mais além, ele citava os estudos de Tobias Barreto³⁶⁴ que acreditava no livre arbítrio e na vontade da ação do indivíduo:

“Com efeito, não são só as ações humanas que, apesar de determinadas por causas naturais, podem se desenvolver livremente sem embaraço de ordem física, mas, sim todos os fenômenos da natureza. Então, como exemplifica Ferri, as águas de um rio, que correm de acordo com as leis da gravidade, se

³⁶³Idem, pp. 46 e 47

³⁶⁴Entre as obras mencionadas, cabe destacar *Estudos de filosofia e estudos de sociologia*.

*podem dizer livre”.*³⁶⁵

Sobre esta perspectiva de “nadar contra a corrente”, Nina Rodrigues definia não como uma manifestação de liberdade, mas como resultante da organização físico-psicológica do indivíduo, o que relativizava a questão do livre arbítrio. Para ele, a liberdade ou o livre arbítrio sempre seria definido pela natureza do indivíduo:

*“Mas sempre a escolha exprime a natureza do indivíduo, num momento dado, em circunstância dadas, e em um grau dado”.*³⁶⁶

Nessa perspectiva, era a natureza que regulava as ações dos indivíduos, limitando-os a sua origem e formação racial, tornando a liberdade individual algo relativo, delimitado por uma questão biológica.

O pensador esgotava o tema da liberdade da ação humana, abordando obras de vários autores, tais como Eugenio Veron e Enrico Ferri, com o objetivo de contestar a idéia de conciliação entre o determinismo e o livre arbítrio, tal como tinha sido proposto por Tobias Barreto. Dentre deste quadro, vale o pena salientar que, por trás da crítica a Barreto existia uma crítica à filosofia alemã (que era a fundamental para Tobias) em prol da italiana – a qual Nina Rodrigues seguia:

*“Não preciso examinar mais em detalhe a teoria do livre arbítrio relativo de Tobias Barreto sob a sua forma alemã de liberdade da inteligência. Aqui, como faz notar Ferri, analisando o artigo 51 do código penal alemão, o livre arbítrio expulso pela porta da vontade é admitida pela janela da inteligência”.*³⁶⁷

Foi repensando estas idéias de Nina Rodrigues que Marisa Correa definiu como sendo as “Ilusões da liberdade”, por ser a liberdade humana como ilusória, na qual a consciência do indivíduo era limitada, principalmente pela sua constituição biológica.³⁶⁸

Voltando à questão do livre arbítrio e à posição de Tobias Barreto, Nina é bem categórico em sua crítica ao definir que não existiria o livre arbítrio pleno, e que a crença neste poderia conduzir à impunidade do indivíduo, uma vez que ao se acreditar que os indivíduos são livres em seu comportamento, isto levaria sempre a uma incerteza:

“O exame da responsabilidade das raças brasileiras nos nossos códigos penais vai ministrar um novo exemplo desse dilema em que se debatem os

³⁶⁵Idem, p. 58

³⁶⁶Idem, pp. 60 e 61

³⁶⁷Idem, p. 70

³⁶⁸Correa, Mariza, op cit, p. 167

criminalistas clássicos: ou unir sacrificando o princípio do livre arbítrio, ou respeitar esse princípio, detimentando a segurança social.”³⁶⁹

Aprofundando esta abordagem, Rodrigues estabeleceu um paralelo no qual condenava a necessidade de se criar um código penal segregado pelas raças:

“A igualdade das diversas raças brasileiras perante o nosso código penal vai acrescentar mais um dos numerosos exemplos dessa contradição e incoseqüência.”³⁷⁰

Nina Rodrigues porém pensava que a necessidade de se criar leis para cada uma das raças era no sentido de protegê-las, de definir a sua responsabilidade de acordo com as sua capacidade mental, para assim para garantir-lhes um julgamento justo.

Lilia Schwarcz também compartilha desta mesma idéia, ao dizer que:

“(...) O interessante é que tomando um argumento “simpático” às raças que considera atrasadas, mas que fazem parte da nossa civilização, o médico lhes concede a diferença. No entanto, a mistura contempla a degeneração, segundo os modelos consagrados da época, e caberia ao médico jurista, legislar sobre ela.”³⁷¹

É neste sentido que Nina Rodrigues critica os legisladores por desconhecerem a “grande lei biológica” e assim consideraram

“iguais perante o código os descendentes do europeu civilizado, os filhos das tribos selvagens da América do Sul, bem como os membros das hordas africanas, sujeitos à escravidão.”³⁷²

Ele denuncia a ausência de uma proteção na legislação penal para negros e africanos, que eram, ao contrário, vítimas do rigor da lei. Da mesma forma, denuncia (através de estudos do Dr. Sá de Oliveira) o fato dos índios “domesticados” responderem por crimes como qualquer outro selvagem, ao passo que para eles existiria o seu próprio código e justiça, pois interpretava a justiça como estando relacionada às fases do desenvolvimento social da humanidade. Em outras palavras: devem-se julgar as pessoas e os povos de acordo com o seu grau de desenvolvimento. Um negro ou mestiço, qualificados como pertencentes a um grau inferior da sociedade, estariam sujeitos a uma avaliação da

³⁶⁹Rodrigues, Nina. op cit., p. 73

³⁷⁰Idem, p. 76

³⁷¹Schwarcz, Lilia – “Quando a desigualdade é a diferença: reflexões sobre a antropologia criminal e mestiçagem na obra de Nina Rodrigues”. In *Gazeta Médica da Bahia*, op cit, p. 51

³⁷²Rodrigues, Nina. *Op cit*, p. 77

sua conduta de forma condizente com sua evolução mental:

*“As condições existenciais das sociedades, em que vivem as raças inferiores, impõem-lhes também uma consciência do direito e do dever, especial muito diversa e às vezes mesmo antagônica daquela que possuem os povos cultos”*³⁷³.

É nítida nesta passagem a busca do autor por uma legislação penal que representasse as características de comportamento das raças humanas, fazendo com que cada uma tenha uma diferenciação legal no julgamento e nas punições. A igualdade na legislação criminal poderia levar então a uma situação de injustiça, onde as pessoas com características físicas e mentais diferentes seriam julgadas de acordo com a legislação das “raças superiores”.

Partindo deste princípio, Nina Rodrigues fez uma avaliação de uma distinção entre raça biológica e raça antropológica (cultural) no Brasil. Ele afirma concordar com Sílvio Romero sobre a mestiçagem do sangue e das idéias do povo brasileiro, mas isto ele só aplica para os estudos históricos e sociais. Porém no que tange ao direito penal, a avaliação do autor é de outra natureza. Para ele se faz imprescindível dividir os elementos antropológicos brasileiros, para assim, poder avaliar o comportamento de cada uma destas raças.

Nina Rodrigues dividiu o Brasil em três raças distintas: a branca, que estaria representada pelos brancos não mesclados e pelos imigrantes europeus, concentrados em São Paulo, Minas Gerais e sul do Brasil; a raça negra, negros não mesclados e africanos que existiam no Brasil; e a raça vermelha, indígenas que continuavam a existir pelo território nacional e seus “descendentes civilizados”. Da mesma forma, fez uma catalogação dos tipos mestiços existentes na Bahia.

Foi a partir deste estudo que ele definiu os mestiços em quatro categorias: o mulato, resultado do cruzamento entre o branco e o negro e que se subdividia em mulatos “do primeiro sangue”, mulatos claros e em mulatos escuros; os mamelucos ou caboclos, compostos pelo cruzamento do branco com o índio; os curibocas ou cafuzos, produto do cruzamento do negro com o índio; e por último os pardos, que representariam o tipo por excelência do mestiço brasileiro, uma vez que este seria o resultado direto do cruzamento das três raças.

Nina Rodrigues fez um quadro onde calculava que a população branca do Brasil

³⁷³Idem, p. 84

iria, cedo ou tarde, se miscigenar como a negra, já que ambas são numerosas, e com o afluxo de imigrantes europeus, compor uma nova população mestiça brasileira, em particular em algumas áreas como o sudeste. Porém em outras, como no norte e nordeste, se configuraria uma população negra, enquanto no sul, se configuraria uma população predominantemente branca. É neste ponto que ele difere e se distancia das idéias de Sílvio Romero sobre a integração e a formação racial brasileira:

*“Não acredito na unidade ou quase unidade étnica, presente ou futura, da população brasileira, admitida pelo Dr. Sílvio Romero: não acredito na futura extensão do mestiço luso-africano a todos o território do país. Considero pouco provável que a raça branca consiga fazer predominar o seu tipo em toda a população brasileira.”*³⁷⁴

A crítica que Nina Rodrigues fez sobre o processo de *branqueamento* e em particular a Romero se dá pela inaplicabilidade das idéias desse último. Rodrigues não acreditava no projeto de Romero para a formação de uma unificação racial, uma uniformidade racial do Brasil. Desse modo para contestar o ensaísta sergipano, o maranhense-baiano parte da crítica de duas proposições do primeiro e que ele estipula como contrárias a uma visão imparcial.

As duas proposições, na realidade, se relacionam com o norte e nordeste. A primeira seria a de introduzir elementos europeus no norte – o que aumentaria a miscigenação nesta área do país, enfraquecendo a posição de supremacia do negro, dando margem ao mestiço. Nina abolia esta idéia. Rebate várias observações de Romero – o clima, o fato de Romero acreditar na necessidade de imigração européia para reestabelecer com “sangue novo” a sua força (vista como “cansada” pelo clima) e a necessidade do mestiço como a forma do branco se adaptar ao clima tropical. Criticando Romero, ele diz:

*“Ora, acaso a raça branca precisa desses recursos, carece de auxílio do mulato para adaptar-se, para desenvolver-se no sul da República?”*³⁷⁵

(...)

“Nestas condições, acho difícil não reconhecer que a imigração branca, de há muito extinta para o norte do Brasil, não tem grandes probabilidades de se restabelecer. E nisto vejo antes uma consequência natural das condições do

³⁷⁴Idem, p. 96

³⁷⁵Idem, p. 100

país do que erros de administração possíveis de corrigir-se.”³⁷⁶

Indo mais além, a crítica de Rodrigues se dá pela crença de Romero em uma “raça branca brasileira”, que incorporasse o elemento indígena e negro à civilização branca. Isto de fato não aconteceria, para Nina, uma vez que ele não acreditava na viabilidade de uma imigração branca em larga escala para a região norte do Brasil.

A segunda crítica que ele fez contra Romero se refere às causas de uma extinção da raça negra no norte do Brasil. Vinculando esta idéia com a anterior, Nina mostra que isto não tem procedência ou razão de acontecer:

“É exato que os numerosos milhões de africanos introduzidos pelo tráfico sofreram uma redução extraordinária. Mas não foi isso obra do clima, ou de uma incapacidade de adaptação, mas tão somente efeitos da escravidão” ³⁷⁷

Nesta passagem, Nina Rodrigues ilustra a situação do negro não como resultado da sua biologia, mas sim da escravidão à qual ele fora submetido. A questão da escravidão do negro era muito forte em Nina Rodrigues e Sílvio Romero, uma vez que ambos conviveram com a instituição, viram suas manifestações e puderam tirar as suas próprias conclusões sobre o problema.

Curiosamente, em Euclides da Cunha a questão da escravidão aparece com menos destaque (embora, como será ilustrado mais adiante, ele volte ao tema ao analisar a situação do seringueiro na Amazônia) e em Oliveira Vianna o tema era rechaçado, uma vez que ele via como sendo necessária a manutenção da escravidão.

Nina Rodrigues criou uma situação hipotética, onde existiram duas raças puras: a branca, com dificuldades de se adaptar, e a negra, adaptável mas inviável para a civilização; estas acabariam por se misturar e se temia que desta mistura a raça mais adaptável ao clima tropical predominasse, e no caso a negra, o que para o autor seria algo lamentável:

“E, na melhor hipótese, quando se queria contar em favor mais do que se pode esperar é que ela venha a da raça branca a sua civilização superior, o cruzar largamente com o negro, dando os mestiços estáveis em que o dr. Sílvio Romero vê a condição da resistência da raça branca aos rigores do nosso clima.” ³⁷⁸

376Idem, p. 106

377Idem, pp. 101 e 102

378Idem, p. 102

E como salienta, este mestiço será o mulato ou talvez o pardo com uma dose mínima de sangue indígena. Nina Rodrigues criou um paralelo do mesmo processo acontecendo no centro-sul, onde a imigração européia, mais bem estabelecida e adaptada, poderia produzir um processo no qual a população branca iria predominar. Da mesma forma, não vê na Amazônia a importância do negro e do branco, e sim a do indígena, que nesta região é o predominante:

*“Provavelmente à população mestiça está reservada a missão de levar consigo, na sua lenta expansão demográfica, a civilização e a cultura européia do extremo norte e ao oeste.”*³⁷⁹

E complementando ele diz que:

*“Dai há de prover naturalmente uma integração mais vasta do elemento indígena naquela população mestiça, graças à facilidade maior, denunciada pelo Cons. Araripe do cruzamento entre índios e os mulatos e pardos”.*³⁸⁰

Uma vez estabelecidas as raças e os mestiços brasileiros, Rodrigues dividia e qualificava os negros e os índios de acordo com a psicologia criminal. Diante deste quadro, o autor se perguntava: poderia ser exigida a mesma plenitude da responsabilidade penal para os membros de todas as raças?

Nina aprofundou esta questão, considerando que o índio e o negro devam ser analisados, do ponto de vista jurídico, de uma forma diferenciada:

*“Não creio que haja ainda hoje espírito culto e esclarecido que ouse afirmar a responsabilidade penal, como a entender e requer o nosso código, no caso de uma ação nociva cometida por índio completamente selvagem, ou por um negro africano, tomado às suas hordas e transportado de repente ao nosso país como foram durante o tráfico”*³⁸¹.

Diante da impossibilidade inata aos índios e negros para a civilização, Nina se pergunta: seria possível incorporá-los ao universo civilizado através do que chama de *“domesticação do índio e a submissão do negro”*?

Rodrigues simplesmente não acredita nesta possibilidade, indo de forma contrária a posição romântica de seu tempo, ao condenar uma visão idealizada de igualdade social,

³⁷⁹Idem, p. 106

³⁸⁰Idem, p. 106

³⁸¹Idem, pp. 112 e 113

procurando explorar as desigualdades como “científicas”, e portanto como tendo uma origem “natural”. Sua visão é totalmente marcada pelo descrédito em relação ao índio, a ponto de dizer que

*“A impossibilidade da civilização e cultura do brasilio-guarani, mesmo em demorado contato com a raça branca, é uma questão julgada no Brasil.”*³⁸²

Ao índio, era negada a possibilidade de se civilizar, o que, em outras palavras, o inviabilizava para um projeto de nação brasileira. Nina, inclusive, salienta que o índio estava em vias de extinção.

Já sobre o negro, a questão era mais complicada para Rodrigues. Como salienta o autor, havia muitas forças conflitantes sobre esta questão, em particular, vinculadas à defesa ou à oposição à escravidão, o que teria alterado a perspectiva de análise. Ele explora, para encontrar uma solução para a questão, a obra de vários intelectuais.

Cita Orgeas, que teria feito um paralelo entre o clima e as civilizações humanas, chegando à conclusão de que o negro estaria apto a viver e se adaptar somente em regiões de clima quente. Da mesma forma, menciona outros autores: Sílvio Romero, onde este afirmava que na história não se tem registro de civilizações negras na África; Huxley, para confirmar que o negro é inferior ao branco; Abel Hevelacque, para justificar que o negro não era apenas inferior, mas tinha uma mentalidade e um comportamento equivalentes ao de uma criança; e ainda Anselmo da Fonseca (que foi colega de Nina Rodrigues na Faculdade), ao considerar que o negro está num patamar atrasado em relação à civilização ocidental. Este último autor era um confesso abolicionista.

Um dado importante a ser considerado aqui era justamente de que a justificativa da inferioridade não podia ser traduzir na dominação ou na escravidão, no conceito de Nina Rodrigues. Vale mencionar que ele foi abolicionista, e sempre defendeu os direitos dos negros.

A título de comparação, é importante dizer que o abolicionismo não estava marcado pelo anti-racismo. Sílvio Romero e Euclides da Cunha eram abolicionistas, mas defendiam as teorias raciais; Oliveira Vianna era criança quando da Abolição, mas depois em sua obra criticou-a veementemente. A abolição traduzia mais uma necessidade de se modernizar o país do que o reconhecimento do negro enquanto ser humano e com os mesmos direitos que

³⁸²Idem, p. 114

o branco.

Indo mais além, Nina Rodrigues menciona obra do Dr. Carre, *Le crime des pays créoles*, onde este autor expõe a falta de uma perspectiva para o negro se civilizar; citando como exemplo, o Haiti, que seria a prova definitiva da inaptidão do negro para a civilização, o que seria também exemplificado depois, com o mesmo sentido, por Oliveira Vianna.

Assim, ele chega à seguinte conclusão:

*“A presunção lógica, por conseguinte, é que a responsabilidade penal fundadora na liberdade do querer, das raças inferiores, não pode ser equiparada as das raças brancas civilizadas.”*³⁸³

Nina diz, todavia, preferir tratar deste problema de uma forma individualizada, pessoa por pessoa e não a raça como um todo. Assim, ele levantava a hipótese da existência de negros e índios com um valor pessoal maior que dos brancos, e que, neste caso, a responsabilidade penal devia ser completa.

Para explicar esta contradição – onde não é a natureza que explica o comportamento, mas sim a vontade do ser humano -, Nina Rodrigues argumenta que

*“O desequilíbrio, a perturbação física provocada por uma adaptação imposta e forçada de espíritos ainda tão atrasado a uma civilização superior; a solicitação do grande esforço mental, exigido pela atual luta pela existência social, com certeza não de criar entre nós nas raças inferiores, vestidas de um momento para o outro de povos civilizados, tipos muito menos normais do que era o do caso dos Drs. Motet e Brouardel”*³⁸⁴.

Isto entrava em contradição com a idéia de que o ser humano não possui um livre arbítrio onde poderia desenvolver as suas idéias e comportamentos, uma vez que ele demonstra aqui a possibilidade de membros das “raças inferiores”, na medida em que se sentem pressionados pelo meio, tentarem se superar e se tornar do mesmo nível do restante da sociedade. Nina Rodrigues, nesta contradição, tenta achar uma explicação ao afirmar que mesmo “vestidos para povos civilizados”, os negros e os índios ainda conservariam reminiscências, conscientemente ou não, dos comportamentos oriundos de sua origem racial.

³⁸³Idem, p. 124

³⁸⁴Idem, p. 129

Todavia, ele não via uma possibilidade de superação total, através da educação, por exemplo, das características comportamentais das raças inferiores:

*“No entanto, o exame que tenho feito me autoriza plenamente, parece, a concluir que os negros e os índios de todo irresponsáveis em estado selvagem, têm direitos incontestáveis a uma responsabilidade atenuada.”*³⁸⁵

Partindo do mesmo princípio, Nina Rodrigues fez um estudo sobre o mestiço no Brasil. Primeiramente, ele adotou como critério a idéia da inferioridade do mestiço, frente à raça branca. Definia o mestiço como sendo um híbrido, agregando em si, elementos negativos e positivos das suas raças de origem:

*“mas os fatos demonstram que se ainda não está provado a hibridez física, certos cruzamentos dão origem em todo caso a produtos morais e sociais, evidentemente inviáveis e certamente híbridos”*³⁸⁶.

Utilizando a explicação de variados autores tais como Agassiz, Buckle, Spencer, José Veríssimo e Sílvio Romero, Nina Rodrigues construiu suas teorias sobre o mestiço como sendo um elemento racialmente inferior. Na definição que fez sobre as influências negativas das raças inferiores na população mestiça, Rodrigues mostrou uma variação do grau de mestiçagem e da personalidade deste mestiço:

*“A escala vai aqui do produto internamente inaproveitável e degenerado ao produto válido e capaz de superior manifestação da atividade mental. A mesma escala deverá percorrer a responsabilidade moral e penal, desde a sua negação em um extremo, até a afirmação plena no extremo oposto.”*³⁸⁷

O escritor afirmava, em conjunto com estas idéias, que

*“a indolência dos nossos mestiços é um legado dos seus maiores, que mais deve merecer da arte de educar do que das repressões penais”*³⁸⁸.

Ele mostra uma tensão no pensamento racial: relaciona a questão do mestiço muito mais à postura das “raças superiores” do que a da própria inferioridade biológica do mestiço. Condena, desta forma, a punição dos mesmos, abrindo um espaço importante para se repensar a educação do mestiço dentro da sociedade.

Nina Rodrigues fez uma catalogação dos tipos existentes de mestiços, mostrando

385Idem, p. 130

386Idem, p. 133

387Idem, p. 141

388Idem, p. 141

que o mameluco, como representante do mestiço entre o branco e o índio, possui uma maior capacidade para a civilização, uma educabilidade maior que lhe atenuaria os defeitos. Assinala que o mestiço do negro com o branco – ou seja: o mulato – era superior em inteligência ao mestiço do índio.

Já sobre a questão da mestiçagem, para Rodrigues, os mestiços que tendem a voltar para quaisquer das raças puras, como brancas ou negras, se tornam superiores aos mestiços originais. Quando os descendentes de um mulato tivessem filhos oriundos de uma relação com uma pessoa de uma cor (negra ou branca), estes descendentes seriam superiores a seus genitores. Assim, o problemático para Nina estava na condição de mestiço, que sempre representaria uma instabilidade, um desequilíbrio na ação e no comportamento humano.

Nina, de uma forma implícita, defendia, embora com restrições, o conceito de branqueamento, onde os mestiços que voltassem à raça branca eram considerados superiores ao mestiço. Porém ele diz que mesmo o negro oriundo de uma linhagem mestiça tende a ser superior. Nina acreditava que a presença de sangue do branco poderia minimizar quaisquer danos que fossem causados pela presença do sangue negro, não reduzindo, portanto, toda a sua influência.

A resposta a esta situação se encontra na perspectiva que Nina Rodrigues tinha do mestiço, enquanto ser resultante de uma mistura racial. O autor o descrevia como um degenerado, um desequilibrado, que no caso do mulato possui um ganho em sua inteligência, mas uma perda em energia e moralidade. O mestiço seria um ser em contradição, em conflito:

*“Nestes casos como que se revela em toda a sua plenitude, em toda a sua brutalidade. O conflito que se trava entre qualidades físicas, entre condições físicas e psicológicas muito desiguais de duas raças tão dessemelhantes, e que a transmissão hereditária fundir em produto mestiço resultante da união ou cruzamento delas.”*³⁸⁹

Desta forma é que o autor relacionava a “sensualidade” do negro ao fato da mulata ter “perversões sexuais”, o que a caracterizava como um tipo anormal (seria a sensualidade da mulata vista por Nina como uma forma de perversão?). O mestiço é para ele um ser mentalmente instável, que não consegue se enquadrar em um ponto considerado como

³⁸⁹Idem, p. 153

padrão de uma das raças.

Explorando este tema, Rodrigues falava sobre os preconceitos que a população mestiça sofria; neste caso, é evidente que, para o autor, suas idéias sobre a raça não podiam ser consideradas ou equiparadas ao preconceito, uma vez que ele as via como “ciência”. Para ele, os preconceitos têm uma outra origem:

*“Estão neste caso os chamados atentados de raça, em que exercem poderosa influência a despeito, a animadversão, o ódio contra as raças dominadoras por causa do desprezo de que são ou se supõem objeto as raças inferiores ou domadas”.*³⁹⁰

O autor acrescenta que esse sentimento gerava dois tipos de reação nas “raças inferiores” ou, como ele mesmo chama, “oprimidas”: o primeiro seria o de produzir o ódio destas “raças” contra as dominadoras e o segundo o de gerar rivalidade entre os membros desta raça, onde estes tentam se parecer com as da raça dominante.

De fato, Nina Rodrigues pode compreender que existia uma relação de poder na questão racial, o que sugeriria uma percepção, pelo autor, de que o negro era um elemento oprimido socialmente pelo branco e pelo mestiço. Esta opressão não estava relacionada com a questão racial (como determinismo biológico), mas sim como uma questão social.

É neste ponto que Nina se concentra, por ele registrar vários casos de mestiços que tinham um ódio ou que eram hostis aos negros e outros a mestiços. Citava como exemplo, os crimes cometidos contra os escravos, onde muitas vezes a punição era aplicada ao escravo por um negro ou mestiço (agindo como capitão, por exemplo).

Esta questão é um ponto bastante delicado em Rodrigues. O autor contestava uma afirmação de Ruy Barbosa sobre esta ação do mestiço contra o negro, que era a de que o mestiço buscava se distanciar do negro, mostrando-se diferente deste. Esta seria, todavia, uma explicação bastante racional e baseada no comportamento do indivíduo.

Nina Rodrigues não apenas refutava esta proposição como também procurava uma explicação na biologia e no evolucionismo. Ele não conseguia superar aqui o paradigma racial no qual estava envolvido e procurava levar este paradigma até às últimas conseqüências. Para tanto, Nina criou uma teoria de que para o negro a escravidão seria uma fase de desenvolvimento sociológico, e isto levaria a uma tolerância desta prática pelo

³⁹⁰Idem, p. 155

grupo:

*“Para o negro, como para seus mestiços que deles receberam, ou herdaram um sentimento idêntico, nada, portanto, mas natural do que legitimidade da escravidão”*³⁹¹.

O autor entrava aqui em uma série de contradições: se o negro era realmente complacente com a escravidão, como explicar as revoltas de escravos, a formação de quilombos, as fugas e a própria campanha pelo abolicionismo? Se realmente o negro fosse complacente com a escravidão, como entender o fato de que a escravidão era um sistema mantido pela violência? E ampliando esta discussão, como estabelecer que Nina era favorável a abolição?

Percebe-se a dificuldade de Rodrigues para superar seu paradigma racial, enfocando mais o argumento evolucionário, citando a obra de Spencer, com o objetivo de justificar a submissão do negro por sua evolução racial.

Neste ponto, o racismo científico se tornou uma “prisão” para Nina Rodrigues, inviabilizando uma visão de uma realidade mais ampla e um contexto que abrangeria estudos mais profundos e explicações na História ou na Sociologia.

Da mesma forma que havia feito com os negros e índios, Nina Rodrigues invalida os mestiços para a civilização:

*“O verniz de civilização, já de si tão frágil, que nas raças superiores cobre e domina a organização automática e instintiva, fica reduzido a nada nos mestiços? Se além do seu desequilíbrio de organização sempre possível, deve o médico atender à possibilidade destas transmissões atávicas transitórias. E como despreza-las?”*³⁹²

E complementando ele diz que:

“Dos mestiços, eu não pretendo certamente que sejam todos irresponsáveis. Tanto importaria afirmar que são todos degenerados. Mas acredito e afirmo que a criminalidade no mestiço é, como todas as manifestações congeneres, sejam biológicas ou sociológicas, de fundo degenerativo e ligada às más condições antropológicas do mestiçamento no

391Idem, p. 160

392Idem, p. 165

Brasil”³⁹³

Foi com esta ótica que o autor fez a divisão do mestiço em três categorias: *os mestiços superiores*, considerados por ele com a “*predominância da raça civilizada na sua organização hereditária*” e que assim podem ser qualificados como sendo responsáveis e perfeitamente equilibrados; *os mestiços degenerados*, que possuíam anormalidades físicas, mentais e morais, qualificando estes como sendo total ou parcialmente irresponsáveis; e *os mestiços comuns*, definidos como “*produtos socialmente aproveitáveis, superiores às raças selvagens de que provieram, “mas”, já pelo desequilíbrio mental que neles operou o cruzamento, não são equiparáveis às raças superiores*”. O que, segundo Nina Rodrigues, tornava eles casos de “responsabilidade atenuada”, uma vez que não poderiam seguir as normas da sociedade com a mesma plenitude da raça branca.

O autor parte então para uma crítica aberta ao Código Penal vigente no Brasil, que previa a igualdade racial de todos perante a lei, tomando como exemplo de crítica a Itália, que teria criado uma legislação para todo o país.

Nina Rodrigues retoma aqui a questão étnica da população, mostrando que a “civilização ariana” está representada por uma fraca minoria, que levaria assim à formação de uma legislação penal tendo por base a civilização branca. Partindo deste princípio, ele repisa a questão do livre arbítrio para reafirmar a sua limitação, mostrando a impossibilidade de se julgar as raças “inferiores” com a mesma base das raças “superiores”.

Em face da existência de diferenças étnicas entre as zonas do país (norte e nordeste negro e mestiço; sul branco, entre outros), Nina Rodrigues mostrava a sua preocupação de que fossem criadas leis regionais no país:

*“Posso iludir-me, mas estou profundamente convencido de que a adoção de um código único para toda a República foi um erro grave que atentou grandemente contra os princípios mais elementares da fisiologia humana”*³⁹⁴.

E estabelecendo que as diferenças entre as raças seria fundamental ao país ele diz que:

“Pela acentuada diferença da sua climatologia, pela conformação e aspecto físico do país, pela diversidade étnica da sua população, já tão pronunciada e que ameaça mais acentuar-se ainda, o Brasil deve ser dividido, para os efeitos

³⁹³Idem, p. 166

³⁹⁴Idem, p. 175

*da legislação penal, pelo menos, nas suas quatro divisões regionais, que, como demonstrei no capítulo quarto, são tão natural e profundamente distintas”.*³⁹⁵

Esta preocupação seria a de atingir o objetivo e garantir que o código penal brasileiro fosse escrito de forma a preservar as diferenças biológicas entre o que se definia como sendo “raças inferiores e superiores”.

É importante salientar que esta situação – a de criar leis baseadas em raças, jamais chegou a ser aplicada ao Brasil. De fato outros países aplicaram leis discriminatórias, como os EEUU (até os anos 1960) e a África do Sul (até 1994). No Brasil, como assinala Lilia Schwarcz, não existiam leis discriminatórias. Vale assim citar a autora:

*“Enquanto em outros países adotaram-se estratégias jurídicas que garantiam a discriminação da República, a universalidade da lei foi afirmada de maneira taxativa: nenhuma cláusula nenhuma referência explícita a qualquer tipo de diferenciação pautada na raça.”*³⁹⁶

Neste sentido é importante dizer que a análise de Nina apontava para a necessidade da construção de uma legislação baseada nas diferenças raciais, uma vez que para ele, as raças é que determinavam o comportamento do indivíduo.

Baseando-se neste princípio, o autor ainda criou uma idéia de que entre as “raças inferiores”, as crianças têm um desenvolvimento mais lento, o que implicaria no aumento da maioridade legal:

*“Não há, portanto maior contrasenso do que pedir, em nome das nossas raças inferiores e da inferioridade da nossa cultura mental, que nos códigos penais brasileiros se marque à menoridade um prazo maior do que o aceito para as raças européias”.*³⁹⁷

Noutra passagem, Nina relaciona os efeitos da educação sobre a criminalidade:

*“Não se confunda o desenvolvimento natural, fisiológico, da inteligência humana, com os efeitos da instrução, cuja influência favorável ou desfavorável sobre a criminalidade é ainda tema de controvérsias”*³⁹⁸.

Ele fazia uma longa discussão sobre o impacto da educação no aprimoramento do

395Idem, p. 175

396Schwarcz, Lillia. “Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade”. Op cit, p. 209

397Rodrigues, Nina, op.cit, , p. 183

398Idem, p. 183

indivíduo, facilitando assim a sua compreensão da realidade e ajudando a justificar o rebaixamento da idade sobre o desenvolvimento moral de uma criança (por exemplo, reduzindo a idade legal de 14 para 9 anos). Esta idéia é porém, refutada por Nina Rodrigues, que também rejeita a proposta de Tobias Barreto, na qual se creditava a responsabilidade penal na liberdade de inteligência e não da vontade.

Esta discussão com Tobias barreto sinalizava as divergências existentes entre a Escola do Recife e a Faculdade de Medicina da Bahia, uma vez que Nina Rodrigues defina a liberdade e o livre arbítrio como uma ilusão, ao passo que para Tobias Barreto deveria existir uma conciliação, um meio comum entre o livre arbítrio e o determinismo racial.

Nina Rodrigues salientava a importância do aprimoramento da inteligência, no aperfeiçoamento do ser humano e conseqüentemente no elevar da qualidade do homem, porém dentro de uma perspectiva racial na qual este desenvolvimento estaria limitado à raça e a sua potencialidade para o seu crescimento. Baseado nesta idéia, portanto, Nina Rodrigues constrói a sua visão na qual o papel exercido pela educação é limitado em razão da origem racial do ser humano, o que impediria ou cercearia o maior conhecimento ou compreensão da realidade.

Indo mais além nesta questão, o autor chegava a defender a criação de uma legislação penal na qual não se deveria utilizar o critério da necessidade (idade) para a obtenção da responsabilidade penal, e sim de discernimento. Isto é, as pessoas seriam julgadas pela lei de acordo com a sua compreensão da realidade, das leis, da moral e das regras da “sociedade civilizada”. Isto se encaixava, no pensamento do autor, com a sua discussão sobre a necessidade de se criar lei regionais, de acordo com a formação racial de cada área:

*“Não há, por conseguinte, maior absurdo do que o nosso código considerar o desenvolvimento no norte do país, situado em zona tórrida e onde predominam o índio, o negro e os mestiços, igual o desenvolvimento mental no sul da República, situado em zona temperada e onde dominam os descendentes dos colonos alemães e italianos.”*³⁹⁹

Neste quesito, Nina lembra o caso dos EEUU, onde cada Estado possui o seu próprio código penal, sem no entanto, perder a força da unidade federal. A criação de leis

³⁹⁹Idem, p. 189

regionais no Brasil, de acordo com a divisão racial e geográfica do país, tinha por objetivo garantir um Código Penal escrito com o objetivo de preservar as diferenças biológicas das raças que compunham o país. Mas, como salienta o autor, é imperativo avaliar as características de cada raça para poder analisá-la de forma mais contundente e precisa.

Nina entendia que somente com uma legislação que diferenciase a compreensão sobre a realidade, - vinculada às características raciais – é que se poderia criar uma justiça brasileira tomando como base o comportamento do povo brasileiro vinculado as características raciais da população. Ele salienta o fato de o povo brasileiro ser novo, não possuir tradições que impedissem ou inviabilizassem a implantação de uma nova legislação penal. À parte isto, como a lei não havia sido alterada, lamenta:

*“O projeto do novo código penal que altera tão profundamente a legislação criminal vigente, passou em segunda discussão na câmara, sem provocar o menor reparo. E, fora da câmara, quer na imprensa médica quer na imprensa jurídica, não me consta que tenha provocado um só artigo. Onde estão os defensores da escola clássica?”*⁴⁰⁰

Concluindo o pensamento de Nina Rodrigues nesta obra em análise, fica evidente que, para ele, as raças inferiores – negros, índios e os mestiços – são incapazes de conviver com e compreender a legislação da raça branca “superior” e “civilizada”, uma vez que a sua inferioridade biológica as impediria de ter este comportamento.

Rodrigues pensava na criação de leis de acordo com as características físicas como uma forma de proteção das “raças inferiores”. A questão era a de que sendo julgada por valores admitidos como “corretos” pela raça branca, os demais membros da “raças inferiores” seriam sempre injustiçados, uma vez que não tinham a capacidade mental de interpretar e compreender estes valores. Neste sentido, ele os comparava a crianças, possuidores de uma visão limitada do mundo e das coisas.

Segundo Lilia Schwarcz, Nina *“defendeu assim uma idéia bastante “moderna” da relatividade do crime e a associou à questão da imputabilidade: certas raças seriam responsáveis; de outras não se podia cobrar o que, simplesmente, não existia.”*⁴⁰¹

Este pensamento possuía uma contradição para Rodrigues, já que as leis deveriam

⁴⁰⁰Idem, p. 210

⁴⁰¹Schwarcz, Lilia, “Quando a desigualdade é a diferença: reflexões sobre a antropologia criminal e mestiçagem na obra de Nina Rodrigues”, In *Gazeta Médica da Bahia*, op cit, p. 48

ser divididas por zonas onde predominavam elementos de uma das raças ou de mestiços. Mas o que fazer no caso das minorias? Como julgá-las? Como julgar um branco numa zona predominantemente negra ou um negro ou mestiço numa zona branca?

Um ponto que chama a atenção nesta obra é que Nina Rodrigues procurou, de forma bastante concisa, aplicar as teorias raciais, produzir uma visão na qual as raças ou as características físicas e comportamentais relacionados a estas funcionavam como numa prisão, na qual cada raça tinha o seu limitador, desprezando o livre arbítrio e a vontade do indivíduo.

Em algumas passagens, ele diz que os mestiços e negros tentam se superar, o que indicaria uma vontade própria deles em ascender socialmente – algo que Nina refuta ao criticar o livre arbítrio.

Indo mais além, podemos verificar que o autor não demonstrava quaisquer aberturas para interpretar os comportamentos que atribui às raças às relações sociais, principalmente derivados da miséria, da opressão e da escravidão, que era ainda muito forte quando ele escreveu o livro (apenas 6 anos após a abolição). Neste sentido, a avaliação que faz é incoerente e incompleta, buscando sempre na Biologia, com uma ênfase maior que Sílvio Romero, a explicação do comportamento humano. Se Romero via no mestiço a base do povo brasileiro, enaltecendo os seus valores, Nina Rodrigues via o mestiço sempre como um degenerado, um ser em constante desequilíbrio, causador de problemas, como no exemplo de Canudos.

De fato, Schwarcz faz uma análise comparativa entre Sílvio Romero e Nina Rodrigues, que apontava exatamente para esta questão:

*“Aqui se encontra o impasse central entre os dois autores: enquanto Sílvio Romero acredita no branqueamento geral da população local – resultante da superioridade racial ou do efeito da imigração branca por ele propugnada –; já Nina Rodrigues afirma que “o futuro será mestiço”. Por outro lado, Sílvio Romero via o Brasil sob a chave da unidade; ao passo que Nina Rodrigues destacaria a diferença existente entre as raças no conjunto do território nacional. A diferença nomeada a partir de culturas, seria, não obstante, “racial”, em, portanto, “essencial””.*⁴⁰²

A solução que ele defendia, a criação das leis penais vinculadas à definição de raça,

402Schwarcz, Lilia. Op cit, p. 50

implicava mais problemas que soluções. Abria assim um espaço para a segregação social e uma legislação semelhante a um “apartheid”, onde as diferenças raciais determinariam sua situação legal. Porém é importante lembrar que o autor interpretava esta necessidade como uma forma de proteger os negros e as demais “raças inferiores” e não no sentido de discriminar para garantir privilégios de um grupo social.

De certa maneira, Nina Rodrigues não encontrou uma solução para o problema: como construir uma sociedade “civilizada e européia” onde a maioria da população não se adequava por questões raciais? Esta era a pergunta que o inquietava. Ele percebia a necessidade de explorar mais o tema e as características psicológicas das “raças inferiores”. E se dedicou a estudar o negro de uma forma mais ampla e profunda para então avaliar as potencialidades desse grupo para a sociedade brasileira. O resultado desta pesquisa, foi a sua obra mais importante e conhecida, *Os africanos no Brasil*.

4 – Os africanos no Brasil: O negro na sociedade brasileira

Em comparação com os estudos anteriores sobre *As Coletividades anormais* e principalmente *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, a obra de Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil* já apresenta transformações muito positivas. Primeiramente, porque ao contrário dos outros dois livros, este foi o resultado de um trabalho empírico, no qual Rodrigues estava diretamente envolvido. Não que o empirismo do autor deixasse de se manifestar nos trabalhos anteriores, mas é em *Os africanos no Brasil* que ele aparece de forma mais presente e com maior vigor.

Trata-se de um trabalho póstumo, publicado somente em 1932 por um de seus discípulos, Homero Pires, mas que estava sendo impresso quando da morte do autor. Por esta razão, é possível defini-lo como a obra mais importante e madura de Nina Rodrigues, mostrando aqui um retrato inédito no país. Da mesma forma que Sílvio Romero foi o pioneiro nos estudos sobre o folclore e Euclides sobre o sertanejo, Nina Rodrigues o foi sobre o negro.

O racismo científico continuava espalhado por toda a obra, mas aqui ele é contrabalanceado pelo estudo da vida do negro, do seu comportamento, suas línguas, seus costumes e sua história. Aqui, as tensões que incomodavam e ficavam mais evidentes que

na obra de Sílvio Romero vêm à tona com toda a intensidade, mostrando a preocupação do autor em adequar a teorias raciais ao estudo empírico do negro.

Os africanos no Brasil, é uma obra importante e fundamental não somente para o estudo de Nina Rodrigues, mas também para o estudo mais geral do negro brasileiro. Neste sentido, o próprio título do livro (*Os africanos no Brasil*), já sugere a existência de dois elementos, o dos africanos (povo), agindo dentro do espaço geográfico (Brasil). O título da obra evidenciava o negro não como sendo apenas um componente da sociedade brasileira, mas sim como um agente, definido e agindo sobre este território.

A necessidade de estudar o negro ficava evidente, era a citação de Sílvio Romero sobre a ausência de estudos a respeito do negro. O fato de o negro ser considerado inferior por Nina Rodrigues não o impediu de fazer uma obra que justamente servia para compreender essa população.

A princípio, Nina fala da escravidão e da abolição. Ele volta a mencionar aqui a relação da escravidão com a evolução do povo negro, mostrando que este vivia num estágio de evolução atrasado, onde a prática da escravidão seria admitida. Mas salientava a importância da abolição e condenava a escravidão:

*“A escravidão se extinguiu, o negro é um cidadão como qualquer outro, e entregue a si poderia suplantiar ou dominar o branco. Todavia domina o país a simpatia da campanha abolicionista e instintivamente todos se querem por de protetores da raça negra.”*⁴⁰³

Mais adiante, Nina Rodrigues faz uma separação entre a ciência – que estudava o negro – e a exploração por este sofrida em razão da escravidão:

*“O critério científico da inferioridade da raça negra nada tem de comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravistas dos norte-americanos. Para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções.”*⁴⁰⁴

Para Nina, assim como para Romero e Euclides da Cunha, a ciência era quem explicava a idéia de inferioridade racial e portanto não justificava nem a violência nem

403Rodrigues, Nina, *Os africanos no Brasil*, op.cit, p. 4.

404Idem, p. 5

mesmo os preconceitos sobre as “raças inferiores”. Aprofundando este raciocínio, Nina Rodrigues condenava quaisquer formas de preconceitos:

*“se a ciência não pode, pois, deixar de levar em conta, como fator sociológico, os prejuízos de castas e raças, em compensação nunca poderão estes influir nos seus juízos.”*⁴⁰⁵

Em outras palavras: era a ciência quem daria a opinião final sobre a questão do negro.

Aqui, faltou a Nina Rodrigues um ponto importante, uma reflexão sobre a origem das próprias teorias raciais. O autor criticava e condenava a prática dos preconceitos, mas não teve o discernimento para questionar a própria origem das idéias que ele professava. Ele condenava o preconceito, mas este era resultado da ciência da época também, não fruto somente destes mesmos sentimentos. Seu pensamento foi marcado por uma constante tensão entre a análise social do negro e as teorias raciais.

Ele condena aqueles que afirmam a inexistência do problema do “negro” no Brasil, contra-argumentando que havia um descaso dos publicistas referentes ao negro e sobre o problema social do negro. Mostra a campanha abolicionista surgindo de uma forma tímida e mal articulada, que só aos poucos conseguiu ganhar força e vulto até atingir o seu objetivo final. Da mesma forma, lembra a incorporação do negro na sociedade através da miscigenação e da assimilação com a população branca.

Ao comparar a situação com os EEUU, onde a solução do problema do negro foi a segregação e não a miscigenação, ele questionou: se adotamos a miscigenação, esta nos desobrigaria de estudar o homem negro no Brasil?

*“A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as minhas simpatias de que acercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo.”*⁴⁰⁶

Com esta idéia em mente, Nina Rodrigues levava em conta os efeitos da escravidão sobre os negros e suas qualidades como colonos, considerando

“a supremacia imediata ou mediata da raça negra nociva à nossa

405Idem, p. 5

406Idem, p. 7

nacionalidade, prejudicial em todo o caso a sua influência não sofreada ao progresso e à cultura do nosso povo.”⁴⁰⁷

Por trás desta passagem, é importante ressaltar, existia a comparação com os EEUU, onde a civilização se estabeleceu, aparentemente, dissociada do negro, mostrando assim seu sucesso e progresso.

Da mesma forma, ele temia pela separação ou pela diferenciação do Brasil, com um norte mestiço e negro (portanto inferior) e o sul branco e próspero, algo que também atormentava Sílvio Romero. Neste aspecto, ainda, Nina condenava quaisquer tentativas de trazer negros americanos para viver no Brasil como imigrantes, uma vez que isto poderia inviabilizar o progresso do país.

Rodrigues se dedicava a estudar a origem dos negros brasileiros, para assim poder compreender a formação cultural destes e sua reprodução no Brasil. A princípio, Nina definia o que para ele era o diferencial do negro ser uma minoria segregada nos EEUU, ao passo que no Brasil ele é a maioria ou se fez presente na sociedade em razão do mestiçamento. Desse modo, a importância do negro seria imensa na formação social do Brasil.

Ele relatava a abrangência da escravidão e do tráfico negreiro, mostrando o papel reservado aos negros na América:

*“os negros, sem laços de sangue, nem de outras comunhões sociais, ainda estrangeiros na América, mais não eram do que simples máquinas ou instrumentos de trabalho”*⁴⁰⁸.

De forma irônica, Nina Rodrigues valorizava o negro e o seu papel na história brasileira. Via nele e em seu trabalho como escravo um papel importante, talvez o maior, exercido na construção do Brasil.

Indo ao encontro desta idéia, Nina lembra o apelo feito por Sílvio Romero sobre a necessidade dos estudos dedicados aos negros:

“Exigências do ensino da Medicina legal, disciplina que professo, impondo-me o dever de desconhecer de perto os negros brasileiros, ofereceram-me oportunidade de apreciar a exatidão do juízo externado há vinte anos pelo Dr.

⁴⁰⁷Idem, p. 7

⁴⁰⁸Idem, p. 14

Silvio Romero”.⁴⁰⁹

Da mesma forma que elogia Romero, estabelece a Bahia como sendo o Estado brasileiro mais importante para o estudo do negro, em razão da comunidade negra e da existência, em seu tempo, de negros originados da África.

Rodrigues detalhou o processo no qual foi introduzido o negro no Brasil através da escravidão. Um ponto fundamental é sua visão sobre a África na qual não vê o continente como sendo composto de uma única “raça” ou grupo “étnico”. O autor percebia, ao contrário de Romero (que via somente o “negro”), a existência de vários grupos culturais africanos, mostrando assim a diversidade da população africana e seu reflexo na população negra brasileira.

Mencionava que a população negra brasileira era formada por elementos oriundos de vários povos, tais como os congos, cabindas, angolas, macuas, anjicos, entre outros. O importante aqui, é que o autor tem a clara preocupação em conhecer a nacionalidade e a origem do negro brasileiro.

Nina Rodrigues não via o negro apenas como um grupo étnico, da mesma forma que Romero. Ele via o negro como sendo composto de diversos grupos, o que ampliava a sua visão e percepção da realidade. Mas, de forma fundamental, ele conseguia enxergar muito mais do “negro”: ele via o africano composto de várias etnias, de várias culturas. Este fato é fundamental e importante para podermos compreender a perspectiva de Nina: ele chegava muitas vezes a superar o conceito de “negro” para compreendê-lo como um grupo étnico.

Vendo o negro desta forma, Nina Rodrigues pode compreendê-lo com mais profundidade, analisando-o em todos os seus aspectos culturais, das mais variadas culturas africanas. Por trás do termo “negro” havia uma gama de cultura e de povos, sendo um dos primeiros pensadores brasileiros a pensar o negro desta forma.

O que chama a atenção aqui não é apenas a crítica que ele faz sobre a falta de estudos a respeito do negro, mas também sobre a documentação acumulada no que se refere ao grupo e à escravidão. Mostra a importância das estatísticas do tráfico, a história do comércio de escravos no Brasil, Portugal e na África como fontes principais de pesquisa, mas lamenta que a maior fonte de informações, referentes aos arquivos sobre a escravidão tivessem sido destruídas por ordem do Ministério da Fazenda (gestão Rui Barbosa).

⁴⁰⁹Idem, p. 17

Em uma crítica que fez a este ato, ele diz de forma bastante contundente:
*“se o fogo a que se mandou entregar o arquivo da escravidão, não é capaz de cancelar a história impressa essa instituição, mais impotente há de ser para esgotar o sangue africano que, nas veias do nosso povo, estará a atestar de contínuo, na sua emigração da terra natal, a instituição que a promoveu.”*⁴¹⁰

Assim, Rodrigues abria o espaço para indignação a respeito do negro na sociedade brasileira. Mesmo aceitando sua inferioridade racial frente às demais raças, é importante dizer que ele não queria que a história do negro no Brasil fosse apagada. De uma forma irônica, ele demonstrava que a história da escravidão jamais seria apagada, uma vez que os descendentes dos escravos estariam sempre representados, seja através do negro ou do mestiço, o que impossibilitaria apagar aquela história. Em outras palavras: as evidências da escravidão estariam sempre entre nós.

Nina Rodrigues se dedicou a fazer uma reconstrução histórica do tráfico de escravos negros para o Brasil, sem levar em conta ou abordar as teorias raciais. A disputa pelo comércio, pelas áreas de captura e envio de escravos é descrita por ele de uma forma histórica, mostrando não apenas a participação portuguesa e brasileira, mas também a africana:

*“Vencida a tenaz resistência oposta pelos pequenos estados marítimos dos Popôs, de Porto Novo e Ajudá ou Whydah e Andras, que foram todos subjugados ou absorvidos, o reino de Daomé dominava, no começo do século XIX, a Costa dos Escravos, só tendo a recear-se do reino de Yorubá, muito central para influir no tráfico e já a esse tempo combalido na sua importância guerreira e política, pela invasão dos haussás.”*⁴¹¹

Mostra também a influência dos reinos africanos no comércio com os brasileiros, onde predominava o mestiço, como árbitro do tráfico.

O tráfico era uma atividade que envolvia as potências européias, a população brasileira e os reinos africanos. Nina Rodrigues mostrava aqui uma visão bastante lúcida e ampla do processo, procurando retratar a questão da escravidão negra com uma visão mais apurada. Assim, ele faz a reflexão sobre a importação dos negros para o Brasil e a sua localização dentro do espaço brasileiro:

⁴¹⁰Idem, p. 23

⁴¹¹Idem, p. 28

*“No entanto, tudo leva a crer que tais intuitos de boa prudência se tivessem frustrado na prática, pois na Bahia fortemente se fez sentir a ascendência dos sudaneses, ao passo que em Pernambuco e no Rio de Janeiro prevaleceram sobretudo os negros austrais do grupo banto”.*⁴¹²

Este argumento foi utilizado por Nina Rodrigues para criticar e mostrar o engano de autores como Sílvio Romero e João Ribeiro, ilustrando que as observações destes sobre o negro se referiam aos bantos, introduzidos em todo o país, mas não predominantes na Bahia, onde haviam sido trazidos negros sudaneses, vistos por Nina Rodrigues como superiores aos demais negros trazidos para o país:

*“Mas agora a história dos negros no Brasil, corrigindo e completando a indicação bruta ou em grosso da sede do tráfico e da procedência dos navios negreiros, discriminar melhor as nacionalidades dos escravos. Dentre estes, se não a numérica, pelo menos a proeminência intelectual e social coube sem contestação aos negros sudaneses.”*⁴¹³

A questão dos negros sudaneses na Bahia era importante por uma razão especial: compreender as revoltas de escravos na Bahia, particularmente na primeira metade do século XIX, e que estiveram todas vinculadas ao culto do islamismo.

*“os escritores de ânimo liberal viam nas insurreições dos negros uma nobre revolta de oprimidos contra a usurpação da liberdade, em cuja reivindicação davam por vezes, notáveis exemplos do mais belo heroísmo.”*⁴¹⁴

Mas, indo além do simples elogio à população negra contra a escravidão e opressão, o autor identificava como um fator importante do conflito a origem e a influência da população negra. Rodrigues mostrava aqui uma superação do seu racismo, procurando entender o negro sob um ponto de vista antropológico e histórico, ao invés do que usualmente fazia, isto é, o racial.

Partindo deste princípio, Nina Rodrigues discutia que além do sentimento de opressão que eles sofriam, havia sentimentos que eles traziam da África. Importante: Nina Rodrigues procurou estudar estes povos africanos dentro de um contexto social e antropológico, enfatizando a formação social e cultural desta população.

⁴¹²Idem, p. 31

⁴¹³Idem, p. 37

⁴¹⁴Idem, p. 38

Por exemplo, existem passagens como

*“Mas o valor especial da importação do começo do século XIX está na influência que a esse tempo principiaram a exercer sobre eles os fulás e haussás maometanos. Repelidos pelos fulás, os negros haussás caíram sobre o grande e poderoso reino central de Iorubá e destruíram-lhe a capital Oyó.”*⁴¹⁵

Estas passagens, onde o autor fez uma análise social do negro (que era algo que inexistia com a mesma profundidade nas obras anteriores), valorizavam o estudo feito por Nina, mostrando aqui, um grau de superação do racismo científico e ao mesmo uma forma de análise social e antropológica, destacando os negros *haussás* trazidos para o Brasil, afirmando serem eles os mais florescentes e adiantados da África Central:

*“A língua haussá, bem estudada por europeus, estendia-se como língua de comércio e das cortes por vastíssima área; e sua literatura, ensina E. Reclus, era principalmente de obras religiosas, mas além disso havia manuscritos da língua indígena, escritos em caracteres árabes.”*⁴¹⁶

Assim, o autor conclui que sendo estes negros cultos, o sentimento religioso, adquirido com prática do islamismo, eles não poderiam servir de “*máquinas passivas de plantio agrícola*”. Nesta passagem existe um ponto fundamental da análise de Nina Rodrigues ao perceber com clareza a cultura destes africanos, ele pode conceber aqui uma crítica a escravidão não tomando a raça como determinante, mas sim a cultura e a formação. Seria como se a escravidão se desse por uma questão cultural e não racial.

Um achado importante de Nina Rodrigues é que via os senhores de engenho como opressores, como um elemento que maltratava os negros e os humilhava, procurando assim, através da brutalidade, transformá-los em uma máquina, em um objeto de uso, desprezando sua vida e sua cultura:

*“Por sua ignorância e brutalidade dos senhores brancos reataram-se os laços dos imigrados; sob o duro regime do cativo reconstruíram, como puderam, as práticas, os usos e as crenças da pátria longínqua”.*⁴¹⁷

Nina Rodrigues relacionava o papel do islamismo em dar aos negros uma união, uma coesão, que depois seria de fundamental importância para sua luta contra a escravidão.

⁴¹⁵Idem, p. 40

⁴¹⁶Idem, p. 40

⁴¹⁷Idem, p. 41

Para ele, o fato de que muitos negros seguissem a religião islâmica reforçou neles um sentimento de unidade, de união cultural – até mesmo porque eles eram alfabetizados em língua árabe, o que lhes dava força enquanto movimento, tendo como resultado as diversas insurreições muçulmanas ao longo das primeiras décadas do século XIX, culminando na revolta de 1835 (a revolta dos malês).

Sobre esta revolta, que entrou para a História como a revolta dos Malês, ela tomou maiores proporções, com o estatuto de guerra santa. Para o autor, esta revolta teria sido a culminância de todos os elementos, fossem estes da opressão da escravidão ou da liberdade e das crenças religiosas de seus integrantes.

A descrição do conflito ilustra com muito clareza a tensão existente no pensamento de Nina Rodrigues acerca do racismo científico e da sua análise social e antropológica. O autor ilustrou a organização dos negros, sua união através da cultura e religião. Eles aparecem como seres humanos, agentes da história, pessoas que lutavam por um ideal e por sua liberdade.

Nina Rodrigues não chegou a reduzir por completo a revolta como uma guerra religiosa, mas ele deixa este ponto bastante evidente em seu texto:

*“Era evidente que a justiça, o governo e o clero não chegaram a compreender o espírito da insurreição.”*⁴¹⁸

E ainda mais, o autor mostrava uma verdadeira admiração pelos malês ao dizer: *“E, todavia, a insurreição de 1835 não tinha sido um levante brutal de senzalas, uma simples insubordinação de escravos, mas sim um empreendimento de homens de certo valor. Admirável a coragem, a nobre lealdade com que se portaram os mais influentes.”*⁴¹⁹

Ele interpretava a questão do negro de uma forma bastante positiva e até elogiosa, a ponto de dizer que

*“quis o destino que os heróis da insurreição tivessem execução condigna. Não se tendo encontrado carrasco, os negros condenados à morte não puderam ser enforcados como criminosos, pelo que foram fuzilados como soldados. O plano da insurreição estava na altura do valor dos seus promotores.”*⁴²⁰

⁴¹⁸Idem, p. 57

⁴¹⁹Idem, p. 57

⁴²⁰Idem, p. 58

Valorizando e admirando o movimento, Nina Rodrigues era a própria contradição em relação ao racismo científico. Procurou ver, na análise sobre o conflito, os negros nos mesmos patamares com os quais analisaria o homem branco, mostrando, aqui uma tensão em relação às teorias racistas. O resultado desta tensão é evidenciado em sua conclusão sobre o movimento e, principalmente, na forma como o negro enxergava a questão da guerra santa ou islâmica. Da mesma forma como criticava o fetichismo de outros negros e mestiços, Rodrigues procurava adequar os negros islâmicos no perfil de raças inferiores. Neste ponto, ele se “esquecia” da análise social que havia feito, procurando a resposta em sua análise biológica.

Partindo deste princípio, João José dos Reis salienta a importância dos estudos de Nina Rodrigues sobre a revolta dos Malês, como sendo o primeiro estudo sério à respeito do tema⁴²¹.

Assim, ele disse que da mesma forma como acontecia com o Catolicismo, a prática do Islamismo entre os negros sofria por estes serem inferiores, o que os impediria de compreendê-las a fundo, ficando somente numa análise superficial:

*“Hoje ainda muito superiores à capacidade religiosa deles e que, apesar das transações feitas com o fetichismo, só se podem manter com o recurso de circunstâncias todas exteriores especialmente mediante uma propaganda contínua”*⁴²².

É pensando neste assunto que Nina defendia a idéia de que o negro tinha uma tendência natural para o fetichismo, adaptando-o a uma prática religiosa (tal como o culto católico e islâmico) através de um “sincretismo religioso”, uma vez que não conseguia compreender como um todo ou com uma maior profundidade as outras religiões. Isto aconteceria em razão da sua inferioridade racial, que reduzia a capacidade em compreender sua realidade.

Porém, de uma forma bastante curiosa, foi pesquisando nos candomblés de Salvador que Nina pode compreender como se processava a mentalidade e a cultura africana. Mas como assinala Consuelo Pondé de Sena. Entretanto, Nina Rodrigues, não acreditava na “capacidade do negro de elevar-se até a visão do catolicismo”, enquanto Oliveira Vianna sustentava ser o negro antropológicamente inferior, posições preconceituosas que

421 Reis, João José. *Rebelião escrava no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 176

422 Rodrigues, Nina, *op.cit.*, p. 61

contrastavam com a avaliação de Gilberto Freyre, conforme lembra Sebastião Heber. Nina percebia, naturalmente, o valor daqueles cultos, que se organizaram depois do século XVIII.”⁴²³

Neste mesmo sentido, Freyre faz uma crítica ao dizer que foi um erro de Nina Rodrigues a avaliação de que a catequese era uma ilusão, em razão da impossibilidade de se educar o negro como um católico. Como ele diz:

*“Aliás o ponto de partida da tese de Nina Rodrigues, consideramo-lo falso o da incapacidade da raça negra de elevar-se às abstrações do cristianismo. Nina Rodrigues foi dos que acreditaram na lenda da inaptidão do negro para todo surto intelectual. E não admitida a possibilidade do negro de elevar-se até o catolicismo.”*⁴²⁴

Nina Rodrigues, portanto deixa à mostra nestas tensões a sua dificuldade de compreensão da realidade em conjunto com as teorias raciais. Ele conseguia criar um quadro onde podia enxergar toda a dimensão da vida dos negros muçulmanos, incluindo aí sua origem e formação cultural, mas ainda vinculado às teorias racistas. Sua avaliação sobre eles era marcada pela tensão da análise cultural confrontada com estas teorias.

Esta observação fica evidente no estudo em que ele explora os outros conflitos e rebeliões de escravos, em particular a formação do quilombo de Palmares. O autor enaltece o valor e a dimensão do quilombo, bem como a sua longevidade e importância enquanto forma de resistência e luta do escravo. Relata também as inúmeras expedições enviadas a fim de destruir o quilombo desde o período de lutas contra o holandês (Restauração) até à destruição final, em 1697.

Buscando fontes em Rocha Pita e em documentos holandeses, Nina Rodrigues procurou fazer uma descrição do quilombo, mostrando sua organização, tanto aspectos físicos (organização urbana e rural) quanto da organização social, como o Zambi (seria Zumbi?) como o “rei” e a existência de chefes que também tinham o poder sobre determinadas áreas do quilombo. Da mesma forma, ele descrevia a criação de leis que regulamentavam a vida e a convivência dentro do quilombo:

“Crescia, todavia, a nação negra que, dando-lhe mais e mais à agricultura, passou a estreitar com os vizinhos, a cujo respeito já se impunham pelo

⁴²³Sena, Consuelo Pondé. “A Bahia de Nina Rodrigues”, in *Revista Prova material*, Salvador, ano 3, especial, dezembro de 2006, p. 16

⁴²⁴Freyre, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Op cit, p. 440

número, relações comerciais em que, como em África, os produtos extrativos se permutavam com artigos industriais, sobretudo armas e munições.”⁴²⁵

Mas criticava a qualificação de Palmares como sendo um Estado, bem como a sua organização social, criticando também a forma de governo (por exemplo a inexistência de eleições diretas), relacionando a sua organização como típica da África selvagem, onde se tornava o chefe o mais hábil ou sagaz.

Além disso, o autor procurava mostra o quilombo como sendo um lugar atrasado, primitivo, que parecia, sob vários aspectos, a própria África selvagem. Os negros reproduziriam assim, em Palmares, o seu estágio “primitivo” de organização social:

*“O que se apura, em resumo, das descrições conhecidas é que em liberdade os negros de Palmares se organizaram em um Estado em tudo equivalente aos que atualmente se encontram por toda a África ainda inculta”.*⁴²⁶

O autor descrevia a *República dos Palmares*, como uma reprodução de uma vida tribal africana, onde eram aceitos não apenas negros, mas também pessoas de mais variadas origens (aventureiros, brancos pobres, etc) que decidiram viver no quilombo, evidenciando assim que no quilombo não apenas se reproduziam os sentimentos do exclusivo do povo negro, mas também de outras pessoas que migraram para lá.

Nina Rodrigues mostrava que não acreditava no sucesso do estabelecimento de uma nação negra, como Palmares, no Brasil, que poderia ser semelhante às colônias francesas no Sudão com uma tendência a se tornarem agressivas e independentes.

Assim, disse que Palmares, embora produzisse uma grande simpatia, simbolizando a luta pela liberdade e pela ação heróica dos seus chefes que preferiram o suicídio ao invés do regresso a escravidão, deveria ser destruído, uma vez que sua permanência poderia ser ruim para o Brasil, já que Nina não acreditava na possibilidade dos negros criarem uma sociedade próspera; eles apenas reproduziriam a mesma sociedade primitiva africana.

Isto poderia, então, representar um perigo para o futuro do Brasil, uma vez que o manteria atrasado:

“A todos os respeito menos discutível é o serviço relevante prestado pelas armas portuguesas e coloniais, destruindo de uma vez a maior das ameaças à civilização do futuro povo brasileiro, nesse novo Haiti, refratário ao progresso

⁴²⁵Rodrigues, Nina, *op.cit.*, p. 75

⁴²⁶Idem, pág 77

e inacessível à civilização, que Palmares vitorioso teria plantado no coração do Brasil. E esse sucesso não foi produto de uma ação fácil e sem perigo. Custou, ao contrário, à tenacidade e providência do governo colonial, grandes sacrifícios de homens e dinheiro.”⁴²⁷

Ficava evidente que para Nina Rodrigues o negro não era capaz de criar sozinho uma civilização progressista, sendo que nos poucos casos onde ele teve esta oportunidade de fazê-lo demonstrou ser um enorme fracasso (enquanto civilização), mostrando, assim, o perigo de deixar o negro como a figura central da sociedade brasileira.

Este é um ponto bastante controverso do próprio autor. Para Nina o negro representava um ser humano em um estágio inferior no desenvolvimento social; não um ser humano incapaz de se desenvolver. O negro sempre iria reproduzir o mundo “primitivo” e “bárbaro” ao qual havia sido confinado e no qual ele foi gerado; assim se tornava um elemento estranho à civilização.

Em *A Tróia Negra*, Nina Rodrigues explorou a questão de Palmares de uma forma mais aprofundada, demonstrando uma visão bastante conflituosa e contraditória à respeito deste movimento, que se por um lado ele demonstrava interesse na sua destruição, por outro ele mostrava uma tristeza e resignação.

A descrição que ele faz nos remete a de Euclides da Cunha, que testemunhou a destruição de Canudos. Com ele diz:

“ a destruição de Palmares foi completa; os habitantes reduzidos todos à escravidão e as habitações totalmente arrasadas. Celebrou-se em Olinda uma missa em ação de graças, realizou uma procissão e a capitania entregou-se às maiores expansões de alegria.”⁴²⁸

Assim Nina diz que estava destruída a “Tróia Negra”, valorizando bastante o fato dos líderes do movimento terem cometido suicídio ao invés do cativo ou a execução. Como ele diz:

“Não querendo sobreviver à perda de Palmares, o Zambi e a sua guarda dali se precipitaram, preferindo a morte gloriosa ao cativo desonrante, que os

⁴²⁷Idem, p. 78

⁴²⁸Rodrigues, Nina. “A Tróia Negra – erros e lacunas da história de Palmares” – In Silva, Leonardo Dantas (org.), *Estudos sobre a escravidão negra*, Recife, ed. Massangame, Fundação Joaquim Nabuco, 1988, p.

aguardava.”⁴²⁹

Mas um dos fatos que mais chamaram a atenção de Nina Rodrigues é a sua indagação de como estava Palmares estruturada do ponto de vista social e étnico. Como ele diz:

“Que raça, que povo negro fez Palmares ou ali predominou; que crenças professava; a que grau de cultura tinha atingido; que capacidade de organização social possuía, tais são outras tantas interrogações, que não figuram no questionário do desembargador Silva Pontes, mas que constituem a essência mesma das investigações que nos ocupam.”⁴³⁰

Além de Palmares, Nina Rodrigues cita casos de outras rebeliões de escravos, tais como a de 1756, em Minas Gerais, onde se verificou um outro levante, porém mais elaborado e sem o conteúdo religioso registrado no caso dos malês na Bahia, e outros ocorridos no Maranhão, em São Tomé, no Mato Grosso e no Rio de Janeiro.

Um último dado importante e que vale a pena ressaltar é a preocupação do autor em descrever a vida do quilombo dos Palmares, procurando entender os seus costumes, suas línguas, sua organização social e religiosa. Não importava mais ao autor definir que o quilombo representava a inferioridade do povo negro; era importante descrever a organização social antes de se definir as causas esta inferioridade:

“Na cultura e política não consta que Palmares fosse além da ordem estabelecida na direção de defesa interna e externa de onde procederam os Zambis, os seus magnates, auxiliares, mestres-de-campos e juízes, seus conselhos e assembléias como não consta na ordem industrial tivesse passado da aplicação agrícola e comercial, estritamente necessária à manutenção do pequeno Estado. E tudo isto em nada excede a capacidade dos povos bantos. Antes se pode afirmar que francamente voltaram eles a barbaria africana.”⁴³¹

Nina Rodrigues percebia que a condição de escravo é que fazia com o negro se rebelasse e que esta condição o levava à fuga e à rebelião. Assim, ele alerta que desde o começo, se viam os negros como objetos e não como seres humanos que tinham os seus valores e sentimentos e que nutriam aspirações de vida melhor.

429Idem, p. 30

430 Idem, p. 31

431Rodrigues, Nina. *Os africanos no Brasil*, op. cit, p. 93

É fácil perceber a denúncia que Nina Rodrigues fazia da degradação do negro, em razão da escravidão. Mas o autor separa os negros brasileiros em duas partes: a primeira representava os negros africanos, compostos pelos trazidos da África; já a segunda é referente aos negros “crioulos” (isto é, os negros nascidos no país). Esta definição se dava porque os negros brasileiros se sentiam como “brasileiros”, ou pelo menos, viam esta terra como sendo sua. Já os africanos mantinham uma memória da África, de sua terra natal, o que os levaria a criar a esperança num possível retorno. Aliás, Nina lembra inclusive que as comunidades crioulas tendiam a viver isoladas das comunidades africanas.

Nina descreve de uma forma bastante emotiva a partida de negros africanos, que depois da Abolição, decidiram emigrar de volta à África, lamentando a tristeza e a dor desta “*raça destroçada pela escravidão*”:

*“E, perante aquela cena comovente, a quantos espíritos teriam assaltado as graves cogitações dos benefícios e males que a este país trouxera e nele deixava aquela gente negra que, nas formas de uma satisfação, avisada e inconfessável, de puros interesses mercantis, o destino inconsciente dos povos atirara um dia na América Latina?”*⁴³²

Neste sentido e em complementação a tal idéia, vale a pena mencionar esta outra passagem:

*“A África real jamais poderá realizar, para a geada invernosa dos pobres velhos, a sorridente primavera a que a imaginação escaldada da mocidade estivera a emprestar, durante todo o longo martírio do cativo, doçuras e encantos de pura fantasia.”*⁴³³

Da mesma forma quer lamentava o tratamento dado ao negro africano e a vontade ou ilusão deste em um possível retorno à África, retrata, de forma contundente, o fato de quase já não existirem mais africanos originais no Brasil, o que dificultaria ou impossibilitaria o conhecimento da origem e da cultura destes negros.

Partindo para um grande trabalho de pesquisa de campo, Nina procurou descobrir e conhecer o lugar onde os negros africanos se estabeleciam em Salvador. Nesta pesquisa, desenvolveu um método de catalogação, procurando mostrar a origem dos negros baianos: nagôs, jejês, Minas (das línguas Tshi e Gá), Haussás (que eram todos de origem

⁴³²Idem, p. 99

⁴³³Idem, p. 99

muçulmana), tapas, nifês ou nupês; bornus, adamanás, gurumixis, gurúncis ou gríncis, fulás ou filarius, mandingas ou mandês e negros bantos.

Esta descrição tinha um caráter totalmente antropológico, não demonstrando quaisquer influências ou vínculos com o racismo científico, procurando fazer uma leitura bastante detalhada de cada um destes grupos.

A razão deste estudo tinha um objetivo claro: é para assim poder compreender o negro “crioulo”, que agora se tornava livre e cidadão do país. Conhecer a origem destes africanos era, pois, conhecer o negro brasileiro e entender quais eram as suas potencialidades para o futuro do Brasil.

Rodrigues também ressalta um outro ponto capital: a falta de estudos sobre os negros, resultante de um descaso, seja ele o africano ou o nascido no Brasil. A negligência, ou a falta de interesse em compreender o negro deixava de lado pontos que eram fundamentais para seu estudo, tais como as línguas africanas – quais foram introduzidas no Brasil, quais exerceram influência e qual o grau de influência que elas geraram na língua portuguesa falada no Brasil.

Assim, ele abria um ponto fundamental: o desconhecimento do Brasil pelos brasileiros e principalmente pelo descaso e o desconhecimento da cultura e língua africanas. Os intelectuais brasileiros não tinham a preocupação de estudar o negro e nem sua cultura.

Mesmo não sendo um filólogo (algo que Nina afirmava), ele fez um trabalho bastante primoroso sobre a origem e a classificação das línguas africanas, seja aquelas faladas na África, seja as que vieram para o Brasil.

O trabalho que Rodrigues teve e que apresentou não deixa de ser surpreendente. Ele faz um retrato detalhado dos idiomas, relacionando-os com filologia, geografia e cultura mas não com a raça. Sua análise aqui é objetiva, uma vez que a preocupação do autor era a identificação das línguas, se eram sudanesas, haussás, bantos, entre outras, mas mostrando mais uma forma de tensão, ao separar a raça da cultura, deixando de lado, momentaneamente, as teorias racistas:

“Como para as línguas sudanesas, é possível que, no correr dos tempos, algumas delas se tenham substituído como língua geral dos pretos bantos no Brasil; como é possível que das línguas bantos uma tivesse servido de língua

gera nas capitanias do norte a o mesmo tempo outras nas do sul.”⁴³⁴

A questão racial ficava, porem, mais evidente no estudo que Nina fazia sobre as “belas-artes” da população negra. Aqui, o autor a explora com ênfase, afirmando que o homem no seu estado selvagem ou bárbaro representava, de certa forma, o papel exercido por uma criança, onde se valorizava a mímica nas expressões culturais. Relacionava assim a dança entre os africanos e que, de certa forma, acabou sendo reproduzida aqui no Brasil, através das festas populares que se faziam nas cidades.

“A parte porque as danças africanas contribuíram para tomar o gosto artístico do nosso povo se exemplifica bem aqui na baía já em via de transforma-se em uma sobrevivência, aquelas danças exercem ainda hoje salientíssimo papel nas expansões populares do povo brasileiro.”⁴³⁵

Uma aspecto importante da tensão entre raça e cultura em Rodrigues era que ele criticava os jornais por estes verem com desconfiança e desprezo as festas populares dos negros, como o Candomblé e o Carnaval, e também pela polícia, que reprimia os negros. Assim ele fez uma critica ferrenha a este pensamento e à ação policial:

“As transcrições não visam salientar a extravagância pedagógica da teria que prega a educação ou a formação do sentimento estético de um povo a golpes de violência policial. A condenação do desacerto está na desoladora ineficácia com que na prática se vai revelando o remédio aconselhado.”⁴³⁶

Defendendo o negro, Nina Rodrigues critica a visão preconceituosa da sociedade sobre ele:

“Era uma injustiça, mas era antes tudo um erro. E por isso, reivindicando os direitos da verdade, a observação desapaixionada dos fatos havia de, infalível, um dia reabilitar os negros dos exageros dessa condenação tão sumária quanto infundada.”⁴³⁷

Aqui fica bastante evidente a tensão entre raça e cultura, preconceito e ciência. O autor mudou em relação a seus estudos anteriores, mostrando não apenas uma tendência a ver o negro como sendo parte da sociedade, mas também valorizando o seu papel enquanto agente social.

434Idem, p. 152

435Idem, p. 157

436Idem, p. 159

437Idem, p. 161

Um outro ponto é que Nina Rodrigues mostrava, neste estudo, um aprofundamento da sua crítica à escravidão. Via esta instituição como sendo a responsável pela degradação do negro brasileiro e que através da imagem construída deste, escondia suas reais qualidades. Ficava visível, para Nina, que se o negro podia ser considerado inferior, ele podia ser considerado também como um agente produtor de cultura.

Salientava a importância da pintura e da escultura africanas no Brasil, fazendo uma relação entre as peças da escultura produzidas no Brasil por negros com as produzidas em tribos africanas.

De fato, em um estudo sobre a arte negra brasileira e o papel de Nina Rodrigues, Marcelo B. Da Cunha e Eliane Nunes afirmavam o pioneirismo de Nina Rodrigues. Um aspecto curioso abordado por estes autores, que ilustra bem o pensamento de Nina Rodrigues e a sua tensão sobre o pensamento racista é que apesar de acreditar na inferioridade dos negros em relação aos brancos, ele acreditava que se os artistas negros tivessem acesso a escolas ou a arte erudita ocidental, ele poderiam se desenvolver de uma forma perfeita. Ela não negava a potencialidade do negro, mas também não negava a sua inferioridade.

Concluindo, eles dizem que:

*“Nina Rodrigues não compreendeu inteiramente a gramática formal da arte negra produzida na Bahia, mas é preciso que se diga que apesar das afirmações que hoje podemos apontar como resultantes de limitações relacionadas ao conhecimento da arte e então, reforçadas pelas teorias racistas vigentes, o seu mérito foi trazer à cena da época uma obra capital, que iniciou uma tradição de estudos sobre a temática, permitindo que na atualidade seja possível uma visão do quadro da produção de cultura material afro brasileira na virada do século XIX ao XX, dando visibilidade à presença negra na cultura e na arte brasileira de então e suas continuidades contemporâneas.”*⁴³⁸

Um ponto capital nesta relação se dá pela observação sobre a presença de caracteres da cultura branca na cultura negra:

“Apenas difícil decidir se o mestiçamento é aqui do produto reproduzido ou da concepção do artista. A associação dos caracteres das duas raças, que entre nós tão largamente se fundem, recebeu uma realização fantasista na

⁴³⁸Cunha, Marcelo B. Bernardo, Sandres, Juripurema, Soffar, Nunes, Eliane. “Nina Rodrigues e a constituição do campo da História da arte negra no Brasil”. In *Gazeta Médica da Bahia*, nº3 Suplemento 2, Salvador, dezembro de 2006, p. 28

*imaginação do artista negro? Ou limitou-se este a copiar a realidade, em espécimes oferecidos pela natureza?”*⁴³⁹

O autor define como sendo obra das duas procedências, seja a biológica (mestiçagem), seja a cultural, onde o negro se adaptava à cultura européia e à que estava se formando no Brasil. Ou ainda, retomando as suas teorias raciais,

*“Antes seria este um caso banal e simples da influência social, de sugestão ou imitação inconsciente, que, de regra, exercem as classes superiores dirigentes sobre as classes inferiores ou dirigidas”.*⁴⁴⁰

Em complementação a esta idéia, Nina encontrava na escultura do negro traços da cultura branca, o que traduzia uma idéia de mestiçagem, ou como diria Romero, uma mestiçagem das idéias, senão a do sangue.

Como ponto da tensão entre raça e cultura, muito presente em Nina, depois de fazer este estudo sobre a cultura negra e africana no Brasil, ele volta a buscar nas teorias raciais os tópicos para uma interpretação. Assim, desqualificava a escultura negra em relação à do branco, mas, por outro lado, elas serviam para documentar o valor da cultura artística

*“e, medidas por este padrão, revelam uma fase relativamente avançada da evolução do espírito humano”*⁴⁴¹

E complementava dizendo que: *“Com outros recursos, em outro meio, muito podem dar de si”.*⁴⁴² Em outro aspecto contraditório sobre as doutrinas raciais, Nina Rodrigues deixava bastante claro neste ponto que em outras condições a produção do negro poderia ser superior. Portanto, ao deixar evidente que o negro tinha um potencial maior de crescimento em razão do meio, a noção de que o negro era inferior em razão da raça perdia sentido, uma vez que com um meio superior, poderiam eles produzir mais e com melhor qualidade.

Trabalhando com as festas e com a cultura popular, Nina Rodrigues se aproximava dos estudos de Sílvio Romero acerca do folclore, inclusive fazendo um vínculo entre as manifestações culturais e as teorias raciais.

Ilustrando a influência do uso de totens nas festas populares brasileiras como sendo uma cultura africana adaptada ao país, Nina pode perceber a influência negra da cultura

⁴³⁹Rodrigues, Nina. *Op cit.*, p. 165

⁴⁴⁰Idem, p. 166

⁴⁴¹Idem, p. 169

⁴⁴²Idem, p. 170

popular, citando como exemplo a lavagem da Igreja do Bomfim em Salvador, que ele via vinculada a uma prática religiosa iorubana ou nagô.

Um outro aspecto da influência africana se dava com o Carnaval, produzindo assim uma cultura híbrida, na qual a dimensão negra se destacava:

*“É o caso dos clubes carnavalescos africanos no Bahia. As festas carnavalescas da Bahia, se reduzem ultimamente quase que a clubes africanos organizados por alguns africanos, negros crioulos e mestiços.”*⁴⁴³

(...)

*“As danças e cantigas africanas, que se exibiam com este sucesso no Carnaval, são as danças e cantos dos candomblés, do culto jeje-iorubano, fortemente radicado na nossa população de cor.”*⁴⁴⁴

Assim como sobre o Carnaval, Rodrigues identificou outras festas populares, tais como o Natal e Reis, influenciadas pelas festas e danças africanas. É evidente que para o autor se processava no Brasil um sincretismo cultural, na qual se fundiam valores oriundos tanto dos brancos como dos negros.

O mesmo processo, o autor verificava em seu estudo sobre o folclore popular, onde a mistura racial e cultural levava, inevitavelmente, à formação de um nova cultura popular brasileira, marcada essencialmente pela dificuldade de identificar a origem dos elementos que a compunham.

Ponto importante no seu estudo, Nina mostrava, aqui, mais uma vez, uma grande admiração pelo negro e pela forma como ele e sua cultura se enraizaram na cultura e na formação brasileira, à parte a questão da escravidão:

*“Mas basta conhecer a tendência incoercível do negro a falar, a contar história, no que são capazes de gastar dias e noites. Basta acrescentar a isto que à convivência íntima dos escravos com senhores acresceu sempre, durante a escravidão, o encargo de armas de menino confiado às negras, devia ter sido de inesgotável opulência.”*⁴⁴⁵

Percebe-se aqui, a tendência do autor a mostrar a fusão cultural acontecendo em decorrência do convívio, do contato, da transmissão e assimilação da cultura negra pela

⁴⁴³Idem, p. 180

⁴⁴⁴Idem, p. 181

⁴⁴⁵Idem, p. 184

branca, evidenciando que a fusão cultural era um processo inevitável e estava ligado, diretamente, ao contato, ao dia-a-dia da vida do negro com o branco no Brasil. Fica patente outra tensão no pensamento de Nina Rodrigues: vendo a transmissão pelo aspecto cultural e o relacionamento, como ele poderia justificar ou interpretar a questão racial?

Voltando à questão dos contos populares, o autor retomou Sílvio Romero, falando sobre a importância da obra *Contos populares do Brasil* por ser a única produzida no país com o objetivo de estudar este traço da cultura popular. Rodrigues alertava que Romero não conseguiu entender bem o critério analítico deste e criticou a forma de discriminação dos contos, em africanos, arianos e indígenas. Sobre este aspecto, Nina diz que ficava evidente em Sílvio Romero que ele relacionava muitos contos de origem negra como sendo de origem indígena. Ele relaciona este fato por Romero utilizar como fonte Couto de Magalhães. Depois de fazer um estudo de vários contos africanos, Nina Rodrigues chegou à seguinte conclusão:

“Os contos populares confirmam a poderosa influência exercida pelos negros na formação da nossa psicologia popular, mas pouco nos ensinam dos povos negros em particular”.⁴⁴⁶

Nina conseguia perceber a diferença entre os negros e a população brasileira. Mais ainda, Nina Rodrigues percebia que os estudos dos contos populares já não pertenciam mais somente aos negros, mas sim eram um produto cultural do povo brasileiro. Assim, ele validava a teoria da assimilação e do sincretismo cultural.

No que tange à questão das sobrevivências religiosas africanas, Rodrigues tinha uma visão bastante semelhante à questão das línguas e dos contos africanos.

Assim, ele definia que as práticas religiosas dos negros, oriundas da África, formas fetichistas eram as que mais se preservaram no país. Este fetichismo, com o passar do tempo, e com o final do tráfico de escravos para o Brasil, acabou se enraizando na sociedade brasileira, aprofundando assim um sincretismo religioso.

Ele também relata que o fetichismo, enquanto culto, acabou se reduzindo ao da mitologia jeje-iorubana. Descreve esta mitologia como vinculada a elementos naturais e fenômenos meteorológicos, mostrando a importância de Olorum (Céu-Deus) entre outros objetos de culto.

⁴⁴⁶Idem, p. 213

Nina Rodrigues procurou construir uma visão bastante ampla sobre a religião africana, identificando de forma detalhada as características desta religião, valorizando a mesma:

*“Mas já se pode afirmar que o tomismo iorubano marcha francamente para o terceiro período, o heterismo. Obatalá vai tornando-se apenas o esposo de Odudera e estas divindades se cindem, se apartam, se individualizam.”*⁴⁴⁷

Sérgio Ferreti assinala aqui a importância do estudo de Nina Rodrigues sobre a religião africana. Como ele diz:

*“Nina Rodrigues foi o pai fundador do campo de estudos das religiões afro-brasileiras, o pioneiro nessa área, e sua contribuição foi fundamental para estabelecer as diretrizes desse campos de estudos. Da mesma forma, os estudos sobre antropologia urbana tiveram nele um precursor, com análises de temas relacionados com a violência e a Medicina legal.”*⁴⁴⁸

Em comparação à religião indígena, Rodrigues afirmava que a concepção religiosa dos negros era muito superior à dos tupi-guaranis. Nina faz uma outra crítica a obra de Romero:

*“Para confundir, pois, negros e índios brasileiros na mesma inferioridade religiosa, como faz o Sr. Sílvio Romero, é preciso que se considerem todos os nossos negros de procedência banto, porquanto só estes dentre os negros são de pobreza mítica reconhecida.”*⁴⁴⁹

Esta não foi a primeira crítica que Rodrigues fez sobre algum ponto da obra de Sílvio Romero. Uma coisa que provavelmente incomodava Nina Rodrigues sobre Sílvio era o fato de este autor fazer generalizações, não se importando em segmentar as diferenças entre as diversas etnias do negro (algo que Nina fazia) e principalmente por não manter uma coerência metodológica (questão muito mais presente em Rodrigues).

Não que Nina não tivesse admiração por Sílvio Romero; ele tinha, como ficava evidente em citações sobre o trabalho daquele ensaísta na poesia e cultura popular e na aplicação do racismo científico à literatura. O que diferenciava era que o pensamento de

⁴⁴⁷Idem, p. 220

⁴⁴⁸Ferreti, Sérgio F. *Nina Rodrigues e a religião dos Orixás*. In *Gazeta Médica da Bahia* n° 3 Suplemento 2, Salvador, dezembro de 2006 p. 58

⁴⁴⁹Rodrigues, Nina. op.cit, p. 221

Sílvio Romero era bastante contraditório e carecia de uma maior metodologia analítica, fato este que chamava a atenção de Nina Rodrigues.

Nina compreendia, até por sua formação em Medicina, as teorias raciais e mesmo a análise social de uma forma mais diversificada, mais aprofundada, analisando as peculiaridades e não tanto as generalizações.

Voltando à questão da religião, Nina Rodrigues fazia uma comparação entre a religião dos negros praticada na África e no Brasil, ele dizia que na África estas religiões eram parte da religião do Estado e no Brasil elas apareceriam associadas às práticas de feitiçaria. Aqui, ele se aproxima da análise que fez de Lucas de Freira, em *As coletividades anormais*, onde dizia que no Brasil Lucas era um bandido, ao passo que se tivesse nascido na África seria um monarca.

Vale registrar a crítica que Nina fazia das leis brasileiras, que interpretavam a religião africana como um crime, e da sociedade brasileira, majoritariamente católica, que a criticava. Para o autor, existia um desprezo, que muitas vezes era apenas aparente e que assim provocava temor das classes dirigentes. Defendendo a religião africana, ele diz que

*“Hoje, cessada a escravidão, passaram elas à prepotência e ao arbítrio da polícia não mais esclarecida do que os antigos senhores e aos reclamos da opinião pública, que, pretendendo fazer de espírito forte e culto, revela a toda hora a mais supina ignorância do fenômeno sociológico.”*⁴⁵⁰

Da mesma forma, ele criticava a imprensa, que via como desorientada em relação ao assunto, criticando em conjunto a violência policial, chamando-a de “boçal” e acusando-a de exercer uma “estúpida violência” contra os candomblés.

Aprofundando este debate, Nina fez um trabalho de pesquisa em jornais (tais como *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Correio de Notícias*), onde ficava muito evidente falta de um conhecimento maior da imprensa sobre a cultura do negro.

Além disso, ele expôs uma quebra do paradigma racial: a cultura do negro, os candomblés não poderiam ser vistos como um crime; podiam ser contestados no nível teológico, mas jamais caracterizados como uma atividade criminosa. Cita a constituição brasileira que garantia a plena liberdade de consciência e culto e qualificava como crime as tentativas de negar este direito:

⁴⁵⁰Idem, p. 239

“Em que direito se baseia, pois, a constante intervenção da polícia na abusiva violação dos templos ou terreiros africanos, na destruição dos seus ídolos e imagens, na prisão, sem formalidade legais, dos pais-de-terreiro, e direitos de candomblés?”⁴⁵¹

Quais seriam as causas do tratamento dados aos negros? Para Nina, existem duas razões: a primeira, onde ficava evidente que era pelo “temor do feitiço”; e a outra se daria pela incapacidade da polícia judiciária de respeitar os direitos individuais garantidos pela lei.

Mencionava assim trechos de jornais onde ficava evidente a ação violenta e desnecessária da polícia, em assuntos, tais como o candomblé, onde ela não deveria agir por estar contra a lei.

Comparando a situação da Bahia com um exemplo da ação no sul dos EEUU, Nina evidenciava que o tratamento dado no Brasil não só se diferenciava deste, como também ilustrava a incapacidade da polícia brasileira na manutenção e no cumprimento das leis.

Assim, ele chegava a uma importante conclusão, onde se ilustrava, de forma bem clara, a tensão existente no campo das questões raciais, sobre a violência contra o negro:

“No círculo das minhas relações pessoais, tenho provocado por vezes dos implicados uma justificação da legalidade de tais violências. E outra não pude apurar senão o desprezo para essa raça negra, que não se pode qualificar, em boa intenção, de inferior, sem provocar protestos inflamados. E mais do que isso a falta de senso jurídico das classes dirigentes.”⁴⁵²

Esta passagem é bastante ilustrativa sobre a compreensão da tensão existente na mentalidade do autor. Nina deixou aqui bem clara a sua posição em relação a que a inferioridade do negro não justificava, em hipótese alguma, qualquer ato de violência contra ele. A violência contra o negro, era, assim, totalmente injustificável.

Separando a pessoa do negro (inferior racialmente) da sua crença religiosa, Nina Rodrigues chegava à conclusão de que apesar de valorizar esta crença, assim como o negro, a sua religião era inferior à do branco; mas por outro lado, nada justificava a violência e o desprezo em relação ao negro. Portanto, ele não contestava a inferioridade biológica do negro; ao contrário ele a reforçava. Mas isto não justificaria destrato, a violência contra ele,

451Idem, p. 247

452Idem, p. 251

o esquecimento desse homem. É verdade que, de certa forma, Nina Rodrigues reafirma aqui a importância de ver o negro como cidadão. Nina evoluiu bastante no que tange ao negro, desde as obras anteriores, do final do século XIX. Para o autor, o negro, mesmo considerado inferior, não deveria ser desprezado ou marginalizado.

Assim, ele conclui que seria de escassa informação a conclusão de que existiria uma impossibilidade futura de civilização ao negro, inclusive tomando como exemplo a História, dizendo que em um período histórico tão pequeno era difícil calcular esta possibilidade ou a *“condenação do negro a uma estagnação eterna na selvageria”*⁴⁵³

Nina registrou que, em estudos imparciais dos povos negros, eles possuem graus diferentes dentro de uma escala hierárquica de cultura, demonstrando que podem ser aptos a uma civilização futura, que poderia, ou não, ter as características da civilização européia.

Aliás, Nina assinalava os progressos da civilização européia e o seu impacto nas conquistas de outros países e com o imperialismo. Neste sentido, afirmava que não conseguia acreditar no sucesso do negro, procurando evidenciar que o seu progresso é lento e desigual ao do branco, o que tornaria inviável o convívio numa sociedade branca e “civilizada”.

O autor possuía uma visão evolucionista sobre a questão da colonização e do imperialismo. Para ele, a conquista da África não era vista como um ato de agressão, de opressão ou de conquista, mas sim como um ato de civilização. Era de certa forma natural que os europeus estivessem no domínio da África, por possuírem maior capacidade de organização e administração.

Já sobre as tentativas de garantir uma igualdade perante a lei, o autor considerava como sendo obra de “divagações sentimentais”:

*“A geral desapareição do índio em toda a América, a lenta e gradual sujeição dos povos negros à administração inteligente e exploradora dos povos brancos, tem sido a resposta, prática a essas divagações sentimentais.”*⁴⁵⁴

Mais importante, para Nina Rodrigues, é compreender como esta incapacidade dos negros – que não havia sido provada e era uma concepção teórica - poderia comprometer o futuro do Brasil. Preocupava-lhe a situação brasileira onde existia uma grande quantidade de negros e também de mestiços. Nina chegou a dizer que a moralidade do negro brasileiro

453Idem, p. 263

454Idem, p. 264

influenciou muito a forma de agir do povo, influenciando assim o desenvolvimento do país.

Pesquisando a respeito dos negros, Nina citava um trecho do trabalho de Ellis, onde este concluía que os negros viviam em um outro estágio evolutivo e portanto não eram capazes de se adaptar ou compreender “a cultura superior” dos europeus.

Partindo desta conclusão, Nina cita outro estudo, desta vez sobre o negro na América, onde ele teria melhores condições do que na África. Este estudo, de Mandarini, também era desfavorável ao negro, dizendo que ele vivia no último grau de civilização e de que em comparação com o branco ele agia como uma criança.

Da mesma forma, ele cita Morselli, onde este dizia que jamais se poderia admitir uma mesma capacidade evolutiva no branco e no negro.

Um achado aqui é a inconformidade de Nina Rodrigues com estas alegações. Ele critica estas observações, afirmando que o termo não esgotava a questão do negro no Brasil. O que se percebe em Rodrigues é um mal-estar, uma tensão entre as teorias racistas e a avaliação que fazia sobre o negro brasileiro. Ele não refuta a idéia de que a introdução de negros inferiores representaria um mal para a sociedade; por outro lado, dizia que foram introduzidos no Brasil negros mais adiantados, que não representavam os mais degradados, brutais e selvagens:

*“Aqui introduziu o tráfico poucos negros dos mais adiantados e mais do que isso mestiços camistas, convertidos ao islamismo e provenientes de estados africanos bárbaros sim, porém dos mais adiantados.”*⁴⁵⁵

Ao fazer uma distinção sobre a origem dos negros e a população brasileira, Nina deixava evidente a busca de resposta para o fato que ele evidenciava: a existência de uma cultura, de uma tradição, de uma história do povo negro brasileiro. Assim, ele descrevia a força dos camistas, a organização social dos negros na região da África na qual viviam, o uso de termos como “negróides mestiços”, tentando assim comprovar a viabilidade do negro brasileiro para a civilização. Ou melhor, o grau de viabilidade do negro para o progresso do país.

Nina Rodrigues não negou as teorias racistas e nem mesmo a inferioridade racial atribuída ao negro mas, de fato, ele questionava a interpretação na qual eram atribuídos ao negro vários males sociais, procurando mostrar sua força e suas qualidades.

⁴⁵⁵Idem, p. 269

Os africanos no Brasil é uma obra muito significativa porque o autor se mostrava incomodado com as análises racistas que ele mesmo propagava. Incomodava ao autor o desrespeito, a humilhação sofrida pelo povo negro, mas sem negar a inferioridade deste. Explorou e procurou identificar as características do negro brasileiro, procurando fazer uma descrição e a uma avaliação mais precisa e científica do negro, até mesmo vinculada à idéia de viabilidade dele para o sucesso do Brasil.

Adequando estas idéias, Nina Rodrigues produziu uma obra onde se evidenciavam as contradições e tensões das teorias racistas, que não se adequavam a suas análises sociais. O autor, mais do que tudo, criou uma obra que explicava o racismo e levava este a uma contradição que contribuía para sua própria contestação.

5 – Raça *ma non troppo*.

A obra de Nina Rodrigues é marcada por mudanças. É bastante visível que em *As coletividades anormais* e em *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, Nina tem uma postura crítica em relação a possibilidade de absorção dos negros, mestiços e índios – o que se qualificava como “raça inferior”, na sociedade brasileira.

Já em *Os africanos no Brasil*, apesar de continuar propagando o racismo, este aparece aqui de forma muito mais suavizada, ou melhor dentro de uma tensão evidente, uma vez que Nina ao trabalhar com um material direto, ao fazer uma pesquisa empírica, pode analisar a questão do negro de forma mais aprofundada.

A diferença no pensamento do autor fica evidente numa observação feita por Thomas Skidmore, de que em *As raças humanas*, Nina não faz menção à criação de uma legislação para proteger as classes inferiores dos atos racistas da sociedade brasileira⁴⁵⁶, mas em *Os Africanos no Brasil*, já mostra uma indignação enorme em relação ao tratamento dispensado aos negros, seja pela polícia, seja pela imprensa. Isto primeiramente mostra a evolução do autor e a superação, embora parcial, das teorias racistas, em particular das teorias italianas criminalistas. Outro fator era que neste caso, Nina Rodrigues trabalhou com um material empírico no qual já estava envolvido diretamente: a comunidade negra da Bahia.

⁴⁵⁶Skidmore, Thomas. *Preto no Branco – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2º edição, 1989, p. 77

Assim, se não se pode negar que Skidmore tem fundamento ao dizer que “*Na aceitação de teorias racistas estrangeiras, Nina Rodrigues foi mais longe que a maior parte da elite brasileira*”⁴⁵⁷, por outro lado, é válido dizer, com Dante Moreira Leite, que Nina Rodrigues admirava o negro, e tinha um interesse real no estudo deste:

*“Nina Rodrigues tinha um interesse real pela pesquisa, e compreender a necessidade de fazer levantamentos sobre a língua e a religião dos africanos na Bahia. Além disso, embora sustentasse uma teoria cientificamente inaceitável, parece ter andado perto de uma concepção cultural do negro.”*⁴⁵⁸

É evidente que Rodrigues tinha como objetivo explicar a questão racial em conjunto com a cultural. A análise do crânio de Antônio Conselheiro foi uma grande frustração para Nina, que nada de significativo encontrou que justificasse um atraso ou o fato dele pertencer às “raças inferiores”, tendo que buscar explicações na psicologia e na história.

Esta era uma questão ainda mais evidente em *Os africanos no Brasil*: nesta obra, Nina Rodrigues mostrou, com muita clareza, a sua contradição e tensão entre a análise cultural e racial. Ele evidenciou um grande interesse pelo povo negro, descrevendo a sua história, a sua cultura e procurando justificar e compreender sua situação em relação ao sofrimento que o vitimara em razão da escravidão.

Talvez, fosse evidente para Nina Rodrigues que as teorias raciais – que ele procurou implantar com bastante ênfase em *As raças humanas e a responsabilidade penal do Brasil* – já estavam, de certo modo, em desacordo com muitas das observações que ele mesmo fazia do negro brasileiro. Esta tensão fica evidente na sua conclusão, onde procurava respostas ao fato de considerar o negro como inferior, mas no caso brasileiro como sendo de um segmento ou de uma “raça negra” superior. Isto era um incômodo para Nina Rodrigues, principalmente por que ele tinha dificuldade em compreender a diferença entre cultura e a raça.

Uma crítica significativa sobre este assunto é a obra de Artur Ramos, discípulo e um dos seguidores da chamada “escola Nina Rodrigues”, como se auto-definiam os intelectuais que seguiam os estudos de Nina Rodrigues (com um detalhe importante: eles repudiavam as teorias racistas aceitas por Nina).

Ramos valorizava muito a obra de Rodrigues, afirmando a importância dos seus

⁴⁵⁷Idem, p. 77

⁴⁵⁸Leite, Dante Moreira, *op.cit.* p. 217

estudos sobre o negro e a forma como ele pretendia compreender este povo. Da mesma forma, assinalava que o racismo científico, tão evidente em Nina, era um erro do autor, compreensível pelas idéias da época, mas que não comprometiam suas análises, afirmando que

*“se nos trabalhos de Nina Rodrigues substituirmos os termos raça por cultura, e mestiçamento, por aculturação, por exemplo, as suas concepções adquirem completa e perfeita atualidade.*⁴⁵⁹

Artur Ramos ressalta a importância tanto da obra de Nina Rodrigues quanto a de Sílvio Romero:

*“A literatura anônima de procedência africana, no Brasil, tem sido relativamente pouco estudada. Apenas pelos trabalhos do folclorista Sílvio Romero, e do grande africanista, Nina Rodrigues, pode ser adotado um critério de discriminação das influências do africano na literatura popular, ao lado das influências ameríndia e européia.”*⁴⁶⁰

Estas afirmações de Artur Ramos porém foram bastante contestadas por outros autores, vistas como uma forma de defender e de atualizar o pensamento de Nina Rodrigues, afirmando que a questão racial era secundária ou não tinha a mesma relevância na sua obra, procurando identificar-se mais pelo aspecto social e cultural do que do racial.

Lilia Schwarcz faz aqui uma observação importante à este respeito:

*“Mas a despeito de tantos reparos, o certo é que seus conceito de raça não permitem “migrar” rapidamente para a idéia de cultura. Sua base teórica é a biologia, determinista e incomoda ao fazer a defesa da diferença em mote para estigmatizá-la e transformá-la em demonstração da hierarquia social e da inferioridade.”*⁴⁶¹

Mariza Côrrea é da mesma opinião que Lilia, fazendo uma crítica sobre esta observação de Ramos, de que como consequência teríamos uma descontextualização do pensamento de Nina Rodrigues: *“assim redefinido, a visão teórica de Nina Rodrigues sobre a influência do negro na sociedade brasileira torna-se quase irreconhecível.”*⁴⁶²

Já Alfredo Bosi é bem mais crítico ao autor, embora salientando o fato de Nina

459 Ramos, Artur, *A aculturação negra no Brasil*, Companhia Editora Nacional, RJ, 1942, p. 179

460 Idem. *O negro na cultura brasileira*. Editora da Casa do estudante do Brasil, RJ, s/d, p. 151

461 Schwarcz, Lilia. *Quando a desigualdade é a diferença: reflexões sobre antropologia criminal e mestiçagem na obra de Nina Rodrigues*. Op cit, p. 53

462 Correa Mariza, op cit,, p. 285

querer abordar a questão do negro de uma forma científica. Para Bosi, a questão, de maior crítica à Rodrigues era o fato deste autor nunca ter mencionado os massacres feitos pelos brancos contra os outros povos de todo o mundo, destacando que Nina Rodrigues estava preso demais ao eurocentrismo para poder avaliar que o negro sofria a humilhação e dominação do branco.⁴⁶³

Para Roger Bastide, analisando os candomblés da Bahia, o papel de Nina Rodrigues foi muito importante:

*“Apesar de todas essas falhas, as obras de Nina Rodrigues ainda agora não deixam de ser talvez as melhores publicadas sobre o assunto, primeiro porque seus informantes pertenciam ao candomblé mais tradicional, mais puramente africano de sua época, o candomblé de Gantais; depois, porque suas descrições do culto, das hierarquias sacerdotais, das representações coletivas do grupo negro, são fiéis e sempre válidas. São sem dúvida livros incompletos, mas, naquilo que descrevem, livros seguros.”*⁴⁶⁴

Mariza Côrrea, por sua vez, comenta:

*“(...) a importância maior que a leitura dos textos esquecidos de Nina Rodrigues teve para mim foi a descoberta, primeiro, de seu valor como intelectual, e, segundo, da relevância de suas análises para uma história possível da antropologia no Brasil.”*⁴⁶⁵

Correa também faz uma crítica bastante severa sobre a Escola Nina Rodrigues, por esta se apropriar do nome do autor tirando-lhe o contexto exato da sua obra em seu tempo. Nina era filiado às teorias racistas; mas por outro lado, pode rever parte dos seus conceitos e criou-se uma tensão em sua obra.

Nina Rodrigues morreu muito jovem, com apenas 44 anos, poderia ter um tempo maior, com novas leituras e estudos, para redefinir suas hipóteses e seus pensamentos a respeito da questão racial.

Por outro lado, suas pesquisas acerca do negro brasileiro – que ele iniciou e para as quais procurou criar um padrão de análise (uma metodologia) foram fundamentais para a compreensão dessa importante comunidade.

Nina foi um pioneiro neste assunto, e se não conseguiu se libertar plenamente das

⁴⁶³Bosi, Alfredo. *Literatura e resistência*. Companhia das Letras, SP, 2002, p. 196

⁴⁶⁴Bastide, Roger, *O Candomblé da Bahia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 22

⁴⁶⁵Correa, Mariza. *Op cit*, p. 313

teorias racistas, seus estudos abriram caminho para que outros pesquisadores, que continuaram a trabalhar com o negro, pudessem analisá-lo de uma forma ainda mais ampla, baseados em teorias da análise social que superariam as teorias racistas. Porém é importante salientar que Nina Rodrigues se mostrou superior às teorias raciais: a sua pesquisa é ainda hoje base fundamental para o estudo do negro no Brasil. Se ele ainda é lido com este propósito, é porque muito mais do que o racismo ou as teorias racistas existiam em sua obra.

IV -RAÇA, CIVILIZAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL: EUCLIDES DA CUNHA

“Formações mestiças, surgindo de uma dosagem variável de três raças divergentes em todos os caracteres, em que as combinações díspares e múltiplas se engravesciam com o influxo diferenciador do meio físico, de par com as mais opostas condições geográficas, num desdobramento de 35 graus de latitude – chegavam ao alvorear da nossa idade com os traços denunciadores de nacionalidades distintas.”

(Euclides da Cunha . *À margem da História*, p 157).

*“Aquilo não era uma campanha,
era uma charqueada.”*

(Euclides da Cunha . *Os sertões*, p 734).

De todos os autores aqui estudados, Euclides da Cunha é o mais conhecido e difundido. Ele teve a vida documentada, seja em razão da importância da obra não só para a literatura brasileira, mas também para a literatura universal (uma vez que a obra de Euclides foi traduzido para dezenas de idiomas), como também pelos fatos que levaram a sua morte, derivada de uma tragédia pessoal. Isto tudo aliado ao caráter, à busca por justiça, à intensidade e à ambigüidade do seu pensamento tornaram os estudos sobre esse escritor muito debatidos ao longo de mais de um século, desde a publicação de *Os Sertões*, em 1902.

Euclides nasceu em 20 de janeiro de 1866, em Santa Rita do Rio Negro, no município de Cantagalo, interior do Estado (então província) do Rio de Janeiro. Ele estudou em 1885 na escola Politécnica e na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, tendo demonstrado uma grande admiração pelos ideais republicanos, tornando-se inclusive rebelde a ponto de ter sido expulso da corporação, como resultado de uma ato de rebeldia contra o Ministro da Guerra, em 1888.

A proclamação da República em 1889 mudaria este quadro. Euclides foi readmitido na escola militar e se ligou a um dos militares mais importantes daquele período, o general Solon Ribeiro. Em 1890, Euclides se casou com a filha de Solon, Ana Ribeiro, e também se tornou segundo-tenente.

Trabalhando como engenheiro em uma série de obras, Euclides mostrou pouco interesse em continuar a carreira militar. Em 1896, depois de todo o descontentamento com a República que ele havia ajudado a criar, deixou o exército para seguir a vida civil, trabalhando como engenheiro e escritor.

O ano de 1897 seria marcante na sua vida: enviado para cobrir a quarta expedição enviada pelo exército a Canudos, na qualidade de repórter do jornal “O Estado de São Paulo”, Euclides foi bastante marcado pelo conflito. Influenciado pelos acontecimentos que viu e que pode conhecer, ele defendeu a necessidade de denunciar os eventos relacionados com a destruição do arraial e pela necessidade de justiça.

Euclides voltou bastante angustiado pelo que testemunhou em Canudos. Para ele, a destruição do arraial representou um crime que deveria ser denunciado. Ele se sentiu no dever de dizer o que se passou lá, mostrando a sua interpretação do conflito. Esta angústia se traduziria na sua obra, na sua visão desconcertada sobre a situação de Canudos, marcada pela dificuldade entre a realidade observada e a questão racial e da formação do sertanejo.

Em 1898, Euclides se dirigiu a São José do Rio Pardo, no interior de São Paulo, para trabalhar na reconstrução de ponte que havia sido destruída por uma enchente. Foi durante as obras de reconstrução da ponte que Euclides escreveu a sua obra sobre os eventos de Canudos: *Os sertões*. A permanência de Euclides nesta cidade teve uma grande importância para o autor, uma vez que lá ele conheceu Francisco Escobar, que se tornaria seu amigo, e que exerceu uma grande influência até o final de sua vida. Aliás é importante

ressaltar que Francisco Escobar teve uma participação a elaboração de *Os sertões*, auxiliando Euclides na busca de materiais e livros de pesquisa.

Antes de retornar ao Rio de Janeiro, Euclides teve passagens por várias cidades do vale do Paraíba, sempre trabalhando como engenheiro, em construção de prédios e pontes.

Em 1902, Euclides publicou, inclusive com recursos do próprio bolso, sua obra-prima, *Os sertões*, que teve uma grande repercussão quando do seu lançamento, tornando-o uma pessoa famosa quase que da noite para o dia. “*Os sertões*” se tornaria uma dos maiores clássicos da história da literatura brasileira e um dos poucos livros brasileiros de real alcance mundial, traduzido e estudado em diversos países.

A importância da obra em seu tempo ficou visível pelo esgotamento dos primeiros exemplares e principalmente pela reação dos intelectuais – o que mudou completamente a vida e Euclides, fazendo inclusive ele ser eleito membro da Academia Brasileira de Letras.

A publicação de *Os sertões*, tornou Euclides, como bem disse Sílvio Romero, célebre da noite para o dia. Como ele diz:

*“Este, em nosso mundo literário, não é um sedento de notoriedade nem de justiça. Dele se pode dizer que deitou obscuro e acordou célebre, com a publicação de Os sertões. Merecia-o.”*⁴⁶⁶

O sucesso da sua obra transformou Euclides em uma notoriedade intelectual no país, sem traduzir isto em vantagens materiais para o autor. Euclides sempre teve uma vida financeira bastante complicada, o que lhe acentuava a angústia e as dificuldades na vida pessoal, em especial com o seu casamento.

Euclides nutria um desejo, já antigo, de fazer uma viagem para a Amazônia, de conhecer aquilo que chamaria de “deserto verde” e encontrar um outro sertão brasileiro inexplorado. A oportunidade surgiu quando em 1904 o Barão de Rio Branco o convidou para uma expedição ao Acre, para chefiar a Comissão Brasileira de reconhecimento do Alto Purus, no sentido de mapear a nova fronteira com o Peru, que havia sido modificada em razão da anexação daquele território.

Esta passagem pela Amazônia, assim como Canudos, foi bastante marcante para

⁴⁶⁶Romero, Sílvio. “Euclides da Cunha”, in. *Revista da academia Brasileira de Letras*, julho de 1912, p. 1.

Euclides, mostrando a sua indignação para com a vida do homem na floresta. Pretendia inclusive escrever um livro sobre esta viagem, que seria o seu novo “livro vingador” com o nome de “*O Paraíso Perdido*”, que não chegou a ser concluído, em razão da morte trágica do autor.

Ao voltar ao Rio de Janeiro, Euclides conseguiu um emprego junto ao barão do Rio Branco, no Ministério das Relações Exteriores, trabalhando no Ministério, sem caráter fixo. Euclides publicou neste período *Peru X Bolívia* (1906), que foi escrito como resultado das suas experiências na Amazônia; e *Contrastes e confrontos* (1907), que continha artigos seus publicados em jornais.

Em 1909, Euclides foi aprovado, em 2º lugar, como professor de Lógica do Colégio Pedro II. Porém, com a influência do Barão do Rio Branco, ele conseguiu ser nomeado professor. Para Euclides, era quase a realização de um sonho, uma vez que poderia assim deixar a vida nômade de engenheiro; se dedicar à ciência, aos estudos acadêmicos e garantir uma fonte de renda estável.

Mas a sua vida acadêmica seria curta, ministrando somente 10 aulas.

Euclides morreu em 15 de agosto de 1909, em duelo com o amante de sua esposa, Dilermando de Assis. Seu assassinato marcou época e gerou uma grande polêmica, que o tempo não conseguiu superar. A tragédia da morte de Euclides teve depois vários desdobramentos, produzindo novas tragédias, como a morte de seu filho Quidinho, assassinado pelo próprio Dilermando em um cartório em 1916, quando o rapaz tentou se vingar da morte do pai.

A obra *À Margem da História*, cuja primeira parte fala sobre a Amazônia, foi publicada logo após sua morte. O livro já estava sendo editado quando da morte de Euclides, sendo que um mês antes, ele havia enviado as provas para a editora.

A polêmica morte de Euclides provocou inúmeras discussões, livros, debates e até mesmo minisséries para a televisão, o que só aumentou ainda mais as discussões sobre a sua pessoa, deixando, muitas vezes, a obra principal fora do foco de análise. De fato, começou-se a criar ciclos de debates, de estudos sobre Euclides da Cunha, gerando quase como uma legião de admiradores seus. Porém a polêmica sobre a sua vida e a sua morte não apenas ocultou muito do que se conhecia sobre o autor; levou também a compreensões

erradas e confusas sobre o autor e a sua obra.

Um esforço o sentido de estudar a obra e a vida de Euclides, fugindo de explicações fáceis e também mais difundidas, foi desenvolvido por Roberto Ventura, que legou um estudo muito interessante, embora incompleto, sobre os paralelos entre os personagens de Euclides e sua própria vida⁴⁶⁷.

1 – Raça e a religiosidade em questão.

A primeira pergunta que se deve fazer sobre a questão racial na análise de Euclides é: ele pode ser considerado um autor racista? Seria Euclides mais um com o pensamento moldado para a necessidade de se analisar a sociedade pela via racial?

Euclides da Cunha também estava influenciado pela teorias raciais vigentes em seu tempo sendo inclusive contemporâneo de Sílvio Romero e Nina Rodrigues – com os quais ele conheceu pessoalmente. Sílvio Romero por exemplo, fez um dos seus discursos mais famosos e polêmicos justamente quando da entrada de Euclides da Cunha na academia e demonstrava um verdadeiro interesse pela obra de Euclides, escrevendo sobre ela mesmo depois da morte do autor; já Nina Rodrigues conheceu Euclides quando este esteve em Salvador, durante sua ida para Canudos, acompanhando as tropas federais.

A influência de Nina Rodrigues em Euclides da Cunha é fundamental para compreendermos o pensamento do autor, uma vez que o seu pensamento estava profundamente marcado pelas análises do estudioso baiano. Nina estudou a guerra de Canudos antes e depois do final do conflito, quando recebeu a cabeça de Antônio Conselheiro para análise.

Da mesma forma que Romero e Rodrigues, Euclides estava vinculado às teorias racistas de seu tempo. Porém é válido dizer que na obra de Euclides ela aparece de uma forma mais diferenciada do que nos outros dois autores.

O sertões possui um sentido racial particularmente forte mas este racismo foi

⁴⁶⁷Roberto Ventura tentou demonstrar o paralelismo existente entre Euclides da Cunha e Antônio Conselheiro em sua obra *Euclides da Cunha – esboço biográfico* (SP, Companhia das Letras, 1993) que, publicada postumamente, ficou incompleta.

determinado como uma forma de o autor poder compreender a vida sertaneja. Vale ressaltar o caráter ambíguo do mesmo, alternando a visão que Euclides possuía do mestiço como por vezes inferior, ora analisado em pé de igualdade com o branco. Esta tensão vivia Euclides e demonstrava a dificuldade que ele tinha em analisar o racismo à luz da realidade. Isto ganha uma dimensão bastante forte, em especial na interpretação que o autor fazia de Canudos e com a aquela que ele absorveu na sua experiência no conflito.

Em outras obras, como *Contrastes e Confrontos, Peru X Bolívia* e na maior parte de *À Margem da História*, também pouco se fala de raça e as teorias raciais, o que sugere um quadro de análise sobre como as teorias raciais influenciavam o autor, e que na medida do tempo ele estava conseguindo superá-las.

Gilberto Freyre entendia que Euclides exagerava a questão do problema étnico e a mistura de raças mas que a questão racial ganhava um sentido ambíguo em sua obra:

*“E esse sentido social e amplamente cultural do drama, Euclides percebeu-o lucidamente, embora os preconceitos cientificistas - principalmente o da raça – lhe tivessem perturbado a análise e a interpretação de alguns dos fatos da formação social do Brasil que sus olhos agudos souberam enxergar, ao procurarem as raízes de Canudos.”*⁴⁶⁸

A questão racial para Euclides fazia parte da busca de compreensão de uma dualidade, na qual conviviam a civilização e a barbárie. É neste ponto que apareceu o maior foco de tensão no pensamento de Euclides: a contradição entre barbárie e civilização faz com que a barbárie se pareça com a civilização e esta se torne a barbárie.

Miriam V. Garate explora a similaridade entre o *Facundo* de Sarmiento e *Os sertões* de Euclides, procurando mostrar como a temática entre civilização e barbárie se aproximava os dois aurores, produzindo uma visão bastante oportuna e interessante sobre como esta temática aparecia nos dois autores.

Vale citar esta passagem, onde ele analisa as duas obras:

“disseminando-se ao longo deste relato fundador, signos que tendem a delindar e hierarquizar dois universos. De um lado, a civilização e seus emblemas:

⁴⁶⁸Freyre, Gilberto. *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro, Libreria José Olympio, 1944, p. 44

sócio-culturais, políticos, econômicos, jurídicos e, especialmente bélicos; a pátria que se quer, e que se confunde com a civilização franco-européia, que desconhece barreiras continentais u nacionais. Do outro lado, seus correlatos bárbaros; a pátria que se deve suprimir ou transformar, disciplinando e instruindo.”⁴⁶⁹

E concluindo ela diz que:

“listo uma série de signos do Facundo que configuram um campo representacional análogo ao de A luta, espécie de entreato necessário, não de clausura trágica, tal como ocorre em Os sertões. Visivelmente, a utilização reiterada desses signos visa instaurar e distinguir o repertório iconográfico da violência, parti-lo em dois e desautorizar o “outro lado””⁴⁷⁰.

E fazendo uma contraposição a questão racial, a autora compara Euclides à Sarmiento, ao dizer que:

“Ecos dessa dessemelhança se fazem sentir ainda no racismo “diferenciado” de Os Sertões – onde a miscigenação negro/branco dá um “neurastênico” - e no antidgenismo exarcebado, cru e pretensamente cientificista do último Sarmiento, o de Armonías y conflitos de las razas en América.”⁴⁷¹

A busca do autor na compreensão das teorias raciais e da forma como aplicá-las toma uma vertente importante. Na segunda parte de *Os sertões*, nos estudos sobre o homem, Euclides se dedicou preferencialmente a conhecer o homem brasileiro e as suas composições raciais, procurando assim encontrar nessa definição as forças que estariam em ação na formação do homem brasileiro. Neste sentido ele retoma a discussão sobre o mito das três raças e da sua ação na formação do Brasil e a sua contribuição para a formação do mestiço:

“Adstrita às influências que mutuam, em graus variáveis, três elementos

469Garte, Miriam V. *Civilização e barbárie n'os Sertões – entre Domingos Sarmiento e Euclides da Cunha*. Campinas, Mercado de Letras, 2001, p. 46

470Idem, p. 46

471Idem, p. 47

étnicos, a gênese das raças mestiças no Brasil é um problema que por muito tempo ainda desafiará o esforço dos melhores espíritos.

Está apenas delineado.”⁴⁷²

Euclides diz que a problemática dos estudos sobre as três raças já fazia parte do meio intelectual brasileiro, com o objetivo de compreender o papel exercido por índios, negros e brancos.

No caso do negro, Euclides mostra sua admiração para com o trabalho de Nina Rodrigues:

*“O negro banto, ou cafre, com as suas várias modalidades, foi até neste ponto o nosso eterno desprotegido. Somente nos últimos tempos um investigador tenaz, Nina Rodrigues, subordinou a uma análise cuidadosa a sua religiosidade original e interessante.”*⁴⁷³

Um fato importante: apesar de em várias passagens ficar evidente a presença do pensamento de Nina Rodrigues no trabalho de Euclides, é que somente nesta passagem o nome de Nina seja mencionado. A análise que Nina fazia do mestiço, principalmente em relação ao sertanejo e ao litoral, é bastante visível em Euclides, além, é lógico, dos estudos sobre o negro.

Luis Costa Lima corrobora esta explicação:

*“Embora não venha a cita-lo em Os sertões, Euclides encontrara no psiquiatra baiano Nina Rodrigues o respaldo para sua explicação, enquanto redige o Diário, ainda não esta publicado ensaio de Nina Rodrigues, que só aparecerá dias antes do fim da luta.”*⁴⁷⁴

Falando da influência de Nina em Euclides, Mariza Côrrea faz uma observação bastante contundente:

“Euclides parece ter lido melhor os artigos de Nina Rodrigues sobre o tema do

⁴⁷²Cunha, Euclides da. *O sertões*. op.cit, p. 151

⁴⁷³Idem, p. 153

⁴⁷⁴Lima, Luis Costa. *Euclides da Cunha – contrastes e confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000, p. 35

*que muitos dos seus discípulos. Para todos eles, em suma, e observadas algumas variações, antropologia, etnografia e etnologia eram sinônimos de pesquisas ou abordagens que levavam, inevitavelmente, a pensar a questão da “nossa raça”, isto é, do povo brasileiro.”*⁴⁷⁵

Sobre o branco, ele diz que o fator aristocrático é ligado diretamente ao gens português, que por sinal seria o representativo da estrutura intelectual do celta.

O índio seria derivado de alguma raça invasora do Norte que se misturou com outros grupos indígenas, tais como o “homem da Lagoa Santa”, dando origem ao tupi, o grupo mais numeroso na época do descobrimento.

Uma vez definidos os três elementos essenciais para a formação do povo brasileiro, Euclides procura enfatizar que este conhecimento é imperfeito, uma vez que não explora

*“o meio físico diferenciador – e ainda, sob todas as formas, as condições históricas adversas ou favoráveis que sobre eles reagiram.”*⁴⁷⁶

Euclides também é incrédulo em relação ao conhecimento do mestiço, assim como em relação aos estudos das outras três raças. Ele procura mostrar que não conhecermos ainda nem o povo brasileiro, nem as raças que teriam contribuído para a sua formação. Aqui ele faz uma crítica sobre a dificuldade de se trabalhar com as raças e o conceito de raça:

*“É que, evidentemente, não basta, para nosso caso, que postos uns diante de outros o negro banto, o índio-guarani e o branco, apliquemos ao conjunto a lei antropológica de Broca. Esta é abstrata e irreduzível. Não nos diz quais os reagentes que podem atenuar o influxo da raça mais numerosa ou mais forte, e causas que o extingam ou atenuem quando ao contrário a combinação binária, que pressupõe, despontam três fatores diversos, adstritos às vicissitudes da história e dos climas.”*⁴⁷⁷

475Correa, Mariza. op cit, p. 53

476Cunha, Euclides da, *Os Sertões*, op.cit, p. 153

477Idem, pp.153 e 154

Ele diz que isto é apenas uma regra que serve para indagarmos a verdade e que *“modifica-se, como todas as leis, à pressão dos dados objetivos”*.⁴⁷⁸ E complementa:

*“mas ainda quando por extravagante indisciplina mental alguém tentasse aplicá-la, de todo despeada da intervenção daqueles, não simplificaria o problema.”*⁴⁷⁹

Euclides relativa as teorias em função da realidade, seria como se as teorias raciais (ou leis?) não se aplicassem ou pudessem ser adaptadas em sua totalidade à realidade, facilitando assim a utilização das mesmas em termos gerais, mas que poderiam levar ao seu questionamento quando em análise da sociedade e da realidade:

*“Avaliando-se, porém, as condições históricas que têm atuado, diferentes tratos do território; as disparidades climáticas que nestes ocasionam reações diversas diversamente suportadas pelas raças constituintes; a maior ou menor densidade com que estas cruzaram nos vários pontos do país; e atendendo-se ainda à intrusão – pelas armas na quadra colonial e pelas imigrações em nossos dias – de outros povos, fato que por sua vez não foi e não é uniforme, vê-se bem que a realidade daquela formação é altamente duvidosa, senão absurda.”*⁴⁸⁰

Euclides mostra a dificuldade em se chegar em um ponto em comum no que tange à definição da raça e das características raciais do povo brasileiro. Ele via nesta discussão uma “meia-ciência”, que extravasava em fantasias e sobre coisas estereis, sem fundamentos:

*“Há como um excesso de subjetivismo no ânimo dos que entre nós, nos últimos tempos, cogitam de coisas tão sérias com uma volubilidade algo escandalosa, atentas as proporções do assunto. Começam excluindo em grande parte os materiais objetivos oferecidos pelas circunstâncias mesológica e histórica.”*⁴⁸¹

De forma bastante irônica, Euclides complementa dizendo:

478Idem, p. 154

479Idem, p. 154

480Idem, p. 155

481Idem, p. 155

*“jogam, depois, e entrelaçam, e fundem as três raças consoante os caprichos que os impelem no momento. E fazem repontar desta metaquímica sonhadora alguns precipitados fictícios.”*⁴⁸²

Cunha mostra como outros autores acabaram criando – ou fantasiando – teorias raciais para explicar o povo brasileiro. Na primeira destas teorias, deixa de forma bastante implícita o pensamento de Sílvio Romero sobre esta questão:

*“Alguns firmando preliminarmente, com autoridade discutível, a função secundária do meio físico e decretando preparatoriamente a extinção quase completa do silvícola e a influência decrescente do africano depois da abolição do tráfico, prevêem a vitória final do branco, mais numeroso e mais forte, como termo geral de uma série para o qual tendem o mulato, forma cada vez mais diluída do negro, e o caboclo, em que se pagina, mais depressa ainda, os traços característicos do aborígene.”*⁴⁸³

O autor de *Os sertões* menciona outros tipos, tais como os devaneios de origem romântica (caso de Gonçalves Dias), os que exageram a influência do africano, e por aí seguem mais casos.

Esta problemática surgia como resultado da redução da pesquisa a um tipo étnico único. Para ele, o escopo das investigações não deveria se reduzir a isso, em razão da existência de vários tipos:

“Não temos unidade de raça.

Não a teremos, talvez, nunca.

Predestina-nos à formação de uma raça história em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social.

Ou progredimos, ou desaparecemos.

482Idem, p. 156

483Idem, p. 156

A afirmativa é segura.”⁴⁸⁴

Euclides mostra nesta passagem como ele via a realidade étnica brasileira. Somos um povo sem uma unidade racial e que demanda a formação de uma “raça histórica” que nos auxiliaria no nosso progresso e futuro.

Dentro do quadro de formação da “raça histórica” brasileira, ele faz uma relação importante entre o clima e a sua influência no comportamento humano, ilustrando a ação do clima como agente na mudança do comportamento. Assim, o escritor via que a nova “raça histórica” brasileira, além de moldada pela mistura racial, ainda seria bastante influenciada pela ação climática.

Apesar disso, Euclides acreditava que um fator mais importante para a formação racial era a mistura étnica que acontecia ao longo da história brasileira:

“Ao calor e à luz, que se exercitam em ambas, adicionam-se, então, a disposição da terra, as modalidades do clima e essa ação de presença inegável, essa espécie de força catalítica misteriosa que difundem os vários aspectos da natureza.

Entre nós, vimo-lo, a intensidade destes últimos está longe da uniformidade proclamada. Distribuíram, como o indica a história, de modo diversos as nossas camadas étnicas, originando uma mestiçagem dissímil.

Não há um tipo antropológico brasileiro.”⁴⁸⁵

Para poder descrever a situação étnica brasileira, Euclides recorre à história, mostrando a ocupação do território brasileiro pelas três raças e a forma como estas interagiam ao longo do tempo. Porém reconhece um ponto fundamental, a ausência no país de um tipo étnico definido: somos todos mestiços.

E estes surgem nos sertões e no litoral. A grande diferenciação que Euclides faz entre os mestiços do litoral com os do sertão envolve a presença do elemento africano – o negro em maior abundância na costa e a maior presença do mestiço do branco com o indígena no sertão. São duas composições que se formaram de uma maneira bastante

484Idem, p. 156

485Idem, p. 175

diferenciada e que eventualmente poderiam entrar em choque.

Dedicando-se a descrever sobre o processo de povoamento do Norte do país, mostra a marcha do povoamento feita de forma vagarosa, presa à costa, deslumbrada como o Oriente e vendo no Brasil uma terra do exílio. Como ele lembra, existiam poucos europeus colonizando o território, ao passo que a predominância do elemento indígena era palpável. O africano é visto como um elemento pouco representativo, neste primeiro momento, uma vez que ainda exercia pouca influência, em razão do seu número:

*“Considerando que ele foi o melhor aliado do português na quadra colonial, dão-lhe geralmente influência exagerada, na formação do sertanejo do Norte”*⁴⁸⁶.

Assim, Euclides considera a influência do negro nos sertões discutível, em que pese a sua situação de vencidos e infelizes.

Ele também relaciona o papel dos missionários na exploração do território sertanejo, completando assim a movimentação das bandeiras. E faz uma comparação: se as bandeiras difundiam o sangue das três raças nas novas terras descobertas, moldando por esta mistura uma população mestiça, os aldeamentos criados pelos missionários geravam aldeias e unificavam as tribos. Era como se as bandeiras desbravassem o interior e os missionários sedimentassem a presença no solo desbravado.

Sobre a formação do mulato, que se caracterizaria na costa, ele lembra que já havia acontecido antes em Portugal; porém foi no Brasil que a mestiçagem com o elemento africano cresceu, até atingir um nível maior entre a população. Euclides reconhecia o papel a que havia sido relegado o negro, que, como escravo e transformado em besta de carga, sofria toda a sorte de brutalidades. Porém sobre a ocupação dos sertões, o pensador diz que a participação africana foi reduzida, uma vez que as levas de africanos eram estabelecidas no litoral ou em áreas próximas à costa, pouco penetrando no interior. Mesmo nos casos de quilombos, como Palmares, havia pouca distância da costa.

É importante refletir sobre esse paralelo. O índio se viu livre da escravidão à medida que o trabalho escravo começou a ser realizado pelo africano. Estabelecido no sertão, o índio cruzava com o branco, formando uma nova caracterização da população; já na costa,

⁴⁸⁶Idem, p. 179

o africano – que também se cruzava com o branco – formou uma outra população distinta. Esta questão da mestiçagem será fundamental para a compreensão do pensamento do autor:

“deste modo se estabeleceu distinção perfeita entre os cruzamentos realizados no sertão e no litoral.” ⁴⁸⁷

Esta distinção seria fundamental para Euclides, que via o sertanejo de uma forma bastante diferenciada do mestiço do litoral. Ele valorizava o sertanejo, a sua força e a sua luta em contraste com o mestiço do litoral, que via como um elemento degradado:

“Com efeito, admitindo em ambos como denominador comum o elemento branco, o mulato erige-se como resultado principal do último e o curiboca do primeiro.” ⁴⁸⁸

Já na formação do jagunço, existe um

“notável traço de originalidade na gênese da população sertaneja, não diremos do Norte, mas do Brasil subtropical.” ⁴⁸⁹

Em seguida, Euclides faz uma breve descrição do papel exercido pelo rio São Francisco na ocupação do interior brasileiro. Compara-o com o Tietê na influência que exerceu na ocupação do interior brasileiro:

“Enquanto este, de traçado incomparavelmente mais próprio à penetração colonizadora, se tornou o caminho predileto dos sertanistas visando sobretudo a escravização e o descimento do gentio, o S. Francisco foi, nas altas cabeceiras, a sede essencial da agitação mineira; no curso inferior, o teatro das missões, e na região média, a terra clássica do regime pastoril, único compatível com a situação econômica e social da colônia.” ⁴⁹⁰

Ele também constrói uma hipótese de que os jagunços eram um resultado das bandeiras paulistas que se dirigiam para o interior. Assim, eles possuíam uma índole que misturaria a impulsividade do indígena com a força aventureira do colono, aliada à adaptação ao ambiente.

487Idem, p. 181

488Idem, p. 182

489Idem, p. 183

490Idem, p. 184

*“Raça forte e antiga, de caracteres definidos e imutáveis mesmos nas maiores crises – quando a roupa de couro do vaqueiro se faz a armadura flexível do jagunço – oriunda de elementos convergentes de todos os pontos, porém diversa das demais deste país, ela é inegavelmente um expressivo exemplo do quanto importam as reações do meio.”*⁴⁹¹

Cunha monta um quadro, baseado nesta descrição, onde o jagunço se forma através do tempo na região do sertão, isolando-se da costa e produzindo uma população mestiça bem definida e completa:

*“Enquanto mil causas perturbadoras complicavam a mestiçagem no litoral revolvido pelas imigrações e pela guerra; e noutros pontos centrais outros empecos irrompiam no rastro das bandeiras – ali a população indígena, aliada aos raros mocambeiros foragidos, brancos escapos à justiça ou aventureiros audazes, persistiu dominante.”*⁴⁹²

Para esse autor, o isolamento no qual as populações sertanejas estavam inseridas fez com que, aliados ao abandono completo do resto do país, guardassem intactas as tradições do passado e a formação de um grupo racial único. O mestiço do litoral, ao contrário do mestiço do interior, sofria de intervenções constantes; estava inserido na vida colonial; já o mestiço do interior não. Ele se formou “naturalmente”, produzindo uma raça ou sub-raça tipicamente da região.

Aqui, há uma forte tensão em Euclides: o mestiço do sertão era mais bem constituído, adaptado ao clima e à região. Já o mestiço do litoral era bem mais frágil, um elemento constituído sem a mesma energia, a mesma vitalidade.

Podemos perceber que Euclides se aproxima da temática já exposta na análise realizada sobre Romero e Nina Rodrigues a respeito da questão racial. Euclides quando escreveu *Os Sertões* precisou de uma teoria que o ajudasse a compreender como aquele povo sertanejo – que ele viu lutar com tanta energia- foi constituído. Assim, ele fez uma separação entre os dois modelos que via de mestiçagem: o do litoral e do sertão – ilustrando que o processo histórico formou duas populações distintas, representando estágios

⁴⁹¹Idem, pp. 190 e 191

⁴⁹²Idem, p. 195

evolutivos diferenciados.

Roberto Ventura diz que Euclides tinha um objetivo maior, o de construir uma teoria do Brasil, mostrando a história do país movida como o resultado do choque entre etnias e culturas, pelo contato e conflito entre as raças:

*“O conflito entre Canudos e a República resultou, para Euclides, do choque entre os dois processo de mestiçagem: a litorânea e a sertaneja. O mestiço do sertão apresentava vantagens sobre o mulato do litoral, devido ao isolamento histórico e à ausência de componentes africanos, que tornariam mais estável sua evolução racial e cultural.”*⁴⁹³

O sertanejo, segundo Ventura, era visto por Euclides como sendo a “rocha viva” de nossa raça, do povo brasileiro. Mais do que apenas representar o homem do interior, o mestiço sertanejo representaria nossa própria formação enquanto nação. Seria o mestiço que representaria o núcleo da nação brasileira.

Mas apesar de valorizar o sertanejo, Euclides, motivado pelas teorias raciais então predominantes em seu tempo, acabou entrando em uma contradição que já afetava Sílvio Romero e Nina Rodrigues: a idéia da inferioridade do mestiço frente às raças que lhe deram origem. Assim ele diz:

“Abramos um parêntese...

*A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Antes as conclusões do evolucionismo, ainda quando reja sobre o produto o fluxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas de inferior. A mestiçagem estremada é um retrocesso.”*⁴⁹⁴

E complementa dizendo:

“O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço da união entre as raças,

⁴⁹³Ventura, Roberto. *Euclides da Cunha – esboço biográfico*, op. cit, p. 202

⁴⁹⁴Cunha, Euclides da. *Op cit*, p. 199

breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado. Foville compara-os, de um modo geral, aos histéricos.”⁴⁹⁵

Essa idéia da natureza desequilibrada do mestiço é particularmente forte em Euclides. O seu desequilíbrio era portanto um produto da natureza mestiça, vista agora como negativa, marcada pela impossibilidade de superação.

“Mas o desequilíbrio nervoso, e tal caso, é incurável: não há terapêutica para este embater de tendências antagonistas, de raças repentinamente aproximadas, fundidas num organismo soldado.” ⁴⁹⁶

O que Euclides defende aqui é justamente a natureza do mestiço: ele é um desequilibrado em razão da sua origem truncada, na qual os valores das raças que lhe deram origem desapareceram, ou melhor, aparecem em conflito na figura do mestiço. Outra coisa importante: ele vê o mestiço recebendo somente o mais negativo das suas raças originárias e não somente o positivo:

*“Como nas somas algébricas, as qualidades dos elementos que se justapõem não se acrescentam, subtraem-se ou destroem-se segundo os caracteres positivos e negativos em presença. E o mestiço – mulato, mamaluco ou cafuz - menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores.”*⁴⁹⁷

Ampliando esta idéia, Euclides mostra que a mestiçagem sempre produz elementos inferiores. Mais do que tudo, a *mestiçagem* era um sinal de inferioridade. É neste ponto que a narrativa de Euclides se torna mais vinculada ao imaginário do racismo científico: ele procura aqui enquadrar a sua visão do sertanejo, do mestiço do litoral, à luz de teorias raciais que transformam ambos os elementos em inferiores ao branco.

Nesse sentido, a leitura de Euclides ganha uma perspectiva bastante contraditória, tensa, cheia de situações que levam a interpretações controversas. Para ele, o mestiço é um ser em constante desequilíbrio, agregando em si o pior das raças que lhe teriam dado

⁴⁹⁵Idem, pp. 199 e 200

⁴⁹⁶Idem, p. 200

⁴⁹⁷Idem, p. 200

origem; porém, é verdade que ele tinha dificuldades de encontrar uma solução para esta situação. Euclides não chega a propor o estabelecimento de uma política de branqueamento ou imigração em massa de europeus; tampouco ele despreza o sertanejo por sua condição de mestiço, como faria, por exemplo Oliveira Vianna.

A maior contradição para Euclides será pois, a força que o sertanejo irá demonstrar na luta em Canudos. Se ele era um desequilibrado, um fraco, como ele poderia demonstrar tamanha força contra um exército mais bem equipado e treinado?

Apesar disso, Artur Ramos fez severas críticas à Euclides da Cunha, pela limitação de suas informações sobre o sertanejo, sobre a mestiçagem e a própria formação do povo sertanejo. Para Ramos, Euclides possuía uma série de incoerências, em particular na divisão que fez dos mestiços entre o sertão e o litoral, e da mestiçagem no geral:

*“Toda essa descrição reflete uma lamentável confusão entre os conceitos de raça e meio social, pois muitos dos desajustamentos apontados – e eles existem muitas vezes – estão ligados a fenômeno que hoje chamaríamos de “reação contra a culturativa”, no plano cultura. Não se trata da convergência de “raças”, mas de povos de culturas desiguais”.*⁴⁹⁸

Ramos chega a negar um valor antropológico à obra de Euclides, mas sinaliza que a questão racial ainda era um tema controverso e de difícil avaliação na época, o que levava à existência de uma série de contradições e hesitações por parte dos autores que trabalharam neste assunto, tais como Euclides, Rodrigues e Romero.

Já Dante Moreira Leite diz que Euclides acabava se opondo claramente a Sílvio Romero, que via no brasileiro do futuro o resultado do processo de *branqueamento*, algo com que Euclides não concordava, uma vez que para ele o mestiço seria um desequilibrado e que a raça sertaneja – produto da miscigenação – poderia compor a “raça brasileira”:

“Ainda aqui, há uma oposição à teoria de Sílvio Romero: enquanto este imaginava a necessidade de sucessivas ondas de imigrantes – capazes de compensar a degeneração dos mestiços – Euclides imagina que o isolamento

498 Ramos, Arthur. *Introdução à Antropologia Brasileira – vol II*. Rio de Janeiro, CEB, Coleção Estudos brasileiros, 1947, p. 417

permitiu a formação de uma raça superior às encontradas no litoral.”⁴⁹⁹

De certa forma, foi a pesquisa empírica que fez com que as obras de Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha ganhassem um sentido maior, superando ou entrando em choque com as teorias as quais ele defendiam. Este processo aconteceu de forma diferenciada entre os autores, dentro do campo de análise escolhido por cada um deles (mestiço, o negro o sertanejo) Em Vianna a análise empírica não teve a mesma força que os demais autores, o que talvez ajude a compreender a razão de sua obra ter ficado tão compromissada com as teorias raciais.

Para Gilberto Freyre, Euclides exagerava na importância dada ao problema étnico e à mistura racial. Segundo esse autor, os estudos onde prevaleceriam o fator cultural em relação ao racial seriam posteriores a Euclides e por isso mesmo ele se via preso a estes determinismos raciais, citando outros que tinham a mesma linha de pensamento, tais como Rodrigues e Romero e mostrando a existência de exceções em autores como Alberto Torres e Manoel Bomfim (criticado por Freyre, por ser um “indianófilo”). Porém é importante salientar que Freyre não abre exceções em sua comparação com a obra de Oliveira Vianna (principalmente pelo “arianismo”), que abre as discussões a respeito da raça quando estas idéias já eram questionadas por outros autores, tais como Roquette Pinto.

Desta forma, Freyre mostra que não se deve surpreender pelo fatalismo de raça em Euclides, uma vez que este era o padrão em seu tempo:

*“Vê-se que Euclides da Cunha se viu às vezes arrastado pelo que considerava a antropologia científica na sua expressão única e definitiva, a acreditar na incapacidade do mestiço: incapacidade biológica, falta.”*⁵⁰⁰

E de uma forma bastante atenuante, Freyre diz que:

*“Mas o certo é que não se extremou em místico de qualquer teoria de superioridade de raça. O perfil que traça do sertanejo não é de um devoto de tal superioridade.”*⁵⁰¹

Luis Costa Lima é da opinião que Euclides estava tão vinculado às teorias racistas e

499Leite, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro* – São Paulo, Ática, p. 209

500Freyre, Gilberto. op.cit., p. 41

501Idem, p. 41

fazia uma leitura de Gumplowitz que, de certa forma, impedia que realizasse uma análise sociológica mais profunda da sociedade brasileira. Neste sentido, ele faz um comentário sobre a abordagem racial entre Nina Rodrigues e Euclides da Cunha:

*“O único comentário que ainda podemos oferecer é haver uma sintonia entre o que Euclides não aproveitara do ensaio de Nina Rodrigues e a compreensão do livro de Gumpowicz. Quanto ao psiquiatra baiano, sua explicação biológica sobre a conduta predatória dos jagunços, acompanhada da sua obediência cega a um chefe, ainda admitia um compromisso com a situação sociológica.”*⁵⁰²

Independentemente das discussões geradas a respeito da questão racial em Euclides, é um fato que ele via o mestiço como sendo um intruso, um ser que se formou como resultado da concorrência de povos distintos que lhe deram origem. Por outro lado, é importante assinalar, que este “intruso” também é valorizado pela sua condição de “rocha viva” da identidade, do povo brasileiro. Mediante este quadro, seríamos mesmo inferiores a ponto de produzirmos uma civilização ou pseudo civilização em razão da nossa inferioridade?

Um aspecto importante para compreendermos a visão que Euclides tinha das teorias raciais é a sua aplicação. Euclides, ao contrário de Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Oliveira Vianna, fez a sua observação do evento chave – a guerra de Canudos – antes de estudar mais intensamente as teorias raciais. Isto é um ponto fundamental em Euclides: por que ele precisava destas teorias para poder descrever o surgimento de Canudos? Elas ajudaram Euclides a explicar a razão da força do sertanejo, da sua energia e disposição para luta. Era a teoria que ele precisava, e que estava disponível, para explicar algo que ele não sabia como definir.

Neste sentido, a admiração que sente pelo sertanejo se confunde com as teorias raciais. É bastante admirável que Euclides se veja na posição a qual Sílvio Romero e Nina Rodrigues tiveram: é verdade que estes autores possuíam um grande respeito para com os mestiços, que eles viam como sendo inferiores, mas que produziram uma cultura, que tinham um importância enquanto tal. Algo que não aconteceria da mesma forma com

⁵⁰²Lima, Luis Costa. *Euclides da Cunha – contrastes e confrontos no Brasil*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000, p. 44

Oliveira Vianna.

Euclides deixa bem claro nestas passagens que vê no sertanejo não apenas uma raça mestiça degenerada e inferior, mas sim uma raça forte e viável. Para ele, o isolamento em que o sertanejo vivia lhe foi benéfico, uma vez que lhe deu as condições de se adaptar para a “civilização” - como ele diz sobre *“os nossos rudes patrícios dos sertões do norte”*:

“O abandono em que jazeram teve função benéfica. Libertou-os da adaptação penosíssima a uma estádio social superior, e, simultaneamente, evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados.

*A fusão entre eles operou-se em circunstâncias mais compatíveis com os elementos inferiores. O fator étnico preeminente transmitindo-lhes as tendências civilizadoras não lhes impôs a civilização.”*⁵⁰³

Euclides vê o mestiço do sertão de uma forma bastante positiva. Apesar de não possuir a civilização, ele é essencialmente uma pessoa apta para a vida civilizada – do ponto de vista étnico e biológico. Este ponto é de grande importância para a compreensão do autor sobre os sertões: vendo-os com iguais, o massacre de Canudos se torna ainda maior, mais violento e marcante.

Ele faz aqui uma outra comparação entre os mestiços da costa e do sertão: a diferença entre os dois tipos – retratada na forma como se configurou a sua mestiçagem - poderia configurar as diferenças que viabilizavam o sertanejo e não o mestiço da costa para a civilização:

*“Este fato destaca fundamentalmente a mestiçagem dos sertões da do litoral. São formações distintas, senão pelos elementos, pelas condições do meio. O contraste entre ambas ressalta ao paralelo mais simples. O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente.”*⁵⁰⁴

Em seguida, Euclides esclarece as suas opiniões sobre o mestiço do sertão estar apto

503Cunha, Euclides da., *op cit*, p. 203

504Idem, p. 203

a civilização:

*“É um retrógrado; não é um degenerado. Por isto mesmo que as vicissitudes históricas o libertar, na fase delicadíssima da sua formação, das exigências desproporcionadas de suma cultura de empréstimo, prepararam-no para a conquistar um dia.”*⁵⁰⁵

Euclides mostra portanto uma verdadeira simpatia para com o sertanejo, uma preocupação não apenas no que tange à evolução cultural e mental deste, mas também registrando a evolução psíquica e biológica do sertanejo, para justificar a sua posição sobre o mesmo:

“A sua evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem agora, a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte. Aquela raça cruzada surge autônoma e, de algum modo, original, transfigurando, pela própria combinação, todos os atributos herdados; de sorte que, despeada afinal da existência selvagem, pode alcançar a vida civilizada por isto mesmo que não a atingiu de repente.

*Aparece logicamente.”*⁵⁰⁶

Depois, Euclides faz uma última comparação entre os mestiços do sertão com os do litoral:

*“Ao invés extravagante que se observa nas cidades do litoral, onde funções altamente se impõem a órgãos mal constituídos, comprimindo-os e atrofiando-os antes do pleno desenvolvimento - nos sertões a integridade orgânica do mestiço desponta inteiriça e robusta, imune de estranhas mesclas, capaz de envolver, diferenciando-se, acomodando-se a novos e mais altos destinos, porque é a sólida base física do desenvolvimento moral ulterior.”*⁵⁰⁷

Esta comparação deixa evidente a determinação e a admiração que Euclides sentia pelo sertanejo, pelo jagunço. Para ele, existe algo de especial em conhecer os sertanejos: é algo novo, alguém a ser descoberto. O que fascina Euclides é justamente a grandeza da

⁵⁰⁵Idem, p. 203

⁵⁰⁶Idem, pp. 203 e 204

⁵⁰⁷Idem, p. 204

descoberta do povo sertanejo, a qual ele não imaginava como de fato seria. Neste sentido, a guerra de Canudos produziu um encontro, um choque, uma forma de encontro entre os dois “brasis”:

*“Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras ou ilusórias, que tivemos quando, de repente, acompanhando a celebridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão – abandonados – há três séculos.”*⁵⁰⁸

Uma das passagens mais famosas de Euclides, *“O sertanejo é antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastêmicos do litoral”*⁵⁰⁹, apesar de amplamente citada (a ponto de se transformar em quase um chavão sobre o sertanejo, em particular no sertão baiano), tem um sentido muito importante e fundamental para a compreensão desse pensador e da forma como ele via a relação entre os dois mestiços como marcada pela vitalidade do sertanejo frente ao litorâneo, uma vez que ele precisava justificar a força que o primeiro possuía em relação ao outro.

Artur Ramos faz uma crítica bastante severa à Euclides da Cunha, no que tange a mestiçagem, justamente tomando esta situação como o ponto básico. Para Ramos, cujo foco principal era o mestiço negro baiano – ou seja, do litoral –, a avaliação de Euclides não tinha sentido algum. A crítica que Ramos realiza, portanto, não deixa de ser uma reação a própria avaliação que Euclides fazia do mestiço.

A avaliação de Cunha se torna bastante emblemática, uma vez que ele via aqui um ponto fundamental: a imagem do mestiço como sendo condicionada ao ambiente, a seu desenvolvimento em conjunto com o mundo à sua volta. O mundo sertanejo, por mais rude que fosse, marcado pelo isolamento e pela mestiçagem, levava ao fortalecimento do sertanejo enquanto “raça”, dando-lhe uma forma e índole.

Euclides também constrói um cenário bastante controverso do sertanejo, que apresenta como sendo um fraco, desgracioso, desengonçado, abatido por estar sempre fatigado:

“Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra

⁵⁰⁸Idem, p. 205

⁵⁰⁹Idem, p. 207

remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa da modinha, na tendência constante à imobilidade e à quietude.”⁵¹⁰

Porém é válido lembrar que esta imagem do sertanejo era marcada muito mais pela situação em que ele vivia, pela dureza de seu mundo, do que necessariamente por sua condição mestiça. É por isso que diz que, *“Entretanto, toda essa aparência de cansaço ilude.”*⁵¹¹

Cunha mostra o sertanejo de uma forma surpreendente, após a imagem inicial de preguiçoso e fraco. Para o autor, existiam condições para que o sertanejo tivesse condições de desenvolvimento e trabalho. Muitas das causas do atraso do sertanejo eram resultados da sua vida, da exploração na qual ele vivia. O autor retrata a vida do sertanejo como sendo do contraste entre os impulsos extremos e longas apatias, fazendo uma parábola do vaqueiro sertanejo para descrever a situação na qual ele o via:

*“É impossível idear-se cavaleiro mais chucro e deselegante; sem posição, pernas coladas ao bojo da montaria. Tronco pendido para a frente e oscilando à feição da andadura dos pequenos cavalos do sertão, desferrados e maltratados, resistentes e rápidos como poucos. Nesta atitude indolente, acompanhando morosamente, a passo, elas chapadas, o passo tardo das boiadas, o vaqueiro preguiçoso quase transforma o campeão que cavalga na rede amolecedora em que atravessa dois terços da existência.”*⁵¹²

É interessante aqui a preocupação de Euclides em fazer o sertanejo ligado ao cavalo, assim como a barbárie ligada à civilização: se lhes aparece de uma forma até mesmo “chucra” e “deselegante”, depois o sertanejo se transforma no campeão, forte e valente – ele o compara com um centauro, em relação a sua forma física. Em comparação a este, a conclusão de Euclides é que enquanto montado em seu cavalo, cuidando do rebanho, ele parece grande; mas uma vez terminado o cuidado com o rebanho, ele voltava a sua apatia original:

“Mas terminada a refrega, restituída ao rebanho a rês dominada, ei-lo, de

⁵¹⁰Idem, p. 208

⁵¹¹Idem, p. 208

⁵¹²Idem, p. 209

novo caído sobre o lombrilho retovado, outra vez desgracioso e inerte, oscilando à feição da andadura lenta, com a aparência triste de um inválido esmorecido.”⁵¹³

Euclides compara o sertanejo com o vaqueiro sulino; é marcante para o autor as diferenças entre os dois, ao fazer uma observação mais precisa: o vaqueiro do norte seria a antítese dos do Sul, marcado pelo clima árido, pela devastação e pela miséria; pela ameaça que lhe representa o futuro, pela instabilidade e pela vida difícil.

A diferença fica bastante evidente até nas vestimentas, uma vez que as vestes do gaúcho, as bombachas, são bastante elaboradas em comparação com a do vaqueiro nordestino com a sua vestimenta rústica. Para Euclides, o ambiente hostil dos sertões nordestinos produziu um outro tipo de agrupamento humano, mais duro e ambientado àquele espaço, enquanto o gaúcho vive em uma região mais rica e que possibilitava poder ter uma vida mais cheia de detalhes e muito superior à do vaqueiro.

Estas diferenças são, porém, explicáveis em razão das peculiaridades dos dois tipos de mestiços:

“Reflete, nestas aparências que se contrabatem, a própria natureza que a rodeia – passeia ante o jogo dos elementos e passando, sem transição sensível, de uma estação à outra, da maior exuberância à penúria dos desertos incendiados, sob o reverberar dos estudos abrasantes.

É inconstante como ela. É natural que o seja. Viver é adaptar-se. Ela talhou-o à sua imagem: bárbaro, impetuoso, abrupto.”⁵¹⁴

Continuando a sua comparação, Euclides diz que o gaúcho é inimitável em uma guerra: forte, guerreiro. O jagunço seria menos “teatralmente heróico”, porém é mais tenaz e resistente, sem buscar glórias, é mais prático tendo claro e firme o seu propósito de destruir, por isso sendo ainda mais perigoso.

Euclides descreve a vida do sertanejo como rude e difícil. Ele define em especial que todo sertanejo é um vaqueiro; que ele vive de uma agricultura rudimentar e que a criação de gado é a tarefa menos inapropriada para o homem e para a terra.

⁵¹³Idem, p. 210

⁵¹⁴Idem, p. 215

Em comparação, Euclides imagina o gaúcho como sendo o contrário. Para ele, o gaúcho vive numa vida variada e farta onde a criação do gado pode ser definida quase como uma gesta diária; é como se divertir, sentir-se bem e à vontade no trabalho com o gado.

Aqui Euclides deixa, mais uma vez, clara as diferenças entre os dois tipos, procurando mostrar as contradições não apenas do sertanejo e do gaúcho, mas também as do próprio país.

Porém, é importante assinalar que Euclides, via ainda, aliada à rudeza do clima, a aridez da vida sertaneja e percebia a forma como o sertanejo era explorado pelos grandes fazendeiros.

Ao contrário do estancieiro, que vive no campo, o fazendeiro vive no litoral, longe dos domínios rurais – dos quais muitas vezes não tinham visão ou conhecimento de suas próprias terras.

Assim, Euclides diz que os fazendeiros são quase como parasitas, vivendo às custas do trabalho dos vaqueiros, vistos pelo autor como “servos submissos”:

“Graças a um contrato pelo qual percebem certa porcentagem dos produtos, ali ficam, anônimos – nascendo, vivendo e morrendo no mês quadra de terra – perdidos nos arrastadores e mocambos; e cuidando, a vida inteira, fielmente, dos rebanhos que lhes não pertencem.

O verdadeiro dono, ausente, conhece-lhes a fidelidade sem par. Não os fiscaliza. Sabe-lhes, quando muito, os nomes.

*Envoltos, então no traje característico, os sertanejos encourados erguem a choupana de pau-a-pique à borda das cacimbas, rapidamente, como se armassem tendas e entregam-se abnegados, à servidão que não avaliam...”*⁵¹⁵

Euclides faz uma descrição contundente sobre a servidão na qual vivia o sertanejo. Indica que a falta de um ambiente cultural mais favorável aliada a um regime repressor fazia com que o sertanejo fosse muito menos cuidadoso do que o gaúcho. Na descrição que ele faz do cuidado que o sertanejo tem para com o gado, mostra que a forma aparentemente

⁵¹⁵Idem, p. 218

desleixada é na realidade resultado dessa falta de organização – que também é de responsabilidade do fazendeiro. Descreve a vida do sertanejo, a dureza do seu ambiente e da sua existência e foge quase que por completo das teorias racistas, procurando ilustrar a vida daquele homem de um ponto de vista sociológico.

Cunha percebe que o sertanejo é o produto de um meio social. Neste ponto, ele se afasta da explicação fácil das doutrinas raciais, procurando encontrar as respostas na vida, nas dificuldades experimentadas pelo sertanejo: em sua vida árdua, estava guardada a força, a energia, a vontade de seguir adiante.

O relato que Euclides faz do sertanejo lutando pela vida no sertão durante a seca é impressionante. Não apenas o sertanejo luta pela sobrevivência pessoal e da sua prole; luta por coisas básicas como o alimento e a água, procurando esta no sub-solo.

A dificuldade e a dureza da vida são descritas em detalhes. Mostra que a região, também premida pela seca, sofre de uma fauna assustadora e contribuiu para tornar a vida ainda mais árdua, uma vez que tanto morcegos quanto onças atacam o pouco e frágil gado disponível ao sertanejo.

A vida dura do sertanejo é descrita como numa forma de tragédia, onde a aridez do lugar, a falta contínua de chuvas, a dificuldade para se obter comida – como por exemplo a utilização da casta dos marizeiros – mostra a dificuldade da vida no sertão.

Mas Euclides mostra que o sertanejo também possui um limite, dobrando-se ao final desta luta contra a natureza, tornando-se um “retirante”, procurando fugir daquela realidade que o flagelava, esvaziando-se assim o sertão.

Descreve também para a compreensão da mentalidade do mestiço a forma como se estruturava o pensamento religioso no sertanejo.

O sertanejo, mais do que apenas um mestiço pela sua condição biológica, se torna também um mestiço pela sua condição social. Vê nele um ser que se tornou “primitivo” pela condição social:

“Insulado deste modo no país que o não conhece, em luta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária, nômade ou mal fixo à terra, o sertanejo não tem, por

*bem dizer, ainda capacidade orgânica para se afeiçoar à situação mais alta.”*⁵¹⁶

Para Euclides, o sertanejo vivia numa fase primitiva, dentro da sua concepção religiosa e do monoteísmo.

*“é o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas. Uma análise destas revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.”*⁵¹⁷

Euclides empreendia aqui uma análise que se tornaria bastante similar a empregada por Sílvio Romero na descrição da mestiçagem cultural em paralelo o mestiçagem física onde somos senão no sangue, mas também nas idéias:

“A sua religião é, como ele – mestiço.

*Resumo dos caracteres físicos e fisiológicos das raças de que surge, sumaria-lhes identicamente as qualidades morais. É um índice da vida de três povos. E as suas crenças singulares traduzem essa aproximação violenta de tendências distintas.”*⁵¹⁸

O que se processava aqui era uma mistura de manifestações religiosas, todas resultantes do cruzamento das raças, que resultaria em uma religiosidade indefinida, mestiça.

Aqui, Euclides procura contextualizar, historicamente, o processo no qual se deu a formação do sertanejo:

*“Não seria difícil caracterizá-las como uma mestiçagem de crenças. Ali estão, francos, o antropismo do selvagem, o animismo do africano e, o que é mais, o próprio aspecto emocional da raça superior, na época do descobrimento e da colonização.”*⁵¹⁹

A religião, assim como o sertanejo, era mestiça, primitiva, baseada em situações que Cunha definia como um exemplo da antítese da civilização. Euclides era um positivista, em

516Idem, p. 238

517Idem, p. 238

518Idem, p. 238

519Idem, p. 239

uma época onde a maioria dos intelectuais se punha contrário à religião e às práticas religiosas.

O escritor, em *Os sertões*, não chegou a se mostrar um ateu convicto, embora fizesse grandes críticas à religião católica⁵²⁰. Em grande parte, esta crítica se devia ao fato de Euclides enxergar a Igreja Católica como sendo uma das responsáveis pelo atraso do povo brasileiro. Aliás, é importante salientar que, como positivista e republicano, ele sempre defendeu a separação entre a Igreja e o Estado. Em Canudos, tudo isto ainda se reportava justamente ao contrário, com o arraial dominado pelo líder religioso, Antônio Conselheiro.

A religiosidade do povo sertanejo é um dos maiores problemas com que Euclides teve que se deparar na compreensão do povo sertanejo. Para ele, a religião do sertanejo era um reflexo de sua própria vida, da mistura racial, derivada desta realidade turbulenta, desequilibrada, moldada por aquela mistura.

É neste contexto que Euclides define o perfil de Antônio Conselheiro – que seria um produto da própria sociedade sertaneja.

Ele começa dizendo que para compreendemos Antônio Conselheiro, devemos estudar a sociedade que o criou – uma vez que vê nele um produto da sociedade sertaneja. Euclides diz isto pensando em Antônio Conselheiro não como um louco – ele o seria se analisado de forma isolada. Visto dentro daquele meio que lhe era natural, Conselheiro era um produto típico de uma sociedade conturbada. É neste sentido que ele diz que:

*“Por isso o infeliz destinado à solicitude dos médicos, veio, impelido por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, indo para a história como poderia ter ido para o hospício. Porque ele para o historiador não foi um desequilibrado. Aparecem como integração de de caracteres diferenciais – vagos, indecisivos, mal percebidos quando dispersos na multidão, mas enérgicos e definidos, quando resumidos numa individualidade.”*⁵²¹

E ampliando esta perspectiva, ele diz:

“Todas as crenças ingênuas do fetichismo bárbaro às aberrações católicas,

⁵²⁰No artigo *Estrelas indecifráveis*, constante da coletânea *À Margem da História*, ele chega a falar, de forma mais explícita, na sua posição como ateu.

⁵²¹Cunha, Euclides da. *Os Sertões*, op.cit, p. 252

*todas as tendências impulsivas das raças inferiores, livremente exercitadas na indisciplina da vida sertaneja, se condensaram no seu misticismo feroz e extravagante. Ele foi, simultaneamente, o elemento ativo e passivo da agitação de que surgiu.”*⁵²²

Euclides procura fazer um retrato de Antônio Conselheiro como um produto dos sertões, gerado pelo meio em que vivia e que não poderia ser qualificado como louco. Neste ponto, sua abordagem é bastante divergente da apresentada por Nina Rodrigues, que creditava em Conselheiro traços de loucura, procurando justificar em seu comportamento uma demência e loucura que depois percebeu (quando analisou o seu crânio) que era incorreta.

Para Cunha, pelo contrário, Conselheiro não era louco; ele era um atávico que manifestava; era a sua composição étnica:

*“A constituição mórbida levando-o a interpretar caprichosamente as condições objetivas, e alterando-lhe as relações com o mundo exterior, traduz-se fundamentalmente como um regressão ao estágio mental dos tipos ancestrais da espécie.”*⁵²³

O ensaísta diz que Conselheiro era uma espécie de “*paranóico com o temperamento vesânico*”, com um caso de degenerescência intelectual, que acabou não o isolando do meio de onde ele havia surgido:

*“Ao contrário, este fortaleceu-o. Era o profeta, o emissário das alturas, transfigurado por ilapso estupendo, mas adstrito a todas as contingências humanas, passível do sofrimento e da morte, e tendo uma função exclusiva: apontar aos pecadores o caminho da salvação. Satisfez-se sempre com este papel de delegado dos céus. Não foi além.”*⁵²⁴

A descrição de Euclides sobre Conselheiro vê nesse personagem não um louco ou um desvairado e fanático; e sim um produto da sociedade e do meio que o gerou. Esta preocupação tem um sentido de procurar retratar Conselheiro como um ser humano dentro

⁵²²Idem, p. 252

⁵²³Idem, p. 252

⁵²⁴Idem, p. 256

de um ambiente hostil se tornando portanto um produto dele. Cunha não critica portanto o Conselheiro; ele critica o ambiente que o gerou –a situação de abandono dos sertões.

Aqui a análise desse pensador se distancia totalmente da visão racista, que poderia simplesmente dizer que ele era um fruto da degeneração racial. Assim, ele faz um painel totalmente diferente, mostrando a origem de Conselheiro, dos problemas que ele teve com sua esposa e as desventuras que o transformaram Antônio Maciel em Antônio Conselheiro.

Ele também comenta a situação do sertão, mostrando Conselheiro como sendo uma criação do povo sertanejo. Seria o povo sertanejo, que adulando-o, vendo-o como um santo, começou a construir sua imagem, tomando como referência sua própria imagem:

*“A multidão poupara-lhe o indagar torturante acerca do próprio estado emotivo, o esforço dessas interrogativas angustiosas e dessa intuspecção delirante, entre os quais envolve a loucura nos cérebros abalados. Remodelava-o à sua imagem. Criava-o. Ampliava-lhe, desmesuradamente, a vida, lançando-lhe dentro os erros de dois mil anos.”*⁵²⁵

Assim foi constituído o Conselheiro, uma criação das aspirações populares:

“O evangelizador surgiu, monstruoso, mas autômato.

Aquele dominador foi um títere. Agiu passivo, como uma sombra. Mas esta condensava o obscurantismo de três raças.

*E cresceu tanto que se projetou na História...”*⁵²⁶

Ampliando esta afirmação, Euclides mostra ainda mais que a imagem de Conselheiro construída é a de um homem que se constituiu por si mesmo; era de um fenômeno espontâneo, crescendo quase que ao acaso.

Dante Moreira Leite aponta um outro fator importante: as contradições para explicar o surgimento de Antônio Conselheiro. De um lado, havia uma explicação na qual ele era um doente mental; de outro, a de que ele representava uma fusão de raças em estágios diferentes, o que o levava a uma instabilidade no comportamento⁵²⁷.

⁵²⁵Idem, p. 268

⁵²⁶Idem, p. 268

⁵²⁷Leite, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo, Ática, 5ª edição, 1992, p. 210

Dentro dos vários debates acerca da imagem que Euclides fazia de Conselheiro, muito debatida por Roberto Ventura, era que o escritor construiu tal imagem tomando como base a sua própria vida. Ventura via muitas similaridades entre os dois, marcados por situações como a traição de suas esposas, da vingança, da crítica à República. Euclides e Conselheiro, mais do que tudo, eram personagens que se pareciam e se aproximaram.

Neste sentido, muito da ambigüidade, da amargura da qual sofria Euclides pode ser visto na imagem que ele construiu de Conselheiro, como Ventura descreve:

*“construiu Antônio Conselheiro como personagem trágico, guiado por maldições hereditárias e crenças messiânicas, que o levaram à loucura, ao conflito com a República e à queda da República.”*⁵²⁸

O quadro apresentado por Euclides mostra uma evolução em sua compreensão das teorias raciais. O autor faz uma descrição das teorias racistas como uma base teórica para poder interpretar o sertanejo, para em seguida evoluir em direção a uma contestação destas idéias, suavizando a forma como as interpretava e assim estabelecer um parâmetro crítico à sociedade enquanto tal.

Euclides da Cunha, como visto até este momento, possuía uma visão do racismo científico que servia para compreender uma situação que já conhecia anteriormente; as teorias raciais aparecem para ele quase como um empréstimo, uma necessidade para poder interpretar aquela realidade que o mantinha angustiado e amargurado.

Para Walnice Nogueira Galvão, o racismo científico que aparece em *Os Sertões* é uma teoria que Euclides encontrou para poder explicar a realidade:

*“Com esta obra, de enorme fôlego e ambição, Euclides viu-se obrigado a manejar uma teoria da história e a explicitar por tentativas um quadro teórico que lhe permitisse a compreensão dos recentes acontecimentos.”*⁵²⁹

Aliás, José Guilherme Merquior faz uma observação bastante interessante à este respeito:

“ao reconhecer o entrosamento soa aspectos irracionais de uma comunidade

⁵²⁸Ventura, Roberto. op.cit, p. 259

⁵²⁹Galvão, Walnice Nogueira. *Euclides da Cunha*. Coleção Grandes Cientistas sociais – vol. 45, SP, Editora Ática, 1984, p. 36

*rústica, sufocada pelos flagelos naturais indiferença das camada dominantes, intuiu brilhantemente a natureza psicossocial da noção de loucura – dessa “zona mental onde se acotovelam gênios degenerados”*⁵³⁰

Ele se afasta das teorias raciais quando elas não mais aparecem para substituir bases mais sólidas de interpretação. Euclides, quando começa a analisar o sertanejo de uma forma sociológica, buscando encontrar as respostas para a sua problemática em fatores sociais e históricos, parece conseguir superar as teorias raciais que em outras passagens ele deixava bem evidenciadas.

As teorias raciais, embora presentes em Euclides, só ganham relevo a partir de uma análise superficial que o autor fazia sobre a sociedade brasileira e em particular do povo sertanejo. Quando ele começa a estudar de forma mais aprofundada a vida, a cultura, os parâmetros sociais do povo sertanejo, buscando assim compreender como ele de fato vivia, quais eram as suas motivações e frustrações, consegue superar as teorias raciais e de certa forma, embora não conscientemente, confrontá-las.

Esta situação fica evidente em outras obras do autor, onde pouco ou quase nada de racismo científico é apresentado. Nos artigos que escreveu, nas anotações que fez de Canudos, nos relatos que fizera sobre a Amazônia, quase nada mais é apresentado sobre as teorias raciais. Não que Euclides as tivesse superado por completo; o fato de não fazer correções a este respeito em *Os sertões* deixa evidente que o autor ainda tinha dificuldades para superá-las.

É importante assinalar que Euclides não tinha a mesma preocupação (que aparece bastante forte em Sílvio Romero e em Nina Rodrigues e que era fundamental para a análise social de Oliveira Vianna) em estabelecer as teorias raciais como a peça fundamental para a compreensão da sociedade brasileira. Existiam outros fatores que deveriam ser levados em conta. Tanto é que se aparece com destaque em *Os Sertões*, deixa de ser uma peça fundamental em outras obras posteriores do autor.

Robert Levine diz que Euclides, em razão da sua visão dualista da sociedade brasileira (litoral X sertão) e do racismo, possuía uma ambivalência:

⁵³⁰Merquior, José Guilherme. *De Anchieta à Euclides – breve história da literatura Brasileira I*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1977, p. 198

*“a ambivalência o atormentava enquanto respeitava profundamente a perseverança dos sertanejos, também aceitava a crença geral de que eles eram racialmente inferiores.”*⁵³¹

Sílvio Romero faz uma crítica a respeito da análise que Euclides fez do povo sertanejo do Acre, ao não abordar, de uma forma mais contundente, a utilização das teorias raciais no estudo amazônico, e indo mais além, em uma explicação ainda mais ampla para a compreensão de todo o Brasil:

*“No estudo do problema amazônico e acreano é, já se vê, indispensável, além das condições do meio, do ponto de vista físico e econômico, a consideração da raça sob a quadrupla apreciação da sua organização intrínseca e vigor de expansão, das suas relações com os estrangeiros, da sua história e da sua posição no mundo, segundo os preceitos de Tornville.”*⁵³²

Euclides da Cunha, apesar de nunca se libertar totalmente das teorias raciais, já demonstrava, principalmente nestes últimos escritos, uma tendência muito forte para se libertar delas, analisando a sociedade de uma forma mais ampla e profunda. É fácil especular que se ele tivesse vivido por um período maior, talvez pudesse superá-las por completo. Porém, estamos saindo do campo da História para o da especulação...

2 – Civilização X barbárie

Em Euclides um ponto fundamental, já tomando como referência, a dicotomia, a ambivalência, a ambigüidade do seu pensamento, se dá justamente pela tensão entre civilização e barbárie.

Quando pensamos em civilização e barbárie, pensamos logicamente na imagem de extremos, um civilizado, se portando de forma adequada, racional; o outro como sua antítese, ou seja o bárbaro, o irracional. Desta forma, civilização e barbárie se complementam, fortalecendo-se, ajudando a criar a identidade um do outro. É aqui que entra a análise de Edward Said, em *Orientalismo*, onde este autor ilustra justamente como o

⁵³¹Levine, Robert. *O sertão prometido – o massacre de Canudos*, São Paulo, Edusp, 1995, p. 103

⁵³²Romero, Sílvio. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, julho de 1912, p. 15

Ocidente construiu sua imagem de “civilizado”, tendo como base a imagem de “bárbaro”. Citando Said, o *Orientalismo* é “um estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre “o Oriente” e (maior parte do tempo) “o Ocidente”.”⁵³³ Assim, o Ocidente construiu a sua imagem civilizada, organizada, frente ao mundo oriental, que lhe parecia bárbaro.

John Luckacs também ilustra bem a definição de civilização e barbárie e em especial a idéia de “primitivo” surgiram na língua inglesa em 1540. Segundo o autor, este termo “sugeria, inicialmente, pessoas que ainda estravam “atrás” de nós, isto é, atrás e não à frente, atrás de nós no tempo e não no espaço: em outras palavras, “atrasadas””⁵³⁴. Indo mais além ele demonstra que foi a partir de 1600 que “civilização” havia-se transformado em antônimo de “barbarismo” e “primitivismo” (do *Dicionário Oxford de 1601* - “civilizar: retirar da rudeza, educar para a civilidade”).⁵³⁵ Concluindo este raciocínio, Lukacs ilustra que depois, já na metade do século XIX para o início do XX, a mesma idéia de civilização ganhou espaço se associando a idéia de cultura e de progresso.

Cultura, progresso, civilização, barbárie e atraso. Esta mesma lógica imperava na visão que a elite brasileira tinha frente à população mestiça e negra e em particular à população sertaneja. A imagem da civilização – do progresso, do desenvolvimento, do mundo idealizado da Europa nos trópicos - frente à barbárie que supostamente imperava no interior.

É dentro deste contexto que muitos intelectuais buscavam encontrar, nesta população “atrasada”, “retrógrada”, “degenerada”, “bárbara”, os fundamentos, a razão da existência da própria nação brasileira. Esta temática aparece em vários autores do período e em particular nos quatro autores aqui estudados.

Porém, à medida em que estudavam a “barbárie”, era evidente que esta era idealizada, imaginada, vendo nelas elementos que se traduziam e se tornaram fundamentais para a “civilização”. Ou seja, as imagens de “barbárie” e “civilização” se fundiam, se mostravam próximas, se faziam sentir. Mesmo quando pareciam conseguir se libertar desta visão, estes intelectuais acabavam entrando em contradições e em reformulações destas

⁵³³Said, Edward, *Orientalismo*, op.cit, p. 14

⁵³⁴Luckacs, John. *O fim de uma era*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005, p. 14

⁵³⁵Idem, p. 14

idéias, produzindo visões bastante tensas e contraditórias.

O caso de Euclides da Cunha é emblemático. Positivista, defensor do progresso, da República, da modernização e da civilização, ele se vê numa situação onde estes dois elementos aparecem como antagônicos, mas na medida em que ele analisa a sua realidade ele pode perceber que tal antagonismo é na realidade falso, sem sentido e vinculado a uma imaginário preconceituoso.

Para ele, a civilização e a barbárie são elementos que não apenas se contrapõem, mas se cruzam, mostrando assim uma ligação efetiva entre o que os sujeitos designados a partir daqueles conceitos.

Começemos pela análise que faz em *Os Sertões*. Motivado pela idéia da superioridade racial, Euclides constrói uma imagem de Canudos como sendo o reflexo do atraso, composta de bárbaros, vivendo de forma primitiva, uma antítese da civilização. Era um lugar mal organizado, sem planos urbanísticos, onde se reproduziam os sinais de degeneração, da barbárie. Euclides faz severas críticas a Canudos, mostrando a falta de um planejamento urbano, uma vez que não se conseguia distinguir a formação das ruas, as casas feitas de pau-a-pique, com apenas três compartimentos pequenos, a argila que dava um aspecto repugnante às moradias. Tudo isto se traduzia na seguinte conotação:

*“O mesmo desconforto e, sobretudo, a mesma pobreza repugnante, traduzindo decerto modo, mais do que a miséria do homem, a decrepitude da raça.”*⁵³⁶

Cunha descreve que Canudos crescia vertiginosamente, arrebatando pessoas de diversas comunidades e cidade de todo o sertão, o que levava ao crescimento vertiginoso do arraial:

*“A edificação rudimentar permitia à multidão sem lares fazer até doze casas por dia ; e, à medida que se formava, a tapera colossal parecia estereografar a feição moral da sociedade ali acoitada. Era a objetivação daquela insânia imensa. Documento iniludível permitindo o corpo de delito direto sobre os desmandos de um povo.”*⁵³⁷

Dentro das casas, Euclides identifica a mesma pobreza, em particular da mobília,

⁵³⁶Cunha, Euclides da, p. 292

⁵³⁷Idem, p. 291

onde não existiam nem camas e nem mesas; apenas bancos, canastras, reses, santos Antônios e imagens de Santa Maria; e algumas armas que poderiam ser utilizadas, tais como facões e armas de fogo, caso de espingardas.

A descrição feita mostra Canudos como um lugar mal organizado, sem quaisquer preocupações com a urbanização ou com as habitações. Ele completa este quadro relatando que o entorno da região também pouco contribuía para melhorar o quadro e seu aspecto geral, marcada pelas paisagens tristes e sem vida, de colinas nuas e uniformes, sem vegetação e sem aspecto de vida.

Euclides descreve também as atividades dos residentes de Canudos: pela manhã, se dedicavam a construir casebres, que no entender do autor pareciam obedecer ao traçado de um plano de defesa, feita ao acaso, sem um plano urbanístico. O escritor mostra aqui sua percepção de militar, descrevendo o entorno de Canudos com as idéias de defesa militar, ilustrando um plano de defesa:

*“Porque a cidade selvagem, desde o princípio, tinha em torno, acompanhando-o no crescimento rápido, um círculo formidável de trincheiras cavadas em todos os pendores, enfiando todas as veredas, planos de fogo volvidos, rasantes com o chão, para todos os rumos.”*⁵³⁸

Para ele, é a barbárie que reina em Canudos. Seja na raça, na cultura e na religião, tudo lá remeteria a um estágio inferior da civilização:

*“Jugulada pelo seu prestígio, a população tinha, engravescidas, todas as condições do estádio social inferior. Na falta da irmandade de sangue, a consangüinidade moral dera-lhe a forma exata de um clã, em que as leis eram o arbítrio do chefe e a justiça as suas decisões irrevogáveis. Canudos estereotipava o fâcies dúbio dos primeiros agrupamentos bárbaros.”*⁵³⁹

O imaginário da barbárie se traduzia na forma como a religião se desenvolvia em Canudos. Euclides via os hábitos religiosos ali praticados como uma demonstração de inferioridade desta população: era um “misticismo bárbaro”, marcado pelo medo e pelas crises de histeria, pela loucura. Mesmo as pregações contrárias à República eram vistas por

⁵³⁸Idem, p. 296

⁵³⁹Idem, p. 298

ele como uma demonstração do baixo grau de desenvolvimento da população canudense.

Uma das frases mais importantes de Euclides, de que Canudos foi um refluxo na história, tem um sentido dúbio: era o momento em que, confrontada com a barbárie, a civilização se tornava a própria barbárie.

Euclides via a história como um progresso. Canudos surgia para ele como algo que se perdeu no passado, primitivo, enquanto toda a civilização se dirigia e se desenvolvia em outro sentido. Assim, Canudos representava o atraso, não apenas material, mas também no seu estágio primitivo, comparando-os com povos mais antigos, procurando assim enfatizar que os sertanejos estavam em um estágio atrasado na sua evolução social, o que era portanto o determinante no seu comportamento, em aproximação com aventureiros do século XVII, por exemplo.

É neste ponto que Euclides começa a questionar a idéia da civilização e em especial a do litoral, vista pelo autor como um exemplo de abandono de parte do Brasil, que vivia no interior. Por isso chama o Brasil de “civilização de empréstimo” e faz uma crítica bastante pesada sobre o próprio país; que copiamos o que de mais chama a atenção no exterior, mas nos esquecemos de ver e compreender as exigências da nossa própria nacionalidade. E que fomos bastante “ignorantes” (palavra minha), o que nos teria impedido de ver e compreender o sertanejo no seu contexto original, ou de perceber o atraso em que vivia parte da população.

E o choque da guerra de Canudos aproximou, na visão do autor, a civilização da barbárie. Com a guerra, criou-se uma imagem de Canudos como um obstáculo ao estabelecimento do progresso ao qual o Brasil estaria destinado.

Como diz Ricardo Luiz de Souza,

*“Os sertões passa a ser o texto em que Euclides procura conciliar criticamente as diretrizes modernizadoras da República com os segmentos mais desprivilegiados da Nação”*⁵⁴⁰.

A luta que se processou em Canudos necessitou de quatro expedições militares, sendo particularmente a última de grande vulto, e nesta luta a resistência e força do

⁵⁴⁰Souza, Ricardo Luiz de. *Identidade nacional e modernidade brasileira.*, Belo Horizonte, Autêntica, 2007. p. 96

sertanejo se tornaram cada vez mais evidentes para o autor. O imaginário de bárbaro do sertanejo perde a sua razão, na medida em que Euclides percebia que sua resistência e disposição em se defender era superior à do Exército, mesmo este bem equipado e disciplinado.

O fracasso das duas primeiras expedições para Canudos ilustra bem a dificuldade de se impor a “civilização” aos canudenses: a falta de um planejamento adequado ilustra a arrogância com que as tropas tratavam o povo sertanejo. Euclides ilustra de uma forma irônica esta situação, onde a suposta barbárie se mostra muito mais bem organizada e disposta a lutar do que a suposta civilização poderia fazê-lo.

O caso da terceira expedição foi típico. Liderada pelo coronel Moreira César, esta expedição, ao contrário das anteriores, era mais bem equipada para a luta. Se a dualidade entre civilizado e bárbaro tem bastante ressonância em Euclides, a descrição de Moreira César é emblemática.

Ele o vê como o fruto de uma instabilidade, chamando-o de desequilibrado, mostrando tanto perfil de herói quanto o de facínora.

“Em sua alma a extrema dedicação esvaía-se no extremo ódio, a calma soberana em desabrimentos repentinos e a bravura cavalheiresca na barbaridade revoltante.”⁵⁴¹

Aqui, Euclides não aplica a sua teoria das raças. É verdade que diz em um momento “fatalidade biológica”, mas nada diz que sobre se Moreira César era branco, negro ou mestiço; apesar da sua “instabilidade” se parecer muito com aquela que descreveu o sertanejo, ela não aparece.

Cunha cita um caso para ilustrar a personalidade de Moreira César, acontecido em 1883, quando um jornalista fez insultos na corte do Império, inclusive contra o próprio exército e o Imperador, foi depois preso e linchado, tendo Moreira César participado da ação. Euclides relata que o crime acarretou a transferência dele para Mato Grosso – a nossa “Sibéria particular”.

Euclides via em Moreira César o exemplo típico do desequilibrado e doente mental.

⁵⁴¹Cunha, Euclides da, *op.cit.*, p. 424

Para ele, o militar representava tanto o ideal de luta e força do exército, quanto da instabilidade deste. Sua nomeação para liderar a repressão à revolta de Canudos soa então bastante emblemática e culminaria em uma catástrofe.

O retrato de Moreira César ilustra bem este paralelismo entre a civilização e a barbárie. César deveria ser o agente da “civilização”, mas que se mostrou tão bárbaro quanto os sertanejos.

O escritor descreve os eventos relativos à preparação da primeira expedição regular a Canudos. Nessa descrição, Moreira César parecia bastante preocupado em fazer a mobilização das tropas o mais rápido possível, negligenciando os erros cometidos nas expedições anteriores, sendo a ação tomada com o objetivo de lançar uma marcha dentro de Canudos:

*“Ficou dominado todas as decisões um plano único, um plano de delegado policial enérgico: lançar a marche-marche mil e tantas baionetas dentro de Canudos.”*⁵⁴²

Toda a ação é descrita como mal planejada, feitas às pressas e com a clareza da pretendida vitória, uma vez que nem fora feito, no caminho escolhido até Canudos, uma linha de pontos defensáveis ou uma linha de operações.

Em relação à expedição, a visão de Euclides é a de que ela foi mal conduzida e não conhecia a região e o seu inimigo. Para o autor, o fracasso era iminente, uma vez que os jagunços se preparavam para a defesa do arraial, seja na compra de armamentos, espiondo e obtendo informações sobre as tropas ou mesmo construindo fortificações, como trincheiras.

Um ponto que chama a atenção aqui é a visão que Euclides transmite do sertanejo: enquanto este se preocupava com a sua segurança, no planejamento para a defesa do conflito, as tropas do exército pareciam operar sem qualquer planejamento estratégico, seja na logística da batalha, seja na operação em si. Ficava evidente um fato importante: a disposição de vencer, de se superar na luta era a do sertanejo, não a do exército. Enquanto este era composto por soldados e oficiais treinados e com farto armamento, mas sem planejamento e disposição, aos sertanejos não faltava força na luta.

⁵⁴²Idem, p. 432

Na descrição sobre João Abade, que dominava e disciplinava os jagunços, Euclides relata que ele tinha uma superioridade mental por ter estudado no liceu em uma das capitais do Nordeste. Esta superioridade se ilustrava pela educação por ele obtida e não por sua origem racial.

A determinação em vencer era a do sertanejo e não do exército. A “civilização” se mostrou fraca, desorganizada, fragilizada frente ao sertanejo. A derrota humilhante da expedição de Moreira César, deixando o seu corpo ao longo do caminho, em conjunto com uniformes, suprimentos e armas, ilustrava o fracasso total da empreitada.

O impacto da derrota foi ilustrado por Euclides como sendo o da derrota da civilização. Assim, ele retrata como se construiu a lenda de que Canudos representava um movimento monárquico e que poderia colocar a República em perigo. Euclides menciona vários jornais sobre a opinião pública em que ficava evidente a preocupação com a volta da Monarquia:

*“A mesma toada em tudo. Em tudo a obsessão do espantalho monárquico, transmutando em legião – coorte misteriosa marchando surdamente na sombra -, meia dúzia de retardatários, idealistas e teimosos.”*⁵⁴³

O autor cita até mesmo o presidente da República, que também criticava Canudos, acreditando ser o movimento de origem política. O ímpeto republicano perseguia até mesmo a redação de jornais monarquistas.

Na passagem seguinte, Euclides investe novamente na dicotomia barbárie X civilização, ao falar da repercussão de Canudos no Rio de Janeiro - em particular, na Rua do Ouvidor. Na tentativa de encontrar uma resposta para o fracasso em Canudos, eram construídas diversas teorias nas quais fazia-se do sertanejo uma parte menor de um problema maior:

“A rua de Ouvidor valia por um desvio das caatingas. A correira do sertão entrava arrebatadamente pela civilização adentro. E a guerra de Canudos era, por bem dizer, sintomática, apenas. O mal era maior. Não se confinara num recanto da Bahia. Alastrara-se. Rompia nas capitais do litoral. O homem do

⁵⁴³Idem pp. 499 e 500

*sertão, encourado e bruto, tinha parceiros porventura mais perigosos.”*⁵⁴⁴

Euclides volta em seguida a explorar a questão racial e étnica do povo sertanejo. Ele diz que o curso da civilização – e a força portentosa da hereditariedade – procura arrastar para seu universo que, mais adiantado, tende a destruí-los e aniquilá-los. Em outras palavras, para Euclides, seria natural que lugares como Canudos desaparecessem da história à medida em que a “civilização” penetrasse na região e os assimilasse para ela:

*“Antes, porém, insistamos numa proposição única: atribuir a uma conjuração polícia qualquer a crise sertaneja exprimia palmar insciência das condições naturais da nossa raça”*⁵⁴⁵.

Euclides era irônico em sua crítica à “civilização”, ilustrando que se Canudos havia enaltecido os sonhos de uma restauração imperial, isto era uma mostra de

“que pouco nos avantajáramos aos rudes patrícios retardatários.

*Estes, ao menos, eram lógicos. Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez – bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade o brilho da civilização através do clarão de descargas.”*⁵⁴⁶

A existência de um lugar como Canudos era – dentro do espírito cientificista da época – como uma grande curiosidade científica, que poderia nos dar um exemplo vivo da evolução social do povo brasileiro, uma oportunidade, portanto, de conhecermos nós mesmos.

Mas Euclides lamenta, dizendo que o que aconteceu foi justamente o contrário:

*“Na primeira cidade da República, os patriotas satisfizeram-se com o auto-de-fê e alguns jornais adversos, e o governo começou a agir. Agir era isto – agremiar batalhões.”*⁵⁴⁷

544Idem, p. 501

545Idem, p. 502

546Idem p. 502

547Idem p. 503

Portanto, para o escritor, era evidente este ponto: ao invés de conhecer o outro, nós o destruímos. Ao invés de trazê-lo para a “civilização”, levamos a “civilização” armada para erradicá-lo.

Euclides é bastante crítico a respeito da forma como o desastre das expedições enviadas a Canudos repercutiu no Rio de Janeiro. Ele deixa bem evidente que as informações que chegavam ou quase difundiam eram errôneas ou mal assimiladas, o que levava sempre a idéias absurdas sobre o conflito.

Assim, ele revela que surgiram uma série de divagações e imagens construídas sobre canudos, que não se traduziam na realidade. Contavam-se histórias de que Canudos era composto por um exército regulamentar e instruído, de que pessoas como o coronel Tamarindo não havia sido morto no conflito; a morte trágica de Salomão da Rocha (que teve aclamação nacional) ou do ordenança de Moreira César que morreu para proteger o cadáver de César, depois da debandada da tropa.

Este clima é que norteou a ação que se desenrolava, tornando o conflito inevitável. Porém ele é bastante irônico: não se conhecia nem sabiam o que era Canudos; sabia-se que Canudos deveria ser destruída por representar uma reação monárquica, bárbara, ou o que mais se queria que fosse. Euclides mostra que Canudos havia deixado de ser um assunto apenas regional, para se tornar um símbolo que precisava ser destruído.

E como símbolo, Canudos foi sendo transformada em uma outra coisa: como a salvação da República, isto é, do modelo de civilização que a elite queria construir e que estaria em perigo. Alentavam-se histórias de que os sertanejos haviam tomado várias cidades e ameaçavam até mesmo a capital da Bahia. Além de a cidade representar a restauração monárquica, o que a tornava uma necessidade a ser combatida.

A marcha da civilização trazia portanto a marcha da destruição. Este tema é bastante forte em Euclides e não só em *Os Sertões*, recorrente em outros textos seus, como em dois artigos da sua coletânea *Contrastes e confrontos*, “*Fazedores de desertos*” e “*Entre as ruínas*”, onde o autor mostra que o progresso e a civilização estiveram unidos sempre com a idéia da destruição.

Em “*Fazedores de desertos*”, ele mostra a agricultura intensa, criada pelo colonizador branco, como um grande destruidor do ambiente que ele domina e sobre o qual

se impõe. Na marcha do progresso, tudo o que se via era a destruição e o aniquilamento, do meio ambiente.

Este é um fenômeno que estaria acontecendo com a expansão do café no Oeste Paulista. A expansão estava trazendo a devastação para toda a região:

“São o combustível único das locomotivas. Iludimos a crise financeira e o preço alto do carvão de pedra atacando em cheio a economia da terra, e diluindo cada dia no fumo das caldeiras alguns hectares da nossa flora.

Deste modo – reincidentes no erro – à inconveniência provada das lavouras ultra-extensivas e ao canteiro vivo das queimas, aditamos o desnudamento rápido das derrubadas em grande escala”⁵⁴⁸

Já em “*Entre as ruínas*”, Euclides faz uma denúncia da decadência do vale do Paraíba (anos antes que outros autores, tais como Oliveira Vianna e Monteiro Lobato). Esta denúncia é a de que a civilização e o progresso estão vinculados à destruição do ambiente físico, que depois de esgotado é abandonado:

“Nem um olhar para a vivenda sinistra e mal-assombrada , onde imagina coisas pavorosas: constante pervagar de sombras, choros plangentes; pulular golpeante de espectros merencórios; aparições macabras; longos arrastamentos decorrentes.”⁵⁴⁹

É com esta idéia em mente - civilização e a destruição - que ele narra a quarta expedição e a aniquilação total de Canudos: os militares, representando a civilização, iriam destruir Canudos.

Desta forma, ele mostra como os sertanejos, mesmo lutando em condições desfavoráveis, jamais se rendiam. Os canudenses mostravam uma força que assustava as tropas, que nela viam algo que eles mesmo não possuíam.

Mesmo a quarta expedição cometia os erros das passadas, ilustrando que a visão dominante ainda era marcada pela idéia do sertanejo enquanto ser inferior. Esta visão acabou contribuindo para que mais tropas fracassem na tomada de Canudos, ante à

⁵⁴⁸Cunha, Euclides da. *Contrates e confrontos*, São Paulo, Cultrix, 1975, p. 129

⁵⁴⁹Idem, p. 133

resistência do sertanejo, que não se entregava.

Quando a guerra começou a virar para o lado das tropas federais, com o reforço de soldados e recursos, os soldados se tornaram mais violentos, com sede de sangue. A civilização se tornava a barbárie. Assim, o ensaísta denuncia a prática da matança feita pelo exército:

“Entrou jugulado como uma fera, na tenda do comandante da 1ª coluna. Ali o largaram. O resfôlego precipite argüia o cansaço da luta. Alevantou a cabeça e o olhar singular que lhe saía dos olhos em cheio de brilhos, outro cheio de sangue – assustava. Tartamudou, desajeitadamente, algumas frases mal percebidas. Tirou o largo chapéu de couro, e ingenuamente, fez menção de sentar-se.

Era a suprema petulância do bandido!

Brutalmente repellido, rolou aos tombos pela outra porta, escorjado sob punhos possantes.

*Fora, passaram-lhe, sem que protestasse, uma corda de sedenho na garganta. E, levado aos repelões para o flanco direito do acampamento, o infeliz, perdeu-se com os sinistros companheiros que o ladeavam no seio misterioso da caatinga.”*⁵⁵⁰

Na passagem seguinte fica evidente que para o autor esta dicotomia entre barbárie e civilização, ilustrando o quanto a República, tão representativa da civilização, poderia se tornar a barbárie:

“Chegando à primeira canhada encoberta, realizava-se uma cena vulgar. Os soldados impunham, invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na, prestes a facão. Um golpe único,

550 Cunha, Euclides da. *Os Sertões. op. cit.*, p. 726

entrando pelo baixo ventre. Um destripamento rápido...”⁵⁵¹

Aqui ao descrever a ação militar, Euclides mostrava como a civilização era bárbara, como o prazer em assassinar e de destruir Canudos e os seus habitantes transcendia a racionalidade, com o apoio, inclusive, dos chefes militares:

“Tínhamos valentes que ansiavam por essas covardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades.”⁵⁵²

O relato de Euclides é bastante crítico e mostra toda a crueldade dispensada pelas tropas aos sertanejos. Além da degola sistemática dos prisioneiros, existia ainda a crueldade no tratamento e no desprezo pela religiosidade. É exemplar o medo que os sertanejos tinham de morrer a ferro frio (uma vez que eles temiam que se morressem assim, a sua alma não seria salva) e do tratamento dado pelos soldados na execução dos prisioneiros, pela degola. Antes, porém, ordenavam os sertanejos a darem um viva à República. Era necessário saudar a civilização antes da execução e da barbárie.

Cunha cita o caso de um negro que foi preso, o que seria um caso raro de um “negro ouro”, marcado tanto pela fome quanto pela guerra. É impressionante o relato do autor, em particular sobre o físico do negro e a forma como este encarou a situação e a morte. Euclides diz que nem sequer o interrogaram, “era um animal”. Porém aqui existe um achado estilístico e interpretativo no texto de Euclides; os animais eram os soldados e não o negro:

“Seguiu impassível e firme; mudo, a face imóvel, a musculatura gasta duramente em relevo sobre os ossos, num desempenho impecável, feito uma estátua de titã, soterrada havia quatro séculos e aflorando, denegrida e mutilada, naquela imensa ruinaria de Canudos. Era uma inversão de papéis. Uma antinomia vergonhosa...” ⁵⁵³

Era a inversão entre a civilização e a barbárie. A própria descrição do negro feita

⁵⁵¹Idem, p. 726

⁵⁵²Idem, p. 727

⁵⁵³Idem, p. 732

por Euclides é a de um colosso frente ao exército brasileiro. A descrição ilustra bem a inversão que ele via no papel desempenhado pelo exército em relação a força desempenhada pelo sertanejo. O sertanejo – negro – era visto como superior, moralmente e fisicamente – ao exército brasileiro.

O escritor diz que se fazia apenas uma única concessão ao gênero humano, não se trucidando mulheres e crianças, desde que estes não se apresentassem perigosos (ou desafiadores) – cita casos onde uma mulher ao fazer um protesto verbal quando do seu interrogatório, fora degolada logo na saída da tenda do comandante.

A prática da degolação das vítimas se tornou comum no exército brasileiro sediado em Canudos:

*“A degolação era, por isto, infinitamente mais prática, dizia-se nuamente. Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada. Não era a ação severa das leis, era vingança. Dente por dente. Naqueles ares pairava, ainda, a poeira de Moreira César; queimado; devia-se queimar. Adiante, o arcabouço decapitado de Tamarindo; devia-se degolar. A repressão tinha dois pólos – o incêndio e a faca.”*⁵⁵⁴

Desta forma, criavam-se lendas, que misturavam os fatos ocorridos no conflito com a imaginação, principalmente da truculência dos sertanejos, de traições por eles cometidas e por aí a fora, com o objetivo de justificar o massacre. Transformava-se o sertanejo em algo terrível, que teria que ser destruído no intuito de garantir a salvação da civilização, que como bem exposta por Euclides era dos degoladores, isto é, era de quem cometia os massacres. A barbárie e a civilização se tornavam a mesma coisa.

O protesto e a avaliação que Euclides da Cunha fez sobre o massacre que estava acontecendo em Canudos são uma metáfora sobre as relações entre a barbárie e a civilização – como as duas são próximas e estão ligadas entre si.

Canudos era um lugar no meio do nada, como ele lembra. Um lugar que não existia, que não era conhecido, um lugar onde a civilização poderia se mostrar como era realmente:

“Realizava-se um recuo religioso no tempo; um resvalar estonteados por

⁵⁵⁴Idem, p. 734

alguns séculos abaixo.

*Descidas as vertentes, em ques e entalava aquela furna enorme, podia representar-se lá dentro, obscuramente, um drama sanguinolento da idade das cavernas. O cenário era sugestivo. Os atores, de um e de outro lado, negros, caboclos, brancos e amarelos, traziam, intacta, nas faces a caracterização indelével e uniforme das raças – e só podiam unificar-se sobre a base comum dos instintos inferiores e maus.”*⁵⁵⁵

A civilização, a destruição, a barbárie acabavam se tornando algo bastante presente em Euclides. A aproximação entre estes três elementos é bastante forte, a ponto de ficar materializada em sua escrita angustiada e tensa. O que somos? bárbaros ou civilizados? Ou a barbárie e a civilização, mais do que extremos, são partes do mesmo todo?

“A animalidade primitiva, lentamente expungida pela civilização, ressurgiu, inteiriça. Desferrava-se afinal. Encontrou nas mãos, ao invés do machado do diorito e do arpão de osso, a espada e a carabina. Mas a faca relembra-lhe melhor o antigo punhal de sílex lascado. Vibrou-a. Nada tinha a temer. Nem mesmo o juízo remoto do futuro.

*Mas que entre os deslumbramentos do futuro caia, implacável e revolta; sem altitude, porque a deprime o assunto; brutalmente violenta, porque é um grito de protesto; sombria, porque reflete uma nódoa – esta página sem brilhos...”*⁵⁵⁶

Percebendo como a civilização e a barbárie eram parte de uma mesma lógica, de um mesmo sistema, Euclides faz uma comparação bastante provocativa à respeito da natureza e a similaridade existente entre o soldado e o sertanejo:

“Naquele sombrio finalizar da luta os antagonistas temiam-se por igual. Evitavam por igual o recontro franco. Negaceavam, estadeando as mesmas ardilezas e a mesma proditória quietude. Imóveis largo tempo, um em frente ao outro, abrigados na mesma sombra, parecendo refletir a adinamia do mesmo esgotamento – espiavam-se, solertes, traiçoeiros, tocando-se. E não podiam encontrar melhor cenário para ostentarem, ambos, soldados e

⁵⁵⁵Idem, p. 735

⁵⁵⁶Idem, pp. 735 e 736

*jagunços, a forma mais repugnante do heroísmo do que aquele estequilho de cadáveres e trapos, imersos na obscuridade de uma furna.”*⁵⁵⁷

Explorando esta situação, ele fala de uma forma muito irônica ao retratar o soldado e os sertanejos como sendo, de certa forma, iguais. Indica semelhança do uniforme entre os dois e ainda chega a dizer que se um sertanejo se misturasse às tropas ele não seria reconhecido como tal e sim como mais um soldado.

Ele lembrava ainda que a força da luta do sertanejo gerou um entusiasmo entre os soldados, provocando uma admiração. Euclides montava um quadro onde não existiam mais diferenças entre os soldados e os jagunços de Canudos, nivelando os dois na mesma situação. Eram os “bárbaros” de Canudos iguais aos “civilizados” do exército brasileiro.

A destruição final de Canudos foi vista pelo ensaísta não como a destruição simples do arraial. Muito mais do que a eliminação física de Canudos, destruiu-se o cerne da nossa civilização, a “rocha viva” – com a dinamite:

“Um tenente, ajudante -de-ordens do comandante geral, fez conduzir do acampamento dezenas de bombas de dinamite. Era justo; era absolutamente imprescindível. Os sertanejos invertiam toda a psicologia da guerra: enrijavam-nos a derrota.

Ademais entalhava-se o cerne de uma nacionalidade.

*Atacava-se a fundo a rocha viva da nossa raça. Vinha de molde a dinamite, era uma consagração.”*⁵⁵⁸

A civilização se tornou a barbárie e a barbárie a civilização. Euclides mostra, de uma forma bastante irônica, mas também profunda, o quanto estas duas vertentes se aproximavam para se transformar em uma só.

Leopoldo Bernucci diz que

“na visão euclidiana, o homem ainda perde diante da estupenda força natural do meio, como jagunço é massacrado pelas mãos “civilizadoras” do exército. O conflito é antigo e gravita sobre um eixo demasiado conhecido e polarizado:

⁵⁵⁷Idem, p. 752

⁵⁵⁸Idem, p. 766

civilização e barbárie.”⁵⁵⁹

Podemos perceber que aqui Euclides mostrava uma superação das teorias raciais. Por estas teorias os “bárbaros” deveriam continuar como bárbaros e os “civilizados” como “civilizados”. Ao mostrar a equivalência entre ambas as categorias e também que a civilização e a barbárie podem se alternar na mentalidade das pessoas, o escritor acabava, embora não totalmente consciente disso, eliminando a validade das teorias raciais.

Refletindo o pensamento de Euclides sobre a época em que ele vivia, a sua denúncia do crime ocorrido em Canudos foi bastante provocativa. O mundo passava pelo auge do imperialismo mundial, que se caracterizava justamente pelo massacre, pelo domínio e a conquista de povos ditos bárbaros, pela dita civilização européia. Talvez este seja um dos pontos que nos ajudam a compreender como e porque a obra de Euclides se tornou tão importante e universal: a denúncia que ele faz de Canudos é um retrato de outros massacres e domínios feitos em nome da “civilização”.

É um pensamento que se tornou universal. Euclides, mesmo sem ter este interesse ou mesmo esta dimensão em seu pensamento, produziu uma obra que refletia num microcosmos como o de Canudos, um problema que era, essencialmente, universal. A sua crítica ganhava o mesmo sentido universal.

Eric Hobsbawm ilustra um quadro interessante, que nos ajuda a refletir sobre os eventos de Canudos e o quanto estes eventos se repetiam em outros lugares pelo mundo na media em que a “civilização” e o “progresso” ganhavam um corpo limitado em contraste com aqueles considerados bárbaros, gerando aquela questão fundamental: “*Esses bárbaros realmente podiam ser o mesmo povo que nós?*”⁵⁶⁰.

E continuando, com uma ironia bem ácida, Hobsbawm diz que “*E será que a massa de bárbaros do interior e do exterior era grande a ponto de confinar progresso a uma minoria, que garantia a civilização apenas porque conseguia manter os bárbaros sob controle?*”⁵⁶¹.

Portanto o que aconteceu em Canudos era um reflexo de um problema maior,

559Bernucci, Leopoldo. “Prefácio”, in *Os sertões*, São Paulo, Ateliê Editorial, 2002, p. 19

560Hobsbawm, Eric, *A era dos Impérios*. Op cit, p. 55

561Idem, p. 55

universal, que correspondia a uma visão do imperialismo mundial, que no seu avanço destruíra e massacrava todos aqueles povos, considerados inferiores, miseráveis e portanto destinados ao desaparecimento.

Neste sentido, o tom de denúncia de Euclides ganha uma força universal. Deixa de ser uma denúncia de um massacre contra “bárbaros”, para se tornar uma crítica a própria civilização que era implementada e se julgava superior. Euclides, portanto para a busca da necessidade de criticar esta civilização – o autor era inserido nela, embora não aceitando-a plenamente e de forma mais plena, exigir a necessidade de uma justiça social.

3 – A necessidade de justiça social.

Um dos pontos mais acalentados pelos estudiosos e admiradores de Euclides da Cunha é que ele era um defensor da justiça social, tendo consciência do desprezo dado pelas elites contra a população brasileira.

Este fato é bastante discutido e até mesmo exagerado. Existem autores que chegam a definir Euclides quase como o “salvador do Brasil”, transformando-o em mártir da nação brasileira, construindo assim mais um mito do que um personagem histórico. Cabe mencionar afirmações como a de Paulo Dantas:

*“Euclides da Cunha acreditava no Brasil e por ele deu-nos sua vida, sua obra, sacrificando até mesmo sua felicidade pessoal. Nesse sentido foi um verdadeiro herói da nossa época.”*⁵⁶²

A imagem assim construída aparece em outras obras, de autores que ao tornando mais interessados em construir uma visão de Euclides representativa de um herói, um mito nacional e a sua própria morte, à parte de ter sido por motivos passionais, em uma agressão do exército, uma vez que o amante de sua esposa, Dilermando, era militar.

Outros autores, porém, tratam da questão de uma forma mais crítica, como é o caso de Walnice Nogueira Galvão:

⁵⁶²Dantas, Paulo. *Antologia euclidiana* (org.), SP, Pioneira, 1967, pág XV

*“a influência de Os Sertões vai se fazer sentir nas persistências dos temas que levantara – o negro, o mestiço, o índio, nos movimentos insurrecionais populares, o subdesenvolvimento e da dependência -, desde a década de 40 ganhando novo “tratamento”.*⁵⁶³

Independentemente das opiniões gerais acerca de sua obra, é inegável que Euclides via a necessidade de uma justiça social no Brasil e de mostrar a indignação diante da maneira como vivia o povo brasileiro e a necessidade de justiça.

Na nota preliminar de *Os sertões*, Euclides deixa bem clara esta questão:

“Aquela campanha lembra um refluxo para o passado.

E foi, na significação integral da palavra, um crime.

Denunciemo-lo.”⁵⁶⁴

Euclides descreve os *O sertões*: como a denúncia de um crime. O crime acontecera porque houve o esmagamento de uma parte do Brasil, de uma população pobre, miserável, “inferior”, como o autor costumava dizer, mas ainda assim a população brasileira, o cerne, a “rocha viva” do país. Cunha definia o seu livro como vingador justamente por ser ele o livro de denúncia contra os maus-tratos que sofreu aquela parcela do povo brasileiro – mas que se configurava no restante da população.

Mas ele mesmo diz na nota preliminar de *Os sertões* que na História as raças mais fortes tendiam a esmagar as mais fracas. Se isto acontecesse, como ele poderia considerar que o que houve em Canudos era um crime? Se de fato o que aconteceu foi um crime, como isto se ajustaria a suas teorias raciais?

Euclides era um autor que vivia em contradição entre as teorias raciais e a análise social. Ele via o sertanejo como pertencente a uma raça inferior e também como uma raça “forte”. Cunha pode perceber, ao longo de seu texto, que mais do que um esmagamento de uma raça por outra (o que era uma teoria, existia no plano das idéias), existia um crime, que ele testemunhou (portanto, a realidade) e que representava o massacre de Canudos.

⁵⁶³Galvão, Walnice Nogueira. *Euclides da Cunha*. Coleção Grandes Cientistas sociais – vol. 45, SP, Editora Ática, 1984, p. 39

⁵⁶⁴Cunha, Euclides da. op.cit, p. 67

Isto se explica na desilusão em relação à República, com a qual Euclides voltou de Canudos. A República havia se tornado assassina e bárbara, ao invés de defender o progresso e a civilização. A frase de conclusão sobre Canudos faz uma comparação que traduz, com muita força, sua visão sobre a sociedade brasileira:

*“Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.”*⁵⁶⁵

Existe todo um simbolismo nesta passagem, muito maior do que apenas o retrato de uma denúncia ou do final da guerra. Este simbolismo sugere a guerra como sendo um ato de covardia de um Estado republicano civilizado contra uma população inocente. A guerra de Canudos então pareceu para Euclides com um massacre, um ato que não merece elogios nem satisfação; somente tristeza e falta de esperança:

“Vimos como quem vinga uma montanha altíssima. No alto, a par de uma perspectiva maior, a vertigem...”

Ademais, não desafiaria a incredulidade do futuro a narrativa de pormenores em que se amostrassem mulheres precipitando-se nas fogueiras dos próprios lares, abraçadas aos filhos pequeninos?...

*E de que modo comentaríamos, com a só fragilidade da palavra humana, o fato singular de não aparecerem mais, desde a manhã de 3, os prisioneiros válidos colhidos na véspera, e entre eles aquele Antônio Beatinho que se nos entregara, confiante – e a quem devemos precisos esclarecimentos sobre esta fase obscura da nossa história?”*⁵⁶⁶

Ele deixa implícita a pergunta: onde está a justiça? É isto que nós civilizados impomos como justiça?

Euclides terminou falando do único despojo desta guerra, a cabeça de Conselheiro, que havia sido enviada a Nina Rodrigues, para análise e compreensão da loucura e as

⁵⁶⁵Idem, p. 778

⁵⁶⁶Idem, p. 779

conclusões sobre o impacto da mestiçagem da raça sobre a população.

Como foi demonstrado anteriormente, Nina Rodrigues nada viu de especial na cabeça de Conselheiro...

Terminando com a expressão “crime e loucura”, para retratar os delírios das multidões que festejavam o final da guerra e o crânio de Conselheiro, Cunha se referia a crime e a loucura da civilização!

Em uma das notas da 2ª edição de *Os sertões*, o autor disse:

“Não tive o intuito de defender o sertanejo, porque este livro não é um livro de defesa; é, infelizmente, de ataque.

*Ataque franco, e devo dizê-lo, involuntário. Nesse investir, aparentemente desafiador com os singularíssimos civilizados que nos sertões, diante de semibárbaros, estadearam tão lastimáveis selvaticuezas, obedeci ao rigor incoercível da verdade. Ninguém o negará.”*⁵⁶⁷

Ataque contra a civilização, que chegando aos sertões, pode massacrar a cidade e a sua população. A denúncia que ele faz é no sentido de buscar a justiça social.

Esta ânsia por justiça vai continuar em Euclides, e ele vai procurar interpretá-la em todos os seus estudos. Foi a busca desta mesma justiça, ou em contradição com esta, que levou o autor a cometer o ato que culminou na sua morte, em 1909.

Alfredo Bosi diz que o tom crítico imposto por Euclides, ao considerar que a destruição de Canudos não deve ser interpretada apenas como uma tragédia, mas também como uma forma de protesto, que se vinculava a tragédia, seria como a tragédia dando margem ao surgimento da denúncia:

*“A linguagem da denúncia e do protesto que remata a narração de uma Canudos destruída e aviltada cumpre uma função de apelo, em que pode aparecer um “nós” empenhado no que diz, e na qual já não reina sem contraste a impessoalidade do discurso factual.”*⁵⁶⁸

Porém em outros textos Euclides exigia a necessidade de uma justiça social no país.

⁵⁶⁷Idem, p. 781

⁵⁶⁸Bosi, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 218

Para o autor, isto era imprescindível, uma vez que ele, na medida em que conhecia melhor o país (através de leituras e principalmente de viagens), a realidade e as dificuldades do povo brasileiro, pode na forma amargurada de seu caráter, denunciar os crimes cometidos contra o povo brasileiro.

Em um dos seus melhores artigos publicados na coletânea *Contrastes e confrontos*, o artigo “*Um velho problema*”, ele denunciava a pobreza e a falta de uma política social para o povo brasileiro. Euclides menciona a questão da pobreza e também da fome que assolava o povo brasileiro. Ele aborda a questão da fome procurando mostrar esta vinculada à necessidade de se lutar contra a pobreza e ao mesmo tempo afirmando que na questão da fome o roubo havia se tornado uma legítima defesa contra a morte.

Euclides traça um perfil da contradição existente entre a evolução humana, com o destaque na evolução do pensamento, na “ditadura do catolicismo” e na expressão da miséria. Ele mostra a formação de uma sociedade de opostos, uma marcada pela riqueza e o pensamento e outra marcada pela miséria e pela religião:

*“Ora, tudo isto caracteriza bem o completo desequilíbrio das almas rudemente trabalhadas pelas doutrinas opostas e de todo despercebidas, então, de uma síntese filosófica quase ao mesmo passo as emancipasse do apego tradicional ao catolicismo, cuja missão findara, e dos impulsos demolidores da metafísica triunfante.”*⁵⁶⁹

Apresenta a revolução de 1789 como um espetáculo, uma contradição, por esta repudiar, em seu início, os próprios criadores:

*“A consideração de Guizot é profunda: nunca uma filosofia aspirou tanto ao governo do mundo e nunca foi tão despida de império.”*⁵⁷⁰

No retrato que faz da Revolução Francesa, Euclides já estabelecia que a multidão enraivecida - que de fato havia feito a Revolução e buscara uma mudança social e um progresso em sua vida - acabou traída. A vitória da Revolução, com a perda do poder e dos prestígios da Aristocracia e do clero, acabou ficando com a burguesia. Ao invés de um poder centrado na aristocracia – isto é, em poucas mãos -, agora o poder estava centrado na

⁵⁶⁹Cunha, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. SP, Editora Cultrix, 1975, p. 141

⁵⁷⁰Idem, p. 141

burguesia que, apesar de seu poder, não tinha a noção e a idéia de como tratar a questão social. Esta questão continuava aberta, o que dava margem ao roubo e à miséria da população.

Neste sentido é que Euclides menciona Karl Marx como o criador do socialismo científico, utilizando *“uma linguagem firme, compreensível e positiva”*.⁵⁷¹ Mostra aqui a validade da ideologia de Marx que, baseada em fatos e não em idealizações, se propunha provar que o sistema capitalista era explorador. Euclides faz aqui uma leitura bastante correta e pioneira no Brasil das idéias de Marx, mostrando o trabalho como fonte de produção, a força do operário e a opressão capitalista:

*“A exploração capitalista é assombrosamente clara, colocando mesmo o trabalhador num nível inferior ao da máquina.”*⁵⁷²

Mais ainda, Cunha chega mesmo a concluir que a injustiça – tema bastante importante para ele – só seria corrigida com a socialização dos meios de produção e com a garantia da posse somente dos objetos de uso. Termina, portanto, falando em Revolução. Para ele, a Revolução é um fim e tem um propósito de transformar a sociedade. A revolta seria parte do processo, mas a Revolução em si poderia criar uma nova sociedade. Ele fala do poder do trabalhador de cruzar os braços e abalar toda a ordem estabelecida. Conclui dizendo que o triunfo do socialismo é inevitável e relaciona este triunfo às idéias positivistas e científicas da época.

*“Garantem-no as leis positivas da sociedade que criarão o reinado tranqüilo das ciências e das artes, fontes de um capital maior, indestrutível e crescente, formado pelas melhores conquistas do espírito e do coração...”*⁵⁷³

Euclides não fala em Revolução em outros dos seus textos, porém deixa bem evidente que existia a necessidade de se transformar a sociedade. Nesta passagem, ele se demonstra bem mais crítico ao sistema econômico e social do que anteriormente em relação a Canudos. Aqui, mais do que tudo, o escritor demonstrava que era necessária a mudança social.

⁵⁷¹Idem, p. 144

⁵⁷²Idem, p. 144

⁵⁷³Idem, p. 146

Chama a atenção também a leitura que ele faz de Marx. Sílvia Romero, Nina Rodrigues nem mesmo Oliveira Vianna estudaram ou incorporaram Marx nas escritas de seus textos. Vianna é um caso mais emblemático, uma vez que era refratário a qualquer tipo de revolução, ideologia ou mudança social e muito provavelmente desprezava qualquer estudo relacionado a obra daquele pensador alemão.

É importante aqui lembrar que a própria proclamação da República fora vista por Euclides como parte de um processo evolutivo. De fato ele via a República como uma aspiração do povo brasileiro, que correspondia as suas necessidades, tornando-a inevitável pela evolução da sociedade brasileira.

O golpe de 15 de novembro de 1889 é relatado com um certo desprezo por Euclides:

“Foi o que se viu a 15 de novembro de 1889: uma parada repentina e uma sublevação; um movimento refreado de golpe e transformando-se, por um princípio universal, em força; e o desfecho feliz de uma revolta.

Porque a evolução já estava feita”⁵⁷⁴

Portanto para Euclides a revolução era algo que envolvia o sentimento, o desejo popular; não correspondia, em nenhuma hipótese a um golpe. Ela tinha um sentimento mais profundo. Isto talvez se reflita na imagem que ele constrói da República e da crítica que fazia sobre no que esta República se tornara, como agente civilizatório que engendrava a própria barbárie.

Porém havia uma crítica mais implícita nesta afirmação de Euclides: a de que a República que havia sido estabelecida não era aquela que o povo desejava, aquela que deveria ser. A frustração com a República se traduzia exatamente neste ponto: a ordem estabelecida não correspondia as necessidades do país, representando mais o interesse de um grupo.

Um dos eventos mais significativos para Euclides, além de Canudos, foi sua viagem para o Acre em 1904. À parte os problemas que esta viagem iria causar a sua vida pessoal, ela o marcou Euclides quase com a mesma intensidade que a viagem a Canudos. Euclides voltou do Acre bastante impressionado, em grande parte pela exuberância da floresta, do

⁵⁷⁴Cunha, Euclides da. *À margem da História*, op cit, p. 215

“inferno” ou do “deserto verde” que a Amazônia lhe trouxe. Mas além da floresta, existia algo que incomodava Euclides, e isto se referia à situação de injustiça social que reinava na região.

O autor chegou a pensar em um livro para denunciar os problemas que ele via na região, com o título bastante instigante *Um paraíso perdido*, que seria seu segundo livro “vingador”. A morte precoce de Euclides fez com que o livro permanecesse inacabado, sendo que os originais acabaram perdidos.⁵⁷⁵

Cunha, porém, chegou a escrever e a publicar artigos e resenhas sobre a sua experiência na Amazônia, principalmente na primeira parte da obra *À margem da História*, onde debateu a situação do sertanejo no Acre, que em muitos aspectos se assemelhava à análise que ele fizera anteriormente sobre Canudos.

Um dos artigos escritos por Euclides tratava de um dos problemas que ele vira surgir na região, no caso da fronteira entre a Bolívia e o Peru, o qual depois foi publicado com o título de *Peru X Bolívia*. Nesse livro, o escritor faz um paralelo entre a história do Peru e a da Bolívia para demonstrar que as pretensões peruanas sobre o território em disputa com o outro país não eram legítimas.

O texto chama a atenção por três pontos básicos: a busca de retratar a história dos países para justificar a posse do território pela Bolívia; a pouca atenção dada à questão racial na explicação sobre a origem dos dois países; e por último a idéia da defesa do direito, da justiça.

É interessante aqui fazer aqui uma comparação bastante interessante entre o pensamento de Euclides com o autor peruano Manoel Gonzalez Prada, um dos mais fortes radicais críticos do Peru e que viveu na mesma época em que Euclides.

De fato em certos momentos existem similaridades entre os dois autores, embora Gonzalez Prada fosse anti-racista e muito mais próximo, em termos ideológicos, ao escritor sergipano Manoel Bomfim.⁵⁷⁶

⁵⁷⁵Foi publicado um livro de coletâneas, de artigos escritos e publicados por Euclides sobre a Amazônia, com este título, por Adelino Brandão e por Leandro Tocantins.

⁵⁷⁶Eu explorei a similaridade entre os dois autores no meu livro *Nacionalismos anti-racistas: Manoel Bomfim e Manuel Gonzalez Prada*. (Brasil e Peru na passagem para o século XX), LCTE, 2009

Mesmo assim existem similaridades entre os dois autores que chamam a nossa atenção. De fato, Euclides chamando o sertanejo de a “rocha viva” da nossa nacionalidade, se aproximava muito com Gonzalez Prada, quando este definia o índio como sendo a “rocha viva” da nação peruana:

*“No formam el verdadero Peru las agrupaciones de criollos y extranjeros que habitan la faja de tierra situada entre el Pacífico y los Andes; la nación está formada por las muchedumbres de indios diseminadas en la banda oriental de la cordillera.”*⁵⁷⁷

Tanto a “rocha viva” de Euclides – o sertanejo – quanto a de Gonzalez Prada – o índio – eram elementos marginalizados entre as duas sociedades. É válido pensar o quanto a elite brasileira e a peruana representavam, nos olhares de Euclides e Gonzalez Prada, um verniz importado, que não correspondiam com a realidade de seus países.

Retomando a questão racial em Euclides, é importante perceber como ela era emblemática para o autor, tomando como ponto de partida para sua análise uma crítica social. A influência biológica das raças no comportamento humano – base para as teorias racistas – perde aqui o seu impacto, deixando a conotação racial mais no sentido social. Neste sentido, ele faz uma condenação da própria colonização espanhola:

“Naquele saquear-se uma civilização estranha, baqueada, impunha-se-lhes a atitude exclusiva de atestarem os galeões da metrópole com todos os seus efeitos. Fora inconveniente qualquer adaptação, favorecida pelo cruzamento, aparelhando os povoadores de outros atributos de resistência aos novos sectários que se lhe abriam. O título de espanhol, título único a todos os empregos, deverá conservar-se intacto na sua mais áspera rigidez, nativa, blindado pelo orgulho característico da raça, como um privilégio e uma necessidade política. Em baixo, o filho do país, embora o aparelhassem qualidades superiores, submetia-se ao pecado original de ali ter nascido. O forasteiro, mais achamboado e bronco fulminava-o com uma frase, que rompeu séculos, entre o espanto dos cronistas, concentrando a fórmula mais altaneira e pejorativa de um domínio:

⁵⁷⁷Gonzalez Prada, Manoel. *Discurso en el Politeama*, in *Paginas libres/Horas de Lucha*, Venezuela, Ayacuho, 1976, pp. 45 e 46

–*Eres criollo y basta...*”⁵⁷⁸.

O que havia, muito mais do que a raça, era o domínio do espanhol sobre os outros povos. Euclides via aqui a raça no sentido de estrato social e não no biológico. O domínio do espanhol se configurava pelo domínio social. A “raça” enquanto sentido biológico perde muito do seu sentido nessa análise.

Já na questão de justiça, é válido dizer que ele, ao retratar a história do Peru e da Bolívia pretendia demonstrar, historicamente, que a Bolívia tinha direitos sobre o território, por uma questão de justiça. Esta era a palavra: justiça.

“De tudo isto nos resultou um prêmio: nivelamo-nos aos principais liberais de nosso tempo. Basta-nos. Afeiçoamo-nos, há muito, aos triunfos tranqüilos, no meio da multidão sem voz dos nosso livros. Hoje, como ontem, obedecendo à finalidade de um ideal, repelimos, do mesmo passo, o convívio e o aplauso, o castigo e a recompensa, o desqu coasta e a simpatia.

Não combatemos as pretensões peruanas. Denunciamos um erro.

Não defendemos os direitos da Bolívia.

Defendemos o Direito.”⁵⁷⁹

O direito e a justiça marcavam Euclides em seus estudos sobre a Amazônia. Em seu trabalho dessa área que ficou mais conhecido, “*Na amazônia – terra sem História*”, constante da coletânea de *À margem da História*, Euclides procurou fazer uma descrição da região bastante instigante e até mesmo parecida com a que ele desenvolveu na análise sobre Canudos.

Porém, é importante salientar que o Euclides da Cunha que vai a Amazônia é um homem mais maduro, mais experiente, mais crítico do que aquele que foi a Canudos. Como diz Leandro Tocantis, “*que conclui diante de um novo Euclides que se revela nas ciências sociais diferentemente daquele de os sertões? Na Amazônia ele retempera seu gênio criador diante das verdades que lhe entravam pelos olhos.*”⁵⁸⁰

⁵⁷⁸Cunha, Euclides. *Peru X Bolivia*. RJ, Livraria José Olympio, 2º edição, 1939, pp. 36 e 37

⁵⁷⁹Idem, p. 165

⁵⁸⁰Tocantis, Leandro, *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3º edição, 1978, p. 189

E complementando este raciocínio, ele diz que:

*“Abandonando repetidas vezes os livros de consulta, ele, na Amazônia, vai ler muito mais no livro da natureza e do homem regionais.”*⁵⁸¹

É impressionante o relato que Euclides faz da região e da ocupação humana do território. A Amazônia e sua diversidade assustam Euclides e lá é uma região onde está tudo para ser feito. É uma “terra sem História”.

Assim, ele mostra o homem como um intruso na região, uma região que ainda estava em formação, que estava ganhando uma forma, uma definição. A região se encontrava portanto marcada, na visão do autor, pela imperfeição, pela desordem. Seja na forma como ele vê o curso dos rios, *“que ainda não se firmavam nos seus leitos”*, seja a flora que ostentaria uma grandeza imperfeita, a fauna singular e monstruosa – que lhe dava a impressão paleozóica -, a Amazônia ainda é incompleta, inacabada.

A região lhe parece desconhecida, rica, maravilhosa, mas ainda inacabada, assim como a própria ocupação humana da região. Esta ocupação inacabada (ou melhor: desordenada) é o que assusta Euclides:

*“o homem, ao penetrar as duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica as melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, com aquela ironia formidável.”*⁵⁸²

E descrevendo a situação em que se encontrava o homem na amazônia ele diz que:

“É que, realmente, nas paragens exuberantes das haveas e castilhas, o aguarda a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desacomodado egoísmo.

*De feito, o seringueiro e não desiguamos o patrão opulento, se não o freguês jungido à gleba das “estradas”, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é homem que trabalha para escravizar-se.”*⁵⁸³

Sobre esta questão, Cunha faz uma grande denúncia, mostrando como o sistema de

581Idem, p. 189

582Cunha, Euclides da. *A margem da História*. São Paulo, Editora Cultrix, 1975, p. 35

583Idem, p. 35

exploração da borracha acabava escravizando o seringueiro. Em um quadro resumido, ele mostra como este processo se dava: seja pelo custo do transporte, da barraca, da alimentação, dos instrumentos como a machadinha, entre outros. O preço da borracha extraída também é controlado pelo patrão; como este controla os débitos dos seringueiros, a situação é sempre desfavorável aos últimos, de tal forma que eles sempre ficavam na dependência e no débito.

O escritor procura construir um quadro no qual o seringueiro tivesse as condições ideais de exploração e que ainda pudesse, baseando-se nestas condições, produzir o suficiente para se emancipar. Mesmo neste caso, seria muito difícil para o seringueiro conseguir deixar de ser um devedor:

*“É ainda devedor e raro deixa de o ser”*⁵⁸⁴.

E denunciando o sistema:

*“É evidente que, mesmo neste caso especialíssimo, raro é o seringueiro capaz de emancipar-se pela fortuna.”*⁵⁸⁵

Euclides valoriza, porém, a força do sertanejo:

*“Aquele tipo de lutador é excepcional. O homem ordinário leva àqueles lugares a imprevidência característica da nossa raça; muitos vezes carrega a família, que lhe multiplica os encargos; e quase sempre adoece; mercê da incontinência generalizada.”*⁵⁸⁶

Além disso, o ensaísta denuncia o contrato que o patrão impõe ao seringueiro, que é extremamente desfavorável ao trabalhador. Euclides mostra, de forma bastante crítica, que o sistema foi criado e estabelecido na região com o intuito de prender e explorar o sertanejo, obrigado a uma série de coisas, tais como só comprar do armazém do barracão e praticar determinados tipos de cortes nas árvores, o que, no caso de não cumprimento, lhe acarretaria multa.

A base destas punições, segundo Euclides, são os “Regulamentos”, que são

584 Idem, p. 36

585 Idem, p. 37

586 Idem, p. 37

definidos pelo autor: “vê-se o renascer de um feudalismo acalcanhado e bronco.”⁵⁸⁷

Como consequência, ele mostra que ao término de um período, o sertanejo está em dívidas com o patrão, o que o prenderá à terra, uma vez que ele jamais poderá quitá-las:

“A sua dívida avulta ameaçadoramente: três, quatro, cinco, dez contos, às vezes, que não pagará nunca. Queda, então, na mórbida impassibilidade de um felá desprotegido dobrando toda a cerviz à servidão completa. O regulamento” é impendioso. “Qualquer “freguês” ou “aviado” não poderá retirar-se sem que liquide todas as suas transações comerciais...”

*Fugir? Nem cuida em tal. Aterra-o o desmarcado da distância a percorrer. Buscar outro barracão? Há entre os patrões acordo de não aceitarem, uns os empregados de outros, antes de saladas as dívidas, e ainda há pouco tempo houve no Acre numerosa reunião para sistematizar-se essa aliança, criando-se pesadas multas aos patrões recalcitrantes.”*⁵⁸⁸

A conclusão a que Euclides chega é perturbadora: o sertanejo é explorado e mantido em um sistema escravo, do qual não consegue sair e que o sufoca e o mantém segregado, como um “hóspede dentro de sua própria casa”:

*“Esta resenha comportaria alguns exemplos bem dolorosos. Fora inútil apontá-los. Dela ressalta impressionadamente a urgência de medida que salvem a sociedade obscura e abandonada: uma lei do trabalho que nobilite o esforço do homem. Uma justiça austera que lhe cerceie os desmandos; e uma forma qualquer do homestead que o consorcie definitivamente à terra.”*⁵⁸⁹

Euclides vê a situação do sertanejo – que se transformou no seringueiro na Amazônia – como um ser escravizado, explorado, preso à terra que lhe suga as energias e o

⁵⁸⁷ Idem, p. 37

⁵⁸⁸ Idem, p. 37

⁵⁸⁹ Idem, p. 38.

Essa denúncia de virtual escravidão, dentro do regime republicano, está próxima das denúncias da Revolta da Chibata contra os espancamentos disciplinares de marinheiros:

SILVA, Marcos A. da. *Contra a chibata. Marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 1982 (Tudo é História – 43).

IDEM. *Caricata República - Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990 (Onde está a República?).

sufoca. Ele mostra, mais do que tudo, que a ocupação da Amazônia era feita sem qualquer tipo de planejamento, sem lei, sem a garantia dos direitos republicanos mínimos, onde as pessoas viviam no abandono, sem qualquer preocupação, pelas autoridades na organização da ocupação da região.

Esta questão não era vista por Euclides somente no trato do homem, mas também na própria carência de obras básicas que poderiam auxiliar na ocupação do território. Isto é, apesar de todas as dificuldades ocasionadas pela natureza exuberante da Amazônia, era possível dar condições para que os homens pudessem se estabelecer lá, facilitando assim a vida e colonização humana no território.

Mas a denúncia que Cunha faz da condição do seringueiro se enquadra neste processo. Não existia qualquer preocupação com o seringueiro, sua condição de vida e existência. Ele servia apenas como mão-de-obra barata para o sistema do seringal.

É por esta razão que ele vê o descaso das autoridades, que poderiam promover pequenas obras de grande valor para a região; mas isto não ocorria.

Neste sentido, Euclides valoriza o trabalho do nordestino que migrava para região, creditando a ele, e não às autoridades, a verdadeira importância da tarefa da colonização do território acreano.

Assim o escritor afirma que apesar da colonização do Acre ser feita de uma forma bastante desorganizada, “na gandaia” (expressão do autor), ela resultou surpreendente, uma vez que

*“certo não se faz mister registrar um só elemento para o asserto de que o regimen da região malsinada não é apenas sobradamente superior ao da maioria dos trechos recém abertos à expansão colonizadora, senão também ao da grande maioria dos países normalmente habitados.”*⁵⁹⁰

Euclides faz uma crítica contra o governo e a política governamental nas cidades do Nordeste, denunciando a falta de preocupação com o retirante nordestino. Ele enfatiza a imagem do retirante como um derrotado, uma vez que sua migração

“não determinou uma crise de crescimento, ou excesso de vida desbordante,

⁵⁹⁰Cunha, Euclides da. *A margem da História*. op cit., pág 53

*capaz de reanimar outras paragens, dilatando-se em itinerários que são o drama visível da marcha triunfante das raças; mas a escassez da vida e a derrota completa ante as calamidades naturais.”*⁵⁹¹

Porém denuncia o descaso das autoridades públicas frente à população sertaneja que, vitimada pela seca, se dirigia às cidades, em busca de comida, mostrando que

*“a preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia no libertá-las quanto antes daquelas invasões bárbaras moribundos que infestavam o Brasil.”*⁵⁹²

Euclides denuncia esta prática que ele qualifica como o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. Ele descreve a deportação de uma forma especialmente crítica:

*“A multidão martirizada, perdidos todos os direitos, rotos os laços e família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, partia para aquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, com o seus famintos, os seus febreiros e os seus valiosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo. Mas feita a tarefa expurgatória, não se curava mais dela. Cessava a intervenção governamental. Nunca, até aos nossos dias, a acompanhou um só agente oficial, ou um médico. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem...”*⁵⁹³

Desta forma, Euclides caracterizou o envio da população para a Amazônia, em particular o Acre. A ocupação deste território, realizada com a preocupação somente de expulsar a população pobre que vinha do sertão para as cidades, acabou tendo um efeito contrário, uma vez que levou à ocupação de um território antes inexplorado, desconhecido:

*“cem mil sertanejos, ou cem mil ressuscitados, apareciam inesperadamente e repatriavam-se de um modo original e heróico: dilatando a pátria até aos terrenos novos que tinham desvendado.”*⁵⁹⁴

Seguindo este raciocínio, é evidente para Euclides da Cunha que ocupação da região do Acre representou uma forma de adaptação ao meio ambiente. Em sua concepção, ao

⁵⁹¹Idem, p. 53

⁵⁹²Idem, p. 53

⁵⁹³Idem, p. 54

⁵⁹⁴Idem, p. 56

sertanejo, restou ao ambiente.

Baseando-se neste raciocínio, o ensaísta faz um paralelo entre a ocupação do Acre e a adaptação do homem ao meio. Daí, parte a sua denúncia, na qual havia uma “seleção” feita entre os sertanejos. Dos que partiam para região, muitos não chegavam – em razão das condições de transporte –, bem como os que ficavam sofriam com as condições de trabalho e de vida na região:

“Aguardava-as e ainda as aguarda, bem que numa escola menor; a mais imperfeita organização do trabalho que ainda engehou o egoísmo humano.

*Repitamos: o sertanejo emigrante realiza, ali, uma anomalia sobre a qual nunca é demasiado insistir: é o homem que trabalha para escravizar-se.”*⁵⁹⁵

Tocantis faz a seguinte observação sobre o pensamento de Euclides à respeito do sertanejo amazônico: *“Dai haver razão para afirmar-se: Euclides encontrou na Amazônia o campo de observação adequado às angústias e indagações de seu espírito.”*⁵⁹⁶

Tendo em pensamento a situação dos sertanejos, Euclides retrata a colonização italiana em São Paulo, mostrando a diferença no tratamento dado na época para os dois grupos. Aqui vale uma outra denúncia no que tange à justiça social: os imigrantes italianos tiveram um tratamento melhor pelo poder público:

*“Enquanto o colono se desloca de Gênova à mais remota fazenda de São Paulo, paternalmente assistido pelos nossos poderes públicos, o cearense efetua, à sua custa e de todo em todo desamparado, uma viagem mais difícil, em que os adiantamentos feitos pelos contratadores insaciáveis, inçados de parcelas fantásticas e de preços inauditos, o transformam as mais das vezes em devedor para sempre insolvente.”*⁵⁹⁷

A crítica que Cunha faz aqui é provocadora e de certa maneira contestava a doutrina do *branqueamento*. Ele percebia como o governo brasileiro adotava uma política segregacionista, uma vez que privilegiava a vinda dos imigrantes europeus em desprezo da população brasileira. Euclides mostra que, em grande parte, o Estado brasileiro é o

⁵⁹⁵Idem, p. 58

⁵⁹⁶Tocantis, Leandro, *op.cit*, p. 190

⁵⁹⁷Cunha, Euclides da, p. 58

responsável pela situação de miséria de parte da população. Como bem ilustra Lília Schwarcz, o Estado brasileiro privilegiou a entrada de imigrantes em massa, no sentido de produzir um país branco, em franco desprezo pela população negra, recém-saída do cativeiro.⁵⁹⁸

O escritor faz uma análise da situação do sertanejo como desesperadora, uma vez que por mais que trabalhe, nunca consegue sair do ponto em que se encontra, ele se escraviza. E se torna parte do trabalho, perdendo as esperanças, as ilusões e a vontade de lutar por uma situação melhor.

Além disso, Euclides denuncia dois outros problemas inerentes ao sertanejo: a alimentação precária, que o levava à decadência orgânica, e o abandono em que ele vivia – o seu trabalho era essencialmente o de um solitário. Esta solidão era em parte resultado do trabalho exercido pelo seringueiro na floresta, que o tornava solitário, se referindo a experiência e situações do dia-adia tais como o isolamento e a alimentação precária, não abordando os condicionamentos raciais.

*“É a a conservação sistemática do deserto, e a prisão celular do homem na amplitude desafogada da terra.”*⁵⁹⁹

O autor mostra, que apesar da insalubridade da região, de forma bastante desorganizada e “incorreta”, a sociedade acabou se desenvolvendo e progredindo. Os primeiros exploradores e povoadores fazem ainda construções primitivas, que vão ganhando novos contornos até se tornarem vilas, recebendo nomes originais:

*“Numa terra sem história os primeiros fatos escrevem-se, esparsos e desunidos, nas denominações dos sítios.”*⁶⁰⁰

Euclides fala também em uma “seleção natural”, na qual aquela população acabou sobrevivendo e se desenvolvendo, produzindo, em conjunto com a indiferença dos poderes públicos, uma civilização e sociedade superiores, fazendo daquele território algo superior ao que existia anteriormente.

O Acre era uma terra sem lei, onde o homem existia para se consumir, para se

⁵⁹⁸Schwarcz, Lília, *Nem preto nem branco*, . op.cit., pp. 186 e 187

⁵⁹⁹Idem, p. 59

⁶⁰⁰Idem, p. 60

destruir. Não existia justiça social, não existia respeito para com a população e nem mesmo a presença do Estado garantindo o as condições mínimas de vida e de organização social baseada na lei.

Ao expor a vida do cauchero, um povo que vivia no território próximo ao Rio Purus, Euclides os mostra como quase selvagens, sobrevivendo de uma forma nômade, levado à conquista e violência quando necessário. Ele diz que o cancheiro é de uma grande rapidez no tiro e máximo em sua temeridade. Menciona neste caso varias batalhas realizadas por eles contra tribos inteiras, nas quais os caucheros eram apresentados como violentos e conquistadores:

*“Conquista é o termo predileto, usado por uma espécie de reminiscência atávica das antiqüíssimas algaras dos condutícios de Pizarro. Mas não a efetuam pelas armas sem esgotarem os efeitos da diplomacia rudimentar dos presentes mais apetrechados do selvagem.”*⁶⁰¹

(...)

*“Estes meios pacíficos, porém, são em geral falíveis. A regra é a caçada impiedosa, à bala. É o lado heróico da empresa: um grupo inapreciável arrojando-se à montaria de uma multidão.”*⁶⁰²

Porém o escritor vê a posição do cauchero como paradoxal, uma vez que figura numa hora como um civilizado, noutra como um selvagem. Assim, ele diz que tais personagens não representam o civilizado que se barbariza; eles se barbarizam quando a situação se torna conveniente.

Euclides faz um paralelo sobre a vida do cauchero: ele vive como um aventureiro na floresta, sem o “peso” da civilização; já em Paris, se comportaria como uma pessoa elegante, como se fosse membro da alta sociedade. Em outras palavras, muda conforme o ambiente em que se encontra.

No que tange ao tratamento dado às mulheres pelo caucheros, ele é bem enfático em relação aos maus tratos, seja na denúncia do tráfico de mulheres para Lima, que eram capturadas nas lutas, seja no fato de mulheres serem dadas como presentes ou mesmo

⁶⁰¹Idem, p. 66

⁶⁰²Idem, p. 66

assassinadas por alguma razão específica:

*“Não há leis. Cada um traz o código penal no rifle que sobraça, e exercita a justiça a se alvedrio, sem que o chamem a contas.”*⁶⁰³

É importante salientar que aqui Euclides faz uma defesa das mulheres, vendo-as quase como uma cidadã e que merecia ser respeitadas, em um momento social onde elas sequer eram consideradas eleitoras (o que só aconteceu com a Constituição de 1934)

Euclides faz um relato especialmente tocante na comparação com a festividade de malhação do Judas, mostrando no espantalho de Judas a própria vida do sertanejo. Em outras palavras, mostra que os sertanejos reproduziam na violência contra a imagem de Judas a imagem da sua própria miséria e suas angústias:

*“É um doloroso triunfo. O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vinga-se de si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra; e desafia-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebeldia, recalçando-o cada vez mais ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil o jungiu, escravo, à gleba empantanada dos traficantes, que o iludiram.”*⁶⁰⁴

O escritor podia perceber a frustração em que vivia o sertanejo, o engodo que foi a sua mudança para a região, abandonado em uma terra sem lei, onde ele mesmo tem que construir o seu espaço, sem o amparo social ou das autoridades, vivendo em uma situação quase de escravidão.

Euclides da Cunha fez um prólogo ao livro de Alberto Rangel, *Inferno Verde*, que tratava de assuntos amazônicos, onde ele expôs também o drama sertanejo na região:

*“É uma grande voz (o livro de Rangel), pairando comovida e vingadora, sobre o inferno florido dos seringais, que as matas opulentas engrinaldam e traiçoeiramente matizam das cores ilusórias da esperança.”*⁶⁰⁵

Ele denuncia, ao expor a situação do sertanejo, o descaso social por aquela região

603Idem, p. 73

604Idem, p. 78

605Cunha, Euclides da. “Preambulo”, In *Inferno Verde*. Tours, Typographia Arrault & CIA, 1927

do país. O sertanejo se via preso a uma região e a um regime que o condenava a uma vida miserável, cruel e marcada pela ilusão de um futuro melhor.

É importante salientar que a denúncia de Euclides era bastante conhecida pelo governo. Como transcreve Carone, os parlamentares brasileiros tinham conhecimento da situação da região, mas muito pouco interferiram na questão, procurando denunciar a crise da borracha. Assim era reconhecida a indignidade da vida do sertanejo, mas não era dada a culpa nos patrões, nem os “aviadores”, ou seja, os intermediários, como responsáveis e sim os exportadores, como verdadeiros culpados pela miséria do seringueiro.

Como diz o documento:

*“a borracha empobrece o seringueiro, que a extrai, o patrão que a possui e o aviador que a mantém. Só uma entidade próspera, só uma entidade tira proveito, só uma entidade – enriquece do seu comércio. É o exportador que sobe o seu valor, o seu preço, especula.”*⁶⁰⁶

Portanto, como se percebe na leitura do documento, o reconhecimento da situação do seringueiro não era o suficiente para uma tomada de decisão sobre a região – a culpa da situação era transferida, ou seja, o governo se omitia de qualquer culpa ou responsabilidade.

Afrânio Coutinho entende que

*“o homem é, na selva, o intruso descrito por Euclides, sempre insatisfeito e instável, esperando a hora de enriquecer para voltar, para fugir, para se libertar em suma.”*⁶⁰⁷

De certa forma é ilustrativo pensarmos na situação da Amazônia atual: o homem continua a se escravizar e a ser escravizado lá.

Euclides da Cunha, portanto deixava evidente que o descaso com o povo brasileiro e a falta de uma justiça social eram produtos de uma sociedade marcada pelo preconceito que o governo, que as elites, tinham em relação a sua própria população.

De fato, a crítica a situação do sertanejo na Amazônia até hoje ainda é alvo de

⁶⁰⁶Documentos parlamentares, Defesa da Borracha, p 36 a 38 e 298 e 301, transcritos por Carone, Edgard, *A Primeira República*, op. cit., p. 157

⁶⁰⁷Coutinho, Afrânio. *A literatura no Brasil – vol 2*. Rio de Janeiro, Editora sul Americana, 1955, p. 153

debates. Neste sentido Nelson Werneck Sodré faz uma análise bastante contundente sobre a visão de Euclides sobre a Amazônia:

*“Sobre a Amazônia, o que escreve antes de a conhecer tem uma orientação – esposa as teses doutrinárias do colonialismo, o que escreve depois de a conhecer é o inverso – o seringueiro é um bravo, apenas vítima da exploração econômica, um desbravador do sertão, um bandeirante. Tivesse aparecido Um paraíso perdido, e possivelmente, Euclides reveria algumas de suas posições.”*⁶⁰⁸

Segundo Dante Moreira Leite,

*“o livro de Euclides revela uma profunda simpatia pelo jagunço, uma tentativa de compreender seus motivos e sua maneira de ver o mundo. Essa simpatia acaba por comunicar-se ao leitor, e assim se compreende que, embora revelasse preconceito contra as chamadas raças inferiores, Euclides da Cunha tenha escrito um livro favorável exatamente a esse grupos, e contrário aos grupos dominantes.”*⁶⁰⁹

Ao denunciar a exploração na qual vivia o sertanejo, Euclides da Cunha consegue superar as teorias racistas que eles expôs em *Os sertões*; ao ver os problemas relacionados ao sertanejo como resultado do descaso social, da exploração e da miséria em que ele vivia, ele pode compreender a realidade brasileira de uma forma muito mais profunda e intensa.

4 – Um balanço: arte longa em vida breve.

O estudo do pensamento de Euclides da Cunha é marcante, não somente pelo fato de o autor ter analisado episódios importantes da História brasileira – como no caso da Guerra de Canudos – mas também por ter sido ele um precursor, um desbravador na compreensão do Brasil que não era conhecido, para o qual não era dada atenção nem interesse e que não fazia parte do mundo do litoral, do “civilizado”.

⁶⁰⁸Sodré, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo*. Op cit, p. 139

⁶⁰⁹Leite, Dante Moreira. *op.cit.*, p. 211

Euclides esteve vinculado às teorias racistas de sua época. Este fato é marcante e determinante para a compreensão do autor. Ele chegou a ver nas teorias racistas a fórmula adequada para compreender as experiências que havia passado quando do testemunho da guerra de Canudos. Porém é importante lembrar que esse escritor vivia em uma grande contradição em relação àquelas teorias. Se é verdade que ele as utilizava para compreender o povo sertanejo, também é verdade que conseguia, em vários momentos, se libertar delas, evidenciando um conhecimento mais amplo da vida do sertanejo e dos problemas e dificuldades enfrentados pela população sertaneja, tanto a de Canudos quanto a da Amazônia.

Para Cunha, a civilização ou o modelo de civilização que foi trazido pela República representou um grande fracasso, um continuísmo, um grande grau de frustração, por sua postura elitista, autoritária e excludente e quando confrontada com a barbárie, se mostrava tão bárbara quanto⁶¹⁰.

De certa forma a visão da República como frustração lembrando José Murillo de Carvalho, em *Os bestializados*, que traduzia o clima de contestação com uma República que fora implantada e mantida pelo poder oligárquico, que impunha as mudanças à força sobre a população. O caso exemplar é a revolta da Vacina e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (que curiosamente eram desprezadas por Euclides) que impôs à população carioca uma vacinação obrigatória, gerando uma grande revolta popular, que acabou sendo reprimida pelo exército.⁶¹¹

Assim ele diz que *“Independentemente da intenção real de seus promotores, a revolta começou em nome da legítima defesa dos direitos civis. Despertou simpatia geral, permitindo a abertura de espaço momentâneo de livre e ampla manifestação política, não mais limitada à estrutura luta contra a vacina.”*⁶¹²

A admiração que Euclides demonstrou pelo sertanejo fazia com que ele entrasse em

610 Sobre denúncias dos limites republicanos, ver:

SILVA, Marcos A. da. *Contra a chibata. Marinheiros brasileiros em 1910*. Edição citada.

IDEM. *Caricata República - Zé Povo e o Brasil*. Edição citada.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Beslializados*. Edição citada.

611 Idem, p. 103

612 Idem, p. 138

contradição com as teorias racistas que tanto o influenciaram, produzindo uma tensão peculiar na sua obra entre a civilização e a barbárie. Foi como produto desta tensão que *Os sertões* - obra máxima de Euclides – conseguiu superar o racismo de sua época, transformando-se mais do que apenas num marco da literatura brasileira, mas também do pensamento sociológico brasileiro.

É neste sentido que Antônio Cândido diz que

“Os sertões (1902) constituem um marco: a partir daí os estudiosos seriam levados irresistivelmente a intensificar o estudo da nossa sociedade de um ponto de vista sistemático, superando tanto as preocupações de ordem estritamente jurídica como as especulações demasiado acadêmicas. Euclides da Cunha impusera definitivamente a “realidade brasileira””.⁶¹³

Em consonância com esta idéia, Francisco Iglesias diz que *Os sertões*

“repercutiu extraordinariamente, não só ela grandeza literária, pelo estilo e pela dramatização – apesar dos equívocos científicos do sociólogo -, como pela releição sombria do Brasil sertanejo, do país longe das capitais, abandonado pelos políticos sem programa e sem consciência do real.”⁶¹⁴

Iglesias mostra também o impacto da obra de Euclides para a historiografia brasileira, uma referência obrigatória para os estudos sobre o sertão.

Também para Florestan Fernandes, *Os sertões*, representa um marco no estudo social brasileiro:

“Com seus defeitos e limitações, e apesar da ausência de intenção sociológica, essa obra possui o valor de verdadeira marca. Ele divide o desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil. Daí em diante, o pensamento sociológico pode ser considerado como uma técnica de consciência e de explicação do mundo, inserida no sistema sócio-cultural brasileiro.”⁶¹⁵

Mariza Correa faz uma avaliação bastante interessante sobre Euclides:

613Cândido, Antônio. Revista tempo social: revista de sociologia da USP, v.18, nº 1, 2006, p. 278

614Iglesias, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 213

615Fernandes, Florestan. *A etnologia e a sociologia no Brasil*, São Paulo, Anhambi, 1958, p. 196

*“Euclides de certa forma resumiu e ultrapassou o pensamento dos intelectuais de sua época a respeito da questão racial, contribuindo também para populariza-la, através do sucesso nacional de Os Sertões. Falando sobre as populações sertanejas, ele juntava, numa frase, a preocupação com a história, o interesse pelo presente e a percepção da importância da imigração em nosso destino como nação.”*⁶¹⁶

Marco Antônio Villa, embora afirme que *Os Sertões* representa uma obra-prima da literatura brasileira, diz que Euclides cometeu vários equívocos, em particular na descrição de eventos relacionados à guerra de Canudos, provavelmente recebidos em segunda mão. Baseado nesta idéia, Villa diz que *Os Sertões* acabou sendo transformado em uma espécie de autoridade, com o qual os dados não podiam ser questionados:

*“É inegável a grandiosidade de Os sertões e seu impacto na cultura brasileira, mas para o conhecimento de todos os fatores que envolveram o conflito de 1896-1897, o “livro vingador”, como o autor chamou a sua obra, foi danoso.”*⁶¹⁷

Os sertões foi transformado mais do que apenas numa obra, numa espécie de mito nacional. É válido lembrar que Villa não culpa Euclides por isso, creditando a responsabilidade mais aos autores que posteriormente se ocuparam de analisar os eventos pela utilização do seu argumento como autoridade:

*“de um livro vingador, Os sertões acabou se transformando em uma barreira para o conhecimento histórico da comunidade criada por Antônio Conselheiro.”*⁶¹⁸

Luiz Costa Lima é de uma opinião semelhante, a de que a conversão de *Os sertões* em um símbolo fundador da nacionalidade fez com que a maioria dos autores fizessem análises limitadas à obra, procurando mais admirar e venerar a imagem e a obra do que de fato analisá-la. Euclides acabou se constituindo quase como num herói nacional.

Isto era algo contrário a natureza do próprio Euclides. Ele foi um pensador original, autodidata, formado e atuante em uma outra área – a Engenharia. Cunha era um

⁶¹⁶Correa, Mariza, op. Cit, p. 62

⁶¹⁷Villa, Marco Antônio. *Canudos – o povo da terra*. São Paulo, Ática, 2ª edição, 1997, p. 7

⁶¹⁸Idem, p. 7

desconhecido no mundo limitado dos intelectuais do Rio de Janeiro. Era mais um produto da influência da Escola do Recife – uma vez que ele apenas se apropriava das idéias que haviam surgido por esta Escola, mais do que pertencera a ela, ao contrário de um Sílvio Romero.

Para Euclides, o sucesso foi algo surpreendente. José Veríssimo fez, logo em seguida à publicação da obra, uma resenha tecendo grande elogios à mesma, o que lhe deu um grande destaque. No mesmo tom, Sílvio Romero, que adorava criar polêmicas com vários autores de seu tempo, mostrou-se não apenas interessado, mas principalmente entusiasmado pela obra de Euclides, fazendo o discurso de recepção a ele na Academia Brasileira de Letras e depois escrevendo outros artigos de elogio ao livro. Uma das poucas críticas negativas que ele fazia se devia, justamente, à falta de uma política mais ampla na análise social brasileira do ponto de vista racial.

Seja como for, Euclides vivia quase como um solitário e, nas palavras de Ricardo Luiz de Souza, era um autor deslocado, apesar do sucesso retumbante de sua obra:

*“Contudo, Euclides viveu sempre em uma situação ambígua, consagrado, mas jamais plenamente aceito. Mesmo já autor famoso viveu, como funcionário público, uma situação permanentemente instável e, sem nunca se fixar realmente em uma posição no serviço público, mais de uma vez esteve desempregado.”*⁶¹⁹

O ensaísta mostrou sempre um real interesse pelo povo brasileiro – em particular, pelo sertanejo. Esta admiração o ajudou a escapar da prisão das teorias racistas e poder interpretar de uma forma mais contundente as causas da situação do povo.

A obra de Euclides da Cunha sofreu transformações neste sentido. É possível que, com o tempo e mais experiências de observação e escrita, Euclides se sentisse cada vez mais incomodado com a utilização das teorias raciais. Ao longo de suas narrativas, as teorias raciais se diluem e se transformam em uma análise social. Sua obra ganha um viés social cada vez mais forte e apurado, com uma intensa crítica. A necessidade uma justiça social é cada vez mais apontada.

Euclides conseguia fazer com que, ao confrontar as teorias raciais com a realidade,

⁶¹⁹ Souza, Ricardo, Luiz de. *Identidade nacional e modernidade brasileira*, op.cit, p. 73

tivesse condições de superá-las. Isto, talvez, é que torna a obra de Euclides parcialmente semelhante à de Nina Rodrigues: os dois, ao trabalharem com a pesquisa direta, de campo (o negro baiano em Nina, o sertanejo em Euclides), puderam apreciar a conjuntura social que produzia aqueles tipos de situações, reduzindo – se não eliminando em muitas passagens – a utilização das teorias raciais como forma de compreensão da sociedade.

Nelson Werneck Sodré, ao fazer um balanço sobre a obra de Euclides, diz que é perdoável a utilização das teorias raciais, uma vez que elas retrataram o pensamento de uma época. Mas salienta que as maiores qualidades de Euclides estão na busca da crítica da exploração na qual vivia a população, e no retratar o sofrimento do povo de uma tal forma que as teorias racistas perdiam a sua função de explicar a realidade:

*“vendo o drama de uma gente cuja culpa estava ancorada num regime feudal a que vivia jungida há séculos, e que apenas se rebelava para viver, e nem sendo o primeiro no protesto, levantava um libelo grandioso. Modelara-o numa forma torturada, capaz de fascinar os seus contemporâneos, na música que os ouvidos brasileiros estavam acostumados a entender”*⁶²⁰

Talvez um dos maiores méritos de Euclides da Cunha fosse a sua capacidade de transpor, de uma forma estilística única, o drama que ele vivenciou e denunciar com sobriedade a realidade brasileira, clamando assim por justiça social. Ao expor e ironizar a “civilização”, Euclides criticava, assim, a forma como a civilização podia regredir à barbárie. Portanto, ele deixava evidente que a civilização e a barbárie eram campos opostos e um mesmo pensamento, que poderiam se aproximar e pertencer a uma mesma experiência histórica.

Euclides, morto ainda jovem, aos 44 anos, se tivesse vivido mais algum tempo, provavelmente poderia superar ainda mais profundamente as teorias raciais – algo que também o aproxima de Nina Rodrigues, que morreu aos 43 anos. De uma forma bastante irônica, o tema do tempo de vida aparece em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, onde comentava sobre a obra de Valentim Magalhães:

“Valentim Magalhães foi o avesso desses homens. Repitamos: as condições do meio e o seu temperamento arrastavam-no demais para o mundo exterior e

⁶²⁰Sodré, Nelson Werneck, *A ideologia do colonialismo. Op.cit.* p. 160

para a sua indescritível instabilidade. Ele entregou-se de corpo e alma a turbilhão sonora e fulgurante da existência.

Foi o seu grande defeito, dizem. Mas este defeito – o seu maior defeito – é a mais bela imperfeição da nossa vida: o defeito de viver demais.”⁶²¹

De Euclides, podemos dizer também que, morto aos 43 anos, viveu pouco em tempo e intensamente nos anos mais produtivos da sua vida.

⁶²¹Cunha, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. *Op cit*, p. 175

V - RAÇA, ARISTOCRACIA RURAL E ESTADO AUTORITÁRIO: OLIVEIRA VIANNA

“Realmente, somos uma nacionalidade, para cuja formação o índio e o negro entraram em contribuição copiosíssima. Em que a comissão destas raças com o ariano se operou e se opera intensamente, em que o branco luta sem êxito para manter a sua pureza étnica. Em que, depois da 3ª ou 4ª geração, já se vai tornando difícil encontrar um descendente de imigrante ariano que não esteja “riscado” de sangue negro ou indígena”

(Oliveira Vianna, *Raça e assimilação*, p 168)

Em relação a Sílvia Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, é singular. Ele foi o maior alvo de polêmicas, críticas e toda a sorte de manifestações, contrárias ou não a sua obra. Oliveira Vianna, diante dos autores de seu tempo, era visto como um retardatário, uma vez que escreveu em um período posterior aos intelectuais estudados anteriormente: quando publicou sua primeira obra, *Populações Meridionais*, em 1919, todos já haviam falecido.

Por outro lado, é válido pensarmos que Oliveira Vianna também discutia questões de seu tempo, como os demais autores com os quais conviveu, como assinala Maria Stella Martins Bresciani⁶²². Também cabe encarar Vianna como um intermediário, um elo da

⁶²²No livro *O charme da ciência e a sedução da objetividade*, (Editora UNESP, 2005), ela demonstra que a discussão de Vianna aparecia em outros autores, como Sérgio Buarque e Gilberto Freyre

passagem entre o grupo de autores já estudados e os que estavam surgindo.

Um efeito desta “transição” é visível na visão completamente diferenciada da que estes autores tinham sobre a realidade brasileira em relação a Oliveira Vianna. Ele não apenas pode testemunhar eventos que os demais não puderam – a Primeira Guerra Mundial, o surgimento do nazismo, o grande debate entre direita e esquerda nos anos 20 e 30. Além disso, acompanhou mudanças e acontecimentos que tiveram uma grande influência na história brasileira, principalmente com a Revolução de 30. As teorias raciais surgem em Vianna, por exemplo, de uma forma muito diferente daquelas apresentadas anteriormente.

Francisco José de Oliveira Vianna nasceu em Rio Seco, Saquarema, na então província do Rio de Janeiro em 20 de junho de 1883. Ele estudou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde conheceu Sílvio Romero (que teve uma grande influência em sua vida) e se graduou em 1906. Em 1914, conheceu Alberto Torres, que também exerceu grande influência sobre seu trajeto. Em 1916, Vianna se tornou professor de Judiciário Penal e de Direito Industrial.

Vianna, que já escrevia artigos em jornais, teve sua primeira publicação em livro com a obra *Populações meridionais do Brasil*, em 1920, pela editora de seu amigo, Monteiro Lobato. A obra foi bem recebida. Em seguida, ele publicou mais livros, como *Evolução do Povo brasileiro* (1923), *Pequenos estudos de psicologia social*, (1922), *O ocaso do Império* (1925), *O idealismo na constituição* (1930), *Raça e assimilação* (1932).

Nos anos 30 Vianna acabou se dedicando a uma outra carreira, no Ministério do Trabalho, como consultor, participando ativamente do governo Vargas e sendo um dos colaboradores da criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Neste período, ele se dedicou a publicar obras de caráter jurídico e trabalhista. Diretamente ligado ao Estado Novo de Vargas, Vianna teve sua imagem associada a regimes ditatoriais.

Com a queda do Estado Novo em 1945, ele voltou a sua rotina enquanto pesquisador de assuntos nacionais, publicando a obra *Instituições Políticas Brasileiras* em 1949, *Direito do trabalho e democracia social*, em 1951 e *Problemas de Organização e Problemas de Direção*, também neste ano.

Vianna viveu sempre como um recluso em sua casa, na Alameda São Boaventura,

em Niterói. Nunca se casou e viveu com as irmãs. Ele não era dado a viagens como Euclides, nem mesmo se mostrava interessado em pesquisas empíricas com a mesma determinação que tiveram Sílvio Romero e Nina Rodrigues. Cercada de livros, a casa de Vianna era o seu verdadeiro castelo.⁶²³

Depois de sua morte, outros livros que Vianna deixou foram publicados pelos discípulos: o segundo volume de *Populações Meridionais* em 1952 e *A História social da economia capitalista no Brasil*, já em 1987.

Como lembra Luiz de Castro Faria, Vianna tinha por costume deixar os seus livros parcialmente redigidos durante anos, esperando o momento para a publicação ou conclusão, muitas vezes anunciando um livro que seria publicado (e que ainda não o fora):

*“A relação que se obtém é bastante esclarecedora, pois denota diferentes momentos de sua trajetória. Além do anúncio das publicações por vir, afirma também que o livro que se tem em mãos é parte de um projeto maior, em fase de execução. Confirma que o livro editado não é único, nem ocasional, mas parte de um conjunto.”*⁶²⁴

Vianna foi, de todos os autores aqui estudados, o mais singular também porque enquanto os demais viveram e trabalharam praticamente limitados ao mundo acadêmico, ele esteve de fato próximo ao poder. Poderia ele ter obtido cargos, espaços maiores e privilégios pela sua proximidade; mas é verdade que Vianna jamais se aproveitou do poder para fins pessoais.

A sua casa em Niterói, hoje uma espécie de centro cultural e museu, deixada da forma como ele viveu, mostra uma vida cercada de livros e documentos, mas simples, conservadora, sem ostentar riquezas nem poder. Vianna viveu pelo conhecimento e da forma como ele interpretava a realidade, não pelo poder.

Bastante conservador, Vianna gostava de utilizar como referência pesquisadores do passado, que já não eram mais lidos ou haviam caído em desuso pelo tempo. Assim, autores como Le Bon, Lapouge e Gobineau, que tanto impressionaram a geração da escola

⁶²³A casa de Oliveira Vianna foi tombada pelo governo do Rio de Janeiro e atualmente é uma casa-museu, conhecida como “Casa de Cultura Oliveira Vianna”.

⁶²⁴Faria, Luis de Castro. *Oliveira Vianna – de Saguarema à Alameda São boaventura 41, Niterói*. Rio de Janeiro, Editora relume Dumará, 2002

do Recife e outros mais, já eram vistos com reservas quando Vianna escrevia. Isto gerou uma série de críticas a ele, tanto em sua época quando depois.

1 – Estudos sobre a raça e a base nacional

Estudar a raça em Oliveira Vianna é um trabalho bastante delicado. Ele foi um escritor racista no exato termo da palavra. Negar isto é negar uma parte substancial do seu pensamento e da forma como ele enxergou a sociedade brasileira.

O seu racismo era muito diferente daquele que aparecia em obras de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues. Primeiramente, porque Oliveira Vianna escreveu em um período posterior a estes, quando as teorias racistas vinham sendo atacadas por muitos intelectuais e estavam cada vez mais vinculadas a movimentos que preconizavam a ditadura, como o Estado nazista; e o racismo exibido na obra dos outros autores tinha mais um caráter defensivo do que ofensivo; o de Vianna era muito mais agressivo. A contradição maior destes autores é usar as teorias racistas como uma forma de interpretar uma realidade que eles admiravam: o negro de Nina Rodrigues, a população mestiça de Sílvio Romero; o sertanejo de Euclides.

Em Vianna este processo aparece de uma forma bastante diferenciada. Ele se preocupava em estabelecer primeiro uma teoria sobre a evolução histórico brasileira que ocorreria de uma forma natural, isto é, a história brasileira evolui, desde a chegada do europeu até o final do século XIX dentro de um quadro próprio, natural, criado no próprio país. Esta definição fica mais evidente na forma como Vianna tratou a questão racial. O autor busca, a partir das teorias raciais, estabelecer a ordem social. Ao contrário de Euclides, por exemplo, que usa as teorias racistas para entender o comportamento do sertanejo que o deixou impressionado, Vianna reescreve a história para se enquadrar nestas teorias.

É neste sentido que ele despreza o “culto” ao documento escrito, procurando assim aprimorar a “compreensão científica do fenômeno histórico”. Parte da explicação de critérios novos (segundo ele), para fazer a re-interpretação da história do Brasil.

Francisco Iglesias faz uma crítica bastante aguçada sobre esta situação:

*“quem acredita mais nas teorias – e quais as arroladas por ele e suas preferidas – que nas fontes é pouco indicado para historiador.”*⁶²⁵

Esta crítica de Iglesias é bastante pertinente para a compreensão do pensamento de Oliveira Vianna. Para o autor de *Historiadores do Brasil*, Vianna tinha uma posição comprometedora ao trabalhar a história mais pelas teorias do que pelos fatos comprovados.

Isto fica patente na forma como o autor trabalha a questão racial. Baseado mais nas teorias do que em evidências, a sua posição é muito forte. O tom é mais direto, mais firme, mais objetivo, agressivo. Ele se distancia totalmente da forma como Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Sílvio Romero trabalhavam a questão.

Para Dante Moreira Leite, isso podia ser resultado do fato de Vianna ser mulato e buscar nestas teorias uma busca, um conflito íntimo para superar a sua condição racial⁶²⁶. Aqui é necessário fazer uma diferenciação entre as teorias raciais e o preconceito racial. As teorias racistas, tais como na época de Sílvio Romero, eram aceitas como ciência, isto é, tinham um suposto caráter científico. Já os preconceitos envolviam um sentimento de ódio de classes e de raças, que em muitas passagens, Vianna deixa transparecer de uma forma bastante clara.

Vianna começou a trabalhar com a questão racial já em sua primeira obra e também na mais importante, *Populações Meridionais do Brasil*, onde ele montava um quadro social bastante delicado no que tange a formação racial brasileira.

“É a antropogeografia, cujos fundamentos lançou-os o grande Ratzel. É a antropossociologia, recente e formosa ciência, em cujas substituições trabalharam Gobineau, Lapouge e Ammon, gênios possantes, fecundos e originais. É a psicofisiologia dos Ribots, dos Sergi, dos Langes, dos James. É a psicologia coletiva dos Le Bons, dos Sigheles e principalmente Tardes. É essa admirável ciência social, fundada pela ciência de Le Play, remodelada por Henri de Tourville, auxiliado por um escol de investigadores brilhantes, Demolius, Poisard, Descamps, Rousies, Preville, cujas análises minuciosas da fisiologia e da estrutura das sociedade humanas, de um tão perfeito rigor, dão

⁶²⁵Iglesias, Francisco. *Historiadores do Brasil*, op.cit., p. 91

⁶²⁶Leite, Dante Moreira, op.cit. p. 222

*aos mais obscuros textos históricos uma claridade meridiana”.*⁶²⁷

Oliveira Vianna se baseia nestes autores para escrever e interpretar a história do Brasil. De fato, ele faz uma crítica aos poucos estudos realizados sobre o povo brasileiro, tanto na questão social, quando na racial. Estes autores, inclusive, serão a base do seu pensamento, o qual ele utilizaria em vários de seus livros.

Menciona, que em seu estudo sobre as populações regionais do norte e do sul do país pode ser levado “*a uma convicção contrária ao preconceito da uniformidade atual do nosso povo*”.⁶²⁸ Mais do que isto, Vianna aponta para a diversidade do povo brasileiro, negando, assim uma “unidade da raça, da civilização e da língua”. É neste sentido que faz a separação do seu estudos em dois ensaios, um direcionando para as populações meridionais e o outro às populações setentrionais. O segundo livro foi publicado em 1952 (isto é um ano após a sua morte) e o terceiro sobre as populações setentrionais, jamais chegou a ser redigido.

Mas Oliveira Vianna salienta ainda a questão da divisão do povo brasileiro em raças e diversidade. Para ele, o país é composto por diversas raças e a crença da igualdade do país é incompleta e falsa.

No capítulo VI de *Populações meridionais do Brasil*, Vianna desenvolveu melhor este raciocínio. Começa dizendo que nas bandeiras existiam não somente elementos inferiores (os mestiços degradados), mas também os futuros proprietários agrícolas. Desta maneira, Vianna mostrou um quadro onde cada grupo racial tinha uma função na colonização. É assim que credita aos mestiços “instáveis e degradados” a função de primeiros tomarem o território e conquistá-lo, amorais, pervertidos e violentos.

Depois, surgiram grupos outros

*“cuja função é espavorir o índio e abrir picadas aos povoamento regular”*⁶²⁹,
*“trazerem aos núcleos laboriosos, donde saíram, a nova dos belos campos, das minas preciosas, das paragens férteis e dos roteiros arrojados.”*⁶³⁰

⁶²⁷Vianna, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*, op.cit, p. 14

⁶²⁸Idem, p. 15

⁶²⁹Idem, p. 92

⁶³⁰Idem, p. 92

E por último apareceram, como resultado das bandeiras de colonização, os elementos que comporiam a classe superior, população “eticamente superior” a todas as demais.

Depois, descreveu a colonização exercida pelos paulistas em vários pontos do país; elogiou muito o papel desta aristocracia (que ele também chama de nobreza rural). Um dos pontos chave de Vianna reside na integridade racial desta aristocracia garantida pelos preconceitos com a “ralé”, como na sua citação de Pedro Taques.

“É sobre tais bases, é sob a ação seletiva de tão salutareis preconceitos, que se funda a nossa nobreza territorial ou fazendeira”⁶³¹.

O preconceito tinha como função preservar a integridade étnica da elite. Mais do que isto, ele registra como o Brasil foi construído em cima de uma perspectiva racial, onde as práticas preconceituosas da elite serviram, desde o início da colonização, para a garantia de seus privilégios.

Para o autor, a elite é composta de arianos puros, vindos do Minho e das duas Beiras, onde a irrigação celta, romana e goda, superou a população de origem moura do território.

“Protegida por esse conjunto de circunstâncias favoráveis, a nossa aristocracia rural entra o IV século, o século da Independência, sem a mais leve depressão no índice da sua moralidade. Essa famosa corrupção de costumes, que lavra a sociedade da época das minas, tem o campo das suas devastações quase inteiramente limitado às classes inferiores: toda a classe superior se esforça e luta, ao contrário, por manter intactas a pureza do sangue e a pureza do caráter.”⁶³²

Estas afirmações eram frutos da sua imaginação, não possuindo qualquer tipo de comprovação. Para Vianna, eram os arianos que poderiam promover a colonização, por sua força de vontade e seu empreendedorismo. Ele imaginava a história a partir da aplicação das teorias raciais: se o ariano é o mais empreendedor, ele deve ter sido o elemento principal da colonização do país. É aqui que as suas teorias ganham um sentido de garantir

⁶³¹Idem, p. 96

⁶³²Idem, p. 99

a ordem social através da ordem racial, que justificaria a sua idéia de estratificação social baseada nas raças.

É importante realçar que estas teorias tiveram uma grande importância em Oliveira Vianna, por exemplo, na idéia de Estado Corporativo, de uma centralização do poder político e de um maior controle do Estado sobre a população. Neste sentido, a sua análise caminha no sentido de criar uma estrutura pela qual o país seria controlado por critérios científicos/políticos e não mais raciais, como ficou claro quando do seu trabalho durante a ditadura Vargas, principalmente na elaboração da legislação trabalhista.

Depois, Vianna explorou ainda mais a questão da composição racial das bandeiras. Além dos brancos, que acabaram dominando e compondo a classe da nobreza rural, ele lembra que existiam mestiços de toda a ordem nas bandeiras.

*“Numa sociedade como a paulista dos primeiros séculos, ciosa das suas prerrogativas aristocráticas e da sua pureza étnica, os mestiços vivem numa condição de patente inferioridade. Os preconceitos são inflexíveis para com eles e os condenam a uma subalternidade humilhante. O distintivo da nobreza, da superioridade social e moral é, segundo as idéias do tempo, o ter a pele branca, provir de sangue europeu, não ter mescla com as raças inferiores, principalmente a negra. Mesmo entre os homens do baixo povo, o fato de ser branco é o mesmo que ser nobre.”*⁶³³

Indo mais além, Vianna disse que os preconceitos também se fizeram na organização administrativa e na legislação. Existiria uma justiça diferente para os mestiços, vistos como uma classe à parte. Estas afirmações, porém não possuem qualquer respaldo histórico, inclusive o fato de mestiços serem impedidos de desempenharem atividades públicas, pela sua condição de mestiços. Vianna, mais uma vez, fantasia a história para justificar as teorias raciais. Não existiam, no Brasil, leis que segregassem as pessoas por sua condição de “raça”; o que havia eram leis que devam exclusividade de cargos e funções somente aos portugueses, no intuito de garantir a posse e o domínio colonial.

Vianna criou uma categoria nova de mestiços: o mestiço eugênico e superior. Este mestiço era caracterizado pelo cruzamento do branco com negros superiores, o que lhe

⁶³³Idem, p. 99

daria uma maior possibilidade de ascensão social. Para Vianna, existiam dezenas de diferenças entre os negros, resultantes das tribos africanas de onde vieram; assim sendo, estes negros não tinham que ser classificados todos como “iguais”. Ele descreve a existência de tribos “indomáveis” e outras “dóceis”; outras “incivilizáveis” e algumas que apresentavam uma inteligência e criatividade para as artes; outras sociáveis e também as “incivilizadas”.

Desta forma, Vianna estabeleceu a existência de dois tipos de mulatos: o inferior e o superior. O inferior se caracterizaria pelo tipo mais conhecido e incapaz de ascender socialmente e se via degradado como resultado do cruzamento do branco com o negro inferior. Já o mulato superior teve a sua superioridade em razão do seu caráter ariano e pela inteligência e ainda de ser capaz de colaborar com o branco na organização e na civilização do país:

*“Os mestiços dessa espécie, por maior que seja a vilanagem das suas origens e mais degradadas as condições da sua existência tendem a subir, a insinuar-se através dos elementos melhores, a dissimular-se entre os brancos, aristocratizando-se”.*⁶³⁴

Vianna ainda caracterizou estes mestiços como os engajados nas migrações das bandeiras e depois de estabelecidos, se tornaram senhores de terras e engenhos, currais, entre outras coisas. Ele reconheceu, inclusive, o papel dos preconceitos de cor na forma de se criar graus de subalternos e de posições dentro das bandeiras. Este é outro ponto complicado de Vianna, uma vez que ele não tinha como provar a existência desta discriminação racial. Apesar disto, a análise chama a atenção pelo ponto em que os preconceitos acabaram servindo de forma se de criar estratos sociais. Era a definição racial do indivíduo que determinava a sua posição social.

E complementando este raciocínio, Vianna disse uma das suas passagens mais fortes a respeito da questão racial, definindo não só a sua posição em relação à mesma, mas também a forma como ele relacionava a idéia de raças com a formação social:

“Os preconceitos de cor e de sangue, que reinam tão soberanamente na sociedade do I, II e III séculos, tem destarte, uma função verdadeiramente

⁶³⁴Idem, p. 102

*providencial. São admiráveis aparelhos seletivos, que impedem a ascensão até as classes dirigentes desses mestiços inferiores, que formigam nas subcamadas da população dos latifúndios e formam a base numérica das bandeiras colonizadoras”.*⁶³⁵

Aqui, o autor faz uma exaltação bastante presente na questão do preconceito como sendo um elemento de segregação e formação social: eram os preconceitos raciais que impediam a ascensão social e não a condição racial dos mestiços.

Vianna abordou a idéia de seleção regressiva dos mestiços, que retornavam às características de uma das raças que lhe deram origem, gerando sempre pessoas com características de um desses grupos. Apesar disso, Vianna retomou a idéia do mestiço como um desequilibrado, que nunca retornava completamente à “raça primitiva”, vivendo em conflito e em desordem consigo mesmo:

*“Tendo de harmonizar as duas tendências étnicas, que se colidem na sua natureza, acabam sempre por se revelar uns desorganizados morais, uns desarmônicos psicológicos, uns desequilibrados funcionais”.*⁶³⁶

É neste sentido que Vianna vai construir a idéia de que o mestiço, mesmo quando intelectualmente superior, carregava em seu bojo os vícios da raça branca, possuindo toda a gama de desordens morais, de instinto e de caráter. É importante salientar aqui que o estilo de uma psicologia social que Vianna fazia sem qualquer base empírica. É verdade que Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha também passaram por isso; porém estes autores, apesar de não superarem completamente as teorias raciais já trabalharam com uma análise empírica das questões raciais, o que fazia com que tivessem uma avaliação que se não conseguiam superar por completo estas teorias, ajudaram a eles a reavalia-las.

Vianna elogiou o cruzamento do branco com o índio, ao dizer que este – o mameluco – era superior ao negro, uma vez que não provinha de “uma raça servil”, o que lhes possibilitaria uma maior mobilidade social. Chega a afirmar que

“na orgulhosa nobreza vicentista não são raros os tipos professadamente

⁶³⁵Idem, p. 103

⁶³⁶Idem, p. 103

*oriundos de raça vermelha que nela figuram sem desaire e até com lustre”.*⁶³⁷

Ele complementou esta afirmação ao dizer que na sociedade colonial, as possibilidades de ascensão eram maiores dos mamelucos do que dos mulatos, concluindo em seguida:

*“Excluídos, porém, esses espécimes superiores, que integram os atributos melhores e mais eugênicos das raças componentes, os restantes, quer de uma ou de uma outra origem étnica, mamelucos ou mulatos, padecem todos como de uma sorte de assimetria moral, que lhes acompanha a inegável assimetria física: - são todos moralmente incoordenados e incoerentes. Na estrutura do seu caráter, as duas ou, mesmo, as três mentalidades das raças originárias se justapõem, estratificam ou misturam, não se integram, não se fundem.”*⁶³⁸

Vianna utilizou o racismo como forma de justificar a divisão social na sociedade colonial, ao afirmar que somente o branco tinha a vontade e a determinação de ascender e enriquecer, enquanto o negro, o índio, e o mestiço – salvo as exceções, “dos seus exemplares mais elevados” - jamais conseguiram se desenvolver, compondo a plebe rural, chamada por Vianna de “bastardia formigante”. Em conjunto com esta plebe, existiam arianos, que teriam migrado da “classe superior”.

Oliveira Vianna chama estes “arianos” de mestiços superiores”, que decaíram social e economicamente em razão do azar ou do preconceito. Vianna mostra o preconceito como uma forma de degradação: não era uma forma de seleção social, como havia afirmado anteriormente? Neste ponto, ele deixa transparecer o fato de que os preconceitos raciais serviam como uma forma de segregação, que implicaram na divisão social, como esta estava configurada.

Como solução, aqui, o escritor parte para a necessidade de se desenvolver uma política de arianização - o branqueamento – como forma de solucionar os problemas sociais. Esta idéia Vianna exploraria em outras obras, deixando evidente a necessidade de branquear – ou como ele diz “clarificar” ou “arianizar” a população - como uma forma de elevá-la racialmente e assim poder conduzir o país em um sentido de desenvolvimento.

⁶³⁷Idem, p. 104

⁶³⁸Idem, p. 105

Para Vianna, era impossível estruturar o país tendo como base a população negra e mestiça. Neste sentido, Vianna estabelece portanto a necessidade de uma política de branqueamento (ou como ele chama “arianização”) da população como uma forma de garantir o progresso do país.

*“Uma outra parte, porém, minoria diminuta, é sujeita, em virtude de seleções favoráveis, a “apuramentos” sucessivos e, depois da quarta ou quinta geração, perde os seus sangues bárbaros – e clarifica-se.”*⁶³⁹

Como base a sua argumentação, Vianna cita como exemplo de desorganização social o Haiti, por sua predominância negra e mestiça; elogia o Chile pela “nobreza basca” e diz que a nobreza inglesa é formada pelos saxões, uma vez que se fosse pelos celtas estaria condenada. Vianna afirma ainda que na formação do Brasil, havia surgido uma seleção racial no sentido ariano, que em razão da sua superioridade racial, levaria à formação da aristocracia paulista, vista pelo autor como “empreendedora”:

*“Esse caráter ariano da classe superior, tão valentemente preservado na sua pureza pelos nosso antepassados dos três primeiros séculos, salva-nos de uma regressão lamentável.”*⁶⁴⁰

O autor retoma aqui a sua discussão sobre a existência de mestiços superiores e inferiores sendo que seriam os superiores quem conduziriam o processo de desenvolvimento e poderiam conduzir os mestiços inferiores:

*“Essa função superior cabe aos arianos puros, com o concurso dos mestiços superiores e já arianizados. São estes os que, de posse dos aparelhos de disciplina e educação, dominam essa turba informe e pululante de mestiços inferiores e, mantendo-a, pela compressão social e jurídica, dentro das normas da moral ariana, a vão afeiçoando, lentamente, à mentalidade da raça branca.”*⁶⁴¹

É importante salientar que em outros meios sociais também se debatiam idéias eugenísticas, inclusive algumas associadas principalmente ao trabalhador, como uma forma

⁶³⁹Idem, p. 107

⁶⁴⁰Idem, p. 108

⁶⁴¹Idem, p. 109

de melhor adequa-lo ao trabalho. O pensamento eugênico de Vianna, portanto, aparece no discurso da época.

Neste sentido Antonieta Antonnaci faz o seguinte comentário:

*“a sujeição do corpo e da mente do trabalhador aparece de modo mais imediato, quando o trabalho perde seu ritmo natural e orgânico – que passa a ser feito pelos discursos e práticas da Higiene, Fisiologia e psicologia Industrial – assumindo dimensões de objeto alheio aos que lhe dão forma e historicidade.”*⁶⁴²

Vianna, portanto, constrói uma premissa contundente a respeito da questão racial. Para o autor, existia, de uma forma bem clara, a distinção de raças entre arianos (brancos), e mestiços, seriam considerados superiores ou inferiores, dependendo da sua proximidade com a raça branca. A questão racial toma um caráter muito forte, que passa pela necessidade de revigorar o povo brasileiro através da mistura racial.

Tal questão continuaria presente em Oliveira Vianna em toda a sua vida. No livro *Evolução do povo brasileiro*, por exemplo, ele retoma e amplia as discussões raciais. É verdade que, no prefácio da segunda edição (a primeira saiu em 1923, a segunda em 1933), diz que não havia motivos para alterar a obra, apesar das críticas que vinha sofrendo a respeito da questão racial. No prefácio da 3ª edição, já no final dos anos 30, ele sustenta que suas teses continuavam atuais. Assim, não aceitava as críticas que lhe foram imputadas por outros autores de seu tempo.

Nessa obra, ele continua a explorar os temas já levantados nas anteriores. Vianna, aqui, explora a questão racial de uma forma mais contundente, procurando salientar a singularidade do Brasil frente à América Latina, em particular. Deixa bem explícita também sua idéia de hierarquia racial, onde o branco aparece como superior e os negros e índios como representantes “das raças bárbaras”.

Esta mistura racial e o próprio contato entre as três raças é para o autor um problema sério, uma vez que elas possuem diferenciações tanto morfológicas quanto psicológicas, que alteram o seu comportamento:

⁶⁴²Antonnaci, M. Antonieta M. *A vitória da razão (?) O Idort e a sociedade paulista*, São Paulo, Marco Zero, 1993, p. 67

*“Esta dificuldade aumenta ainda mais quando consideramos que, mesmo dentro de cada uma dessas raças originárias, os seus representantes não possuem todos a mesma unidade morfológica, nem a mesma mentalidade; ao contrário, variam mais ou menos sensivelmente num e noutro sentido, apresentando, às vezes, como nas duas raças bárbaras, a negra e a vermelha, tipos de tão acentuada diversidade somática e psicológica que dir-se-iam provindos de raças inteiramente distintas e inconfundíveis.”*⁶⁴³

No estudo sobre o povo português, que nos teria dado origem, Vianna procura caracterizar a formação racial lusa como sendo mestiça enquanto base populacional, mas salienta que o papel de desbravador, de conquistador era reservado aos elementos de origem “germânico”, os “dólico-louros” ou como ele chama “guerreiros odínicos” que teriam o dinamismo para o empreendedorismo das conquistas e o descobrimentos. O papel dos morenos ibéricos seria o de colonizar a nova terra, uma vez que seriam menos dedicados às conquistas e sim à tranquilidade e à paz. Para o autor, seria o papel de uma raça (loura) a conquista do território, mas a colonização efetiva seria reservada a uma outra (morena). A presença do grupo nórdico na formação e no início da colonização do país, nessa perspectiva, foi fundamental. Ele relaciona a este grupo a natureza aventureira e guerreira dos primeiros colonizadores e também dos bandeirantes. Esta era uma das afirmações mais polêmicas de Vianna, que foi bastante questionada pelos críticos do autor, uma vez os bandeirantes eram todos de origem mestiça, indígena com o branco.

Vianna faz a relação entre o comportamento e a origem racial de uma forma bastante incisiva, demonstrando que o caráter da aristocracia rural estava diretamente relacionado a sua origem racial – germânica. Era esta origem e sua manutenção que davam as condições de manter seu status. O autor inclusive fala muito sobre eugenismo, dizendo que as famílias aristocráticas tinham a preocupação em preservar a origem racial. A antiga aristocracia rural é para o autor a representação máxima desta formação eugênica e superior.

Complementando a colonização branca, Vianna relata também a vinda de representantes do grupo étnico moreno e de baixa estatura – de raça “celtibérica”, que corresponderia à população que migrou para o Brasil no século III. Para Vianna,

⁶⁴³Vianna, Oliveira. *A evolução do povo brasileiro*, op. cit, pp. 123 e 124

*“o seu gosto pelos trabalhos pacíficos, como o pequeno comércio das aldeias, o tráfico da mascateação, os ofícios manuais, especialmente a ourivesaria, revela o seu temperamento de celtas ou iberos, pacíficos, sedentário, laborioso.”*⁶⁴⁴

Este grupo representava aquela classe de trabalhadores que existiam para servir à classe aristocrática. Não tinham a força e a disposição desta última; deveriam trabalhar para servi-los. As classes sociais, a divisão de tarefas em uma sociedade deveriam representar e respeitar as divisões raciais. A raça – ou etnia – é que determinava a ocupação do indivíduo. Outros fatores históricos, políticos ou sociais pouco representavam para o autor, neste momento.

Em seguida, comentando o indígena, Vianna diz que, a exemplo do grupo anterior, eles também eram compostos de grupos diversos, tendo os dois principais os “tupis” e “os tapinas”. Neste caso, o ensaísta define de forma clara que a divisão se retratava na diversidade cultural e intelectual:

*“O grau de cultura, a força da inteligência, a feitura do temperamento, os instintos sociais não são, por outro lado, idênticos em todas as tribos.”*⁶⁴⁵

Vianna também afirma que eles se distinguem fisicamente entre si, citando as diferenças físicas, como diversidades de cor, de estrutura física, etc.

*“estes, por exemplo, são de pequena estatura e extremamente feios; aqueles ao contrário, apresentam uma fisionomia agradável e uma compleição alta e esbelta.”*⁶⁴⁶

Na passagem seguinte, Vianna faz uma observação questionável sobre a diversidade étnica do índio. O autor toma por base relatos de cronistas do início da colonização de que havia índios loiros e brancos no país. Vianna não questiona as suas fontes (que parecem ser bastante incoerentes e de credibilidade duvidosa) e também não menciona de onde as obteve. Em suma: podem ser tanto verdadeiras quanto inventadas pelo autor, para dar assim justificar a suas idéias. Entre os cronistas citados, destacam-se Simão

⁶⁴⁴Idem, p. 134

⁶⁴⁵Idem, p. 135

⁶⁴⁶Idem, p. 137

de Vasconcelos, Knivet e Pero Lopes. Vianna não os questiona; aceita seus relatos como sendo a mais absoluta verdade.

Salienta que os casos mais complexos eram os de origem africana, em razão da quantidade e da diversidade:

*“sensível é a diversidade dos tipos peninsulares; muito mais sensível ainda, a dos tipos americanos; mas, a diversidade dos tipos negros, essa é desconcertante.”*⁶⁴⁷

Neste sentido, ele menciona diversas tribos de origem africana, procurando mostrar que também se e traduziam nas diferenças físicas, como tipos de cabelo, cor de pele, entre outros traços:

*“os negros da tribo iebu, por exemplo, ou os da tribo caçanje, ou haussá, embora reforçados e entroncados, têm a fealdade repulsiva dos tipos negros puros. Os da nação mina, ou fula, ou achanti, ou felanim, são tipos ao contrário, de grande beleza pela proporcionalidade das formas, pela suavidade dos traços, pela esbelteza da estatura, pela cor mais clara e pelos cabelos menos encarapinhados do que os das outras nações.”*⁶⁴⁸

Da mesma forma, mostra que existiam diferenças de cor de pele (uns bronzeados, outros mais “azeitonados”). De estrutura física (maiores ou menores, etc) e a beleza plástica, onde

*“nenhum deles sobreleva os jolofo, os serenes, cuja soberba compleição tem a pureza, a graça e a nobreza do tipo europeu.”*⁶⁴⁹

Outra descrição mostra como a mentalidade do autor estava vinculada à utilização do negro para a escravidão. Porém Vianna não analisa o sistema como o responsável por isso; seria como se os negros existissem pela e para a escravidão:

“Os minas, os iorubas, os egdas, os crumanos, os felamins possuem temperamento dócil e civilizável, são negros pacíficos, afeitos à obediência e à

⁶⁴⁷Idem, p. 138

⁶⁴⁸Idem, p. 138

⁶⁴⁹Idem, p. 139

*humildade; já os haussás, os efás, os galas mostram qualidades de altivez, rebeldia e mesmo ferocidade, que os fazem pouco apreciados pelos senhores ou insusceptíveis de cativoiro.”*⁶⁵⁰

Oliveira Vianna diz que assim várias nações negras se misturaram com os brancos, dando origem ao mulato e também estes aos índios, gerando uma “classe” de mestiços, que em razão da sua diversidade possuem diversos tipos de comportamentos.

Em razão da mistura das raças e também da divisão racial existente no país, existiam concentrações de uma raça em diferentes áreas do território brasileiro, o que impediria a formação de um tipo racial nacional.

O ensaísta faz um comentário importante acerca da distribuição da população branca no território brasileiro. Ele diz primeiramente que essa população se estabeleceu em menor número que a negra e a indígena e de forma não regular pelo território. Porém

*“em toda parte os encontramos, é certo, porque são eles os elementos de civilização e a força e direção da massa colonial; mas, em certos pontos, eles aparecem mais concentrados, mais abundantes, mais extremos de mesclas bárbaras.”*⁶⁵¹

Retomando a discussão racial com a ocupação na sociedade, Vianna diz que para os elementos mais ricos do eugenismo, isto era apenas um estágio passageiro para depois se dedicar ao o que ele considera o trabalho mais nobre – o mundo rural:

*“porque, dado o espírito da época, profundamente rural, roda a sociedade e, especialmente, todos os indivíduos mas ativos e enérgicos tendem, como vimos, para o campo, para os engenhos e para os latifúndios pastoris.”*⁶⁵²

Neste mundo rural, Vianna ilustra o papel eduzido qual ficaram subordinadas as cidades:

“De maneira que as cidades do período colonial funcionam como poderosos centros de seleção e concentração dos elementos brancos superiores. São

⁶⁵⁰Idem, p. 139

⁶⁵¹Idem, p. 141

⁶⁵²Idem, p. 143

esses elementos superiores que, deslocando-se para o campo e entrando na aristocracia rural, concorrem para assegurar a esta classe o alto coeficiente ariano e eugenístico, que tanto a distingue nessa época.”⁶⁵³

Da mesma forma que o branco, Vianna identifica áreas de concentração de índios e negros, dizendo que as áreas onde os dois se concentram não são as mesmas, e lá se mostram dominantes os mestiços de cada um – ou seja, o mulato em referência ao negro e o índio em referência aos mamelucos e cafuzos.

Oliveira Vianna afirma também que a mão-de-obra africana contribuiu para afastar os índios. Ele usa termos como “invasão” dos negros e não “introduzidos”, o que seria mais correto, uma vez que foram trazidos como escravos; e também não usa a palavra “escravo” e sim “operário”. Para o autor, os negros eram resistentes, dóceis e capazes do que os índios, razão esta que levava os últimos a serem substituídos no trabalho nas minas.

Vianna diz que nos primeiros séculos, a população negra se concentrava na Bahia e em Pernambuco; depois começou a se concentrar nas regiões das minas. Vianna também cita um outro movimento, este direcionado a cultura cafeeira do vale do Paraíba, em especial depois que a Inglaterra proibiu o tráfico (ou começou a prejudicá-lo), do norte em direção ao sul.

O escritor fluminense mostra uma preocupação expressiva com a formação do povo brasileiro nas áreas de concentração da população africana:

“O trabalho arianizante, exercido pelas seleções étnicas sobre a massa mestiça, sofre, com efeito, um retardamento ou uma aceleração, conforme se trate de uma zona de concentração ou de uma zona de transmigração”⁶⁵⁴

Ele compara os negros que viviam em Minas, mais “belos” que os fluminenses, vistos de forma bastante pejorativa:

“Estas cataduras simiescas são, ao contrário, abundantíssimas na região ocidental da baixada fluminense – o que indica que ali se concentrou e fixou alguma tribo de negros, caracterizados pela sua fealdade: talvez, ou

⁶⁵³Idem, p. 143

⁶⁵⁴Idem, p. 147

*“bisagos”, ou “iebu”, ou “mandigas”.*⁶⁵⁵

É visível, em outros textos, que Oliveira Vianna tem um interesse especial pela região mineira, que lhe parecia uma região muito mais representativa do Brasil.

Um ponto que esse autor explora e que parece bastante forçado e baseado em Taques (pelo menos em parte) é a distribuição das atividades da sociedade colonial de acordo com as características raciais. Ele volta a valorizar o branco em relação ao negro e ao índio, buscando assim mostrar o poder do primeiro sobre os demais. O relato de Vianna também procura mostrar que a divisão racial por atividades seguia uma ordem natural, sendo o “ajustamento” racial vinculado a esta ordem:

*“Cada raça se distribui pelas diversas classes sociais conforme as suas aptidões específicas, e já vimos como os brancos sabem distinguir essas aptidões e orientar a distribuição e a fixação das duas raças inferiores no sentido do seu melhor aproveitamento.”*⁶⁵⁶

A descrição que Vianna faz das atividades desenvolvidas pelas “raças inferiores” é representativa do seu imaginário social e racial. Ele diz que os negros são mais dedicados a tarefas que exigem pouca inteligência (como o trabalho rural) ou, nas cidades, a desempenhar funções como carregadores de trapiches ou trabalhos braçais. Já sobre o índio, é ainda mais específico:

*“são progressivamente acantoadas naqueles serviços rurais que exigem menos esforço continuado, permitem folgas maiores e não possuem um caráter muito acentuado de servilidade.”*⁶⁵⁷

O mestiço do branco com o índio é visto por ele sendo usado pelos sertanistas e bandeirantes como corpo dos seus exércitos para conquistas, em função do seu “espírito guerreiro”. O índio possuía, segundo o autor, um caráter que o vinculava ao trabalho pastoril.

Oliveira Vianna era bem claro no que tange à questão dos negros mais “bem dotados de inteligência”, que seriam da “raça fula”. Para o autor, estes seriam os principais

⁶⁵⁵Idem, p. 148

⁶⁵⁶Idem, p. 149

⁶⁵⁷Idem, p. 149

representantes de uma “raça superior” negra, os que os tornava mais aptos aos trabalhos de ofício manual ou do interior das casas, como na cozinha.

Os elementos mulatos seriam para esse escritor mais inteligentes dos que os “negros puros”. Este é um ponto fundamental para compreender o pensamento de Vianna: o cruzamento das raças poderia levar a existência de tipos superiores:

*“Os mais claros e esbeltos são preferidos para o serviços de pajens; entre os paulistas antigos é mesmo uma das grandes vaidades o poder ostentar um corpo de pajens e melhor aparência ariana”*⁶⁵⁸.

Falando dos “mulatos tão claros quanto os brancos”, o autor diz que

*“esses mulatos, assim tão bem aquinhoados antropologicamente, originam-se naturalmente do cruzamento de brancos com negras “fulas” ou “felamins”, que são as que mais se aproxima do tipo branco.”*⁶⁵⁹

Por fim, ele fala dos escravos “como uma classe”, composta por negros e mulatos. Partindo desta idéia, Vianna mostra que existia uma diferença na proporção de mulatos escravos e livres, sendo a maioria dos mulatos eram livres, ao contrário dos negros. Segundo o autor, eram os mulatos livres que compunham a base da população rural. O imaginário de Vianna sobre a escravidão é limitado, totalmente marcado pela imagem de uma “classe social”.

Voltando a comentar o branco, Vianna tem a preocupação de mostrar como o trabalho manual não interessava a esse grupo, que se dedicava às tarefas mais nobres, vinculadas à aristocracia rural.

Em seguida, fala de eugenismo. Este conceito é de fundamental importância para o autor poder explicar o fato de pessoas consideradas de “raça inferior” poderem se destacar acima da maioria das pessoas do seu grupo racial:

*“Em todas as raças humanas, mesmo as mais baixamente colocadas na escala da civilização, esse tipos superiores aparecem: não há raça sem eugenismo.”*⁶⁶⁰

⁶⁵⁸Idem, p. 150

⁶⁵⁹Idem, p. 150

⁶⁶⁰Idem, p. 153

Curiosamente, aqui ele comete uma contradição em relação as teorias raciais:

*“É neste sentido que se deve compreender o problema das raças inferiores. Não há raças que sejam absolutamente inferiores; mas, qualquer raça, posta em contato com uma outra mais rica em eugenismo, torna-se, por esse mesmo fato, inferior.”*⁶⁶¹

Vianna faz uma pequena observação onde define o eugenismo como psíquico (moral e intelectual) e não físico, embora saliente que existem correlações entre os dois. Desta forma, o autor procura explorar em seguida o “eugenismo” existente entre as múltiplas combinações étnicas processaram na formação do eugenismo. Explora primeiramente o papel das tribos africanas, dizendo que os negros que provenham de tribos mais evoluídas conseguem subir socialmente; porém ele defende a idéia de que isto era impossível para a maioria dos negros (a quem ele chama de *Homo afer*), que jamais conseguiriam subir socialmente em razão da sua falta de “potencialidade eugenística”:

*“O negro puro nunca poderá, com efeito, assimilar completamente a cultura ariana, mesmo os seus exemplares mais elevados; a sua capacidade de civilização, a sua civilizabilidade, não vai além da imitação, mais ou menos perfeita, dos hábitos e costumes do homem branco.”*⁶⁶²

O pensador deixa bem clara sua posição: o negro é incapaz de criar algo novo, de fazer algo criativo: a sua ação é sempre no sentido de imitar a do homem branco. O negro é incapaz de se desenvolver. Fazendo uma comparação entre o negro e o branco, Vianna diz que

*“entre a mentalidade deste e a do homem africano puro há uma diferença substancial e irreduzível, que nenhuma pressão social ou cultural por mais prolongada que seja será capaz de vencer ou eliminar.”*⁶⁶³

O escritor fluminense chega a criticar o próprio negro americano dizendo ser ele de capacidade inferior ao branco enquanto civilização. Ele não consegue creditar nada de positivo ao negro: é um limitado, fraco em relação ao “espírito criativo” do branco – ele só

⁶⁶¹Idem, p. 153

⁶⁶²Idem, p. 155

⁶⁶³Idem, p. 155

consegue se desenvolver quando “mesclado” com o sangue do branco ou ariano. Desta forma, Vianna pretende mostrar que o negro não tinha a capacidade de se estabelecer enquanto civilização:

*“O poder ascensional dos negros em nosso povo e em nossa história, se é, pois, muito reduzido apesar de sua formidável maioria, não o é apenas pela pequena capacidade eugenística da raça negra, não o é apenas pela ação compressiva dos preconceitos sociais, mas principalmente pela insensibilidade do homem negro a essas solicitações superiores que constituem as forças dominantes da mentalidade do homem branco.”*⁶⁶⁴

Indo mais fundo na sua visão contrária a possibilidade ascensorial dos negros, Oliveira Vianna é bastante categórico:

*“Quando sujeitos à disciplina das senzalas, os senhores os mantêm dentro de certos costumes de moralidade e sociabilidade, que os assimilavam, tanto quanto possível, à raça superior; desde o momento, porém, em que, abolida a escravidão, são entregues, em massa, à sua própria direção, decaem e chegam progressivamente à situação abastardada, em que os vemos hoje.”*⁶⁶⁵

Oliveira Vianna não explica claramente o significado de “disciplina das senzalas”, mas é claro que esta idéia embutia a submissão e a opressão como garantia de normas de conduta. A garantia de seu comportamento “civilizado” estaria vinculada à manutenção de sua opressão.

Já o caso dos índios é similar. Para Vianna, eles não são muito melhores do que os negros; aliás, diz que a possibilidade de ascensão dos índios é de fato inferior à do negro, por serem refratários à civilização e à “arianização”. Neste caso, exemplifica afirmando que ao índio nada seria possível para trazê-los à civilização, citando como exemplo a ordem dos jesuítas, que uma vez extinta levou os índios a voltarem a sua situação anterior, o que demonstrava o “baixo eugenismo” do grupo. O mesmo se dava com o negro, que também pouco teria contribuído para a colonização. Como ele diz, a civilização,

“é obra exclusiva do homem branco. O negro e índio, durante o longo processo

664Idem, p. 156

665Idem, p. 156

da nossa formação social, não dão, como se vê, às classes superiores e dirigentes, que realizam a obra de civilização e construção, nenhum elemento de valor. Um e outro formam uma massa passiva e improgressiva, sobre que trabalha, bem sempre com êxito feliz, a ação modeladora do homem da raça branca”⁶⁶⁶.

Vianna sustenta claramente que os negros e os índios só podem concorrer à civilização quando perdem a sua pureza, cruzando com o branco. Se o negro e o índio não têm a capacidade de ascender socialmente, este papel será confiado ao mestiço – que possuindo sangue do homem branco, poderia fazê-lo

*“Da plebe mestiça, em toda a nossa história, ao sul e ao norte, tem saído, com efeito, poderosas individualidades, de capacidade ascensorial incoercível, com uma ação decisiva no nosso movimento civilizador.”*⁶⁶⁷

Oliveira Vianna critica aqueles que negam valor aos mestiços, dizendo que eles podem ser superiores ou inferiores, retomando aqui a mesma idéia desenvolvida em *Populações meridionais*, onde desenvolveu a teoria sobre mestiços inferiores e superiores. Ele trabalha de uma forma bastante acentuada na questão dos caracteres físicos resultantes dos cruzamentos raciais e como os preconceitos sociais, em resultado da aparência física, impediam o crescimento e o desenvolvimento. No caso do mestiço do branco com o índio, Vianna vê uma possibilidade maior de desenvolvimento, uma vez que têm características físicas do homem branco, tais como o tom da pele e o cabelo liso (sinais de “pureza racial”).

O escritor, aqui, entra em um ponto complicado das suas idéias: se existem preconceitos sociais que podem impedir a ascensão de um grupo, tendo como motivação a questão racial, como ele pode explicar as diferenças raciais enquanto determinantes do ponto de vista biológico? Não seriam mais importantes, dentro da perspectiva do autor, a questão racial sob a influência do preconceito?

Desta forma, ele pensa a questão do mulato, vendo-o como superior ao mameluco:

“Os mulatos superiores estão em situação diversa: a sua capilaridade social

⁶⁶⁶Idem, p. 158

⁶⁶⁷Idem, p. 159

funciona como um sistema de vasos de calibre mais reduzido e de filtração mais apurada. Os preconceitos sociais tem para com eles rigores seletivos de uma meticulosidade exagerada. Eles descendem de uma raça servil, sem nenhuma tradição de nobreza. Os estigmas da raça inferior, aos demais, lhes recaem, em regra, justamente sobre aqueles dois atributos, que aos olhos do povo são os índios mais seguros da bastardia de origem: os cabelos e a cor.”⁶⁶⁸

Vianna mostra claramente um ponto fundamental de seu pensamento: mais do que a limitação biológica, o preconceito social atuava no sentido de impedir o desenvolvimento deste grupo. Mas o autor não chega a fazer uma auto-análise: não seria sua análise das raças motivada pelo mesmo preconceito?

Entre o mameluco e o mulato, Oliveira Vianna qualifica o primeiro como mais bem dotado de moral, de caráter; já o segundo, de inteligência, como ele cita com a fundação de academias superiores no país, onde conseguem exercer o seu potencial e ascender socialmente (porém e o preconceito?)

O escritor depois parte para o estudo de um tema complicado, inclusive para ele: a definição do tipo psicológico do brasileiro. É evidente que, para o autor, a diversidade racial e espacial do povo brasileiro levava a uma dificuldade em seu conhecimento e compreensão:

“se é problema difícil determinar o tipo psicológico do brasileiro, mais difícil ainda é determinar o seu tipo antropológico: cada raça tem a sua caracterização física e cada mestiço, conforme aos sangues que entram na sua composição, reproduz, em combinação harmônica ou desarmônica, os caracteres somáticos mais dominantes dos tipos originários.”⁶⁶⁹

O autor diz que as raças originárias ainda estão muito próximas de suas origens, em particular a negra e a índia - “raças bárbaras”. Porém ele assinala a existência de um processo de clareamento ou arianização da população (o que chamaríamos de “branqueamento”):

“Entretanto, podemos já assinalar, nos movimentos desse caos em elaboração,

⁶⁶⁸Idem, p. 161

⁶⁶⁹Idem, p. 163

uma tendência que cada vez mais se precisa e define: a tendência para a arianização progressiva dos nossos grupos regionais. Isto é, o coeficiente da raça branca eleva-se cada vez mais em nossa população.”⁶⁷⁰

O que ensaísta relata é o processo de branqueamento da população brasileira. Mostrando dados estatísticos, (sem citar a fonte, como de praxe), Vianna procura ilustrar que a população negra estava passando por um grande declínio, como resultado da proibição do tráfico negreiro a partir de 1850 e do aumento da mestiçagem. Já a população branca estava tendo um crescimento maior pelo crescimento natural da população, aliado ao grande fluxo imigratório, em especial para São Paulo:

*“Esse admirável movimento imigratório não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente da massa ariana pura, mas também, cruzando-se e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar, com igual rapidez, o teor ariano do nosso sangue.”*⁶⁷¹

É clara a posição a respeito do processo de branqueamento, em particular com a fusão da população local mestiça com a européia. Vianna fala também, dentro do processo de “arianização” do povo brasileiro, que existiam os fatores resultantes do meio físico e do meio social. O primeiro é apontando como um enigma a ser estudado dentro do contexto da antropologia no Brasil, uma vez que nada se sabia, por exemplo, da fecundidade da população branca no norte do país em contraste com a do sul. O que importava aqui era ilustrar a viabilidade da raça branca no país.

Em conjunto com o processo de branqueamento em decorrência do clima, Vianna cita outro por ele chamado de “seleção social”, que levava a destruição ou redução do negro – o “*homo afer*”:

*“Reconhece que, para esse feito destruidor do H. Afer em nosso meio, colaboram três causas; miséria, vício e castigo. Quer dizer; uma seleção social, uma seleção patológica e uma seleção econômica; ou, mais expressivamente: o açoite, o álcool e a má alimentação.”*⁶⁷²

670Idem, p. 170

671Idem, p. 175

672Idem, p. 179

Esta é a primeira passagem onde Vianna explora – ainda que superficialmente – as condições sociais da população, ilustrando a redução do contingente negro, principalmente a mortalidade infantil que estava relacionada às condições sociais e econômicas por ele enfrentadas. Porém é válido dizer que o autor não expressa quaisquer críticas a esta situação, mostrando-a relacionada à “tendência arianizante” da população brasileira. Assim, as “raças bárbaras” tendiam a se reduzir ou a desaparecer.

Fazendo uma relação entre a mortalidade do negro escravizado com o livre, Vianna diz que a mortalidade, enquanto escravizado, era maior do que a do negro em liberdade:

*“sob este aspecto, pode-se dizer que a lei da abolição, de 1888, concorre para retardar a eliminação do H. Afer em nosso país – porque, não há dúvida que, conservado em escravidão, ele teria desaparecido mais rapidamente.”*⁶⁷³

Oliveira Vianna faz em seguida uma contestação às teorias racistas, uma vez que ele percebia uma contradição gritante que suaviza em sua crítica:

*“Lapouge não havia previsto, como não o havia Le Bon, essas surpresas, realmente desconcertantes, das seleções étnicas operando sob os trópicos, bem as maravilhas do seu funcionamento sob os nossos climas, incomparáveis na sua benignidade para para o homem branco.”*⁶⁷⁴

Era o processo de branqueamento ou arianização, como o autor definia. Chamando Lapouge e Le Bon de “grandes sábios”, ele diz que as suas afirmações sobre a viabilidade do homem branco no Brasil não correspondiam à realidade – e que “*nós temos, sem dúvida e sem a menor irreverência, o direito de sorrir...*”⁶⁷⁵. Indo mais além, Vianna afirma que os “elementos bárbaros”, estão sendo constantemente reduzidos, indo na direção da arianização da população brasileira – o “branqueamento”:

“Esse movimento de arianização, porém, não se limita apenas ao aumento do volume numérico da população branca pura; também as seleções étnicas estão operando, no seio da própria massa mestiça, ao sul e ao norte, a educação do coeficiente dos sangues bárbaros. Isto é, nos nossos grupos

⁶⁷³Idem, p. 182

⁶⁷⁴Idem, pp. 182 e 183

⁶⁷⁵Idem, p. 183

mestiços o quantum de sangue branco cresce cada vez mais, no sentido de um refinamento cada vez mais apurado da raça.”⁶⁷⁶

Ampliando esta questão, Vianna diz que:

*“O cruzamento das raças humanas é um problema de zootécnica, como o cruzamento das raças animais, a bovina, a ovina, o cavalari, ou qualquer outra, as leis que regem este aplicam-se inteiramente ao cruzamento humano.”*⁶⁷⁷

Vianna diz que, ao contrário do que acontece com o gado, os cruzamentos entre as raças humanas não obedece a um critério sistemático, racional, o que leva ao surgimento de mestiços inferiores e superiores – os últimos propenderiam às “raças arianas.”

Desta forma, é bastante claro para o autor que o papel desempenhado pela imigração ariana no Brasil tenha resultado na transformação da população em um país cada vez mais branco, onde tem-se a tendência da eliminação das “raças bárbaras”. A “clarificação” é valorizada por Vianna como um fenômeno necessário e fundamental para o aprimoramento do povo brasileiro:

“Nesse trabalho de refinamento da raça, vemos o branco impor cada vez mais aos tipos mestiços os seus caracteres somáticos bem como os psicológicos. Contudo, os elementos bárbaros, ao se cruzarem com o branco, não perdem inteiramente os seus atributos raciais: certos caracteres há que se conservam, com mais ou menos persistência, nos tipos mestiços mais apurados.”⁶⁷⁸

Neste sentido, Vianna argumentou que os mestiços, embora bastante “clarificados”, ainda possuíam elementos que os relacionavam às “raças inferiores”. Isto era importante, uma vez que o processo de “clarificação” levaria um tempo considerável para surgir efeito.

No caso das seleções sexuais dos brancos, Vianna diz que isto também tem importância no processo de “clarificação”, uma vez que segundo o autor, eles procurariam membros das “raças bárbaras” menos repulsivos e que mais se aproximariam de seus parâmetros. Vale dizer que Vianna mostra aqui uma repulsa pessoal às “raças bárbaras”, em particular à negra, porém ele salienta a predileção dos colonos brancos por mulatas e

⁶⁷⁶Idem, p. 183

⁶⁷⁷Idem, pp. 183 e 184

⁶⁷⁸Idem, p. 186

caboclas:

*“Este, em virtude dessas seleções sexuais, não só se arianiza na cor, como também nos outros atributos físicos, inclusive na beleza. Embora o nosso tipo étnico, oriundo, como é, do cruzamento do ariano com duas raças feias, não posso, por enquanto, nessa fase de elaboração em que está, ostentar um tipo plasticamente perfeito, contudo, nas altas classes urbanas e rurais, e especialmente entre as mulheres, tanto hoje, como no período colonial, apresenta esplêndidos espécimens de beleza incomparável.”*⁶⁷⁹

O tema de raça volta em Oliveira Vianna de uma forma bem mais direta no livro *Raça e assimilação* (1932) onde explora, mais explícita e diretamente, a questão racial. Ele retoma neste livro o debate acerca das teorias raciais e da necessidade de se trabalhar com o problema das raças. Começa criticando os autores que denunciavam as teorias racistas:

*“No esforço pela demonstração da tese igualitarista, estes doutrinadores reacionários se preocuparam em acentuar a nenhuma importância dos estudos da raça. Como todas as raças eram iguais, que valeria estarmos a perder tempo com as pesquisas sobre biologia diferencial das raças? Sobre a questão da mestiçagem das raças? Sobre o problema das raças aptas à civilização e das raças por ventura inaptas à civilização?”*⁶⁸⁰

É importante salientar que neste momento histórico, Vianna já vinha sendo questionado a respeito as teorias raciais por Artur Ramos, Manoel Bomfim e pela própria conjuntura cultural do país, que ficou bastante abalada com a Semana de Arte Moderna de 22, que introduziu uma mudança no pensamento do país. Assim surgiram obras marcantes, tais como *Juca Mulato*, *Macunaíma*, as pinturas de Tarsila do Amaral e Vicente do Rego Monteiro, Lasar Segall e a figura do negro.

É importante ressaltar que a Semana de Arte Moderna buscou encontrar as origens da nossa nacionalidade, valorizando os aspectos da nossa cultura relacionados a nossa identidade enquanto país. Como diz Emilia Viotti da Costa:

“O movimento modernista inaugurado com a Semana de Arte Moderna de

⁶⁷⁹Idem, p. 188

⁶⁸⁰Vianna, Oliveira. *Raça e assimilação*, op cit, p. 12

*1922 representou, de certa forma, no campo das letras e das artes, uma afirmação de brasilidade. O movimento não foi uma cópia do modernismo de Marinetti, nem mera imitação. Foi a manifestação do desejo de fazer da literatura e das artes plásticas uma expressão da nacionalidade.”*⁶⁸¹

Portanto a Semana de Arte Moderna representou mais do que uma expressão cultural: introduziu o modernismo no país. Como assinala Francisco Iglesias:

*“Além de impor novos padrões artísticos, o modernismo, em sua feição profunda, tem uma outra imagem do Brasil e quer vê-lo mudado. Os estudos da chama realidade vão ser atingidos, em processo lento, de pequenos, mas crescentes frutos.”*⁶⁸²

A receptividade às idéias do ensaísta fluminense já não tinha o mesmo apoio que anteriormente. A mentalidade de Vianna – fortemente marcada pela interpretação racial – perdia o sentido frente as idéias modernistas que valorizavam a miscigenação, a mistura de povos e e raças que formava o Brasil.

Talvez por esta razão, Vianna viu a necessidade de se trabalhar com a questão racial neste livro por uma necessidade básica: o Brasil tinha recebido e ainda recebia naquele momento uma leva de imigrantes, predominantemente europeus. Isto gerava uma grande preocupação para ele uma vez que seria necessário criar um política racial para absorver esta população. Defende aqui a peculiaridade da América no que tange à questão das raças, uma vez que, como resultado da mistura racial, a análise das “raças históricas” perdia seu significado original.

A grande diferença de Vianna neste livro em relação aos anteriores é que ele inova utilizando o conceito de etnia, que representaria várias raças, as quais, misturadas entre si, produziam um novo agrupamento humano:

“O que as pesquisas de antropologia verificaram foi que cada um destes grupos nacionais, cada uma dessas etnias era composta de várias raças, isto é, de vários tipos antropológicos, caracterizados por atributos diferenciais,

⁶⁸¹Costa, Emilia Viotti. *op.cit.*, p., 420

⁶⁸²Iglesias, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Op cit, p. 187

*descritiva e antropometricamente determinados”*⁶⁸³.

Assim, não havia uma “raça francesa” ou “inglesa”, mas sim uma etnia que representaria cada população. Vianna critica novamente os pesquisadores contrários aos estudos raciais e diz que existem duas ciências distintas: a psicologia das etnias – que representariam a sociedade, o povo, as relações econômicas, enfim tudo que seria social adicionado a questão racial (biológica) –; e a psicologia das raças, esta sim representativa da questão biológica:

*“O objetivo desta nova ciência são as correlações possivelmente existentes entre este ou aquele tipo morfológico (raça) e este ou aquele tipo de temperamento e de inteligência. É sobre estas bases, dentro destas limitações, que a ciência moderna coloca o problema da psicologia diferencial das raças.”*⁶⁸⁴

Ele separa a noção de psicologia nacional para a idéia de psicologia da raça. Nessa perspectiva, os antigos estudiosos (como Gobineau) sempre erraram neste ponto, confundindo a idéia de raça com a questão nacional – o que entra em contradição com o próprio Vianna, que também defendeu tal relação.

Vianna separa as nações em etnias, mas por outro lado classifica os povos por raças, inclusive com uma qualificação científica: *Homo europeus*, *Homo alpinus*, *Homo afer* que parece, além de forçada, baseada em Lapouge.

O escritor busca enfatizar os estudos raciais e de diferenciação entre os seres humanos, justificando assim a diversidade na inteligência e na mentalidade. Porém, defendendo a diferenciação racial, ele sempre chama as idéias igualitaristas de “preconceituosas” em relação à idéia de que as raças podem ser diferentes não apenas na anatomia, mas principalmente em sua psicologia e no comportamento.

Uma das maiores preocupações de Vianna é de estabelecer qual o grau de mestiçagem de cada componente populacional, tentando, a partir daí, estabelecer o grau e a influência de grupos étnicos ou raciais – tais como os sub-tipos dos brancos e negros, na população brasileira. Ele defende a idéia de que se faz necessário estudar as bases

⁶⁸³Vianna, Oliveira, *op.,cit*, p. 20

⁶⁸⁴Idem, p. 23

científicas das raças para assim definir quais as políticas eugênicas que poderiam ser implantadas no país, adequando as populações “arianas” dentro do território nacional e fazendo uma seleção eugênica das raças que poderiam ser incorporadas ao Brasil.

Neste sentido, o ensaísta defende a discriminação do tipo do imigrante, em razão da sua origem, para assim aplicar as “técnicas” e os conceitos de eugenia na adaptação destes grupos à sociedade brasileira, uma vez que ele via o estrangeiro, mesmo naturalizado, como um “deslocado”, tanto biologicamente, quanto culturalmente:

*“Sob o ponto de vista biológico, o estrangeiro, mesmo naturalizado, é sempre um organismo em crise de adaptação: a sua fisiologia de homem de climas frios tem que operar o seu reajustamento às condições do novo meio tropical. Ora, nem sempre o seu organismo tem a plasticidade bastante para realizar com êxito esta evolução adaptativa.”*⁶⁸⁵

Da mesma forma, Vianna qualifica os descendentes de imigrantes como sendo também organismos em adaptação, embora melhores que os seus ancestrais na adaptação ao meio, mas ainda “deslocados” se comparados ao nativo.

Oliveira Vianna faz um longo estudo das raças que migraram para São Paulo e para o Rio Grande do Sul, para mostrar este processo de adaptação nos dois estados, tentando “pontuar” o grau de possível de assimilação. Porém, como ele mesmo conclui, depois de um longo estudo estatístico, os dados são insuficientes para se chegar a um ponto final e conclusivo.

Vale a pena, porém, lembrar a preocupação com a colonização alemã, como fica salientado em sua citação de Sílvio Romero, onde este esboçava uma grande preocupação a este respeito. Ele salienta que a falta de maior rigor nas pesquisas estatísticas, impossibilitava um maior conhecimento dos problemas reais. Já sobre a colonização japonesa ele também é muito crítico, dizendo que a assimilação do japonês era quase impossível de ser feita, uma vez que ele seria incapaz de se deixar absorver pelo restante da sociedade:

“O japonês é como o enxofre: insolúvel. É este justamente o ponto mais delicado do seu problema migratório, aqui como em qualquer outro ponto do

⁶⁸⁵Idem, p. 99

globo”.⁶⁸⁶

Existe uma crítica de Vianna à idéia do preconceito da mestiçagem, que acometeria o povo brasileiro. Primeiramente, ele diz que existem duas classes de mestiços: os arianizados, que possuem uma quantidade de sangue branco e se dissimula entre eles, com o título de “moreno”, e a classe geral dos mestiços, a “plebe pululante dos jecas inumeráveis que puxam a enxada e os trabalhos servis”, mas como ele salienta, quando existem “doutores” ou “coronéis” se enquadrando nesta última categoria, eles são chamados de “morenos”. É uma mudança no conceito estabelecido anteriormente, onde Vianna trabalhava com a idéia de mestiços superiores e inferiores. Ele denuncia que este preconceitos de raça tem atrapalhado, mesmo entre os cientistas mais honestos, uma maior pesquisa sobre os grupos étnicos da população. Na mentalidade do autor, a palavra “preconceito” não se aplica a formas discriminatórias a respeito do negro ou da raça; para ele, isto se dá em razão do fato de vários intelectuais não se interessarem por estudar a raça da mesma forma que ele.

Neste sentido ele faz grandes críticas a autores brasileiros que em seu tempo já criticavam suas idéias, tais como Roquette Pinto e Artur Ramos – em particular este último. Ele responde a crítica feita por Artur Ramos que o acusava de se apoiar na “ciência do século passado”, o que caracterizava as suas conclusões como falsas. Vianna rechaça Ramos, ao dizer que isto não é verdadeiro, uma vez que

*“este volume mesmo serve para mostrar que não me conservo alheio ao movimento das idéias sobre este assunto, estando inteiramente em dia com as conclusões mais recentes da investigação científica neste domínio.”*⁶⁸⁷

Não reconhecendo a críticas, Vianna diz que:

*“Quanto à falsidade das minhas conclusões, é um ponto discutível. O prof. Artur Ramos é dos que acreditam que o negro possui as mesmas capacidades dos tipos brancos. Eu não contesto; mas aceito a sua conclusão com as restrições que estabeleci.”*⁶⁸⁸

⁶⁸⁶Idem, p. 155

⁶⁸⁷Idem, p. 198

⁶⁸⁸Idem, p. 198

A tese de Vianna é de que os negros são incapazes, biologicamente, de produzirem uma civilização. Todas as civilizações africanas seriam na realidade um produto das populações árabes ou berberes, que teriam se misturado com elas. Assim, ele, de certa forma, valoriza o mestiço, ao dizer que o mouro é o mestiço do árabe com o negro (com uma quantidade menor de sangue deste), o que facilitaria seu desenvolvimento.

Para Oliveira Vianna, todos os sucessos atribuídos aos negros são na realidade frutos de povos “negróides”, ou mestiços com outros povos “superiores”, apresentando-se sempre subordinados aos povos de raça branca:

*“A conclusão a tirar é que, até agora, a civilização tem sido apanágio de outras raças que não a raça negra, e que, para que os negros possam exercer um papel civilizador qualquer, faz-se preciso que eles se caldeiem com outras raças, especialmente com as raças arianas ou semitas. Isto é: que percam a sua pureza.”*⁶⁸⁹

A conclusão de Vianna para o povo negro é apocalíptica: sua existência é comprometedora para o futuro da sociedade brasileira. Esta opinião dura se tornou bastante marcante no pensamento sociológico do autor, uma vez que carrega uma gama muito forte de preconceitos raciais.

Artur Ramos foi um dos analistas que mais questionaram Oliveira Vianna. Oriundo da “escola Nina Rodrigues”, Ramos era um dos maiores críticos das teorias raciais que predominavam no Brasil naquela época. Vivendo no mesmo período em que Vianna, é óbvio que as suas idéias iriam entrar em choque. Ramos comenta sobre o desprezo de Vianna em relação ao mestiço ao dizer que

*“de um modo geral, porém, para Oliveira Vianna, nenhum mestiço presta, seja ele tipo cruzado do índio, seja do negro.”*⁶⁹⁰

Depois de fazer várias citações de *Populações Meridionais*, Ramos mostra que o racismo defendido por Vianna era mais acentuado do que nos outros escritores estudados:

“É, como se vê, um racismo da pior espécie. Será interessante verificar se teses tão pessimistas e anti-científicas como essas, serão repetidas na obra ulterior

⁶⁸⁹Idem, p. 206

⁶⁹⁰Ramos, Artur., *op cit*, p. 424

do autor.”⁶⁹¹

Ramos mostra também como Vianna fazia uma confusão entre elementos antropológicos – tais como a cor da pele e dos cabelos –, portanto biológicos, com elementos sociológicos e culturais. O autor menciona outras passagem onde Oliveira Vianna explora a mestiçagem aliada à idéia de clarificação do mestiço, no sentido arianizante da palavra. Artur Ramos mostra como Vianna entrava em contradição com a utilização destes e de “leis antropológicas”, que regulamentariam todo o processo de mestiçagem. Assim, contesta todas as observações de Vianna, principalmente na forma como o ensaísta fluminense qualificava o mestiço e o negro.

O autor se questiona se Vianna teria mantido esta doutrina em suas obras posteriores. Para responder, ele menciona o prólogo da 4ª edição de *Populações meridionais*, onde Vianna afirma que podia haver erros, porém elas adquiriram “esplêndida e integral consagração”, auto-elogiando e valorização de seu pensamento. A crítica de Ramos é contundente:

*“Isso foi escrito em 1938, época do apogeu do nazi-fascismo no plano internacional e do estado-novismo no plano nacional. Houve, portanto, coerência nas afirmações do autor, suas idéias não tinham significado científico, porém político. Sua sociologia e sua antropologia seriam portanto um seguimento lógico desta antro-po-sociologia para-científica que veio do aristocracismo de Gobineau até o racismo de Rosenberg.”*⁶⁹²

Sobre a obra *“Evolução do povo brasileiro”*, o tom crítico de Ramos é ainda mais forte, fazendo um ataque à visão estereotipada do mestiço - separado em “superiores” e “inferiores” - e às idéias de “arianização”. Assim, Ramos assinala diversas contradições na produção de Vianna, como o argumento de que os mestiços não possuem a pureza das raças formadoras, mas que somente com o cruzamento com as raças superiores poderiam concorrer para a obra da civilização:

“Tudo isso denota dois erros graves de método. Em primeiro lugar, a confusão, tantas vezes assinalada, entre raça e cultura, o que conduz a incorretas

691Idem, p. 425

692Idem, p. 430

*interpretações dos dados estatísticos e históricos. Em segundo lugar, o desconhecimento por parte do autor, dos problemas de antropologia física, heredologia e sua aplicação ao homem.”*⁶⁹³

Um outro autor contemporâneo de Oliveira Vianna, que também lhe fez grandes críticas, foi Manoel Bomfim. Bomfim, que desde 1905 já combatia as teorias raciais (e por isso foi atacado principalmente por Sílvio Romero, como já explicado anteriormente), via em Oliveira Vianna uma reprodução das teorias raciais, que ele denunciava com a publicação de *A América Latina – males de origem*, de 1905. Em outra obra, *O Brasil na América*, de 1926, já contemporânea de Vianna, Bomfim faz a sua crítica:

*“Todos esses preconceitos de inferioridades raciais se encontram no sr. Oliveira Vianna, sob a responsabilidade do governo do Brasil.”*⁶⁹⁴

Fazendo uma crítica severa a Oliveira Vianna, Bomfim denuncia o racismo e a idéia de inferioridade do negro e do índio, enfatizando o discurso de Vianna e criticando, de uma forma acentuada, a imagem que ele fazia de negros, mestiços e índios.

Indo mais além, Bomfim critica as fontes das idéias racistas de Vianna:

*“Aliás, tudo se explica, porque o sr. Oliveira Vianna se enfarta na antropologia dos Lapouge e Le Bon, e esse Lapouge é que, reproduzindo Person, garante que sem dúvida, dentro de um século o Brasil constituirá um imenso estado negro, a menos que não volte à barbaria. Le Bon, com o reforçar Lapouge, é que teve todas aquelas injúrias para a nações latino-americanas.”*⁶⁹⁵

Um outro autor contemporâneo de Oliveira Vianna que percebia o exagero de suas posições sobre raça foi Gilberto Freyre, que via em Vianna um abuso na afirmação da colonização pelo dólico-louros e também na mentalidade arianista e contrária ao negro.⁶⁹⁶

Um ponto bastante típico de Oliveira Vianna era o de não reconhecer os erros das suas obras, nem mesmo em edições futuras. Mesmo as críticas que lhe eram feitas ele não as considerava ou pelo menos não demonstrava interesse aceita-las, mesmo quando se

⁶⁹³Idem, p. 432

⁶⁹⁴Bomfim, Manoel. *O Brasil na América*. RJ, Topbooks, 1996, p. 193

⁶⁹⁵Idem, p. 193

⁶⁹⁶Freyre, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*, op.cit, p. 306

tratava de pontos bastante polêmicos de seus trabalhos.

No posfácio do primeiro volume de *Populações Meridionais*, ele diz que:

*“Nestas críticas, há um trabalho paciente, nem sempre leal e bem intencionado, de caçadores de miudezas, de espiolhadores de nugas e erros de revisão: justamente por isso, não vale a pena perder um minuto com eles e com elas.”*⁶⁹⁷

Muito se tem debatido se Vianna, a partir de 1933, teria abandonado as teorias raciais. Em parte isto se deveria às críticas (que, como vimos, em nada influenciavam o autor), à conjuntura política, à ascensão do nazismo na Europa e também ao surgimento de outros autores, tais como o já mencionado Gilberto Freyre, que, com *Casa Grande & Senzala*, abriu uma outra perspectiva na análise racial brasileira, adotando um modelo culturalista, no qual perdia-se o valor das raças para a cultura.

Mário de Andrade, por exemplo, trabalha com esta linha na interpretação que faz da cultura brasileira. De fato, ele ilustra que a música brasileira é na realidade o produto de uma fusão cultural, não lhe interessando saber se éramos brancos ou africanos, o importante é a formação da cultura brasileira (percebe-se aqui uma forte influência de Sílvio Romero).

A “raça” brasileira estava se formando, tendo-se como base o mestiço -

*“a nação brasileira é anterior a nossa raça. A própria música popular da Monarquia não apresenta uma fusão satisfatória. Os elementos que a vinham formando se lembravam das bandas do além, muito puros ainda. Eram portugueses e africanos, ainda não eram brasileiros não.”*⁶⁹⁸

Falando sobre o nordestino, ele diz que:

*“Além de possuírem pois a originalidade que os diferencia dos estranhos, possuem a totalidade racial e são todos patrícios. A Música popular brasileira é a mais completa, mais totalmente nacional, mais forte criação da nossa raça até agora.”*⁶⁹⁹

⁶⁹⁷Vianna, Oliveira, *Populações Meridionais do Brasil*, op cit, p. 281

⁶⁹⁸Andrade, Mario. *Ensaio sobre a música brasileira*, São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1962, p. 13

⁶⁹⁹Idem, p. 24

Voltando a Oliveira Vianna, o fato é que ele não conseguiu superar as teorias racistas, mesmo num período onde elas apareceram em sua forma mais virulenta, isto é, na Alemanha nazista, que tanto preconizava o ariano. Vianna jamais corrigiu as obras e nem mesmo fez algum adendo retificando suas posições anteriores.

Alguns dos seus artigos, publicados nos anos 40, demonstravam uma tentativa de fazer uma superação das teorias racistas. No artigo *“Duas concepções do Estado”*, publicado pelo jornal *“A manhã”* de 26/02/1943, ele criticava o modelo de Estado Nazista, que baseava a sua ideologia no modelo de Estado territorial e da raça, da qual Vianna discordava prontamente. Quando da guerra, tomou uma postura anti-nazista e principalmente contrária a associação entre Estado e “raça”:

*“Em toda a parte do mundo, onde dominam outros tipos de Estado, que repousam sobre uma concepção territorial, e não racial, da soberania, estas porções das respectivas populações desbordadas do território do Estado, ficam submetidas à soberania dos Estados em que ingressam e são consideradas estrangeiras, como imigrantes, “residentes” ou “colonos”, com mais ou menos direitos. No tipo de Estado, como o nazista, baseado na concepção racial, estas porções transbordadas continuam a ser consideradas – e nem podiam deixar de sê-lo – partes integrantes do povo alemão; portanto, pertencendo ao Reich e conseqüentemente, devendo permanecer sujeitos à sua soberania.”*⁷⁰⁰

Apesar disso, Vianna ainda não tinha conseguido superar as teorias raciais, mesmo após a Segunda Guerra Mundial. De fato, como ele diz em *Instituições Políticas Brasileiras, de 1949*, a questão racial ainda era importante, só que agora agregada a novos valores:

*“Em vez de uma causa única – meio só (Buckle) – ou raça só (Lapouge), ou cultura só (Spengler, Frobenius, Boas) – a ciência confessa que tudo se encaminha para uma explicação múltipla, eclética, conciliadora: Raça + Meio+ Cultura. Com eles elementos é que ela está compondo o quadro moderno dos “fatores da Civilização”.*⁷⁰¹

⁷⁰⁰Vianna, Oliveira. *Duas concepções do Estado*. Jornal “A manhã”, 26/02/1943

⁷⁰¹ Idem. *As instituições políticas brasileiras*. RJ, Itatiaia, 1987, p. 59

Em complemento, o escritor diz que para ele existia uma progressão, uma evolução em suas obras desde o surgimento de *Populações Meridionais*, passando por outras, no sentido de investigar a questão racial. Assim, ele promete uma série de novos textos sobre a raça, tais como *Raça e seleções étnicas*; *raça e seleções telúricas*, *mobilidade e antropologia das elites*. Esta coleção jamais foi publicada e provavelmente Vianna nem chegou a escrevê-la.

Se a questão cultural aparece em Vianna neste momento, isto acontece em função do meio onde vive, que não aceita mais a aplicação das teorias racistas. Assim, ele aprende a adaptar estas teorias para sua nova realidade, na qual ele vê a necessidade de vincular o conceito de raça com o conceito de cultura. Mas sem conseguir, de fato, superá-la.

No final da sua vida, Vianna não se rendeu à crítica contrária às teorias raciais; foi derrotado por elas.

2 – O Brasil real e o idealizado: a formação da aristocracia rural

Um dos maiores questionamentos de Oliveira Vianna, e que de fato o orientou ao longo de sua trajetória intelectual, era a crítica que fazia ao fosso entre o país idealizado e o país real. Para ele, existia um outro país que não era mencionado, fora das ideologias ou das “idealizações” a respeito da nossa realidade: a visão que tínhamos da realidade era marcada por idealismos oriundos do estrangeiro; o mais importante seria recontarmos a história brasileira longe destes idealismos, procurando ilustrá-la com nossos próprios valores. O Brasil deveria ser retratado pelo que é, não por aquilo que deveria ser.

É com base nesta crítica que Vianna construiu uma história brasileira de um ponto de vista bastante diferente e nacionalista. Ele mesmo não conseguiu fugir dos idealismos que tanto criticou, em particular em relação à questão racial. Mas mesmo assim a *perspectiva histórica*, adotada por ele, buscava encontrar este ponto: o de contar como o Brasil era de fato, e não o idealizado pelas elites, em particular a urbana, que o pensador via como desinteressada pelo próprio país.

Para recontar a história brasileira, Vianna começa narrando a partir de uma nova

numeração temporal, do século I ao IV. Esta perspectiva dá uma nova dinâmica a seu pensamento, que adquire um sentido nacional – é a nossa história, o nosso tempo e não o do estrangeiro.

Aliado a isto, e de forma ainda mais presente, existe em Oliveira Vianna a perspectiva do mundo rural, que é onde o Brasil teria de fato surgido e se formado, compondo a massa da população brasileira e ainda mais, representando nossa evolução social e psicologia coletiva.

Vianna também diz que limita as suas investigações às populações rurais, uma vez que estas representam a nossa nacionalidade:

*“silenciosa, obscura, subterrânea, a sua influência hoje, é, no passado, principalmente nos três primeiros séculos, poderosa, incontestável, decisiva”*⁷⁰²

Em *Populações meridionais*, ele define sua perspectiva histórica como indo até 1888, quando da abolição da escravatura, vista pelo autor de uma forma negativa:

*“Daí em diante, depois da abolição do trabalho servil em 88, o nosso povo entra numa fase de desorganização profunda e geral, sem paralelo em toda a sua história. Todas as diretrizes da nossa evolução coletiva se acham, desde esta data, completamente quebradas e desviadas. Uma série de fenômenos e epifenômenos, que se entrecruzam e embaralham prodigiosamente torna impossível enquadrar a evolução republicana nas linhas que emolduram a evolução nacional até 88. O período republicano, perturbadíssimo por crises sociais, econômicas e políticas dá maior relevância, exige um estudo à parte, minucioso, preciso, complexo, capaz de permitir uma síntese segura da evolução brasileira nestes últimos decênios.”*⁷⁰³

Em seguida o autor faz uma crítica bastante severa da elite brasileira, que no seu entender manipulou e tentou ver o Brasil de forma artificial, criando um imaginário do país que se confundia com a Europa. Desde a independência, seguindo o autor, temos vivido um período onde se imaginam e se criam leis, organizações e instituições que não se enquadram na realidade nacional:

⁷⁰²Vianna, Oliveira,. *As populações meridionais do Brasil*. op.cit., p. 18

⁷⁰³Idem, pp. 18 e 19

*“Há um século estamos sendo como os fumadores de ópio, no meio de raças ativas, audazes e progressivas. Há um século estamos vivendo de sonhos e ficções. No meio de povos práticos e objetivos. Há um século estamos cultivando a política de devaneio e da ilusão diante de homens de ação e de preza, que, por toda parte, em todas as regiões do globo, vão plantando, pela paz ou pela força, os padrões da sua soberania.”*⁷⁰⁴

Defende então como “salvação”, uma mudança de métodos - seja na educação, na política, na legislação, no governo, mas para isto, Vianna diz que necessitamos conhecer “nosso povo”, sua composição, sua estrutura, seu caráter, sua mentalidade. Só assim poderíamos saber qual o melhor “remédio”, para a correção dos problemas.

A perspectiva de Oliveira Vianna é retratar a história brasileira, conhecer o seu passado para atuar em seu presente. Sua crítica ganha uma dimensão nacionalista, mas também de crítica ao presente. Indo neste sentido, ele reescreve a história brasileira se formando a partir do campo e não das cidades. Mais importante ainda, Vianna procura ilustrar a história – ou evolução - do país, tomando um ponto de vista onde não existiriam conflitos. O Brasil teria sido um país que se formou naturalmente, sem traumas ou guerras.

Ele toma como partida a formação da aristocracia rural – esta vista como sendo tipicamente brasileira, em São Paulo e em Pernambuco, duas das principais áreas da colônia.

Gilgo Marçal Brandão, sinaliza outros pontos importantes na metodologia utilizada por Vianna, em particular na preocupação em não reconstruir a história ou a sociedade do centro-sul de uma forma integral, mas principalmente na formação da população rural nesta região – a plebe, a aristocracia rural e as suas interligações:

*“Oliveira Vianna trata de estabelecer as principais características da ruralização, isto é, do processo de internalização, adaptação, seleção e criação de novos comportamentos, hábitos e normas a que a conquista do trópico a obrigou.”*⁷⁰⁵

⁷⁰⁴Idem, p. 21

⁷⁰⁵Brandão, Gilgo Marçal. “As populações meridionais do Brasil”, in *Introdução ao Brasil – vol 2. - um banquete no trópico*. SP, SENAC, 2000, p. 313

O retrato que ele desenha da aristocracia é fantasioso. Oliveira Vianna imaginava uma aristocracia rural em formação e os bandeirantes como sendo de um grande nobreza européia que, vindo ao Brasil, reproduziria a mesma nobreza e os mesmos hábitos.

Antônio Cândido observa sobre a forma “fantasiosa” com que Vianna estabelecia a estratificação social no Brasil colonial:

*“no terreno da pura fantasia, estabelece para a colônia uma estratificação social em que os senhores rurais de origem germânica ou céltica ocupam o pináculo, os morenos algarvios ou alentejanos o degrau médio, os mestiços e homens de cor a plebe rural.”*⁷⁰⁶

Vianna faz um imaginário destas aristocracias como sendo a de uma nobreza transplantada para a América, como um centro de civilização contra a barbárie:

*“Dir-se-ia um recanto de corte européia transplantada para o meio da selvageria americana. Tamanhas as galas e as louçarias da sociedade, o seu maravilhoso luxo, o seu fausto espantoso, as graças e os requintes do bom-tom e da elegância.”*⁷⁰⁷

Já sobre a aristocracia do sul formada (neste caso, São Paulo), o escritor diz que ela vivia nesta mesma suntuosidade:

*“Os homens, que a formam, vêm da mesma estirpe étnica e trazem a mesma civilização social e moral. Como os de Pernambuco, os representantes da nobreza paulista são altamente instruídos e cultos. Nas suas relações sociais e domésticas, o tratamento que mantêm é perfeitamente fidalgo”.*⁷⁰⁸

A partir daí, Oliveira Vianna exagera e muito a sua descrição da “nobreza” paulista, elencando situações e dados que não existiram, como bibliotecas, e a fortuna na qual ele dizia que vivia Guilherme de Pompeu, como banquetes e hóspedes (chega a dizer que tinha mais de 100 camas).

“Pela elevação dos sentimentos, pela hombridade, pela altivez, pela

⁷⁰⁶Cândido, Antônio. “A sociologia no Brasil”. In *Revista tempo social – revista de sociologia da USP*, v. 18, nº 1, 206, p. 281

⁷⁰⁷Vianna, Oliveira. op.cit, p. 23

⁷⁰⁸Idem, p. 25

*dignidade, mesmo pelo fausto e fortuna que ostentam, esses aristocratas, paulistas ou pernambucanos, mostram-se muito superiores à nobreza da própria metrópole. Não são eles somente homens de cabedais, com hábitos de sociabilidade e de luxo; são também espíritos do melhor quilate intelectual e da melhor cultura”.*⁷⁰⁹

Depois, Vianna faz uma comparação entre esta aristocracia com a resticidade dos desbravadores (bandeirantes). A esta aparente contradição, Vianna explica que *“explica-se, porém, a sua aparição aqui pelo acidente da presença na região a colonizar, de um escol considerável de figaldos de sangue, descendentes autênticos dos mais notáveis e ilustres casas da Península.”*⁷¹⁰

Da mesma forma, Vianna descreve a corte européia como tendo passado por uma transformação, saindo de um período mais rude e primitivo e passando ao luxo e ao fausto. São os membros desta corte que, segundo Vianna, migraram para o Brasil trazendo assim uma gama de novos valores, vinculados ao luxo e às riquezas.

Esta afirmação de Vianna não possui quaisquer base documental ou comprovatória, mostrando-se, além de forçada, gratuita e sem qualquer fundamento. O autor aqui procurou utilizar a sua imaginação em conjunto com a teoria, como uma forma de justificá-la e não buscar, de forma empírica, compreender o passado.

Na sua própria época, estas afirmações de Vianna já perderam todo o sentido, como demonstrou Alcântara Machado, em *Vida e Morte do bandeirante*, que trabalhando com os inventários dos bandeirantes, pode descrever uma São Paulo bem diferente daquela de Vianna.

Aliás, Alcântara Machado faz uma crítica bastante incisiva a Vianna nesta obra:

“Dos vinte e sete volumes publicados, onde se transladam cerca de quatrocentos e cinquenta processos, nada transparece em abono daquela página arroubada, em que Oliveira Vianna empresta à sociedade paulista dos dois séculos primeiros o luzimento e o donaire de um salão de Versalhes engastado na bruteza da floresta virgem: homens muitos grossos e haveres e

⁷⁰⁹Idem, p. 27

⁷¹⁰Idem, p. 27

muito finos de maneiras, opulentos e cultos, vivendo à lei da nobreza numa atmosfera de elegância e fausto.”⁷¹¹

E complementa ele diz sobre a descrição de Vianna que “*em São Paulo só a fantasia delirante de um deus seria capaz desse disparate esplêndido.*”⁷¹²

É interessante esta descrição feita por Machado sobre a cidade de São Paulo, do século XVII:

“As míseras choupanas de que se compõem inicialmente o povoado vão sucedendo as construções de taipa, com exuberantes beirais e rótulas nas portas e janelas, à moda mourisca. As cobertas primitivas de palhas aguariana ou sapé cedem lugar aos telhados.”⁷¹³

Portanto a análise de Vianna carece de qualquer fundamento, baseando-se somente na suas teorias e imaginação. Dentro do seu quadro especulativo e imaginário, Oliveira Vianna, estabelece portanto uma contradição porque estes membros (fidalgos) da corte são essencialmente urbanos, enquanto no Brasil se estabelecia uma sociedade tipicamente rural, marcada pelos latifundiários.

O autor estabelece um conflito entre as classes no período colonial, uma sendo a de origem européia e a outra de origem nativa. O confronto entre as duas resultou na formação de uma camada dos latifundiários de origem fidalga e na camada de latifundiários de origem plebéia. A primeira era composta portanto pela elite, que exercia os cargos na colônia e tinha hábitos aristocráticos; já a segunda era composta por lavradores, plebeus que perderam terras e foram se fixando no país, se tornando assim parte do mesmo, se tornando abastada com o passar dos anos e dona de engenhos e escravos.

*“Do III século em diante é visível a ascensão dessa camada, que acaba, por fim, por submergir a primeira – e absorvê-la”.*⁷¹⁴

Astrojildo Pereira, em uma das primeiras críticas feitas a Oliveira Vianna, dizia que, de fato, existiam lutas de classes no Brasil colonial, como as mencionadas por Vianna,

⁷¹¹Machado, Alcantara, *Vida e morte do bandeirante*. op. cit, p. 37

⁷¹²Idem, p. 37

⁷¹³Idem, p. 54

⁷¹⁴Vianna, Oliveira, *op.cit.*, p. 29

e mesmo no interior destas classes, surgindo contradições, sub-divisões, categorias e grupos antagônicos. Esses conflitos também aparecem, segundo ele, nos enfrentamentos entre os latifundiários de origem fidalga e os de origem plebéia, entre a aristocracia rural e os representantes da metrópole e nos conflitos entre os caudilhos locais e até na guerra dos “emboabas”:

*“Em todos esse conflitos entre classes, sub-classes e categoriais sociais registrados, apesar de tudo nas páginas das Populações Meridionais, o que se vê, como objetivo final, é sempre a luta contra o poder ou pelo poder – o que significa, precisamente a forma aguda da luta de classes.”*⁷¹⁵

Vianna diz que nos primeiros anos se estabelece uma tendência européia de concentração urbana na colonização, mas depois, em decorrência de necessidades econômicas, surgiu o estabelecimento de uma economia marcadamente agrícola e rural.

Oliveira Vianna trabalha muito mal não apenas a documentação histórica, mas também – e mais grave ainda - os períodos históricos. Ele mistura fases – quando não séculos – do período colonial, o que prejudica o conhecimento histórico do período analisado e confunde o leitor, caindo sempre em anacronismos. Isto sem levar em conta que inventa situações e passagens para ilustrar uma história imaginária, onde criava situações que além de serem impossíveis de provar eram notoriamente uma invenção para ilustrar a “potência” e o “vigor” da “nobreza colonial”.

É nestas passagens que o autor entra em contradição com sua perspectiva do país “real” e o “idealizado”. Na busca de conhecer o país “real”, Vianna, tão indiferente à utilização de pesquisas em arquivos ou mesmo em fontes primárias, dedicando-se mais às teorias, acabava idealizando o seu país “real”, produzindo assim fantasias sobre a história brasileira, para ajustar os fatos e eventos as suas teorias.

O escritor estabelece que com a imigração da nobreza colonial para o interior, operou-se uma passagem, na qual se processou a interiorização da colonização e o vínculo cada vez maior com a terra. Ele ilustra este pensamento quando diz que ao final da febre de mineração, as cidades envolvidas no auge deste período decaem e a população migra para o mundo rural.

715Pereira, Astrojildo. *Interpretações*. RJ, Editora da casa do estudante do Brasil, 1944, p. 173

No esquema desenvolvido por Vianna, vem à tona a idéia de Gobineau da existência de uma aristocracia francesa – rica e “pura de sangue” - contra uma plebe miscigenada. Na realidade, a criação, por Vianna, de duas classes latifundiárias tinha por objetivo o de reproduzir as idéias já aventadas por Gobineau. É fácil se perceber aqui como as teorias racistas acabavam muitas vezes comprometendo a perspectiva de Vianna, que buscava, mesmo mudando a história, adaptá-la à perspectiva das teorias raciais.

Ampliando esta análise, é fácil perceber que não era apenas a raça que estava em jogo, mas também um conflito de classes, da aristocracia contra a plebe, da garantia do poder na mãos desta aristocracia. Assim sendo a manipulação da história tinha o objetivo de garantir a ordem social, a manutenção do status quo, uma vez que justificava o poder exercido pela elite sobre a população “racialmente inferior”.

Em *Evolução do povo brasileiro*, ele chegou a fazer afirmações controvertidas sobre a origem do bandeirante, dizendo que ele um dólico-louro, por sua força e seu caráter empreendedor. Estas afirmações, bem como a da própria riqueza da aristocracia, principalmente em São Paulo, foram desmentidas conforme exposto anteriormente, na obra de Alcântara Machado, que inclusive ilustrava o fato do bandeirante ser mestiço do branco com o índio e não o dólico louro *idealizado* por Vianna.

Ele estabelece ainda que na formação do povo brasileiro, o que se percebe é a formação do meio rural como dominante, como o próprio sentido da nação. Assim, ele diz que no IV século,

“Com efeito, ao alvorecer do IV século, o sentimento da vida rural está perfeitamente fixado na psicologia da sociedade brasileira: a vida dos campos, a residência nas fazendas, a freição do seu bucolismo e a da sua tranqüilidade se torna uma predileção dominante da coletividades. Todas as pessoas capazes de posição procuram preferencialmente a “roça”.⁷¹⁶

Noutro ponto ele declarou que

“O objeto das preferências sociais não é mais, como no I ou no II séculos, o luxo das sedas e dos salões, é já o domínio rural com os seus gados, os seus

⁷¹⁶Vianna, Oliveira, *Populações meridionais do Brasil. Op cit*, p. 34

canaviais, os seus cafezais, os seus engenhos, a sua escravaria numerosa.”⁷¹⁷

Desta forma, ele definia que:

*“Daí o traço fundamental da nossa psicologia nacional. Isto é, pelos costumes, pelas maneiras, em suma, pela feição mais íntima do seu caráter, o brasileiro é sempre, sempre se revela, sempre se afirma um homem do campo, à maneira antiga. O instinto urbano não está na sua índole; nem as maneiras e os hábitos urbanos.”*⁷¹⁸

Vianna chega a fazer uma comparação entre a vocação rural do brasileiro com a do saxão, por exemplo, acentuando aí a inferioridade do primeiro frente a este, mas ainda assim superior ao do romano. O autor aqui enaltece a importância, na comparação ao saxão – isto é a colonização norte-americana –, a razão do nosso atraso no que tange ao desenvolvimento.

O tipo rural, ou seja, a aristocracia rural que tomando o país se torna a “nobreza rural”, tomando o poder do no país: Vianna lembra que esta nobreza, apesar de seu poder, se mantém afastado do poder político, que era exercido com exclusividade pela coroa portuguesa. Foi com a transferência da Família Real que esta situação mudou. Depois do chegada da mesma, é este o grupo que se mantém próximo ao poder, a chamada “Versalhes tropical”. O estabelecimento da corte “tropical” veio a favorecer esta classe a se assentar no poder.

Oliveira Vianna comenta sobre o surgimento, no período de 1808 à 1822, de três classes sociais na colônia: uma composta pelos fazendeiros (aristocracia rural) brasileiros, outra urbana, composta pelos elementos urbanos surgidos com a presença da família real e a terceira classe, esta composta de fidalgos e “parasitas lusos”, burocratas, pensionistas, que viviam na corte do rei.

Segundo tal análise, estas três classes viviam um conflito durante o período, buscando ganhar o apoio do rei. Na realidade, Vianna estabelece um quadro onde o choque das classes nacionais com a de origem portuguesa se torna inevitável. Um exemplo disso é quando diz que

⁷¹⁷Idem, p. 36

⁷¹⁸Idem, p. 36

*“já não lhes bastam as simples distinções, as honrarias, os crachás, os títulos; vão além; querem mais do que esses platonismos vistos. Querem também governar, co-participar dos negócios público, administrar este país, que fundaram, e que é seu.”*⁷¹⁹

Assim, é esta classe que exercendo influência e poder, vai tomando o poder político aos poucos e se tornando a classe dominante do país. O autor sustenta que a corte vai migrando dos elementos lusitanos para os brasileiros e que a aristocracia rural acaba por dominar o país, o embate desta com a burguesia comercial também se dá, uma vez que esta também era vinculada a elementos portugueses. Portanto, a vitória da aristocracia é sobre a nobreza portuguesa (ou os elementos portugueses) e sobre a burguesia comercial que *“contudo não resiste ao embate – e, ou rende-se, ou é repelida”*⁷²⁰.

*“Síntese: derrota do elemento estrangeiro, representado no fidalgo adventício ou no luso comerciante; triunfo completo do elemento nacional, representado principalmente na alta nobreza fazendeira.”*⁷²¹

E definia assim a ascensão do poder da aristocracia:

*“Este triunfo é, aliás, perfeitamente lógico. É essa massa de grandes proprietários rurais que forma a única classe realmente superior do país, aquela em que se encontra a maior soma de autoridade social. Os próprios elementos intelectuais e existentes, representados nas altas profissões liberais, vinculam-se estreitamente a ela, ou dela provem diretamente.”*⁷²²

E concluindo este raciocínio, ele diz que:

“É esta a sua última função em nossa história. Dela parte o movimento pastoril e agrícola do I século. Dela parte o movimento sertanista do II século. Dela parte o movimento minerador do III século. Nela se apóia o movimento político da Independência e da fundação do Império. Centro de polarização de todas as classes sociais do país, a sua entrada no cenário da alta política

⁷¹⁹Idem, p. 43

⁷²⁰Idem, p. 45

⁷²¹Idem, p. 45

⁷²²Idem, p. 45

nacional é o maior acontecimento do IV século.”⁷²³

É a partir deste ponto que Vianna vai fazer um trabalho sobre a formação da psicologia do mundo rural. Se este mundo rural é o Brasil “real”, como ele diz, a compreensão do mesmo é de fundamental importância para se compreender o que é de fato o Brasil.

A aristocracia rural é o seu foco principal de análise, uma vez que

“nos seus sentimentos e volições, nas suas tendências e aspirações, ela reflete a alma peninsular nas suas qualidades mais instintivas e estruturais. São realmente essas qualidades que formam ainda hoje o melhor do nosso caráter.” ⁷²⁴

Este caráter, para o autor, se manteve íntegro até 1888, uma vez que a abolição destruiu o caráter desta aristocracia. Vianna via na aristocracia uma raça à parte, “superior” às camadas plebéias que, misturadas com “sangues bárbaros”, lhe comprometiam a moralidade. A integridade da aristocracia rural é garantida pelos preconceitos raciais.

A sociedade rural, nessa perspectiva, era composta por duas classes: a aristocracia rural e a plebe. Ele descreve esta aristocracia como um patriarcado de “homens bons”, que se formou através da implantação de clãs rurais. Já a plebe era composta por todos os elementos “livres” que correspondiam à população rural pobre, mestiça, que vivia em torno da aristocracia. Vianna diz que os grandes fazendeiros no Brasil aparecem na história como chefes de clã. Este é mais defensivo do que agressivo, mais patriarcal do que guerreiro.

“toda a nossa história política tem nele a sua força motriz, a causa primeira da sua dinâmica e evolução”. ⁷²⁵

Segundo ele, toda a população rural, de alto, a baixo, se encontra sujeita a um mesmo regime, agrupada em torno do clã, em particular do senhor rural. Isto decorre da “necessidade de defesa contra a anarquia branca”. ⁷²⁶ O autor define por “anarquia

⁷²³Idem, p. 45

⁷²⁴Idem, p. 47

⁷²⁵Idem, p. 133

⁷²⁶Idem, pp. 134 e 135

branca” o sistema jurídico, que era parcial e defendia o interesse das pessoas ricas (proprietários) ou de prestígio e importância (tal como os militares). No caso, este era o juiz “eleito” pela população, também chamado “juiz ordinário”, o juiz “eleito pelos homens bons” que detinham o poder econômico. Existia ainda o juiz de fora, nomeado pelo rei e com outra liberdade de ação:

*“é um funcionário do governo central; não depende senão do governo. Pode avocar-se em protetor dos pequenos e dos fracos”.*⁷²⁷

Vianna diz que existiam outras instâncias jurídicas, que não eram acessíveis a ou de conhecimento da população no geral:

*“Essa inacessibilidade dos tribunais de segunda instância arrefece los litigantes qualquer veleidade de corrigir a parcialidade dos juizes inferiores. Nenhum dele se sente com coragem para apelar ou agravar. Sofre, mas abandona a causa e resigua-se à espoliação ou à ilegalidade”.*⁷²⁸

Ele complementa dizendo que isto levou o povo a ter uma descrença no poder da justiça de tal maneira que somente se viam protegidos quando estavam subordinados a ou à sombra dos poderosos, para se proteger dos juizes corruptos. Se os juizes eram corruptos em razão do seu vínculo com os poderosos, o fato de os pobres se sentirem protegidos pelos poderosos não dava no mesmo?

*“Faz-se, assim, a magistratura colonial, pela parcialidade e corrupção dos seus juizes locais, em dos agentes mais poderosos da formação dos clãs rurais, uma das forças mais eficazes da intensificação da tendência gregária das nossas classes inferiores”.*⁷²⁹

Além dos juizes, Vianna menciona os capitães-mores, que tinham a função de delegado nas aldeias, desempenhando tarefas jurídicas, administrativas, policiais e militares. Eles exerciam um papel que atemorizava a população, por imporem a ordem da coroa e também pela sua influência e ligação junto aos grandes proprietários. A população local se via pressionada a apoiar ou se deixar influenciar pelos grandes proprietários;

⁷²⁷Idem, p. 135

⁷²⁸Idem, p. 136

⁷²⁹Idem, p. 137

*“procura naturalmente colocar-se, como abrigo às arbitrariedades possíveis dos almotacés, dos capitães-mores, dos juizes ordinários, sob o amparo dessa poderosa oligarquia de “lavradores do país”, que domina nas câmaras”.*⁷³⁰

No controle do poder estavam somente os “homens bons”, que compunham os membros da Câmara, isto é, a nobreza da terra. O restante da população de trabalhadores, era descrita pelo autor como sendo

*“toda essa patulêia de mestiços, formigante nas bases da população colonial, nas cidades e nos campos”*⁷³¹ que estava totalmente alheia do poder.

Para Vianna, este sistema de privilégios garantia o poder exercido pelos “homens bons”, favorecendo a tendência de uma política de controle social. Como ele diz:

*“É fácil de ver agora que força colossal não devem ser as câmaras do período colonial, como agente de intensificação da tendência da nossa plebe rural à solidariedade de clã e ao espírito gregário”.*⁷³²

Oliveira Vianna trabalha a questão do serviço militar, ao qual o brasileiro seria um “refratário histórico”. Em todo caso, ele diz que para uma parte da população, o serviço militar era atrativo. Esta população seria a composta pela *“plebe de cabras, cafusos e mamelucos”*. Vianna explica esta “aptidão” pelo fato de estes serem mestiços e os mestiços se dedicarem à guerra, à combatividade e à violência, e não ao trabalho árduo e diário, em particular nos campos.

*“Bravos, capazes mesmo de heroicidade, o que os leva às fileiras é apenas o desejo de encostar-se a uma sinecura qualquer, que lhes satisfaça, a um tempo, os seus instintos de mandriagem e os seus instintos de truculência, permitindo-lhes sabrearem os contendores nas rixas ou acutilarem o povos nos motins”.*⁷³³

Em contraposição, indicou que para as classes superiores, somente eram interessantes os altos postos.

Vianna conclui que as populações rurais, temendo o recrutamento, procuravam se

⁷³⁰Idem, p. 139

⁷³¹Idem, p. 139

⁷³²Idem, p. 139

⁷³³Idem, p. 140

aliar ou pedir ajudar a um fazendeiro – à “oligarquia rural”. Ao falar sobre isto, Vianna procurava mostrar como a população acabava se aliando à oligarquia e fortalecia “o clã”.

*“Em suma, a solidariedade, ou de casta, ou de classe, ou de família, ou de raça. O nosso moderno campônio, como o antigo peão colonial não goza nenhuma proteção esta natureza”.*⁷³⁴

Vianna definia uma postura bem marcada pela idéia de fraqueza e dependência do peão – portanto de “raça inferior” - ao senhor de terras. Existia aqui, para o autor, a necessidade de uma função tutelar, ou seja, uma postura de controle e submissão entre o fazendeiro e o peão, ou seja entre a aristocracia e a plebe:

“Essa função tutelar só a exerce, e eficientemente, o fazendeiro local. Só à sombra patriarcal desta grande senhor de engenhos, de estâncias, de cafezais vivem o pobre e o fraco com segurança e tranqüilidade. Pela sua riqueza, pelo seu poder, pelo seu prestígio, mesmo ela sua força material, só ele é capaz , neste regime de pilhagem, e prevaricação gerais, de reagir contra as arbitrariedades e as injustiças.

*Só ele, no mundo rural, tem meios para dar à sua patronagem uma eficiência prática, que nem a patronagem da cura, ou do médico, ou do advogado, ou mesmo da autoridade local possui”*⁷³⁵.

Vianna também – de forma contraditória – define o mestiço como sendo arredo ao uso das armas. Assim ele aceitava a submissão ao senhor como uma forma de proteção, uma vez que não tinha condições de se defender, o que significaria assim o poder da aristocracia. Portanto,

*“dada a repulsão geral do povo inferior dos campos pelo serviço das armas, compreende-se a ação poderosíssima desses privilégios e isenções na gênese dos clãs rurais”.*⁷³⁶

Portanto, Vianna começa a estabelecer uma linha de raciocínio em direção da formação das clãs rurais. Como ele diz:

⁷³⁴Idem, p. 142

⁷³⁵Idem, pp.142 e 143

⁷³⁶Idem, p. 143

“Depois da solidariedade parental, tão enérgica ainda hoje nas zonas sertanejas, é o clã fazendeiro a única forma militante da solidariedade social em nosso povo.” ⁷³⁷

Vianna explora aqui um ponto bastante delicado e de fundamental importância para a compreensão da sua obra - a falta de uma solidariedade social no Brasil que criasse as condições para a manutenção e o fortalecimento das instituições do país. É o regime de “clã” o único que de fato havia se estabelecido no país:

“O regime de clã, como base de nossa organização social, é um fato inevitável entre nós, como se vê, dada a inexistência, ou a insuficiência, de instituições sociais tutelares e a extrema miserabilidade das nossas classes inferiores” ⁷³⁸.

E relacionando o sentimento de clã com a população brasileira, Vianna procurou ilustrar que ela fazia parte da “natureza” do povo brasileiro:

“O espírito de clã torna-se assim um dos atributos mais característicos das nossas classes populares, principalmente a classe inferiores dos campos. O nosso homem do povo, o nosso campônio é essencialmente o homem de clã, o homem de caravana, o homem que procura um chefe, e sofre sempre uma como que vaga angústia secreta todas as vezes que, por falta de um condutor ou de um guia, tem necessidade de agir por si, autonomicamente” ⁷³⁹

Assim sendo, o povo necessita sempre de alguém que lhe dê ordens, que o faça realizar as tarefas, não conseguindo pensar por si próprio. Quando tem que fazer isto, ele acaba por viver em um dilema, uma espécie de tortura interior.

“Dessa tortura moral só se liberta pondo-se às ordens de um chefe, e obedecendo mansamente à sua sugestão, ao seu império. É essa certeza íntima de que alguém pensa por ele, no momento oportuno, lhe dará o santo e a senha da ação; é essa certeza íntima que o acalma, o assegura, o tranqüiliza, o refrigera”. ⁷⁴⁰

⁷³⁷Idem, p. 145

⁷³⁸Idem, p. 145

⁷³⁹Idem, p. 147

⁷⁴⁰Idem, p. 147

E concluindo este raciocínio, ele diz que:

*“Do nosso campônio, do nosso homem do povo, o fundo da sua mentalidade é este. Esta é a base da sua consciência social. Este é o temperamento do seu caráter. Toda a sua psicologia política está nisto.”*⁷⁴¹

Oliveira Vianna entende que o espírito da clã estava aliado ao que ele chama de falta de solidariedade, que seria o resultado do imensidão das terras e da sua dispersão.

Faz ainda uma crítica à sociedade rural que não possuía uma classe média, no sentido europeu da expressão. Isto se deu em razão da falta de uma pequena propriedade rural, que uma vez bem estabelecida, poderia servir de base à mesma, vivendo da produção que lhes daria uma pequena renda, sem nenhum ou com pouco acesso aos grandes mercados –as cidades. Vianna diz que tudo conjura contra a pequena propriedade; e seria somente na solidariedade que esta classe poderia crescer e se desenvolver, para se transformar numa real classe média. Assim, promoveu-se uma sociedade totalmente dependente do chefe da “clã”.

A falta de instituições de solidariedade social era marcante para a sociedade rural. Ele menciona a existência desta em outros lugares (tais como na Europa medieval), mas salienta a ausência da mesma entre nós, seja no campo ou nas cidades. No caso do campo, existia a exceção do pastoreiro, que possuía *“alguns rudimentos de solidariedade e cooperação”*. Nas cidades, só se verificavam no surgimento de facções ou partidos.

Ele nega a existência de luta de classes no Brasil, sendo esta uma das razões da nossa fraqueza na solidariedade:

*“É entretanto, a luta de classes não é só uma das maiores forças de solidariedade nos povos ocidentais, como a melhor escola da sua educação cívica e da sua cultura política. Toda a evolução grega, toda a evolução romana, toda a evolução moderna se fazem sob a influência fecunda das lutas de classes. Em nossa história, tais conflitos são raríssimos.”*⁷⁴²

O ensaísta diz que a falta de um inimigo externo ou mesmo interno não estimulou o surgimento da solidariedade:

⁷⁴¹Idem, p. 147

⁷⁴²Idem, p. 151

*“Em suma: fora da pequena solidariedade do clã rural, a solidariedade dos moradores, especialmente a solidariedade dos grandes chefes do mundo rural – os fazendeiros – jamais se faz necessária.”*⁷⁴³

O quadro definido pelo autor implicava na idéia de que existia, no Brasil colonial, uma sociedade atomizada, separada em pequenas clãs que dominavam o mundo rural. É neste sentido que ele afirma que ao contrário do que aconteceu depois com a Independência, a população rural não tinha condições de se defender ou ter a tutela do Estado – o que será um dos pontos chave de toda a sua argumentação. Para ele, existiam estes inimigos em potencial da sociedade rural:

*“Três são, por esse tempo, os inimigos da ordem pública: os selvagens; os quilombolas, os potentados. Desses três inimigos defendem-se, contudo, os chefes de clã do período colonial com intrepidez, galhardia e termecidade.”*⁷⁴⁴

Vianna entende que, à medida que “a civilização avançava”, era dissipado o perigo indígena; mas surgia outro: os quilombos:

*“Principalmente, no III século, em Minas, em São Paulo, nas zonas serranas do Rio de Janeiro, emboscados em alcatéias, esses bandidos abundam. Dos seus alisos alpestres descem sobre os currais, os engenhos, as tropas viajeiras, saqueando-os. Mesmo no IV século, na época da transfiguração, é ainda temerário viajar de Minas ao Rio de Janeiro pela Serra da Mantiqueira: nas suas florestas, que margeiam a grande estrada histórica, acoutam-se, de tocaia às tropas e aos viajores, temerosos salteadores negros.”*⁷⁴⁵

Via os negros aqui como ladrões e bárbaros principalmente por serem quilombolas. O autor jamais demonstrou qualquer sinal de compreensão em relação ao povo negro.

Além da questão dos índios e dos negros, Vianna destaca ainda a luta entre os próprios fazendeiros, que disputavam questões pessoais ou de terras. Sobre isto, Vianna diz que o senhor de terras criou, para defender os seus interesses, uma milícia própria:

⁷⁴³Idem, p. 152

⁷⁴⁴Idem, p. 159

⁷⁴⁵Idem, p. 160

“tudo atesta que, nos II e III séculos, já está acabado e perfeito o possante enquadramento das milícias privadas dos grande senhores rurais”.⁷⁴⁶

Era neste ponto que se encontrava a função social do mestiço: servir de mão-de-obra para a milícia:

“Esta plebe, que não possui nenhum valor próprio e que, economicamente, tem uma importância secundária, exerce, em nossa vida histórica, a função específica de ser viveiro da capangagem senhorial”.⁷⁴⁷

E complementa, com uma certa ironia, ao dizer que:

*“Numa sociedade estável e laboriosa, seria difícil aos senhores rurais o aliciamento de um núcleo assim numerosos de combatentes.”*⁷⁴⁸.

Em outras palavras, a existência da “plebe mestiça e instável” era conveniente, segundo os olhos de Vianna, para suprir a oligarquia da mão-de-obra que ela necessitava.

*“São os mestiços, isto é, os mestiços inferiores, os “cabras”, os “pardos”, os “mamelucos”, os “curibocas”, oriundos do cruzamento de tipos étnicos menos ricamente providos de qualidades eugênicas.”*⁷⁴⁹

Vianna ainda discursou sobre a relação entre o mestiço e a violência, enfocando que o mestiço era um desequilibrado e agressivo, responsável pela maioria dos crimes.

“Essa amoralidade constitucional torna o mestiço inferior (Isto é, o mestiço refratário à arianização) inapto às atitudes que exigem disciplina e continuidade. Na ordem moral ou intelectual, na ordem legal ou política, na ordem econômica, ou social, ele é sempre, por exigências da própria psicofisiologia, um excessivo, um instável, um irregular, um descontínuo, um subversivo”.⁷⁵⁰

Em resumo: o mestiço não tolerava a ordem e a organização, preferindo a liberdade

⁷⁴⁶Idem, p. 161

⁷⁴⁷Idem, p. 161

⁷⁴⁸Idem, p. 163

⁷⁴⁹Idem, p. 163

⁷⁵⁰Idem, p. 166

e a anarquia, possuindo um instinto agressivo, violento, rebelde e insensato. O autor condena toda sorte de tipos mestiços, em particular os “pardos”, que para ele eram os que mais davam trabalho ao governo.

Vilfredo Pareto abordando a sua teoria das elites mostra que este tipo de choque entre os segmentos sociais (considerados por Vianna como inferiores) proporcionava uma força para combater a elite. A repressão a estes grupos fortaleceria a resistência e a ascensão de elementos das classes inferiores (os mais resistentes e qualificados), o que quebrava a perspectiva racial imposta por Vianna. Como ele diz:

*“A resistência da elite no poder, quando ela sabe defender com justiça e equidade seus direitos não é um mal para a classe operária; pelo contrário, essa resistência favorece a seleção da nova elite e força os operários a adquirem este domínio sobre si próprios, o único capaz de tornar inútil a tutela.”*⁷⁵¹

Oliveira Vianna fala aqui também da força do caudilho paulista, que possuía força e organização. Para ilustrar esta “força”, Vianna diz que os paulistas tinham uma característica tipicamente sua de agregar clãs guerreiras e ainda mais, baseados na “força” dos mamelucos. Assim, criaria neste grupo um sentimento de independência e ação, uma força viva e combatente e única:

*“É durante o II século que a turbulência desses grandes potentados se revela mais vivaz e incoercível. Livres já da pressão dos selvagens, espavoridos para o recesso das florestas, e, por outro lado, não tendo ainda operado o movimento geral para as minas, os caudilhos paulistas como que se divertem, combatendo-se mutuamente com freqüência e ferocidade.”*⁷⁵²

Vianna estabelece o surgimento das “gens” das famílias paulistas, que mostravam orgulho da sua linhagem. Ao enaltecer os caudilhos, diz que eles não obedeciam às ordens oficiais, em particular da metrópole. A sua rebeldia, seja contra as autoridades locais, seja contra as ordens da metrópole, não era punida, antes sendo perdoada muitas vezes.

Para o escritor, alguns autores chegaram a afirmar que São Paulo seria uma espécie

⁷⁵¹Pareto, Vilfredo. *A teoria materialista da História e a luta de classes*, in Pareto. Org. Rodrigues, José, Coleção Grandes cientistas sociais, Editora Ática, 1984, p. 161

⁷⁵²Vianna, Oliveira, *op cit.*, p. 171

de República independente e comenta:

“Há em tudo isso um exagero evidente. Mas, através dele, percebe-se o imenso espanto, mesclado talvez de secreto terror, que deveria ferir esse estrangeiros ao depararem, surpresos, num desnã do planalto, cheiros de força, audácia e belicosidade, os intrépidos caudilhos paulistas.”⁷⁵³

Se os paulistas mostram esta superioridade e ao mesmo tempo “*um enquadramento aristocrático*”, foi nas minas que esta situação se alterou. Vianna considerava os caudilhos mineiros como anárquicos e de caráter belicoso; isto se evidenciou na guerra entre os emboabas e os paulistas.

Vianna mostra que se os caudilhos eram tão “livres”, isto se devia à fraqueza do Estado, que era incapaz, por distância, dimensão territorial e dificuldades de transportes, de exercer seu poder e sua autoridade. Ele faz um paralelo com a situação política, dizendo que no Brasil dos séculos II e III, se vivia uma grande anarquia e uma luta entre a aristocracia rural e o poder público - ou seja a metrópole - pelo maior controle do território brasileiro, tendo como resultado da descoberta do ouro e dos diamantes.

Assim, o poder central começa a impor sua ordem aos caudilhos, que se vêem cada vez mais pressionados:

“essa obra de submissão prossegue até o fim do III século. No governo do Conde de Valadares, por exemplo, a caudilhagem é rudemente batida, e desde então toda a Capitania entra numa fase de legalidade, disciplina e ordem.”⁷⁵⁴

Este controle exercido pelo poder central é visto como positivo por Oliveira Vianna. Ele diz que este sistema dura até 1832, quando da criação do Código do Processo, que devolve o poder para os caudilhos:

“Em suma, a polícia, a justiça e a administração locais são, pelo Código de 32, da incumbência exclusiva de autoridades locais. O poder geral só tem nas aldeias, nos povoados, nas vilas, nas cidades do vasto interior rural um representante seu: o “juiz de direito”, com funções, aliás, puramente

⁷⁵³Idem, p. 175

⁷⁵⁴Idem, p. 184

judiciais.”⁷⁵⁵

Depois, o pensador critica o “self-governement”, que não consegue (ou pode) ser aplicado ao Brasil, uma vez que dá margem ao surgimento da anarquia. Diante desta situação, o poder central se alarma e recomeça a destruição do poder dos caudilhos. Ele menciona o Ato Adicional, que conferiu mais poder às províncias e estas usaram este poder para destruir a força dos caudilhos. Assim, vê o poder dos caudilhos migrando cada vez mais para um poder centralizado. A independência política, em 1822 (ou, para o autor, no quarto século), evidenciaria esta situação, com o fortalecimento do poder centralizador, em particular durante o II Império.

Este fortalecimento do poder central é visto por Vianna como algo natural, dentro do espírito da “nacionalidade”, na qual o poder central assume o papel para garantir a unidade do país. Diante disso ele faz uma crítica contundente aos “idealistas”:

*“Os grandes construtores políticos da nossa nacionalidade, os verdadeiros fundadores do poder civil, procuram sempre, como o objetivo supremo da sua política, consolidar e organizar a nação por meio do fortalecimento sistemático da autoridade nacional. Os apóstolos do liberalismo nos dão, ao contrário, o municipalismo, o federalismo, a democracia como a última palavra do progresso político.”*⁷⁵⁶

O Brasil “real” seria composto pela aristocracia rural; já o país idealizado, pelos “apóstolos” do liberalismo. E este “idealismo” resultava em grandes problemas ao país. Nos *Pequenos estudos de psicologia social*, por exemplo, ele se refere a Minas Gerais como sendo representativo do Brasil real, onde se percebiam as influências legadas pelas tradições rurais:

“Essas influências rurais contudo, não atuam dessa maneira apenas pelo fato de serem rurais; atuam, modelando este feitio especial do caráter mineiro, porque se exercem dentro de um regime econômico particular ao nosso povo – o regime do grande domínio rural, isto é, o latifundiário fazendeiro. Este é que, pela sua enormidade territorial, restringindo o círculo da sociabilidade, isola

⁷⁵⁵Idem, p. 189

⁷⁵⁶Idem, p. 191

as famílias e as habitua à solidão.”⁷⁵⁷

Vianna mostra como este vínculo com o mundo rural é forte em Minas, ajudando e definir o seu caráter. Mesmo quando viviam nas cidades, os mineiros continuam a manter as suas tradições:

*“Esses costumes, essas tradições, esses modos, essas feitura da velha alma mineira, assim tão repassada do nosso espírito nacional e do calor do nosso solo, souberam a minha sensibilidade, ao meu espírito, aos meus instintos nativistas, como ao paladar do entendedores os vinhos caros de uma frasqueira: quanto mais antigos, tanto melhores no sabor, na limpidez e no perfume.”*⁷⁵⁸

Em notas de sua viagem a Minas Gerais, Vianna faz uma avaliação sobre a vida e a cultura mineira. Ao analisar *in loco* a vida mineira, muitas das suas avaliações a respeito da raça desaparecem. Apesar de continuar trabalhando com essa idéia, Vianna demonstra não uma superação, mas um afastamento das teorias racistas como forma de análise social. Nesta descrição fica evidente a preocupação de Vianna em atestar que existia, à parte o progresso material, a perpetuação das tradições. Ou seja, em paralelo ao crescimento e ao desenvolvimento, o povo mineiro era capaz de continuar perpetuando as tradições. É uma forma de ilustrar a cultura tradicional – que seria o caráter, a índole nacional.

Neste sentido, ele chama Minas Gerais de “*Minas na tradição e Minas no progresso*”, mostrando a importância da manutenção das tradições brasileiras em Minas Gerais, mesmo considerando a criação da cidade de Belo Horizonte. O autor chega a afirmar que Ouro Preto talvez seja a cidade mais original do Brasil:

“Os que querem conhecer e compreender o Brasil colonial devem vir aqui; os que aqui não verem não vacilo em afirmar que não poderão conhecê-lo, nem compreende-lo bem. Minas deve conservar Ouro Preto assim – isto é, conserva-la na sua velha estrutura colonial, não deixar que se lhe modifique nada. Da sua grandeza presente, da sua capacidade de progresso e de renovação, poderá exibir ao forasteiro a sua nova capital – Belo Horizonte. Da

757 Vianna, Oliveira, *Pequenos estudos sobre psicologia social*, op cit, p. 48

758 Idem, p. 53

*sua grandeza passada, do valor de suas velhas tradições e da energia dos seus ancestrais, lhe poderá exhibir Ouro Preto – e ter-lhe-ha mostrado o mais eloqüente dos padrões.”*⁷⁵⁹

Em contraponto, ele fala dos fluminenses, de sua formação em paralelo aos paulistas e da forma como se formou o perfil guerreiro, expansivo e conquistador dos paulistas (isto é, os bandeirantes), que não aparecia na cultura fluminense:

*“não a espada, a lança e os mosquete; mas, o laço e a agrilhada, o machado e a foice e a enxada: durante toda nossa história, nós, fluminenses, nunca tivemos necessidade de manejar outras armas.”*⁷⁶⁰

Assim, Vianna vincula ao mundo agrário, à fazenda, as bases da tradição e dos costumes fluminenses. É a base de um grupo que se sente parte do solo (e não que busque outros, como os paulistas), o que lhe teria dado uma receptividade à civilização e aos costumes mais polidos. O auge do esplendor da cultura fluminense se deu no século XIX com a vinda da Coroa portuguesa e o estabelecimento do Império, em particular com o 2º Império e os cafezais, que geravam uma grande riqueza, em especial no vale do Paraíba:

*“O vale paraibano foi, realmente, em certo momento, com a sua sociedade agrária e culta, requintada e aristocrática, assentada sobre grandes domínios cafeeiros, um centro ameno e polido, onde a flor da civilização ocidental pode exhibir os seus mais raros coloridos e o mais sutil dos seus perfumes. Ninguém ainda se lembrou de historiar esta fase da nossa aristocracia agrária – e, entretanto, a história da civilização no Brasil, no que ela pode ostentar de mais fino e espiritual, teve ali o seu momento mais expressivo e magnífico.”*⁷⁶¹

Este era o Brasil “real” para Oliveira Vianna, que acabou sendo desarticulado com a flutuação e instabilidade nos grupos e nos caracteres etnográficos da população fluminense. Com o final da escravidão, tal quadro, gerado pela presença de uma cultura ou de influências estrangeiras, acabou destruindo esta aristocracia.

Vianna vê o fim da escravidão de uma forma bastante negativa, como o responsável

⁷⁵⁹Idem, p. 68

⁷⁶⁰Idem, p. 73

⁷⁶¹Idem, p. 75

pela desagregação e destruição desta aristocracia rural. Ele não interpreta a situação como causada pela própria decadência da região para o café. O grande responsável pela decadência seriam os idealismos estrangeiros, representados pela abolição da escravatura: *“Destruídos, com a abolição do trabalho servil, estes centros aristocráticos da sua elaboração e fixação, as nossas antigas tradições, - costumes, usos, as festividades religiosas, etc, – não encontraram na massa popular base segura que lhes pudesse assegurar com outrora, condições de permanência e vitalidade.”*⁷⁶²

Sobrevivem reminiscências apagadas,

*“que mal recordam esplendor do seu passado. São, no fundo hoje, nada mais do que ruínas melancólicas, casando a sua melancolia com a melancolia dos velhos solares abandonados, dentro de cuja moldura suntuosa outrora vicejaram e floresceram.”*⁷⁶³

O ensaísta compara os dois “brasis”: o real, composto por Minas Gerais, que preservava as tradições brasileiras; e o fluminense, que se deixou levar pelos “idealismos” estrangeiros, conduzindo a região à decadência total:

*“Dai o fato estranho do seu desaparecimento quase total na região fluminense, enquanto as vemos ainda, sobreviventes e quase inalteradas, em regiões próximas a nós- como as montanhas de Minas.”*⁷⁶⁴

Ele faz mais críticas ao idealismo político, caso da imitação em relação aos “povos anglo-saxões”: nós os imitamos em vários sentidos, principalmente nas instituições políticas, mas não naquilo que Vianna vê como essencial, que é a devoção desinteressada à causa pública. Para o autor, isto se dá pelo fato de que nos países anglo-saxões (EUA e Inglaterra), a história, levou o cidadão ao instinto cívico profundo e intenso, o que não se processara aqui.

“entre nós mais do que na República americana ou nas democracias européias, esta conduta seria justificável, lógica, absolutamente necessária: porque, ao contrário do americano ou inglês, o nosso povo carece quase

⁷⁶²Idem, p. 78

⁷⁶³Idem, p. 79

⁷⁶⁴Idem, pp. 78 e 79

*inteiramente de cultura política e é nula a sua experiência democrática.”*⁷⁶⁵

Assim, o escritor procura mostrar que enquanto nos EEUU e na Inglaterra existe uma democracia real, com as condições de se manter esta estrutura, já no Brasil a democracia seria algo sem sentido, inconsciente e alheia ao dia-a-dia do país. Esta democracia, como Vianna a vê, não pertencia ao povo brasileiro. Não correspondia à nossa história, à nossa forma política, a mentalidade do povo brasileiro. Sua grande crítica, é portanto, à formação da República, criada a partir de um idealismo e não representativa das tradições brasileiras.

Em um artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 29/10/1915, pelo Centro Nacionalista (ou Liga nacionalista), onde demonstrava uma crítica e uma posição muito similares as de Oliveira Vianna:

*“devemos reerguer do abatimento em que se acha o espírito de solidariedade nacional, de orgulho nacional, de interesse pelas nossas coisas e pela solução dos nossos problemas vitais.”*⁷⁶⁶

No Império, havia homens interessados no progresso do país; já a República, “idealizada”, não representa os interesses do país, e sim somente a de uma pequena minoria:

*“Não são, como se vê, questões de mero interesse partidário e pessoal, questões transitórias de candidaturas, de chefias, de penachos, de listas de vereadores ou de chapas de deputados, que nada valem. São questões essenciais, orgânicas, vitais para o regime, para a raça, para a nacionalidade. Sobre elas esses grandes representantes de nossa democracia nada dizem, na opinam, nada aconselham, nada sugerem.”*⁷⁶⁷

Vianna descreve a Independência em conjunto com a fundação do Império como um período democrático, sendo uma mudança brusca para o novo regime:

“por estes decretos eram considerados eleitores todos os cidadãos, residentes

⁷⁶⁵Idem, p. 87

⁷⁶⁶ Mencionado em Carone, Edgard, *A primeira República*, op.cit. p. 278

⁷⁶⁷Idem, p. 90

no país, nobres ou plebeus, fidalgos ou peões, homens de ganho ou magnatas. Bastava apenas que fossem livres e tivessem mais de vinte anos de idade. Excetuado os escravos e os menores todos elegiam mesmo os analfabetos. Mesmo os homens de cor, os alforriados, os mestiços, os mulatos, os rebotalhos da nossa população, a vaga população dos campos e das cidades.”⁷⁶⁸

Vianna exagerou nesta afirmação. Na época do Império, o direito ao voto estava associado à renda do indivíduo e as mulheres não eram eleitoras nem podiam ser eleitas (o que também ocorria em Europa e EEUU).

Esta visão de Vianna se sustenta na observação de que a aristocracia rural havia construído uma sociedade que era, de certa forma, a expressão do Brasil:

“Ora, essa prestigiosa aristocracia de caudilhos rurais se conserva organizada, florescente e vigorosa até quase o fim do Segundo Império, até 1888. Mais, neste ano, logo no seu começo, abre-se para ela uma fase trágica, o ciclo, ainda não encerrado, da sua ruína: a lei da Abolição, inopinada e inepta, fere-a por uma espécie de sideração econômica, que a fulmina e aniquila. E desde aí ela entra e decai, rápida e progressivamente, por todo o país. Em certas zonas dos sul, chega mesma a desaparecer na sua quase totalidade.”⁷⁶⁹

A Abolição é vista não apenas como algo negativo, mas também como um evento que destruiu por completo a aristocracia, aquilo que não apenas dava sustentação, mas que seria a verdadeira “alma” ou “essência” do Brasil. Nada, porém, é falado sobre a questão específica da escravidão, do trabalho servil ou da miséria e sofrimento do escravo. Vianna toma sempre o ponto de vista da aristocracia – em particular, a fluminense – que teria perdido o seu espaço no cenário brasileiro depois do final da escravidão, chamado por Vianna de “desmoronamento de 88”.

É neste sentido que Emilia Viotti da Costa faz uma crítica bastante severa ao pensamento de Vianna:

“Oliveira Vianna não percebe que o processo de desagregação do sistema

⁷⁶⁸Idem, p. 100

⁷⁶⁹Idem, p. 103

escravista no Brasil estava diretamente relacionado com as mudanças ocorridas na estrutura social e econômica do país durante a segunda metade do século XX.”⁷⁷⁰

De fato, Oliveira Vianna percebia as mudanças; o que aconteceu fora simplesmente que para ele estas mudanças estavam vinculadas a um idealismo de origem externa, não representativa da cultura e do pensamento brasileiro.

A própria proclamação da República era vista com bastante crítica pelo autor, que chegou a escrever um livro tipicamente historiográfico, *“O Ocaso do Império”*, onde ele trabalhou com as causas que levaram à proclamação da República.

Aqui Vianna mostra que este ideal de República ainda pouco ou quase não era desenvolvido no país. É interessante verificar como aqui ele contrasta com Euclides da Cunha, que defendia a natureza republicana do povo brasileiro.

Assim diz Vianna:

“este entusiasmo, de que falava Aristides Lobo, não foi porém, o entusiasmo do povo – e sim o entusiasmo da pequena minoria republicana. O povo, o nosso povo, se mostrou, como sempre, indiferente às formas de governo: aceitou a República, como já havia aceitado a Monarquia como aceitaria amanhã o regime bolchevista, ou o fascismo italiano.”⁷⁷¹

E complementando ele diz que:

“O nosso povo, como já vimos, não havia criado o ideal da República – e não podia, pois como os cidadãos franceses do III Império, pedir contas aos que os iludiram para crucifica-los no calvário do seu desapontamento indignado.” ⁷⁷²

Essa análise do estudioso fluminense credita a decepção das primeiras décadas da República ao ambiente político, que teria sido extinto com o final da escravidão. Foi com a transição súbita do trabalho servil para a assalariado que processou-se uma mudança na mentalidade, que exigia novos métodos de produção e racionalização e destruiu a forma

⁷⁷⁰Costa, Emilia Viotti da. *Op cit*, p. 40

⁷⁷¹Vianna, Oliveira. *O ocaso do Império*, Rio de Janeiro : J. Olympio, 1959 , p. 198

⁷⁷²Idem, p. 198

como se processavam e se davam as eleições e a interação da população com a política.

Para o autor, existem, além dos fatores mencionados anteriormente, outros que contribuíam para a nacionalidade e a República. Cita com destaque a divisão da política nacional em vários partidos, quando na época do Império existiam somente dois: o liberal e o conservador. Com a República, a divisão da política em múltiplos partidos ajudou a contribuir para a desagregação da política nacional.

A própria Constituição de 1891 representava esta situação. Para Vianna, esta lei máxima em nada representava o que de fato era o Brasil, ele procura mostrar um “idealismo” irreal para a sociedade brasileira. Daí, ele definir como deveria ser a Constituição brasileira:

“Para o nosso povo, a melhor Constituição, a Constituição ideal seria não que cristalizasse no seu texto todas as sublimidades do liberalismo e da democracia; mas a que, como já dissemos, permitindo a revelação de todas as qualidades da raça (e as temos primorosas), nos dessem meios de reduzir, ao mínimo, a influência nociva dos maus governos, dos maus chefes, dos maus políticos, dos maus cidadãos. Porque é nas virtudes comuns, partidárias, virtudes de todos os dias, do povo que se devem assentar os fundamentos de uma Constituição verdadeiramente nacional.” ⁷⁷³

O “idealismo”, portanto, havia levado à criação de uma sociedade enfraquecida, artificial, não representativa da realidade nacional. Com a destruição da aristocracia rural e a descentralização política oriunda com a República, surgia um desafio: como definir o Estado brasileiro? Em que sentido este Estado - que se encontrava desarticulado - poderia progredir?

3 – O Estado centralizador e a democracia corporativa

A desintegração das clãs rurais, esboçada por Vianna em *Populações Meridionais do Brasil*, mostrava que a opção da Monarquia pela centralização política tinha o propósito de garantir a ordem nacional:

⁷⁷³Vianna, Oliveira. *Problemas de política objetiva*. RJ, Record Cultural, 3º edição, 1974, p. 35

“É o Rei. Na evolução dos poderes públicos entre nós, a função desse personagem é colossalíssima. Ele é, no IV século, o agente mais prestigioso, mais enérgico mais eficaz do sincretismo nacional. O poder central deve a ele, com a sua unidade e a sua ascendência, a sua consolidação e estabilidade.” ⁷⁷⁴

Ele trabalhou a idéia de que foi a criação do poder único, no Rio de Janeiro, como sede do Império, que pode manter a ordem política. O autor cita as revoltas que aconteceram em várias províncias no período posterior a independência, que se mostraram infrutíferas, graças à ação do governo imperial:

“O desmembramento geral do país, como se vê, não se opera, depois de feita a Independência, simplesmente devido a um acidente feliz – o acidente da presença, no Rio, de um Rei. Outro fora o sistema aqui organizado pelos fundadores – e a hegemonia fluminense não se daria.” ⁷⁷⁵

E enaltece a monarquia, dizendo que se a República tivesse sido proclamada em 1822 ou 1831, a unidade territorial não teria se consumado e o país se dividido.

“Logo depois da nossa emancipação colonial, seria impossível, no meio de um separatismo provincial, tão intenso e de um caudilhismo local tão vivace, a instituição de um grande poder central, de caráter republicano, único, estável, localizado num ponto da costa, imperando soberanamente sobre toda a nação.” ⁷⁷⁶

A centralização política do país era vista como necessária por Vianna. A permanência do poder político de forma fragmentada poderia levar à desintegração do poder político. A falta de instituições e de um histórico democrático, inviabilizaria o país.

José Murillo de Carvalho reconhece que o protagonista de *Populações Meridionais* é o Estado Imperial, o Imperador e todos os que o cercavam:

“A este protagonista, cabe domar os potentados, controlar seu arbítrio e sua prepotência, desenvolver o sentido da autoridade pública e construir o Estado

⁷⁷⁴Oliveira Vianna. *Populações meridionais do Brasil*, op.cit, p. 206

⁷⁷⁵Idem, p. 209

⁷⁷⁶Idem, p. 209

Nacional brasileiro de cima para baixo.”⁷⁷⁷

Neste sentido, o ensaísta defende a idéia de que o Estado brasileiro tem que ser forte, como uma forma de manter a ordem. Forte para impor ao poder das clãs a sua autoridade; e forte para garantir o estabelecimento de uma política de solidariedade social que era ausente na sociedade brasileira. A centralização do poder não representou uma perda do “caráter nacional”, de fato fazia parte deste caráter. E correspondeu às necessidades da nobreza - ou da elite (palavra não usada por Vianna) que se formou com a chegada da corte portuguesa e da aspiração popular. Fazia parte da psicologia popular como reflexo da nossa evolução política:

“É que nós não temos propriamente uma evolução política, no verdadeiro sentido da expressão: não se verifica aqui aquele seriação, que os evolucionistas estabelecem para a transformação histórica das formas de governo; da monarquia para a aristocracia e desta para a democracia, numa complicação crescente de órgãos e funções. Entre nós, os órgãos e as funções do poder público mostram-se completos e diferenciados desde a sua nascença.” ⁷⁷⁸

Diz ainda que a população local tende a respeitar as autoridades centrais, representantes do grande poder sem gerarem a mesma repugnância e medo que os poderes locais:

“Entretanto, todos aceitam de bom grado a autoridade do poder central e dos seus representantes, estranhos à sociedade. O que lhes repugna é a autoridade de um qualquer membro da sua sociedade, a autoridade do seu vizinho.” ⁷⁷⁹.

Vianna compara a situação brasileira com a européia, onde interpreta a crença nos poderes locais como uma consciência política, como uma evolução, que ainda não atingimos. Critica a falta de uma intelectualização do conceito de Estado, de separar o indivíduo do Estado, algo ainda difícil de se fazer face à visão pobre do conceito e a divisão da imagem do poder com a pessoa que o ocupa.

⁷⁷⁷Carvalho, José Murillo. *As duas cabeças de Oliveira Vianna*, op.cit. Pág 170

⁷⁷⁸Vianna, Oliveira, op cit, p. 245

⁷⁷⁹Idem, p. 247

Assim, o pensador critica a hipótese de um regime parlamentar, uma vez que este seria inevitavelmente marcado pela desordem política e por crises internas que enfraqueceriam o governo e poderiam destruí-lo. A falta de maior solidariedade, união, força e conseqüente consciência do papel e da necessidade do Estado é que faz com que este seja visto como um agente estranho. O sentimento e a consciência política e social só poderiam surgir através da presença de um Estado forte e centralizador:

*“Esse alto sentimento e essa clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado – um Estado soberano, incontestável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional”.*⁷⁸⁰

Para justificar esta preferência pelo Estado centralizador, Vianna constrói um quadro no qual a formação da sociedade brasileira aspirava por ou reconhecia a necessidade do poder central forte, no intuito de se sentir protegida. O autor sustenta que, entre nós, não haveria nada que justificasse a existência do sentimento das liberdades públicas, ao contrário de outros povos da América do Sul, que se formaram através da luta:

*“Desde o momento em que deixamos de ser um amontoado de feitorias coloniais para sermos um esboço de nacionalidade, nunca experimentamos as dores e os vexames da opressão para que aquilatássemos, com o saber da experiência feita, os benefícios da liberdade.”*⁷⁸¹

Ele define que o Brasil nunca teve uma aristocracia racial e menciona a mistura étnica como exemplo da falta ou ausência de conflitos – mas isto não era uma contradição com sua opinião a respeito da formação racial brasileira? E acrescenta, sobre a escravidão:

*“na vida das fazendas, nossa bondade natural adoça o trato dos escravos. Estes são como membros da família e quase sempre ligados aos fazendeiros por terna afetividade.”*⁷⁸²

Vianna via a sociedade rural como harmoniosa, sem conflitos. A própria escravidão era abrandada, não parecendo um sistema explorador. Esta cordialidade estava na índole do

⁷⁸⁰Idem, p. 249

⁷⁸¹Idem, p. 252

⁷⁸²Idem, p. 252

povo brasileiro, o que impedia que ele se vinculasse a uma imagem do poder como um inimigo, antes o entendendo como um protetor:

*“Os nossos fazendeiros lavram, com os seus escravos, os seus latifúndios; nesse meio, o homem da plebe, o vilão, o tipo medieval do servo, não se pode formar. O nosso despreocupado foreiro nada sabe de corvéias, nem de talhas: vive livre; paga o seu foro, trabalha quando quer, e nada mais. O grande senhor rural é o seu protetor, o seu amigo, o seu chefe admirado e obedecido. Nunca o seu inimigo, o seu antagonista, o seu opressor.”*⁷⁸³

Vianna iniciou uma visão depois ampliada por Gilberto Freyre que, abrandando a escravidão, queria mostrar que no Brasil existia uma relação mais harmoniosa entre os fazendeiros e os escravos. Enquanto Freyre, explorando esta idéia, chegaria a construir um painel do Brasil onde o racismo não existiria ou se via bastante atenuado (a democracia racial), no caso de Oliveira Vianna, isto levava ao oposto, com a criação do imaginário de um Estado centralizador, forte, onde esta população reproduzia a mesma visão de poder do “chefe admirado” no líder do país.⁷⁸⁴

O ensaísta fluminense traduziu no “chefe admirado” uma reprodução do Estado centralizador. Assim o Estado, ao invés do senhor ou do fazendeiro, seria o verdadeiro protetor do povo e mantendo-o sob sua tutela poderia garantir a existência desse povo e também da ordem política.

Luiz Carlos Jackson mostra como se exercia esta “*função simplificadora do grande domínio rural*”.

*“Mas a “função simplificadora” tem outra significação: as relações de dependência a que submete o latifúndio as “classes inferiores”. Aqui, o autor discrimina os tipos: “operários agrícolas”, “foreiros”, “sitiantes” e pequenos proprietários”. A dominação não seria econômica, mas política. A relativa independência econômica proviria da disponibilidade de terras e da mobilidade.”*⁷⁸⁵

⁷⁸³Idem, p. 252

⁷⁸⁴Freyre, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*, op.cit.

⁷⁸⁵Jackson, Luiz Carlos. *Representações do mundo rural brasileiro: dos precursores à sociologia da USP*, tese de doutorado, USP, 2003

O autor mostra que, para Vianna, a ausência de um poder central fazia com que a “plebe rural” se tornasse desamparada e fosse buscar apoio no “caudilho” que lhe suprimia aquela carência na forma de solidariedade. Assim, de uma forma “natural”, o fazendeiro ou caudilho acabava exercendo um poder real sobre as populações “inferiores”, o que levava Vianna a defender a centralização do poder político.

Oliveira Vianna, via a importância do poder central contra o poder local, uma vez que o primeiro poderia garantir os direitos da população mais pobre:

*“Entre nós, o poder central desempenha, ao contrário, uma função equivalente à da realeza no continente europeu, quando se alia ao povo para desoprimi-lo da compressão da nobreza feudal”*⁷⁸⁶

Em seguida, ele faz um elogio ao Estado e ao fato de nunca termos tido um governante arbitrário e cruel; menciona as conquistas (libertação da metrópole, final da escravidão, etc) em que não foi necessário derramar o sangue:

*“Temos vivido sempre na igualdade, na tranqüilidade, na paz descansando no governo no governo e dele esperando a chuva d'ouro das benesses e dos favores”*⁷⁸⁷

Crítica ainda a idéia de liberdades públicas como desnecessárias. Ele fala que este sentimento é estranho ao brasileiro (mas que poderia ser aplicado ao inglês), ao contrário do sentimento de liberdade individual:

*“Nós brasileiros, conhecemos e sentimos a vida do homem independente; não conhecemos, nem sentimos, nem podemos conhecer e sentir, a vida do homem livre, como conhecem e sentem, por exemplo, os anglo-saxões.”*⁷⁸⁸

Assim, o que ajudaria moldar este quadro seria a índole do povo. Esta índole fora construída pelas qualidades “da raça”, que impediria o surgimento de ditadores sanguinários. Vianna estabelece uma situação onde a ditadura nunca chega a ser um verdadeiro mal e os déspotas jamais se tornam realmente opressores:

⁷⁸⁶Vianna, Oliveira. *Op cit*, p. 253

⁷⁸⁷Idem, p. 253

⁷⁸⁸Idem, p. 254

“os déspotas, entre nós, não são na verdade déspotas; são arremedilhos de déspotas”. (...) “O cesarismo entre nós, sobre ser frustâneo e efêmero, tem sido comedido e benévolo.”

Procurando reduzir o impacto dos regimes ditatoriais no Brasil, Vianna diz que:

*“Os sentimentos generosos e afetivos do nosso povo e a sua tmpera fundamentalmente doce e branda tornam, ao contrrio, imprprio, de modo absoluto, o nosso ambiente histrico Gnese desses tiranos cruis e sanginrios, que vemos, por exemplo, aparecerem nas repblicas hispano-americanas”*⁷⁸⁹.

Ele discute a questo do Estado entre a liberdade e a autoridade. Sua crtica reside justamente na discusso destes dois conceitos e na forma como Vianna defendeu a idia de autoridade acima da idia de liberdade. Ele ataca as aspiraes pela liberdade, chamadas de “preconceitos contra a autoridade” que atingiram o Velho Mundo e provocaram uma repercusso no Brasil. Assim, ele critica os que defendem a descentralizao poltica e a liberdade. Estes dois fatores em conjunto poderiam levar ao separatismo e anarquia. Escapamos deste destino mas para evit-lo existem dois objetivos:

*“Dar consistncia, unidade, conscincia comum a uma vasta massa social ainda em Estado ganglionar, subdividida e quase duas dezenas de ncleos provinciais, inteiramente isolados entre si material e moralmente”*⁷⁹⁰

E o segundo:

*“Realizar, pela ao racional do Estado, o milagre de dar a essa nacionalidade em formao uma subconscincia jurdica, criando-lhe a medula da legalidade; os instintos viscerais da obedincia autoridade e lei, aquilo que Thering chama “o poder moral da idia do Estado”*⁷⁹¹.

E concluindo:

“Quer dizer: pela instituio de um Estado centralizado, com um governo

⁷⁸⁹Idem, p. 257

⁷⁹⁰ Idem, p. 275

⁷⁹¹Idem, p. 276

nacional poderoso, dominador, unitário, incontestável, provido de capacidades bastantes para realizar, na sua plenitude, os seus dois grandes objetivos capitais: - a consolidação da nacionalidade e a organização da sua ordem legal.”⁷⁹²

Para Oliveira Vianna, esta seria a “*solução racional, orgânica, essencialmente americana do problema da nossa organização política.*”⁷⁹³. Defende assim a formação de um Estado centralizado, forte e que pudesse impor a ordem ao país.

Neste sentido, vale a pena evocar um artigo de Vianna, *O imperialismo Yankee*, onde faz um painel da invasão do Haiti realizada pelo governo americano e elogia o ato no sentido de conduzir o país a sua ordem pública. Assim, diz que existiam duas realidades: a da liberdade, onde o Haiti se governava por si só e vivia no caos; e a da escravidão sob domínio americano, onde o país estaria funcionando:

*“o Haiti da escravidão apresenta outro aspecto. Os americanos entram ali, põem para fora do governo os politiquinhos que exploravam sob o rótulo da democracia, o país, e começam a refundir tudo – isto é – a governar. Restauram as finanças. Reformam o absurdo sistema de impostos, substituindo-se por um outro, racional e justo. Dão ao dinheiro arrecadado uma aplicação rigorosamente honesta: gastando-o em serviços públicos.”*⁷⁹⁴

Neste sentido, o Estado deve ser forte e autoritário, uma vez que, de acordo com a análise da “índole brasileira”, somente este Estado poderia garantir a ordem nacional.

Isto teria acontecido com o Império, não com a República. O Império fazia parte das aspirações nacionais (o sentimento do Brasil “real”), com a figura do Imperador; e a República, idealizada a partir de idéias estrangeiras, não tinha condições de reproduzir este sentimento; era distante do Brasil “real”.

Vianna explora bem esta idéia em *Evolução do povo brasileiro*, onde demonstra que o papel do Imperador enquanto imagem era mais forte do que a própria Monarquia, que garantia a estabilidade do sistema político:

⁷⁹²Idem, p. 276

⁷⁹³Idem, p. 276

⁷⁹⁴Vianna, Oliveira. *O imperialismo Yankee*, O correio da manhã, 30/01/1927

*“No povo, esses sentimentos envolvem apenas o monarca.; não, propriamente, a Monarquia: em verdade, o povo não é monarquista, como também não é republicano; é indiferente às formas de governo.”*⁷⁹⁵

Portanto, não era a monarquia que controlava o poder; e sim um governo forte – a imagem de um líder –, não importando qual seria o regime político aplicado.

A República surgia, para nós, segundo o autor, através de idéias importadas, seja pela revolução Americana, seja pela queda do Império francês de Napoleão III e do declínio das monarquias européias. Assim, como ele lembra, o foco maior da discussão residia principalmente na figura central do Imperador.

E assim diz Vianna:

*“Extinto o prestígio do grande fetiche, que forma o centro do sistema, todo o sistema está abalado. E um dia, por uma bela manhã, uma simples passeata militar fá-lo desabar, inesperadamente, com fragor, ante os olhos da Nação estupefada.”*⁷⁹⁶

Assim, é interessante a conclusão que chega o autor:

*“Eliminada a raça mestra do sistema, extinta a sua poderia influência magnética e centrípeta, a federação impõe-se como meio único de impedir a secessão do país. Os estadistas coloniais haviam chegado à fórmula: a integridade da colônia pela fragmentação do poder. Os estadistas imperiais são levados a uma conclusão contrária: integridade do país pela unificação do poder. Os estadistas republicanos voltam à conclusão colonial: integridade da nação pela fragmentação do poder.”*⁷⁹⁷

Vianna diz que o período republicano, tomando como base a idéia de separação dos poderes e do aumento da autonomia dos Estados em relação à União. Assim ele mostra que cada Estado elegia a sua própria constituição, a sua própria administração, sendo que o poder central fica reservado os poderes específicos, tais como os códigos civis e penais.

⁷⁹⁵Vianna, Oliveira, *A evolução do povo brasileiro*, op.cit., p. 276

⁷⁹⁶Idem, pp. 278 e 279

⁷⁹⁷Idem, p. 279

A implantação da República é descrita por Vianna como sendo algo exótico em termos de modelo, mas que por ser desconhecida na maioria da população, que a recebe de forma inesperada:

*“com a revolução republicana triunfante, quebram-se os velhos quadros políticos e partidários, que os cinquenta anos de velho regime haviam lentamente formado: a nação, colhida de surpresa, vê a sua instabilidade, oriunda do abalo da abolição, agravada ainda mais pela instabilidade, oriunda dos novos ideais vitoriosos.”*⁷⁹⁸

Vianna descreve um quando o qual a nação se via excitada e ao mesmo tempo sugestionável, dando margem ao surgimento de revoltas e contestações. O regime implantado, tendo assim o seu caráter bastante comprometido – era um regime quase ocidental como descreve o autor, tinha que dar a nação uma sustentação, uma imagem de sucesso.

Desta forma, ele via como inevitável o surgimento de um Estado centralizador, forte, que pudesse impor as suas regras a sociedade, que pela sua índole bondosa, manteria a sua obediência a este Estado. O curioso é que Vianna via também a implementação de uma “democracia corporativa”, ou seja, de que a sociedade brasileira seria representada através de corporações, que através destas se poderia reproduzir as suas aspirações.

Por exemplo, a visão que ele implementa sobre a questão trabalhista é um retrato desta visão, uma vez que o espírito corporativo representaria a preservação da identidade nacional e da expressão nacional. É interessante que aqui Vianna mostre uma comparação em relação aos EEUU e a Inglaterra, enfatizando que estes países encontraram as suas respostas as suas questões sociais e que estão se tornando, nas palavras de Vianna, “os senhores do mundo”.

Vale citar esta passagem:

“Ora, esses povos fortes, vitais, dinâmicos, expansivos, como tem resolvido, como estão resolvendo, como vão resolver os vários problemas constitutivos da “questão social”?”

⁷⁹⁸Idem, p. 283

Pelo socialismo? Não.

Pelo comunismo? Não.

Pelo anarquismo? Não. Pelo sindicalismo. Sim. Pelo sindicalismo, praticado a maneira deles de acordo com o gênio específico da raça. Isto é, sem preconceitos doutrinários, sem preocupação políticas, sem objetivos revolucionários, sem impulsos destrutivos, contido exclusivamente dentro do campo profissional e visando objetivos práticos, de melhoria das condições de vida do undo trabalhador, pelo desenvolvimento do bem estar individual do operário e pelo desenvolvimento do espírito de cooperação e solidariedade.”⁷⁹⁹

Baseado-se nesta idéia, Vianna diz que não se deve questionar neste momento se o povo brasileiro teria a capacidade de praticar o sindicalismo da maneira “saxônica” - para o autor não nos é dado o direito de escolha, uma vez que qualquer outra orientação poderia nos colocar em uma posição de fraqueza. Como ele diz:

“Diante dos padrões, pelos quais se modela atualmente a moderna civilização industrial. Batido um povo no campo econômico, este povo está praticamente batido no campo político: a sua soberania será uma ficção a cobrir a realidade substancial de um suseranato de fato.”⁸⁰⁰

Ricardo Luiz de Souza chega a esta conclusão ao dizer que

“o caráter antiliberal e antidemocrático de sua obra é mais complexo: apesar de propor, a partir dos anos 1930, a substituição da democracia representativa pelo corporativismo, fica claro, em toda a sua obra, um tom de lamento quanto à inexistência das características políticas e sociais que tornariam possível a adoção de um regime liberal no Brasil.”⁸⁰¹

A avaliação do autor é portanto bastante eloquente: não é que Vianna desprezava a democracia representativa de uma forma completa, mas ele via esta sem condições de ser implementada ao Brasil. O país não possuía as condições sociais, seja da formação social,

⁷⁹⁹Idem, p. 116

⁸⁰⁰Idem, p. 117

⁸⁰¹Souza, Ricardo Luiz de. *Identidade nacional, raça e autoritarismo: a revolução de 1930 e a interpretação do Brasil*. SP: LCTE editora, 2008, p. 153

seja em razão da sua formação racial, de possuir uma democracia real. O sentimento nacional levaria inevitavelmente a formação de um regime de poder centralizado, mas não totalitário, que reproduziria a índole do povo brasileiro.

O Estado Corporativo surge para Vianna como uma forma de garantir a harmonia social. Desta forma o ideal corporativo teria a função de produzir uma sociedade harmônica, sem conflitos ou tensões sociais. De certa forma, isto se traduzia no espírito de paz social, a qual Vianna descrevia a sociedade rural, que apesar de idealizada, representava uma sociedade harmônica, ausente de conflitos.

Evaldo Amaro Vieira faz uma avaliação bastante interessante sobre o que representaria este Estado Corporativo em Oliveira Vianna. Primeiramente ele define o Estado corporativo como sendo

*“aquele que nasce de grupos sociais organizados, as corporações, de modo a tornar-se a expressão dos interesses econômicos dos mesmos e das forças culturais que os orientam.”*⁸⁰²

Já em Oliveira Vianna, este Estado corporativo tinha uma essência diferente daquele que aparecia na Itália, com Maionolesco, uma vez que este autor defendia algo um sistema totalitário de governo. Para Vieira, a idéia de um Estado Corporativo em Vianna estava vinculada mais a percepção na necessidade em se unir o país real com o país legal, que se viam isolados. Assim ele diz que:

*“Sua idealização da realidade autoriza a solução do grande problema teórico do nosso autor: a união do país real com o país legal. A identidade entre ambos surge da atividade das corporações. Ao nível desta concepção, as organizações corporativas funcionam como mediadoras entre os dois países, sob a égide de um Estado sem partido púnico e sem ideologia organizada, que substituir o princípio da liberdade pelo princípio da autoridade. Tal é o Estado Corporativo de Oliveira Vianna, sob forma de Estado Autoritário.”*⁸⁰³

De uma forma curiosa é válido pensarmos que sob este aspecto, Vianna concebia o

802Vieira, Evaldo Amaro. *Oliveira Vianna & O Estado Corporativo*. SP, Editorial Grijado, 1ª edição, 1976, p. 21

803Idem, p. 68

Estado Corporativo como uma forma de proteção para a população brasileira. Não reconhecendo, neste sentido, a capacidade do povo brasileiro de se organizar – da falta de solidariedade social, em razão da sua inferioridade racial e social e vendo que somente com a eugenia este povo poderia se desenvolver – mesmo que longo prazo – o Estado Corporativo surgia como uma proteção, uma garantia de proteção a população.

Curiosamente, é intrigante pensarmos que hoje, no início do século XXI, o trabalho de Vianna que mais representou este pensamento, que foi a criação da legislação trabalhista na era Vargas, como a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), na época vista como um instrumento de opressão e controle aos trabalhadores, seja hoje defendida com bastante veemência pelos sindicatos e pelos grupos de esquerda, como uma garantia de proteção dos direitos dos trabalhadores, cada vez mais ameaçados pelas políticas neo-liberais.

4 – Debates e polêmicas: um legado.

Publicando *As Populações meridionais do Brasil* em 1920, Oliveira Vianna conseguiu, já na sua primeira obra, um impacto fundamental na sua carreira. Ao longo dos anos 20, ele conseguiria manter este prestígio, com outras obras, em especial, *a evolução do povo brasileiro* e *O idealismo na Constituição*.

Porém, isto não impediu que pontos chaves de sua obra, como por exemplo a questão racial, não fosse questionada por autores de seu tempo, como já mencionado Manoel Bomfim e Artur Ramos. Mesmo assim, a obra de Vianna conseguiu se sustentar até o surgimento de um novo pensamento nos anos 30, gerada pelo impacto de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre.

Quem comenta, de forma bastante sóbria esta questão é Antônio Cândido ao comentar o impacto que a obra de Freyre, em conjunto com *Raízes do Brasil* e formação do Brasil contemporâneo, produziu na sua geração:

*“Ao lado de tais livros, a obra de por tantos aspectos penetrante e antecipadora de Oliveira Vianna já parecia superada, cheia de preconceitos ideológicos e uma vontade excessiva de adaptar o real a desígnios convencionais.”*⁸⁰⁴

⁸⁰⁴Cândido, Antônio. “O significado de “Raízes do Brasil””, in Buarque, Sérgio. *Raízes do Brasil*, SP,

Esta opinião de Cândido é bastante interessante e também se equivale a de Lucia Lippi Oliveira, que avaliava o papel histórico de Vianna, como sendo o de um autor de seu tempo:

*“Oliveira Vianna foi um autor de seu tempo, elo de ligação entre a chamada geração de 1870 (Sílvia Romero, Euclides da Cunha, entre outros) e o pensamento nacionalista brasileiro após a Primeira Guerra Mundial (marcado pelos críticos da Constituição de 1891 e da República Velha) e vai dar suporte ideológico ao Estado brasileiro no pós-30 e principalmente nos pós-37”*⁸⁰⁵.

Portanto, Vianna, como um elemento de transição, produzia uma obra que mesclava elementos já explorados anteriormente – no caso da questão racial, por exemplo, abrindo a perspectiva para novas idéias e debates.

O vínculo que Vianna teve com o Estado Novo de Vargas, trabalhando no Ministério do trabalho era, de certa forma a concretização de muitas de suas idéias, principalmente à respeito do Estado autoritário e do corporativismo, que pode aplicar e implantar, em especial a legislação trabalhista.

Este mesmo vínculo depois cobraria caro à Oliveira Vianna. A sua obra e a sua pessoa estariam para sempre ligados – inclusive de uma forma bastante forte – a todo o tipo de crítica ao racismo, aos governos de direita ou autoritários, inclusive o nazismo – o qual com certeza ele não pactuava.

Aliás é bom lembrar que Vianna, por mais que tenha defendido o Estado autoritário, não se vinculou a partidos extremistas ou que preconizavam regimes fascistas, como o Integralismo. Vianna, como bem lembra Murillo de Carvalho, estava vinculado a um conservadorismo ainda mais antigo, ao “iberismo”. Assim ele define:

“o iberismo pode ser entendido, negativamente, como a recusa de aspectos centrais do que se convencionou chamar de mundo moderno. É a negação da sociedade utilitária individualista, da política contratualista, do mercado como ordenador das relações econômicas. Positivamente, é um ideal de sociedade fundada na cooperação, na

Companhia das Letras, 26ª edição, 2003, p. 9

805Oliveira, Lucia, Lippi. “Uma leitura das leituras de Oliveira Vianna”, in . *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas, Unicamp, 1993, p. 242

incorporação, no predomínio do interesse coletivo sobre o individual, na regulação das forças sociais em função de um objetivo comunitário.”⁸⁰⁶

Era um conservadorismo mais antigo, mais vinculado ao mundo ibérico, baseado em uma visão católica conservadora da sociedade, mais semelhante, assim, a implementada por Salazar em Portugal, com o qual Gilberto Freyre de certa forma se ligava através do luso-tropicalismo.

Porém este vínculo ao autoritarismo custou a Vianna uma série de críticas, de diversos autores: Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Dante Moreira Leite, José Honório Rodrigues. Todos eles procuraram relacionar Vianna a regimes de exceção, como Sodré, que o chamava de “Rosenberg brasileiro”⁸⁰⁷. Dante Moreira Leite, professor de psicologia social, chegou a afirmar que Vianna deveria ter sido uma pessoa muito infeliz, em razão da forma como trabalhava com o negro, expondo ódio e desprezo.⁸⁰⁸ Já para José Honório Rodrigues, que chegou a escrever um livro com o objetivo de desacreditar por completo Oliveira Vianna, o ensaísta era um ultra reacionário.⁸⁰⁹

Vianna acabou tendo a visão de sua obra consumida pelo próprio tempo, que o manteve, como bem diz Murillo de Carvalho, “nos infernos”. E é de lá, visitando Vianna (e sem trazer ele de volta, como o autor diz), que Carvalho percebe que a ida aos infernos estava vinculada à compreensão sobre o iberismo, que se inseria em nosso próprio contexto social.⁸¹⁰

Da mesma forma que foi enviado aos infernos, Vianna também foi resgatado por uma série de pensadores, que pretendiam transformá-lo em uma espécie de mito, dando-lhe uma característica completamente diferente, procurando enaltecer sua obra. Francisco Iglesias foi irônico ao dizer que estes intelectuais eram “devotos do culto de Oliveira Vianna”, que o viam quase num sentido religioso.⁸¹¹

⁸⁰⁶Carvalho, José Murillo. “A utopia de Oliveira Vianna”, in *O pensamento de Oliveira Vianna*. op.cit., p. 23

⁸⁰⁷Sodré, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo*, op.cit, p. 194

⁸⁰⁸Leite, Dante Moreira, *O caráter nacional brasileiro*, p. 232

⁸⁰⁹Rodrigues, José Honório. *História da história do Brasil a metafísica do latifúndio – o ultra reacionário Oliveira Vianna*. Vol. II, tomo I. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1988

⁸¹⁰Carvalho, José Murillo, *Op cit.*, p. 35

⁸¹¹Iglesias, Francisco. “Leitura Historiográfica de Oliveira Vianna”, in *O pensamento de Oliveira Vianna*.

Este é o caso Marcos Almir Palmeira, que chega a transformar Vianna em uma espécie de símbolo da importância da intelectualidade fluminense para a construção do pensamento nacional:

*“Essa posição, que acordou as nossas elites, em especial a partir de 1930, foi precisamente a que reuniu no espaço histórico, sob a mesma inspiração telúrica, o cantagalense Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha, o itaborainense Alberto de Seixas Martins Torres e o saquarense Vianna de Oliveira Vianna.”*⁸¹²

Oliveira Vianna acabou sendo levado para onde a corrente política e ideológica o conduzia. Em um estudo mais recente, Maria Stella Martins Bresciani mostrou que Oliveira Vianna foi retomado em diálogo por autores como Sérgio Buarque, embora de forma nuançada, uma vez que Sérgio Buarque tinha um discurso moderno, enquanto o de Vianna era bastante conservador.

“seria, pois, exatamente em termos de interpretação histórica que o desacordo se instala. Na argumentação, os estilos divergem.”

E complementando:

*“Querelas interpretativas? Discordância, teóricos: Isso, e mais que isso. Creio necessário lembrar estar na base desse desacordo projetos políticos divergente: manter dois olhos voltados para usos e costumes, ou seja, a tradição, e aperfeiçoá-la modernizando-a como ambicionava Oliveira Vianna.”*⁸¹³

E avaliando a obra de Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna ela diz que:

“A despeito dos projetos diferenciados, as conclusões de Buarque de Holanda iam de encontro às de Oliveira Vianna e e Freyre na idêntica denúncia do erro cometida pelas elites dirigentes, quando da adoção constitucional do liberalismo democrático. O historiador e o bacharel-sociólogo fluminense

op.cit., p. 345

812Madeira, Marcos Almir. “Posição e atualidade em Oliveira Vianna”. In *O pensamento de Oliveira Vianna*. op.cit. p. 189

813Bresciani, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. SP, Editora, UNESP, 2005, p. 471

*desenvolvem um argumento assemelhado, ao atribuírem, a impossibilidade de êxito das instituições liberais ao fato da “ideologia impessoal” não ter fincado raízes em meio a uma “aristocracia rural e semifedual, somada à “distância entre o elemento ‘consciente’ e a massa brasileira””.*⁸¹⁴

Dentro deste quadro analítico, podemos perceber que a influência e a importância de Vianna se deu não apenas no seu tempo imediato. Amado e odiado, mas ainda em evidência, Vianna faz parte do pensamento brasileiro. Como nos diz Faria:

*“A análise dos escritos e da trajetória social e intelectual de Vianna de Oliveira Vianna (1883-1951) constitui assim uma das mediações necessárias para a compreensão das temáticas obrigatórias do que hoje denominamos de pensamento social brasileiro.”*⁸¹⁵

Emilia Viotti da Costa, fazendo um painel crítico não apenas a Oliveira Vianna, mas também a sociedade de seu tempo, diz que:

*“Era considerado um dos expoentes da literatura e seus estudos sobre a história do Brasil alcançavam rápido sucesso, conferindo-lhe grande prestígio. Suas obras vinham satisfazer o desejo de introspecção e auto-análise que a sociedade brasileira revelava em grau sempre crescente. Situando os problemas dentro de uma perspectiva idealizadora, retratara as classes dominantes tal como gostariam de se ver. Em Populações meridionais e Evolução do Povo Brasileiro, imprimira uma direção nova aos estudos históricos, conferindo-lhes um cunho sociologizante.”*⁸¹⁶

Francisco Iglesias faz uma avaliação parecida, porém com uma ressalva crítica:

*“Se teve relativo êxito com seus textos, na sua época, está hoje relegado a segundo plano, com justeza. Excluí-lo do estudo é demais a ser evitada. Decerto, exige muita cautela na leitura; para gente desprevenida ou sem preparo representa mais um mal do que um bem”*⁸¹⁷.

814Idem, p. 471

815Faria, Luiz de Castro. *op.cit*, p. 138

816Costa, Emilia Viotti. *op.cit*, p. 415

817Iglesias, Francisco. *Historiadores do Brasil*, RJ, Nova Fronteira, p. 192

A argumentação de Iglesias é bastante pertinente para o cuidado ao ler Oliveira Vianna, a fim de evitar que o seu pensamento, interpretado de uma forma errada, possa provocar mais problemas do que apontar soluções.

Já Antônio Cândido aponta as qualidades de Oliveira Vianna enquanto ponto máximo do pensamento que havia sido iniciado com Sílvio Romero:

*“Com ele, atingimos o momento decisivo na formação da sociologia brasileira, em que representa o divisor de águas entre a tendência para a “vista sintética”, como dizia Sílvio Romero, e a necessidade analítica de discriminar tipos sociais, de que Euclides fora o precursor.”*⁸¹⁸

Porém, como ele sinaliza:

*“se Oliveira Vianna é um fim da linha de “teoria geral do Brasil” sob um ponto de vista evolutivo, Gilberto Freyre, embora ligado a ela, é um começo, pela renovação dos métodos e a larga informação teórica em que se fundou.”*⁸¹⁹

Podemos assim pensar em Oliveira Vianna em qual sentido? Como um autor reacionário, racista, conservador? Defensor do Estado autoritário e dos direitos da “aristocracia rural”? Anti-democrático?

Penso que podemos interpretar Oliveira Vianna tendo isto em mente; não podemos nos esquecer do seu papel histórico, na formação da sociologia brasileira, nem mesmo do fato de ele ter sido uma pessoa atuante seja no mundo político e do direito, seja no mundo intelectual.

Sobre a questão racial, Vianna de fato era preso às teorias raciais de uma forma bastante acentuada, muito mais do que Sílvio Romero e Euclides da Cunha. Irritava muito, a Vianna, a questão do negro, vendo-o com desdém.

Estas idéias raciais acabaram sendo contestadas e caducaram ainda no tempo de vida do autor. Eram teorias que em seu tempo já eram questionadas de uma forma muito mais profunda do que no tempo dos outros autores estudados. E mesmo durante a vida do autor, o pior do racismo veio à tona com o nazismo, fazendo com que estas teorias racistas

⁸¹⁸Cândido, Antônio. *A sociologia no Brasil*. op.cit, p. 281

⁸¹⁹Idem, p. 282

se tornassem completamente desacreditadas – mas não de fato abolidas no trato pessoal e quando não no legal, em vários países do mundo, como na África do Sul, onde até 1994 vigorou um regime de *apartheid*, que segregava e mantinha a vasta maioria da população negra e mestiça (chamada de “colorida”) alheia dos direitos civis, benefícios sociais, de empregos, eleições, ensino superior e até mesmo de vastas regiões do país e de grande parte das cidades.

Prejudicado pela relação com aquelas teorias raciais, Vianna, acabou deixando que sua obra fosse excessivamente marcada por elas. Mesmo assim, em vários momentos, ele conseguiu superar, mesmo que parcialmente, estas teorias.

Vianna procurou construir um retrato do Brasil de uma forma bastante original, como o país se estruturando através do campo, não das cidades ou das decisões governamentais. Assim, em sua proposta, o Brasil “real” era aquele formado pelo campo, onde as estruturas que de fato simbolizaram o Brasil existiam. O autor também não percebia aqui uma contradição: ao escolher esta forma de análise, também ele não poderia estar incorrendo em uma idealização da vida no campo? Afinal, é visível que Vianna fantasiava muitas situações da história brasileira para ajustá-las a suas teorias. Desta forma, o autor também criava as suas idealizações.

Estas idealizações, associadas às idéias racistas, não impediram Vianna de fazer uma análise importante e interessante desta mesma sociedade rural e da própria “aristocracia” rural, como o autor definiu. Quando Oliveira Vianna escrevia *Populações Meridionais*, a maioria da população brasileira morava no campo e não nas cidades. Desta forma, estudar a sociedade rural, algo inabitual em seu tempo, era estudar um parte significativa do Brasil.

É com base neste estudo sobre a sociedade rural que Vianna construiu seu imaginário sobre os fundamentos do Estado brasileiro. Se o quadro de Oliveira Vianna é bastante controverso, tem um certo sentido. Para o autor, faltavam as estruturas sociais, tal como a solidariedade social, que garantiriam a existência de uma sociedade democrática. Vianna não enxergava a possibilidade de uma democracia no Brasil não porque detestasse a democracia, mas sim porque não acreditava na existência de relações sociais, a “solidariedade social”, necessárias para a formação de uma ordem democrática.

Por esta razão, ele projetava a necessidade de um Estado forte, centralizador, que existiria no sentido de proteger a população mais pobre, garantindo as leis e a ordem. Desta forma, ele contribuiu diretamente para a concepção e o estabelecimento de leis trabalhistas que deram esta “proteção” ao trabalhador, que é o caso da CLT.

Vianna pode também ser visto como o complemento, o estágio final de uma linha pensadores que surgiu com Sílvio Romero. Ele potencializou debates que Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha já trabalharam: a identidade do povo brasileiro, a fraqueza do Estado, nossa visão de civilização e de barbárie; e o futuro do Brasil enquanto país viável.

Após 89 anos da publicação original de *Populações Meridionais do Brasil*, ainda nos debatemos a respeito das dificuldades da implantação de uma democracia plena no Brasil, em decorrência das condições sociais da população – aquilo que ele chamou de falta de solidariedade social. Assim, somos democráticos, mas até que ponto? Quais são os problemas que enfrentamos para a construção de uma ordem democrática plena?

Não seria o caso de avaliarmos o ranço, a perspectiva daquela sociedade rural descrita por Vianna, que ainda está nos influenciando? Que ainda não deixamos para trás? Embora sejamos majoritariamente urbanos ainda guardamos a nossa origem e influência rural.

Assim, Vianna, por mais superado que esteja em suas teorias, principalmente as raciais, ainda abrem perguntas para refletirmos sobre nossa vida e nossa sociedade.

ALGUMAS CONCLUSÕES.

“Os intelectuais pertencem ao seu tempo.

São arrebanhados pelas políticas de representações para as sociedades massificadas, materializadas pela indústria de informação ou dois meios de comunicação, e capazes de lhes resistir apenas contestando imagens, narrativas oficiais, justificações de poder que os meios de comunicação, cada vez mais poderosos, fazem circular -e não só os meios de comunicação, mas também correntes de pensamento que mantêm o status quo e transmitem uma perspectiva aceitável e autorizada sobre a atualidade -, oferecendo o que Mills chama de desmascaramentos ou versões alternativas, nas quais tentam dizer a verdade da melhor forma possível.”

Edward Said (Representações do intelectual, p 35)

As teorias raciais tiveram uma grande influência na segunda metade do século XIX e no início do século XX no mundo intelectual. Autores das mais diferentes linhas de pensamento foram influenciados por estas teorias – eram o racismo dito científico -, agregando teorias diversas, desde a aplicação aberta e distorcida das teorias de Darwin, passando por preconceitos ocidentais em relação aos povos “exóticos”, o imperialismo mundial e o imaginário de superioridade da civilização ocidental sobre as outras civilizações.

Este pensamento se tornou dominante e em particular a adoção da superioridade ocidental – com ênfase em inglesa, francesa e alemã – sobre o resto do mundo. Ele marcou de tal forma intelectuais de diversas nações que o imaginário ocidental se tornou padrão do mundo. Assim, países começaram a adotar costumes, linguajar, construções que remetessem à “civilização”. É neste sentido que tal imaginário acabou sendo adotado em diversos países, em especial do que se chamou em meados do século XX “terceiro mundo”, que querendo se modernizar, se “tornar” algo maior, entrar para a “civilização”, se projetavam de forma a construir tais valores.

É aqui, neste contexto, que o racismo científico ganhou o seu campo de atuação. Ele projetava a necessidade, a inviabilidade da civilização. Euclides da Cunha chegou a dizer que “*estamos condenados à civilização*”. Era a chave para compreendermos estas teorias: a idéia da civilização, da superioridade, de se construir um futuro melhor, com um povo melhor qualificado, biologicamente, mas também nos planos político e social.

A influência destas teorias era tremenda. Não apenas afetava internamente os países – com perseguições a populações internas aos seus territórios consideradas hostis –, como na política imperialista mundial, na condição de justificativa para a dominação dos povos “exóticos” pelos países imperialistas mundiais. Neste contexto, mesmo mentes brilhantes como a de Albert Einstein podiam ser influenciadas por estas teorias, como se atesta uma recente biografia do grande cientista, onde ele demonstra, em 1927, uma grande preocupação pelo casamento de seu filho Hans Albert, uma vez que a sua esposa era considerada por Einstein como sendo inadequada a seu filho, em decorrência da sua aparência física, ao ponto de dizer que “*A deterioração da raça é um problema sério*” e pedido que não tivesse filhos.⁸²⁰ Curiosamente, Einstein seria perseguido posteriormente pelos nazistas por sua condição de judeu.

Dentro de um contexto como o do Brasil da virada do século XIX para o XX, estas teorias se tornavam adequadas ao momento histórico vivido no país. Ele experimentou o longo processo de abolição da escravidão e da proclamação da República, que envolvia a construção de um novo país, “civilizado” e “progressista”. Assim, as teorias raciais ganhavam um terreno fértil, principalmente na definição da identidade racial, que deveria

820 Isaacson, Walter. *Einstein, sua vida, seu universo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 375. As afirmações do autor são baseadas nas cartas recém divulgadas de Einstein

ser a branca. Poucos autores, tais como Manoel Bomfim e Lima Barreto, foram capazes de fazer críticas abertas estas teorias, sendo por conta disso banidos do foco de discussão ou negligenciados ao longo da História⁸²¹.

Políticas de imigração de europeus foram adotadas, com o objetivo de definir a sociedade brasileira como branca e civilizada. Havia um total desprezo pelas populações pobres, negras e mestiças, que não se adequavam à imagem que se queria construir do país.

Neste sentido, começou-se a discutir a aplicabilidade de tais teorias raciais no Brasil. Sílvio Romero foi o pioneiro. Ele defendia a superioridade da raça branca; porém, da mesma forma, ele via na população mestiça o verdadeiro país, onde a cultura tipicamente brasileira, o nosso folclore, os nossos costumes, a nossa literatura, se formou. Apoiando a miscigenação racial, Romero construiu uma situação na qual a imigração européia era vista de forma positiva, porque trazia pessoas mais biologicamente adequadas e vigorosas ao país. Mas sustentava que esta miscigenação deveria preservar e manter a cultura brasileira então atual. Assim, em Romero, existia uma contradição: ele elogiava o mestiço e o negro por sua cultura e por a ser a base cultural do país; por outro lado, defendia a existência de uma sociedade onde a vitória deveria ser do branco.

Nina Rodrigues foi outro pioneiro, desta vez nos estudos sobre o negro. Nina pode produzir uma obra fundamental sobre o negro brasileiro, mesmo influenciado por estas teorias raciais. Indo além das teorias, Nina Rodrigues conseguia enxergar no negro muito mais do que apenas um estereótipo racial: ele via um ser capaz de produzir uma cultura rica e importante. Analisando o negro, Nina não acreditava que eles fossem capazes de gerar ou ser a base da civilização brasileira. Porém tinha uma verdadeira admiração pelo negro, procurando conhecê-lo e até defendê-lo, principalmente quando de perseguições policiais. Nina tinha um verdadeiro interesse pelo negro e pela cultura africana.

Euclides da Cunha foi continuador e também, por si mesmo, um pioneiro. Era um continuador do pensamento de Sílvio e Nina, principalmente no que tange à questão racial;

⁸²¹Em meu livro, *Nacionalismos anti-racistas* (LCTE, 2009), procurei mostrar que Bomfim foi esquecido e manipulado ao longo da História, o que fez com que o seu pensamento se perdesse ao longo do tempo, sendo que somente em época mais recente ele foi redescoberto, de forma imparcial e aprofundada.

Sobre o anti-racismo de Lima Barreto, dentre outros títulos:

SILVA, Marcos A. “Detrito federal – O vômito e o silenciamento de Lucrécio Barba-de-bode”. Digitado.

mas também foi um grande pioneiro no estudo e na defesa do sertanejo, seja ele o nordestino, seja ele na Amazônia. Euclides, ao analisar o sertanejo, pode fazer uma reflexão profunda sobre a dinâmica existente entre o sertanejo que via como sendo um degenerado, mas que também lhe parecia um forte. Indo mais além, Euclides faz um paralelo entre a civilização e a barbárie, mostrando que acabavam se fundindo, se tornando uma relação que fazia o autor duvidar da própria viabilidade da civilização.

Francisco José de Oliveira Vianna, também, foi um pioneiro. Vianna chamou a atenção para estudar as nossas populações rurais, para estudarmos e compreendermos aquele Brasil rural, que dava sustentação a toda ordem política nacional. Se é verdade que ele não conseguia superar as teorias raciais, é certo também que ele abriu um espaço para a contestação das mesmas, através de sua potencialização e por tratar deste assunto num momento em que surgia o nazismo na Alemanha.

As teorias raciais não conseguiam explicar a realidade, até porque elas carecem de fundamento científico e não conseguem estabelecer conclusões sociais. Neste sentido, os quatro autores estudados, em várias passagens de seus textos, abriam espaço na narrativa para outras interpretações que fugiam do racismo científico. Críticas à sociedade, à elite, à organização social, ao Estado surgiam em suas obras.

Estas críticas tornavam clara a natureza contraditória das teorias raciais. Demonstravam como estas teorias não possuíam qualquer sustentação quanto confrontadas com a realidade social; a própria construção ideológica do imaginário de superioridade e inferioridade racial envolvia a dificuldade sobre como tratar as “raças inferiores”.

É necessário, portanto, analisar a perspectiva que as teorias raciais adquirem na obra dos nossos quatro autores. Sílvio Romero valorizava o mestiço e o negro na formação brasileira, como sendo fundamental para o estabelecimento do branco nos trópicos; já Nina Rodrigues os via como sendo um fator negativo para a civilização brasileira, apesar de admirar a sua cultura e história; Euclides da Cunha valorizava o mestiço do sertão – que era um forte –, ao contrário do da costa, que seria um fraco e degenerado; Oliveira Vianna defendia abertamente a “arianização” ou o “branqueamento” da população como uma forma de superação dos limites da sociedade brasileira. O pensamento racial não era apenas contraditório em relação à sociedade, mas também era contraditório quando confrontado

consigo mesmo.

Estas teorias perderam qualquer credibilidade científica, em particular pelos conhecimentos no campo da biologia e da genética, que destruíram completamente a argumentação racial. Isto sem deixar de mencionar a experiência oriunda do regime nazista, que com base nestas teorias, implantou o genocídio em larga escala; do Imperialismo europeu, em particular na África e na Ásia, onde milhões de pessoas foram exterminadas.

Ficou cada vez mais evidente que as teorias raciais correspondiam a preconceitos sociais, criados com o objetivo de controle ou até mesmo o extermínio de um grupo (ou de nações) por outro/as do que necessariamente a explicar a realidade.

Portanto mais do que apenas representativa de uma “verdade científica, a noção de “raça” envolvia uma dimensão ideológica, servindo de instrumento de controle e dominação de um grupo sobre outro. Desta forma, fica evidente que não existem raças humanas; toda e qualquer discussão que possa existir sobre as raças humanas se opera no nível ideológico e pode se tornar assim um instrumento de dominação, violência e controle social.

Neste sentido o que valida as obras de Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna é a forma como eles escapavam das teorias raciais. Em vários momentos em suas obras, eles conseguiam superar estas teorias ou entrar em franca contradição com elas, ao mostrar uma parte da realidade inesperada.

Em seu campo de trabalho, além de pioneiros, foram praticamente autodidatas. Em uma época onde não existiam universidades no Brasil, seus estudos eram pioneiros em vários sentidos. Não existiam pesquisadores do social no Brasil. Mesmo na Europa esta era uma disciplina que apenas estava nascendo com Max Weber (1864/1920) e Emile Durkheim (1858/1917).

Sílvio Romero foi um dos primeiros a chamar a atenção para os estudos sobre os negros, até então pouco lembrados, ou mesmo negligenciados; Nina Rodrigues atendeu ao pedido, procurando estudar os negros e em particular, a cultura africana que ainda se fazia sentir de uma forma profunda naquela Salvador do final do século XIX.

Muitos erros das obras destes autores foram causados por esta circunstância

histórica. Somente Nina Rodrigues tinha condições, em razão da sua formação médica, de debater a questão racial com mais propriedade; no que tange ao sertanejo, a visão de Euclides era única, tendo testemunhado não apenas Canudos, mas também a contraposição à situação de Canudos naquela Rio de Janeiro que procurava se mostrar civilizada, mesmo que fosse apenas uma verniz de civilização.

Já Sílvio Romero vivenciou a situação do interior de Sergipe – era da cidade de Lagarto, do interior do Estado – e conheceu muito da cultura popular brasileira, procurando organizá-la, catalogá-la, evitando assim que um traço importante da cultura brasileira se perdesse com o tempo, mesmo sem ter a formação sistemática de antropólogo ou sociólogo. Da mesma forma ele via na literatura brasileira um reflexo da nossa formação nacional.

Oliveira Vianna era um caso um pouco diferenciado, por ser de um período posterior e que, mantendo a base dos outros autores, acabou entrando em certa contradição com o seu próprio período histórico. Vianna, como ressalta Arno Wehlig, estava em contradição com o pensamento de seu tempo. Era uma fase de transição, na qual o escritor fluminense acabava se associando a um período no qual ele não havia trabalhado.

*“Oliveira Vianna cumpriu o programa de estudos sociais que Sílvio Romero havia esboçado, mas sua falha consistiu em fazê-lo com os instrumentos intelectuais daquele”*⁸²².

Vianna representou, de certa forma, o último dos pensadores daquela linhagem iniciada por Sílvio Romero e a escola do Recife.

Neste sentido é interessante perceber como os autores se interagiam: Sílvio Romero fora mencionado várias por Nina Rodrigues, seja em *As raças humanas* ou em *Africanos no Brasil*; Nina também fora mencionado por Euclides da Cunha, sendo a sua maior fonte à respeito das teorias raciais. Sílvio nutria um verdadeiro respeito por Euclides, ao ponto de lhe fazer o discurso na Academia Brasileira de Letras e também por lhe dedicar outros artigos; Oliveira Vianna, escrevendo num período posterior, demonstrava um grande vínculo intelectual com estes autores, apesar de algumas críticas, tais como o fez com

⁸²²Wehlin, Arno. “O Estado colonial na obra de Oliveira Vianna”, in *O pensamento de Oliveira Vianna*, op. cit, p. 81

Euclides, qualificando-o mais como um poeta do que como um sociólogo ou pesquisador.⁸²³

Autodidatas, cometeram erros, mas também muitos acertos. Nina Rodrigues, por exemplo, tinha uma visão do negro como um produtor de cultura e história. Tinha admiração e respeito por eles e isto é evidente em todos os seus textos. As suas idéias tinham um propósito de defendê-lo. Sílvia Romero também, porque ele teve a percepção e a disposição de ver o negro como fundamental para a formação do Brasil – assim como o mestiço, que tanto valorizava. É importante ressaltar que Sílvia compreendia o mestiço como cultura e também como raça; em muitas das suas passagens, estas idéias de misturavam. Mas valorizava a cultura brasileira, defendendo-a.

Euclides da Cunha teve o grande mérito de nos mostrar um Brasil desconhecido – o sertão – e, mais ainda, produzir uma crítica violenta ao próprio país, à própria ordem constituída. A guerra de Canudos simbolizou muito mais do que a destruição de um arraial pelo exército, simbolizou a destruição de uma parte significativa do Brasil, de sua essência. A partir de Canudos, Euclides pode questionar os próprios valores da “civilização” que estava sendo implementada com a República.

Oliveira Vianna, mostrou um Brasil rural que, apesar de compor a maioria da população brasileira, era desconhecido das cidades. Além disso, fazendo uma relação entre este mundo rural, formado e dominado por uma “aristocracia”, como assim o dizia, evidenciava os problemas de se implantar uma democracia plena no Brasil, sem termos formado uma rede de solidariedade social e de instituições que desse suporte a esta democracia.

Muito se tem discutido sobre o pessimismo destes autores, assim como outros de seu período histórico, a respeito do futuro do Brasil. É importante assinalar que este pessimismo era relacionado à situação política, à cobrança de um Estado coeso e determinado a resolver os problemas nacionais⁸²⁴. O fracasso do progresso que a República prometeu trazer gerou mais frustrações do que acertos. É verdade que a esperança no processo de arianização ou branqueamento poderia ser uma solução para este pessimismo,

823 Vianna fez anotações à este respeito no seu exemplar de *À margem da História*, que se encontra na Casa de Cultura Oliveira Vianna, em Niterói.

824 Essa cobrança perpassava múltiplos níveis do debate na opinião pública que se esboçava, como se observa em: SILVA, Marcos A. da. *Caricata República - Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, 100 pp (Onde está a República?).

em particular em Vianna, como assinala José Murilo de Carvalho⁸²⁵.

Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, que eram os autores mais pessimistas em relação ao futuro do Brasil, tiveram a sua obra incompleta. Ao contrário de Sílvio Romero, que morreu já com um 63 anos, e Vianna, com 68 anos, Nina e Euclides morreram no auge das suas vidas, aos 44 e 43 anos respectivamente. Percebendo o retrato que fizeram em seus últimos escritos, podemos concluir que o seu pensamento estava se orientando no sentido de superação das teorias racistas e numa abordagem mais ampla e crítica ao Brasil. Mas isto já faz parte da suposição e não da História.

Como pioneiros, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna abriram um espaço fundamental para a compreensão do Brasil. Sem os estudos destes autores, autores como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Josué de Castro, entre outros, não teriam o mesmo espaço, o mesmo terreno fértil no qual puderam trabalhar. Mesmo quando cometeram erros, foi através da sua crítica que se conseguiu estabelecer novos patamares e uma melhor compreensão da sociedade.

À parte as questões raciais (banidas pela ciência e que merecem o nosso desprezo ético e político), a outra parte destes autores, preocupada com o futuro, com o progresso do país, continua resistindo à prova do tempo. “*Os intelectuais pertencem ao seu tempo*”, como disse Edward Said, mas podem ampliá-lo em direção a outras perspectivas.

Neste sentido, suas obras continuam sendo clássicas não pelo tempo que se passou, mas principalmente pela perspectiva que ainda continua nos iluminando em direção ao futuro.

825No artigo *As duas cabeças de Oliveira Vianna*, José Murillo afirma que as posições pessimistas de Euclides da Cunha, Sílvio Romero e Nina Rodrigues não se refletiam em Vianna, que acreditando na viabilidade do processo de arianização, o país poderia ter um progresso no futuro.

ICONOGRAFIA

Sílvio Romero

Sílvio Romero (1851-1914)

Autor de obras fundamentais sobre a literatura e o folclore brasileiro, como *a História da Literatura Brasileira e cantos populares do Brasil*.

Imagem 1

Faculdade de Direito do
Recife na segunda
metade do século XIX

Um dos maiores centros
de divulgação filosófica do
Brasil no século XIX.

Imagem 2

Fachada atual da
faculdade de Direito do
Recife

Imagem 3

Nina Rodrigues

Raimundo Nina Rodrigues
(1872-1906)

Professor de Medicina Legal da faculdade de medicina da Bahia e pioneiro dos estudos sobre o negro brasileiro.

Autor de obras como *Os africanos no Brasil*, e *As raças humanas e a criminalidade penal no Brasil*.

Imagem 4

Faculdade de Medicina da Bahia à época de Nina Rodrigues.

Imagem 5

Prédio da faculdade de medicina da Bahia. O prédio foi reconstruído depois do incêndio que o destruiu em 1905. Hoje este prédio serve como museu e sede da Gazeta Médica da Bahia.

Imagem 6

Imagem do Laboratório utilizado por Nina Rodrigues. O crânio de Antônio Conselheiro ficou neste laboratório até 1905, quando do incêndio que destruiu a Faculdade de Medicina.

Imagem 7

Vista atual do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, em Salvador, Bahia.

Imagem 8

Euclides da Cunha

Euclides da Cunha (1866-1909)

Engenheiro e escritor, Euclides escreveu obras que ganharam um cunho universal como *Os Sertões*, se tornando um dos brasileiros mais lidos no exterior.

Imagem 9

Casa utilizada por Euclides da Cunha em São José do Rio Pardo, interior de São Paulo.

Atualmente é a sede da Casa de Cultura Euclides da Cunha, ou também conhecida como “Casa Euclidiana”.

Imagem 10

Ponte metálica construída por Euclides da Cunha (atual Ponte Euclides da Cunha) em São José do rio Pardo.

Foi durante a construção desta ponte que ele escreveu *Os sertões*.

Imagem 11

Cabana de zinco utilizada por Euclides da Cunha, durante a construção da ponte e na qual ele escreveu grande parte de *Os sertões*.

Atualmente tombada pelo patrimônio nacional, ela está em uma redoma de vidro para a sua proteção.

Imagem 12

Placa de homenagem à Euclides da Cunha, no recanto Euclidiano.

Imagem 13

Túmulo de Euclides da Cunha e de seu filho Quidinho, em São José do Rio Pardo.

Imagem 14

Oliveira Vianna

**Oliveira Vianna
(1883-1951)**

Advogado e sociólogo, Vianna, foi um dos intelectuais mais influentes na década de 20, tendo uma destacada participação da elaboração da legislação trabalhista durante o governo Vargas.

Imagem 15

Vista da casa de Oliveira Vianna, na Alameda São Boaventura, em Niterói

Imagem 16

Casa de Oliveira Vianna, em Niterói

Imagem 17

Interior da casa.

Imagem 18

Canudos – a civilização e a barbárie

Tropas da cavalaria no
assalto à Canudos.

Imagem 19

Batalhão da infantaria

Imagem 20

Vista parcial de Canudos

Imagem 21

Vista parcial de Canudos ao Poente

Cadáveres em Canudos
– a civilização se torna a
barbárie

Imagem 22

Cadáveres nas ruínas de Canudos

Igreja Nova destruída

Imagem 23

Mulheres prisioneiras.

Imagem 24

O único troféu da guerra: o
cadáver do Conselheiro

Imagem 25

Local onde está a
antiga cidade de
Canudos, hoje submersa
no lago Cocorobó.

Imagem 26

Lago onde esta submersa
a antiga cidade de
Canudos.

Imagem 27

Clima inóspito do sertão, na
região de Canudos.

Imagem 28

Estátua de Conselheiro:
ainda olhando para
Canudos.(nova cidade)

Imagem 29

A guerra que nunca
termina: a matadora
atacando Conselheiro,
na praça central de
Monte Santo, Bahia.

Imagem 30

Crédito das imagens:

- 1 – Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Sílvio_romero
- 2 – Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Faculdade_de_direito_do_recife
- 3 – Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Faculdade_de_direito_do_recife
- 4 – Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nina_rodrigues
- 5 – Fonte: <http://www.fameb200anos.med.ufba.br/>
- 6 – Fonte: Acervo pessoal do autor
- 7 – Fonte: <http://www.fameb200anos.med.ufba.br/>
- 8 – Fonte: acervo pessoal do autor
- 9 – Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Euclides_da_cunha
- 10 – Fonte: acervo pessoal do autor
- 11 - Fonte: acervo pessoal do autor
- 12 - Fonte: acervo pessoal do autor
- 13 - Fonte: acervo pessoal do autor
- 14 - Fonte: acervo pessoal do autor
- 15 – Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Oliveira_Vianna
- 16 - Fonte: acervo pessoal do autor
- 17 - Fonte: acervo pessoal do autor
- 18 - Fonte: acervo pessoal do autor
- 19 – Fonte: Foto de Flávio de Barros, cedida pela Casa de Cultura Euclides da Cunha, São José do Rio Pardo/SP
- 20 – Fonte: Foto de Flávio de Barros, cedida pela Casa de Cultura Euclides da Cunha, São José do Rio Pardo/SP

21 – Fonte: Foto de Flávio de Barros, cedida pela Casa de Cultura Euclides da Cunha, São José do Rio Pardo/SP

22 - Fonte: Foto de Flávio de Barros, cedida pela Casa de Cultura Euclides da Cunha, São José do Rio Pardo/SP

23 - Fonte: Foto de Flávio de Barros, cedida pela Casa de Cultura Euclides da Cunha, São José do Rio Pardo/SP

24 Fonte: Foto de Flávio de Barros, cedida pela Casa de Cultura Euclides da Cunha, São José do Rio Pardo/SP

25 - Fonte: Foto de Flávio de Barros, cedida pela Casa de Cultura Euclides da Cunha, São José do Rio Pardo/SP

26 - Fonte: acervo pessoal do autor

27 - Fonte: acervo pessoal do autor

28 - Fonte: acervo pessoal do autor

29 - Fonte: acervo pessoal do autor

30 - Fonte: acervo pessoal do autor

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Fontes da época

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões – a campanha de Canudos, SP*. Atelilê Editorial, 2001 (org. Leopoldo M. Bernucci)

_____ *Peru versus Bolivia*. RJ, Livraria José Olympio, 1938

_____ *Contrastes e confrontos*. SP, Editora Cultrix, 1975

_____ *À margem da história*, SP, Editora Cultrix, 1975

_____ *Preambulo*, in. Rangel, Alberto, *Inferno Verde*, 4º ed. Typographia Arrault, 1927

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1932

_____ *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939.

_____ *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil (1894)*. São Paulo, Nacional, 1938.

_____ *A Tróia Negra – erros e lacunas da história de Palmares – in Silva, Leonardo Dantas (org.), Estudos sobre a escravidão negra, Recife, ed. Massangame, Fundação Joaquim Nabuco, 1988,*

ROMERO, Sílvio. *A América Latina, análise do livro de igual título do dr.*

Manoel Bomfim, Porto, Chardon, 1906

_____ *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*, Aracaju, 2º ed. Petrópolis, Vozes, Gov. do estado de Sergipe, 1977

_____ *Compêndio de História da literatura brasileira*, RJ, Imago, 2001

_____ *Contos populares do Brasil*, RJ, Editora Itatiaia, 1974

_____ *Cantos populares do Brasil*, RJ, Ed. Jose Olympio, 1954

_____ *História da Literatura Brasileira*, tomo 1, RJ, Imago, 2001

_____ *História da Literatura Brasileira*, tomo 2, RJ Imago, 2001

_____ *História da Literatura Brasileira*, 3º edição, (organizada por Nelson

Romero), RJ, José Olympio, 1943

_____*Introdução a doutrina contra a doutrina*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001

_____*O Brasil na primeira metade do século XX*, Lisboa, A editora limitada, 1912

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro (1923)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1933

_____*Raça e assimilação*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.

_____*As populações meridionais do Brasil; história, organização, psicologia*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1952.

_____*Ensaio inédito*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1991

_____*O idealismo da Constituição*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933

_____*Problemas de política objetiva*, RJ, Record Cultural, 3º ed. 1974

_____*Pequenos estudos de psicologia social*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1942

_____*O ocaso do Império*, Rio de Janeiro : J. Olympio, 1959

Obras teóricas

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*, São Paulo, Editora Ática, 1989

_____*Comunidades imaginadas*. São Paulo, Companhia das Letras, SP, 2008

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*, São Paulo, Companhia das Letras, SP, 1997

COMAS, Juan. *Os mitos raciais*, Raça e Ciência I, São Paulo, Editora Perspectiva, 1970

GOLD, Stephen Jay. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. São Paulo, Editora

Martins Fontes, 2006

GUIBERNAU, Montessat. *Nacionalismos – o Estado nacional e o nacionalismo no século XX*, São Paulo, Jorge Zahar Editor, 1997;

HOBBSBAWM, Eric J. *Sobre História*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998

_____ *A era do capital*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

_____ *A era dos Impérios (1875-1914)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3º ed. , 1992

_____ *Nações e nacionalismo desde 1780*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991

MAYER, Arno J. *A força da tradição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990

POLIAKOV, Leon. *A Europa suicida*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1977

_____ *O mito ariano*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1971

POUTIGNAT Philippe & FERNART, Jocelyne Streiff. *Teorias da etnicidade*, São Paulo, UNESP, 1997

SCHWARCZ, Lilia Moritz & Queiroz, Renato da Silva. *Raça e diversidade*, São Paulo, Edusp, 1996

SFORZA, Luigi Luca Cavalli. *Genes, povos e línguas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003

Outros textos analíticos

ABDALA JUNIOR, Benjamim. *Sílvio Romero: História da literatura brasileira*. in *Um banquete no trópico – Introdução ao Brasil vol.2*. São Paulo, Editora Senac, 2000

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida privada e ordem privada no Império*. In *A história da vida privada no Brasil*. Volume 2, São Paulo, Companhia das Letras, 1999

_____ *Caras e modos dos migrantes e imigrantes*. In *História da vida privada*. Vol 2. São Paulo, Companhia das Letras, 1999

ALGANTI, Leil Mezan. *Famílias e vida domésticas*. In *História da Vida privada no Brasil I – América Portuguesa*, São Paulo, Companhia das letras, 2006

ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*, Achiamé, Rio de Janeiro, 1979

ANDRADE, Mario. *Ensaio sobre a música brasileira*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1962

ANTONNACI, M. Antonieta M. *A vitória da razão (?) O Idort e a sociedade paulista*, São Paulo, Marco Zero, 1993

ARAUJO, Telmo Renato da Silva. *O pensamento racial em Nina Rodrigues e Fernando Ortiz*, Tese de mestrado, Franca, UNESP, 2003

BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. USP, tese de doutorado, 1999

BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003

BECHELLI, Ricardo Sequeira. *Nacionalismos anti-racistas*, São Paulo, LCTE, 2009

_____. *A guerra do pacífico (1879/1883) e o pensamento anti-racista de Manuel Gonzalez Prada*. In *Projeto História nº31 – Américas*, PUC/SP, São Paulo, 2005

BEZERRA, Alcides, Sylvio Romero, *o pensador e o sociólogo: conferencia pronunciada no dia 17 de outubro de 1929, na Soc. Brasileira de Philosophia*. Oficinas Graphicas do Archivo nacional, 1935

BERNUCCI, Leopoldo M. *Prefácio*. In *Os Sertões – a campanha de Canudos*, São Paulo, Atelilê Editorial, 2001

_____, (org.). *Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha*. São Paulo, Edusp, 2007

BLACK, Edwin. *A guerra contra os fracos – a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior* – SP, Editora A Girafa, 2003

BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Tipografia nacional, 1883-1902 v.6, Rio de Janeiro (reimpressão: Conselho federal de Cultura, 1970).

BOMFIM, Manoel. *A América Latina – males de origem, o parasitismo social e evolução* -, 4ª edição, Rio de Janeiro, Topbooks, 1993

_____. *O Brasil na América*, Rio de Janeiro, ed. Topbooks, 2ª ed., 1997

_____. *O Brasil na História - deturpações das tradições, degradação política*, Rio de Janeiro Livraria Francisco Alves, 1930

_____ *O Brasil Nação - realidade da soberania brasileira*, Rio de Janeiro, ed. Topbooks, 2º edição, 1997

BOMÍLCAR, Álvaro. *A política no Brasil ou o nacionalismo radical*. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurílio, 1920.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*, São Paulo, Cultrix, 2º ed., 1978.

_____ *Literatura e resistência*. São Paulo, Companhia das Letras, 1º ed. 2002

BRANDÃO, Adelino. *Euclides da Cunha e a questão racial no Brasil*. Rio de Janeiro, Editorial Presença, RJ, 1990

_____ *Paraíso perdido*. São Paulo, Editora Ibrasa, 1997

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Oliveira Vianna: As populações meridionais do Brasil. in Um banquete no trópico – Introdução ao Brasil vol.2. Editora Senac, SP, 2000*

BRESCIANI, Maria Scella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade- Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*, São Paulo, Editora UNESP, 2005

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro, MEC, 1956

CÂNDIDO, Antônio. “*A sociologia no Brasil*”. In Enciclopédia Delta Larousse, Rio de Janeiro, 2º ed. , Desta, s.d

_____ “*Literatura e subdesenvolvimento*”. In Argumento, Rio de Janeiro, 1973.

_____ “*Recortes*”, São Paulo, São Paulo, Companhia das Letras, 2º ed., 1996

_____ *Vários escritos*, São Paulo, Livraria duas cidades, 3º ed., 1995

_____ *Sílvio Romero, teoria, crítica e história literária, São Paulo, Livros técnicos e científicos (USP), 1978*

_____ *Racismo: crime ontológico*. São Paulo, Etnos Brasil, 2002

_____ *A formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, 1981

_____ *Introdução ao método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo, Edusp, 1988

- CARONE, Edgar. *A Primeira República*, São Paulo, Difel, 2º edição, 1953
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*, 3º edição, São Paulo, Companhia das Letras, 1997
- _____. *As duas cabeças de Oliveira Vianna*, in *Intérpretes do Brasil*. Axt Günter & Schüller, Fernando (org.), Porto Alegre, Editora Artes e ofícios, 2004
- _____. *A utopia de Oliveira Vianna*, in *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas, Editora da Unicamp, 1993
- CASCUDO, Câmara. In Rmoro, Sílvio, *Cantos populares do Brasil*, Ed. Jose Olympio, 1954
- CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965
- COMTE, AUGUSTO. *Os pensadores*. São Paulo, Editora Nova Cultural, 5º edição, 1991
- CORREA, Mariza. *As ilusões da liberdade.*, Bragança Paulista, EDUSF, 1998
- COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. São Paulo, Editora Unesp, 7º edição, 1998
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. José Olympio, Rio de Janeiro, 1956, (2º ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967)
- CUNHA, Marcelo B. Bernardo, SANDRES, Juripurema, SOFFAR, Nunes, Eliane. *Nina Rodrigues e a constituição do campo da História da arte negra no Brasil*. In *Gazeta Médica da Bahia*, Suplemento 2, Salvador, dezembro de 2006
- DIAS, Angela Maria. *O Resgate da dissonância: sátira e projeto literário brasileiro*. Antares, RJ, 1981
- FARIA, Luis de Castro. *Populações meridionais do Brasil: ponto de partida para uma leitura de Oliveira Vianna*, UFRJ, 1974
- _____. *Oliveira Vianna – Oliveira Vianna – de Saquarema a Alameda São Boaventura*, RJ, Relume-dumará, 1993
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*, São Paulo, Edusp, 2001
- _____. *A revolução de 1930 – historiografia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 16º edição, 1997
- _____. (org.), *História geral da civilização brasileira*, volumes 6 ao 9

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*, São Paulo, Global Editora 2007

_____ *O folclore em questão*. São Paulo, Martins Fontes, 2003

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano volume 1 – O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003

FERRETI, Sérgio F. *Nina Rodrigues e a religião dos Orixás*. In Gazeta Médica da Bahia, suplemento 2, Salvador, dezembro de 2006

FREYRE, Gilberto. *Sociologia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1945

_____ *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro, Editora Record, 12º edição , 2000

_____ *Perfil de Euclides e outros perfis*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1987

_____ *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2002

FRY, Peter. *A persistência da raça*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclides da Cunha: Os Sertões, Um banquete no trópico – Introdução ao Brasil* . São Paulo, Editora Senac, 2000

_____ *No calor da hora – a guerra de Canudos nos Jornais* – 4º edição, São Paulo, Editora Crítica, 1977

Garate, Miriam V. *Civilização e barbárie n'os sertões – entre Domingos Sarmiento e Euclides da Cunha*, Campinas, Mercado de Letras, 2001

GONZALEZ Prada, Manoel. *Discurso en el Politeama*, in *Paginas libres/Horas de Lucha*, Venezuela, Ayacuho, 1976,

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro, Pougetti, 1925

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 1999

JACKSON, K. David. *A prosa vanguardista na literatura brasileira*. São Paulo, Ed. perspectiva, 1978

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de mitologia*, São Paulo, Editora perspectiva, 1979

- _____. *Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 26 º edição, 2003
- _____. *Do Império à República*, São Paulo : Difusão Europeia Do Livro, 1962
- IGLESIAS, Francisco. *História e ideologia*, São Paulo, Editora perspectiva, 2º edição, 1981
- _____. *Historiadores do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2000
- _____. *Trajetória política do Brasil (1500-1964)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993
- _____. *Leitura Historiográfica de Oliveira Vianna*, in O pensamento de Oliveira Vianna. Campinas, Editora da Unicamp, 1993
- ISAACSON, Walter. *Einstein, sua vida, seu universo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro- história de uma ideologia*, 3º ed., São Paulo, Editora Ática, Pioneira, 1992
- LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001
- LIMA, Lamartine. *Editorial*. Revisa Prova material, Ano 3, Dezembro de 2006
- _____. *Roteiro de Nina Rodrigues* – Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos afro-orientais – Salvador – 1960.
- _____. *Em busca de Nina Rodrigues* - Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos afro-orientais – Salvador – 1979
- LUCKACS, John. *O fim de uma era*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005
- MACHADO, Alcantara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte, Livraria Itatiaia, 1980
- MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da República das Letras*, São Paulo, Editorial Grijaldo, SP, 1973
- MADEIRA, Angélica. *Fraturas do Brasil: o pensamento e a poética em Euclides da Cunha*, in *Intérpretes do Brasil*. Axt, Günter & Schüler, Fernando (org.), Porto Alegre, Editora Artes e ofícios, 2004

- MADEIRA, Marcos Almir. *Posição e atualidade em Oliveira Vianna*. In O pensamento de Oliveira Vianna. Campinas, Editora da Unicamp, 1993
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1978
- MATOS, Cláudia. *A poesia popular na República das Letras: Sílvio Romero folclorista*. Rio de Janeiro, URFJ, 1994
- MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta à Euclides – breve história da literatura Brasileira I*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1977
- MENDONÇA, Carlos Sussekund de. *Sílvio Romero de corpo inteiro*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1963
- _____. *Sílvio Romero, sua formação intelectual*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. São Paulo, 1969
- MERCADANTE, Paulo. *Tobias Barreto na cultura brasileira: uma reavaliação*. São Paulo, Editorial Grijaldo, 1972
- MESQUITA, Samira Mnahid de. *O enredo*. São Paulo, Editora Ática, 1986
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001
- MORAES, João Quartim de & Ramos, Edlida Rugai (org.) *O pensamento de Oliveira Vianna*, Campinas, Ed. da Unicamp, 1993
- MORAES FILHO, Evaristo de, “*Medo à utopia: o pensamento social de Tobias Barreto e Sílvio Romero*”, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1985
- MORSE, Richard M. *O espelho do próspero – cultura e idéias nas Américas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995
- MOTTA, Carlos Guilherme (Org.), *Brasil em perspectiva*, Bertrand Brasil, 1995
- MOURA, Clóvis. *As injustiças de Clio - O negro na historiografia brasileira*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Editora Nova Fronteira. RJ, 1999 (1ª edição, 1883)
- NEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical*, Companhia das Letras, 1993
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Joaquim Nabuco: O abolicionismo in Um banquete no trópico – Introdução ao Brasil vol.2*. São Paulo Editora Senac, 2000
- NUNES, Maria Thétis. *Sílvio Romero e Manoel Bomfim: pioneiros de uma*

ideologia do desenvolvimento nacional, Aracaju , UFS, 1964.

OLIVEIRA, Lucia, Lippi. *Uma leitura das leituras de Oliveira Vianna*, in . O pensamento de Oliveira Vianna. Campinas, Unicamp, 1993

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade nacional*, São Paulo, Editora Brasiliense, 5ª edição, 1985

PAIM, Antonio. *A filosofia da escola do Recife*, Rio de Janeiro, Editora saga, 1966

PEIXOTO, Afrânio. *Panorama da literatura brasileira*. São Paulo, Ed. Nacional, 1940

PARETO, Vilfredo. *A teoria materialista da História e a luta de classes*, in Pareto. Org. Rodrigues, José, Coleção Grandes cientistas sociais, Editora Ática, 1984

PENNA, Lincoln de Abreu. *A República brasileira*, Editora Nova Fronteira, 1999

PEREIRA, Astrojildo. *Interpretações*. Rio de Janeiro, Editora casa do estudante do Brasil, 1944

PESSOA, Lillian de Abreu. *Aspectos do pensamento alemão na obra de Tobias Barreto*, USP, dissertação de mestrado, 1985.

PIVA, Luis Guilherme, *Ladrilhadores e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*, São Paulo, Editora 34, 2000

QUEIROZ, Paulo Edimir de Souza. *A sociologia política de Oliveira Vianna*, São Paulo Editora Convívio, 1975

RABELLO, Sílvio – *Itinerário de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1944.

RAMOS, Arthur, *Culturas negras no novo mundo*. Editora Nacional, SP, 1946

_____. *Introdução a Antropologia Brasileira*. II volume. Coleção Estudos Brasileiros, C&B, RJ, 1947

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil – a história do levante dos malês na Bahia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995

_____. “prefácio”, In Manoel Bomfim: *A América Latina, males de origem*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Topbooks, RJ, 1993

RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil: A metafísica do*

latifúndio - o ultra-reacionário Oliveira Vianna. Vol. II, tomo I. Rio de Janeiro, Companhia editora nacional, 1988

SAID, Edward, *Representações do intelectual*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005

_____ *Orientalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996

SALIBA, Elias Thomé. *Certo ou errado, sempre polêmico*. O Estado de São Paulo, caderno 2, cultura, SP, 10 de março 2002, pág 6 (artigo de jornal).

SHELLING, Vivian. *A presença do povo na cultura brasileira*, Campinas, editora de UNICAMP, 1991

SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Sílvio Romero – hermenêutica do Brasil*, Annablume, SP, 2005

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993

_____ *Quando a desigualdade é a diferença: reflexões sobre antropologia criminal e mestiçagem na obra de Nina Rodrigues*. In *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, dezembro de 2006.

_____ *As barbas do Imperador*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999

_____ *Nem preto, bem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade*. In *História da vida privada IV*, São Paulo, Companhia das Letras, 3ª edição, 2005

SCHWARTZ, Jorge. *Vanguarda e cosmopolitismo na década de 20: Oliveira Girondo e Oswald de Andrade*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1983

SCHWARCZ, Roberto. *Ao vencedor às batatas*. São Paulo, Livraria duas cidades, 1992

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira república* – Companhia das Letras, São Paulo, 2ª edição, 2003

SCLIAR, Moacyr, *Euclides e a ideologia médica de seu tempo*, in *Intérpretes do Brasil*. Axt, Günter & Schüller, Fernando (org.), Porto Alegre, Editora Artes e ofícios, 2004

SILVA, Augusto Lins e. *A Atualidade de Nina Rodrigues: Estudo bio-bibliográfico e crítico*. Coleção crítica e ensaio. Editora Leitura, 1945

SILVA, Hildebrando Xavier da. *A história da medicina legal da Bahia*.

Especialização em gestão de segurança pública. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2000.

SILVA, Marcos A., *Câmara Cascudo, a cultura brasileira e a universidade*, in Câmara Cascudo, Dina Nazaré de Souza & Cia. Natal/São paulo, Ed. Terceira Margem, 2007

_____ *Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo, Brasiliense, 1982 (tudo é história – 43)

_____ *Caricata República – Zé povo e o Brasil*. São Paulo, MarcoZero/CNPQ, 1990 (Onde está a República?)

_____ *Detrito federal – O vômito e o silenciamento de Lucrécio Barba-de-bode*. Digitado.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira - Seus fundamentos econômicos.*, 2º ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1940.

_____ *A ideologia do colonialismo*. 3ª ed.. Petrópolis, Vozes, 1984.

_____ *O naturalismo no Brasil*. Editora oficina de Livros, 2º edição, Belo Horizonte, 1992

SOUZA, João Mendonça de. *Silvio Romero, o crítico e o polemista*, Rio de Janeiro Emebê, 1976

SOUZA, Lincoln de. *O condor Sergipano*. Ministério da Educação e Cultura, Serviço de documentação, 1954

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Identidade nacional e modernização na historiografia brasileira: o diálogo entre Romero, Euclides, Cascudo e Freyre*. Belo Horizonte, Autêntica, 2002

SUSSEKIND, Flora & Ventura, Roberto. *História e dependência – cultura e sociedade em Manoel Bomfim*, São Paulo, Editora Moderna, 1984

TAVARÉS, José Nilo. *Autoritarismo e dependência: Oliveira Vianna e Alberto Torres*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1979

TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*, São Paulo, Difel, 2º edição, 1979

TOCANTIS, Leandro. *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*, RJ, Civilização Brasileira, 3º ed, 1978

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. Nacional, São Paulo, 1933

VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1937-1940

VENTURA, Roberto. *Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à República*”, in Motta, Carlos Guilherme (org.), São Paulo, *Viagem incompleta*, 1º vol., Senac, 2000

_____. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990

_____. *Euclides da Cunha - Ensaio biográfico*. São Paulo, Companhia das Letras, SP, 1993

_____. *História e crítica em Sílvio Romero*. In Romero, Sílvio, *Compêndio de História da literatura*, Rio de Janeiro, Imagino , 2001

VIEIRA, CELSO. *Joaquim Nabuco “libertador da raça negra”*. Inst. Progresso Editorial, 1949

VIEIRA, Evaldo Amaro, *Autoritarismo e corporativismo no Brasil: Oliveira Vianna & Companhia*. São Paulo, Cortez Editora, 1981

VILLA, Marco Antônio. *Canudos – o povo da terra*. São Paulo, Editora Ática, 2º edição, 1997

VOLOBUEF, Karin. *Prefácio*, in *Contos populares do Brasil*, São Paulo, Landy Editora, 2º edição, 2008

Wesseling, R.L. *Dividir para dominar*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1998

ZOLA, Emilie, *Eu acuso!* São Paulo, Hebra, 2007

VIAGENS REALIZADAS

Viagem realizada em novembro de 2005 ao Instituto Tobias Barreto, em Aracaju (Sergipe);

Viagem realizada em abril de 2007 à Casa Euclidiana em São José do Rio Pardo (SP);

Viagem realizada em maio de 2007 ao Instituto Nina Rodrigues em Salvador Bahia;

Viagem realizada em maio de 2008 à cidade de Canudos, Euclides da Cunha e Monte Santo, Bahia;

Viagem realizada em junho de 2008 a Casa de Cultura Oliveira Vianna, em Niterói (RJ).